



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1701

Quinta-feira - 12 de Março de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Ipumirim .....	171	Sombrio.....	446
Água Doce.....	3	Irineópolis .....	176	Tigrinhos .....	447
Anchieta .....	5	Itá .....	177	Timbé do Sul .....	450
Antônio Carlos .....	6	Itapiranga.....	178	Timbó .....	450
Balneário Rincão .....	8	Ituporanga .....	201	Três Barras .....	452
Bela Vista do Toldo.....	8	Jacinto Machado .....	202	Tunápolis.....	452
Benedito Novo .....	9	Joaçaba.....	206	Vargem Bonita .....	453
Biguaçu .....	9	Lages .....	207	Vidal Ramos.....	454
Blumenau .....	10	Lauro Muller .....	207	Videira.....	454
Bom Jesus do Oeste .....	26	Lebon Regis .....	210	Xavantina .....	467
Bom Retiro .....	28	Leoberto Leal.....	210	Xaxim.....	467
Botuvera.....	28	Luzerna .....	262		
Braço do Trombudo.....	31	Macieira.....	266	<b>Associações</b>	
Brusque.....	34	Mafra .....	266	AMAUC.....	468
Caçador.....	35	Maracajá .....	269	AMMVI .....	469
Camboriú.....	40	Marema.....	277		
Campo Alegre .....	41	Massaranduba.....	280	<b>Consórcios</b>	
Campos Novos .....	45	Modelo .....	287	ARIS .....	469
Canelinha .....	47	Monte Carlo .....	289	CITMAR.....	479
Canoinhas.....	47	Navegantes.....	290		
Capinzal .....	92	Nova Trento .....	295		
Caxambu do Sul.....	98	Novo Horizonte .....	306		
Celso Ramos.....	99	Orleans .....	307		
Chapadão do Lageado .....	99	Ouro .....	307		
Cocal do Sul.....	101	Ouro Verde.....	330		
Concórdia .....	105	Palhoça .....	332		
Cordilheira Alta .....	106	Papanduva.....	340		
Coronel Freitas.....	107	Passos Maia .....	340		
Coronel Martins.....	108	Paulo Lopes .....	341		
Correia Pinto.....	109	Penha.....	344		
Corupá .....	110	Pinheiro Preto .....	345		
Curitibanos .....	116	Pomerode .....	347		
Forquilha.....	118	Ponte Serrada .....	349		
Fraiburgo.....	122	Porto Belo.....	350		
Frei Rogério .....	123	Presidente Castello Branco.....	352		
Galvão.....	127	Rio dos Cedros.....	357		
Garopaba.....	127	Rio do Sul.....	352		
Garuva .....	129	Salto Veloso .....	358		
Gaspar .....	130	Santa Terezinha do Progresso .....	359		
Governador Celso Ramos .....	133	Santiago do Sul.....	361		
Grão Pará .....	134	São Bento do Sul.....	362		
Guaraciaba .....	135	São Carlos .....	363		
Guarujá do Sul .....	138	São Domingos.....	363		
Herval d'Oeste .....	138	São Joaquim .....	368		
Ibiam .....	141	São José.....	377		
Ilhota .....	152	São Lourenço do Oeste.....	382		
Imarui .....	153	São Miguel do Oeste.....	386		
Imbituba .....	155	Schroeder .....	397		
Indaial.....	158	Serra Alta .....	425		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PROCESSO 04/2015 PP 02/2015 SAUDE

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 02/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO E CONTINUO DE ACORDO COM CADASTRO REALIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 25/03/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 10 de março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria    Luciano Hermes  
Prefeito Municipal            Pregoeiro

### PROCESSO 05/2015 PP 03/2015 SAUDE

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 03/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA DA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 27/03/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 10 de março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria    Luciano Hermes  
Prefeito Municipal            Pregoeiro

### PROCESSO 47/2015 PP 38/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 47/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 38/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO DE RUAS DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:30hs. do dia 26 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou

fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de Março de 2015.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Luciano Hermes  
Pregoeiro

### PROCESSO 48/2015 PP 39/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 39/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA EM LEIVA DE ACORDO COM ANEXO ITIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 25 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de Março de 2015.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Luciano Hermes  
Pregoeiro

### PROCESSO 49/2015 PP 40/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2015  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 40/2015

ObjetoA presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 26 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de Março de 2015.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Luciano Hermes  
Pregoeiro

**PROCESSO Nº 46/2015 PP 37/2015**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 46/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 37/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO DE RUAS DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 26 de Março de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

**Água Doce****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 10/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de pneus para veículos da Prefeitura de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 24 de março de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 11 de março de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 14/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL 11/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 14/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 11/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de recapagem de pneus, o qual será processado e julgado no dia 24 de março de 2015 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 11 de março de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL 12/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 15/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material de limpeza para a Secretaria de Educação, o qual será processado e julgado no dia 25 de março de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de

1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.  
Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 11 de março de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 16/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 13/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 16/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços radiofônicos para divulgação de atos administrativos do Município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 26 de março de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 11 de março de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 17/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 14/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de Diesel S10 para veículos da Prefeitura de Água Doce e Secretarias, o qual será processado e julgado no dia 26 de março de 2015 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 11 de março de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 18/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 15/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de combustíveis para veículos da Prefeitura de Água Doce e Secretarias quando em serviço no interior do município, o qual será processado e julgado no dia 26 de março de 2015 às 17h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 10 de março de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº. 1/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 19/2015  
TOMADA DE PREÇO 1/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 19/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 1/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a contratação de serviços de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência - Água Doce - execução do contrato de repasse 1006412-57/2013 - Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, o qual será processado e julgado no dia 30 de março de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 11 de março de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### EXTRATO AVISO PREGÃO FMS N. 006-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 006/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de material de expediente e equipamentos permanente para ser utilizado na manutenção das atividades da Equipe do NASF da UBS para o ano de 2015, pagos com recursos NASF. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 06/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 11 de março de 2015.  
ROSELI CANCI SAGAZ  
Gestora FMS

### EXTRATO AVISO PREGÃO FMS N. 007-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 007/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de Materiais para Laboratório de Análises clínicas da secretaria de saúde pública para uso na realização de exames gratuitos no Laboratório Municipal, adquiridos com recursos do PAB FIXO. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 06/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 11 de março de 2015.  
ROSELI CANCI SAGAZ  
Gestora FMS

### EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 020-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 020/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de troféus para desenvolvimento das atividades esportivas de voleibol, futsal, futebol de campo, futebol suíço, bolãozinho e outros. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 07/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 11 março de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

### EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 021-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 021/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço visando à Aquisição de sêmen bovino e materiais para uso no programa de inseminação artificial no atendimento dos agricultores do município de Anchieta por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 07/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 11 de março de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 34º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014

34º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 12/03/2015 a 11/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 11 de março de 2015.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: OPERADOR DE MAQUINA

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
09º	HELENO NEIS	0276

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
07º	GRASIELA MARIA SIMAO SILVINO	0255

Cargo: ENFERMEIRO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
05º	TALITA PADILHA PORTO	1771

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 015/2015 - PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2015 (REGISTRO DE PREÇO)

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 015/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 010/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Aquisição parcelada de material de enfermagem necessário na Unidade Básica de Saúde do Município de Antônio Carlos

/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia: 30 de março 2015 às 08:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de março de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### CHAMAMENTO PÚBLICO - ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO CADASTRAL

CHAMAMENTO PÚBLICO - Registro ou Atualização Cadastral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. Registro Cadastral ou Atualização. CHAMAMENTO. Atendendo ao disposto no artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, convidamos os fornecedores e prestadores de serviços em geral, a proceder registro ou atualização cadastral na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC como forma de se habilitarem aos processos licitatórios a serem realizados pela Administração em 2015. Os interessados poderão obter as instruções necessárias no Prédio da Prefeitura situado à Praça Anchieta, 10 - Centro - Antônio Carlos - SC, ou pelo telefone (048) 3272-8618 com Ana Paula, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 11 de março de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 015/2015

DECRETO Nº 000015/15 de 11 de Março de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 578.162,59 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 578.162,59

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 578.162,59

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Março de 2015  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 016/2015**

DECRETO Nº 000016/15 de 11 de Março de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 99.274,40 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.013-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 99.274,40

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 99.274,40

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Março de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015**

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

Processo Licitatório: nº 006/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 003/2015; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da Unidade de Saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Empresas Vencedoras: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda., Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Centermedi - Comércio Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda., Cristalia Produtos Químicos Farmaceuticos Ltda., Aglon Comércio e Representações Ltda., Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda., Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar, Promefarma Representações Comerciais Ltda., Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda., Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda., Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda., Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares, Cirurgica Santa Cruz Comercio de Produtos Hospitalares Ltda., Pharma Log Produtos Farmaceuticos Ltda., Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda. Vigência dos Contratos: 05/03/2015 - 05/03/2016 Valor total: R\$ 1.163.862,15 (um milhão cento e sessenta e três mil oitocentos e sessenta e dois reais e quinze centavos).

Antônio Carlos, 11 de março de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**PORTARIA N 153/2015**

PORTARIA Nº 153/2015.

Nomeia Comissão de Avaliação para amostras do Processo Licitatório nº 015/2015 .

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, a Comissão de Avaliação para Amostras do Processo Licitatório nº 0015/2015, sendo a mesma composta pelos seguintes membros, ALINE ALVES - Presidente, ODETE KOCH LEITE e EDNEIA PAULI BESEN como membros.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de março de 2015.

**Balneário Rincão****CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/CMBR/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 001/CMBR/2015; LOCADORA: BRATTI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA; OBJETO: Locação de uma área de 300m<sup>2</sup>, contendo uma sala térrea com 250m<sup>2</sup>, dividido em 03 (três) ambientes e uma área de 50m<sup>2</sup>, de mezanino, dividido em 02 (dois) ambientes, localizada na Avenida Leoberto Leal, Lote 16 da quadra 47, Centro no Município de Balneário Rincão, para instalação da Câmara Municipal de Balneário Rincão, para o funcionamento da Câmara Municipal de Balneário Rincão; VIGENCIA: 24 (vinte e quatro) meses, ASSINATURA: 12/02/2015; pela Câmara Municipal LOCATARIO: o Sr. Airton Valvito Ferreira - Presidente e pela LOCADORA: o Sr. Alcino Bratti.

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****EXTRATO RESCISÃO - SANTECH****EXTRATO DE RESCISÃO**

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 018/SAMAE/2014; SANTECH SANEAMENTO & TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA; OBJETO: O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato firmado entre as partes em 23 de Maio de 2014, nos termos previstos em sua Cláusula Nona.: ASSINATURA: 01/02/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente I e pela empresa o Sr. Carlos Alberto Macedo Barboza.

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****RESOLUÇÃO DE Nº 02/2015**

Resolução de nº 02/2015, de 24 de fevereiro de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, criado pela Lei Municipal nº 21, de 06 de junho de 1997, e pela Lei nº 1.023 de 20 de março de 2014, no âmbito de sua competência legal, conforme deliberação em Reunião Ordinária de 24 de fevereiro de 2015,

**RESOLVE:**

APROVAR o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Bela Vista do Toldo/SC, elaborado por comissão nomeada, cujos representantes foram regularmente indicados pelo setor administrativo do Poder Público Municipal.

Bela Vista do Toldo, 24 de fevereiro de 2015.

Simone Lessak Magalhães

Presidente do CMDCA



**Benedito Novo****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2015

Referente: Processo Licitatório nº 22/2015

Contratado: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA VAGA EM CASA DE ACOLOHIMENTO PARA ADULTO COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS

Valor Mensal Contratado: R\$ 3.380,00

Valor Total Contratado: R\$ 33.800,00

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 02/03/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2015

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA - CIGA

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC) ADMINISTRADO PELO CIGA

Valor Total Contratado: R\$ 4.320,00

Valor Mensal: R\$ 432,00

Vigência: 10/03/2015 A 31/12/2015

Data Assinatura: 10/03/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****PP 315/2014 PMB E OUTROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 315/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:30 horas, do dia 26 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 63/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 25 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 25 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 18.490/2015

PORTARIA Nº 18.490, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.  
DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

CLÁUDIA BERNARDI, Desenhista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Desenvolvimento de Projetos, FGC-50%, designada pela Portaria nº 17.868, de 02/06/2014, no dia 23 de fevereiro de 2015;

JAQUELINE MULLER GRAEFF, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Centro de Referência a Assistência Social, FGC-70%, designada pela Portaria nº 17.445, de 16/12/2013, no dia 13 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 27 de fevereiro de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

### PORTARIA Nº 18.525/2015

PORTARIA Nº 18.525, DE 09 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e Memorando GAPREF G nº 027/2015, de 09/03/2015, resolve:

#### NOMEAR

DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escritório de Projetos,

símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, a contar de 10 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.530/2015

PORTARIA Nº 18.530, DE 09 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 054/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, resolve:

#### NOMEAR

CLAUDIO MAFEZOLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista - CNH Categoria C, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011, a contar de 05 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.531/2015

PORTARIA Nº 18.531, DE 09 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 054/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 05 de março de 2015:

ANDREZZA CARMINATTI DE AQUINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

JORGE MARCELO DORNELLES DIEHL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Pneumologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Endocrinologista, do Quadro Permanente

de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

THIAGO BRANCO SONEGO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Cirurgião (Cabeça e Pescoço), do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

RAISA RODRIGUES WEBER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

RENATA MENDONÇA DE BARROS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

RICARDO CAMPANELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

LEONARDO MOTTA FELÍCIO FERREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

VICTOR MARTINS MANFREDI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

SILVANA WOSIACK DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ELAINE MEDEIROS MARTINEZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

BIANKA BAGATOLLI CASTELLAIN MABA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

RODRIGO ROCHA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ANDRE LUIS FELICIDADE SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

GABRIELA GUIMARÃES KUSS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ADRIEL ROWE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

ALINE KNAK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

PHILIPP MENDES LAWALL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

GABRIELA DELATORRE GOMES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

THAIS BATISTA RODRIGUES BARBOSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

JANARA CAROLINE RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.532/2015**

PORTARIA N.º 18.532, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DEMITE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL J.C.J. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, e de acordo com o Relatório Final e o Julgamento nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 005/14 resolve:

Art.1º DEDITIR o servidor público municipal J.C.J., matrícula nº 22452-9, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, por infringência aos artigos 177, XIII; 190, IV, da LC 660/07 c/c com o art. 9º "caput" e 11 e incisos I e II, da Lei Federal 8.429/92.

Art.2º ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 005/14, com relação ao servidor Q.O.C.F., matrícula nº 13231-4, visto não ficar constatado nos autos provas contra o referido servidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 09 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIAS NºS 290; 291; 292 E 293/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

PORTARIA Nº. 290/2015

Nomeia membros para comporem a Comissão de Avaliação do Edital n. 1/2014 (Ocupação de Espaço Público) para fins de análise e julgamento das propostas dos proponentes interessados na ocupação dos espaços públicos descritos no referido Edital.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

LUIZ CLÁUDIO KOERICH, JORGE HAROLDO GUMZ e ROSANA GRUNER, para comporem a Comissão de Avaliação do Edital n. 1/2014 (Ocupação de Espaço Público) para fins de análise e julgamento das propostas dos proponentes interessados na ocupação dos espaços públicos descritos no referido Edital, quais sejam, 2 (duas) salas de 50 m2 (cinquenta metros quadrados) cada e o Cine Teatro Edith Gaertner, todos localizados na Fundação Cultural de Blumenau.

Blumenau, 02 de fevereiro de 2015.  
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO  
Presidente

PORTARIA Nº. 291/2015

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTÁVEIS INTEGRANTES DOS GRUPOS OCUPACIONAL FUNCIONAL E OPERACIONAL.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, Inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

A servidores públicos municipais estáveis desta Fundação Cultural de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Funcional e Operacional :

MATRICULA Nº.	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO	GOC	A PARTIR DE
604	GENI FILOMENA HISLLESHEIN	AGENTE DE ZELADORIA	D	GF	01/02/2015
540	ROBERSON APARECIDO FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	D	GO	01/02/2015

Blumenau, 02 de fevereiro de 2015  
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO  
Presidente

PORTARIA Nº. 292/2015

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE INDICA.



SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do art. 131, Item I e Art.137, "caput", e Itens I, II e II, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo indicada:

Cadastro	Nome	Secretaria	Processo	Período	
				Início	Fim
183	REGINA BALMANN	F C B	2015/325	02/01/2015	02/03/2015

Blumenau, 02 de março de 2015.  
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO  
Presidente da FCB

PORTARIA Nº. 293/2015

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE INDICA.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do art. 131, Item I e Art.137, "caput", e Itens I, II e II, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo indicada:

Cadastro	Nome	Secretaria	Processo	Período	
				Início	Fim
183	REGINA BALMANN	F C B	2015/1427	03/03/2015	01/04/2015

Blumenau, 02 de março de 2015.  
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO  
Presidente da FCB

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 2203/15 E PRORROGAÇÃO ARP Nº 011/2014 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2203/2015

OBJETO - Registro de Preços para aquisição de café e açúcar, conforme especificações constantes no Edital, pelo período de 01 (um) ano. - SAMAE;

CONTRADA(s):

ITEM 01: LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. CNPJ: 21.112.066/001-42. Valor unitário R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos) e valor total R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais).

ITEM 02: LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. CNPJ: 21.112.066/001-42. Valor unitário R\$ 9,35 (nove reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 4.675,00 (quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

ITEM 03: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP. CNPJ: 00.750.862/001-31. Valor unitário R\$ 14,24 (quatorze reais e vinte e quatro centavos) e valor total R\$ 22.784,00 (vinte e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial Nº.06-2221/2014, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 03 de Fevereiro de 2015.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2014

OBJETO - Registro de Preços para serviços de execução de piso em passeios públicos, pintura, limpeza geral e execução de cercas, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 06 (seis) meses - SAMAE.

ITEM 01: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24. Valor unitário R\$ 51,09 (cinquenta e um reais e nove centavos) e valor total R\$ 395.947,50 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 02: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24. Valor unitário R\$ 90,40 (noventa reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 35.600,00 (trinta e cinco mil, seiscentos reais).

ITEM 03: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24

Valor unitário R\$ 36,88 (trinta e seis reais e oitenta e oito centavos) e valor total R\$ 143.832,00 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais).

ITEM 04: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24 Valor unitário R\$ 34,83 (trinta e quatro reais e



oitenta e três centavos e valor total R\$ 139.320,00 (cento e trinta e nove mil, trezentos e vinte reais).

ITEM 05: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24 Valor unitário R\$ 59,25 (cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil, quinhentos reais).

ITEM 06: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ:18.806.639/0001-24 Valor unitário R\$ 60,34 (sessenta reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 120.680,00 (cento e vinte mil, seiscentos e oitenta reais).

ITEM 07: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ:18.806.639/0001-24

Valor unitário R\$ 42,86 (quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 85.720,00 (oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais).

ITEM 08: SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. CNPJ: 18.806.639/0001-24 Valor unitário R\$ 39,23 (trinta e nove reais e vinte e três centavos) e valor total R\$ 78.460,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais).

ITEM 09: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 7,68 (sete reais e sessenta e oito centavos) e valor total R\$ 539.750,40 (quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

ITEM 10: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 11,98 (onze reais e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais).

ITEM 11: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos) e valor total R\$ 22.260,00 (vinte e dois mil, duzentos e sessenta reais).

ITEM 12: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos) e valor total R\$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais).

ITEM 13: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 29,38 (vinte e nove reais e trinta e oito centavos) e valor total R\$ 49.258,84 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

ITEM 14: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) e valor total R\$ 310.368,00 (trezentos e dez mil, trezentos e sessenta e oito reais).

ITEM 15: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 12,16 (doze reais e dezesseis centavos) e valor total R\$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais).

ITEM 16: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 55,31 (cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) e valor total R\$ 470.135,00 (quatrocentos e setenta mil, cento e trinta e cinco reais).

ITEM 17: MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA ME. CNPJ: 10.912.784/0001-88. Valor unitário R\$ 38,34 (trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 19.170,00 (dezenove mil, cento e setenta reais).

BASE LEGAL: De acordo com a referida licitação Nº. 03-020/2013, nos termos Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 27 de Janeiro de 2015.

Valdair José Matias  
Diretor Presidente

## **TERMO DE REPASSE 2015/021**

EXTRATO - TERMO DE REPASSE 2015/021

PARTES:

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU,  
ATRAVÉS DA PROEB-  
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUMENAU

OBJETO: Promoção e Cooperação Técnica/Financeira para a manutenção da cultura germânica através da contratação de bandas típicas para as festas de rei e rainha realizadas pelos Clubes de Caça e Tiro e para a manutenção dos eventos realizados pela associação dos clubes de caça e tiro de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 4.320/64; IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº 8.060/2014(LOA 2015); Lei nº. 8.065/2015 e Lei nº 8.067/2015.

VALOR: Cento e dez mil e setecentos reais (R\$ 110.700,00), divididos em sete parcelas de conformidade com o plano de trabalho anexo ao Processo de Habilitação nº 2015/021, desta Fundação.

DATA: 06 de março de 2015.

## **EXTRATO Nº 032/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 032/2015

Dispensa de Licitação nº. 023/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE PORTAL INTERATIVO PARA INTERNET DAS ATIVIDADES INERENTES AO PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DE CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FURB E O BNDES.

Contratada: Blusite Eireli - ME

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Rubrica: 3.3.90.39.39.05.00.00.00

Blumenau, 6 de março de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 033/2015 - FURB**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 033/2015  
Dispensa de Licitação nº. 027/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XIII da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, destinada à contratação de serviços de auditoria interna para laboratórios do Departamento de Engenharia Química da FURB. Contratada: Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação CERTI). Valor: R\$ 19.850,00 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta reais). Fonte de Despesa: Centro de Ciências Tecnológicas (3.3.90.38.00).

Blumenau, 10 de março de 2015.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Fundação Universidade Regional de Blumenau  
Reitor

**PORTARIA Nº 731/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 731/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Maicon Tenfen.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MAICON TENFEN

cadastro funcional nº 4720, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Letras, considerando sua participação no II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, em Chapecó - SC, no período de 13 a 17 de maio de 2014.

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 732/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 732/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Darcy de Souza.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DARCY DE SOUZA

cadastro funcional nº 886, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar do XI Encontro Catarinense dos Profissionais da Química, em Chapecó - SC, no período de 1º a 3 de junho de 2014.

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 733/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 733/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014  
Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de MICHAEL DIDEROT APOLÔNIO no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de MICHAEL DIDEROT APOLÔNIO no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS nomeado pela Portaria nº 688/2014, de 15 de maio de 2014.

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 734/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 734/2014, DE 27 DE MAIO DE 2014  
Designa e substitui membros da Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Memorando nº 339/2014/PROEN, de 26 de maio de 2014, oriundo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante, DESIGNA os Servidores:

1. ANA MARIA BARRERA CONRAD SACKL, em substituição à Professora Vera Lúcia Simão, designada pela Portaria nº 450/2014, de 28 de março de 2014 - como representante da Escola Técnica do Vale do Itajaí.
2. Inclusão dos seguintes membros:  
ALDÍRIO VICENTE - Divisão de Modalidades de Ensino  
ALEJANDRO KNAESEL ARRABAL - Centro de Ciências Jurídicas  
JARBAS GALVÃO - Centro de Ciências da Saúde  
LINDAMIR APARECIDA ROSA JUNGUE - Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras.

para constituírem Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB.

Blumenau, 27 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 735/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 735/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Thair Ibrahim Abdel Hamid Mustafa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007,

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THAIR IBRAHIM ABDEL HAMID MUSTAFA

cadastro funcional nº 2793, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de Atividade de Pesquisa do Projeto SIPEX 681/2011, Contrato FURB-CEEE-GT/9947546, em Porto Alegre - RS, nos dias 2 e 3 de junho de 2014.

Blumenau, 28 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 736/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 736/2014, DE 28 DE MAIO DE 2014  
Concede licença prêmio à Servidora Sílvia Odebrecht.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 192 (cento e noventa e dois) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de março de 1998 a 6 de outubro de 2006 (47 dias); e b) 7 de outubro de 2006 a 24 de novembro de 2016 ( 145 dias, proporcional), à Servidora

SÍLVIA ODEBRECHT

cadastro funcional nº 2582, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 737/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 737/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014  
Concede afastamento para capacitação, sem prejuízo de seus vencimentos, ao Servidor José Francisco Gontan Albiero.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 1º, § 1º, e demais disposições da Resolução FURB nº 011/2014, de 27 de fevereiro de 2014, CONCEDE AFASTAMENTO PARA CAPACITAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE SEUS VENCIMENTOS, ao Servidor

JOSÉ FRANCISCO GONTAN ALBIERO

cadastro funcional nº 4013, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Fisioterapia, para cursar Doutorado em Saúde Coletiva, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com carga horária semanal de 40 horas-aula, no período de 7 de julho 2014 a 6 de julho de 2015.

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 738/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 738/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Luciano Félix Florit.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LUCIANO FÉLIX FLORIT

cadastro funcional nº 3750, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, para participar de trabalho de campo - pesquisa, relativamente ao projeto "Equidade social e ética ambiental numa análise do desenvolvimento territorial: O caso da Microrregião de Concórdia/SC como região de especismo intensivo (REI)", em Concórdia - SC, nos dias 1º e 2 de junho de 2014.

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 739/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 739/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Adriano Péres.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ADRIANO PÉRES

cadastro funcional nº 2755, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de banca examinadora de dissertação de mestrado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 6 de junho de 2014.

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 740/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 740/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014  
Declara vacância de cargo público da servidora Clarice Katlin Piaz Klock de Lima, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando o disposto no inciso V do art. 44 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, com alteração promovida pela Lei Complementar Municipal nº 764, de 15 de julho de 2010, e tendo em vista a nomeação da Servidora CLARICE KATLIN PIAZ KLOCK DE LIMA (cadastro funcional nº 5520, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Centro de Ciências Jurídicas) para o cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da FURB, com idêntica lotação, de acordo com a Portaria nº 723/2014, de 22 de maio de 2014, DECLARA A

VACÂNCIA do respectivo cargo público, por motivo de nomeação em outro cargo inacumulável, a partir de 29 de maio de 2014, pelo período de 03 (três) anos, quando será exonerada do cargo, extinguindo-se, definitivamente, o vínculo jurídico-funcional respectivo.

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 741/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 741/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014

Concede licença remunerada às Servidoras Mariléia Schubert e Rose Mary Grether.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA às Servidoras adiante nominadas, Técnico-Administrativas, lotadas na Divisão de Políticas Educacionais, para participarem do IV Seminário Estadual de Sistemas de Ensino de Santa Catarina, em Caçador - SC, nos dias 2 e 3 de junho de 2014:

1. MARILÉIA SCHUBERT - cadastro funcional nº 5560
2. ROSE MARY GRETHER - cadastro funcional nº 2019

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 742/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 742/2014, DE 30 DE MAIO DE 2014.

Designa os integrantes da Comissão Especial Gestora dos Contratos nº 057/2014 e nº 065/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA:

ARIANA KARINE BRANDT KNOP - Coordenadoria de Planejamento  
BETHANIA HERING - Curso de Nutrição  
FÚLVIO CESAR SEGUNDO - Procuradoria Geral  
LÁZARO BRUNO CABRAL LELES - Diretório Central dos Estudantes  
WILLIAM HODECKER - Divisão de Administração do Campus

para, sob a representação da Professora Bethania Hering, integrarem a Comissão Especial Gestora do CONTRATO Nº. 057/2014 - que estabelece a Permissão de uso de bens públicos municipais (lanchonetes), localizados nos Campi 1, 3 e 5 da FURB, destinados à exploração comercial de Cantina (Lanchonete) para servidores, alunos da FURB e comunidade em geral, celebrado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa Delmo Leal Da Silva - EPP; e do CONTRATO Nº. 065/2014 - que trata da permissão de Uso de Bens Públicos Municipais (Restaurantes Universitários), localizados nos Campi 1 e 2 da FURB, destinados à exploração comercial de Cantina (Restaurante e Lanchonete) para servidores, alunos da FURB e comunidade em geral, bem como o item 3.7 da Cláusula terceira, celebrado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a empresa Delmo Leal da Silva - ME.

Blumenau, 30 de maio de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 743/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 743/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário - Área Temática (Matéria) Economia - Componentes Curriculares (disciplinas) Economia Política, Economia Internacional e Economia Internacional II. Edital nº 23/2013.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 056/2014, Parecer nº 056/2014 -, tomada em sua sessão plenária de 27 de maio de 2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Provas e Títulos regido pelo Edital nº 023/2013, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, Componentes Curriculares (Disciplinas): Área Temática (Matéria) Economia - Componentes Curriculares (disciplinas) Economia Política, Economia Internacional e Economia Internacional II, conforme a seguir:

CANDIDATOS	RESULTADO
Nazareno Loffi Schmoeller	1º Classificado
Danielle Cristina Guizzo Archela	2ª Classificada
Carla Eunice Gomes Correa	Desclassificada
Ivo Raulino	Desclassificado
Renato Luiz Goedert	Desclassificado
Rogério Goulart Junior	Desclassificado

Blumenau, 2 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 744/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 744/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014

Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 050/2014 - CPCM, de 30 de maio de 2014, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Arian Grasmuk	12,22	PQ02	2/4/2014

Blumenau, 2 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 745/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 745/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Ivo Marcos Theis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746,



de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IVO MARCOS THEIS

cadastro funcional nº 1730, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, considerando sua participação, na condição de integrante da Comissão Julgadora do concurso público de provas e títulos para provimento de cargo de Professor Doutor, na área de Economia Regional e Urbana, no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Campinas - SP, no período de 29 a 30 de maio de 2014.

Blumenau, 2 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 746/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 746/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de MÁRIO FERIGOTTI no cargo de Assistente Operacional.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de MÁRIO FERIGOTTI no cargo de ASSISTENTE OPERACIONAL, nomeado pela Portaria nº 646/2014, de 9 de maio de 2014.

Blumenau, 3 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 747/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 747/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Thair Ibrahim Abdel Hamid Mustafa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THAIR IBRAHIM ABDEL HAMID MUSTAFA

cadastro funcional nº 2793, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar de reunião do PPGE da UNISINOS e discussão do plano de atividades de pesquisa da parceria FURB/UNISINOS em projetos de P&D da CEEE-GT/ANEEL, em São Leopoldo - RS, nos dias 9 e 10 de junho de 2014.

Blumenau, 3 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 748/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 748/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Remove, a pedido, a Servidora Candice Nardelli Reif.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, a Servidora

CANDICE NARDELLI REIF

cadastro funcional nº 5352, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, da Coordenadoria de Comunicação e Marketing para a Coordenadoria de Relações Internacionais, a contar desta data.

Blumenau, 3 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 749/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 749/2014, DE 3 DE JUNHO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Alexandre de Sena.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

ALEXANDRE DE SENA

cadastro funcional nº 3967, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, a contar de 1º de maio de 2014.

Blumenau, 3 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 750/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 750/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Noêmia Bohn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 28 (vinte e oito) dias -, de 30 de junho até 27 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 2000, à Servidora

NOÊMIA BOHN

cadastro funcional nº 2486, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Direito.

Blumenau, 5 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO



**PORTARIA Nº 751/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 751/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Jorge Alberto Müller.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 28 (vinte e oito) dias -, de 30 de junho até 27 de julho de 2014, referente aos períodos aquisitivos: a) 1º de março de 1994 a 28 de fevereiro de 1999 e b) 1º de março de 1999 a 29 de fevereiro de 2004, ao Servidor

JORGE ALBERTO MÜLLER

cadastro funcional nº 2650, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal.

Blumenau, 5 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 752/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 752/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Roberto Bernhard Disse.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, no período de 14 a 18 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2008 ao Servidor

ROBERTO BERNHARD DISSE

cadastro funcional nº 851, ocupante do cargo de Bibliotecário, lotado na Biblioteca Universitária.

Blumenau, 5 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 753/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 753/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Débora Isolani de Matos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DÉBORA ISOLANI DE MATOS

cadastro funcional nº 2432, ocupante do cargo de Engenheiro Químico, lotada no Departamento de Engenharia Química, para participar de demonstração do equipamento destilador automático, na empresa Polimate Ltda, em São Paulo - SP, nos dias 4 e 5 de junho de 2014.

Blumenau, 5 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 754/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 754/2014, DE 5 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Bruno Thiago Tomio.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

BRUNO THIAGO TOMIO

cadastro funcional nº 9697, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, considerando sua participação no XIX Encontro Nacional de Economia Política, em Florianópolis - SC, no dia 4 de junho de 2014.

Blumenau, 5 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 755/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 755/2014, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Antônio Carlos Tavares.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, de 14 a 18 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003, ao Servidor

ANTONIO CARLOS TAVARES

cadastro funcional nº 1856, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação.

Blumenau, 6 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 756/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 756/2014, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Andrea Nascimento Veloso.

o Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

ANDREA NASCIMENTO VELOSO

cadastro funcional nº 8308, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório - Química, lotada no Instituto de Serviços, Pesquisa e Inovação, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 6 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 757/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 757/2014, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Cláudia Regina Lima Duarte da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

CLÁUDIA REGINA LIMA DUARTE DA SILVA

cadastro funcional nº 2713, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Enfermagem, para participar de banca de renovação de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Naturologia, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, em Florianópolis - SC, nos dias 10 e 11 de junho de 2014.

Blumenau, 6 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 758/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 758/2014, DE 6 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Vera Lúcia de Souza e Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

VERA LÚCIA DE SOUZA E SILVA

cadastro funcional nº 5072, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar do VI Fórum Internacional Innovación Y Creatividad - IN-CREA e Intercâmbio Acadêmico com a Universidade de Barcelona, em Barcelona/Catalunha - Espanha, no período de 30 de junho a 8 de julho de 2014.

Blumenau, 6 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 759/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 759/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede afastamento parcial para capacitação, sem prejuízo de seus vencimentos, ao Servidor Fábio Marcelo Matos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 1º, § 1º, e demais disposições da Resolução FURB nº 011/2014, de 27 de fevereiro de 2014, CONCEDE AFASTAMENTO PARCIAL PARA CAPACITAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE SEUS VENCIMENTOS, ao Servidor

FÁBIO MARCELO MATOS

cadastro funcional nº 4563, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Fisioterapia, para cursar

Doutorado em Desenvolvimento Regional da FURB, com carga horária semanal de 20 horas-aula, no período de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 760/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 760/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Margareth dos Santos Paz Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 07 (sete) dias -, no período de 21 a 27 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 3 de abril de 2001 a 4 de abril de 2006, à Servidora

MARGARETH DOS SANTOS PAZ SILVA

cadastro funcional nº 4220, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Departamento de Ciências Farmacêuticas.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 761/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 761/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de Paulo dos Santos de Liz no cargo de Assistente Operacional.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de PAULO DOS SANTOS DE LIZ, no cargo de Assistente Operacional, nomeado pela Portaria nº 645/2014, de 9 de maio de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 762/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 762/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de Carlos Eduardo Bencke no cargo de Químico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de CARLOS EDUARDO BENCKE, no cargo de Químico, nomeado pela Portaria nº 657/2014, de 9 de maio de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 763/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 763/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de Lizandra dos Santos no cargo de Técnico de Laboratório - Análises Clínicas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de LIZANDRA DOS SANTOS, no cargo de Técnico de Laboratório - Análises Clínicas, nomeada pela Portaria nº 658/2014, de 9 de maio de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 764/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 764/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede Abono de Permanência ao Servidor Luiz Carlos Nazário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA ao Servidor

LUIZ CARLOS NAZÁRIO

cadastro funcional nº 2027, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Administração.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 765/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 765/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Henriette Damm.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

HENRIETTE DAMM

cadastro funcional nº 3207, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Matemática, para participar de reunião para discussão técnica e contratual, relativamente à pesquisa de mercado contratada pela GNC Cinemas, em Porto Alegre - RS, nos dias 9 e 10 de junho de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 766/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 766/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Luiz Alberto Koehler.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LUIZ ALBERTO KOEHLER

cadastro funcional nº 3156, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar do XVIII Congresso PANAM, em Santander/Calábria - Espanha, no período de 9 a 13 de junho de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 767/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 767/2014, DE 10 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Cláudio Laurentino Guimarães.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

CLÁUDIO LAURENTINO GUIMARÃES

cadastro funcional nº 2541, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Farmacêuticas, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Autorização do Curso de Farmácia - do Centro de Ensino Superior de Médio e Baixo Amazonas - CESBAM.PIN, em Parintins - AM, no período de 3 a 6 de agosto de 2014.

Blumenau, 10 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 768/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 768/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Lorena Benathar Ballod Tavares.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, de 14 a 18 de julho de 2014, referente ao período aquisitivos de 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998, à Servidora

LORENA BENATHAR BALLOD TAVARES

cadastro funcional nº 1483, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Engenharia Química.

Blumenau, 11 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 769/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 769/2014, DE 11 DE JUNHO DE 2014  
Concede licença prêmio ao Servidor Gilberto Martins Galvão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 15 (quinze) dias -, no período de 1º a 15 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2003 a 6 de junho de 2008 ao Servidor

GILBERTO MARTINS GALVÃO

cadastro funcional nº 667, ocupante do cargo de Bibliotecário, lotado na Biblioteca Universitária.

Blumenau, 11 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 770/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 770/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Nazareno Loffi Schmoeller para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 023/2013 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 056/2014, Parecer nº 056/2014 -, NOMEIA

NAZARENO LOFFI SCHMOELLER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, Referência PQ02.

Blumenau, 16 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 771/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 771/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor José Gil Fausto Zipf.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOSÉ GIL FAUSTO ZIPF

cadastro funcional nº 5067, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar do Sudwest Messe 2014, em Villingen/Schwenningen - Alemanha, no período de 12 a 18 de

junho de 2014.

Blumenau, 16 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 772/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 772/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor Alexander Christian Vibrans.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ALEXANDER CHRISTIAN VIBRANS

cadastro funcional nº 4833, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, considerando sua participação no II Seminário Sul-Brasileiro sobre a Sustentabilidade da Araucária, no Campus Lages da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em Lages - SC, no período de 11 a 13 de junho de 2014.

Blumenau, 16 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 773/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 773/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014  
Remove, a pedido, o Servidor André José Sant'Ana.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, o Servidor

ANDRÉ JOSÉ SANT'ANA

cadastro funcional nº 5530, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, do Mestrado em Engenharia Ambiental para a Divisão de Administração do Campus, a contar desta data.

Blumenau, 16 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO



**PORTARIA Nº 774/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 774/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Adriana Fischer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ADRIANA FISCHER

cadastro funcional nº 9322, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Letras, para participar do 62º Seminário do GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Campinas - SP, nos dias 1º e 2 de julho de 2014.

Blumenau, 16 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 775/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 775/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Reconduz integrante da Comissão de Avaliação de Projetos de Extensão - CAPEX da FURB para o período 2014-2016.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do MEMORANDO Nº 39-2014-DAEX, de 13 de junho de 2014, oriundo da Divisão de Apoio à Extensão - DAEX, RECONDUZ o Professor adiante nominado para integrar a Comissão de Avaliação de Projetos de Extensão - CAPEX da FURB, no período 2014-2016:

- SIDNEY SILVA - representante do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA.

Blumenau, 16 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 776/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 776/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Torna sem efeito, por perda do prazo para posse, a nomeação de Nedson Barcellos e Silva no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por perda do prazo para posse, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de NEDSON BARCELLOS E SILVA, no cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, nomeado pela Portaria nº 690/2014, de 15 de maio de 2014.

Blumenau, 16 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 777/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 777/2014, DE 16 DE JUNHO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Wiliam Hodecker.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

WILIAM HODECKER

cadastro funcional nº 9736, ocupante do cargo de Arquiteto, lotado na Divisão de Administração do Campus, a contar de 13 de junho de 2014.

Blumenau, 16 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 778/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 778/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Concede Abono de Permanência à Servidora Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA à Servidora

OTILIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS HEINIG

cadastro funcional nº 2322, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Letras.

Blumenau, 17 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 779/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 779/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Concede Abono de Permanência ao Servidor Mauro Tessari.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA ao Servidor

MAURO TESSARI

cadastro funcional nº 1587, ocupante do cargo de Bibliotecário, lotado na Biblioteca Universitária.

Blumenau, 17 de junho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 780/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 780/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores



adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3124	Amilton Fernando Signorelli	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	30/06/2014
3118	André Luiz Planinz	Auxiliar de Serviços Administrativos	39	Art. 24 § 2º	05/06/2014
3121	Carlos Alberto Amorim	Auxiliar de Serviços Administrativos	41	Art. 24 § 2º	12/06/2014
3094	Elisabete Terezinha Compiani	Auxiliar de Serviços Administrativos	41	Art. 24 § 2º	02/06/2014
2441	Heloisa Maria de Oliveira	Bibliotecário	72	Art. 24 § 2º	30/06/2014
3064	Liliane Cristina Jarschel	Auxiliar de Serviços Administrativos	43	Art. 24 § 2º	24/06/2014
3129	Marcos Vilmar de Oliveira	Assistente Operacional	27	Art. 24 § 2º	19/06/2014
1786	Sandra Maria Ferreira	Assistente Administrativo	59	Art. 24 § 2º	02/06/2014
3126	Tarcizio Laurindo	Motorista	46	Art. 24 § 2º	23/06/2014
3117	Vinicius de Garcia Venturini	Técnico em Assuntos de Informática	58	Art. 24 § 2º	05/06/2014

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 781/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 781/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Designa Banca Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Educação, Ciência e Pesquisa - Componentes Curriculares (Disciplinas): Pesquisa em Educação; Metodologia do Trabalho Acadêmico; e Universidade, Ciência e Pesquisa, regido pelo Edital nº 24/2014.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e atendendo ao disposto na Lei Complementar Municipal nºs 743 e nº 745, de 19 de março de 2010, e na Resolução CEPE/FURB nº 36/2007, de 17 de outubro de 2007, DESIGNA os Professores

Titulares: GICELE MARIA CERVI  
RITA BUZI RAUSCH  
MÁRCIA HOBOLD

Suplente: ADOLFO RAMOS LAMAR

para, sob a Presidência da Professora Gicele Maria Cervi, comporem a Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargo de Professor Universitário, Área Temática (Matéria): Educação, Ciência e Pesquisa - Componentes Curriculares (Disciplinas): Pesquisa em Educação; Metodologia do Trabalho Acadêmico; e Universidade, Ciência e Pesquisa, regido pelo Edital nº 24/2014.

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 712/2014, de 20 de maio de 2014.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 782/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 782/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia André Luiz Damasceno Belan para ocupar o cargo de provimento efetivo de Químico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

ANDRÉ LUIZ DAMASCENO BELAN

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Químico, com lotação no Departamento de Química, referência inicial 55.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 783/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 783/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Alexandra Roberta Jantz para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Análises Clínicas.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

ALEXANDRA ROBERTA JANTZ

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Análises Clínicas, com lotação no Departamento de Ciências Farmacêuticas, referência inicial 35.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 784/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 784/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Nadia Atef Issa para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

NADIA ATEF ISSA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências da Saúde, referência inicial 20.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 785/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 785/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Ana Carla de Souza Peres para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

ANA CARLA DE SOUZA PERES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, referência inicial 20.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 786/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 786/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

Nomeia Fernanda Riediger Siegel para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

FERNANDA RIEDIGER SIEGEL

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto, com lotação na Divisão de Administração do Campus, referência inicial 55.

Blumenau, 17 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 787/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 787/2014, DE 23 DE JUNHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Siegmär Starke.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

SIEGMAR STARKE

cadastro funcional nº 2646, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina, para participar do XIII Congresso Catarinense de Cardiologia/ I Simpósio Luso-Catarinense de Cardiologia, em Florianópolis - SC, na data de 25 de julho de 2014.

Blumenau, 23 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 788/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 788/2014, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Enquadra a docente Juliane Araújo Greinert Goulart no Regime de Trabalho de Tempo Integral - TI da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução nº 055/2013, de 25 de setembro de 2013, ENQUADRA a docente adiante nominada no Regime de Trabalho de Tempo Integral - TI para o triênio 2013-2016, conforme a seguinte situação:

CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS		
Departamento	Professor	Enquadramento
Ciências Naturais	Juliane Araújo Greinert Goulart	art. 18, inciso II

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 789/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 789/2014, DE 24 DE JUNHO DE 2014  
Concede licença prêmio à Servidora Fabiana Riscarolli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PRÊMIO - 02 (dois) dias -, nos dias 26 e 27 de junho de 2014, referente ao período aquisitivo de 6 de janeiro de 2003 a 5 de janeiro de 2008, à Servidora

FABIANA RISCAROLLI

cadastro funcional nº 3599, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Divisão de Administração de Materiais.

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 790/2014 - FURB**

PORTARIA Nº 790/2014, DE 24 DE JUNHO DE 2014  
Concede licença remunerada ao Servidor João Francisco Noll.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOÃO FRANCISCO NOLL

cadastro funcional nº 2147, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para participar de viagens de estudos a cidades européias, em Vitória-Gasteiz (Espanha), Munique e Deggendorf (Alemanha) e Veneza (Itália), no período de 8 a 25 de julho de 2014.

Blumenau, 24 de junho de 2014.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº 043/2015 DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 043/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA SRA. FABIOLA BUZATTO AO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR a Sra. FABIOLA BUZATTO, portadora do CPF sob nº. 030.665.119-01, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para ocupar o cargo de FONOAUDIÓLOGA, com carga horária de 10 horas semanais, em caráter temporário, pelo período máximo de 01 ano, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 957/2015 de 11 de fevereiro de 2015, sendo sua contratação a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de março de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0443/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE  
ERRATA DE EDITAL COM REABERTURA DE PRAZO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 443/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO que, de acordo com o Decreto nº. 3.555, de 08 de Agosto de 2000, a lei federal nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, e demais legislações aplicáveis à errata do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 443/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015, com designação de nova data para a sessão de julgamento do dia 16/03/2015 as 10:30 hrs para o dia 24/03/2015 as 08:30 hrs e altera os valores da presente licitação onde lê-se:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
8	1	und	balcão de 367 cm de largura 100 cm de altura e 50 cm de profundidade com 5 gavetas e 7 portas todas com prateleiras internas de 58 cm de profundidade com corredeira telescópicas nas gavetas puxadores de plástico 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa de MDF 15 mm na cor branca com pés de madeira com tampos engrossados com chapa em MDF de 30 mm e 2 armários de 148 cm de largura 223 cm de altura com 58 cm de profundidade com 3 portas e 4 prateleiras, com corredeira telescópica nas gavetas e puxadores plásticos em 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa em MDF de 15 mm na cor branca com pés de madeira	6.200,00

Passa a ler -se

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Máximo do Item
8	2	und	balcão de 367 cm de largura 100 cm de altura e 50 cm de profundidade com 5 gavetas e 7 portas todas com prateleiras internas de 58 cm de profundidade com corredeira telescópicas nas gavetas puxadores de plástico 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa de MDF 15 mm na cor branca com pés de madeira com tampos engrossados com chapa em MDF de 30 mm e 2 armários de 148 cm de largura 223 cm de altura com 58 cm de profundidade com 3 portas e 4 prateleiras, com corredeira telescópica nas gavetas e puxadores plásticos em 190 mm, dobradiça de 35 mm todo em chapa em MDF de 15 mm na cor branca com pés de madeira	3.100,00

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 12 de Março de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**Bom Retiro****PREFEITURA****ERRATA CHAMADA PÚBLICA 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

ERRATA MINUTA EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Edital Chamada Pública 01/2015 de 09 de março de 2015, para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de cooperativas e associações, para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC. Alterar no Edital: Onde se lê: A abertura dos envelopes será dia 20/03/15 às 09h30min

Leia-se: A abertura dos envelopes será dia 20/03/15 às 14h00min

Bom Retiro, 12 de março de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

**Botuvera****PREFEITURA****PORTARIA 068/2015**

PORTARIA 68/2015

"Nomeia Membros do Conselho do Idoso"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal do Idoso, na qualidade de titulares e seus respectivos membros:

**Representantes Governamentais**

I- Representantes da Secretaria da Assistência Social

Titular: Antonia Maria da Silva

Suplente: Maria Honoria de Martino

II- Representantes da Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Inizete Colzani Maestri

Suplente: Cléber José Costa

III - Representantes do Esporte Cultura e Turismo

Titular: Elizandro da Cruz

Suplente: Jeferson André Mariani

**Representantes não Governamentais**

I - Representante da Associação dos Idosos da Alegria:

Titular: Maria Molinari Vanelli 15

José Luiz Colombi

Suplente: Dolores Vanelli

II- Representante da Associação dos Idosos e da Amizade:

Titular: Maria Neves Pedrini

Suplente: Rosvita Venzon Molinari

III - Representante da Ação Social

Titular: Lidia Ines Pavesi Vanelli

Suplente: Vital Vanelli

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 03 de março de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá



**PORTARIA 069/2015**

PORTARIA 69/2015

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Habitação"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Habitação, na qualidade de titulares e seus respectivos membros:

Representantes Governamentais

I- Representante da Secretaria da Agricultura

Titular: Marcio Colombi

Suplente: Valmir José Betinelli

II- Representantes da Secretaria de Obras

Titular: Ana Claudia Victorino

Suplente: Ângelo Luiz Venzom

III - Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Edson S. da Silva

Suplente: Antonia Maria da Silva

Representantes não Governamentais

I- Representante na NUPDEC

Titular: Margaret Terezinha Leites

Associação de Campista " Santa Terezinha do Menino Jesus"

Suplente: Valdete Maria Ganesini

II Representante da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária-CRESOL

Titular: Patricia Muller

Associação do Bairro Ribeirão Porto Franco

Suplente: Eliane Hoepers Paulini

III Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botuverá- SITRUBA

Titular: Carlos Venzom

Associação Clube Esportivo Figueira

Suplente: Alex Sandro Venzom

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

]Botuverá (SC), 03 de março de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

**PORTARIA 62/2015**

PORTARIA 62/2015

"Nomeia Membros do Conselho Municipal da Saúde"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, na qualidade de titulares e seus respectivos membros:

I- Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Camila Granemann de Souza

Suplente: Aricelio Nicola Costa

II- Representantes dos Profissionais da Saúde

Titular: Maicon Everton dos Santos

Suplente: Marlene Merizio

Representantes dos Usuários

Titular: Rivelino Hammer

Suplente: Felipe Maestri

Titular: Carlos Venzon

Suplente: Goreti Colombi Betinelli

Titular: Cátia L. Colombi Busquirolli

Suplente: Eliane Hoepers Paulini

Titular: Margaret Terezinha Leites

Suplente: Gabriela Aparecida Merizio

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 02 de fevereiro de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

**PORTARIA 70/2015**

PORTARIA 70/2015

"Nomeia Membros do Conselho da Assistência Social"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal da Assistência Social, na qualidade de titulares e seus respectivos membros:

Representantes Governamentais

I- Representantes da Secretaria da Assistência Social

Titular: Antonia Maria da Silva

Suplente: Eloisa Schilenski

II- Representantes da Secretaria de Educação

Titular: Marilene Maurizio Assini

Suplente: Alirio Merizio

III - Representantes de Administração e Finanças

Titular: Inizete Colzani

Suplente: Cleber José Costa

Representantes não Governamentais

Representantes dos usuários dos Serviços na área de Assistência Social

Titular: Rivelino Hammers

Suplente: Margaret Terezinha Leites

Titular: Carlos Venzom

Suplente: Mirtes Maria Maestri

Titular: Eliane Hoepers Paulini

Suplente: Valdete Maria Ganesini Mariani

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 03 de março de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

### **PORTARIA 73/2015**

PORTARIA 73/2015

"Nomeia Membros do Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, na qualidade de titulares e seus respectivos membros:

I- Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Botuverá  
Titular: Maicon Everton dos Santos  
Suplente: Marlene Merizio

II- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social  
Titular: Jussara de Oliveira Lussoli  
Suplente: Francine Pozzi

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Titular: Inizete Colzani Maestri  
Suplente: Cleber Costa

Representantes não governamentais

Titular: Dalva Rosana Dalsegio Giancesini  
Suplente: Sueli Elite Pavesi Martinenghi

Titular: Deise Grasiela Jorge Pavesi  
Suplente: Ivania Wietcovsky

Titular: Rivelino Hammer  
Suplente: Felipe Maestri Martinenghi

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 03 de março de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

### **TOMADA DE PREÇO 03/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2015

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório nº 11/2015, Modalidade Tomada Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO COM ÁREA DE 159,97 M2, CONVÊNIO FNS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 10:00 Horas do dia 30/03/2015. Abertura da sessão: dia 30/03/2015 às 10:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail vilimar@botuvera.sc.gov.br compras@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 12 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### **TOMADA DE PREÇO 04/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2015

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 04/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório nº 12/2015, Modalidade Tomada Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE MODALIDADE INTERMEDIÁRIA NA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO COM ÁREA DE 314,77 M2, CONVÊNIO COM FNS/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 15:00 Horas do dia 30/03/2015. Abertura da sessão: dia 30/03/2015 às 15:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail vilimar@botuvera.sc.gov.br compras@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br

Botuverá-SC, 12 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2 2015 -SRP FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 3/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2014 - SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 25.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 12 de outubro de 2014.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA 036/2015

PORTARIA 036/2015

"Dispõe sobre o Afastamento Preventivo de servidor no Processo de Sindicância nº 001/2015 e dá outras providências"

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ordenar, nos termos do artigo 94 da Lei Complementar nº 09/99, de 17 de novembro de 1999, o afastamento preventivo do seu cargo, do servidor NILSON WERTER, técnico de controle interno, nomeado pela portaria nº 170/2012, de 12/11/2012, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, tendo em vista o trâmite do processo de sindicância nº 001/2015, para apuração de eventual infração aos incisos II, III e IX, do artigo 77, incisos X e XIX, do artigo 78 e dos incisos IV e XIII do artigo 86, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Braço do Trombudo (Lei Complementar 09/99, de 17/11/99), bem como artigo 11 da Lei 8.429/92.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Equipamento novo para combate a incêndio, capacidade 10,000 litros na cor branca, bomba lobular "D4", com vazão 60m³/h irrigadora trazeira. Pé de pato direito e esquerdo, Pé de pato na frente do caminhão, cânhão monitor com salidas laterais, direita e esquerda, duas mangueiras de esguicho de no mínimo 15 mts, todos a abertura de registro de água pneumático montado no caminhão 1719/2013. Deverão possuir parachoque, protetores laterais. (12893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	55.500,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014  
PROCESSO Nº 7/2014

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Março de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 7.576, DE 09 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 7.576, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 73.873,09 (Setenta e Trez Mil, Oitocentos e Setenta e Trez Reais e Nove Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial - Media Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.23 Outras Transf. Feas M.C.  
 VALOR R\$ 25.799,78  
 008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial - Alta Complexidade  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas- Investimentos  
 0.3.35.21 Outras Transf. Feas A.C.  
 VALOR R\$ 38.124,76  
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Basica  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.20 Outras Transf. Feas B.E.  
 VALOR R\$ 9.828,38  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.24 Outras Transf. Feas PSB.  
 VALOR R\$ 120,17

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
63980-X	B.B. FMAS - Média/Custeio	0.3.35.23 0.1.35.23	25.799,78 27.316,50
64204-5	B.B. FMAS - Média/Invest.	0.1.35.23	30.603,03
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>83.719,31</b>
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.35.23/0.3.35.23	0,00	
DDO à Pagar	0.1.35.23/0.3.35.23	0,00	
Restos à Pagar	0.1.35.23/0.3.35.23	57.919,53	
<b>TOTAL</b>	0.1.35.23/0.3.35.23	57.919,53	
<b>Saldo</b>	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.35.23	25.799,78	

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
57681-6	B.B. FMAS - Alta/Custeio	0.3.35.21 0.1.35.21	6.965,98 52.587,30
60327-9	B.B. FMAS - Alta/Invest.	0.3.35.21 0.1.35.21	38.124,76 73.399,61
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>171.077,65</b>
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.35.21/0.3.35.21	0,00	
DDO à Pagar	0.1.35.21/0.3.35.21	0,00	
Restos à Pagar	0.1.35.21/0.3.35.21	125.986,91	
<b>TOTAL</b>	0.1.35.21/0.3.35.21	125.986,91	
<b>Saldo</b>	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.35.21	45.090,74	
Utilizado no Decreto Nº 7.572	0.3.35.21	6.965,98	
Saldo a Utilizar	0.3.35.21	38.124,76	

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
63091-8	B.B. FMAS - Cust. Benef. Eventuais	0.3.35.20 0.1.35.20	9.828,38 3.907,19
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>13.735,57</b>
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.35.20/0.3.35.20	0,00	
DDO à Pagar	0.1.35.20/0.3.35.20	0,00	
Restos à Pagar	0.1.35.20/0.3.35.20	3.907,19	
<b>TOTAL</b>	0.1.35.20/0.3.35.20	3.907,19	
<b>Saldo</b>	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.35.20	9.828,38	

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
67476-1	B.B. FMAS - Básica/Custeio.	0.3.35.24 0.1.35.24	120,17 24.836,10
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>24.956,27</b>
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.35.24/0.3.35.24	0,00	
DDO à Pagar	0.1.35.24/0.3.35.24	275,68	
Restos à Pagar	0.1.35.24/0.3.35.24	24.560,42	
<b>TOTAL</b>	0.1.35.24/0.3.35.24	24.836,10	
<b>Saldo</b>	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.35.24	120,17	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de março de 2015.  
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON RODRIGO RIFFEL  
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

DIEGO FAGUNDES  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

#### **EXTRATO DO CONTRATO 027/2015 SAMAE** EXTRATO DO CONTRATO 027/2015

ESPÉCIE: fornecimento de refeição para os servidores do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 005/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015.80002.0041220300.2293.3390399900.00020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2015; VALOR: R\$ 406.00,00. CONTRATADA: Lanchonete Café 37 Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 11 de março de 2015.  
PUBLIQUE-SE  
Rogério Ristow

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015** TOMADA DE PREÇOS nº 005/2015 Processo Licitatório nº 050/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução das obras de construção/implantação de 5 (cinco) salas de aulas itinerantes no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/03/2015, às 08h30min.  
Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 12/03/2015

GLEUSA LUCI FISCHER  
Secretária de Educação

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 SAMAE**

SAMAE DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 006/2015  
Tomada de Preços

OBJETO: Aq. atualizações software de emissão de contas  
RESULTADO: Em virtude do não comparecimento de empresas interessadas a Comissão decidiu considerar a presente licitação deserta, encaminhando os autos para análise da autoridade superior. 10.03.2015

Silviane Studnicka  
Presidente da Comissão de Licitação

## Caçador

### PREFEITURA

#### **DECRETO Nº 6.317**

DECRETO nº 6.317, de 02 de março de 2015.  
Revoga o Decreto nº 6.286, de 23 de janeiro de 2015, que Suplementa dotação orçamentária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.286, de 23 de janeiro de 2015, que Suplementa dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do superávit financeiro, verificado no exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 866.827,95 (oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

#### **DECRETO Nº 6.318**

DECRETO nº 6.318, de 02 de março de 2015.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 631,39m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e um metros e trinta e nove decímetros quadrados), objeto do Registro nº 7919, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua João Rosa dos Santos, Loteamento Flores, Bairro Santa Catarina, nesta cidade, de propriedade de José Valentini e Iraci Fatima Pasqualotto Valentini, ficando após o desmembramento constituído de 02 glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Gleba "A" com 244,98m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados), iniciando no marco denominado 'P01', segue confrontando com a Rua João Rosa dos Santos com o azimute de 166º20'21" e a distância de 11,00m até o marco 'P02'; segue confrontando com José Valentini e Iraci Fatima Pasqualotto Valentini (Gleba B) com o azimute de 256º09'16" e a distância de 22,27m até o marco 'P07'; segue confrontando com José Valentini e Iraci Fatima Pasqualotto Valentini (Gleba B) com o azimute de 346º20'21" e a distância de 11,00m até o marco 'P06'; segue confrontando com o Lote 1 - Saulo Prigol e Brigida Polo

Prigol (Matrícula 5166) com o azimute de 76°08'56" e a distância de 22,27m até o marco 'P01', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 244,98m².

II - Gleba "B" com 386,41m² (trezentos e oitenta e seis metros e quarenta e um decímetros quadrados), iniciando no marco denominado 'P02', segue confrontando com a Rua João Rosa dos Santos com o azimute de 166°20'21" e a distância de 5,00m até o marco 'P03'; segue confrontando com Lote 4 - Valdemar Domingos Mazutti e Mercedes de Bastiani Mazutti (Matrícula 5235) e Lote 3 - Jucinei Gilioli (Matrícula 24.015) com o azimute de 256°09'16" e a distância de 39,62m até o marco 'P04'; segue confrontando com Lote 20 - Vera Luzia Thomazi (Matrícula 15800) com o azimute de 347°25'19" Lote 21 - Saulo Prigol e Brigida Polo Prigol (Matrícula 15373) e a distância de 16,00m até o marco 'P05'; segue confrontando com o Lote 1 - Saulo Prigol e Brigida Polo Prigol (Matrícula 5166) com o azimute de 76°08'56" e a distância de 17,04m até o marco 'P06'; segue confrontando com José Valentini e Iraci Fatima Pasqualotto Valentini (Gleba A) com o azimute de 166°20'21" e a distância de 11,00m até o marco 'P07'; segue confrontando com José Valentini e Iraci Fatima Pasqualotto Valentini (Gleba A) com o azimute de 76°09'16" e a distância de 22,27m até o marco 'P02', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 386,41m².

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.320

DECRETO Nº 6.320, de 02 de março de 2015.

Designa Servidoras Públicas Municipais para fiscalizarem a execução de obras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, mais o disposto no art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para fiscalizarem a execução das seguintes obras:

I - Servidora Carine Marcon, Engenheira Civil:

a) Obra: Creche na Rua Luiz Tortatto, Bairro Nossa Senhora Salete, pelo Programa Federal Pró-Infância. Processo Licitatório nº 82/2012, Concorrência nº 08/2012, Contrato Administrativo nº 116/2012. Recursos: Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação - FNDE.

II - Servidora Carolina Fruet de Lima, Engenheira Civil:

a) Obra: Creche na Rua Canário, Bairro Martello, pelo Programa Federal Pró-Infância. Processo Licitatório nº 81/2012, Concorrência nº 07/2012, Contrato Administrativo nº 115/2012. Recursos:

Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação - FNDE;

b) Obra: Reforma e Ampliação da Escola Esperança, Bairro Martello. Processo Licitatório nº 80/2012, Concorrência nº 06/2012, Contrato Administrativo nº 108/2012. Recursos: Próprios;

c) Obra: Praça do Esporte e da Cultura, anexa ao CAIC, no Bairro Martello. Processo Licitatório nº 98/2012, Concorrência nº 09/2012, Contrato Administrativo nº 104/2012. Recursos: Ministério da Cultura;

d) Obra: Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, no Bairro Berger. Processo Licitatório nº 46/2013, Concorrência nº 01/2013 - FMS, Contrato Administrativo nº 014/2014. Recursos: Ministério da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.579, de 04 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo - PRESIDENTE DO IPPUC.

### DECRETO Nº 6.321

DECRETO Nº 6.321, de 03 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais JOVANI SCREMIN, ERCÍLIA SITA BENDER e LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 22/2015, Dispensa nº 03/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração, aplicação e julgamento de concurso público para o Município de Caçador, Fundos e demais Fundações.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 14h10min do dia 04/03/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.324

DECRETO Nº 6.324, de 04 de março de 2015.

Altera a acresce incisos do art. 1º do Decreto nº 5.901/2014, que Nomeia Comissão de Acompanhamento de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do

Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.901, de 05 de fevereiro de 2014, que Nomeia Comissão de Acompanhamento de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º ... ..  
.....

I - ... ..  
.....

IV - Paulo Roberto Gonçalves; (NR)

V - ... ..  
.....

VI - Ailton Carlos Leite; (NR)

VII - ... ..  
.....

VIII - Bernadete Maria Ribeiro dos Santos. (AC)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de março de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.325**

DECRETO Nº 6.325, de 05 de março de 2015.

Substitui membro do Decreto nº 6.187/2014, que Nomeia Comissão de Processo Seletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituída a Servidora Erci Bohrer nomeada pelo Decreto nº 6.187, de 30 de outubro de 2014, para compor a Comissão de Processo Seletivo para emprego público de Agente Comunitário de Saúde, pela Servidora Graziela Lea Gallina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.326**

DECRETO Nº 6.326, de 05 de março de 2015.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.660/2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.660, de 09 de agosto de 2013, que Nomeia Servidoras Públicas Municipais efetivas para comporem o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caçador, alterado pelo Decreto nº 6.181, de 27 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI - Diretora Administrativa do IPASC; (NR)

II - KAREN FERNANDA RIBEIRO - Contadora do IPASC;” (NR)

III - ... ..

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.327**

DECRETO Nº 6.327, de 05 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTONIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das seguintes áreas de terrenos urbanos, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - terreno urbano sem benfeitorias localizado na Rua Gualberto Ramalho, com superfície de 500,00m2 (quinhentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 2358, pertencente a Rui Menegotto e Luiz Carlos Bittencourt;

II - terreno urbano sem benfeitorias localizado na esquina das Ruas Luiz Simas e Gualberto Ramalho, com superfície de 235,00m2 (duzentos e trinta e cinco metros quadrados), objeto da matrícula nº 1994, pertencente a Ophir Macedo;

III - terreno urbano sem benfeitorias, constituído pelo lote nº 05 da planta do desmembramento, situado na Rua Marechal Hermes, com superfície de 885,98m2 (oitocentos e oitenta e cinco metros e noventa e oito décimos quadrados), objeto da matrícula nº 30.897, pertencente ao Município de Caçador.

Parágrafo único. As avaliações se fazem necessárias para possível permuta dos mesmos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**DECRETO Nº 6.328**

DECRETO Nº 6.328, de 06 de março de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.185, de 16/12/2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil reais):

**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.120.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil reais), conforme segue:

**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**DECRETO Nº 6.329**

DECRETO Nº 6.329, de 09 de março de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 924,77m² (novecentos e vinte e quatro metros e setenta e sete décimos quadrados), objeto da matrícula nº 7667, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Jaraguá do Sul, Bairro dos Municípios, nesta cidade, de propriedade de Severino Moreira Dias, ficando após o desmembramento constituído de 02 (dois) lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - lote 1 com 462,385m² (quatrocentos e sessenta e dois metros e trezentos e oitenta e cinco centímetros quadrados), inicia no

marco denominado 'P01', segue confrontando com Jaime Nora e Jacir João Nora (Matrícula - 27.427) com o azimuth de 70°45'10" e a distância de 35,50m até o marco 'P02'; segue confrontando com Elza Galina Dallazem (Matrícula - 5.163) com o azimuth de 145°04'19" e a distância de 13,22m até o marco 'P03'; segue confrontando com Severino Moreira Dias (lote 2) com o azimuth de 249°43'14" e a distância de 35,24m até o marco 'P06'; segue confrontando com Rua Jaraguá do Sul com o azimuth de 324°42'33" e a distância de 13,90m até o marco 'P01', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 462,385m².

II - lote 2 com 462,385m² (quatrocentos e sessenta e dois metros e trezentos e oitenta e cinco centímetros quadrados), inicia no marco denominado 'P06', segue confrontando com Severino Moreira Dias (lote 1) com o azimuth de 69°43'14" e a distância de 35,24m até marco 'P03'; segue confrontando com Elza Galina Dallazem e Ronaldo Balbisan (Matrícula - 3.979) (Matrícula - 5.163) com o azimuth de 145°04'19" e a distância de 13,28m até o marco 'P04'; segue confrontando com Carlos Daniel Kutcher (transcrição sob número - 17.805, Livro 3L - Folhas 70) com o azimuth de 248°46'56" e a distância de 35,00m até o marco 'P05'; segue confrontando com a Rua Jaraguá do Sul com o azimuth de 324°42'33" e a distância de 13,90m até o marco 'P06', início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 462,385m².

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 6.332**

DECRETO Nº 6.332, de 11 de março de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.185, de 16/12/2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Infraestrutura, na importância de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais):

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 135.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º,

serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), conforme segue:

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 135.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**LEI Nº 3.208**

LEI Nº 3.208, de 12 de março de 2015.

Autoriza a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Caçador Jeep Clube.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, ao Caçador Jeep Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.122.989/0001-67, estabelecida na Rua Alfredo Gioppo, nº 1200, neste Município de Caçador, na importância de 30.000,00 (trinta mil reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear despesas com o Projeto "3º Enduro de Regularidade".

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

**12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas Organizadas do Município  
3.3.50.00.00 Próprios .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**CÂMARA MUNICIPAL**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2015

O setor de compras da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a Resolução nº. 81, de 05/09/2011, torna público, para conhecimento dos interessados a contratação por dispensa de licitação realizada em 10/03/2015 e ratificada pela autoridade competente em 11/03/2015. Maiores informações por e-mail [licitacao@camaracaador.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaracaador.sc.gov.br).

Objeto da Dispensa de Licitação:

Dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei 8.666/93, para a contratação da empresa Sandra de Fatima Bariuka Ueda ME - CNPJ 13.111.002/0001-08 - para aquisição de salgadinhos e docinhos variados para coquetéis a serem realizados pela Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Valor da dispensa: R\$ 5.950,00.

Prazo: Parcelada, conforme a necessidade de consumo.

Caçador, 11 de março de 2015.

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 18/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO HORA/MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 11 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 19/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 11 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TERMO DE ERRATA PR 006/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 006/2015-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 006/2015 - FUNDESB, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (GALERIA) PARA SER APLICADO EM REDES PLUVIAIS E CÔRREGOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição dos itens do Anexo I:

- onde lê-se:

item 01 - GALERIA DE CONCRETO ARMADO 2500X2000, 150X150, TB 45, COM MÍNIMO DE 1 METRO DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 15396/2006 MATERIAL DEVE SER ENTREGUE NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, NUM PRAZO DE 15 DIAS APÓS O PEDIDO, SEM NENHUM CUSTO EXTRA COM ENTREGA OU TAXAS

item 02 - GALERIA EM CONCRETO ARMADO 3500X1500 - 200X200, COM MÍNIMO DE 1 METRO DE COMPRIMENTO, TB 45, CONFORME NBR 15396/2006. O MATERIAL DEVE SER ENTREGUE NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, NUM PRAZO DE 15 DIAS APÓS O PEDIDO, SEM NENHUM CUSTO EXTRA COM ENTREGA OU TAXAS.

- leia-se:

item 01 - GALERIA DE CONCRETO ARMADO 2500X2000, 200X200, TB 45, COM MÍNIMO DE 1 METRO DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 15396/2006 MATERIAL DEVE SER ENTREGUE NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, NUM PRAZO DE 15 DIAS APÓS O PEDIDO, SEM NENHUM CUSTO EXTRA COM ENTREGA OU TAXAS.

item 02 - GALERIA EM CONCRETO ARMADO 3000X1500 - 250X250, COM MÍNIMO DE 1 METRO DE COMPRIMENTO, TB 45, CONFORME NBR 15396/2006. O MATERIAL DEVE SER ENTREGUE NO LOCAL DETERMINADO PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, NUM PRAZO DE 15 DIAS APÓS O PEDIDO, SEM NENHUM CUSTO EXTRA COM ENTREGA OU TAXAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 11 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 19/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 19/2015)

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskowski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 19/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do município de Campo Alegre, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Calcário", criado pela Lei Municipal nº 2.619 de 02 de abril de 2002. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Indústria de Cal Rio Grande Ltda e Lucio Rasera Junior Eireli ME. Passando ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Adilton Cezar da Silva Barbosa, representante da empresa licitante Indústria de Cal Rio Grande Ltda e Sr. Lucio Rasera Junior representante da empresa licitante Lucio Rasera Junior Eireli ME. Passou-se ao recolhimento da declaração de que cumpre os requisitos de habilitação da licitante. A licitante Lucio Rasera Junior Eireli ME comprovou enquadramento como Micro empresa. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO POR ITEM, com fixação de valor máximo (R\$ 30,50).

ITEM

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Lucio Rasera Junior Eireli ME	30,30	28,90	1ª classificada	Habilitada
Indústria de Cal Rio Grande Ltda	30,50	29,00	----	----

Após a fase de lances o valor ficou definido conforme tabela acima. Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante classificado, estando de acordo com o exigido no Edital. Sendo assim, o Pregoeiro declarou a empresa Lucio Rasera Junior Eireli ME vencedora do presente processo licitatório epigrafoado com o valor unitário de R\$ 28,90. Encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### CONVOCAÇÃO Nº 024/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 024/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Srª. SARA REINHARDT, inscrito no CPF/MF sob nº. 006.236.169-47, aprovado em 04º lugar no Concurso Público nº. 001/2012, para o cargo público e na função de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 11 de março de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.911 DE 11 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.911 DE 11 DE MARÇO DE 2015

ANULA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 8.907 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

Considerando a ausência de prévia intimação do Servidor Público Municipal IVO DRANKA DZIEDCZ, matriculada funcional nº 000706, Registro no Sistema sob nº 955152, ocupante do Cargo de Motorista, exercendo a função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art.1º) Anular todas as disposições do Decreto nº 8.907 a partir de 09 de Março de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de Março de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 12/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.912 DE 11 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.912 DE 11 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família			
300000.00.488 -	Despesas Correntes			
330000.00.488 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.488 -	Aplicações Diretas			
339036.00.488 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 3.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família			
300000.00.488 -	Despesas Correntes			
330000.00.488 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.488 -	Aplicações Diretas			
339039.00.488 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 8.913 DE 11 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.913 DE 11 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DAS FROTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal IZAURA DE FÁTIMA SUTIL, Matrícula Funcional nº 000781, Registro no Sistema sob nº 955401, ocupante do cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnica em Enfermagem, para dirigir de forma eventual, os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste Artigo.

§ 1º - Renault/Clio - Placa MLS-9343, Registro no Patrimônio sob nº 22753; Fiat/Uno - Placa MJA-0644, Registro no Patrimônio sob nº 226622; Fiat/Uno - Placa MDK-9421, Registro no Patrimônio sob nº 22208; Fiat/Palio/Weekend - Placa MIQ-7905, Registro no Patrimônio sob nº 22625; Fiat/Pálio - Placa MLO-0991, veículos da Frota do Fundo Municipal de Saúde.



§2º - Fiat/Uno - Placa MFY-3948, veículo da Frota do Fundo Municipal de Assistência Social deste Município.

§3º - Corsa/Wind - Placa LZN-4042, Registro no Patrimônio sob nº 6027, veículo da Frota Pública Municipal do Poder Executivo - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deste Município.

§4º - Os veículos mencionados nos parágrafos anteriores poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada, em casos de necessidade quando não houver Servidor Público Municipal no cargo público exercendo a Função de Motorista, e que esteja disponível para dirigi-lo;

§5º - A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º; 2º e 3º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá autorizar outros servidores a dirigirem os veículos das Frotas Públicas Municipais, descritos nos §§ 1º, 2º e 3º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §§ 4º e 5º do Art. 1º deste Decreto.

#### GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 12/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública o presente Edital de Deferimento de Isenções, nos seguintes termos:

Art.1º Não houveram candidatos com seus pedidos de isenções deferidos pelo SISTAC (Sistema de Isenção de Taxa de Concursos) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art.2º Caso algum candidato tenha tido seu pedido de isenção indeferido, poderá interpor recurso contra o presente Edital no prazo das 08h do dia 12/03/2015 até as 18h do dia 16/03/2015 horário oficial de Brasília, no link Recursos no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na integra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE DEFERIMENTO DE ISENÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**

EDITAL DE DEFERIMENTO DE ISENÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública o presente Edital de Deferimento de Isenções, nos seguintes termos:

Art.1º Consta no Anexo I a lista de candidatos que tiveram sua solicitação de isenção deferidas.

Art.2º Caso algum candidato tenha tido seu pedido de isenção indeferido, poderá interpor recurso contra o presente Edital no prazo das 08h do dia 12/03/2015 até as 18h do dia 16/03/2015 horário oficial de Brasília, no link Recursos no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na integra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

Insc	Nome do Candidato	RG	CPF	CARGO	Isenção
23485	TAIS DREVECK	6258321	10671303902	Agente Administrativo II	Sim
23917	IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS	3379758	2828978958	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais	Sim
19919	ROSELY DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA	5640146	6756438999	Agente Operacional I Auxiliar de Serviços Gerais	Sim
22977	ARI DE ARAUJO MARQUES	51329913	26874051830	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente	Sim

**EDITAL DE DEFERIMENTO DE ISENÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**

EDITAL DE DEFERIMENTO DE ISENÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública o presente Edital de Deferimento de Isenções, nos seguintes termos:

Art.1º Consta no Anexo I a lista de candidatos que tiveram sua solicitação de isenção deferidas.

Art. 2º Caso algum candidato tenha tido seu pedido de isenção indeferido, poderá interpor recurso contra o presente Edital no prazo das 08h do dia 12/03/2015 até as 18h do dia 16/03/2015 horário oficial de Brasília, no link Recursos no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na integra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

Insc	Nome do Candidato	RG	CPF	CARGO	Isenção
24887	KETLYN HINKEL CARVALHO	129599014	9081338986	Agente Administrativo III (Administrativo)	Sim
21695	JONAS WRUCK	390234722	5009841908	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos	Sim
20652	SILMARA MAIA	40800202	411517988	Agente Comunitário de Saúde- Distrito de Fragosos	Sim
19928	BRUNO ZANDI VIEIRA	6727849	9879614976	Agente Operacional II-Vigia	Sim
20281	DANIELA ALMEIDA DE OLIVEIRA	788904116	80648436500	Enfermeiro	Sim
23922	KELI ADRIANA MINELA GODOI		4107495914	Psicólogo	Sim

# Campos Novos

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 01/2015

#### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 01/2015

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 01/2002, e da Lei Municipal nº 4.062/2014, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de Ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Municipal nº 4.062/2014, conforme segue:

#### 1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta da Lei 4.062/2014 e orçamento anexo, estando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

#### 2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas na Rua Anselmo Nino Granzotto (Trecho da Rua Benjamin Constant até o final da rua - Centro); Rua São João Batista (Trecho da Rua João Altair Granzotto até a Rua Alfredo Trincheiro - Bairro Santo Antônio); Rua Expedicionário João Batista de Almeida (Trecho da Rua XV de Novembro até a Av. Caetano Belincanta Neto - Centro); e Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua XV de Novembro até a Av. Caetano Belincanta Neto - Centro).

#### 3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação e Memorial Descritivo integram o presente Edital na forma dos Anexos I e II e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo e meio-fio, inclusive compactação destes.

#### 4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo das obras a serem executadas é de R\$ 482.734,81 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), conforme descrito no Anexo III.

#### 5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 482.734,81 (quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 236.884,81 (duzentos e trinta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

#### 6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas

diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo I.

#### 7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV) e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme prevê a Lei nº 4.062/2014.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria será de no máximo 49,07% (quarenta e nove vírgula zero sete por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo IV.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

#### 9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

#### 10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANTAS DE SITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA, COM RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III - ORÇAMENTO DA OBRA

ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO INICIAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA

#### 11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 05 de março de 2015.  
Prefeito Municipal  
NELSON CRUZ

## **EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 02/2015**

### **EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 02/2015**

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 01/2002, e da Lei Municipal nº 4.075/2014, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Municipal nº 4.075/2014, conforme segue:

#### **1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:**

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta da Lei 4.075/2014 e orçamento anexo, estando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

#### **2. DO LOCAL DAS OBRAS:**

As obras de melhoria serão executadas na Servidão da Rua Coronel Augusto Carlos (Trecho entre a Rua Coronel Augusto Carlos até o final da servidão); Rua Antônio Ribeiro de Lima (Trecho da Rua Prefeito Luiz Fabrício até o calçamento existente - área total: 346,40m<sup>2</sup>); Rua Benjamin Constant (Trecho da Rua Agenor Farias até a Rua Felicitia Bresola); e Rua Benjamin Colla (Trecho da Rua Osvaldo Delavay até a Rua Prefeito Luiz Fabrício).

#### **3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:**

As Plantas de Situação e Memorial Descritivo integram o presente Edital na forma dos Anexos I e II e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo e meio-fio, inclusive compactação destes.

#### **4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:**

O custo das obras a serem executadas é de R\$ R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme descrito no Anexo III.

**5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO**  
O custo total da obra está orçado em R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 66.503,00 (sessenta e seis mil quinhentos e três reais).

#### **6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:**

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme plantas de localização constantes

do Anexo I.

#### **7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:**

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV) e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme prevê a Lei nº 4.075/2014.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria será de no máximo 38 % (trinta e oito por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### **8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo IV.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

#### **9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:**

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

#### **10. DOS ANEXOS:**

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

**ANEXO I - PLANTAS DE SITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA, COM RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS**

**ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO**

**ANEXO III - ORÇAMENTO DA OBRA**

**ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO INICIAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA**

#### **11. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 05 de março de 2015.

Prefeito Municipal  
NELSON CRUZ



**Canelinha****PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 04/2015 - SEMAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2015  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2015  
OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais hidráulicos para manutenção corretiva e preventiva da rede de água do Município, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 24 de março de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 11 de março de 2015.  
GILBERTO ROSA  
Diretor do SEMAIS

**EXTRATO EDITAL 05/2015 - SEMAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2015  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 05/2015  
OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de 1.630 tubos de concreto, conforme NBR 8890/07, para manutenção da rede pluvial do Município, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 24 de março de 2015, às 14:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 11 de março de 2015.  
GILBERTO ROSA  
Diretor do SEMAIS

**Canoinhas****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 06/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15  
HOMOLOGAÇÃO: 11/03/15  
CONTRATADO: JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 67.185,00 (sessenta e sete mil cento e oitenta e cinco reais)  
DATA: 11/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 24/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 42/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 24/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/03/2015, às 10h00min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 25/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 27/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 45/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 27/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/03/2015, às 14h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (s) ESPECIALIZADA (s) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S10 Nº 110 - PLACA ERM 2609 ANO 2011 E PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECANICOS NO CAMINHÃO M.B AXOR 2644S Nº. 99 PLACAS MHO-8531. Recebimento de propostas até as 13h55min do dia 27/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.



Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº PMC 28/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 46/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 28/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/03/2015, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS DE GUINCHO PARA O TRANSPORTE/SOCORRO DE VEÍCULOS, CAMINHONETES E VANS E AMBULÂNCIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, AVARIADOS E SEM CONDIÇÕES DE LOCOMOÇÃO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 26/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/32

Total dos Itens Vencedores: 67.185,00

Processo / Ano: 15/2015  
Licitação.....: 6/2015 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 311043179 - TONER - IMPRESSORA BROTHER DCP 8070 - SECRETARIA DA SAUDE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualitech	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	13.500.000	0,0000	0,0543	733,30	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		13.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	13.500.000	0,0000	0,0600	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	13.500.000	0,0000	0,0600	810,00	Desclassif.	0

Item.....: 2 - 311043180 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX-4600FN - SECRETARIA DA SAUDE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualitech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 3 - 311043181 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG 1600 - SECRETARIA DA SAUDE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualitech	4.500.000	0,0000	0,0300	135,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	4.500.000	0,0000	0,0400	180,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	4.500.000	0,0000	0,0373	167,85	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		4.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	4.500.000	0,0000	0,0400	180,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	4.500.000	0,0000	0,0400	180,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/32

67.185,00

Processo Administrativo:

15/2015

Processo / Ano:

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 311043182 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - EDUCAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 5 - 311043183 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3200 - EDUCAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0

Item.....: 6 - 311043184 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3116 - EDUCAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7 - 311043185 - TONER - IMPRESSORA SHARP AR-M207 - EDUCAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0745	1.341,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0080	144,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 8 - 311043187 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - SOCIAL - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 9 - 311043188 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4725FN - SOCIAL - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/32

Processo / Ano: 15/2015		Processo Administrativo: 67.185,00						
Licitação.....: 6/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 10 - 311043189 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3160N - SOCIAL - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 11 - 311043190 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - PROCON - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 12 - 311043191 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - PROCON - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 311043192 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 3015 - PROCON - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0186	334,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Desclassif.	0

Item.....: 14 - 311043193 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - TRANSPORTE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 15 - 311043194 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3160N - FINANÇAS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 16 - 311043195 - TONER - IMPRESSORA HP1102W - CE 285A - FINANÇAS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 17 - 311043196 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1212NF - FINANÇAS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 18 - 311043197 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - AGRICULTURA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 19 - 311043198 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - DESENVOLVIMENTO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 20 - 311043199 - TONER - IMPRESSORA HP 1102W - CE 285A - MEIO AMBIENTE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 21 - 311043200 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML- 2010 - MEIO AMBIENTE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 22 - 311043201 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3150 N - CPD - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 23 - 311043202 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2010 - BLOCO DE NOTAS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 24 - 311043203 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG IP 300 - IMPRENSA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 25 - 311043204 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4623F - TRIBUTOS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0050	90,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 26 - 311043205 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4623F - BOMBEIRO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0

Item.....: 27 - 311043206 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3116 - DETRACAN - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 28 - 311043207 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 5635FN - HABITAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0040	72,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0

Item.....: 29 - 311043208 - TONER - IMPRESSORA LEXMARK T630 - HABITAÇÃO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0800	1.440,00	Desclassif.	0

Item.....: 30 - 311043209 - TONER - IMPRESSORA XEROX WORKCENTRE 4118 - ALMOXARIFADO SAUD - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 311043210 - TONER-IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - GABINETE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 32 - 311043211 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SL M3375FD - CONSELHO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0839	1.510,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0800	1.440,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0900	1.620,00	Desclassif.	0

Item.....: 33 - 311043212 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET MSR 1120MPF - CONSELHO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 34 - 311043213 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - CASA SANTA CLARA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QualYtech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 35 - 311043214 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - BOLSA FAMÍLIA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QualYtech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 36 - 311043215 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4725FN - PETI - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QualYtech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 37 - 311043216 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3160N - LAR DOS IDOSOS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 38 - 311043218 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - CEO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 39 - 311043219 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - U. S. ALTO DAS PALME - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	13.500.000	0,0000	0,0500	675,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	13.500.000	0,0000	0,0652	880,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		13.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 40 - 311043220 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - U.S. COHAB 3 - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	13.500.000	0,0000	0,0500	675,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	13.500.000	0,0000	0,0652	880,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		13.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0

Item.....: 41 - 311043221 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4521F - C.A. PSICOSOCIAL - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 42 - 311043222 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1536 - PRONTO ATENDIMENTO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	13.500.000	0,0000	0,0300	405,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	13.500.000	0,0000	0,0280	378,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		13.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	13.500.000	0,0000	0,0450	607,50	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	13.500.000	0,0000	0,0500	675,00	Desclassif.	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 43 - 311043223 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4600FN - U.S. CAMPO DA AGUA V - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	36.000.000	0,0000	0,0300	1.080,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	36.000.000	0,0000	0,0400	1.440,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	36.000.000	0,0000	0,0466	1.677,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		36.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	36.000.000	0,0000	0,0500	1.800,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	36.000.000	0,0000	0,0500	1.800,00	Desclassif.	0

Item.....: 44 - 311043224 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - POLI CLINICA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	36.000.000	0,0000	0,0400	1.440,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	36.000.000	0,0000	0,0500	1.800,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	36.000.000	0,0000	0,0559	2.012,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		36.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	36.000.000	0,0000	0,0700	2.520,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	36.000.000	0,0000	0,0700	2.520,00	Desclassif.	0

Item.....: 45 - 311043225 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - FARMACIA POPULAR - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	13.500.000	0,0000	0,0400	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	13.500.000	0,0000	0,0500	675,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	13.500.000	0,0000	0,0652	880,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		13.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	13.500.000	0,0000	0,0700	945,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 46 - 311043226 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - U.S. COHAB 1 - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	27.000.000	0,0000	0,0400	1.080,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	27.000.000	0,0000	0,0500	1.350,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	27.000.000	0,0000	0,0652	1.760,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		27.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0

Item.....: 47 - 311043227 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - U.S. CRISTO REI - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	27.000.000	0,0000	0,0400	1.080,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	27.000.000	0,0000	0,0500	1.350,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	27.000.000	0,0000	0,0652	1.760,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		27.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0

Item.....: 48 - 311043228 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4521F - EPIDEMIOLOGIA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 49 - 311043229 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG 1600 - CLINICA DA MULHER E DA CRI - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0

Item.....: 50 - 311043230 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW - LABORATORIO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	27.000.000	0,0000	0,0400	1.080,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	27.000.000	0,0000	0,0500	1.350,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	27.000.000	0,0000	0,0652	1.760,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		27.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	27.000.000	0,0000	0,0700	1.890,00	Desclassif.	0

Item.....: 51 - 311043231 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML1665 - FARMACIA DO SUS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 52 - 311043232 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET 1132 MPS - E.B.M FREI FABIANO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 53 - 311043233 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851ND - E.B.M REINALDO KRUGER - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 54 - 311043234 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1212 MFP - E.B.M REINALDO KR - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/32

Processo / Ano: 15/2015		Processo Administrativo: 67.185,00						
Licitação.....: 6/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 55 - 311043235 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4623F - E.B.M ALZIRINHA CORREIA - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 56 - 311043236 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 1020 - E.B.M ALZIRINHA CORREIA - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 57 - 311043237 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2165 - E.B.M ALZIRINHA CORREIA - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 58 - 311043238 - TONER - IMPRESSORA SHARP AL 2040 CS - E.B.M SEVERO DE ANDRAD - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	40.500.000	0,0000	0,0500	2.025,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	40.500.000	0,0000	0,0500	2.025,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	40.500.000	0,0000	0,0745	3.017,25	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		40.500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	40.500.000	0,0000	0,0700	2.835,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	40.500.000	0,0000	0,0700	2.835,00	Desclassif.	0

Item.....: 59 - 311043239 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851 ND - E.B.M SEVERO DE ANDR - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0550	990,00	Desclassif.	0

Item.....: 60 - 311043240 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET 1132MFP - E.B.M PRESIDENTE CA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 21/32

Processo / Ano: 15/2015		Processo Administrativo: 67.185,00						
Licitação.....: 6/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 61 - 311043241 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4521F - E.B.M PRESIDENTE CAST - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 62 - 311043242 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - E.B.M PRESIDENTE CAST - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 63 - 311043243 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851ND - E.B.M PRESIDENTE CAST - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0550	990,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/32

Processo / Ano: 15/2015		Processo Administrativo: 67.185,00						
Licitação.....: 6/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 64 - 311043244 - TONER - IMPRESSORA SHARP AL 2040 CS - E.B.M PRESIDENTE CASTE - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	36.000.000	0,0000	0,0500	1.800,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	36.000.000	0,0000	0,0500	1.800,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	36.000.000	0,0000	0,0745	2.682,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		36.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	36.000.000	0,0000	0,0700	2.520,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	36.000.000	0,0000	0,0700	2.520,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 65 - 311043245 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET 100 COLOR MFP M175NW - E.B.M - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 66 - 311043246 - TONER - IMPRESSORA SCHARP AL 2040 - E.B.M MENINO DEUS - Unidade: PAG</b>								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0745	1.341,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0350	630,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 23/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 67 - 311043247 - TONER - IMPRESSORA XEROX 3125 - E.B.M MENINO DEUS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0350	630,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0475	855,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 68 - 311043248 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851ND - E.B.M MENINO DEUS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 69 - 311043249 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1132MFP - E.B.M NEY PACHECO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 70 - 311043250 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851ND - E.B.M NEY PACHECO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0550	990,00	Desclassif.	0

Item.....: 71 - 311043251 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4623F - E.B.M NEY PACHECO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0466	838,80	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0550	990,00	Desclassif.	0

Item.....: 72 - 311043252 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET P1102W - E.B.M JOSE GROSSKOPF - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 25/32

Processo / Ano: 15/2015		Processo Administrativo: 67.185,00						
Licitação.....: 6/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 73 - 311043253 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET 1020 - E.B.M JOSE GROSSKOPF - Unidade: PAG								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
Item.....: 74 - 311043254 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1120 MFP - E.B.M JOSE - Unidade: PAG								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
Item.....: 75 - 311043255 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG ML 2165 - E.B.M JOSE GROSSKOPF - Unidade: PAG								
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 26/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 76 - 311043256 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1132 - E.B.M MARIA LOVATEL P - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 77 - 311043257 - TONER - IMPRESSORA XEROX PHASER 3124 - E.B.M MARIA LOVATEL P - Unidade: UN

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 78 - 311043258 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1212 MFP - E.B.M MARIA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 27/32

67.185,00

Processo Administrativo:

15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 79 - 311043259 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1212 MS MST - C.E.I NATHAN - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 80 - 311043260 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET PRO M1273N MST - C.E.I LANDI - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 81 - 311043261 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M2727 NS - C.E.I FERNANDO PE - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 *****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 82 - 311043262 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MST - C.E.I PEDRO BAND - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 83 - 311043263 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MST - C.E.I MARIO EDSO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 84 - 311043264 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MFP - C.E.I CECILIA ME - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 29/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 85 - 311043265 - TONER - IMPRESSORA HP LASERJET M1212 NF MFP - C.E.I.CECILIA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 86 - 311043266 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 1102 - C.E.I.RUTH ROCHA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 87 - 311043267 - TONER - IMPRESSORA LASERJET M1132 - C.E.I.CARLOS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 30/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 88 - 311043268 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 1132 - C.E.I MACHADO DE ASSIS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 89 - 311043269 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 1100 - C.E.I MACHADO DE ASSIS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0373	671,40	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 90 - 311043270 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 1132 - C.E.I EMILIA FERRERO - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 31/32

67.185,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 91 - 311043271 - TONER - IMPRESSORA LASERJET M1132 - C.E.I.VINICIUS DE MORAIS - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0300	540,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0280	504,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0250	450,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0450	810,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0

Item.....: 92 - 311043272 - TONER - IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405S - C.E.I.MONTEIRO LOBAT - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0652	1.173,60	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0

Item.....: 93 - 311043273 - TONER - IMPRESSORA LASERJET 100 COLOR MSP/M175A - POLICIA - Unidade: PAG

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MAT.ESCRIT. INFORMÁTICA LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0400	720,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0559	1.006,20	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 32/32

Processo / Ano: 15/2015

Processo Administrativo: 67.185.00

Licitação.....: 6/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 94	-	311043274	-	TONER - IMPRESSORA SAMSUNG CLP 365W - POLÍCIA CIVIL -	Unidade: PAG			
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Qualytech	18.000.000	0,0000	0,0600	1.080,00	Venceu	1 ****
11558	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA	PS3	18.000.000	0,0000	0,0500	900,00	Perdeu	2
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	18.000.000	0,0000	0,0745	1.341,00	Perdeu	3
16531	GABRIEL LUIZ GASPAR DA SILVA TELES ME		18.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13796	STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME	STARJET	18.000.000	0,0000	0,0700	1.260,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	18.000.000	0,0000	0,0800	1.440,00	Desclassif.	0

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/11

Processo / Ano: 30/2015		Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Total dos Itens Vencedores: 35.900,00				
Licitação.....: 18/2015 - PR		PREGÃO PRESENCIAL						
Modalidade.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E								
Objeto.....: ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311043141 - CAMERA COM RESOLUÇÃO HD 01 MEGAPIXEL (720P) LENTE 3.06MM OU - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INTELBRÁS	30,000	0,0000	245,9600	7.378,80	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Intelbras/VHD3030B	30,000	0,0000	257,5797	7.727,39	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Intelbras	30,000	0,0000	464,1797	13.925,39	Perdeu	3
Item.....: 2 - 311043142 - CAMERA COM RESOLUÇÃO HD 01 MEGAPIXEL (720P) LENTE 2.08MM - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INTELBRAS	2,000	0,0000	223,4289	446,86	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Intelbras/VHD 3020D	2,000	0,0000	221,5577	443,12	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Intelbras	2,000	0,0000	464,1908	928,38	Perdeu	3
Item.....: 3 - 311043143 - FONTE PARA ALIMENTAÇÃO 12 WTS 20 AP - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MS	2,000	0,0000	123,9185	247,84	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Hayonik	2,000	0,0000	124,1240	248,25	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Brukner	2,000	0,0000	167,4403	334,88	Perdeu	3
Item.....: 4 - 311043144 - DVR HD RESOLUÇÃO 720P 30 OS PTZ 03 SAIDA DE ALARME CONECTOR - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INTELBRAS	2,000	0,0000	1.085,2261	2.170,45	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Intelbras/HDCVI3016	2,000	0,0000	1.070,3852	2.140,77	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Intelbras	2,000	0,0000	2.320,9542	4.641,91	Perdeu	3
Item.....: 5 - 311043145 - CABO DE REDE 04 PARES TRANSADO OC3333 CAT 05E - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	4.800,000	0,0000	0,9576	4.596,48	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Furukawa	4.800,000	0,0000	0,9420	4.521,60	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/11

Processo / Ano: 30/2015      Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA      35.900,00

Licitação.....: 18/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 5 - 311043145 - CABO DE REDE 04 PARES TRANSADO OC3333 CAT 05E - Unidade: UN

6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Furukawa	4.800,000	0,0000	1,3263	6.366,24	Perdeu	3
------	-------------------------------	----------	-----------	--------	--------	----------	--------	---

Item.....: 6 - 311043146 - HD 2TERRA - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	SEAGATE	2,000	0,0000	369,8781	739,76	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Intelbras/WD Purple	2,000	0,0000	364,2450	728,49	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Western Digital	2,000	0,0000	621,6842	1.243,37	Perdeu	3

Item.....: 7 - 14926 - CONECTOR BNC - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MS	64,000	0,0000	1,1190	71,62	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Nova Era	64,000	0,0000	1,1083	70,93	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Penttaxy	64,000	0,0000	2,4784	158,62	Perdeu	3

Item.....: 8 - 31093 - CAIXA SISTEMA X TAMPACEGA - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	FAME	32,000	0,0000	3,7551	120,16	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Transmobil	32,000	0,0000	3,7681	120,58	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Enerbras	32,000	0,0000	7,3773	236,07	Perdeu	3

Item.....: 9 - 311043147 - CONECTOR BALUN - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	INTELBRAS	32,000	0,0000	25,1592	805,09	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Nova Era	32,000	0,0000	25,1203	803,85	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Penttaxy	32,000	0,0000	32,2447	1.031,83	Perdeu	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/11

Processo / Ano: 30/2015		Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		35.900,00				
Licitação.....: 18/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 14927 - CONECTOR P4 - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MS	32,000	0,0000	0,7473	23,91	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Nova Era	32,000	0,0000	0,7388	23,64	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Penttaxy	32,000	0,0000	1,6495	52,78	Perdeu	3
Item.....: 11 - 311043148 - FILTRO DE LINHA 220 - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	FAME	3,000	0,0000	24,4082	73,22	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Power Line	3,000	0,0000	25,1203	75,36	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Mar-Girius	3,000	0,0000	31,4987	94,50	Perdeu	3
Item.....: 12 - 9205 - MÃO DE OBRA - Unidade: SER								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MO	1,000	0,0000	5,482,4571	5,482,46	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Telesystem	1,000	0,0000	5,424,5163	5,424,52	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Hiletrolar	1,000	0,0000	3,481,4312	3,481,43	Perdeu	3
Item.....: 13 - 311043154 - CENTRAL DE ALARME MICROPORCESSADA COM PLACA EXPANSIVEL ATÉ 1 - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PARADOX	1,000	0,0000	800,2134	800,21	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	790,5520	790,55	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	1,201,9227	1,201,92	Perdeu	3
Item.....: 14 - 311043155 - TECLADO LED - Unidade: UN								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PARADOX	1,000	0,0000	118,6614	118,66	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	120,4299	120,43	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/11

Processo / Ano: 30/2015  
Licitação.....: 18/2015 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
35.900,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

**Item.....: 14 - 311043155 - TECLADO LED - Unidade: UN**

6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	265,2519	265,25	Perdeu	3
------	-------------------------------	---------	-------	--------	----------	--------	--------	---

**Item.....: 15 - 311043156 - PLACAS DE EXPANÇÃO - Unidade: UN**

13081	INVIOLOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PARADOX	3,000	0,0000	228,3105	684,93	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	3,000	0,0000	228,2996	684,90	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	3,000	0,0000	480,7691	1,442,31	Perdeu	3

**Item.....: 16 - 311043157 - SENSORES PASSIVO DIGITAL PET INFRAVERMELHO - Unidade: UN**

13081	INVIOLOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	52,000	0,0000	43,1837	2,245,55	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	52,000	0,0000	42,8523	2,228,32	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	DSC	52,000	0,0000	74,6021	3,879,31	Perdeu	3

**Item.....: 17 - 311043158 - SENSORES PASSIVO DUPLO PIR INFRAVERMELHO - Unidade: UN**

13081	INVIOLOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	7,000	0,0000	56,3266	394,29	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	7,000	0,0000	56,5208	395,65	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Santek	7,000	0,0000	124,3368	870,36	Perdeu	3

**Item.....: 18 - 311043159 - ARTICULADOR PARA SENSOR - Unidade: UN**

13081	INVIOLOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	59,000	0,0000	1,1941	70,45	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	59,000	0,0000	1,4777	87,18	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Patola	59,000	0,0000	2,4867	146,72	Perdeu	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/11

Processo / Ano: 30/2015				Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		35.900,00		
Licitação.....: 18/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 19 - 311043160 - CAIXA UNIVERSAL METÁLICA - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	4,000	0,0000	22,5306	90,12	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Masster	4,000	0,0000	22,9038	91,62	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Brukner	4,000	0,0000	22,3806	89,52	Perdeu	3
<b>Item.....: 20 - 311043161 - SIRENE - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	2,000	0,0000	18,7755	37,55	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	ECP	2,000	0,0000	19,2097	38,42	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Genno	2,000	0,0000	19,0650	38,13	Perdeu	3
<b>Item.....: 21 - 311043162 - TRAFQ ALIMENTAÇÃO 12WTS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	4,000	0,0000	26,2858	105,14	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Hayonik	4,000	0,0000	26,5980	106,39	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	MS	4,000	0,0000	35,5603	142,24	Perdeu	3
<b>Item.....: 22 - 311043163 - BATERIA 12WTS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PLANET	4,000	0,0000	50,6940	202,78	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Ajax	4,000	0,0000	51,7184	206,87	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Unybatt	4,000	0,0000	82,8912	331,56	Perdeu	3
<b>Item.....: 23 - 311043164 - FIO CCI 02 PARES 4X50 - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	5.300,000	0,0000	0,5069	2.686,57	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Enerbras	5.300,000	0,0000	0,4987	2.643,11	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/11

Processo / Ano: 30/2015		Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		35.900,00				
Licitação.....: 18/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 23 - 311043164 - FIO GCI 02 PARES 4X50 - Unidade: UN</b>								
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Macrocabos	5.300,000	0,0000	0,3233	1.713,49	Perdeu	3
<b>Item.....: 24 - 311043165 - MÃO DE OBRA ALARME - Unidade: SER</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MO	1,000	0,0000	3.567,3522	3.567,35	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Telesystem	1,000	0,0000	3.531,6246	3.531,62	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Hiletrolar	1,000	0,0000	4.310,3434	4.310,34	Perdeu	3
<b>Item.....: 25 - 311043297 - CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA COM ATÉ 24 ZONAS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	262,8575	262,86	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	267,0883	267,09	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	663,1298	663,13	Perdeu	3
<b>Item.....: 26 - 311043155 - TECLADO LED - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	75,1022	75,10	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	78,3164	78,32	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	124,3368	124,34	Perdeu	3
<b>Item.....: 27 - 311043157 - SENSORES PASSIVO DIGITAL PET INFRAVERMELHO - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	12,000	0,0000	43,1837	518,20	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	12,000	0,0000	42,8523	514,23	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	DSC	12,000	0,0000	74,6021	895,23	Perdeu	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/11

Processo / Ano:		30/2015		Processo Administrativo:		35.900,00		
Licitação.....:		18/2015 - PR		5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 28 - 311043159 - ARTICULADOR PARA SENSOR - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	12,000	0,0000	1,1941	14,33	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	12,000	0,0000	1,4777	17,73	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Patola	12,000	0,0000	2,4867	29,84	Perdeu	3
<b>Item.....: 29 - 311043160 - CAIXA UNIVERSAL METÁLICA - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	22,5306	22,53	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Masster	1,000	0,0000	22,9038	22,90	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Brukner	1,000	0,0000	22,3806	22,38	Perdeu	3
<b>Item.....: 30 - 12163 - SIRENE - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	1,000	0,0000	18,7755	18,78	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	ECP	1,000	0,0000	19,2097	19,21	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Genno	1,000	0,0000	19,0650	19,07	Perdeu	3
<b>Item.....: 31 - 311043162 - TRAFÓ ALIMENTAÇÃO 12WTS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	26,2858	26,29	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Hayonic	1,000	0,0000	26,5980	26,60	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	MS	1,000	0,0000	35,5603	35,56	Perdeu	3
<b>Item.....: 32 - 311043163 - BATERIA 12WTS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PLANET	1,000	0,0000	50,6940	50,69	Venceu	1 ****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Ajax	1,000	0,0000	51,7184	51,72	Perdeu	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/11

Processo / Ano: 30/2015      Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA      35.900,00

Licitação.....: 18/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 32 - 311043163 - BATERIA 12WTS - Unidade: UN

6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Unybatt	1,000	0,0000	82,8912	82,89	Perdeu	3
------	-------------------------------	---------	-------	--------	---------	-------	--------	---

Item.....: 33 - 311043164 - FIO CCI 02 PARES 4X50 - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	300,000	0,0000	0,5069	152,07	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Enerbras	300,000	0,0000	0,4987	149,61	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Macrocabos	300,000	0,0000	0,3233	96,99	Perdeu	3

Item.....: 34 - 311043298 - MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIA - Unidade: SER

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	MO	1,000	0,0000	360,4903	360,49	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Telesystem	1,000	0,0000	357,5955	357,60	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Hiletrolar	1,000	0,0000	667,2743	667,27	Perdeu	3

Item.....: 35 - 311043297 - CENTRAL DE ALARME MICROPROCESSADA COM ATÉ 24 ZONAS - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	262,8575	262,86	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	267,0883	267,09	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	663,1298	663,13	Perdeu	3

Item.....: 36 - 311043155 - TECLADO LED - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	75,1022	75,10	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	1,000	0,0000	78,3164	78,32	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Paradox	1,000	0,0000	124,3368	124,34	Perdeu	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/11

Processo / Ano: 30/2015		Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		35.900,00				
Licitação.....: 18/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 37 - 311043157 - SENSORES PASSIVO DIGITAL PET INFRAVERMELHO - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	8,000	0,0000	43,1837	345,47	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	8,000	0,0000	42,8523	342,82	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	DSC	8,000	0,0000	74,6021	596,82	Perdeu	3
<b>Item.....: 38 - 311043159 - ARTICULADOR PARA SENSOR - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	8,000	0,0000	1,1941	9,55	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Paradox	8,000	0,0000	1,4777	11,82	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Patola	8,000	0,0000	2,4867	19,89	Perdeu	3
<b>Item.....: 39 - 311043160 - CAIXA UNIVERSAL METÁLICA - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	22,5306	22,53	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Masster	1,000	0,0000	22,9038	22,90	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Brukner	1,000	0,0000	22,3806	22,38	Perdeu	3
<b>Item.....: 40 - 12163 - SIRENE - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	1,000	0,0000	18,7755	18,78	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	ECP	1,000	0,0000	19,2097	19,21	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Genno	1,000	0,0000	19,0650	19,07	Perdeu	3
<b>Item.....: 41 - 311043162 - TRAFQ ALIMENTAÇÃO 12WTS - Unidade: UN</b>								
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	POSONIC	1,000	0,0000	26,2858	26,29	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Hayonic	1,000	0,0000	26,5980	26,60	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/11

Processo / Ano: 30/2015      Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA      35.900,00

Licitação.....: 18/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 41 - 311043162 - TRAFÓ ALIMENTAÇÃO 12WTS - Unidade: UN

6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	MS	1,000	0,0000	35,5603	35,56	Perdeu	3
------	-------------------------------	----	-------	--------	---------	-------	--------	---

Item.....: 42 - 311043163 - BATERIA 12WTS - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	PLANET	1,000	0,0000	50,6940	50,69	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Ajax	1,000	0,0000	51,7184	51,72	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Unybatt	1,000	0,0000	82,8912	82,89	Perdeu	3

Item.....: 43 - 311043164 - FIO CCI 02 PARES 4X50 - Unidade: UN

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	DNI	250,000	0,0000	0,5069	126,73	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Enerbras	250,000	0,0000	0,4987	124,68	Perdeu	2
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Macrocabos	250,000	0,0000	0,3233	80,83	Perdeu	3

Item.....: 44 - 311043298 - MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIA - Unidade: SER

13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA	Telesystem	1,000	0,0000	300,4086	300,41	Venceu	1 *****
16532	Telesystem Telecomunicações Ltda	Telesystem	1,000	0,0000	296,2723	296,27	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/11

Processo / Ano: 30/2015      Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA      35.900,00

Licitação.....: 18/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA DE SISTEMAS DE VIDEO MONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA PREFEITURA, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 44 - 311043298 - MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIA - Unidade: SER

6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	Hiletrolar	1,000	0,0000	591,8433	591,84	Perdeu	3
------	-------------------------------	------------	-------	--------	----------	--------	--------	---

Canoinhas, Em .....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)  
MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... SUPLENTE  
PAULO CESAR SAFANELLI - ..... PREGOEIRO  
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO  
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO  
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC  
VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004 DE 2 DE MARÇO DE 2014

CONVENIENTE: Município de Capinzal

CONVENIADO: Associação Empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe (ACIRP), na condição de emissora e administradora do cartão UTIL ALIMENTAÇÃO fica vinculada a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina- Facisc.

OBJETO: Prestação de serviços pela ACIRP e FACISC para operacionalização o repasse de valores do Vale-Alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 2.287/2001, aos servidores Públicos do Município de Capinzal, através da exclusiva emissão, utilização e administração de cartões magnéticos denominados UTIL Alimentação, nas quantias a serem designadas pela administração do MUNICÍPIO, permitindo a aquisição de alimentos em estabelecimentos comerciais.

LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar Municipal nº 0146/2012 e Lei Municipal nº 2.287/2001.

VALOR: O valor nominal definido para a carga inicial mensal dos cartões magnéticos, com vigência a partir de 01/03/2015, fica assim definido:

I - R\$ 15,81 por hora para carga horária de 40 horas semanais;

II - R\$ 11,85 por hora para carga horária de 30 horas semanais;

III - R\$ 7,90 por hora para carga horária de 20 horas semanais;

IV - R\$ 3,95 por hora para carga horária de 10 horas semanais.

§ 2º O valor indicado no parágrafo primeiro poderá ser atualizado e/ou alterado de acordo com o interesse do MUNICÍPIO de Capinzal mediante comunicado a FACISC e edição de aditivo deste Convênio.

VIGÊNCIA: 02/03/2016

### Decreto 028/2015

DECRETO No 028, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.007,40 (cinco mil, sete reais e quarenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.007,40 (cinco mil, sete reais e quarenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉ ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-204	Aplicações Diretas	0322	00	R\$	5.007,40
	Total	0322	00	R\$	5.007,40

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0322 "Transferências de Convênio - Educação", no valor de R\$ R\$ 5.007,40 (cinco mil, sete reais e quarenta centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências de Convênios - Educação	0322	00	R\$	5.007,40
Total	0322	00	R\$	5.007,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 5 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**FUMREBOM CONTRATO 0061/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0061/2015 M	
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada....: MERCADO MUNARI LTDA - ME	
Valor.....: 613,50 (seiscentos e treze reais e cinquenta centavos)	
Vigência.....: Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0041 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

**FUMREBOM CONTRATO 0063/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0063/2015 M	
Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada....: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	
Valor.....: 6.635,00 (seis mil seiscentos e trinta e cinco reais)	
Vigência.....: Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0024/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0041 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades das Secretarias e Fundos do Município de Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

**Lei 3.162/2015**

LEI Nº 3.162, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Denomina "MIRACY TEREZINHA WILBERT" a Unidade Mista de Saúde localizada no Loteamento Lar Imóveis, neste Município.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "MIRACY TEREZINHA WILBERT", a Unidade Mista de Saúde localizada no Loteamento Lar Imóveis, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 11 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Lei Complementar nº 177/2015**

LEI COMPLEMENTAR No 177, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Reinstitui o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP) na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica reinstituído o Programa de Recuperação Fiscal de Capinzal (REFISCAP), destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município de Capinzal, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Parágrafo único. A administração do REFISCAP será exercida pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, notadamente:

- I - expedir atos normativos necessários à execução do REFISCAP;
- II - homologar as opções pelo Programa; e
- III - excluir do REFISCAP os optantes que descumprirem suas condições.

Art. 2º A extinção de créditos tributários se dará por:

- I - Cancelamento: serão extintos os créditos tributários cujo valor atualizado, por contribuinte, vencido até a data estipulada no art. 1º, seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais);
- II - Prescrição: serão extintos os créditos tributários vencidos há mais de cinco (5) anos, contados a partir da publicação da presente lei, e não inscritos em dívida ativa do município, e os créditos tributários inscritos em dívida ativa há mais de cinco (5) anos e ainda não ajuizados;
- III - Pagamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja pago à vista, com as reduções previstas na presente lei;
- IV - Parcelamento: serão extintos os créditos tributários cujo montante seja parcelado com as reduções previstas na presente lei, na proporção em que os pagamentos forem efetuados.

Art. 3º A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e
- II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 4º O ingresso no REFISCAP dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, até a data improrrogável de 30 de novembro de 2015.

§ 1º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito.



§ 2o A opção estabelecida no caput deste artigo implica a inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1o em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Art. 5o O parcelamento não poderá exceder a vinte e quatro (24) parcelas mensais, iguais e sucessivas.  
Parágrafo único. As parcelas serão atualizadas e convertidas em Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM).

Art. 6o O REFISCAP abrangerá todos os débitos lançados e/ou sujeitos a homologação, denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1o Fica autorizado à inclusão no REFISCAP, o contribuinte inadimplente de parcelamentos efetuados até a data de início da vigência desta Lei Complementar.

§ 2o A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133 do Código Tributário Nacional (CTN) e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 3o Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4o Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 5o Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário ou despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias, se houverem.  
§ 6o Fica o Município de Capinzal autorizado a conceder remissão de 100% dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFISCAP nos moldes do art. 9º, I, desta Lei Complementar.

Art. 7o O débito consolidado na forma desta Lei Complementar poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela seja de duas (2) UFRM para pessoa Jurídica e uma (1) UFRM para pessoa física.

Art. 8o Nos casos em que o contribuinte possuir débito de mais de um tributo, será emitido parcelamento próprio para cada espécie, ficando o mesmo sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), sobre cada parcela arrecadada.

Art. 9o Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no art. 6º desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - anistia de cem por cento (100%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e optar pelo pagamento em parcela única no ato;

II - anistia de noventa por cento (90%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e optar pelo pagamento em até seis (6) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes;

III - anistia de oitenta por cento (80%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e pagar o débito em até doze (12) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes;

IV - anistia de setenta por cento (70%) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFISCAP e pagar o débito em até vinte e quatro (24) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais no dia trinta (30) dos meses subsequentes.

Art. 10. A opção pelo REFISCAP sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1o desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar; e

III - manutenção integral dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I deste artigo implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

Art. 11. O contribuinte que deixar de pagar três (3) parcelas, consecutivas ou não, será excluído de ofício do REFISCAP, e serão restabelecidas as condições originais dos débitos anteriormente à adesão, dos quais serão descontados os valores pagos durante sua permanência no programa.

Art. 12. Os prazos de vencimento para recolhimento das parcelas, objeto do REFISCAP, somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária credenciada, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordo judicial concedendo a presente anistia no âmbito do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal promovido pelo Poder Judiciário em Processos Judiciais de Execução Fiscal, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, relativos a impostos, taxas e contribuições de melhoria, ajuizados até a data de 31 de dezembro de 2014, nos termos definidos nesta Lei Complementar.

Art. 14. Fica facultado à Secretaria da Administração e Finanças a não emitir as certidões de dívida ativa de valor inferior a duas (2) UFRM, ressalvada a hipótese de prescrição do crédito tributário.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica quando, em face do mesmo devedor, sobrevierem outras dívidas, cujo somatório ultrapasse o referido valor.

Art. 15. Fica facultado ao Município de Capinzal desistir de processos de execução fiscal, sem a renúncia do crédito e a requerer a respectiva extinção nas ações para cobrança de créditos tributários até os limites referidos no art. 13, quando não encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora e desde que a responsabilização dos sucessores ou de terceiros seja juridicamente inviável ou tenha se revelado ineficaz, por não terem sido, igualmente, encontrados bens ou rendas penhoráveis.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no que couber.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar serão consignadas no orçamento vigente.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 11 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Lei Complementar nº 178/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e clandestinas na forma que especifica.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação da presente Lei Complementar, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos no Plano Físico Territorial Urbano e Código de Obras de Capinzal, instituídos pelas Leis municipais nº 1.668, de 7 de dezembro de 1992 e 1.666, de 7 de dezembro de 1992, respectivamente, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projetos aprovados e sem a correspondente licença; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Município.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - recuos;

II - afastamentos; e

III - número de vagas para garagem, com tolerância de redução de até trinta e quatro por cento (34%) do mínimo exigido.

Parágrafo único. Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral e de fundos, o proprietário deverá apresentar acordo extrajudicial dos vizinhos lindeiros, registrado no Cartório competente, onde estes, seus herdeiros e/ou sucessores e futuros compradores não se opõem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura relativo ao direito de afastamento, ventilação e iluminação da edificação existente ou futuras edificações.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas nesta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição; e

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor.

§ 1º Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

§ 2º As características construtivas de que trata o § 1º deste artigo serão determinadas através de laudo técnico elaborado por profissional da área, do quadro efetivo de servidores do Município ou na sua ausência por outro nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo:

a) qualificação do requerente e localização da construção irregular; e

b) solicitação de vistoria prévia, alinhamento e regularização da obra edificada.

II - cópia da Notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, quando houver;

III - comprovante de que a construção foi iniciada e/ou concluída anteriormente à vigência da presente Lei Complementar, não sendo aceitos comprovantes de luz e água do tipo provisória para os casos de obras em execução;

IV - declaração do interessado, responsabilizando-se sob as penas da lei, pela veracidade das informações prestadas;

V - cópia de documento que indique a titularidade do imóvel, tais como matrícula atualizada da Serventia de Registro de Imóveis e/ou Compromisso ou Promessa de Compra, Venda ou Cessão com a devida anuência do proprietário;

VI - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

b) planta de localização constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

d) para edificações unifamiliares, um corte passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

e) para edificações multifamiliares e comerciais, dois cortes passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

f) no selo de identificação de cada prancha: "Regularização de Obra, conforme Lei Complementar nº 178/2015";

g) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o estipulado no art. 1º da Lei nº 2.121, de 29 de novembro de 1998, relativo aos projetos de prevenção contra incêndio junto ao Corpo de Bombeiros;

h) para edificações multifamiliares e comerciais, apresentar detalhe da entrada de energia elétrica e entrada de abastecimento de água; e

i) local sistema de tratamento de esgoto com dimensões e recuo.

VIII - comprovante dos seguintes recolhimentos:

a) taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;

b) taxa específica incidente sobre a área a ser regularizada, com valor correspondente ao da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras;

c) comprovante de recolhimento da multa correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento antes da data de emissão do alvará de regularização; e

d) certidão negativa de tributos municipais relativa ao imóvel.

IX - anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso.

§ 1º Constatada a qualquer tempo divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser tornada nula a regularidade da edificação e aplicadas às sanções cabíveis.

§ 2º Para a solicitação de habite-se serão exigidos a documentação estabelecida nos arts. 35, 36 e 37 da Lei nº 1.666, de 07 de dezembro de 1992, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

Art. 5º As regularizações que dizem respeito a recuo e número de vagas para garagem somente serão efetivadas mediante o pagamento de multa, tendo por base a Unidade Fiscal de Referência

Municipal (UFRM), obedecidos aos seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo:

a) uma (01) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM) por metro quadrado de área construída irregularmente no pavimento térreo da testada principal do terreno; e

b) meia (0,5) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM) por metro quadrado de área construída irregularmente nos demais casos.

II - tratando-se de edificações sem o número mínimo de vagas para garagem, computar-se-ão quinze (15) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFRM) por vaga inferior ao número exigido.

§ 1º Para os casos de edificações situadas em terrenos de esquina ou com mais de uma frente, considerar-se-á testada principal aquela definida na matrícula da Serventia de Registro de Imóveis como "frente" ou na ausência desta, a de menor extensão linear.

§ 2º Na ocorrência da situação definida no § 1º deste artigo, aplicar-se-á, para efeitos de cálculo, a seguinte regra:

I - calcular-se-á, primeiramente, a multa incidente sobre a testada principal; e

II - calcular-se-á, em seguida, a multa relativa às demais frentes, excetuando-se a área do terreno já abrangida na primeira apuração.

§ 3º O valor referente à multa poderá ser parcelado em até seis (06) parcelas iguais e mensais, obedecida às previsões legais quanto a reajuste, juros e multas.

§ 4º Os recursos provenientes das multas da presente Lei Complementar deverão ser aplicados nas áreas de habitação e regularização fundiária e no reaparelhamento da Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 6º Os processos e as notificações para regularização de edificação em andamento no Município na data da publicação desta Lei Complementar poderão ser analisados segundo os parâmetros nesta estabelecidos, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 7º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 8º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Físico Territorial Urbano de Capinzal quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º A regularização de que trata esta Lei Complementar não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 10. Esta Lei Complementar terá validade até 31 de dezembro de 2015, a contar da data de sua publicação, cessando seus benefícios após esse prazo.

Art. 11. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 11 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### PMC CONTRATO 0066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0066/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: BRITAGEM GASPAR LTDA	
Valor.....: 100.800,00 (cem mil oitocentos reais)	
Vigência.....: Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0026/2015	
Processo_Licitatório....: 0045 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de CAUQ faixa "c" do DNIT (Concreto asfáltico usinado à quente), utilizado para construção de lombadas, restauração da camada asfáltica, tapa buracos em vias urbanas do Município de Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

### PMC CONTRATO 0067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0067/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: CAPINZAL CENTER LTDA	
Valor.....: 1.510,72 (um mil quinhentos e dez reais e setenta e dois centavos)	
Vigência.....: Início: 06/03/2015 Término: 07/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0027/2015 Processo_Licitatório....: 0046 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e de higiene para Almoço do XXI Encontro de Mulheres Agricultoras de Capinzal, a ser realizado no dia 07 de março de 2015, na Comunidade de Capitel Santo Antonio, em Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

**PMC CONTRATO 0068/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0068/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: DOLMORA & MASSON LTDA	
Valor.....: 620,51 (seiscentos e vinte reais e cinquenta e um centavos)	
Vigência.....: Início: 06/03/2015 Término: 07/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0027/2015 Processo_Licitatório.....: 0046 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e de higiene para Almoço do XXI Encontro de Mulheres Agricultoras de Capinzal, a ser realizado no dia 07 de março de 2015, na Comunidade de Capitel Santo Antonio, em Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

**PMC CONTRATO 0069/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Contrato Nº.: 0069/2015	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: MERCADO MUNARI LTDA - ME	
Valor.....: 77,65 (setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)	
Vigência.....: Início: 06/03/2015 Término: 07/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0027/2015 Processo_Licitatório.....: 0046 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios e de higiene para Almoço do XXI Encontro de Mulheres Agricultoras de Capinzal, a ser realizado no dia 07 de março de 2015, na Comunidade de Capitel Santo Antonio, em Capinzal/SC.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	

**PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C169**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
-----	
Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C169 - Contrato Nº: 0169/2014	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada.: ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA	
Valor.....: 0,00 (zero)	
Vigência.....: Início: 11/03/2015 Término: 16/06/2015	
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0005/2014 Processo_Licitatório.....: 0095 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original, com termo final na data de 16/06/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 11 de Março de 2015	



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 22/2015

DECRETO 022/2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor DENILSO ANTONIO BARTOLOMEY, brasileiro, casado, inscrito no cpf. sob o nº 693.120.959-00, portador da Cédula de Identidade nº RG.12R 2.549.807 e do Título Eleitoral nº 151871909-57, para exercer o cargo de CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE, com lotação na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 04 de Março de 2015

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 24/2015

DECRETO N. 24/2015

"CONVOCA A VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no inciso IV, do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, a Resolução n. 002/2015 de 09 de março de 2015, encaminhada pelo Presidente do CMDCA Jonatas Antonio Biazus;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 25 de março de 2015, às 13:00 horas, no Centro de Convivência dos Idosos, tendo como tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 10 de março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### DECRETO 25/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000025/15 de 11 de Março de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001339/15 de 2 de Março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.506,56 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.506,56

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Março de 2015

VILMAR FOPPA

PREFEITO

## Celso Ramos

### PREFEITURA

#### ADITIVOS DE CONTRATOS 02/2014

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. Nº 42/2014  
Partes: Município de Celso Ramos e Inovar Construções. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 55.397,31 (cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) a supressão de R\$ 22.307,36 (vinte e dois mil trezentos e sete reais e trinta e seis centavos), perfazendo um valor total a ser aditivado de R\$ 33.089,95 (trinta e três mil e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. Nº 37/2014  
Partes: Município de Celso Ramos e Inovar Construções. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 14.339,43 (quatorze mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos), ao Contrato Administrativo 42/201, decorrentes de alterações do projeto original que passa a contemplar a construção de uma garagem em alvenaria com uma área de 47,50 m2. Ines Terezinha Pegoraro Schons, Prefeita Municipal.

#### EDITAL 08/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL 8/2015  
PROCESSO: 8/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 8/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA DE SAÚDE DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14H do dia 24/03/2015, na SALA DE LICITAÇÕES  
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 11 DE MARÇO DE 2015.  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS  
PREFEITA MUNICIPAL

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### 159.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 159/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 08/03/2014 à 07/03/2015, a ERNESTO JOSÉ FRANCISCO, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 12.03.2015 à 10.04.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
11 de março de 2015.  
JOSE BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### 160.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 160/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Amilton C. Westphal	Operador de Equipamento	Tempo de Serviço	Nível - IX	Nível - X
Evaristo Franzem	Operador de Equipamento	Tempo de Serviço	Nível - VII	Nível - VIII
Maicon Schneider	Operador de Equipamento	Desempenho	Nível - IV	Nível - V
Sergio Schneider	Operador de Equipamento	Tempo de Serviço	Nível - VII	Nível - VIII
Claudia A. A. de Souza	Agente de Serviços Gerais	Desempenho	Nível - VI	Nível - VII



Luzia P. Palhano	Agente de Serviços Gerais	Desempenho	Nível - IV	Nível - V
Claudete H. Rolling	Auxiliar de Enfermagem	Desempenho	Nível - III	Nível - IV
Maria C. dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	Desempenho	Nível - III	Nível - IV
Vanderlene S. Sebold	Oficial de Nível Médio	Desempenho	Nível - III	Nível - IV

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.03.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
11 de março de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### 161.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 161/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico de (90) noventa dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA MACHADO HINCKEL, Professora de Geografia-ACT-15 horas, licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 09.03.15 a 23.03.2015, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 75 (setenta e cinco) dias, de 24.03.15 a 06.06.15, remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06.03.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC,  
11 de março de 2015.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria nº 158 de 11.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 158/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Auxiliar Administrativo, ALINE DA SILVEIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 12 e 13 de março de 2015, 02 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
11 de março de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 03.2015 - SITIO

CONTRATO N. 03/2015

TERMO DE CONTRATO ENTRE CÂMARA DE VEREADORES DE Cocal do Sul E SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA., NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DO PORTAL "WEBCAMARA".

Contrato que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES COCAL DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Angelo Peruch, nº.126, Bairro Centro, Cocal do Sul, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.637.337/0001-33, neste ato representada por sua PRESIDENTE, Senhora ROSENY CITTADIN BARBOSA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA., CNPJ 10.790.810/0001-42, com endereço comercial na Rua Jorge Lacerda, 1067, bairro Centro, Braço do Norte, SC, representada legalmente por ADEMIR SEBOLD, brasileiro, casado, CPF 033.029.689-22, portador da cédula de identidade 3.960.060, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O sistema implantado pela contratada durante o período de vigência contratual compreenderá:

- Implantação do portal "WEBCAMARA"
- Painel de controle para gerenciamento das páginas através da internet;
- Otimização na "programação" do portal que se tornarem necessárias em função de avanços tecnológicos na rede da Internet;
- Reparos no "WEBCAMARA" em caso de mau funcionamento;
- Sistema de inclusão de palavras-chave, que auxilia na localização do site pelos grandes portais de busca. (a Sebold Design não se responsabiliza e nem garante a presença do site nos portais de busca, apenas disponibilizamos as palavras-chave conforme diretrizes dos portais para facilitar a localização);
- O portal permitirá a inclusão de conteúdo com textos, arquivos com extensão PDF, DOCX, XLSX, áudios e fotos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPONIBILIDADE DO PORTAL

2 - A forma de disponibilidade do portal compreenderá:

- O portal deverá ficar hospedado sempre no servidor da Sebold Design, não dando direito ao usuário utilizar o sistema em outro;
- A Hospedagem disponibilizada possui espaço em disco de 2GB e taxa de transferência mensal de 10GB;
- Capacidade limitada de e-mails conforme plano oferecido;
- Relatório de estatísticas de acesso;
- O layout do site é único para todas as empresas contratantes, havendo a apenas personalização de logomarca, endereços e fotos institucionais;
- Todo material (conteúdo do site), como fotos e textos, devem ser inserido pelo cliente e a Sebold Design não se responsabiliza por material extraído da internet, ou de outro meio de comunicação, plágio, violação de direitos, direitos autorais, etc...
- O site será publicado no prazo de 30 dias úteis após o envio do material necessário e pagamento referente à instalação.
- Para maior quantidade de espaço no servidor o cliente deverá entrar em contato com a Sebold Design e solicitar orçamento para migração para um plano maior, com o aumento de sua capacidade;
- A hospedagem do site do portal não dá ao cliente direito de

utilização de FTP, para envio ou resgate de arquivos.

j) Os dados de FTP são guardados em sigilo pela Sebold Design para preservar os direitos e segurança do portal;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Direta.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela prestação dos serviços a importância de R\$ 437,00 (quatrocentos e trinta e sete reais) mensais.

4.3 - O pagamento será efetivado na sede administrativa da Câmara de Vereadores ou Ordem Bancária, até o 5º dia útil de cada mês.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5 - No caso de prorrogação do período contratual, o valor contratado será reajustado, passado o período de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do presente contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6 - O presente contrato vigorará de 01/03/2015 até 31/12/2015, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, respeitado o previsto na Lei 8.666/63.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Item Orçamentário	Descrição
2.001	3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - Os serviços somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo Órgão competente da CONTRATANTE.

8.2 - No caso de não aceitação dos serviços pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE nos casos previstos no art. 65, I da Lei 8.666/93.

9.1.2 - Por acordo das partes nos termos permitidos no art. 65, II da Lei 8.666/93.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

10.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto contratado, até o limite de 6% (seis por cento).

10.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL poderá aplicar a multa em dobro da prevista no do item 10.1.1.

10.1.3 - Advertência

10.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL.

10.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Presidente da Câmara de Vereadores, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

10.2 - Nenhum pagamento será processado à Contratada penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado na entrega dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, do fornecimento de serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação do fornecimento de serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas no seu fornecimento de serviços;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já fornecidos, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade à aquisição de serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender o fornecimento dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato,

serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO

13 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros decorrentes da execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- O presente contrato rege-se pela Lei 8.666/93 e em casos omissos pela legislação pátria vigente.

14.2- A CONTRATADA se obriga durante toda a execução do contrato a manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação para contratação com o Poder Público (art. 55, XIII da Lei 8.666/93).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Urussanga, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em duas vias de igual teor, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

COCAL DO SUL, 01 de Março de 2015.

ROSENY CITTADIN BARBOSA

Presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul

CONTRATANTE

ADEMIR SEBOLD

SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA.

CONTRATADA

1ª Testemunha: Luiz Carlos Gonçalves

RG nº 1.525.691

CPF n. 601.586.899-69

2ª Testemunha \_\_\_\_\_

RG.: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**DECRETO LEGISLATIVO 300/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 300/2015, de 11/03/2015.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 03/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSANGA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO :**

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 03/2015, que entre si celebram o Hospital Nossa Senhora da Conceição e o Município de Cocal do Sul que tem por objeto o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para pagamento de despesas com manutenção de serviços de Plantão Médico de Urgência/Emergência diuturno.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 11 de março de 2015.

ROSENY CITTADIN BARBOSA JOÃO GERALDO ECHELI  
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria e no mural da Prefeitura, aos onze dias do mês de março de 2015.

**CONVÊNIO Nº. 03/2015, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSSANGA, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, ADEMIR MAGAGNIN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado, o HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Presidente Vargas, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.531.803/0001-98, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Senhor ARNALDO JESUS BEZ BATTI, portador do CPF nº. 169.100.019-15, RG nº. 158.188, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse da contribuição financeira, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para pagamento de despesas com manutenção de serviços de Plantão Médico de Urgência/Emergência diuturno.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do

recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente conforme Plano de Aplicação em anexo;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos - A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação ).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio ).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente - valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O valor total objeto deste convênio é de R\$ 153.480,00 (cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta reais), sendo pagos em 12 parcelas (de janeiro a dezembro de 2015) no valor de R\$ 12.790,00 (doze mil setecentos e noventa reais) cada parcelas.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 11 - 2.024 - Manutenção de Programas de Alta Complexidade: 3.3.50.00.00.00.00.0037 - Transferência à Instituições privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período, mediante aditivo, ficando estabelecido o INPC para atualização monetária.

Cláusula Oitava. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a cargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Nona. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30(trinta) dias de antecedência

Cláusula Décima. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas



deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.  
E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de fevereiro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

ARNALDO JESUS BEZ BATTI  
Diretor Presidente

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_;

2. \_\_\_\_\_.

---

## SAMAE

---

### EXTRATO DE CONTRATO 11/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 11/2015  
DATA: 04/MARÇO/2015  
CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S/A  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, SERVIÇO DE MÓVEL PESSOAL - SMP, COM FORNECIMENTO DE 13 (TREZE) LINHAS DE VOZ E 03 (TRÊS) LINHAS COM SIM CARD HABILITADAS EXCLUSIVAMENTE COM SERVIÇO DE DADOS (INTERNET).  
VALOR: R\$ 6.684,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).  
PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 11/MARÇO/2015  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### EXTRATO DE CONTRATO 12/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 12/2015  
DATA: 09/MARÇO/2015  
CONTRATADA: LOGPRÓ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA-ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GEOREFERENCIAMENTO DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO ELABORANDO BASE GEOPROCESSADA E COMPATIBILIZAR AS INFORMAÇÕES EXISTENTES DO CADASTRO TÉCNICO E COMERCIAL, BEM COMO DESENVOLVER PROGRAMA EM SOFTWARE LIVRE PARA UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SANEAMENTO, INCLUINDO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, PARAMETRIZAÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS PÓS-IMPLANTAÇÃO PARA USO DESTA AUTARQUIA.  
VALOR: R\$ 42.273,17 (QUARENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).  
PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 11/MARÇO/2015  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015 - FMEC

Objeto: contratação de empresa para aquisição de troféus e medalhas para premiação de equipes e atletas nos diversos eventos promovidos pela FMEC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 24/03/2015.

Abertura: dia 25/03/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 11 de março de 2015.

VILMAR ANTONIO BENTZ

Superintendente da FMEC

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 2/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Obras e Serviços de Engenharia

Nº 2/2015

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo - SEMED, que dispensou a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09 de março de 2015, para a contratação de empresa para execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para reforma do Grupo Escolar Municipal Cinquentenário, no valor total de R\$ 11.547,00 (onze mil, quinhentos e quarenta e sete reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2015 – FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2015 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pelo seu Superintendente, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o senhora LARIESSA SOLIGO DA CAMPO, inscrita no CPF sob nº 048.132.529-82, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE TEATRO DE CONCÓRDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços

para a realização do 5º Festival de Teatro Tecendo o Riso, com data prevista para 21 a 30 de maio de 2015.

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro 2015.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2015 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2015 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pelo seu Superintendente, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o senhora LARIESSA SOLIGO DA CAMPO, inscrita no CPF sob nº 048.132.529-82, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE TEATRO DE CONCÓRDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços para a realização do 18º Festival Catarinense de Teatro, FECATE (Federação Catarinense de Teatro) com data prevista para 20 a 28 de março de 2015.

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro 2015.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2015 - FMC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2015 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pelo seu Superintendente, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e a senhora CRISTIANE ZUCCHI, inscrita no CPF sob nº 030.721.999-22, Presidente da ASSOCIAÇÃO ITALIANA-VÊNETA DE CONCÓRDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços para a realização do Concerto de música clássica com piano e voz, a ser realizado no dia 02 de maio de 2015, neste município.

VALOR: R\$ 7.060,00 (sete mil e sessenta reais)

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura



**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 3/2015 - FMS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, representado neste ato pelo seu gestor, senhor ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FunC, inscrita no CNPJ sob nº 83.395.921/0001-28, neste ato representada pelo seu Presidente, ALDENY DE FREITAS ROCHA.

OBJETO: busca de esforços em ações de promoção e prevenção de Saúde para atendimentos e orientações a grupos conforme demanda de cada Estratégia Saúde da Família e diagnóstico situacional do território das Estratégias.

VALOR: de R\$ 90.000,00

PRAZO: Até 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 9 de março de 2015.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015 - PMC

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em do regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial da Rua Mauro Mاتيollo e a ligação desta com a pavimentação já existente na Rua João Frigo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 412.472,76 (quatrocentos e doze mil quatrocentos e setenta e dois reais com setenta e seis centavos) Ressalva-se que o preço cotado pela licitante é menor ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 11 de março de 2015.  
Mauro Frigo  
Presidente da C.P.L, em exercício

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****LEI Nº 1137/2015 - " AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REALIZAR DESPESAS PROGRAMAÇÃO FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO"**

LEI N. 1137/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA A COMEMORAÇÃO DOS 23 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial aos dispositivos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a programação alusiva ao 23º (vigésimo terceiro) aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Cordilheira Alta, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

**ANEXO I  
DISCRIMINATIVO COM ESTIMATIVA DE GASTOS**

ITEM	DISCRIMINATIVO	VALOR ESTIMADO
01	Convites (Programação em geral)	R\$ 872,00
02	Fotos/Filmsagens (Programação em geral)	R\$ 2.400,00
03	Divulgação de videotapes de 30seg em emissora de televisão (Programação em geral)	R\$ 7.946,00
04	Sistema de som com músicos (Jantar Italiano)	R\$ 2.000,00
05	Ornamentação (Jantar Italiano)	R\$ 990,00
06	Ingresso para janta (Jantar Italiano)	R\$ 436,00
07	Convites/Ingressos para os empreendedores do município e autoridades (Movimento Econômico)	R\$ 1.214,00
08	Ornamentação (Movimento Econômico)	R\$ 6.620,00
09	Captção de Imagens para apresentação audiovisual (Movimento Econômico)	R\$ 2.000,00
10	Jantar (Movimento Econômico)	R\$ 7.940,00
11	Premiação (Movimento Econômico)	R\$ 4.860,00
12	Sistema de som e Mestre de cerimônia (Movimento Econômico)	R\$ 1.150,00
13	Aluguel de brinquedos infláveis (28 e 29/03)	R\$ 1.900,0
14	Premiação jogos da terceira idade (28/03)	R\$ 1.976,40

15	Ação de beleza para as mulheres do município (Produtos de beleza e material gráfico) (28/03)	R\$ 2.394,00
16	Aluguel de palco, mesas e cadeiras (29/03)	R\$ 2.500,00
17	Mateada com transmissão ao vivo por emissora de rádio (29/03)	R\$ 7.900,00
18	Show com Teixeira Filho e Tchê Sarandeio (29/03)	R\$ 21.000,00
19	200 kg de bolo e bolo para corte oficial (29/03)	R\$ 3.600,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 79.698,40

Cordilheira Alta, SC, 11 de março de 2015.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Concorrência Nº 01/2015 Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS Tipo: menor preço por item. Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 14/04/2015 Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 14/04/2015  O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 hrs ou pelo fone 3347.3400.  Coronel Freitas (SC) 11 de Março de 2015 Mauri José Zucco Prefeito Municipal

#### ERRATA PUBLICAÇÃO TERMOS ADITIVO

Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ERRATA
Onde se Le: 2º TERMO ADITIVO Nº 02/2015 AO CONTRATO Nº 144/2013 Leia se: 3º TERMO ADITIVO Nº 02/2015 AO CONTRATO Nº 144/2013  Onde se Le: 3º TERMO ADITIVO Nº 07/2015 AO CONTRATO Nº 144/2013 Leia se: 4º TERMO ADITIVO Nº 07/2015 AO CONTRATO Nº 144/2013  Motivo: Correções na numeração dos Termos Aditivo, porém o conteúdo permanece inalterado.  Coronel Freitas - SC, 10 de Março de 2015 Mauri José Zucco Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO CONTRATO DE RATEIO Nº 08/2014**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato de Rateio Nº 08/2014

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

Objeto: Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de Coronel Freitas integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

Valor: R\$ R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais)

Vigência: 31/12/2015

**PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 16/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 16/2015

Contratado: AIRTON KERBES ME

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de provas, aplicação, correção, divulgação de gabaritos e resultados parciais e finais das provas, recurso e fiscais no dia de aplicação das provas de teste seletivo para contratação de 09 cargos, sendo eles: mecânico com experiência profissional na área de atuação veículos leves pesados e máquinas rodoviárias 01 vaga, operador de máquina ii máquinas rodoviárias 04 vagas, médico clínico geral 20 horas para atendimento aos postos de saúde 01 vaga, técnico em enfermagem 20 horas para atendimento aos postos de saúde 01 vaga, agente comunitário de saúde 02 vagas

Valor: R\$ R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 31/12/2015

**Coronel Martins****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 042, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 042, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 11 de março a 09 de abril de 2015.

Nome Cargo Referências

Aldinha Carmen Severgnini Técnico em Contabilidade 03/2012 á 03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 10 de Março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 043, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 043, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 06 de abril a 05 de maio de 2015.

Nome Cargo Referências  
Lucimara Bolzan May Professora 04/2012 á 04 /2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 10 de Março de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### **PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 10/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 24/03/2013 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 12 de março de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Pregoeiro Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 002/15 - REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 002/15

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de 50 (cinquenta) linhas e respectivos aparelhos celulares novos através de comodato, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 12/03/2015 às 09 horas do dia 24/03/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/03/2015.

TIPO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 12 de Março de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 03/15 - REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 003/15

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de Mão de Obra para execução de diversas cabeceiras de pontes em concreto armado no Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 12/03/2015 às 14 horas do dia 24/03/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 24/03/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 12 de Março de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 04/15 - REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 004/15

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para utilização na execução de diversas cabeceiras de pontes do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 12/03/2015 às 15 horas do dia 24/03/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h30min do dia 24/03/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 12 de Março de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **RESOLUÇÃO 002/2015 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA LEI DE ALTERAÇÃO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR E A COMISSÃO DE ÉTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

#### **RESOLUÇÃO 002/2015**

Dispõe sobre a aprovação da Lei de alteração sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética e dá Outras Providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015.

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminha ao Poder Executivo, proposta de alteração da Lei sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética e dá Outras Providências.

Art. 2º Na proposta da alteração da lei no Art. 18 §1º foi sugerido a seguinte alteração na redação "A carga horária de trabalho do conselheiro tutelar será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 30 h de trabalho efetivo de segunda a sexta-feira na sede do Conselho Tutelar e 10 hrs destinado aos Plantões. Além dessa carga horária os conselheiros(as) ficarão de sobre aviso (plantão) nos demais horários em que não estarão atendendo na sede, sendo estes compreendidos nos, período noturno durante a semana, nos finais de semana e feriados".

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua



publicação.

Corupá, 25 de Fevereiro de 2015.  
FELIPE RAFAEL RODRIGUES  
PRESIDENTE DO CMDCA

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR E A COMISSÃO DE ÉTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1 - É assegurada com absoluta prioridade à criança e ao adolescente a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Público Federal e Estadual.

Art. 2 - A Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á através do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que constitui - se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais, não governamentais da comunidade e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, proteção, defesa e controle para a efetivação dos direitos integrais.

Parágrafo Único - A Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente obedecerá aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações afins.

Art. 3 - Garantirão a efetivação e absoluta prioridade de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei os seguintes órgãos e instâncias:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - Conselho Tutelar.

III - Órgãos da Administração Direta e Indireta que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

##### SEÇÃO I DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 4 - O CMDCA é órgão deliberativo da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, controlador e fiscalizador das ações em todos os níveis, no sentido da implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização através do Plano de Aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhe ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da Proteção Integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes da Constituição da República Federativa do Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins.

##### SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Deliberar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, proteção, defesa e orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II - Cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins relacionados aos direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - Apreciar e deliberar, para encaminhamento ao Poder Executivo, a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

IV - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

V - Aprovar o Relatório Anual de Gestão dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

VI - Participar da elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços, governamental e não governamental;

IX - Registrar as Entidades Não Governamentais que prestam atendimento à criança e adolescente nos termos da lei, com comunicação ao Conselho Tutelar e ao Poder Judiciário;

X --- Abertura de edital estabelecendo critérios para inscrição de Projetos e Programas das Entidades governamentais e não governamentais que atendam os direitos da criança e do adolescente;

XI - Estabelecer ao Município conjuntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação demais Secretarias e órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Estabelecer na Política de Atendimento, a formação continuada dos atores envolvidos, direta e indiretamente, no atendimento a criança e ao adolescente, inclusive do Conselho Tutelar;

XIII - Convocar e coordenar a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIV - Organizar, acompanhar, fiscalizar e conduzir o processo de escolha do Conselho Tutelar, comunicando ao Ministério Público o andamento do processo;

XV - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

XVI - Conhecer, apreciar o Regimento Interno do Conselho Tutelar, após Decreto pelo Poder Executivo;

XVII - Proporcionar apoio ao Conselho Tutelar integrando ações, no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVIII - Elaborar e alterar, quando necessário, seu regimento interno;



XIX - Elaborar e publicar resoluções que indicam princípios e diretrizes norteadoras de Políticas Públicas de atendimento à criança e ao adolescente;

XX - Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme seu regimento;

XXI - Receber, avaliar e encaminhar possíveis irregularidades cometidas pelos Conselheiros (as) Tutelares no exercício de suas funções, observando a legislação vigente, encaminhar para o Chefe do Poder Executivo sugerindo abertura de Sindicância ou Processo Administrativo competente.

Parágrafo Único - A alteração do regimento interno, constante no inciso XVIII, somente será possível, mediante a aprovação de dois terços de seus membros.

### SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é composto por 11 membros, contando com 11 suplentes, sendo:

I - 5 (cinco) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo estes representantes das seguintes entidades governamental do município:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- b) Executivo Municipal;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- d) Secretaria Municipal de Educação;
- e) Secretaria Municipal de Saúde.

II - 5 (cinco) conselheiros titulares e com seus respectivos suplentes não governamentais dos seguintes segmentos, sendo:

- a) 02 (dois) representantes de entidade que prestam atendimento direto a criança e adolescente;
- b) 01 (um) representantes de entidade Rotary Club;
- d) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- e) 01 (um) representante das Instituições Religiosas, Educacional, Cultural e Assistencial.

III - 01 Membro adolescente com quinze anos completos, com seu respectivo suplente, com direito a presença e voz, contudo, sem direito a voto.

Art. 7º - Os representantes titulares e suplentes das organizações não governamentais não poderão ser ocupante comissionado ou função gratificada do Município de Corupá e serão indicados pela própria Entidade. O representante e suplente para a cadeira dos Adolescentes, será escolhido durante a realização da conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para tal finalidade.

§ 1º - Na hipótese de desistência do conselheiro titular eleito, e ou, da dissolução da organização a qual o conselheiro representa, assumirá o assento, o suplente do respectivo segmento.

§ 2º - A nomeação dos conselheiros não-governamentais dar-se-á por Ato do Poder Executivo, no prazo máximo de 30 dias, após o

processo de indicação.

Art. 8º - O representante governamental poderá ser substituído a qualquer tempo.

Art. 9º - O mandato dos representantes das organizações governamentais e não governamentais é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

Art. 10º - O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CMDCA será exercido por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, inclusive enquanto ouvidoria responsável pelo encaminhamento das denúncias pertinentes ao Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a ser divulgado em toda a comunidade.

Art. 11º - Os membros do Conselho, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a posse, deverão reunir-se em Assembléia com a finalidade de eleger os integrantes da Coordenação Geral que terá a seguinte composição:

I - Presidente

II - Vice Presidente

III - 1º Secretário (a)

IV - 2º Secretário (a)

Parágrafo Único - A escolha dos membros da coordenação geral será feita a exemplo de toda e qualquer votação da plenária deste conselho, com quorum e votação de mais de cinquenta por cento de seus membros, com direito a um voto por cadeira, tendo direito a voto os representantes titulares, e na ausência os respectivos suplentes.

### CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

#### SEÇÃO I DA NATUREZA E DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

Art. 12 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um mecanismo de gestão instituído pelo Poder Público Municipal, captador e aplicador de recursos, a serem utilizados, segundo diretrizes e deliberações do CMDCA, estando sua estrutura de execução e controle contábil, inclusive para prestação de contas na forma da lei vinculada a Secretaria de Administração e Fazenda.

§ 1º - Fica autorizado o Município, através do órgão gestor, firmar convênios, custear ações emergenciais/eventuais através de auxílio financeiro, mediante resolução do CMDCA.

§ 2º - O gestor do Fundo será indicado pelo Chefe do poder Executivo Municipal e terá as seguintes atribuições:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do/ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações do FIA;

III - manter controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do CMDCA;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, segundo resoluções do CMDCA;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, baseado nas resoluções do CMDCA, ordenando as respectivas despesas;

VI - prestar contas semestralmente da aplicação dos recursos do FIA ao CMDCA e/ou sempre que por este solicitado.

## SEÇÃO II DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 13 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Receitas provenientes de multas estabelecidas como penalidades aos violadores dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins;

II - Deduções de pessoas físicas e jurídicas decorrentes do Imposto de Renda devido, de acordo com a Legislação Federal;

III - Contribuições resultantes de campanhas de arrecadação de Fundos;

IV - Transferências das esferas nacional, estadual e municipal;

V - Rendas eventuais, inclusive os resultantes de depósitos e aplicações financeiras;

VI - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e organizações governamentais e não governamentais que tenham destinação específica.

## SEÇÃO III DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Art. 14º - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados de acordo com o estabelecido nesta Lei, e os deliberados pelo CMDCA, através de resoluções específicas para:

I - Estudos e diagnósticos na área dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Formação de conselheiros de direitos governamentais e não governamentais, tutelares e profissionais;

III - Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - Programas de proteção e sócio-educativo previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Seminários, fóruns, reuniões voltados à temática "criança" e "adolescente";

VI - Publicações de experiências, estudos e pesquisas referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Campanhas de conscientização, materiais orientativos, estruturas para campanha, ações de divulgação na mídia escrita e falada;

VIII - Programas e projetos que prestam atendimento direto a criança e adolescente, devidamente inscritos no CMDCA.

## CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

## DA NATUREZA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

### SUBSEÇÃO I

Art. 15º - O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O Conselho Tutelar estará vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo esta, a responsável por prestar assessoramento técnico, garantindo a efetivação dos princípios, diretrizes e direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - A autonomia que se refere o caput deste artigo, significa, que o Conselho Tutelar não depende da autorização de ninguém, para exercer suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## DA COMPOSIÇÃO

### SUBSEÇÃO II

Art. 16º - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros, com mandato de quatro anos, pelo processo unificado de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município de Corupá, realizada no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, permitida uma recondução de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante participação em novo processo de escolha.

§ 1º - A recondução de que trata o caput deste artigo consistirá na possibilidade do Conselheiro Tutelar participar novamente do processo de escolha.

§ 2º - O Conselheiro tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

§ 3º - Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando no gozo de licença e férias regulamentares, sendo estes convocados;

§ 4º - A suplência será exercida por ordem de classificação dos candidatos, a partir do processo de votação, sendo estes convocados:

I - quando a licença a que faz jus o titular exceder a trinta dias;

II - no caso de renúncia ou perda de mandato de um Conselheiro Tutelar titular;

III - nas ausências e impedimentos legais superiores há trinta dias.

## DA COMPETÊNCIA

### SUBSEÇÃO III

Art. 17º - Compete ao Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Subsidiar o Executivo Municipal e o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no estabelecimento das necessidades e das demandas locais a respeito das políticas sociais básicas do Município, identificando a ausência ou oferta irregular dos serviços públicos fundamentais ao bem estar da criança e do adolescente;

III - Colaborar com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA na elaboração do Plano Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com a indicação de Políticas Sociais Básicas e de Proteção Especial.

### SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO E DA REMUNERAÇÃO

#### SUBSEÇÃO I

Art. 18º - O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta-feira das 8:00h às 18:00h para atendimento do público e execução de suas atividades.

§ 1º - A carga horária de trabalho do conselheiro tutelar será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo cumpridas de segunda a sexta-feira na sede do Conselho Tutelar. Além dessa carga horária os conselheiros(as) ficarão de sobre aviso (plantão) nos demais horários em que não estarão atendendo na sede, sendo estes compreendidos nos intervalos do horário de almoço, período noturno durante a semana, nos finais de semana e feriados;

§ 2º - O horário de trabalho do conselheiro tutelar na sede será das 8h às 14h00 ou das 12h às 18h, com um intervalo de quinze minutos, devendo ter no mínimo 2 conselheiros(as) por período de trabalho, sendo a forma de registro estabelecida pela Secretaria a qual é vinculado administrativamente, obedecida a circunstância própria funcional de atendimento do Conselheiro Tutelar;

§ 3º - Os conselheiros tutelares elaborarão escalas de plantões para atendimento permanente no período de horário de almoço, noturno, finais de semana e feriados, devendo, nesta hipótese, o plantonista estar munido de meio de comunicação a ser disponibilizado pelo município.

§ 4º - A divulgação de escala de Plantão será encaminhada ao CMDCA e fixada no quadro de publicações oficiais do Município e feita, ainda, nas instituições que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 19º - O exercício da função de Conselheiro Tutelar deverá ser de tempo integral, vedado o desempenho de qualquer outra atividade profissional pública ou particular remunerada;

Parágrafo Único - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 20º - O Conselho Tutelar funcionará em sede própria e/ou instalações cedidas pelo Município.

#### DO SUBSÍDIO

Art. 21º - Os Conselheiros Tutelares receberão como subsídio mensal, o fator 21, que equivalente à R\$ 1.645,00 e o reajuste será com base no índice geral concedido ao funcionalismo público municipal.

Parágrafo Único - O servidor público municipal investido no mandato de Conselheiro Tutelar será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração de carreira.

Art. 22º - Constará da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e o subsídio dos seus membros.

Art. 23º - O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 24º - O Conselheiro Tutelar que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município, sendo-lhe assegurada a percepção das seguintes vantagens:

I - Recebimento de subsídio mensal estabelecida nesta lei na mesma data dos demais servidores públicos municipais;

II - Licenças para tratamento de saúde, maternidade/paternidade, matrimônio e outras, da mesma forma que conferidas aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT);

III - Descanso remunerado de 30 dias com acréscimo de 1/3 do subsídio relativo ao período imediatamente anterior;

IV - Bonificação natalina no valor equivalente a um subsídio mensal;

V - inclusão na mesma modalidade de Previdência Social assegurada aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT), durante o período que durar o mandato;

VI - Cobertura Previdenciária.

§ 1º - Em caso de recondução ao cargo em mandatos consecutivos o Conselheiro Tutelar terá direito ao descanso remunerado previsto no inciso III deste artigo;

§ 2º - Caso mais que um dos conselheiros (as) sejam reconduzidos, será elaborada uma escala subsequente de descanso e será convocado um suplente para cumprir o período de férias dos conselheiros reconduzidos, caso a soma de todos ultrapassem trinta dias;

§ 3º - O descanso remunerado de 30 dias dos Conselheiros Tutelares serão anuais e usufruídas alternados, permitido o afastamento de um Conselheiro por vez;

§ 4º - O descanso remunerado de 30 dias do conselheiro tutelar com vínculo efetivo com o Município serão usufruídas proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo que, ao término do mandato o conselheiro tutelar terá direito a férias remuneradas referente ao cargo que ocupa junto a Municipalidade.

### SEÇÃO IV DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS E DA PERDA DO MANDATO

#### DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 25º - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no Município de Corupá, por, no mínimo, 02 (dois) anos;

IV - comprovação de, no mínimo, conclusão do ensino médio;

V - estar no gozo dos direitos políticos;

VI - possuir conhecimento ou prova equivalente de curso de informática básica;

VII - comprovar experiência de no mínimo 2 (dois) anos na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Participar com 100% (cem por cento) de frequência no curso de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações afins, a ser ministrado para os candidatos (as), cuja a carga horária constará no edital processo de escolha;

IX - Ser aprovado em prova de conhecimentos específicos sobre as Legislações atinentes aos direitos da criança e do adolescente;

§ 1º - A prova abrangerá a Legislação atinente aos direitos da criança e ao adolescente indicada no edital;

§ 2º - O não comparecimento à prova de conhecimentos exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Corupá.

§ 3º - Considerar-se-á aprovado na prova de conhecimentos específicos o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões da prova.

Art. 26º - O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, deverá se descompatibilizar do CMDCA nos 15 (quinze) dias anteriores à data fixada para a reunião, que discutirá a elaboração do edital de convocação para o processo de escolha do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos deverá implicar em afastamento do mandato, por incompatibilidade com exercício da função.

Art. 27º - Os candidatos que preencherem os requisitos constantes no artigo 25º serão escolhidos através de sufrágio universal facultativo, tendo cada eleitor direito a um voto;

Art. 28º - Caberá ao CMDCA, por meio de resolução, prever a forma de registro das candidaturas, especificação dos critérios, prazos para impugnações, processo de escolha, proclamação dos escolhidos e posse dos Conselheiros, divulgando amplamente todos os procedimentos.

Art. 29º No decorrer do exercício de sua função os conselheiros deverão participar de capacitações municipais e/ou regionais e/ou estaduais e/ou nacionais.

Parágrafo Único: A participação será de acordo com a organização interna do Conselho Tutelar e relevância do tema e deverá ser previamente aprovada em reunião ordinária do CMDCA e comunicada à Secretaria ao qual estão administrativamente vinculados para deliberação de recursos financeiros.

#### DA PERDA DO MANDATO

Art. 30º - O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade mediante processo administrativo ou penal ou caso deixar de residir no município durante o exercício do mandato.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público, do Executivo Municipal

ou de qualquer interessado, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 31º - Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar cônjuges, companheiros (as) em união estável ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive.

Parágrafo Único - Entende-se o impedimento de Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

#### CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 32º - A Comissão de Ética, será composta sempre que necessário, sendo o órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função, e será, composta por quatro conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo dois governamentais e outros dois não governamentais e pelo(a) advogado(a) ou assessor(a) jurídico(a) do município, podendo ser convidado um conselheiro(a) tutelar.

§ 1º - A Coordenação da Comissão será escolhida entre seus membros.

§ 2º - A Comissão de Ética reunir-se-á sempre que necessário, sendo o material e equipamentos, disponibilizados pela Secretaria a qual o Conselho Tutelar está vinculado.

§ 3º - A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 33 - Compete à Comissão de Ética:

I - Receber, avaliar e encaminhar processo administrativo disciplinar para o Chefe do Executivo Municipal, que por sua vez encaminhará para Comissão Sindicante e ou de Processo Administrativo Disciplinar Municipal.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 - A Organização funcional do CMDCA e Conselho Tutelar, estabelecidos nesta lei, serão definidos em Regimento Interno.

Art. 46 - Fica o Poder Executivo encarregado de suprir os recursos necessários decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 47 - Os casos omissos deverão ser resolvidos pelas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro processo de escolha unificada de Conselheiros (as) Tutelares, conforme a Lei 12.696, de 25 de julho de 2012 revogando-se as disposições ao contrário.

Prefeitura do Município de Corupá, em 03 de Fevereiro de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito



# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 2/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 2/2015

Aos onze dias do mês de Março de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. João Carlos Martins dos Santos, do FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 2/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE DIÁRIAS DE HOTEL, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR PARA OS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORÁRIA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga o FUNDO a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de

01 ano, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

##### I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

##### II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 11 de Março de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 6/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 6/2015**

Aos onze dias do mês de Março de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 6/2015, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente Ata é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE SERRALHERIA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NUCLEOS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

1.2 Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do

Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 11 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE CANELEIRAS E COTOVELEIRAS, OS PRODUTOS DEVEM SEGUIR O PADRÃO PPT PMSC, PARA USO DA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 25/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 25/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 11 de Março de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 25/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 25/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 11 de Março de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

**Forquilha****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2015

(Referente Pregão Presencial nº. 16/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. INNO INFORMÁTICA LTDA., estabelecida na Avenida Centenário, Criciúma, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 01.004.788/0001-77, neste ato representado pelo Sr. Vilson José Innocenti, portador do RG Nº 2.806.406 e CPF Nº 769.234.019-68;

2. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representado pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02;

3. GOLD COMPUTADORES LTDA, CNPJ/MF nº 02.537.692/0001-37, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, em Araranguá, neste ato representado pelo Sr. Sandro Pietsch, brasileiro, CI 2.390.820, CPF 675.131.079-04;

4. PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA, CNPJ/MF nº 03.790.887/0001-57, estabelecida na Rua VX de Novembro, Cida-de de Orleans/SC, neste ato representado pela Sra. Carina Ascari Alberton Gesser, brasileiro, CI 4.533.184-7, CPF 043.898.549-41;

5. ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 03.925.659/0001-47, estabelecida na Rua Padre Auling, em São Ludgero, neste ato representada pelo Sr. Tito Hobold, CI 770.946, CPF 343.431.139-49;

6. R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ/MF nº 08.613.141/0001-91, estabelecida na Rua Cel. Marcos Rovaris, nº. 92, Centro, Içara/SC, neste ato representado pelo Sr. Valmir Costa dos Santos, CI 5053944491, CPF 689.586.330-34;

7. ANGELO DEMO ME, CNPJ/MF nº 13.773.836/0001-70, estabelecida na Rua 27 de Setembro, 869, Centro, Sangão/SC, neste ato representado pelo Sr. Angelo Demo, CI 36.39.807-1, CPF 031.656.969-00;

8. HAYA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.928.935/0001-20, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 15, Centro, Sombrio/SC, neste ato representado pelo Sr. Eliomar Carlos Cardoso, CI 5.707.071, CPF 541.959.770-53;

9. COMPULAB COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ME, CNPJ/MF nº 86.789.647/0001-32, estabelecida na Rua Frei Hilário, 340, Bairro Campinas, São José/SC, neste ato representado pelo

Sr. Henrique Mattos do Amaral, CI 4564662, CPF 040.224.799-06;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 16/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC., para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de

responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços,

será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 16/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 05 de março de 2015.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

INNO INFORMÁTICA LTDA.  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Vilson José Innocenti  
CPF: 769.234.019-68

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Vaguinho Rosseti  
CPF: 016.099.089-02;

GOLD COMPUTADORES LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sandro Pietsch  
CPF: 675.131.079-04;

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Carina Ascari Alberton Gesser  
CPF: 043.898.549-41;

ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Tito Hobold  
CPF: 343.431.139-49;

R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Valmir Costa dos Santos  
CPF: 689.586.330-34;

ANGELO DEMO ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Angelo Demo  
CPF: 031.656.969-00;

HAYA INFORMÁTICA LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Eliomar Carlos Cardoso  
CPF: 541.959.770-53

COMPULAB COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Henrique Mattos De Jesus De Brida  
CPF: 040.224.799-06

#### AVISO DE ERRATA: TERMO ADITIVO Nº 03/ FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

#### AVISO DE ERRATA EXTRATO DE ADITIVO FMS Nº. 03/FMS/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação do Aditivo FMS Nº. 03/FMS/2015, firmado junto a empresa CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, publicado em 10 de março de 2015, Edição nº. 1699 deste veículo de comunicação. Em virtude da digitação equivocada, segue retificação:

Onde se lê: EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 01/2015

Leia-se: EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 03/2015

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 11 de março de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Gerente de Contratos e Convênios

#### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/ PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 42/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de março de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 11 de março de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira



**ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/PMF/2015**

ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 33/PMF/2015 que tem por objetivo a aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos, para instalação e manutenção de luminárias para Iluminação Pública do Município de Forquilha.

A retificação do edital se dá na alteração da forma de julgamento (item 5.5) do edital, como se segue:

ONDE SE LÊ: "MENOR PREÇO global".

LEIA-SE: "MENOR PREÇO por item".

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente. As demais cláusulas do edital de pregão permanecem inalteradas.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br ou licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 11 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 26/PMF/2015

DOADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

DONATÁRIA - ECOFITUS LABORATÓRIO NUTRACÊUTICO LTDA

OBJETO - O DOADOR tem o domínio útil do imóvel objeto desta doação, correspondente ao Lote nº 5 da quadra A, do Loteamento Núcleo Industrial VI, bairro Vila Lourdes, com área total de 2.533,42m<sup>2</sup> (dois mil quinhentos e trinta e três metros e quarenta e dois centímetros quadrados), situado na Rodovia Municipal Maximiliano Gaidzinski, matrícula nº. 5.895, Livro nº 02, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha/SC.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Municipal nº. 007, de 09 de fevereiro de 1990 e na Lei Municipal nº 2.022, de 28 de outubro de 2014.

DATA DA ASSINATURA - 10 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 27/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 27/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO - CLEBER ALEXANDRE DA SILVA ME

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para execução de serviços de assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho.

VALOR - R\$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº.25/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 13 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0009\_2015 PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0053/2015 - PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0009/2015 - PMF

Objeto: Referente a 20 (vinte) inscrições para professoras e equipe multidisciplinar, para participação no "2º Seminário Internacional de Autismo" em Fraiburgo/SC, nos dias 13 e 14 de março de 2015. Contratada: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob Nº10.616.945/0001-96. Valor e pagamento: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) até 20.03.2015. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 11 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO 55/2015 = DOM

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Frei Rogério e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Frei Rogério, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.616.039/0001-09, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. OSNY BATISTA ALBERTON, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 567/2009 de 15/09/2009.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Frei Rogério no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA. Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;
2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;
3. A manutenção e suporte técnico;
4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;
5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e

6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
  2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
  3. Receber suporte técnico;
  4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;
- Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;
2. Zelar pela correta execução dos serviços;
3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;
4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;
5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00, totalizando o valor de R\$ 3.540,00.

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 806/2014 de 27 de novembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima sexta - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Do foro

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes,



firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Frei Rogério, 11 de março de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito de Frei Rogério

Gilsoni Lunardi Albino  
Diretor Executivo do CIGA

### **CONTRATO 56/2015 = MERENDA ESCOLAR DA AGRICULTURA FAMILIAR**

CONTRATO Nº 056/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO, E  
ANTÔNIO MARCOS CHAGAS

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Adolfo Soletti, 750, inscrita no CNPJ sob n.º 01 616 039 0001 09, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ANTÔNIO MARCOS CHAGAS, residente e domiciliado na localidade do Núcleo Governador Celso Ramos, no Município de Frei Rogério - SC, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob n.º 961 058 979 49, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2015, O QUAL FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega, de forma parcelada, das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o dia 31 de dezembro de 2015.

- a). A entrega das mercadorias deverá ser feita de forma parcelada nos locais, dias e quantidades determinados pela CONTRATANTE.  
b). O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento total dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, GRUPO INFORMAL, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 14.670,00, (quatorze mil, seiscentos e setenta reais), conforme listagem anexa a seguir: e que deverão ser pagos de acordo com o previsto na CLAUSULA NONA, deste instrumento.

1- Nome do Agricultor Familiar	2- CPF	3- DAP	4- Prod.	5- Unid.	6- Quant.	7- valor unit.	8- valor Total
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Cenoura	Kg	600	2,50	1.500,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Beterraba	Kg	600	2,50	1.500,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Batata doce	Kg	500	2,50	1.250,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Aipim descascado	Kg	500	3,50	1.750,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	alface	Pé	800	1,70	1.360,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Repolho	Cabeça	200	2,50	500,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Acelga	Und.	100	2,50	250,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Brócolis	Und.	600	2,50	1.500,00

ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Cebolinha verde- tempero	Maço	400	1,80	720,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Salsinha – tempero	Maço	300	1,80	540,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Couve	Kg	100	10,00	1.000,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Moranga cabotia	Kg	200	2,00	400,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Tomate	Kg	200	4,00	800,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Abobrinha	Kg	200	2,50	500,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Chuchu	Kg	200	2,00	400,00
ANTÔNIO M. CHAGAS	961 058 979 49	SDW 0961058879417111140820	Feijão vagem	Kg	200	3,50	700,00
TOTAL							14.670,00

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas todas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes da presente chamada pública estão previstos no Orçamento vigente para o exercício financeiro de 2015;

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que o regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) - por acordo entre as partes;
- b) - pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) - quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o dia 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

É competente o Foro da Comarca de CURITIBANOS-SC para dirimir toda e qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Frei Rogério, 11 de março de 2015  
MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO  
Contratante

ANTÔNIO MARCOS CHAGAS  
Contratado

#### TESTEMUNHAS:

- 1) -----
- 2) -----

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2015 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGO NO ANEXO IV, GRUPO IV DA LEI COMPLEMENTAR N. 023/2007.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGO NO ANEXO IV, GRUPO IV DA LEI COMPLEMENTAR N. 023/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto da estrutura administrativa Municipal o cargo de Assessor de Gabinete, previsto no Anexo IV - Grupo IV, da Lei Complementar nº 023/2007.

Art. 2º - Fica criado no Anexo IV - Grupo IV da Lei Complementar

nº 023/2007, o cargo de Chefe de Gabinete, com as funções/atribuições descritas no Anexo I da presente Lei, com vencimento inicial de R\$ 1.881,28 (um mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos).

#### ANEXO IV

Lei Complementar 023/2007

#### GRUPO IV

ATIVIDADES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

#### 1 - QUANTITATIVO, NOMINATA E VENCIMENTO DO CARGO.

##### 1.1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de Cargos	Cargo	Nível	Vencimentos
01	Chefe de Gabinete	DAS - 5	R\$ 1.881.28

Art. 3º - As despesas com a presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 11 de Março de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### ANEXO IV

Lei Complementar 023/2007

#### GRUPO IV

ATIVIDADES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

#### 1 - QUANTITATIVO, NOMINATA E VENCIMENTO DO CARGO.

##### 1.1 - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de Cargos	Cargo	Nível	Vencimentos
01	Chefe de Gabinete	DAS - 5	R\$ 1.881.28

#### 2 - ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

##### 2.1 - ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Chefe de Gabinete	Assistir ao Prefeito no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, promover a transmissão e o controle das instruções emanadas pelo Prefeito, encarregar-se da representação civil, social e administrativa do Prefeito, e exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam delegadas pelo Prefeito Municipal. Exercer a direção-geral; orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do gabinete; promover atividades de coordenação político-administrativas da Prefeitura com os municípios, pessoalmente, ou por meio de entidades que os represente; coordenar as relações do Executivo com o Legislativo, providenciando os contatos com os vereadores, recebendo suas solicitações e sugestões, encaminhando-as e/ou tomando as devidas providências e, se for caso, respondendo-as; despachar pessoalmente com o Prefeito todo o expediente dos serviços que dirige, bem como participar de reuniões coletivas, quando convocadas, e ainda, acompanhar o Chefe do Poder Executivo em compromissos e viagens oficiais ou de representação municipal, quando convocado for.

**Galvão****PREFEITURA****COMUNICADO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO 017/2015****COMUNICADO**

Ref: Cancelamento do Processo de Licitação 017/2015, Carta Convite 003/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS, CAMARA DE AR, GRAXA Nº 02, OLEO LUBRIFICANTE E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO.

A comissão municipal de licitação nomeada através do Decreto nº 004/2015, resolve CANCELAR o processo de licitação em epigrafe, tendo em vista:

Obs: O presente processo licitatório é destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014.

Galvão - SC, 11 de março de 2015.

Alessandra Paula Querino Bernardo  
Presidente da Comissão

Sandra Maria Turmina  
Membro

Juliane Baldissera Pilatti  
Membro

**Garopaba****PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 44/2015; DL nº. 006/2015; Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA; CNPJ: 83.052.191/0026-10; Objeto: Contratação de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, para prestar o Serviço de Assistência técnica e Extensão Rural no Município de Garopaba; Valor: de R\$34.420,00 (Trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais). Data da Assinatura: 05/03/2015.

**DECRETO Nº 043/2015**

DECRETO N.º 043, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
21/2014	Multiban Locação de Bens móveis Ltda (pipi móvel)	R\$ 1.000,00
667/2014	Multiban Locação de Bens Móveis Ltda (pipi móvel)	R\$ 315,53
974/2014	Altermed Material Médico Hospitalar Ltda	R\$ 133,25
1699/2014	Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda	R\$ 182,37
1878/2014	Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda	R\$ 2.600,00
1783/2014	Aglon Comércio e Representações	R\$ 2.240,00
1784/2014	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda	R\$ 1.650,00
1878/2014	Prestomedi Distribuidora de Medicamentos Ltda	R\$ 2.600,00
1881/2014	Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda	R\$ 0,78
1983/2014	Altermed Material Médico Hospitalar Ltda	R\$ 89,51
2036/2014	Bruthan Comercial Ltda	R\$ 141,40
2090/2013	C. Freitas Leite	R\$ 103,97
2105/2014	Hiperbike Comércio de Bicicletas e Art. Esportivos	R\$ 21,90
2122/2014	Hiperbike Comércio de Bicicletas e Art. Esportivos	R\$ 129,00
2233/2014	Plasmedic Com. Materiais p/ uso Méd. Laboratorial	R\$ 0,02

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de março de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 044/2015**

DECRETO N.º 044, DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 02, DE 11 DE MARÇO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 02, de 11 de março de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Aprova as contas apresentadas pela APAE com base no Convênio nº 006/2003 e na Lei Municipal nº 824/2003, no valor de R\$ 17.290,00 (dezessete mil duzentos e noventa reais), com a notificação do Responsável pela entidade acerca da necessidade de adequação dos procedimentos adotados para recebimento de recursos oriundos da Fundação Pró-infância dos profissionais da Gerdaui à Resolução nº 137, do CONANDA", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de março de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 02, de 11 de março de 2015.  
Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas referente ao Convênio 006/03 e aditivo nº 0002/2009 dos recursos repassados através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garopaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 446/93, nos termos das notas que constam da ata da reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2015,

CONSIDERANDO que a prestação de contas apresentada pela APAE tenha seguido os termos de convênio pré-estabelecido e vigente antes mesmo da Resolução nº 137, do CONANDA;

RESOLVE aprovar as contas apresentadas pela APAE com base no

Convênio nº 006/2003 e na Lei Municipal nº 824/2003, no valor de R\$ 17.290,00 (dezessete mil duzentos e noventa reais), com a notificação do Responsável pela entidade acerca da necessidade de adequação dos procedimentos adotados para recebimento de recursos oriundos da Fundação Pró-infância dos profissionais da Gerdaui à Resolução nº 137, do CONANDA.

Garopaba, 11 de março de 2015.  
Luciana de Abreu Corrêa  
Presidente do CMDCA

### **DECRETO Nº 045/2015**

DECRETO N.º 045, DE 11 DE MARÇO DE 2015.  
REVOGA O DECRETO N.º 131, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n.º 131, de 10 de setembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de março de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **RESOLUÇÃO Nº 02/2015 CMDCA**

Resolução nº 02, de 11 de março de 2015.  
Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas referente ao Convênio 006/03 e aditivo nº 0002/2009 dos recursos repassados através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garopaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 446/93, nos termos das notas que constam da ata da reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2015,

CONSIDERANDO que a prestação de contas apresentada pela APAE tenha seguido os termos de convênio pré-estabelecido e vigente antes mesmo da Resolução nº 137, do CONANDA;  
RESOLVE aprovar as contas apresentadas pela APAE com base no Convênio nº 006/2003 e na Lei Municipal nº 824/2003, no valor de R\$ 17.290,00 (dezessete mil duzentos e noventa reais), com a notificação do Responsável pela entidade acerca da necessidade de adequação dos procedimentos adotados para recebimento de recursos oriundos da Fundação Pró-infância dos profissionais da Gerdaui à Resolução nº 137, do CONANDA.

Garopaba, 11 de março de 2015.  
Luciana de Abreu Corrêa  
Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 12/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 48/2015

DECRETO Nº. 048 de 10 de março de 2015

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Isabela Aragão Pereira, da função de Coordenadora de Programa.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica exonerada, a pedido, a senhora ISABELA ARAGÃO PEREIRA, da função de Coordenadora do Programa de ESF - Estratégia Saúde da Família, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 10 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 50/2015

DECRETO Nº 50 DE 11 DE MARÇO DE 2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

05.003.13.392.1029.1006 Constr. e aquisição de imóveis para a cultura	4490	03.00.00	R\$	36.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

### ERRATA EDITAL Nº 02/2015

ERRATA DO EDITAL TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 035/2015 de 27 de fevereiro de 2015, publica errata do processo seletivo para a admissão de professores de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, do Município em que a Prefeitura se obriga a contratar professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2015.

As alterações de datas estão baseadas na Emenda LOM nº6/2007 de 18/06/2007

### V. DAS INSCRIÇÕES

a) A ficha de inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 09 de março de 2015 até 13 de março de 2015, das 07h30min às 13h30, na sede da Prefeitura de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC;

Altera para:

a) A ficha de inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 09 de março de 2015 até 17 de março de 2015, das 07h30min às 13h30, na sede da Prefeitura de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, Garuva/SC;

### VIII - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A homologação das inscrições será divulgada em 13 de março de 2015 a partir das 14h, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva

Altera para:

A homologação das inscrições será divulgada em 17 de março de 2015 a partir das 14h, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva

### XII - DAS PROVAS ESCRITAS

#### DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

a) A prova objetiva será realizada no dia 18 de março de 2015, conforme tabela abaixo:

Horário	Provas
19:00h às 22:00h	Prova Objetiva

Altera para:

### XII - DAS PROVAS ESCRITAS

#### DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

a) A prova objetiva será realizada no dia 23 de março de 2015, conforme tabela abaixo:

Horário	Provas
19:00h às 22:00h	Prova Objetiva

### c) DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVAS, DOS GABARITOS E LISTA DOS APROVADOS NAS PROVAS AVALIATIVAS

a) As questões das provas e o gabarito preliminar estarão à disposição dos interessados no dia 19 de Março de 2015 a partir das 22h, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) O gabarito oficial será divulgado no dia 19 de Março de 2015, a partir das 17h pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

c) No dia 19 de Março de 2015 às 14 horas será divulgada a lista dos aprovados;

Altera para:

### c) DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DE PROVAS, DOS GABARITOS E LISTA DOS APROVADOS NAS PROVAS AVALIATIVAS

a) As questões das provas e o gabarito preliminar estarão à disposição dos interessados no dia 23 de Março de 2015 a partir das 22h, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) O gabarito oficial será divulgado no dia 23 de Março de 2015, a partir das 17h pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

c) No dia 24 de Março de 2015 às 14 horas será divulgada a lista dos aprovados;

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico (<http://www.garuva.sc.gov.br>), no dia 19 de Março de 2015 a partir das 14h;

Altera para:

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico (<http://www.garuva.sc.gov.br>), no dia 24 de Março de 2015 a partir das 14h;

#### XXIII - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final com a relação dos candidatos classificados será divulgado no site da prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 19 de Março de 2015 a partir das 14h;

Altera para:

#### XXIII - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final com a relação dos candidatos classificados será divulgado no site da prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 25 de Março de 2015 a partir das 14h;

#### XXIV - DA ESCOLHA DE VAGAS

a) As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até o dia 22 de março de 2015 a partir das 14h, (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva.

b) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 23 de março de 2015 as 08h, na Secretaria Municipal de Educação;

Altera para:

#### XXIV - DA ESCOLHA DE VAGAS

a) As vagas para a 1ª chamada serão publicadas até o dia 25 de março de 2015 a partir das 14h, (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva.

b) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 26 de março de 2015 as 08h, na Secretaria Municipal de Educação;

#### ANEXO V

##### CRONOGRAMA

1 - INSCRIÇÃO : 09 e 13 de Março de 2015;

2 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 13 de Março de 2015 as 17:00h;

3 - PROVA: 18 de Março as 19:00h Esc. Mun. Vicente Vieira;

4 - GABARITO PRELIMINAR: 19 de Março de 2015 as 22h;

5 - GABARITO OFICIAL: 20 de Março de 2015 as 17h;

6 - PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS APROVADOS NA PROVAS: 19 de Março de 2015 as 14h;

7 - QUADRO DE VAGAS: 22 de março de 2015 as 14h;

8 - ESCOLHA DE VAGAS : 23 de março de 2015 as 8h;

Altera para:

1 - INSCRIÇÃO : 09 e 17 de Março de 2015;

2 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 17 de Março de 2015 as 17:00h;

3 - PROVA: 23 de Março as 19:00h Esc. Mun. Vicente Vieira;

4 - GABARITO PRELIMINAR: 23 de Março de 2015 as 22h;

5 - GABARITO OFICIAL: 24 de Março de 2015 as 17h;

6 - PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS APROVADOS NA PROVAS: 25 de Março de 2015 as 14h;

7 - QUADRO DE VAGAS: 25 de março de 2015 as 14h;

8 - ESCOLHA DE VAGAS : 26 de março de 2015 as 8h;

Garuva, 11 de Março de 2015.

Adriane Beatriz Moecke Galando  
Presidente da Comissão

Portaria 035/2015 de 27/02/2015

## Gaspar

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 3.597, DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 3.597, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA B. A. N. A.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira e considerando o teor do Ofício nº 74/2015, remetido pela Secretaria Municipal de Educação,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado procedimento administrativo para apurar a responsabilidade da servidora B. A. N. A., contratada em caráter temporário para o cargo de Berçarista, pelo fato de que, em tese, teria agredido fisicamente a criança R. A. U., na instituição onde é lotada.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Caroline Wehmuth e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento no artigo 482, "b" e "j", da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### DECRETO Nº 6.238, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.238, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA ROSE DA SILVA PORTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSE DA SILVA PORTO, CPF 005.830.639-00, ocupante do cargo de Berçarista, a partir de 09/02/2015, nomeada pelo Decreto 3.843/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 06 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.312, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.312, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

## DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Almir Nunes, de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Claudiomiro Mendonça e de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Charles Volnei Zabel, conforme escala, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de março de 2015 a 14 de abril de 2015.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.313, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.313, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 6º, inciso XVI, e art. 51, parágrafos 1º ao 5º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e nas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98,

## DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Comissão Permanente de Licitação, composta dos seguintes membros:

I - JOSÉ ARTUR BENACI - Agente de Serviços Especializados ASE I;

II - JEAN CLÓVIS DA ROSA ZEN - Agente Administrativo;

III - Edmundo de Jesus Araújo Júnior - Engenheiro Civil.

Parágrafo único. Fica o servidor JOSÉ ARTUR BENACI nomeado Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação terá incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades de Tomada de Preço e de Concorrência deste Município, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94 e Lei Federal nº 9.648/98.

Art. 3º Para as licitações da modalidade de Convite, tendo em vista a exigüidade de pessoal, com fundamento no parágrafo 1º do art. 51, da Lei Federal 8.666/93, fica designado para apreciar e julgar as propostas, o servidor JOSÉ ARTUR BENACI.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.866/2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.314, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 6.314, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, os seguintes servidores para integrar a Comissão de Estágio Probatório:

I - Mari Janete Pain, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, em substituição a EDUARDO ERNESTO DIAS.

II - Cleber Sabel, ocupante do cargo de Diretor de Departamento Pessoal, em substituição à MARI JANETE VOIGT PAIM DA SILVA.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 6.319, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.319, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR MARCELO DE MATOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor MARCELO DE MATOS, portador do CPF nº 047.777.109-20, a partir de 09/03/2015, o qual foi nomeado pelo Decreto 3.320/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.327, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.327, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	Colocação	Lotação
RODRIGO DE OLIVEIRA LEO-NEL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FME	1º	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.596, DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.596, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades a partir de 02 de março de 2015, a servidora SONIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, portadora do CPF nº 694.680.449-04, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/03/2015.

Gaspar, 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 19/2015**

RESOLUÇÃO Nº 19/2015

Exonera servidora que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando o Ofício Interno nº 62/2015, subscrito pelo Vereador Jaime Kirchner, através do qual solicita a nomeação da servidora Franciele Daiane Back para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, nos termos da Lei Municipal nº 3.348, de 28 de setembro de 2011; e

Considerando que a servidora Franciele Daiane Back ocupa,

atualmente, o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, conforme Resolução nº 07, de 1º de fevereiro de 2013;

**Resolve:**

Art. 1º Fica exonerada do cargo de Assessor Parlamentar do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 15 de março de 2015, a servidora Franciele Daiane Back, portadora do CPF nº 090.617.019-29, Registro Geral nº 5.988.094, CTPS nº 3578000-Série003-0-SC, PIS nº 210.00432.80-9.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete da Presidência, em 11 de março de 2015.

MESA DIRETORA

José Hilário Melato	Ivete Mafrá Hammes
Presidente	Vice-Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2º Secretário

**SAMAE - GASPAR****ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
- ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2015

=====

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 57/2014 - Número do Aditivo: 1 (Aumento de quantidade).  
Data vigência: 09/03/2015  
Data vencimento: 12/05/2015  
Número da Licitação: 57/2014 - Modalidade: Pregão  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: BRITAGEM GASPAR LTDA.. - CNPJ do contratado: 01.924.996/0001-94  
Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento base de brita graduada (base asfáltica).  
Valor acrescido: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

=====

Gaspar (SC), em 09 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 17-2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:  
PREGÃO PRESENCIAL 17/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS FARMACÊUTICOS E LEITE 0% LACTOSE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/03/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 24/03/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2015.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 18/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:  
PREGÃO PRESENCIAL 18/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, INCLUINDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/03/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 24/03/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2015.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA



# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 018/2015 - ORÇAMENTO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 000018/15 de 11 de Março de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(083)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas

4.000,00

(208)4.4.90.00.00.00.00.2.013-0322 - Aplicacoes Diretas

532,00

**Total Suplementação:**

**4.532,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(087)4.4.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas

4.000,00

(207)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0322 - Aplicacoes Diretas

532,00

**Total Anulação:**

**4.532,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Março de 2015.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 11 de Março de 2015.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº012/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº012/2015.

SERVIÇOS INERENTES A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO.

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE GUARACIABA e a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - AMEOSC, instituição sem fins econômicos, para organização e execução de Processo Concurso para Emprego Público.

AMEOSC- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA, com sede à Padre Aurélio Canzi, 1628, no Município de São Miguel do Oeste (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.829.267/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, doravante denominado de CONTRATADO e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, CNPJ 82.821.216/0001-82 com sede na Rua Ademar de Barros, 85, Centro, doravante denominado de CONTRATANTE, representada pelo seu Prefeito, Senhor ROQUE LUIZ MENEZHINI, de comum acordo e com amparo legal, de acordo com o Edital do Processo de Concurso para Emprego Público atinente, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Este Termo de Contrato tem por objeto a contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo de Emprego Público que acontecerá no dia 16 (dezesesseis) de maio de 2015, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores, conforme legislação municipal vigente, compreendendo:

- Elaboração de modelos de Decretos necessários à realização do Processo de Emprego Público;
- Elaboração dos Editais;
- Elaboração de Editais para publicações, divulgando o Processo de Emprego Público, provas, notas e classificações;
- Elaboração de listagem da homologação dos inscritos;
- Elaboração, aplicação e correção das provas;
- Emissão de listagem do resultado parcial e final;
- Análise e apreciação dos recursos interpostos por candidatos;
- Emissão do relatório final.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter total sigilo das provas a serem aplicadas no Processo de Emprego Público, sujeitando-se às penalidades legais, bem como rescisão imediata deste contrato, caso ocorra quebra de sigilo com relação aos serviços especificados, por dolo ou culpa da CONTRATADA.

2.2 O pessoal que vier a ser contratado para trabalhar no presente Processo de Emprego Público não manterá com a CONTRATANTE nenhum vínculo de natureza empregatícia, ficando os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, tributários e comerciais a cargo da CONTRATADA.

2.3 Ficará a cargo da CONTRATADA fornecer os materiais primários para a realização do Processo de Emprego Público.

2.4 Ficará a cargo da CONTRATANTE fornecer instalações e materiais secundários para a realização do Processo de Emprego Público, em todas as fases, mediante a quantidade solicitada pela CONTRATADA, bem como as despesas com correspondências convocatórias de candidatos, publicações em jornais locais ou

regionais e outros atos oficiais inerentes ao Processo de Emprego Público, e bem assim, eventual remuneração de servidor público municipal designado para auxiliar no Processo de Emprego Público.

2.5 O recebimento dos serviços objeto deste contrato será feito nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 Considerando acordo firmado pela CONTRATADA com todos os municípios associados, inclusive o CONTRATANTE, 02 (dois) concursos públicos ou testes seletivos por ano, serão realizados pela primeira aos municípios associados, sem qualquer custo, o Processo de Emprego Público objeto deste contrato é o 3º (terceiro) do ano em curso realizado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este pagará a importância de R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais), referentes aos custos pela aplicação do referido processo de Concurso de Emprego Público, conforme orçamento em anexo.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS PROVAS

4.1 - A CONTRATADA entregará aos candidatos o caderno de questões do Processo de Emprego Público.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

5.1 A CONTRATADA cumprirá o objeto contratado dentro do prazo estabelecido pelo cronograma de atividades a ser estabelecido no Edital de Processo Emprego Público.

5.2 O prazo a que alude esta cláusula só poderá ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentada, nos seguintes casos:

- a) Paralisação ou restrição na execução dos serviços, por determinação fundamentada;
- b) Falta de elementos técnicos necessários à realização do Processo de Emprego Público, cujo fornecimento seja de responsabilidade da CONTRATANTE.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Auxiliar na elaboração do Edital prestando todas as informações necessárias;
- b) Nomear Comissão de acompanhamento do Processo de Emprego Público;
- c) Verificar o preenchimento dos requisitos das inscrições e realizar a homologação das mesmas;
- d) Realizar as publicações legais do Edital, da homologação das inscrições, do resultado preliminar e final do Processo de Emprego Público, entre outros atos, de publicação obrigatória.
- e) Providenciar local e organização para a realização das provas, bem como fiscais para acompanhamento de sua aplicação;
- f) Prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, para a elaboração do Edital e dos demais atos necessários à regular prestação dos serviços contratados.
- g) Ceder servidores para atuarem como fiscais nos dias de aplicação das provas.

6.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a) Elaboração do Edital;
- b) Elaborar, aplicar, corrigir, e avaliar as provas;
- c) Apreciar os recursos impetrados em relação à competência da CONTRATADA, emitindo parecer;
- d) Apresentar o relatório preliminar e final dos classificados;
- e) Prestar informações quanto aos atos de sua competência referente ao Processo de Emprego Público;

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO**

7.1 A rescisão do presente contrato poderá ser determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, bem como por determinação judicial, nos termos da legislação.

7.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

**8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, o CONTRATANTE designará uma Comissão de Acompanhamento do Processo de Emprego Público para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**9. CLÁUSULA NONA - ÔNUS E ENCARGOS**

9.1 Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

9.2 Fica expressamente vedado à CONTRATADA transferir a responsabilidade da execução do objeto avençado a qualquer outra empresa

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO**

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo de Contrato, por extrato, no prazo previsto em lei.

**11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - FORO**

11.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de São Miguel do Oeste - SC.

São Miguel do Oeste, 26 de fevereiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI  
Prefeito de Guaraciaba  
CONTRATANTE

ENOÍ SCHERER  
Presidente da AMEOSC  
CONTRATADA

Testemunha 1: Airton Fontana  
CPF nº 563.391.609-30

Testemunha 2: Jussara Reginatto  
CPF nº 044.056.609-64

**ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO NA MODALIDADE "EMPREGO PÚBLICO" PARA O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, PARA CARGO OS CARGOS DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, ENFERMEIRO E DENTISTA.**

NºItem	Discriminação da despesa	Custo em R\$1,00
01	Elaboração e aplicação das questões de prova para os três cargos;	1.125,00
02	Programa de informática/Software para correção de questões	350,00
03	Material com impressão dos cadernos de prova e cartões de resposta e outros	200,00
04	Despesa com transporte (duas viagens)	100,00
05	Custo com horas extras funcionários	170,00
06	Despesas administrativas	205,00
	<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>2.150,00</b>

São Miguel do Oeste, 26 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,  
ENOÍ SCHERER  
Presidente da Ameosc

AIRTON FONTANA  
Secretário da AMEOSC

Exmo. Senhor,  
ROQUE LUIZ MENEHINI,  
DD. Prefeito Municipal;  
Guaraciaba -SC;

**ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO NA MODALIDADE "EMPREGO PÚBLICO" PARA O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, PARA CARGO OS CARGOS DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, ENFERMEIRO E DENTISTA.**

NºItem	Discriminação da despesa	Custo em R\$1,00
01	Elaboração e aplicação das questões de prova para os três cargos;	1.888,00
02	Programa de informática/Software para correção de questões	450,00
03	Material com impressão dos cadernos de prova e cartões de resposta e outros	250,00
04	Despesa com transporte (duas viagens)	100,00
05	Custo com horas extras funcionários	220,00
06	Despesas administrativas	250,00
	<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.158,00</b>

Obs: Este orçamento é o custo que a Ameosc tem em aplicar o referido concurso que deduzido aos 1.008,00 que a Prefeitura tem de crédito ficara com o orçamento de custo em R\$ 2.150,00, conforme segue no contrato enviado.

São Miguel do Oeste, 26 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,  
ENOÍ SCHERER  
Presidente da Ameosc

AIRTON FONTANA  
Secretário da AMEOSC

Exmo. Senhor,  
ROQUE LUIZ MENEHINI,  
DD. Prefeito Municipal;  
Guaraciaba -SC;

**EXTRATO CONTRATO 24 E 25.2015 PMGBA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 24/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 10/03/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : RENOVAÇÃO DE SEGURO DA ESCAVADEIRA

HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS DOOSAN Nº DE SÉRIE

DHKCEBAASB0005788, ANO 2011 DLX 140 LC, UTILIZADA PELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. RENOVA APOLICE

EQUIPAMENTOS ALLIANZ Nº 517720148A710005981

Contrato Nº.: 25/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

Contratada....: GENTE SEGURADORA SA  
Valor ..... : 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 10/03/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO ONIBUS MB 1519 PLACAS MMA4625, CHASSI 9BM384069EB26119 UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO.

#### **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 35.2015 PMGBA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

PROCESSO Nº 35/2015 HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: RENOVAÇÃO DE SEGURO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS DOOSAN Nº DE SÉRIE DHKCEBAASB0005788, ANO 2011 DLX 140 LC, UTILIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. RENOVA APOLICE EQUIPAMENTOS ALLIANZ Nº 517720148A710005981 E CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO ONIBUS MB 1519 PLACAS MMA4625, CHASSI 9BM384069EB26119 UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO.

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais)

#### **HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 14.2015 FMS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2015

PROCESSO Nº 14/2015 HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE REDE DE AR CONDICIONADO, REDE DE TELECOMUNICAÇÃO E LUZ DE EMERGÊNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, SITUADA A RUA PRESIDENTE KENNEDY.

CONTRATADO: P & P AUTOMACAO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.447,38 (trinta e três mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos)

#### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 17.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 26/15, Edital de Pregão Nº 17/15, Objeto: Aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 24/03/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 24/03/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 11 de março 2015.

SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,

Ordenadora do FMS

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 09

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 09/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO - COMPRA DIRETA Nº. 09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: JACOB WOLFART

OBJETO: Locação de Sala Comercial com área de 95 m<sup>2</sup> em alvenaria, localizada na Rua Presidente Kennedy, 390, centro, Guarujá do Sul, para realização das oficinas de teatro, escultura, dança e Muay Thai e outras atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência da Assistência Social e outros grupos atendidos pela Assistência Social.

VALOR TOTAL: R\$ 4.180,00

VIGENCIA: 16/03/2015 A 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 10 de março de 2015.

Adelise de Oliveira,  
Gestora do FMAS.

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### LEI Nº 3085/2015

LEI Nº 3085/2015

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O SIMAE, DE BEM PATRIMONIAL QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, objetivando a Cessão de Uso de fração de um imóvel de propriedade do Município com área total de 24.802,10m<sup>2</sup>, sendo a área cedida de 847,43m<sup>2</sup>, - Matrícula nº 20.281 do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba.

Parágrafo Único - O imóvel destina-se exclusivamente para construção de elevatório de esgoto.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos decorrentes da celebração da Cessão de Uso.

Herval D'Oeste (SC), 10 de março de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### LEI Nº 3086/2015

LEI Nº 3086/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba - APAE, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a ser repassado em 07 (sete) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo a primeira em 05 de maio de 2015 e as demais sucessivamente.

Parágrafo Único - O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação de contas da parcela anterior, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2015.



Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste (SC), 10 de março de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

#### MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade beneficente, sediada no Município de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 82.780.396/0001-00, representada neste ato por seu Presidente, Sr. WALDEMAR RONSSEM JUNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 806.989.729-53, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município à Entidade de recursos financeiros, destinados à manutenção de despesas realizadas nesta Escola Especial com o atendimento de crianças e adolescentes excepcionais, procedentes do Município de Herval d'Oeste (SC).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. \_\_\_\_\_, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e na Lei Municipal nº. \_\_\_\_\_, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Entidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a ser repassado em 07 (sete) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo a primeira em 05 de maio de 2015 e as demais sucessivamente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

##### DA ENTIDADE

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2- Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de bloqueio da parcela subsequente, não podendo exceder ao último dia do exercício financeiro.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida inerente ao presente instrumento.
- 5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento será de responsabilidade da Entidade.

##### DO MUNICÍPIO

1- Contribuir, nos prazos pactuados na Cláusula Terceira - Do Valor do Convênio, deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação de cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria, do RG e CPF do presidente da Associação, das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como, INSS e FGTS, quando possuírem, e manter a regularidade fiscal das certidões até o término da vigência do presente Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente para o exercício de 2014.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade beneficente mensalmente, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme desciminada a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
  - II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
  - III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
  - IV - Conciliação bancária se for o caso;
  - V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
  - VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
  - VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);  
§ 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.  
§ 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
  - VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
  - IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
  - X - Declaração do Presidente da entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
  - XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
  - XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.
  - 3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.
  - 4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.
  - 5- É vedada à concessão de recursos:  
I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;  
II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;

III - Para atender despesas já realizadas;  
IV - Para Igrejas e cultos religiosos;  
V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.  
6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2015, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d' Oeste (SC),  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

WALDEMAR RONSSEM JUNIOR  
Presidente

#### TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
CPF

2- \_\_\_\_\_  
CPF

#### PORTARIA Nº 401/2015

PORTARIA Nº 401/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARIZETE APARECIDA DALMÉDICO (Matr. 386), nascida aos 04/03/1965, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/E, anexo XI, a partir de 10 de março de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 402/2015

PORTARIA Nº 402/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 383/2015, a qual Concedeu Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ BENTO (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 09 de março de 2015 a 07 de abril de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 10 de Março de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2761/2015

DECRETO Nº 2761, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"FIXA VALOR DAS TAXAS, RELATIVO A ATOS DA SAÚDE PÚBLICA/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e;

Considerando as normas para execução das ações básicas de Saúde/Vigilância Sanitária;

Com amparo no Artigo 88, incisos VII - XIII, e 149 - incisos VI - VIII da Lei Orgânica, c/c. Artigo 52 da Lei 164 de 27 de Dezembro de 2000, e modificações introduzidas pela Lei Nº 451 de 13 de Outubro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º. As Taxas dos Atos de Vigilância Sanitária, instituídas pelo Anexo Único da Lei 451 de 13 de Outubro de 2010, passarão a vigorar conforme anexo deste Decreto.

Art. 2º. As Guias de recolhimento das Taxas previstas no Artigo 1º, serão emitidas pelo Setor de Tributação e Arrecadação do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE MARÇO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

#### TABELA II

#### ATOS DA SAÚDE PÚBLICA

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	REAIS EM R\$
1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
11101	Conservas de produtos de origem vegetal	355,32
11102	Doces / produtos de confeitaria (c/creme)	355,32
11103	Massas frescas	355,32
11104	Panificação (fab. / distrib.)	355,32
11105	Produtos alimentícios infantis	355,32
11106	Produtos congelados	355,32
11107	Produtos dietéticos	355,32
11108	Refeições industriais	355,32
11109	Sorvetes e similares	355,32
11199	Congêneres grupos 111	355,32
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
11201	Aditivos	239,83

11202	Água mineral	239,83
11203	Amido e derivados	239,83
11204	Bebidas analcolólicas, sucos e outras	239,83
11205	Biscoitos e bolachas	239,83
11206	Cacau, chocolates e sucedâneos	239,83
11207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	239,83
11208	Condimentos, molhos e especiarias	239,83
11209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	239,83
11210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc.)	239,83
11211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	239,83
11212	Farinhas (moinhos) e similares	239,83
11213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	239,83
11214	Gelo	239,83
11215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	239,83
11216	Marmeladas, doces e xaropes	239,83
11217	Massas secas	239,83
11218	Refinadora e envasadora de açúcar	239,83
11219	Refinadora e envasadora de sal	239,83
11220	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	239,83
11221	Salgadinhos e frituras	239,83
11222	Suplementos alimentares enriquecidos	239,83
11223	Tempero à base de sal	239,83
11224	Torrefadora de café	239,83
11299	Congêneres grupos 112	239,83
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
12101	Açougue	124,35
12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	88,82
12103	Cantina escolar	88,82
12104	Casa de carnes	88,82

12105	Casa de frios (laticínios e embutidos)	88,82
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	71,06
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121	177,66
12108	Confeitaria	124,35
12109	Cozinha de escolas	71,06
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	71,06
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. / casas de saúde	53,29
12112	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	124,35
12113	Lanchonete / café colonial e petiscarias	71,06
12114	Mercados / super / mini (somatório das atividades) *	*53,29
12115	Mercearia / armazém (única atividade)	53,29
12116	Padaria / panificadora	88,82
12117	Pastelaria	53,29
12118	Peixaria (pescados e frutos do mar)	88,82
12119	Pizzaria	88,82
12120	Produtos congelados	124,35
12121	Restaurante / Buffet / churrascaria	124,35
12122	Rotisserie	124,35
12123	Serv-carro / drive - in / quiosque / trailer e similares	88,82

12124	Sorveteria e/ou posto de venda	53,29	
12125	Depósito de alimentos grupo 121	124,35	
12126	Transportador e ou transportadora de alimentos grupo 121 (por veículo)	53,29	
12127	Venda ambulante (cachorro quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	53,29	
12199	Congêneres grupos 121	71,06	
	* Excluídas as atividades exercidas		
122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
12201	Bar / boate / uisqueria	53,29	
12202	Bomboniere	53,29	
12203	Café	53,29	
12204	Depósito de bebidas	53,29	
12205	Depósito de frutas e verduras	53,29	
12206	Depósito de alimentos grupo 122	53,29	
12207	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	88,82	
12208	Feira livre (comércio de frutas, legumes e verduras)	26,65	
12209	Quitanda, frutas e verduras	26,65	
12210	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	26,65	
12211	Comércio atacadista de alimentos grupo 122	71,06	
12212	Transportador e/ou transportadora de alimentos grupo 122 (por veículo)	35,53	
12299	Congêneres grupos 122	53,29	
13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
13101	Produtos tóxicos e/ou faz uso	355,32	
13102	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	355,32	
13103	Insumos farmacêuticos	355,32	
13104	Produtos farmacêuticos (medicamentos em geral e/ou correlatos estéreis)	355,32	
13105	Produtos biológicos	355,32	
13106	Produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	355,32	
13107	Produtos de consumo médico / hospitalar	355,32	
13108	Produtos de consumo odontológico	355,32	
13109	Material implantável	355,32	
13110	Saneantes Domissanitários	355,32	
13111	Produtos de consumo radiológico	355,32	
13112	Educação física, embelezamento ou correção estética (órgãos)	355,32	
13199	Congêneres grupos 131	355,32	
132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
13201	Embalagens	239,83	
13202	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos laboratoriais	239,83	
13203	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos médico / hospitalares	239,83	
13204	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos odontológicos	239,83	
13205	Produtos veterinários	239,83	
13206	Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	239,83	
13207	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos	239,83	
13299	Congêneres grupos 132	239,83	

14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
14101	Comércio de produtos tóxicos	239,83	
14102	Distribuidora de medicamentos	355,32	
14103	Comércio de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	239,83	
14104	Comércio de produtos de consumo médico / hospitalar	239,83	
14105	Comércio de produtos de consumo odontológico	239,83	
14106	Comércio de produtos veterinários	239,83	
14107	Comércio de produtos saneantes Domissanitários	239,83	
14108	Comércio de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	239,83	
14109	Distribuidora de produtos tóxicos	239,83	
14110	Transportadora de produtos tóxicos (por veículo)	239,83	
14111	Transportadora de medicamentos (por veículo)	239,83	
14112	Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	239,83	
14113	Transportadora de prod. de consumo laboratorial de análises clínicas (por veículo)	239,83	
14114	Distribuidora de produtos de consumo médico / hospitalar	239,83	
14115	Transportadora de produtos de consumo médico / hospitalar (por veículo)	239,83	
14116	Distribuidora de produtos de consumo odontológico	239,83	
14117	Transportadora de produtos de consumo odontológico (por veículo)	239,83	
14118	Comércio de produtos de consumo radiológico	239,83	
14119	Distribuidora de produtos de consumo radiológico	239,83	
14120	Transportadora de produtos de consumo radiológico (por veículo)	239,83	
14121	Distribuidora de produtos veterinários	239,83	
14122	Transportadora de produtos veterinários (por veículo)	239,83	
14123	Comércio de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	239,83	
14124	Distribuidora de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	239,83	
14125	Transportadora de prod. químicos (tintas, solventes, vernizes, outros) (por veículo)	239,83	
14126	Distribuidora de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	239,83	
14127	Distribuidora de produtos saneantes Domissanitários	239,83	
14128	Transportadora de produtos saneantes Domissanitários (por veículo)	239,83	
14129	Comércio de materiais implantáveis	239,83	



14130	Distribuidora de materiais implantáveis	239,83	
14131	Transportadora de materiais implantáveis	239,83	
14132	Transportadora de prod. cosméticos, perfumes e prod. higiene pessoal	239,83	
	(por veículo)		
14199	Congêneres grupo 141	239,83	
142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
14201	Comércio de produtos destinados à alimentação animal	124,35	
14202	Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	124,35	
14203	Embalagens	124,35	
14204	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos agrícolas ou ferragens	124,35	
14205	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	124,35	
14206	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico/hosp.	124,35	
14207	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso odontológico	124,35	
14208	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	124,35	
14209	Comércio de sementes ou mudas	124,35	
14210	Transportadora de produtos destinados à alimentação animal (por veículo)	124,35	
14211	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	124,35	
14212	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética (por veículo)	124,35	
14213	Distribuidoras de embalagens	124,35	
14214	Transportadora de embalagens (por veículo)	124,35	
14215	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	124,35	
14216	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial (por veículo)	124,35	
14217	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp.	124,35	
14218	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp. (por veículo)	124,35	
14219	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia	124,35	
14220	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso	124,35	

	em odontologia (por veículo)	
14221	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	124,35
14222	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	124,35
14223	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia (por veículo)	124,35
14224	Distribuidora de sementes ou mudas	124,35
14225	Transportadora de sementes ou mudas (por veículo)	124,35
14226	Agropecuária * (soma de todas as atividades desenvolvidas pelo respectivo estab.)	53,29
14227	Comércio de pequenos animais (aves, peixes, outros)	124,35
14299	Congêneres grupo 142	124,35
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
15101	Ambulatório médico	124,35
15102	Ambulatório odontológico	124,35
15103	Ambulatório veterinário	71,06
15104	Ambulatório de enfermagem	124,35
15105	Banco de leite humano	71,06
15106	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	71,06
15107	Clínica médica	239,83
15108	Clínica veterinária	124,35
15109	Hemodiálise	239,83
15110	Policlínica	239,83
15111	Pronto socorro	71,06
15112	Serviço de nutrição e dietética	71,06
15113	Unidade sanitária	Isento
15114	Medicina nuclear	239,83
15115	Radioimunoensaio	239,83
15116	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	239,83
15117	Radiologia médica (por equipamento)	195,42
15118	Radiologia odontológica (por equipamento)	71,06
15119	Farmácia (alopática)	239,83
15120	Farmácia (homeopática)	239,83
15121	Drogaria	239,83
15122	Posto de medicamentos	71,06
15123	Dispensário de medicamentos	71,06
15124	Ervanária	124,35
15125	Unidade volante de comércio farmacêutico	71,06
15126	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	239,90
15127	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	355,32
15128	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	355,32
15129	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	355,32
15130	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	355,32
15131	Unidade integrada de saúde / unidade mista	355,32
15132	Laboratório de análises clínicas	239,83
15133	Laboratório de análises bromatológicas	239,83
15134	Laboratório de anatomia e patologia	239,83



15135	Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica	239,83
15136	Laboratório químico-toxicológico	239,83
15137	Laboratório cito / genético	239,83
15138	Posto de coleta de material biológico	88,82
15139	Agência Transfusional de sangue	124,35
15140	Banco de sangue	195,42
15141	Posto de coleta de sangue	124,35
15142	Serviço de hemoterapia	248,71
15143	Serviço industrial de derivados de sangue	355,32
15144	Unidade volante de assistência médica e/ ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	124,35
15145	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	71,06
15146	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	124,35
15147	Unidade volante de coleta de sangue	124,35
15148	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	124,35
15149	Quimioterapia	195,42
15150	Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento)	239,83
15151	Unidade volante de assistência odontológica	124,35
15199	Congêneres grupo 151	124,35
	* Excluídas as atividades que exijam responsabilidade técnica específica	
152	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
15201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	195,42
15202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	195,42
15203	Clínica de psicanálise	195,42
15204	Clínica de odontologia	195,42
15205	Clínica de tratamento e repouso	195,42
15206	Clínica de ortopedia	195,42
15207	Ultrassonografia	124,35
15208	Clínica de fonoaudiologia	124,35
15209	Consultório médico	124,35
15210	Consultório nutricional	124,35
15211	Consultório odontológico	124,35
15212	Consultório de psicanálise / psicologia	124,35
15213	Consultório veterinário	124,35
15214	Estabelecimento de massagem	124,35
15215	Laboratório ou oficina de prótese dentária	124,35
15216	Laboratório de prótese auditiva	124,35
15217	Laboratório de prótese ortopédica	124,35
15218	Laboratório de ótica	124,35
15219	Ótica	71,06
15220	Consultório psico-pedagógico	124,35
15221	Estabelecimentos saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
15222	Clínica psico-pedagógico	195,42
15299	Congêneres grupo 152	71,06
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
16101	Asilo e similares	71,06

16102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	239,83
16103	Escola de natação e similares	124,35
16104	Estação hidromineral / termal / climatério	355,32
16105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	124,35
16106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	124,35
16107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	124,35
16108	Piscina coletiva	124,35
16109	Radiologia industrial	239,83
16110	Sauna	124,35
16111	Zoológico	195,42
16112	Estab. de propriedade da união, estado e municípios	Isento
16113	Centro de formação de condutores	124,35
16114	Hotel infantil	124,35
16115	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	355,32
16116	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços	355,32
16117	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de caixas	355,32
16118	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	355,32
16119	Serviço de capina química	355,32
16120	Motel (hospedagem) (por cômodo)	53,29
16121	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	239,83
16199	Congêneres grupo 161	124,35
162	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
16201	Hotel de pequenos animais	53,29
16202	Academia de ginástica / dança / artes marciais e similares	71,06
16203	Agência bancárias e similares	53,29
16204	Barbearia	26,65
16205	Camping	124,35
16206	Cárcere / penitenciária e similares	Isento
16207	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	124,35
16208	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	71,06
16209	Cemitério / necrotério / crematório	124,35
16210	Cinema / auditório / teatro	53,29
16211	Circo / rodeio / hípica / parque de diversão	53,29
16212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	53,29
16213	Dormitório (por cômodo)	8,88
16214	Escritório em geral	26,65
16215	Estação de tratamento de água para abastecimento público	239,83
16216	Estação de tratamento de esgoto	239,83
16217	Estética facial / maquiagem	71,06
16218	Floricultura / plantas / mudas	53,29
16219	Garagem / estacionamento coberto	53,29
16220	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	17,76
16221	Igrejas e similares	26,65
16222	Lavanderia	53,29
16223	Tabacaria	53,29
16224	Oficina / consertos em geral	53,29

16225	Orfanato / patronato	26,65
16226	Parque natural / campo de turismo	53,29
16227	Pensão (por cômodo)	8,88
16228	Posto de combustível / lubrificante	71,06
16229	Quartel	Isento
16230	Salão de beleza / manicuro / pedicuro / cabeleireiro	53,29
16231	Shopping (área comum) exceto estabelecimentos	71,06
16232	Salão de beleza para pequenos animais	71,06
16233	Pet Shop	71,06
16234	Serviço de lavagem de veículo	53,29
16235	Colônia de férias	17,76
16236	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento
16299	Congêneres grupo 162	53,29
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	

## 21 DIVERSOS

## 211 DIVERSOS

21101	Apartamento (prédio) (p/m2)	0,90
21102	Residência (casa) (p/m2)	0,90
	· Ampliação (p/m2)	0,90
	· Habitação popular até 40 m2	Isento
21103	Sala comercial (p/m2)	1,79
21104	Ginásio / estádio / e similares (p/m2)	1,79
21105	Galpão / depósito e similares (p/m2)	1,79
21106	Garagem / estacionamento coberto (p/m2)	0,90
21107	Estabelecimento de saúde (p/m2)	0,90
21108	Estabelecimento de ensino (p/m2)	0,90
21109	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m2)	1,79
21110	Maternal / creche / jardim infância (p/m2)	0,90
21111	Habitação coletiva - internato e similares (p/m2)	0,90
21112	Cemitérios e afins (p/m2)	0,90
21113	Hotel, motel, cabana (p/m2)	1,79
21114	Hotel infantil (p/m2)	1,79
21199	Congêneres (p/m2)	0,90
3	ANÁLISE DE PROJETOS	

## 31 DIVERSOS

## 311 DIVERSOS

31101	Apartamento (prédio) até 100 m²	35,53
31102	Estabelecimento de saúde até 100 m²	35,53
31103	Estabelecimento de ensino até 100 m²	35,53
31104	Estabelecimento de ginástica / laser e similares até 100 m²	35,53
31105	Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m²	35,53
31106	Maternal, creche, jardim de infância até 100 m²	35,53
31107	Cemitérios e afins até 100 m²	35,53
31108	Sistema de tratamento de água até 100 m²	35,53
31109	Sistema de tratamento de esgoto até 100 m²	35,53
31110	Hotel, motel, cabanas até 100 m²	35,53
31111	Hotel infantil até 100 m²	35,53
31112	Salões de festas até 100 m²	35,53
31113	Residência (casa) até 100 m²	35,53

	· Ampliação até 100 m²	35,53
	· Habitação popular até 40 m²	Isento
31199	Congêneres até 100 m²	35,53
	Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m² (por m²)	0,37
4	SERVIÇOS DIVERSOS	
41	DIVERSOS	
411	DIVERSOS	
41101	Segunda via do alvará sanitário	17,76
41102	Análise de processos para registro de produto	177,66
41103	Qualquer alteração do alvará sanitário	
	· Por item alterado	35,53
	· Alteração de endereço (100% do valor do alvará)	
41104	Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	88,82
41105	Visto em receitas e notificação de receitas	Isento
41106	Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	Isento
41107	Qualquer alteração de registro de produto	
	· Por item alterado	177,66
	· Cancelamento de registro	Isento
41108	Encerramento das atividades	Isento
41109	Baixa de responsabilidade técnica	17,76
41110	Vistoria para concessão de autorização federal de funcionamento	195,42
41111	Qualquer alteração de autorização de funcionamento	
	· Por item alterado	88,82
	· Alteração de endereço	195,42
	· Mudança de responsabilidade técnica	Isento
	· Cancelamento da autorização	Isento
41112	Segunda via do laudo de análise	35,53
512	LICENÇAS	
51201	Livre trânsito de produtos sujeitos a fiscalização sanitária	17,76
513	LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
51301	Liberação de produtos (paciente estado terminal)	Isento
514	AUTENTICAÇÃO DE LIVROS	
51401	Farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros (por folha)	0,10
51402	Transferência de responsabilidade técnica (por livro)	17,76
51403	Baixa (encerramento) (por livro)	17,76
515	SOLICITAÇÕES / PARECERES TÉCNICOS	
51501	Emissão de edital	35,53
51502	Atestado de antecedentes	88,82
51503	Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	177,66

51504	Certidão (de qualquer natureza)	88,82	
51505	Requerimentos diversos	88,82	
51506	Certificado de livre comercialização de produtos	124,35	
51507	Laudo técnico	88,82	
51508	Fornecimento de cópia de legislação (por folha)	0,25	
6	ANÁLISES LABORATORIAIS		
61	ANÁLISES BROMATOLÓGICAS		
611	ÁGUA		
61101	Análise Química de potabilidade (completa)	248,71	
61102	Análise Microbiológica de potabilidade	71,06	
61103	Análise Microbiológica de água mineral potabilidade	71,06	
61104	Análise Potabilidade (química + bacteriológico)	314,45	
61105	Análise Química de água por elemento determinado	35,53	
61106	Determinação do pH, cor e turbidez (todas)	17,76	
61107	Determinação do teor de cloro e flúor (cada)	17,76	
61108	Análise Flúor com eletrodo seletivo	44,41	
61109	Análise Microbiológica de água para elucidação de enfermidade de transmissão hídrica	142,11	
61110	Análise Microbiológica de água mineral	230,95	
61111	Análise Microbiológica indicativa de água mineral	79,94	
61112	Avaliação da eficiência de filtros e similares usados p/ potabilidade de água, por microorganismos usado no teste	71,06	
61113	Água de piscina (Exame microbiológico)	71,06	
61114	Retenção de cloro em filtros	71,06	
61115	Avaliação da eficiência microbiológica de filtros	142,11	
61116	Análise química de água para hemodiálise, por elemento (segundo portaria 2042/96)	35,53	
61117	Pesquisa de Endotoxina em águas para hemodiálise (segundo portaria 2042/96)	88,82	
612	ADITIVOS PARA ALIMENTOS		
61201	Aditivos em Alimento, exame qualitativo, por Aditivo	35,39	
61202	Aditivos em Alimento, exame quantitativo, por Aditivo	106,58	
61203	Aditivos quimicamente definidos, acima de 4 determinações	532,98	
61204	Aditivos quimicamente definidos, até 4 determinações	355,32	
61205	Determinação de Aditivos por HPLC, por Aditivos	177,66	
61206	Determinação de 3,4 benzopireno	35,53	
61207	Identificação de bromato	71,06	

613	ALIMENTOS E BEBIDAS		
61301	Análise microbiológica (contagem de mesófilos, coliforme total e de origem fecal, S. aureus, B. cereus, clostrídios, salmonella, bolores e leveduras)	302,01	
61302	Análise microbiológica de alimentos para elucidação de enfermidades de transmissão alimentar	177,66	
61303	Bactérias do grupo coliforme de origem fecal	53,29	
61304	Bactérias do grupo coliforme total	44,41	
61305	Contagem de bactérias em placas, para cada temperatura	53,29	
61306	Determinação de Bacillus cereus	62,17	
61307	Determinação de bolores e leveduras	53,29	
61308	Determinação de clostrídios sulfito redutores a 46° C	62,17	
61309	Determinação de enterobactérias	71,06	
61310	Determinação de enterococos	79,81	
61311	Determinação de Listeria monocytogenes	88,82	
61312	Determinação de Pseudomonas aeruginosa	62,17	
61313	Determinação de Salmonella spp	79,81	
61314	Determinação de Shigella spp	79,81	
61315	Determinação de Staphylococcus aureus	62,17	
61316	Determinação de Vibrio cholerae	79,81	
61317	Determinação de Vibrio parahaemolyticus	79,81	
61318	Outras determinações microbiológicas (a combinar com a seção)	71,06	
61319	Teste de Estufa	44,41	
62	ANÁLISE MICROSCÓPICA		
62001	Análise microscópica de alimentos em geral	177,66	
62002	Contagem de filamentos micelianos pelo método de Howard	71,06	
62003	Dosagem de paus e cascas	53,29	
62004	Histologia para alimentos em geral	35,53	
62005	Identificação de amido	35,53	
62006	Matérias estranhas para alimentos em geral	35,53	
62007	Pesquisa de ovos de insetos em farinhas e em produtos de frutas (método enzimático)	79,81	
62008	Sujidades pelo método de digestão ácida	35,53	
62009	Sujidades pesadas (areia, terra ...)	35,53	
62010	Sujidades, larvas e parasitos	35,53	
63	ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS		
63001	Acidez	26,65	
63002	Acidez em ácido láctico	26,65	
63003	Acidez em solução normal	26,65	
63004	Acidez volátil	44,41	

63005	Álcool para fins alimentícios (incluindo análise por cromatografia gasosa)	444,14	
63006	Amido	71,06	
63007	Amidos em produtos cárneos	88,82	
63008	Atividade de água	53,29	
63009	Atividade diastásica em mel	115,47	
63010	Avaliação das características organolépticas	17,76	
63011	Bases voláteis	53,29	
63012	Brix	17,76	
63013	Cafeína em bebidas não-alcoólicas	53,29	
63014	Cálcio	53,29	
63015	Características organolépticas, acidez, índice de refração, índice de iodo, pesquisa de ranço, índice de peróxido em óleo e gorduras comestíveis	213,19	
63016	Caseína em alimentos (com consulta prévia)	106,58	
63017	Cloro e hipoclorito (domissaniantes)	35,53	
63018	Cloro residual livre	17,76	
63019	Colesterol em alimentos com consulta prévia	71,06	
63020	Composição centesimal de alimentos incluindo valor calórico	178,73	
63021	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídeos, glicose, sacarose e amido	177,66	
63022	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídeos e carboidratos totais	142,11	
63023	Composição de ácidos graxos em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	239,83	
63024	Composição provável do sal	177,66	
63025	Crioscopia ou índice de refração do leite	35,53	
63026	Cromatografia de açúcares (qualitativo)	88,82	
63027	Demanda bioquímica de oxigênio	106,58	
63028	Demanda química de oxigênio	88,82	
63029	Densidade	17,66	
63030	Densidade do leite	17,66	
63031	Determinação de açúcares não redutores	44,41	
63032	Determinação de açúcares redutores em glicose	44,41	
63033	Determinação de açúcares totais	35,53	
63034	Determinação de cloretos	35,53	
63035	Determinação de fibra	44,41	
63036	Determinação de isômeros CIS/TRANS de ácidos graxos insaturados em óleos e gorduras de origem animal e vegetal por cromatografia em fase gasosa	266,48	
63037	Determinação de lipídeos	35,53	
63038	Determinação de proteínas	53,29	
63039	Determinação de resíduo mineral fixo	35,53	
63040	Determinação de voláteis a 105° C	26,65	
63041	Determinação do iodo no sal	35,53	

63042	Dosagem de corante artificial por espectrofotometria	106,58	
63043	Dosagem de corante artificial por HPLC	266,48	
63044	Dureza	35,53	
63045	Estabilidade ao etanol	17,76	
63046	Extrato alcoólico	26,65	
63047	Extrato aquoso	26,65	
63048	Extrato etéreo	26,65	
63049	Extrato seco desengordurado do leite	35,53	
63050	Extrato seco total do leite	35,53	
63051	Falsificação de bebidas, por cromatografia gasosa	239,83	
63052	Falsificação em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	213,19	
63053	Ferro quantitativo	53,29	
63054	Formol qualitativo	62,17	
63055	Fosfato	71,06	
63056	Fósforo	71,06	
63057	Glutamato monossódico em alimentos	62,17	
63058	Gradação alcoólica em bebidas e alcoóis para fins alimentícios	44,41	
63059	Granulometria do sal	53,29	
63060	Hidroximetilfurfural em mel	115,47	
63061	Insolúveis em éter de petróleo	44,41	
63062	Identificação de corante artificial	71,06	
63063	Índice de iodo	44,41	
63064	Índice de peróxido	35,53	
63065	Índice de refração	17,76	
63066	Índice de saponificação	35,53	
63067	Lactose e sacarose, cada um	44,41	
63068	Matéria insaponificável	53,29	
63069	Nitrito qualitativo	35,53	
63070	Nitrito quantitativo	106,58	
63071	Pectina	71,06	
63072	Peso líquido / peso líquido drenado, cada um	17,76	
63073	Pesquisa de corante artificial	35,53	
63074	Pesquisa de metanol em bebidas alcoólicas por cromatografia em fase gasosa	354,15	
63075	PH	17,76	
63076	Ponto de fusão	35,53	
63077	Prova de cocção	26,65	
63078	Prova de reconstituição	17,76	
63079	Quantificação de componentes secundários em bebidas alcoólicas destiladas, por cromatografia em fase gasosa	355,32	
63080	Quantificação de metanol em bebidas por cromatografia em fase gasosa	239,83	
63081	Reação de acidez em leite	35,53	
63082	Reação de Kreiss (pesquisa de ranço)	26,65	
63083	Reação de peroxidase em leite	44,41	
63084	Reação para dextrina em leite	35,53	
63085	Reação para fosfatase em leite	35,53	
63086	Reações de Eber	17,76	



63087	Resíduo mineral fixo insolúvel em ácido clorídrico	26,65	
63088	Tanino em bebidas não alcoólicas	115,47	
63089	Teste de indol	88,82	
63090	Turbidez do sal	35,53	
63091	Umidade	26,65	
63092	Vácuo	17,76	
63093	Valor calórico total	52,29	
64	NUTRIENTES E CONTAMINANTES		
64001	Beta caroteno adicionado em alimento	71,06	
64002	Beta caroteno natural em alimento	88,82	
64003	Cádmio e chumbo em sangue, por elemento	106,58	
64004	Determinação de Arsênio (colorimetria)	88,82	
64005	Fermento químico (dióxido de carbono total)	124,35	
64006	Mercúrio em alimento	381,96	
64007	Mercúrio urinário	106,58	
64008	Micotoxina - cada uma	177,66	
64009	Micronutrientes e contaminantes metálicos (sódio, potássio, ferro, cálcio, manganês, fósforo, magnésio, chumbo, cádmio, zinco, cromo e outros)	248,71	
	preço por um metal (a partir do 2º elemento, acrescentar R\$ 37,00 para cada elemento)		
64009	Micronutrientes e contaminantes metálicos (sódio, potássio, ferro, cálcio, manganês, fósforo, magnésio, chumbo, cádmio, zinco, cromo e outros)	248,71	
	preço por um metal (a partir do 2º elemento, acrescentar R\$ 35 UFIRS para cada elemento)		
64010	Resíduos de fosfina	532,98	
64011	Resíduos de óxido de etileno, etileno clorídrico e etileno-glicol, cada um	266,48	
64012	Resíduos de pesticidas organoclorados e organofosforados, carbamatos, piretróides, benzimidazoles por classe, cada um	532,98	
64013	Vitamina B 2 em alimento	159,88	
64014	Vitamina A em alimento	88,82	
64015	Vitamina B 1 em alimento	159,88	
64016	Vitamina C em alimento	53,29	

**PORTARIA Nº 013/2015**

PORTARIA Nº 013, 14 DE JANEIRO DE 2015

"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 14 de maio de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ROSE MARI KOWALCZUK, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem - Nível 5 - Referência C, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.06.2009 a 31.05.2014.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 14 a 23 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 043/2015**

PORTARIA Nº 043, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA O SR. ADAIR GOMES RIBEIRO PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos - Nível CC-2 - Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, o Sr. ADAIR GOMES RIBEIRO, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda



**PORTARIA Nº 044/2015**

PORTARIA Nº 044, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"EXONERA O SR. SELMO LUIZ LAIDNES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - CC-3, o Sr. SELMO LUIZ LAIDNES, nomeado através da Portaria nº 041, de 05 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 045/2015**

PORTARIA Nº 045, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"EXONERA O SR. SERGIO ANTONIO RAMOS, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 16, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerado do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente - CC-2, o Sr. SERGIO ANTONIO RAMOS, nomeado através da Portaria nº 042, de 05 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 046/2015**

PORTARIA Nº 046, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA O SR. SERGIO ANTONIO RAMOS PARA O CARGO COMMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. SERGIO ANTONIO RAMOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 047/2015**

PORTARIA Nº 047, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"DESIGNA SERVIDOR QUE MENCIONA COMO ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no artigo 88, incisos VII e XIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art.1º. Designar a servidora efetiva Giselli Seffer Alves de Anhaia, Assistente Social - Nível 10 -Referência A, para desenvolver suas atividades junto ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Art. 2º. O trabalho será desenvolvido na Sede do CRAS, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

I - Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamento às famílias usuárias do CRAS;

II - Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;

III - Mediação de grupos de famílias PAIF;

IV - Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;

V - Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;

VI - Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;

VII - Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;

VIII - Acompanhamento das famílias em descumprimento de

condicionalidades;

IX - Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;

X - Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;

XI - Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;

XII - Realização de encaminhamento para serviços setoriais;

XIII - participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal;

XIV - participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários, organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território;

XV - Outras atividades correlatas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. de Adm. e Finanças

#### **PORTARIA Nº 048/2015**

PORTARIA Nº 048, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005; considerando o Edital nº 001, de 11 de fevereiro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 001, de 11 de fevereiro de 2015, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I - Carmelita Chiesa Tragancin, Diretora do Departamento de Recursos Humanos - Presidente;

II - Sandra Splendor Rodrigues, Técnica em Enfermagem - Secretária;

III - Fátima Fontana Gonzatto, Supervisora Escolar - Membro.

Art. 2º. A Comissão terá o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **PORTARIA Nº 049/2015**

PORTARIA Nº 049, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora pública abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

a) Elis Regina da Rosa - Carteira Nacional de Habilitação nº 318970998, nº registro 03693387203, categoria "AB", com validade de até 18.07.2015.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 050/2015**

PORTARIA Nº 050, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Administração e Finanças, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ana Paula Ortigara	04.10.2013 a 03.10.2014	16.03.2015 a 20.03.2015 (1/3 das férias convertido em abono pecuniário)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 051/2015**

PORTARIA Nº 051, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Maria de Fátima Filippi	21.08.2013 a 20.08.2014	02.03.2015 a 31.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 052/2015**

PORTARIA Nº 052, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculada a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Damir José Cardoso	02.01.2014 a 01.01.2015	18.03.2015 a 06.04.2015 (1/3 das férias convertido em abono pecuniário)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 053/2015**

PORTARIA Nº 053 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2014 a 21.01.2015	16.03.2015 a 30.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 004/15**

PORTARIA Nº 004/2015

“DESIGNA SERVIDOR PARA ASSINAR, SOLICITAR, RETIRAR EXTRATOS E TALÕES CHEQUES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBIAM-SC”.

Eliaz GREGÓRIO GIUSTI, Presidente da Câmara Municipal de Ibiã- Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c com inc. V, do art. 47 do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado a servidor Daniel Venícios Ramos, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Efetivo de CONTADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM-SC Inscrito no CPF sob nº 620.025.899.68, com Registro Geral nº 4.307.534/9, para assinar, retirar , solicitar extratos e talões de cheques da conta nº 131402-5, agencia 0737-4 de titularidade da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiã-SC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Ibiã, 10 de março de 2015.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI  
PRESIDENTE

**Ilhota****PREFEITURA****EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 028/2012 – FME**

Extrato do Sexto Termo Aditivo de Contrato nº 028/2012 - FME  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: Tomada de Preço nº 003/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL, CRECHE FNDE - PRÓ- INFANCIA TIPO “C”, CONFORME MOLDES FNDE.

Fornecedor: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA.

Valor: R\$ 11.524,14 (onze mil quinhentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos)  
Prazo: 30/06/2015

Assinatura: 01/03/2015

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 019, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 019, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$26.278,38.000,00 (vinte e seis, duzentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), conforme segue:

ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DE EDEUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE 07.12	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. - 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação- -Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90		0.6.062	Aplicações Diretas	13.278,38
4.4.90		0.6.062	Aplicações Diretas	13.000,00
Total Suplementação				26.278,38

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes de Supêrvit de recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Programa Brasil Carinhoso.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 020, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 020, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$64,122,67 (sessenta e quatro, cento e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos), conforme segue:

ÓRGÃO - 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 15.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			

PROJ/ATIV. - 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação- -Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90	41	0.6.065	Aplicações Diretas	64.122,67
Total Suplementação				64.122,67

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes de Supêrvit financeiro relativo à transferência de convenio do MAC-ambulatorial.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 021, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 021, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA REFERENTE AO ATO INSTAURADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 110/2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO que o art. 145 da Lei Complementar nº003, de 26 de dezembro de 2007 autoriza a prorrogação de prazo para conclusão de processo administrativo e processo disciplinar, a critério da autoridade competente, e quando as circunstâncias exigirem; e

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº012/2015/PAD solicitando a prorrogação de prazo;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância referente ao ato instaurado através do Decreto nº110, de 14 de novembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal



**LEI Nº. 1.851, DE 11 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº. 1.851, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado Servidão ONÉSIO IRINEU DE ESPÍNDOLA, a servidão que tem início na casa do Senhor Edenir do Nascimento Espíndola, com aproximadamente 220 metros de cumprimento e quatro de largura, na comunidade de Riacho Ana Matias, neste Município de Imaruí.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, em 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.852, DE 11 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº. 1.852, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, CASAS LOTÉRICAS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS, AGÊNCIA (S) DOS CORREIOS, REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DEMAIS REPARTIÇÕES PÚBLICAS LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO MUNICIPAL EM INSTALAREM BEBEDOUROS OU GALÕES COM ÁGUA POTÁVEL DESTINADOS AOS CLIENTES E USUÁRIOS DESTES SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. As agências bancárias, casas lotéricas e demais instituições financeiras, a agência dos correios, as repartições públicas municipais e demais repartições públicas localizadas no território municipal que ainda não possuírem bebedouros com água potável com instalação hidráulica própria para este fim, ou bebedouros com galão de água potável, deverão adequar suas instalações físicas a fim de instalarem tais equipamentos.

Art. 2º. Os bebedouros deverão ser instalados em locais de fácil acesso, e deverão possuir sinalização distribuída pelos estabelecimentos e repartições respectivas, devendo também atender as exigências mínimas de higiene, com a colocação de copos de plástico e lixeira para a colocação dos copos após sua utilização.

Art. 3º. As autorizações de funcionamento de novos estabelecimentos e repartições citados no art. 1º, só serão deferidos quando constarem em seus projetos, instalações adequadas para a colocação dos equipamentos de água referidos e nos moldes do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º. Os bebedouros deverão ser instalados em locais de fácil acesso, e deverão possuir sinalização distribuída pelos estabelecimentos e repartições respectivas, devendo também atender as exigências mínimas de higiene, com a colocação de copos de plástico e lixeira para a colocação dos copos após sua utilização.

Parágrafo único. No caso de instituição de coleta de lixo seletiva no Município, os copos plásticos utilizados deverão ser separados e encaminhados para reciclagem.

Art. 5º. Esta Lei deverá ser afixada nos estabelecimentos e repartições mencionados no artigo 1º, em local de fácil acesso para que toda a comunidade tenha conhecimento.

Art. 6º. Os estabelecimentos citados no artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei, para adequarem suas instalações físicas, a fim de atenderem os preceitos desta Lei.

Art. 7º. A fiscalização para o cumprimento desta Lei e as devidas punições ao não cumprimento da mesma, ficarão sob a responsabilidade do Poder Executivo, na forma de sua legislação (Código Tributário ou outra legislação pertinente).

Parágrafo único. Caso não haja legislação municipal que possibilite a fiscalização e punição ao eventual infrator da presente Lei, caberá ao Poder Executivo editar Lei que possibilite a fiscalização desta Lei e a punição aos eventuais infratores.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, SC, em 11 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 019/2015

EDITAL SEAGP Nº 019/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Março a 11 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 019/2015  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Clínico Geral -ESF  
Danielle Jardim Trevisan

### EDITAL SEAGP Nº 020/2015

EDITAL SEAGP Nº 020/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Março a 11 de Abril de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 020/2015  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira  
Fernanda Pacheco Custodio Americo

**EXTRATO: PMI SEAGP 2011/216 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2011/216 A05

Contratada: TECOMINI LTDA ME

C.N.P.J: 13.794.058/0001-04

Objeto: CORREÇÃO DO VALOR MENSAL, QUE FOI RENOVADO NO QUARTO ADITIVO ERRONEAMENTE.

Valor: R\$2.835,48 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 183/2011 Carta Convite 22/2011

Imbituba, 09 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

Tecomini Ltda Me

Representante Legal

Contratada

**PORTARIA PMI/CGM Nº 001, DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA PMI/CGM Nº 001, de 12 de março de 2015.

Dispõe sobre nomeação da comissão permanente de sindicância e processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, que autoriza o executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências;

CONSIDERANDO, ainda, a Lei de Regime Disciplinar nº 3.086/2007;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Comissão permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

I - Euclides de Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município;

II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda;

III - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda;

IV - Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria de Administração Pública e Gestão Pública;

V - Cristiano Abílio João, matrícula nº 1722, Assistente Administrativo, lotado na Secretaria da Fazenda;

VI - Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 3º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei nº 4.422, de 03 de julho de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria PMI/CGM Nº 001, de 21 de Julho de 2014.

Imbituba, 12 de março de 2015.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**PORTARIA PMI/GGP Nº 156/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 156, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. MARLI MELO DA SILVA SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.376.539-72, para exercer o cargo de Assessora IV, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 12 de março de 2015.

Imbituba, 11 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 (DEMUTRAN)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUTRAN

PROCESSO Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:30 horas do dia 24 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para prestação de serviços de manutenção mecânica, elétrica, chapeação, pintura, reposição de peças e equipamentos obrigatórios nos veículos da delegacia de polícia civil do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de março de 2015.

Raphael Johann Giordani

Delegado de Polícia

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (DEMUTRAN)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
DEMUTRAN  
PROCESSO Nº 05/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 24 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção mecânica, chapeação, pintura, funilaria, fornecimento e reposição de peças originais de primeira linha e horas técnicas, para a polícia militar do município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Raphael Johann Giordani  
Delegado de Polícia

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 (DEMUTRAN)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEAST  
PROCESSO Nº 10/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 24 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material de limpeza para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Selma Elias Westphal  
Secretária SEAST

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 01/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEAST  
PROCESSO Nº 05/2015  
DISPENSA Nº 01/2015  
Objeto: contratação de palestrante para palestra em comemoração ao dia internacional da mulher.  
Empresa: Motiva Treinamentos Ltda Me.  
Valor Total: R\$ 5.000,00  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Selma Elias Westphal  
Secretaria Municipal

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "Imbituba, 12 de dezembro de 2015.", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 01/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 10 de março de 2015, ler-se-á "Imbituba, 10 de março de 2015."

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Dilson Petrassen Junior  
Pregoeiro Oficial

**PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 21/2015(PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 31/2015 - Pregão Presencial 21/2015 para adequação ao edital.

Imbituba, 12 de março de 2015.  
Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial



# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 040/2015

CONTRATO Nº 040/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.589.504/0001-86, com sede na Avenida Tiradentes, nº 4.455, bairro Setor Industrial, na cidade de Londrina - Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Alcides Calderam, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 516.765.329/00 e Cédula de Identidade nº 5.970.486-9, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 004/2015 - Edital de Pregão nº 002/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de ..., conforme quantitativos e especificações a seguir:

Item	Quant.	Unid.	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Valor Unit.	Valor Total
01	02	Unid.	Câmara conservadora de vacinas, porta de vidro, com capacidade interna 340 litros. Incluindo entrega e instalação do mesmo no local. Garantia de 24 (vinte e quatro meses) para compressor e 12 (doze) meses demais equipamentos.	R\$10.400,00	R\$20.800,00

#### 3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1. A entrega dar-se-á no seguinte local: Secretaria Municipal Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, nº 155 - Bairro Tapajós, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - no horário compreendido das 08 :30 às 12 :00 horas e 13 :30 horas às 17 :00 horas, nos dias úteis.

#### CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$20.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e superávit 2014:

- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01020000
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.03381600
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01380900
- 30.001.0010.0301.0030.1440.4490520800.01381701

#### CLÁUSULA SEXTA: FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a entrega dos bens e da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 2755-3 - Conta 3396-0

#### CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo, de acordo com o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

##### 7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:



7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 06 de junho de 2015.

8.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão e comunicação da Ordem de Compra pela CONTRATANTE.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.1.4. O prazo de entrega dos bens, bem como o prazo de validade do contrato, poderão ser prorrogados por igual período, desde que devidamente justificado e com autorização expressa da CONTRATADA, que será feita através de termo aditivo ao contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.6. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.7. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.8. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 004/2015 - Edital de Pregão nº 002/2015-19208.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

10.2. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer material/produto/equipamento entregue de má qualidade, ou danificado, ou em desacordo com o especificado no contrato e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato;

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas;

d) - No valor de 3,0 % (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências;

e) - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações do presente contrato, desde que cause prejuízo à CONTRATANTE;

f) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

g) - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio à

CONTRATANTE; e,

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, no que couber:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da

Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9, 13.1.11 e 13.1.12.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

13.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

## 14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos produtos/bens; e,
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto deste contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
--	---

INDREL IND. DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA Alcides Calderam Contratante	PROCURADORA GERAL DO MU- NICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ERRATA - TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO 348/2010**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 348/2010

TERMO ADITIVO Nº 007

CONTRATADA: D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

ERRATA: Considerando a informação do Gestor de Contratos/Diretor de Administração, via e-mail em 10/03/2015, o Termo Aditivo nº 007 ao Contrato 348/2010, torna-se SEM EFEITO.

Data: 10/03/2015.

**ERRATA - TERMO ADITIVO Nº 014 AO CONTRATO 196/2012**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 196/2012

TERMO ADITIVO Nº 014

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

ERRATA: Considerando a informação do Gestor de Contratos/Diretor de Administração, via e-mail em 10/03/2015, o Termo Aditivo nº 014 ao Contrato 196/2012, torna-se SEM EFEITO.

Data: 10/03/2015.

**ERRATA DO EDITAL 01/2015 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA CONQUISTA**

Indaial, 10 de março de 2015

ERRATA DE EDITAL

No edital de Contribuição de Melhoria de nº 01/2015 - pavimentação - sistema mutirão - da Rua Conquista, publicado no Diário Oficial Municipal - DOM/SC, edição de nº 1667, do dia 21 de janeiro de 2015, página 154, na distribuição de custos por proprietários, lado direito,

onde constou:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Salvelina Florêncio	70,00	14,00	5.813,50
Iara Aparecida Campes- trini	70,00	14,00	5.813,50
Marcelo Salvador	70,00	14,00	5.813,50
Celine Poltronieri	70,00	14,00	5.813,50

o correto é:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Salvelina Florêncio	70,00	14,00	5.813,50
Iara Aparecida Campes- trini	70,00	14,00	5.813,50
Rosana Maria de Oliveira	70,00	14,00	5.813,50
Celine Poltronieri	70,00	14,00	5.813,50

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

### LEI Nº 5123

. LEI Nº 5123

. de 11 de março de 2015

Altera Lei 4.124/10, que dispõe sobre o prolongamento da Rua Augusto Blaese.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado no artigo 2º da Lei 4124, de 10 de junho de 2010, as medidas e dimensões da Rua Augusto Blaese, passando a vigorar com a seguinte redação:

- Início: Rua Achil Von Gilsa
- Término: em terras de Ereci Geissler e Eleonora Reiter (M - 22.237)
- Comprimento: 243,40 metros
- Pista: 8,00 metros
- Passeios: 2,00 metros cada lado.
- Virador: em 05 linhas: imediatamente após 231,40 metros, a primeira linha deflete à direita em 2,00 metros, a segunda linha em direção aos fundos em 12,00 metros, a terceira linha ao fundo deflete à esquerda em 16,00 metros, a quarta linha em direção à Rua Achil Von Gilsa em 12,00 metros e a quinta linha deflete à direita em 2,00 metros, sendo todas as linhas de quem do virador olha para a Rua Achil Von Gilsa.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 11 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 11 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5124

. LEI Nº 5124

. de 11 de março de 2015

Altera Lei 3.583/07 - Conselho Municipal Patrimônio Histórico

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei 3.583/07, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo Único - As entidades com representação no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Indaial serão as seguintes:

- Fundação Indaialense de Cultura
- Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação
- Departamento de Turismo do Município
- Secretaria de Agricultura
- Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente
- Associação de Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - Núcleo Blumenau
- Representante do Setor Imobiliário
- União das Associações de Moradores de Indaial
- Uniasselvi
- AMARHIN - Associação dos Amigos do Arquivo Histórico de Indaial."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 11 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5125

. LEI Nº 5125

. de 11 de março de 2015

Autoriza Município a custear despesas com alimentação da 45ª FIMI - Festa de Instalação do Município de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Executivo a custear o pagamento das despesas com alimentação dos colaboradores para realização da 45ª FIMI - Festa de Instalação do Município de Indaial, no valor de até R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).

Parágrafo Único - O custeio de que trata o caput do artigo, refere-se a alimentação dos servidores escalados para trabalhar no evento, bem como as equipes de apoio: Polícia Militar, Conselho Tutelar, artistas e integrantes dos grupos culturais/esportivos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.



Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 11 de março de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 11 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015 ERRATA**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
ERRATA DE DATA DE ENTREGA E ABERTURA  
Licitação nº 033/2015.  
Pregão Presencial nº 017/2015-10430  
Com Registro de Preços  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e itens de copa e cozinha.  
Entrega dos envelopes: 17/03/2015 às 09:15h.  
Abertura das propostas: 17/03/2015 às 09:30h  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.  
Licitação nº 044/2015.  
Inexigibilidade nº 002/2015-25983  
Objeto: Contratação de apresentações artísticas musicais da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst.  
Entrega dos envelopes: 12/03/2015.  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO  
Diretora Executiva

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.  
Licitação nº 045/2015.  
Inexigibilidade nº 003/2015-25983  
Objeto: Contratação de apresentações artísticas musicais do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente.  
Entrega dos envelopes: 12/03/2015.  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO  
Diretora Executiva

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.  
Licitação nº 046/2015.  
Inexigibilidade nº 004/2015-25983  
Objeto: Contratação de apresentações artísticas musicais do Grupo Coro Misto Indaial.  
Entrega dos envelopes: 12/03/2015.  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO  
Diretora Executiva

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.  
Licitação nº 047/2015.  
Inexigibilidade nº 005/2015-25983  
Objeto: Contratação de apresentações artísticas musicais do Grupo Viola Caipira.  
Entrega dos envelopes: 12/03/2015.  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO  
Diretora Executiva

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Licitação nº 048/2015.  
Pregão Presencial nº 021/2015-10430  
Com Registro de Preços  
Objeto: Fornecimento de cargas de gás GLP P13 E P45.  
Entrega dos envelopes: 25/03/2015 às 09:15h.  
Abertura das propostas: 25/03/2015 às 09:30h  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015**

MUNICÍPIO DE INDALIAL  
Licitação nº 049/2015.  
Pregão Presencial nº 022/2015-10430  
Objeto: Aquisição de parques de madeira para praças públicas.  
Entrega dos envelopes: 25/03/2015 às 14:15h.  
Abertura das propostas: 25/03/2015 às 14:30h  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br



Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 034/2015**  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 034/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, JC KOMAC INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 16.103.672/0001-62, com sede na Rua Sergipe, nº 850, sala 02, bairro Bela Vista, na cidade de Erechim - Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado por seu representante legal Sr. Carlos Renato Olejnski, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 002.369.350/97 e Cédula de Identidade nº 1087942726, residente e domiciliado na rua Jorge Beraldin, nº 223, Apto 01, bairro Polígono 21 de Abril, na cidade de Erechim - Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de reforma do interior do veículo Ambulância Peugeot Boxer - placas MEC 1265, incluindo a pintura, renovação de revestimentos internos, instalação de sinalizadores e reinstalação do sistema de ar condicionado, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS**

8.1. O prazo do presente contrato é de 31 de março de 2015 até 14 de maio de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 09 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL
Sérgio Almir dos Santos	Enílson Erley de Freitas
Contratante	Contratante

JC KOMAC INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Carlos Renato Olejnski	Silmara Fruet
Contratada	OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 261/2014**  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 261/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 848.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 244/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 011/2014-19208, e as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula vigésima terceira, item 23.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, situado a Rua Mato Grosso, nº 48, Bairro dos Estados - Indaial, destinado à instalação da Vigilância Sanitária Municipal, com uma residência construída em alvenaria, com área total construída de 220,00 m2 (duzentos e vinte metros quadrados), contendo as instalações necessárias para a unidade administrativa, totalmente cercado, em terreno com área de 334,50 m2 (trezentos e trinta e quatro metros quadrados e cinquenta centésimos). Propriedade de Arlindo Peters, registrado sob matrícula no 30.175, do Livro 3-O. fls. 17, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

23.1. As despesas provenientes da Locação do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2014:

- 30.01.010.304.030.2449.339039100000.01001500 - Vig. Sanit. Municipal
- \* 30.01.2449.3390000.3001500

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal de Saúde	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 198/2014** TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 198/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL - FUNDEC - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL - INDAPREV - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL - FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797,

Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2014, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 04.01.004.126.004.2062.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.126.004.2062.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.128.004.2070.339039480000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.128.004.2070.339039480000.01830004 - PNAFM
- 04.02.004.129.004.2067.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.02.004.129.004.2067.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039080000.01020000 - Recurso Próprio - Saúde
- 30.01.010.301.030.2441.339039940000.01020000 - Recurso Próprio - Saúde
- 30.01.010.301.030.2441.339039080000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039940000.01710900 - PAB Fixo
- 31.01.008.244.031.2505.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.01.008.244.031.2505.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 33.01.008.331.033.2580.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 33.01.008.331.033.2580.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 50.01.009.272.050.2700.339039080000.01030000 - Recurso Próprio
- 50.01.009.272.050.2700.339039940000.01030000 - Recurso Próprio

\* 04.01.2062.33903908.01000000

\* 40.01.2600.33903908.01000000

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Vilson Jânio de Aviz Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Nivald Reichel	FUNDAÇÃO IDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegfried Wanser Ribeiro Diretora Executiva
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215 Procuradora Geral	

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 032/2013**  
TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 032/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro,

casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS INDALABOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.797.297/0001.81, com sede à rua Comendador Henrique Wanke, nº 45, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Tanuir Espindola, brasileiro, casado, bioquímico, inscrito no CPF sob nº 146.756.929-15 e Cédula de Identidade nº 3R/109.519 SSI/SC. Residente e domiciliado na rua Ceará, nº 87, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de procedimentos e exames laboratoriais, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria de Saúde ao atendimento aos pacientes, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 11 de março de 2015 até 11 de março de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 04 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Secretário de Saúde
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS INDALABOR LTDA Tanuir Espindola Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 033/2013**  
 TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 033/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, LABHI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.387.874/0001.01, com sede à rua Prefeito Frederico João Hardt, nº 345, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Jacqueline Maria Rauh Schroeder, brasileira, casada, farmacêutica, inscrita no CPF sob nº 534.138.229-34 e Cédula de Identidade nº 980.805-1 SSP-SC, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 360, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, solicitação em anexo, a cláusula sétima item 7.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de procedimentos e exames laboratoriais, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria de Saúde ao atendimento aos pacientes, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 11 de março de 2015 a 11 de março de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 04 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário de Saúde
LABHI LAB. ANÁLISES CLÍNICAS LTDA Jacqueline Maria Rauh Schroeder Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 034/2013**  
 TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 034/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.221.234/0001.21, com sede à rua Tiradentes, nº 197, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Marise Goreti Ferrari Hering, brasileira, casada, bioquímica, inscrita no CPF sob nº 618.225.589-72 e Cédula de Identidade nº 1.481.645-8 SSP-SC, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 360, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, solicitação em anexo, a cláusula sétima item 7.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de procedimentos e exames laboratoriais, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria de Saúde ao atendimento aos pacientes, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 11 de março de 2015 a 11 de março de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 04 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário de Saúde
CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA Marise Goreti Ferrari Hering Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215



Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 053/2013**  
 TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 053/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e MARILENE DARUGNA VASSELAI, brasileira, casada, oftalmologista, inscrita no CPF sob nº 902.375.109-44 e Cédula de Identidade nº 2.795.149, residente à Rua Mônaco, nº 397, bairro das Nações, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas e físicas para a prestação de SERVIÇOS EXAMES/PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA, conforme relação de exames constante no item 3 deste edital, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

8.1. O prazo deste Contrato será de 15 de março de 2015 a 15 de março de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário de Saúde
MARILENE DARUGNA VASSELAI Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 081/2012**  
 TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 081/2012

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.787.493/0001-05, com sede à Travessa Brasília, nº 123, sala 01, Centro, na cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portado da Carteira Nacional de Habilitação nº 00961925354-DETRAN/SC, inscrito no CPF sob nº 893.805.259-15, residente e domiciliado na Rua Quinze de Novembro, nº 5027, apto 03, bairro Vila Nova, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, solicitação em anexo, as cláusulas quarta, item 4.1, oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a realização de serviços na área médica, compreendendo o PAA - Pronto Atendimento Ambulatorial, 05 (cinco) dias por semana (segunda à sexta-feira), 05 (cinco) horas por dia - 18h às 23h, para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:**

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 328.409,88 (trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e oito centavos), subdividido no seguinte item:

4.1.1. Item 01 - valor mensal de R\$ 27.367,49 (vinte e sete mil,



trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e nove centavos), perfazendo valor total de R\$ 328.409,88 (trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo deste Contrato será de 10 de março de 2015 a 10 de março de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA Richard da Silva Choseki Contratada
--	---

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Silmara Fruet Enílson Erley de Freitas

OAB/SC nº 13.215 Secretário Municipal

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 107/2014** TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 107/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, com sede na rua Fortaleza, nº 57, frente, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 246.593.129/68 e Cédula de Identidade nº 611.563/2, residente na rua Suíça, nº 123, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial

- Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO E EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 13 de março de 2015 a 11 de maio de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 06 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA José Carlos Cardoso Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 140/2011** TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 140/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E OUIDORIA- GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTO E MELHORIA DA PM/SC - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTIN - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO

MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.977.356/0001-66, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 70, sala 306 A, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcio Sodre Nunes, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 004.736.629/06 e Cédula de Identidade nº 3.742.708 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 70, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula décima primeira, item 11.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZOS E VIGÊNCIA:

11.1. O prazo deste Contrato será de 02 de maio de 2015 até 02 de maio de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 10 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA Marcio Sodre Nunes Contratada
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E OUVIDORIA Secretário Municipal	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES Marli W. Menegazzi Diretora de Departamento
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação
FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS E MELHORIA DA PM/SC Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Presidente da Fundação	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 3, PP 3-2015-PASSAGENS/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 3/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015, do PROCESSO Nº 3/2015, homologado aos 11 de março de 2015, cujo objeto é aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.3.6938  
de 11 de março de 2015

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, situada na RUA HERCULANO COELHO DE SOUZA, Nº 555, C, município de CAÇADOR-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.176.082/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.274.297, representado pelo Senhor RUI CARAMORI, CPF: 170.895.909-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis	SER	200,00		116,80	23.360,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia	SER	180,00		117,85	21.213,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville	SER	60,00		134,04	8.042,40
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia	SER	60,00		137,48	8.248,80
5	Transporte de paciente de Concórdia/SC à Curitiba/PR	SER	50,00		73,60	3.680,00
6	Transporte de paciente de Curitiba/PR à Concórdia/SC	SER	50,00		87,01	4.350,50
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00		110,15	2.203,00
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00		107,60	2.152,00
Valor Total Registrado					73.249,70	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 3, PP 3-2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 3/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 3/2015</b> <b>Data do Processo: 23/02/2015</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 3/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 10 de Março de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 3/2015, Licitação nº 3/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela servidora municipal Jucilene Goldoni Callari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do presente certame a empresa: REUNIDAS TURISMO S.A. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº NILTON CARAMORI representante credenciado da empresa REUNIDAS TURISMO S.A. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa a empresa acima citada não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Porém o representante da empresa REUNIDAS TURISMO S.A o Senhor NILTON CARAMORI pediu a desclassificação dos itens 09 e 10 por não possuir veículo que faça o seccionamento no trecho da Cidade de Ipumirim a Concórdia e vice e verso. Por conseguinte a Pregoeiro deu início a fase de lances verbais, sendo que a licitante presente manteve a proposta inicial não ofertando lance. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este ultimo. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 6938 - REUNIDAS TURISMO S.A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis, período noturno.	SER	200,00		0,0000	116,80	23.360,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia, período noturno.	SER	180,00		0,0000	117,85	21.213,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville, período noturno.	SER	60,00		0,0000	134,04	8.042,40
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia, período noturno.	SER	60,00		0,0000	137,48	8.248,80
5	Transporte de paciente de Concórdia/SC à Curitiba/ PR, período noturno.	SER	50,00		0,0000	73,60	3.680,00
6	Transporte de paciente de Curitiba/PR à Concórdia/SC, período noturno.	SER	50,00		0,0000	87,01	4.350,50
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00		0,0000	110,15	2.203,00
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00		0,0000	107,60	2.152,00

**Total do Participante ----->** 73.249,70

**Total Geral ----->** 73.249,70

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 3/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2015 Data do Processo: 23/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 10 de Março de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - MEMBRO



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 3, PP 3-2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 3/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 3/2015 Data do Processo: 23/02/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde Em Exercício, HILDO CARLOS SABADIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 3/2015  
b ) Licitação Nr.: 3/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 11/03/2015  
e ) Objeto da Licitação aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****REUNIDAS TURISMO S.A (6938)**

1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis, período noturno.	SER	200,00	0,0000	116,80	23.360,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia, período noturno.	SER	180,00	0,0000	117,85	21.213,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville, período noturno.	SER	60,00	0,0000	134,04	8.042,40
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia, período noturno.	SER	60,00	0,0000	137,48	8.248,80
5	Transporte de paciente de Concórdia/SC à Curitiba/ PR, período noturno.	SER	50,00	0,0000	73,60	3.680,00
6	Transporte de paciente de Curitiba/PR à Concórdia/SC, período noturno.	SER	50,00	0,0000	87,01	4.350,50
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00	0,0000	110,15	2.203,00
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00	0,0000	107,60	2.152,00

**Total do Fornecedor: 73.249,70****Total Geral: 73.249,70**

Ipumirim, 11 de Março de 2015.

-----  
HILDO CARLOS SABADIN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM EXERCÍCIO

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 3/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 3/2015 Data do Processo: 23/02/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Ipumirim, 11 de Março de 2015.

-----  
HILDO CARLOS SABADIN  
ESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM EXERCÍCIO

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 2781/ 2015

Decreto nº 2.781/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de ruas, ciclovias e rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0255 (97)	Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
T O T A L ..... R\$ 150.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA IMPUGNAÇÃO PROCESSO Nº 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2015  
ATA IMPUGNAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação resolve em razão do recebimento da Impugnação ao Edital, na data do dia 10/03/2015, da empresa proponente MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, transferir a data de abertura do presente Processo. Tão logo seja analisada a impugnação, todos os demais proponentes serão avisados com antecedência, de modo a não prejudicar a participação no certame e a formulação das propostas.

Irineópolis, 11 de março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº. 1.831/2015

LEI N º 1.831/2015.

"ALTERA O ART. 4.º CAPUT E § 8º - DA LEI N º 1.280/2007, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1 º - O Art. 4 º da Lei Municipal n º 1.280/2007, de 28/05/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4 º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Irineópolis será composto por, no mínimo, 12 (doze) conselheiros (as), sendo 08 (oito) representantes da sociedade civil e 04 (quatro) representantes governamentais."

Art. 2º Fica alterado o Parágrafo 8º, do artigo 4º, que passa a vigorar com a redação abaixo:

"..."

§ "8º - O COMSEA será presidido por 01 (um) conselheiro representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do conselho;"

Art. 3 º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei n º 1.280/2007.

Art. 4 º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 11 de Março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº. 1.832/2015

LEI N º 1.832/2015.

"MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 673/1993, DE 09 DE JULHO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1 º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 673/1993, de 09 de Julho de 1993, passa a vigorar com nova redação, conforme descrito abaixo:

"Art. 2 º Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo são competências do CMS:

I. Definir as prioridades de saúde;

II. Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;

III. Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;

IV. Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;

V. Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde, prestados a população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;

VI. Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;

VII. Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

VIII. Participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;

IX. Participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e implementação dos Planos de Abastecimento de Água, Drenagem, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município de Irineópolis;

X. Promover a Conferência Municipal de Saneamento Básico, a cada dois anos;

XI. Acompanhar o cumprimento das metas fixadas, por parte da(s) empresa(s) Concessionária(s) dos serviços de água e esgoto, em especial o atendimento do esgotamento sanitário no Município;

XII. Facilitar e defender a efetiva participação da sociedade civil no processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XIII. Buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;

XIV. Apresentar propostas de Projetos de Lei ao Executivo ou Legislativo, que verse sobre matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

XV. Elaborar, aprovar e reformar seu Regimento Interno;

XVI. Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 673/1993, com suas posteriores alterações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 11 de Março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 087/2015**

PORTARIA Nº 087/2015  
DESIGNA MÉDICO PARA A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da LC nº 07/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONSIDERAR DESIGNADO a contar da data de 02/01/2015, o DR. ALBERTO AURÉLIO POSENATTO, Médico Cardiologista, inscrito no CRM/SC sob o nº 6824, para exercer a Função Gratificada de Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2015.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 543/2014, de 30/12/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itá

## **PREFEITURA**

### **LEIS N. 2374/2015**

Lei nº 2374/2015, de 10 de Março de 2015.

“Declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Animais ITANIMAL, e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Animais ITANIMAL, inscrita no CNPJ sob nº 18.231.108/0001-50, com endereço na Rodovia Pedro Paludo S/N, SC 465 KM 5, bairro Mirante, nesta Cidade e Comarca de Itá - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, fica assegurado todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itá - SC, em 10 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 37, DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 37, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Designa comissão de avaliação e vistoria de veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59, combinado com a alínea p do inciso I do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os senhores JORGE LUIS SIMON, PEDRO REINOLDO CAGLIARI e a empresa J.A.B. DA LUZ - MEI, CNPJ nº 78.882.347/0001-00 para, sob a presidência do primeiro designado, compor a comissão para a realização da vistoria e avaliação do veículo GM/PRISMA MAXX, placas MDH2524, ano fabricação 2007 ano modelo 2008, RENAVAL 921747675, CHASSI 9BGRM69808G110868, cor cinza, para a prestação de serviço de táxi no ponto nº 02, do Porto da Barca, cidade e município de Itapiranga - SC.

§ 1º A Comissão designada no caput do artigo deverá, no prazo de cinco dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação do referido veículo, bem como outras referências de interesse da Administração Municipal.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

### LEI MUNICIPAL N. 2.961, DE 10 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.961, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA RELATIVAS AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 1954 A 1965.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam formalmente revogadas por consolidação as Leis Municipais a seguir mencionadas e devidamente identificadas no Anexo Único da presente Lei:

nºs 001/1954; 002/1954; 003/1954; 004/1954; 005/1954; 006/1955; 012/1955; 013/1955; 014/1955; 015/1955; 018/1955; 020/1955; 021/1955; 022/1955; 023/1955; 024/1955; 026/1955; 028/1955; 029/1955; 031/1956; 032/1956; 033/1956; 035/1956; 036/1956; 037/1956; 038/1956; 049/1956; 052/1956; 058/1956; 059/1956; 062/1957; 063/1957; 065/1957; 067/1957; 068/1957;

069/1957; 070/1957; 071/1957; 072/1957; 074/1957; 075/1957; 079/1958; 080/1958; 084/1958; 086/1958; 092/1958; 093/1958; 094/1958; 095/1959; 096/1959; 097/1959; 098/1959; 099/1959; 100/1959; 101/1959; 102/1959; 104/1959; 105/1959; 106/1959; 108/1959; 109/1959; 110/1959; 112/A/1960; 113/1960; 114/1960; 115/1960; 116/1960; 117/1960; 119/1960; 122/1960; 124/1960; 127/1960; 130/1960; 131/1960; 133/1961; 134/1961; 138/1961; 143/1961; 144/1961; 146/1961; 147/1961; 148/1961; 149/1961; 152/1961; 153/1961; 154/1961; 156/1961; 158/1961; 159/1961; 160/1961; 163/1962; 164/1962; 166/1962; 171/1962; 172/1962; 173/1962; 178/1962; 183/1962; 184/1962; 185/1962; 186/1962; 188/1962; 189/1963; 191/1963; 194/1963; 196/1963; 197/1963; 202/1963; 204/1963; 209/1963; 210/1963; 211/1963; 212/1963; 213/1963; 214/1963; 215/1963; 219/1963; 220/1964; 222/1964; 225/1964; 226/1964; 227/1964; 232/1964; 233/1964; 235/1964; 237/1964; 238/1964; 239/1964; 241/1965; 242/1965; 243/1965; 245/1965; 246/1965; 249/1965; 251/1965; 252/1965; 258/1965; 261/1965; 262/1965; 263/1965; 264/1965; 265/1965; 266/1965; 267/1965; 268/1965 e 269/1965.

Parágrafo único. A revogação das leis de que trata o caput deste artigo decorrem em atendimento à consolidação das leis municipais de Itapiranga, tendo em vista a sua inaplicabilidade.

Art. 2º Fica ressalvada a integralidade dos direitos decorrentes da aplicação das leis revogadas pelo art. 1º, incluindo aqueles oriundos de decisões judiciais amparadas nas referidas Leis por esta revogadas, expressamente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

ANEXO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL N. 2.960, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

1. LEI MUNICIPAL Nº 001, DE 01/11/1954

AUTORIZA A FAZER UM EMPRÉSTIMO NO VALOR DE QUATRO-CENTOS QUARENTA E CINCO MIL CRUZEIROS (CR\$ 445.000,00). (vigência esgotada)

2. LEI MUNICIPAL Nº 002, DE 01/11/1954

AUTORIZA A ABRIR, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO UM CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 82.322,50. (vigência esgotada)

3. LEI MUNICIPAL Nº 003, DE 01/11/1954

AUTORIZA A CONTRAIR UM EMPRÉSTIMO DE CR\$ 55.000,00. (vigência esgotada)

4. LEI MUNICIPAL Nº 004, DE 01/11/1954

AUTORIZA A ABRIR, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UM CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 24.792,70 (VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E NOVENTA E DOIS CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS). (vigência esgotada)

5. LEI MUNICIPAL Nº 005, DE 26/11/1954

ORÇA E ESTIMA A RECEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955. (vigência esgotada)

6. LEI MUNICIPAL Nº 006, DE 09/02/1955

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

7. LEI MUNICIPAL Nº 012, DE 07/05/1955

ISENTA DOS IMPOSTOS INDUSTRIAIS E PROFISSÕES, EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E A TAXA DE CONSERVAÇÃO O SR. SILVINO PREIS. (vigência esgotada)

8. LEI MUNICIPAL Nº 013, DE 07/05/1955

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO DE EXPLORAÇÃO



AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E A TAXA DE CONSERVAÇÃO PARA O PRAZO DE CINCO (5) ANOS O SENHOR LUCAS PAUL (vigência esgotada)

9. LEI MUNICIPAL Nº 014, DE 07/05/1955

QUE REGULA A COBRANÇA DO IMP. TER. URBANO E SUBURBANO (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

10. LEI MUNICIPAL Nº 015, DE 07/05/1955

ABRE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR (vigência esgotada)

11. LEI MUNICIPAL Nº 018, DE 17/05/1955

AUTORIZA CONTRAIR EMPRÉSTIMO PARA INSTALAÇÃO DE FORÇA E LUZ NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. (vigência esgotada)

12. LEI MUNICIPAL Nº 020, DE 17/05/1955

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL PARA TODOS OS PRÉDIOS SITUADOS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE. E DAS SEDES DOS DISTRITOS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

13. LEI MUNICIPAL Nº 021, DE 17/05/1955

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA A CONTRAIR O EMPRÉSTIMO AUTORIZADO PELA LEI Nº 18. (vigência esgotada)

14. LEI MUNICIPAL Nº 022, DE 17/05/1955

INSTITUI O ABONO FAMILIAR. (vigência esgotada)

15. LEI MUNICIPAL Nº 023, DE 04/08/1955

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES QUE PRESTARAM EXAME DE PROFESSOR PRIMÁRIO. (vigência esgotada)

16. LEI MUNICIPAL Nº 024, DE 01/08/1955

ISENTA DO IMPOSTO INDÚSTRIAS E PROFISSÕES E OUTRAS TAXAS. (vigência esgotada)

17. LEI MUNICIPAL Nº 026, DE 01/11/1955

ABRE CRÉDITO ESPECIAL CRIANDO CONTAS. (vigência esgotada)

18. LEI MUNICIPAL Nº 028, DE 01/11/1955

ABRE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR DE CR\$ 1.88.400,00 POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL. (vigência esgotada)

19. LEI MUNICIPAL Nº 029, DE 01/11/1955

A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1957. É FIXADA EM CR\$ 8.600,00 A QUAL DEVERÁ SER EFETUADA DE CONFORMIDADE COM A CLASSIFICAÇÃO ABAIXO:. (vigência esgotada)

20. LEI MUNICIPAL Nº 031, DE 01/02/1956

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS MUNICIPAIS, PARA O PRAZO DE TRÊS ANOS O CIDADÃO IGNÁCIO CHISTOVÃO MELCHIORS (vigência esgotada)

21. LEI MUNICIPAL Nº 032, DE 01/02/1956

ALTERA A LEI Nº 010. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 056, de 05.11.1956)

22. LEI MUNICIPAL Nº 033, DE 01/02/1956

DISPÕE SOBRE IMPOSTO TERRITORIAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

23. LEI MUNICIPAL Nº 035, DE 01/02/1956

CONSIDERA-SE FERIADO MUNICIPAL O 3º DOMINGO DO MÊS DE FEVEREIRO - DIA DO MUNICÍPIO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.630, de 21.09.2010)

24. LEI MUNICIPAL Nº 036, DE 04/05/1956

ISENTA DO PAGAMENTO DOS IMPOSTOS DE EXPLORAÇÃO E TAXA DE CONSERVAÇÃO AO CIDADÃO ALBERTO NEUMANN. (vigência esgotada)

25. LEI MUNICIPAL Nº 037, DE 04/05/1956

ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)

26. LEI MUNICIPAL Nº 038, DE 04/05/1956

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO DE ABRIR O CRÉDITO ESPECIAL DE Cr\$ 40.000,00 POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA, RESGATÁVEL NO PRÓPRIO EXERCÍCIO. (vigência esgotada)

27. LEI MUNICIPAL Nº 049, DE 01/08/1956

FICA ABERTO UM CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE CR\$ 100.000,00, PARA FAZER FRENTE AS DESPESAS DA CONSTRUÇÃO DA PARTE DO ARROIO MACACO. (vigência esgotada)

28. LEI MUNICIPAL Nº 052, DE 01/08/1956

CRIA A TAXA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. (Revogada tacitamente

pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

29. LEI MUNICIPAL Nº 058, DE 05/11/1956

REVOGA A LETRA "F" DA LEI Nº 7. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 081, de 01.02.1958)

30. LEI MUNICIPAL Nº 059, DE 05/11/1956

CRIA A TAXA RODOVIÁRIA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

31. LEI MUNICIPAL Nº 062, DE 01/05/1957

ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS. (vigência esgotada)

32. LEI MUNICIPAL Nº 063, DE 01/05/1957

ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS. (vigência esgotada)

33. LEI MUNICIPAL Nº 065, DE 01/08/1957

ISENTA DOS PAGAMENTOS DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, PELO PRAZO DE 5 CINCO ANOS AS INDÚSTRIAS, NOVAS QUE VENHAM SER INSTALADAS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL. (vigência esgotada)

34. LEI MUNICIPAL Nº 067, DE 01/08/1957

VENCIMENTOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 095, de 07.02.1959)

35. LEI MUNICIPAL Nº 068, DE 01/08/1957

ANULA DOTAÇÕES. (vigência esgotada)

36. LEI MUNICIPAL Nº 069, DE 01/11/1957

CRIA NESTA PREFEITURA O IMPOSTO DO SELO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

37. LEI MUNICIPAL Nº 070, DE 01/11/1957

CRIA NESTA PREFEITURA O IMPOSTO DE SELO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

38. LEI MUNICIPAL Nº 071, DE 01/11/1957

ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)

39. LEI MUNICIPAL Nº 072, DE 01/11/1957

PAGA TÍTULO GRATIFICAÇÃO AO SR. BENNO REMPEL. (vigência esgotada)

40. LEI MUNICIPAL Nº 074, DE 01/11/1957

AUTORIZA A PAGAR A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS. (vigência esgotada)

41. LEI MUNICIPAL Nº 075, DE 01/11/1957

ORÇA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1958. (vigência esgotada)

42. LEI MUNICIPAL Nº 079, DE 01/02/1958

CRIA O IMPOSTO DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE E MASCATES. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

43. LEI MUNICIPAL Nº 080, DE 01/02/1958

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A MAJORAR PARA O EXERCÍCIO DE 1958 POR 20% A TAXA RODOVIÁRIA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

44. LEI MUNICIPAL Nº 084, DE 01/02/1958

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A MAJORAR PARA O EXERCÍCIO DE 1958 POR 20% A TAXA RODOVIÁRIA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

45. LEI MUNICIPAL Nº 086, DE 09/05/1958

FICA ISENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS PARA O PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS CIDADÃO DA VVA. CLOTILDE FRITZEM. (vigência esgotada)

46. LEI MUNICIPAL Nº 092, DE 01/11/1958

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O EXERCÍCIO DE 1959. (vigência esgotada)

47. LEI MUNICIPAL Nº 093, DE 01/11/1958

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A PAGAR TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS. (vigência esgotada)

48. LEI MUNICIPAL Nº 094, DE 01/11/1958

FICA ABERTO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 20.000,00 PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS E EFETUADAS COM A QUALIFICAÇÃO E ELEIÇÃO. (vigência esgotada)

49. LEI MUNICIPAL Nº 095, DE 07/02/1959

DISPÕES SOBRE VENCIMENTOS DOS OS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 104, de 17.11.1959)

50. LEI MUNICIPAL Nº 096, DE 07/02/1959

FICA INSTRUÍDA A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE 4 (QUATRO) DIAS DE 8 HORAS DE SERVIÇOS NA COMEMORAÇÃO DAS ESTRADA MUNICIPAIS, POR ANO, PARA TODO O MORADOR ESTABELECIDO COM ECONOMIA PRÓPRIA NA ZONA RURAL DESTA MUNICÍPIO. (vigência esgotada)

51. LEI MUNICIPAL Nº 097, DE 06/05/1959

DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A PARTIR DE PRIMEIRO DE ABRIL DE 1959. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 146, de 04.05.1961)

52. LEI MUNICIPAL Nº 098, DE 06/05/1959

FICA PRORROGADO, POR DOIS ANOS A ISENÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS, CONCEDIDA AO SR. IGNÁCIO CRISTÓVÃO MELCHIOR, PELA LEI Nº 32 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1956. (vigência esgotada)

53. LEI MUNICIPAL Nº 099, DE 21/08/1959

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR UM CRÉDITO ESPECIAL DE 12.000,00, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, PARA A CONCESSÃO DE UM AUXÍLIO AO SR. ARNALDO BOLMEMBURGER A QUAL SOFREM DANOS EM SUA RESIDÊNCIA, CANSADOS POR TORMENTA QUE ASSOLAR ESTE MUNICÍPIO, NA NOITE DE 13 PARA 14 DE AGOSTO DO CORRENTE. (vigência esgotada)

54. LEI MUNICIPAL Nº 100, DE 04/11/1959

FICA ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS, NO PERÍODO DE TRÊS ANOS, A VIÚVA ERNA ELISABETA SCHUVERTNER, RESIDENTE EM LINHA COTOVELO, NESTE MUNICÍPIO, A CONTAR DO ANO DE 1960 ATÉ 1962 INCLUSAS. (vigência esgotada)

55. LEI MUNICIPAL Nº 101, DE 18/11/1959

FICAM MAJORADOS EM VINTE POR CENTO (20%) OS SEGUINTE TRIBUTOS: IMPOSTO TERRITORIAL, IMPOSTO PREDIAL, IMPOSTO SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, IMPOSTO DE LICENÇA, IMPOSTO SOBRE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAIS, IMPOSTO SOBRE JOGOS E DIVISÕES E TAXA RODOVIÁRIA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

56. LEI MUNICIPAL Nº 102, DE 18/11/1959

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE CR\$ 50.000,00 POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, EM FAVOR DO GINÁSIO ITAPIRANGA, DESTA CIDADE. (vigência esgotada)

57. LEI MUNICIPAL Nº 104, DE 17/11/1959

OS VENCIMENTOS DO PROFESSORADO MUNICIPAL SERÃO AUMENTADOS, NA PROPORÇÃO DE 20% A CONTAR DE 1º JANEIRO DE 1960. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 130, de 01.11.1960)

58. LEI MUNICIPAL Nº 105, DE 17/11/1959

FICA PRORROGADA POR MAIS DE CINCO ANOS A ISENÇÃO IMPOSTO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DA TAXA RODOVIÁRIA DO SENHOR LUCAS PAULL, LEI Nº 13 DE 7 DE MAIO DE 1955. (vigência esgotada)

59. LEI MUNICIPAL Nº 106, DE 19/11/1959

AO EXECUTIVO SR. ARTHUR PREFEITO MUNICIPAL DESTA MUNICÍPIO SERÁ A QUANTIA DE CR\$ 60.000,00 COM TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO. (vigência esgotada)

60. LEI MUNICIPAL Nº 108, DE 21/12/1959

FICA ABERTO O CRÉDITO DE CENTO E DOZE MIL E DUZENTOS CRUZEIROS (112.200,00), O QUAL SERÁ DISTRIBUÍDO PELOS SEGUINTE CÓDIGOS E DESCRIMINAÇÃO, POR CONTA DA VERBA 6-19-0. (vigência esgotada)

61. LEI MUNICIPAL Nº 109, DE 21/12/1959

FICA ESTABELECIDO A "TAXA DE ABATE" DE GADO BARRO NA ZONA RURAL, NA BASE DE 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS) POR REZ ABATIDA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

62. LEI MUNICIPAL Nº 110, DE 21/12/1959

ALTERA O ITEM III DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 79, DE 12

DE FEVEREIRO DE 1958. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

63. LEI MUNICIPAL Nº 112/A, DE 03/02/1960

É CONCEDIDO AO SENHOR ARTHUR PEDRO FRIEDRICH UM ABATIMENTO DE 50% SOBRE IMPOSTO (INDUSTRIAIS E DIGO: INDUSTRIAIS E PROFISSÕES, AO QUAL O MESMO INCIDE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1959. (vigência esgotada)

64. LEI MUNICIPAL Nº 113, DE 02/02/1960

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1960, O SENHOR VENDALÉRIO FELDHANSEN. (vigência esgotada)

65. LEI MUNICIPAL Nº 114, DE 05/02/1960

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1960, O SENHOR SILVINO PIRES, RESIDENTE NESTE MUNICÍPIO, PELO PRAZO DE (5) ANOS, OU SEJA NOS EXERCÍCIOS DE 1960 A 1964 INCLUSIVE. (vigência esgotada)

66. LEI MUNICIPAL Nº 115, DE 05/02/1960

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO, NOS EXERCÍCIOS DE 1960 E 1961 A VIÚVA DE JOÃO SCHERER. (vigência esgotada)

67. LEI MUNICIPAL Nº 116, DE 05/05/1960

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO, NOS EXERCÍCIOS DE 1960 E 1961 A VIÚVA DE ALEXANDRE WUTCHICK. (vigência esgotada)

68. LEI MUNICIPAL Nº 117, DE 05/05/1960

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UM TRATOR DE MARCA "FORDSAN MAJOR", PELO PREÇO DE QUINHENTOS MIL CRUZEIROS (C\$ 500,00) E MANDAR ADAPTAR AO MESMO UMA LÂMINA PARA SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM, PODENDO DESPENDER PARA TAL ATÉ CEM MIL CRUZEIROS (C\$ 100.000,00). (vigência esgotada)

69. LEI MUNICIPAL Nº 119, DE 04/05/1960

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONTRATAR ENGENHEIRO, PARA PROCEDER AO LEVANTAMENTO E ESTABELECER UM PLANO DE OBRAS DA REDE DE ÁGUAS E ESGOTO NESTA CIDADE DE ITAPIRANGA. (vigência esgotada)

70. LEI MUNICIPAL Nº 122, DE 25/05/1960

FICA ISENTO DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O SR. NIRDAN KLUNCK, RESIDENTE NESTE MUNICÍPIO, PELO PRAZO DE CINCO (5) ANOS, OU SEJA, NOS EXERCÍCIOS DE 1960 A 1964 INCLUSIVE (vigência esgotada)

71. LEI MUNICIPAL Nº 124, DE 03/08/1960

FICAM A MAJORADOS EM VINTE POR CENTO (20%) O IMPOSTO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA INDUSTRIAL E A TAXA RODOVIÁRIA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

72. LEI MUNICIPAL Nº 127, DE 04/08/1960

FICAM ABERTO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO, O CRÉDITO SUPLEMENTAR E VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS (CR\$ 22.500,00). (vigência esgotada)

73. LEI MUNICIPAL Nº 130, DE 01/11/1960

DISPÕEM SOBRE OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 191, de 20.02.1963)

74. LEI MUNICIPAL Nº 131, DE 13/12/1960

ORÇA A RECEITA E A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O ANO 1961. (vigência esgotada)

75. LEI MUNICIPAL Nº 133, DE 10/02/1961

ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)

76. LEI MUNICIPAL Nº 134, DE 10/02/1961

FICA MAJORADO O IMPOSTO DE LICENÇA DA LEI 0007. (vigência esgotada)

77. LEI MUNICIPAL Nº 138, DE 11/02/1961

CRIA O IMPOSTO RODOVIÁRIO, PARA O PROPRIETÁRIO DE QUALQUER ÁREA RURAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 158, de 03.08.1961)

78. LEI MUNICIPAL Nº 143, DE 10/02/1961

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE

1960. (vigência esgotada)

79. LEI MUNICIPAL Nº 144, DE 04/05/1961

CRIA O IMPOSTO DE SELO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

80. LEI MUNICIPAL Nº 146, DE 04/05/1961

OS RENDIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DO CORRENTE ANO (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 163, de 09.02.1962)

81. LEI MUNICIPAL Nº 147, DE 03/08/1961

REDUZ TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS DO SR. MAX ENDLER. (vigência esgotada)

82. LEI MUNICIPAL Nº 148, DE 04/08/1961

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PRESENTE EXERCÍCIO. (vigência esgotada)

83. LEI MUNICIPAL Nº 149, DE 04/08/1961

FICA ISENTA DO PAGAMENTO DE TODAS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O SR. ALBINO SCHAFFEN. (vigência esgotada)

84. LEI MUNICIPAL Nº 152, DE 04/08/1961

AUTORIZA COBRAR O CONSUMO DE ENERGIA, PARA A SEDE DO MUNICÍPIO. (vigência esgotada)

85. LEI MUNICIPAL Nº 153, DE 03/08/1961

FICA ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS MUNICIPAIS O SR. ANSELMO WAGNER. (vigência esgotada)

86. LEI MUNICIPAL Nº 154, DE 03/08/1961

FICA ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS MUNICIPAIS O SR. REINALDO SCHUCK. (vigência esgotada)

87. LEI MUNICIPAL Nº 156, DE 03/08/1961

FICA REDUZIDO EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) O PAGAMENTO DOS IMPOSTOS E BASES MUNICIPAIS DA VVA. DE JOÃO SCHERER, NOS EXERCÍCIOS DE 1962, 1963 E 1964. (vigência esgotada)

88. LEI MUNICIPAL Nº 158, DE 03/08/1961

FICA CRIADO O IMPOSTO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL PARA OS PROPRIETÁRIOS DE QUALQUER ÁREA RURAL, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

89. LEI MUNICIPAL Nº 159, DE 03/08/1961

A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1962 É FIXADA EM CR\$ 16.572.400,00 (DEZESSEIS MILHÕES QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS CRUZEIROS) A QUAL DEVERÁ SER EFETUADA COM A SEGUINTE CLASSIFICAÇÃO (vigência esgotada)

90. LEI MUNICIPAL Nº 160, DE 30/12/1961

AUTORIZA COBRAR OS IMPOSTOS TERRITORIAL RURAL E DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE INTER VIVOS DE CONFORMIDADE COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

91. LEI MUNICIPAL Nº 163, DE 09/02/1962

ALTERA OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 191, de 20.02.1963)

92. LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 09/02/1962

FIXA SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL. (vigência esgotada)

93. LEI MUNICIPAL Nº 166, DE 09/02/1962

DISPÕE SOBRE O LIMITE DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL. (vigência esgotada)

94. LEI MUNICIPAL Nº 171, DE 10/05/1962

FICA ISENTA DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, A VIÚVA CLOTILDE FRITZEN. (vigência esgotada)

95. LEI MUNICIPAL Nº 172, DE 10/05/1962

FICA ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS A VIÚVA DE CARLOS ALBINO WESCHENFELDER. (vigência esgotada)

96. LEI MUNICIPAL Nº 173, DE 10/05/1962

REDUZ O PAGAMENTO DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS DA SRA. MARGARIDA LUIZA SCHRAEDER. (vigência esgotada)

97. LEI MUNICIPAL Nº 178, DE 10/05/1962

ISENTA DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O SR. BALDUINO VON BASTEL. (vigência esgotada)

98. LEI MUNICIPAL Nº 183, DE 08/11/1962

ISENTA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS A S.A. FRIGORÍFICO ITAPIRANGA (SAFRITA) E A COOPERATIVA DE LACTÍCIOS ITAPIRANGA LTDA., REFERENTE ÀS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SUAS INDÚSTRIAS E ATIVIDADES. (vigência esgotada)

99. LEI MUNICIPAL Nº 184, DE 09/11/1962

ABRE CRÉDITO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. (vigência esgotada)

100. LEI MUNICIPAL Nº 185, DE 09/11/1962

ABRE CRÉDITO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. (vigência esgotada)

101. LEI MUNICIPAL Nº 186, DE 09/11/1962

ABRE CRÉDITO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. (vigência esgotada)

102. LEI MUNICIPAL Nº 188, DE 09/11/1962

ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO PARA EXERCÍCIO DE 1963. (vigência esgotada)

103. LEI MUNICIPAL Nº 189, DE 08/02/1963

FICA MAJORADO O IMPOSTO DE LICENÇA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

104. LEI MUNICIPAL Nº 191, DE 20/02/1963

ALTERA OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 228, de 08.08.1964)

105. LEI MUNICIPAL Nº 194, DE 21/02/1963

CRIA A TABELA PADRÃO PARA O PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS E DO DMER. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.296, de 21.07.1989)

106. LEI MUNICIPAL Nº 196, DE 21/02/1963

TRATA SOBRE ISENÇÃO DE IMPOSTOS. (vigência esgotada)

107. LEI MUNICIPAL Nº 197, DE 21/02/1963

FICA ISENTA DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, A VIÚVA ERNA ELISABETE SCHWITNER. (vigência esgotada)

108. LEI MUNICIPAL Nº 202, DE 12/08/1963

ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS, O CIDADÃO JOÃO BALDOÍNO SCHERER. (vigência esgotada)

109. LEI MUNICIPAL Nº 204, DE 08/08/1963

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO. (vigência esgotada)

110. LEI MUNICIPAL Nº 209, DE 08/08/1963

FIXA OS VENCIMENTOS DO SERVIDORES BRUNO FRANZ, LEONIDAS WESENDONK, WALDEMAR PINHEIRO, ANTONIO PINHEIRO, ALDO CAMAROLI. (vigência esgotada)

111. LEI MUNICIPAL Nº 210, DE 08/08/1963

AUTORIZA CONTRIBUIR MENSALMENTE AO PROFESSOR DA ESCOLA PARTICULAR DA LINHA BONITA, DISTRITO DE TUNAS. (vigência esgotada)

112. LEI MUNICIPAL Nº 211, DE 08/05/1963

CONCEDE AUMENTO DE 25% SOBRE OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPIRANGA. (vigência esgotada)

113. LEI MUNICIPAL Nº 212, DE 12/11/1963

ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO PARA EXERCÍCIO DE 1964. (vigência esgotada)

114. LEI MUNICIPAL Nº 213, DE 12/11/1963

CRIA A TAXA DE MELHORAMENTO PARA OS POSSUIDORES DE QUALQUER IMÓVEL NO MUNICÍPIO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

115. LEI MUNICIPAL Nº 214, DE 12/11/1963

ALTERA OS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 281, de 06.05.1966)

116. LEI MUNICIPAL Nº 215, DE 12/11/1963

CRIA A TAXA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

117. LEI MUNICIPAL Nº 219, DE 06/12/1963

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO E RECEBER VERBAS CONSTANTES NO ORÇAMENTO DA S.P.V.E.R.F.S.P. (vigência esgotada)



118. LEI MUNICIPAL Nº 220, DE 01/02/1964

PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO O ARTIGO 4º DA LEI Nº 199, PARA A INDENIZAÇÃO DO TERRENO AO LADO A PREFEITURA MUNICIPAL FORNECERÁ AOS PROPRIETÁRIOS PELA TERRA DOADA DA RUA SÃO JACOB, O CORDÃO SENTADO, E DA RUA SANTO ANTÔNIO A METADE DE CADA LADO DA RUA DO CORDÃO SENTADO, EM SINAL DE PAGAMENTO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 244, de 12.02.1965)

119. LEI MUNICIPAL Nº 222, DE 01/02/1964

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A COBRAR O IMPOSTO DE LICENÇA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

120. LEI MUNICIPAL Nº 225, DE 11/05/1964

ALTERA OS VENCIMENTOS DO PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 281, de 06.05.1966)

121. LEI MUNICIPAL Nº 226, DE 11/05/1964

ISENTA DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS O SR. WENDOLINO GRASEL. (vigência esgotada)

122. LEI MUNICIPAL Nº 227, DE 08/08/1964

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADACÃO. (vigência esgotada)

123. LEI MUNICIPAL Nº 232, DE 17/09/1964

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO, DA CIDADE, VILAS E POVOADOS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 886, de 12.11.1979)

124. LEI MUNICIPAL Nº 233, DE 16/09/1964

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO TERRITORIAL RURAL E EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA INDUSTRIAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

125. LEI MUNICIPAL Nº 235, DE 30/10/1964

DISPÕE SOBRE A TAXA DE CONSERVAÇÃO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

126. LEI MUNICIPAL Nº 237, DE 05/11/1964

ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O CIDADÃO CESÁRIO MIEHUES. (vigência esgotada)

127. LEI MUNICIPAL Nº 238, DE 05/11/1964

ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O CIDADÃO ALFREDO SCHUK. (vigência esgotada)

128. LEI MUNICIPAL Nº 239, DE 31/10/1964

ORÇA A RECEITA E ESTIMA AS DESPESAS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 1965. (vigência esgotada)

129. LEI MUNICIPAL Nº 241, DE 12/02/1965

ISENTA DE TODOS OS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS O CIDADÃO CRISTINO FRITZEN. (vigência esgotada)

130. LEI MUNICIPAL Nº 242, DE 10/02/1965

CRIA A TAXA DE DESPESA SANITÁRIA, VEGETAL E ANIMAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

131. LEI MUNICIPAL Nº 243, DE 10/02/1965

CRIA A TAXA DE ELETRIFICAÇÃO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

132. LEI MUNICIPAL Nº 245, DE 12/02/1965

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE LICENÇA DO COMÉRCIO AMBULANTE. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

133. LEI MUNICIPAL Nº 246, DE 12/02/1965

REVOGA A TABELA DA LEI 145, QUE DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FECHAMENTO DE BARES, BOTEQUINS, RESTAURANTES E SIMILARES. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

134. LEI MUNICIPAL Nº 249, DE 10/02/1965

ALTERA A LETRA "A" DA LEI 221/64, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE LICENÇA PARA VEÍCULOS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

135. LEI MUNICIPAL Nº 251, DE 12/02/1965

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, ATRIBUÍDO AO MUNICÍPIO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

136. LEI MUNICIPAL Nº 252, DE 23/04/1965

ALTERA O ART. 1º DA LEI 231/64, QUE AUTORIZA FIRMAR

CONVÊNIO COM A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE. (vigência esgotada)

137. LEI MUNICIPAL Nº 258, DE 13/11/1965

ISENTA DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS À VVA. HELMUTH STAHL. (vigência esgotada)

138. LEI MUNICIPAL Nº 261, DE 10/11/1965

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

139. LEI MUNICIPAL Nº 262, DE 12/11/1965

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE LICENÇA ATRIBUÍDO AO MUNICÍPIO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

140. LEI MUNICIPAL Nº 263, DE 12/11/1965

DISPÕE SOBRE A TABELA DA LEI 262/65, QUE INCIDE SOBRE O IMPOSTO DE LICENÇA. TABELA ANEXA DA LEI Nº 262, QUE INCIDE SOBRE O IMPOSTO DE LICENÇA (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

141. LEI MUNICIPAL Nº 264, DE 13/11/1965

CRIA A TAXA DE EXPEDIENTE. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

142. LEI MUNICIPAL Nº 265, DE 13/11/1965

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE DIVERSÕES PÚBLICAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

143. LEI MUNICIPAL Nº 266, DE 12/11/1965

REVOGA A LEI Nº 247/65, QUE REVOGA A LEI Nº 235/64, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE CONSERVAÇÃO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

144. LEI MUNICIPAL Nº 267, DE 12/11/1965

DEFINE O IMPOSTO SOBRE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES, FIXA SUA INCIDÊNCIA E PRESCREVE NORMAS PARA O SEU LANÇAMENTO E ARRECADACÃO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

145. LEI MUNICIPAL Nº 268, DE 10/11/1965

ALTERA AS ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL PREVISTAS NA LEI Nº 20 DE 17.05.55 E AS ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO, PREVISTAS NA LEI Nº 36 DE 27.02.56 E FINANÇA E NOVAS NORMAS PARA LANÇAMENTO E ARRECADACÃO. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)

146. LEI MUNICIPAL Nº 269, DE 13/11/1965

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA. (vigência esgotada)

## **LEI MUNICIPAL N. 2.962, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

LEI MUNICIPAL N. 2.962, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA RELATIVAS AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 1966 A 2000.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam formalmente revogadas por consolidação as Leis Municipais a seguir mencionadas e devidamente identificadas no Anexo Único da presente Lei:

nºs 270/1966; 271/1966; 272/1966; 273/1966; 274/1966; 278/1966; 280/1966; 281/1966; 283/1966; 287/1966; 291/1966; 299/1966; 566/1973; 614/1975; 652/1975; 677/1976; 722/1976; 846/1979; 850/1979; 901/1980; 907/1980; 933/1980; 937/1980; 983/1981; 1.000/1982; 1.017/1982; 1.025/1983; 1.106/1985; 1.194/1987; 1.233/1988; 1.265/1989; 1.267/1989; 1.268/1989; 1.272/1989; 1.275/1989; 1.315/1989; 1.341/1990; 1.365/1990; 1.366/1990; 1.381/1991; 1.384/1991; 1.441/1991; 1.445/1991; 1.446/1991; 1.447/1991; 1.448/1991; 1.455/1991; 1.470/1992;

1.485/1992; 1.486/1992; 1.487/1992; 1.506/1993; 1.530/1993; 1.531/1993; 1.534/1993; 1.540/1993; 1.541/1993; 1.542/1993; 1.543/1993; 1.577/1994; 1.581/1994; 1.583/1994; 1.587/1994; 1.588/1994; 1.589/1994; 1.590/1994; 1.591/1994; 1.593/1994; 1.597/1994; 1.610/1995; 1.633/1995; 1.638/1995; 1.645/1995; 1.646/1995; 1.656/1996; 1.675/1996; 1.676/1996; 1.677/1996; 1.685/1996; 1.701/1997; 1.706/1997; 1.711/1997; 1.719/1997; 1.720/1997; 1.721/1997; 1.724/1997; 1.730/1997; 1.737/1997; 1.739/1997; 1.741/1997; 1.742/1997; 1.746/1997; 1.748/1997; 1.749/1997; 1.751/1997; 1.752/1997; 1.753/1997; 1.754/1997; 1.760/1997; 1.767/1998; 1.768/1998; 1.793/1998; 1.810/1998; 1.812/1998; 1.813/1998; 1.814/1998; 1.817/1998; 1.821/1998; 1.822/1998; 1.823/1999; 1.832/1999; 1.841/1999; 1.851/1999; 1.858/1999; 1.859/1999; 1.861/1999; 1.872/2000; 1.902/2000; 1.908/2000; 1.909/2000; 1.928/2000; 1.929/2000; 1.931/2000; 1.936/2000 e 1.939/2000.

Parágrafo único. A revogação das leis de que trata o caput deste artigo decorrem em atendimento à consolidação das leis municipais de Itapiranga, tendo em vista a sua inaplicabilidade.

Art. 2º Fica ressalvada a integralidade dos direitos decorrentes da aplicação das leis revogadas pelo art. 1º, incluindo aqueles oriundos de decisões judiciais amparadas nas referidas Leis por esta revogadas, expressamente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

ANEXO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL N. 2.962, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

1. LEI MUNICIPAL Nº 270, DE 04/02/1966  
INSTITUI O PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL. (vigência esgotada)
2. LEI MUNICIPAL Nº 271, DE 03/02/1966  
CONCEDE ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO. (vigência esgotada)
3. LEI MUNICIPAL Nº 272, DE 03/02/1966  
CONCEDE ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO. (vigência esgotada)
4. LEI MUNICIPAL Nº 273, DE 28/03/1966  
REVOGA A LEI 190/63, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SERVIÇOS NA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS, PARA TODO PROPRIETÁRIO RURAL. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 299, de 14.11.1966)
5. LEI MUNICIPAL Nº 274, DE 28/03/1966  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO. (vigência esgotada)
6. LEI MUNICIPAL Nº 278, DE 06/05/1966  
CANCELA DÍVIDA E ISENTA DA TAXA DE CONSERVAÇÃO O SR. ROBERTO LANSCHNER. (vigência esgotada)
7. LEI MUNICIPAL Nº 280, DE 06/05/1966  
FIXA OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.296, de 21.07.1989)
8. LEI MUNICIPAL Nº 281, DE 06/05/1966  
FIXA VENCIMENTOS DOS PROFESSORES MUNICIPAIS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.171, de 09.02.1987)
9. LEI MUNICIPAL Nº 283, DE 06/05/1966  
CONCEDE ISENÇÃO DOS IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS. (vigência esgotada)
10. LEI MUNICIPAL Nº 287, DE 05/08/1966  
ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO. (vigência esgotada)
11. LEI MUNICIPAL Nº 291, DE 05/08/1966  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)

12. LEI MUNICIPAL Nº 299, DE 14/11/1966  
INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 895, de 12.12.1979)
13. LEI MUNICIPAL Nº 566, DE 21/12/1973  
ALTERA DENOMINAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.408, de 21.05.1991)
14. LEI MUNICIPAL Nº 614, DE 14/02/1975  
AUTORIZA A COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO CALÇAMENTO DE RUAS DA CIDADE DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 895, de 12.12.1979)
15. LEI MUNICIPAL Nº 652, DE 23/12/1975  
INSTITUI A UNIDADE FISCAL PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 025, de 29.09.2009)
16. LEI MUNICIPAL Nº 677, DE 19/03/1976  
INCLUI § 1º NO ARTIGO 2º DA LEI Nº 458 de 11/11/1971. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.932, de 11.11.2000)
17. LEI MUNICIPAL Nº 722, DE 31/12/1976  
ALTERA ARTIGO 1º DA LEI Nº 659 DE 23.12.1975. (vigência esgotada)
18. LEI MUNICIPAL Nº 846, DE 07/05/1979  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA SUBVENCIONAR A AVEOSC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
19. LEI MUNICIPAL Nº 850, DE 11/06/1979  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E AUTORIZA A CONSTRUÇÃO PARA MORADIA DO DR. PROMOTOR PÚBLICO. (vigência esgotada)
20. LEI MUNICIPAL Nº 901, DE 10/03/1980  
AUTORIZA ADQUIRIR ÁREA DE TERRA, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E TRANSFERE VERBA. (vigência esgotada)
21. LEI MUNICIPAL Nº 907, DE 12/05/1980  
AUTORIZA INDENIZAR BENFEITORIAS E ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)
22. LEI MUNICIPAL Nº 933, DE 08/09/1980  
ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO I NO SEU ITEM "I" E ITEM "II" DA LEI Nº 895 DE 12.12.79. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 025, de 29.09.2009)
23. LEI MUNICIPAL Nº 937, DE 13/10/1980  
AUTORIZA ADQUIRIR ÁREA DE TERRA, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
24. LEI MUNICIPAL Nº 983, DE 20/10/1981  
AUTORIZA A COBRAR CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ÁGUA. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 025, de 29.09.2009)
25. LEI MUNICIPAL Nº 1.000, DE 16/01/1982  
AUTORIZA INDENIZAR PESQUISA E TRABALHO SOBRE A HISTÓRIA DE ITAPIRANGA. (vigência esgotada)
26. LEI MUNICIPAL Nº 1.017, DE 13/10/1982  
EMENDA O ARTIGO 93 DA LEI MUNICIPAL Nº 895. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 025, de 29.09.2009)
27. LEI MUNICIPAL Nº 1.025, DE 02/03/1983  
AUTORIZA CUSTEAR DESPESA COM VACINAÇÃO AFTOSA. (vigência esgotada)
28. LEI MUNICIPAL Nº 1.106, DE 05/07/1985  
AUTORIZA ADQUIRIR ÁREA DE TERRA, ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
29. LEI MUNICIPAL Nº 1.194, DE 04/12/1987  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA PAGAMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL. (vigência esgotada)
30. LEI MUNICIPAL Nº 1.233, DE 09/09/1988  
AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM MÉDICO OFTALMOLOGISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
31. LEI MUNICIPAL Nº 1.265, DE 21/01/1989  
INSTITUI O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BEM MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 025, de 29.09.2009)
32. LEI MUNICIPAL Nº 1.267, DE 03/03/1989  
ALTERA ARTIGO 2º DA LEI Nº 1.210/88 DE 18.03.88. (Revogada



tacitamente pela Lei Municipal nº 1.296, de 21.07.1989)

33. LEI MUNICIPAL Nº 1.268, DE 03/03/1989

INSTITUI O IMPOSTO SOBRE VENDAS E VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS. (Revogada tacitamente pela Emenda Constitucional nº 03, de 17.03.1993)

34. LEI MUNICIPAL Nº 1.272, DE 07/03/1989

ALTERA ITENS DO ART. 13 DA LEI N. 1.169. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.296, de 21.07.1989)

35. LEI MUNICIPAL Nº 1.275, DE 07/04/1989

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 1268, INSERE ARTIGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Emenda Constitucional nº 03, de 17.03.1993)

36. LEI MUNICIPAL Nº 1.315, DE 28/11/1989

DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC. PARA O TRIÊNIO DE 1990 A 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

37. LEI MUNICIPAL Nº 1.341, DE 25/05/1990

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC. (vigência esgotada)

38. LEI MUNICIPAL Nº 1.365, DE 23/11/1990

DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O TRIÊNIO DE 1991 A 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

39. LEI MUNICIPAL Nº 1.366, DE 23/11/1990

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

40. LEI MUNICIPAL Nº 1.381, DE 03/05/1991

ELEVA A SUBVENÇÃO A QUE SE REFERE A LEI MUNICIPAL Nº 538, DE 18.05.73 EM PARÁGRAFO 1º, ARTIGO 5º. (vigência esgotada)

41. LEI MUNICIPAL Nº 1.384, DE 14/04/1991

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC. (vigência esgotada)

42. LEI MUNICIPAL Nº 1.441, DE 08/11/1991

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DESCONTOS AOS MUNICÍPIOS EM DÉBITO REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS A PARTICULARES PELA MUNICIPALIDADE. (vigência esgotada)

43. LEI MUNICIPAL Nº 1.445, DE 22/11/1991

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

44. LEI MUNICIPAL Nº 1.446, DE 22/11/1991

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA - FUNDEAGRO, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC., PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

45. LEI MUNICIPAL Nº 1.447, DE 22/11/1991

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA) DE ITAPIRANGA - SC., PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

46. LEI MUNICIPAL Nº 1.448, DE 22/11/1991

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

47. LEI MUNICIPAL Nº 1.455, DE 03/02/1991

FIXA DIRETRIZES E DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 041, de 25.10.2011)

48. LEI MUNICIPAL Nº 1.470, DE 26/06/1992

AUTORIZA REPASSE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

49. LEI MUNICIPAL Nº 1.485, DE 20/11/1992

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

50. LEI MUNICIPAL Nº 1.486, DE 20/11/1992

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA - FUNDEAGRO, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC., PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

51. LEI MUNICIPAL Nº 1.487, DE 20/11/1992

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

52. LEI MUNICIPAL Nº 1.506, DE 16/04/1993

AUTORIZA DESCONTO PARA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DE ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA. (vigência esgotada)

53. LEI MUNICIPAL Nº 1.530, DE 17/09/1993

INSTITUI FERIADO NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.630, de 21.09.2010)

54. LEI MUNICIPAL Nº 1.531, DE 17/09/1993

ABRE CRÉDITO ESPECIAL. (vigência esgotada)

55. LEI MUNICIPAL Nº 1.534, DE 01/10/1993

ABRE CRÉDITO ESPECIAL EM URBANISMO. (vigência esgotada)

56. LEI MUNICIPAL Nº 1.540, DE 23/11/1993

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA - FUNDEAGRO, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

57. LEI MUNICIPAL Nº 1.541, DE 23/11/1993

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

58. LEI MUNICIPAL Nº 1.542, DE 23/11/1993

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAFA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

59. LEI MUNICIPAL Nº 1.543, DE 23/11/1993

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

60. LEI MUNICIPAL Nº 1.577, DE 08/08/1994

ANULAÇÃO, SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

61. LEI MUNICIPAL Nº 1.581, DE 09/09/1994

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS. (vigência esgotada)

62. LEI MUNICIPAL Nº 1.583, DE 27/09/1994

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

63. LEI MUNICIPAL Nº 1.587, DE 26/10/1994

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS. (vigência esgotada)

64. LEI MUNICIPAL Nº 1.588, DE 28/11/1994

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS/FAPA. (vigência esgotada)

65. LEI MUNICIPAL Nº 1.589, DE 28/11/1994

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO/FAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

66. LEI MUNICIPAL Nº 1.590, DE 28/11/1994

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS. (vigência esgotada)

67. LEI MUNICIPAL Nº 1.591, DE 01/12/1994

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO) E DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

68. LEI MUNICIPAL Nº 1.593, DE 20/12/1994

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS. (vigência esgotada)

69. LEI MUNICIPAL Nº 1.597, DE 26/12/1994  
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 10, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.268 DE 03 DE MARÇO DE 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Emenda Constitucional nº 03, de 17.03.1993)

70. LEI MUNICIPAL Nº 1.610, DE 16/05/1995  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL EM ADMINISTRAÇÃO/PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

71. LEI MUNICIPAL Nº 1.633, DE 28/08/1995  
INSTITUI FERIADO NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.630, de 21.09.2010)

72. LEI MUNICIPAL Nº 1.638, DE 06/09/1995  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

73. LEI MUNICIPAL Nº 1.645, DE 22/11/1995  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE MUDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO) E DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

74. LEI MUNICIPAL Nº 1.646, DE 22/11/1995  
APROVA O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA O TRIÊNIO DE 1996 À 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

75. LEI MUNICIPAL Nº 1.656, DE 25/03/1996  
ALTERA A CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 001, de 14.03.2000)

76. LEI MUNICIPAL Nº 1.675, DE 06/11/1996  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO) E DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

77. LEI MUNICIPAL Nº 1.676, DE 06/11/1996  
AUTORIZA AS ISENÇÕES DE IPTU (IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO) E TAXA DE COLETA DE LIXO DOS LOTES URBANOS NÃO COMERCIALIZADOS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 E 1998, DO LOTEAMENTO RAINHA DA PAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

78. LEI MUNICIPAL Nº 1.677, DE 06/11/1996  
AUTORIZA A DILATAÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO PERTINENTES AOS FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS DO FRH (FUNDO ROTATIVO DE HABITAÇÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

79. LEI MUNICIPAL Nº 1.685, DE 06/12/1996  
AUTORIZA O PARCELAMENTO E PAGAMENTO DE DÉBITOS JUNTO AO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

80. LEI MUNICIPAL Nº 1.701, DE 17/03/1997  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

81. LEI MUNICIPAL Nº 1.706, DE 20/03/1997  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E AUTORIZA A RECONHECER E EMPENHAR DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1996. (vigência esgotada)

82. LEI MUNICIPAL Nº 1.711, DE 28/04/1997  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

83. LEI MUNICIPAL Nº 1.719, DE 19/05/1997  
DESTINA PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO PARA PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR ORIUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO 1993/1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

84. LEI MUNICIPAL Nº 1.720, DE 20/05/1997  
TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA A RESERVA DE

CONTINGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

85. LEI MUNICIPAL Nº 1.721, DE 18/06/1997  
INSTITUI O PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.807, de 10.09.1998)

86. LEI MUNICIPAL Nº 1.724, DE 18/06/1997  
TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

87. LEI MUNICIPAL Nº 1.730, DE 18/08/1997  
ALTERA PRAZOS DA LEI Nº 1.528 DE 10.09.1993, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS AMPLIA O PRAZO DA "LEI DO PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO" CONTIDO NA LEI Nº 1.721 DE 18.06.97. (vigência esgotada)

88. LEI MUNICIPAL Nº 1.737, DE 11/09/1997  
REDUZ PERÍODO DE CARÊNCIA PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.565 DE 24.05.94, PARA SEGURADOS DO FAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

89. LEI MUNICIPAL Nº 1.739, DE 17/09/1997  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

90. LEI MUNICIPAL Nº 1.741, DE 08/10/1997  
AUTORIZA O SR. JOSÉ HECKLER A SE AUSENTAR DO PAÍS A CONVITE DA EMPRESA SEMEIA - SELEÇÃO MELHORAMENTO INSEMINAÇÃO LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

91. LEI MUNICIPAL Nº 1.742, DE 08/10/1997  
APROVA PLANO DE INCENTIVO ESPECIAL PARA O SETOR PRODUTIVO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

92. LEI MUNICIPAL Nº 1.746, DE 29/10/1997  
INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 5º DA LEI Nº 1.565 DE 24.05.94, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 1.855, de 12.11.1999)

93. LEI MUNICIPAL Nº 1.748, DE 29/10/1997  
AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CDL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

94. LEI MUNICIPAL Nº 1.749, DE 29/10/1997  
TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A "RESERVA DE CONTINGÊNCIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

95. LEI MUNICIPAL Nº 1.751, DE 29/10/1997  
INSTITUI E REGULAMENTA O PLANO "PEGUE A SUA NOTA E GANHE PRÊMIOS". (vigência esgotada)

96. LEI MUNICIPAL Nº 1.752, DE 05/11/1997  
AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

97. LEI MUNICIPAL Nº 1.753, DE 12/11/1997  
APROVA O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA O QUADRIÊNIO DE 1998 A 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

98. LEI MUNICIPAL Nº 1.754, DE 12/11/1997  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO), DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA), DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FIM DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

99. LEI MUNICIPAL Nº 1.760, DE 16/12/1997  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA DO MÊS DE JANEIRO/90 AOS 12 MELHORES COLOCADOS NO "CONCURSO DE ILUMINAÇÃO,

ENFEITES E PRESÉPIOS NATALINOS DA CIDADE DE ITAPIRANGA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

100. LEI MUNICIPAL Nº 1.767, DE 13/03/1998

ALTERA PARCIALMENTE A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.760, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

101. LEI MUNICIPAL Nº 1.768, DE 13/03/1998

AUTORIZA A RECONHECER E EMPENHAR DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

102. LEI MUNICIPAL Nº 1.793, DE 12/06/1998

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

103. LEI MUNICIPAL Nº 1.810, DE 19/10/1998

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A "RESERVA DE CONTINGÊNCIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

104. LEI MUNICIPAL Nº 1.812, DE 18/11/1998

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 1999. (vigência esgotada)

105. LEI MUNICIPAL Nº 1.813, DE 26/11/1998

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO), DO FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ASSISTÊNCIA (FAPA), DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

106. LEI MUNICIPAL Nº 1.814, DE 26/11/1998

APROVA O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA QUADRIÊNIO DE 1999 A 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

107. LEI MUNICIPAL Nº 1.817, DE 11/12/1998

AUTORIZA O LANÇAMENTO EM "RESTOS A PAGAR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

108. LEI MUNICIPAL Nº 1.821, DE 15/12/1998

AUTORIZA CONCEDER ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA DO MÊS DE JANEIRO/99 AOS 25 MELHORES COLOCADOS NO CONCURSO DE "ILUMINAÇÃO, ENFEITES E PRESÉPIOS NATALINOS DA CIDADE DE ITAPIRANGA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

109. LEI MUNICIPAL Nº 1.822, DE 15/12/1998

AUTORIZA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA FUNDADA INTERNA NO FUNDEAGRO. (vigência esgotada)

110. LEI MUNICIPAL Nº 1.823, DE 17/03/1999

AUTORIZA RECONHECER E EMPENHAR DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1998, QUE SERÃO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 1999, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

111. LEI MUNICIPAL Nº 1.832, DE 06/05/1999

AUTORIZA CONTRIBUIR COM A REALIZAÇÃO DO 3º RODEIO CRIOULO INTERESTADUAL A SER REALIZADO EM ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

112. LEI MUNICIPAL Nº 1.841, DE 17/06/1999

INCLUI ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

113. LEI MUNICIPAL Nº 1.851, DE 22/10/1999

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2000. (vigência esgotada)

114. LEI MUNICIPAL Nº 1.858, DE 24/11/1999

APROVA O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA O QUADRIÊNIO DE 2000 A 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

115. LEI MUNICIPAL Nº 1.859, DE 24/11/1999

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO), DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUNREBOM), DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

116. LEI MUNICIPAL Nº 1.861, DE 02/12/1999

FIXA DATAS DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU, TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, RENOVAÇÃO ANUAL E ISSQN PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2.000 E SEQUIN- TES PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

117. LEI MUNICIPAL Nº 1.872, DE 15/03/2000

AUTORIZA RECONHECER E EMPENHAR DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 1999 QUE SERÃO PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2000. ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

118. LEI MUNICIPAL Nº 1.902, DE 18/05/2000

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

119. LEI MUNICIPAL Nº 1.908, DE 01/06/2000

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CESTA BÁSICA A TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

120. LEI MUNICIPAL Nº 1.909, DE 01/06/2000

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

121. LEI MUNICIPAL Nº 1.928, DE 27/06/2000

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A XII LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.173, de 31.05.2004)

122. LEI MUNICIPAL Nº 1.929, DE 27/06/2000

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O MANDATO DE 1º DE JANEIRO DE 2001 A 31 DE DEZEMBRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.172, de 31.05.2004)

123. LEI MUNICIPAL Nº 1.931, DE 01/11/2000

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

124. LEI MUNICIPAL Nº 1.936, DE 27/10/2000

TRANSFERE SALDOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A RESERVA DE CONTINGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

125. LEI MUNICIPAL Nº 1.939, DE 27/11/2000

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA (FUNDEAGRO), DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUNREBOM), DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), E ALTERA O PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)



**LEI MUNICIPAL N. 2.963, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

LEI MUNICIPAL N. 2.963, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA RELATIVAS AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 2001 A 2005.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam formalmente revogadas por consolidação as Leis Municipais a seguir mencionadas e devidamente identificadas no Anexo Único da presente Lei:

nºs 1.944/2001; 1.946/2001; 1.948/2001; 1.951/2001; 1.952/2001; 1.956/2001; 1.957/2001; 1.961/2001; 1.963/2001; 1.964/2001; 1.965/2001; 1.966/2001; 1.967/2001; 1.971/2001; 1.973/2001; 1.974/2001; 1.976/2001; 1.977/2001; 1.978/2001; 1.979/2001; 1.980/2001; 1.981/2001; 1.984/2001; 1.986/2001; 1.989/2001; 1.991/2001; 1.995/2001; 1.997/2001; 1.998/2001; 2.002/2001; 2.003/2001; 2.005/2001; 2.010/2001; 2.011/2001; 2.014/2001; 2.015/2001; 2.016/2001; 2.017/2001; 2.022/2001; 2.024/2001; 2.026/2001; 2.032/2001; 2.033/2001; 2.034/2001; 2.035/2001; 2.037/2001; 2.042/2001; 2.043/2002; 2.051/2002; 2.053/2002; 2.054/2002; 2.056/2002; 2.063/2002; 2.065/2002; 2.070/2002; 2.075/2002; 2.079/2002; 2.084/2002; 2.091/2002; 2.093/2002; 2.100/2002; 2.101/2002; 2.105/2003; 2.106/2003; 2.110/2003; 2.111/2003; 2.113/2003; 2.117/2003; 2.118/2003; 2.121/2003; 2.126/2003; 2.147/2003; 2.148/2003; 2.151/2003; 2.157/2003; 2.158/2003; 2.159/2003; 2.164/2004; 2.170/2004; 2.172/2004; 2.173/2004; 2.178/2004; 2.184/2004; 2.185/2004; 2.196/2004; 2.197/2004; 2.198/2004; 2.199/2004; 2.200/2004; 2.201/2004; 2.202/2004; 2.203/2004; 2.205/2004; 2.206/2004; 2.214/2005; 2.217/2005; 2.223/2005; 2.226/2005; 2.227/2005; 2.237/2005; 2.238/2005; 2.239/2005; 2.245/2005; 2.246/2005; 2.248/2005; 2.249/2005; 2.251/2005; 2.252/2005; 2.253/2005; 2.256/2005; 2.260/2005; 2.261/2005; 2.263/2005; 2.266/2005; 2.268/2005; 2.269/2005; 2.270/2005; 2.271/2005; 2.275/2005; 2.281/2005; 2.282/2005; 2.285/2005; 2.286/2005; 2.287/2005; 2.288/2005; 2.289/2005 e 2.291/2005; 2.292/2005.

Parágrafo único. A revogação das leis de que trata o caput deste artigo decorrem em atendimento à consolidação das leis municipais de Itapiranga, tendo em vista a sua inaplicabilidade.

Art. 2º Fica ressalvada a integralidade dos direitos decorrentes da aplicação das leis revogadas pelo art. 1º, incluindo aqueles oriundos de decisões judiciais amparadas nas referidas Leis por esta revogadas, expressamente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios  
ANEXO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL N. 2.963, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

1. LEI MUNICIPAL Nº 1.944, DE 10/01/2001  
ABRE CRÉDITOS ESPECIAIS, SUPLEMENTA, REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
2. LEI MUNICIPAL Nº 1.946, DE 10/01/2001  
ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/LDO, PARA O EXERCÍCIO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência

esgotada)

3. LEI MUNICIPAL Nº 1.948, DE 10/01/2001  
REVOGA O PARÁGRAFO 7º DA LEI ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL/LOA/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
4. LEI MUNICIPAL Nº 1.951, DE 26/02/2001  
AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECONHECER E PAGAR DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
5. LEI MUNICIPAL Nº 1.952, DE 26/02/2001  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E ANULA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
6. LEI MUNICIPAL Nº 1.956, DE 05/03/2001  
DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E PAGAMENTO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
7. LEI MUNICIPAL Nº 1.957, DE 05/03/2001  
AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
8. LEI MUNICIPAL Nº 1.961, DE 07/03/2001  
AUTORIZA SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (FUNDEAGRO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
9. LEI MUNICIPAL Nº 1.963, DE 10/04/2001  
AUTORIZA RECONHECER E PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
10. LEI MUNICIPAL Nº 1.964, DE 10/04/2001  
SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (FUNDEAGRO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
11. LEI MUNICIPAL Nº 1.965, DE 10/04/2001  
SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
12. LEI MUNICIPAL Nº 1.966, DE 10/04/2001  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA, REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
13. LEI MUNICIPAL Nº 1.967, DE 30/04/2001  
AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECONHECER E PAGAR DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2000 E A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
14. LEI MUNICIPAL Nº 1.971, DE 30/04/2001  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
15. LEI MUNICIPAL Nº 1.973, DE 09/05/2001  
SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
16. LEI MUNICIPAL Nº 1.974, DE 09/05/2001  
SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
17. LEI MUNICIPAL Nº 1.976, DE 22/05/2001  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA, ANULA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
18. LEI MUNICIPAL Nº 1.977, DE 22/05/2001  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA, ANULA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)
19. LEI MUNICIPAL Nº 1.978, DE 22/05/2001

AUTORIZA REPASSE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES/AFCD, AUTORIZA INCLUIR DESPESA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

20. LEI MUNICIPAL Nº 1.979, DE 22/05/2001

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.963 DE 10.04.01 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

21. LEI MUNICIPAL Nº 1.980, DE 07/06/2001

AUTORIZA RECONHECER E PAGAR DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2000, SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

22. LEI MUNICIPAL Nº 1.981, DE 21/06/2001

AUTORIZA REPASSE FINANCEIRO PARA A SOCIEDADE BENEFICENTE BOM SAMARITANO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ - SC, AUTORIZA INCLUIR DESPESA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

23. LEI MUNICIPAL Nº 1.984, DE 08/08/2001

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

24. LEI MUNICIPAL Nº 1.986, DE 08/08/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

25. LEI MUNICIPAL Nº 1.989, DE 22/08/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

26. LEI MUNICIPAL Nº 1.991, DE 22/08/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

27. LEI MUNICIPAL Nº 1.995, DE 29/08/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

28. LEI MUNICIPAL Nº 1.997, DE 18/09/2001

AUTORIZA A PARCELAR DÉBITO JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

29. LEI MUNICIPAL Nº 1.998, DE 18/09/2001

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O PERÍODO DE 2002 A 2005. (vigência esgotada)

30. LEI MUNICIPAL Nº 2.002, DE 24/09/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

31. LEI MUNICIPAL Nº 2.003, DE 28/09/2001

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

32. LEI MUNICIPAL Nº 2.005, DE 28/09/2001

AUTORIZA INCLUIR DESPESAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VIGENTE, LEI MUNICIPAL Nº 1.931/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

33. LEI MUNICIPAL Nº 2.010, DE 18/10/2001

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

34. LEI MUNICIPAL Nº 2.011, DE 18/10/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

35. LEI MUNICIPAL Nº 2.014, DE 25/10/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO

ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

36. LEI MUNICIPAL Nº 2.015, DE 25/10/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

37. LEI MUNICIPAL Nº 2.016, DE 29/10/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

38. LEI MUNICIPAL Nº 2.017, DE 05/11/2001

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

39. LEI MUNICIPAL Nº 2.022, DE 19/11/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

40. LEI MUNICIPAL Nº 2.024, DE 05/12/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

41. LEI MUNICIPAL Nº 2.026, DE 13/12/2001

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O EXERCÍCIO DE 2002. (vigência esgotada)

42. LEI MUNICIPAL Nº 2.032, DE 17/12/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

43. LEI MUNICIPAL Nº 2.033, DE 17/12/2001

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

44. LEI MUNICIPAL Nº 2.034, DE 17/12/2001

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

45. LEI MUNICIPAL Nº 2.035, DE 17/12/2001

AUTORIZA SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

46. LEI MUNICIPAL Nº 2.037, DE 26/12/2001

INCLUI METAS NO PLANO PLURIANUAL LEI MUNICIPAL Nº 1.998 DE 18 DE SETEMBRO DE 2001 PARA O PERÍODO DE 2002 A 2005 E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 2.017 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

47. LEI MUNICIPAL Nº 2.042, DE 26/12/2001

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.026 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

48. LEI MUNICIPAL Nº 2.043, DE 01/03/2002

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

49. LEI MUNICIPAL Nº 2.051, DE 20/03/2002

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA ATINGIDOS PELA ESTIAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

50. LEI MUNICIPAL Nº 2.053, DE 26/03/2002

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

51. LEI MUNICIPAL Nº 2.054, DE 26/03/2002

INCLUI METAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

52. LEI MUNICIPAL Nº 2.056, DE 10/04/2002



AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

53. LEI MUNICIPAL Nº 2.063, DE 22/04/2002

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

54. LEI MUNICIPAL Nº 2.065, DE 22/04/2002

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E REDUZ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

55. LEI MUNICIPAL Nº 2.070, DE 02/05/2002

INCLUI METAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

56. LEI MUNICIPAL Nº 2.075, DE 06/06/2002

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

57. LEI MUNICIPAL Nº 2.079, DE 06/09/2002

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

58. LEI MUNICIPAL Nº 2.084, DE 16/10/2002

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

59. LEI MUNICIPAL Nº 2.091, DE 26/11/2002

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

60. LEI MUNICIPAL Nº 2.093, DE 09/12/2002

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003. (vigência esgotada)

61. LEI MUNICIPAL Nº 2.100, DE 16/12/2002

INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

62. LEI MUNICIPAL Nº 2.101, DE 16/12/2002

AUTORIZA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER EMERGENCIAL, POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

63. LEI MUNICIPAL Nº 2.105, DE 10/03/2003

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

64. LEI MUNICIPAL Nº 2.106, DE 10/03/2003

INCLUI METAS NO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2002 À 2005 E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

65. LEI MUNICIPAL Nº 2.110, DE 24/03/2003

AUTORIZA CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

66. LEI MUNICIPAL Nº 2.111, DE 26/03/2003

AUTORIZA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

67. LEI MUNICIPAL Nº 2.113, DE 07/04/2003

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

68. LEI MUNICIPAL Nº 2.117, DE 16/04/2003

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

69. LEI MUNICIPAL Nº 2.118, DE 16/04/2003

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA/FIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

70. LEI MUNICIPAL Nº 2.121, DE 05/05/2003

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

71. LEI MUNICIPAL Nº 2.126, DE 26/05/2003

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

72. LEI MUNICIPAL Nº 2.147, DE 13/11/2003

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

73. LEI MUNICIPAL Nº 2.148, DE 18/11/2003

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

74. LEI MUNICIPAL Nº 2.151, DE 15/12/2003

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004. (vigência esgotada)

75. LEI MUNICIPAL Nº 2.157, DE 15/12/2003

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

76. LEI MUNICIPAL Nº 2.158, DE 15/12/2003

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

77. LEI MUNICIPAL Nº 2.159, DE 15/12/2003

ALTERA A REDAÇÃO, ACRESCENTA E RENUMERA PARÁGRAFO DO ARTIGO 65 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.369 DE 1º DE MARÇO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 001, de 11.04.2006)

78. LEI MUNICIPAL Nº 2.164, DE 02/03/2004

ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 31 DA LEI MUNICIPAL Nº 2023/01 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.732, de 08.11.2011)

79. LEI MUNICIPAL Nº 2.170, DE 29/03/2004

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, AGENTES POLÍTICOS E VEREADORES DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

80. LEI MUNICIPAL Nº 2.172, DE 31/05/2004

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, PARA O PERÍODO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.184, de 30.06.2004)

81. LEI MUNICIPAL Nº 2.173, DE 31/05/2004

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2005 A 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.185, de 30.06.2004)

82. LEI MUNICIPAL Nº 2.178, DE 26/05/2004

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

83. LEI MUNICIPAL Nº 2.184, DE 30/06/2004

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, PARA O PERÍODO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.443, de 28.03.2008)

84. LEI MUNICIPAL Nº 2.185, DE 30/06/2004

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2005 A 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.442, de 28.03.2008)

85. LEI MUNICIPAL Nº 2.196, DE 23/11/2004

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

86. LEI MUNICIPAL Nº 2.197, DE 08/12/2004

SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

87. LEI MUNICIPAL Nº 2.198, DE 08/12/2004  
SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

88. LEI MUNICIPAL Nº 2.199, DE 08/12/2004  
SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" NO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

89. LEI MUNICIPAL Nº 2.200, DE 08/12/2004  
SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

90. LEI MUNICIPAL Nº 2.201, DE 08/12/2004  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

91. LEI MUNICIPAL Nº 2.202, DE 08/12/2004  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

92. LEI MUNICIPAL Nº 2.203, DE 13/12/2004  
ISENTA TAXA DE CONSUMO DE AGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

93. LEI MUNICIPAL Nº 2.205, DE 13/12/2004  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2005. (vigência esgotada)

94. LEI MUNICIPAL Nº 2.206, DE 13/12/2004  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

95. LEI MUNICIPAL Nº 2.214, DE 11/01/2005  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

96. LEI MUNICIPAL Nº 2.217, DE 04/03/2005  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

97. LEI MUNICIPAL Nº 2.223, DE 18/03/2005  
CORRIGE DIFERENÇA SALARIAL, EQUIPARA SALÁRIO DO CARGO DE ESCRITURÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 002, de 20.04.2006)

98. LEI MUNICIPAL Nº 2.226, DE 01/04/2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - FUNDEAGRO, NO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

99. LEI MUNICIPAL Nº 2.227, DE 01/04/2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

100. LEI MUNICIPAL Nº 2.237, DE 29/04/2005  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

101. LEI MUNICIPAL Nº 2.238, DE 29/04/2005  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR AUXÍLIO EMERGENCIAL EM FUNÇÃO DA ESTIAGEM, AOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

102. LEI MUNICIPAL Nº 2.239, DE 29/04/2005  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER SERVIDOR EFETIVO PARA O FÓRUM DA COMARCA DE ITAPIRANGA E CONSELHO TUTELAR, INCLUI METAS NO PPA E LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

103. LEI MUNICIPAL Nº 2.245, DE 20/05/2005  
CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, BOLSISTAS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

104. LEI MUNICIPAL Nº 2.246, DE 03/06/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

105. LEI MUNICIPAL Nº 2.248, DE 10/06/2005  
INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

106. LEI MUNICIPAL Nº 2.249, DE 24/06/2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

107. LEI MUNICIPAL Nº 2.251, DE 24/06/2005  
INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

108. LEI MUNICIPAL Nº 2.252, DE 24/06/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

109. LEI MUNICIPAL Nº 2.253, DE 05/07/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

110. LEI MUNICIPAL Nº 2.256, DE 19/08/2005  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2005. (vigência esgotada)

111. LEI MUNICIPAL Nº 2.260, DE 16/09/2005  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

112. LEI MUNICIPAL Nº 2.261, DE 16/09/2005  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

113. LEI MUNICIPAL Nº 2.263, DE 14/10/2005  
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2006 A 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

114. LEI MUNICIPAL Nº 2.266, DE 14/10/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

115. LEI MUNICIPAL Nº 2.268, DE 04/11/2005  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2006. (vigência esgotada)

116. LEI MUNICIPAL Nº 2.269, DE 25/11/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

117. LEI MUNICIPAL Nº 2.270, DE 25/11/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

118. LEI MUNICIPAL Nº 2.271, DE 25/11/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

119. LEI MUNICIPAL Nº 2.275, DE 25/11/2005  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - FUNDEAGRO, DO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

120. LEI MUNICIPAL Nº 2.281, DE 09/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

121. LEI MUNICIPAL Nº 2.282, DE 09/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

122. LEI MUNICIPAL Nº 2.285, DE 09/12/2005

SUPLEMENTA E REDUZ DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (vigência esgotada)

123. LEI MUNICIPAL Nº 2.286, DE 09/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

124. LEI MUNICIPAL Nº 2.287, DE 09/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DA "PREVISÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO", NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

125. LEI MUNICIPAL Nº 2.288, DE 16/12/2005

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006. (vigência esgotada)

126. LEI MUNICIPAL Nº 2.289, DE 16/12/2005

INTEGRA OS FUNDOS MUNICIPAIS À CONTABILIDADE GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

127. LEI MUNICIPAL Nº 2.291, DE 16/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

128. LEI MUNICIPAL Nº 2.292, DE 28/12/2005

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

## **LEI MUNICIPAL N. 2.964, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

LEI MUNICIPAL N. 2.964, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA RELATIVAS AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS ANOS 2006 A 2010.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam formalmente revogadas por consolidação as Leis Municipais a seguir mencionadas e devidamente identificadas no Anexo Único da presente Lei:

nºs 2.298/2006; 2.303/2006; 2.309/2006; 2.313/2006; 2.315/2006; 2.319/2006; 2.320/2006; 2.325/2006; 2.326/2006; 2.330/2006; 2.333/2006; 2.335/2006; 2.336/2006; 2.337/2006; 2.338/2006; 2.339/2006; 2.340/2006; 2.341/2006; 2.349/2006; 2.350/2006; 2.351/2006; 2.352/2006; 2.353/2006; 2.357/2006; 2.360/2006; 2.362/2006; 2.363/2006; 2.364/2006; 2.365/2006; 2.366/2007; 2.367/2007; 2.368/2007; 2.372/2007; 2.375/2007; 2.376/2007; 2.379/2007; 2.382/2007; 2.386/2007; 2.387/2007; 2.389/2007; 2.394/2007; 2.403/2007; 2.406/2007; 2.413/2007; 2.414/2007; 2.415/2007; 2.417/2007; 2.419/2007; 2.420/2007; 2.422/2007; 2.428/2007; 2.430/2007; 2.433/2007; 2.434/2007; 2.435/2007; 2.436/2007; 2.437/2008; 2.439/2008; 2.440/2008; 2.441/2008; 2.442/2008; 2.443/2008; 2.445/2008; 2.447/2008; 2.448/2008; 2.451/2008; 2.453/2008; 2.457/2008; 2.459/2008; 2.462/2008; 2.463/2008; 2.464/2008; 2.465/2008; 2.466/2008; 2.468/2008; 2.469/2008; 2.471/2008; 2.472/2008; 2.473/2008; 2.476/2008; 2.478/2008; 2.482/2008; 2.483/2008; 2.486/2008;

2.489/2008; 2.490/2008; 2.491/2008; 2.498/2008; 2.499/2008; 2.501/2008; 2.502/2008; 2.505/2008; 2.508/2008; 2.509/2008; 2.510/2008; 2.512/2009; 2.513/2009; 2.514/2009; 2.515/2009; 2.518/2009; 2.519/2009; 2.520/2009; 2.524/2009; 2.530/2009; 2.532/2009; 2.534/2009; 2.535/2009; 2.537/2009; 2.545/2009; 2.550/2009; 2.552/2009; 2.557/2009; 2.558/2009; 2.561/2009; 2.564/2009; 2.567/2009; 2.568/2009; 2.571/2009; 2.572/2009; 2.573/2009; 2.574/2009; 2.578/2009; 2.579/2009; 2.582/2009; 2.585/2009; 2.586/2009; 2.587/2009; 2.588/2009; 2.589/2009; 2.598/2009; 2.602/2010; 2.608/2010; 2.620/2010; 2.626/2010; 2.627/2010; 2.628/2010; 2.639/2010; 2.640/2010; 2.641/2010; 2.646/2010; 2.647/2010; 2.649/2010; 2.650/2010; 2.653/2010 e 2.654/2010.

Parágrafo único. A revogação das leis de que trata o caput deste artigo decorrem em atendimento à consolidação das leis municipais de Itapiranga, tendo em vista a sua inaplicabilidade.

Art. 2º Fica ressalvada a integralidade dos direitos decorrentes da aplicação das leis revogadas pelo art. 1º, incluindo aqueles oriundos de decisões judiciais amparadas nas referidas Leis por esta revogadas, expressamente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios  
ANEXO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL N. 2.964, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

1. LEI MUNICIPAL Nº 2.298, DE 21/03/2006

INCLUI META/AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

2. LEI MUNICIPAL Nº 2.303, DE 28/03/2006

REFERENDA DECRETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 025, de 29.09.2009)

3. LEI MUNICIPAL Nº 2.309, DE 20/04/2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

4. LEI MUNICIPAL Nº 2.313, DE 24/04/2006

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS, BOLSISTAS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

5. LEI MUNICIPAL Nº 2.315, DE 16/05/2006

AUTORIZA LOCAÇÃO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

6. LEI MUNICIPAL Nº 2.319, DE 30/05/2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR CAMPANHA DE AUMENTO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SORTEIO E PREMIAÇÃO. (vigência esgotada)

7. LEI MUNICIPAL Nº 2.320, DE 30/05/2006

INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

8. LEI MUNICIPAL Nº 2.325, DE 29/06/2006

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

9. LEI MUNICIPAL Nº 2.326, DE 08/08/2006

REFERENDA DECRETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)



10. LEI MUNICIPAL Nº 2.330, DE 29/08/2006  
PRORROGA O PRAZO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

11. LEI MUNICIPAL Nº 2.333, DE 05/09/2006  
AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A CONTRAIR DÍVIDA PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

12. LEI MUNICIPAL Nº 2.335, DE 12/09/2006  
INCLUI META E FONTE DE RECURSOS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

13. LEI MUNICIPAL Nº 2.336, DE 12/09/2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO CONVÊNIO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

14. LEI MUNICIPAL Nº 2.337, DE 12/09/2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

15. LEI MUNICIPAL Nº 2.338, DE 12/09/2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

16. LEI MUNICIPAL Nº 2.339, DE 19/09/2006  
INCLUI FONTE DE RECURSOS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

17. LEI MUNICIPAL Nº 2.340, DE 19/09/2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC POR CONTA DO CONVÊNIO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

18. LEI MUNICIPAL Nº 2.341, DE 26/09/2006  
ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2006/2009, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

19. LEI MUNICIPAL Nº 2.349, DE 21/11/2006  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2007. (vigência esgotada)

20. LEI MUNICIPAL Nº 2.350, DE 21/11/2006  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE POR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

21. LEI MUNICIPAL Nº 2.351, DE 21/11/2006  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO CONVÊNIO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

22. LEI MUNICIPAL Nº 2.352, DE 21/11/2006  
SUPLEMENTA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO CONVÊNIO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

23. LEI MUNICIPAL Nº 2.353, DE 21/11/2006  
SUPLEMENTA O CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

24. LEI MUNICIPAL Nº 2.357, DE 28/11/2006  
ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 1.761, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.459, de 24.06.2008)

25. LEI MUNICIPAL Nº 2.360, DE 12/12/2006  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO

FINANCEIRO DE 2007. (vigência esgotada)

26. LEI MUNICIPAL Nº 2.362, DE 12/12/2006  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

27. LEI MUNICIPAL Nº 2.363, DE 12/12/2006  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

28. LEI MUNICIPAL Nº 2.364, DE 12/12/2006  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

29. LEI MUNICIPAL Nº 2.365, DE 12/12/2006  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

30. LEI MUNICIPAL Nº 2.366, DE 16/01/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

31. LEI MUNICIPAL Nº 2.367, DE 16/01/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

32. LEI MUNICIPAL Nº 2.368, DE 16/01/2007  
INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

33. LEI MUNICIPAL Nº 2.372, DE 06/03/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

34. LEI MUNICIPAL Nº 2.375, DE 27/03/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA-SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

35. LEI MUNICIPAL Nº 2.376, DE 27/03/2007  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

36. LEI MUNICIPAL Nº 2.379, DE 03/04/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA-SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

37. LEI MUNICIPAL Nº 2.382, DE 13/04/2007  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE COMPRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS NOVOS, MEDIANTE PROCESSO LICITATÓRIO, COM PAGAMENTO PARCELADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

38. LEI MUNICIPAL Nº 2.386, DE 24/04/2007  
INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

39. LEI MUNICIPAL Nº 2.387, DE 24/04/2007  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA-SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

40. LEI MUNICIPAL Nº 2.389, DE 15/05/2007  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR CAMPANHA DE AUMENTO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SORTEIO E PREMIAÇÃO. (vigência esgotada)

41. LEI MUNICIPAL Nº 2.394, DE 29/05/2007  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA-SC, EXERCÍCIO DE

2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

42. LEI MUNICIPAL Nº 2.403, DE 18/07/2007

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA-SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

43. LEI MUNICIPAL Nº 2.406, DE 04/09/2007

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

44. LEI MUNICIPAL Nº 2.413, DE 02/10/2007

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

45. LEI MUNICIPAL Nº 2.414, DE 02/10/2007

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

46. LEI MUNICIPAL Nº 2.415, DE 02/10/2007

SUPLEMENTA O CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

47. LEI MUNICIPAL Nº 2.417, DE 09/10/2007

ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2006/2009, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

48. LEI MUNICIPAL Nº 2.419, DE 16/10/2007

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

49. LEI MUNICIPAL Nº 2.420, DE 16/10/2007

SUPLEMENTA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

50. LEI MUNICIPAL Nº 2.422, DE 20/11/2007

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2008. (vigência esgotada)

51. LEI MUNICIPAL Nº 2.428, DE 04/12/2007

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008. (vigência esgotada)

52. LEI MUNICIPAL Nº 2.430, DE 04/12/2007

INCLUI E ALTERA METAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO, PARA O EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

53. LEI MUNICIPAL Nº 2.433, DE 11/12/2007

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2008 E SUBSEQUENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

54. LEI MUNICIPAL Nº 2.434, DE 11/12/2007

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

55. LEI MUNICIPAL Nº 2.435, DE 11/12/2007

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

56. LEI MUNICIPAL Nº 2.436, DE 11/12/2007

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

57. LEI MUNICIPAL Nº 2.437, DE 17/01/2008

AUTORIZA FIRMAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA ADMINISTRAÇÃO DOS

PAGAMENTOS DECORRENTES DOS CRÉDITOS RESULTANTES DA FOLHA DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

58. LEI MUNICIPAL Nº 2.439, DE 11/03/2008

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR CAMPANHA DE AUMENTO DA ARRECAÇÃO PRÓPRIA, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SORTEIO E PREMIAÇÃO. (vigência esgotada)

59. LEI MUNICIPAL Nº 2.440, DE 25/03/2008

INCLUI FONTE DE RECURSOS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

60. LEI MUNICIPAL Nº 2.441, DE 25/03/2008

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" DO EXERCÍCIO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

61. LEI MUNICIPAL Nº 2.442, DE 28/03/2008

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC PARA A LEGISLATURA 2009 A 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.780, de 26.06.2012)

62. LEI MUNICIPAL Nº 2.443, DE 28/03/2008

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, PARA O PERÍODO DE JANEIRO DE 2009 A DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.781, de 26.06.2012)

63. LEI MUNICIPAL Nº 2.445, DE 29/04/2008

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

64. LEI MUNICIPAL Nº 2.447, DE 29/04/2008

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

65. LEI MUNICIPAL Nº 2.448, DE 29/04/2008

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A SOCIEDADE HOSPITALAR ITAPIRANGA LTDA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

66. LEI MUNICIPAL Nº 2.451, DE 14/05/2008

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

67. LEI MUNICIPAL Nº 2.453, DE 27/05/2008

SUPLEMENTA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

68. LEI MUNICIPAL Nº 2.457, DE 18/06/2008

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" DO EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

69. LEI MUNICIPAL Nº 2.459, DE 24/06/2008

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.761, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI Nº 2.357, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (Revogada tacitamente pela Lei Municipal nº 2.819, de 15.03.2013)

70. LEI MUNICIPAL Nº 2.462, DE 26/06/2008

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" DO EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

71. LEI MUNICIPAL Nº 2.463, DE 01/07/2008

INCLUI FONTE DE RECURSOS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)



72. LEI MUNICIPAL Nº 2.464, DE 01/07/2008  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" DO EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

73. LEI MUNICIPAL Nº 2.465, DE 01/07/2008  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" DO EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

74. LEI MUNICIPAL Nº 2.466, DE 01/07/2008  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

75. LEI MUNICIPAL Nº 2.468, DE 19/08/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

76. LEI MUNICIPAL Nº 2.469, DE 19/08/2008  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

77. LEI MUNICIPAL Nº 2.471, DE 26/08/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

78. LEI MUNICIPAL Nº 2.472, DE 26/08/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

79. LEI MUNICIPAL Nº 2.473, DE 26/08/2008  
SUPLEMENTA O CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

80. LEI MUNICIPAL Nº 2.476, DE 16/09/2008  
INCLUI AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2008, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

81. LEI MUNICIPAL Nº 2.478, DE 14/10/2008  
ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2006/2009, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

82. LEI MUNICIPAL Nº 2.482, DE 29/10/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

83. LEI MUNICIPAL Nº 2.483, DE 29/10/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

84. LEI MUNICIPAL Nº 2.486, DE 04/11/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

85. LEI MUNICIPAL Nº 2.489, DE 04/11/2008  
ALTERA METAS E ANEXOS DA LEI Nº 2.478, DE 14 DE OUTUBRO DE 2008, PPA - PLANO PLURIANUAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2006 A 2009, DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

86. LEI MUNICIPAL Nº 2.490, DE 04/11/2008  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

87. LEI MUNICIPAL Nº 2.491, DE 11/11/2008  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO

MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2009. (vigência esgotada)

88. LEI MUNICIPAL Nº 2.498, DE 02/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

89. LEI MUNICIPAL Nº 2.499, DE 02/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

90. LEI MUNICIPAL Nº 2.501, DE 02/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO 2008 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

91. LEI MUNICIPAL Nº 2.502, DE 02/12/2008  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. (vigência esgotada)

92. LEI MUNICIPAL Nº 2.505, DE 09/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

93. LEI MUNICIPAL Nº 2.508, DE 16/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

94. LEI MUNICIPAL Nº 2.509, DE 17/12/2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

95. LEI MUNICIPAL Nº 2.510, DE 29/12/2008  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

96. LEI MUNICIPAL Nº 2.512, DE 17/02/2009  
INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL - PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E NA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL - LOA, PARA O EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

97. LEI MUNICIPAL Nº 2.513, DE 17/02/2009  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO CONVÊNIO Nº 82/MDS/2006 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

98. LEI MUNICIPAL Nº 2.514, DE 17/02/2009  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

99. LEI MUNICIPAL Nº 2.515, DE 17/02/2009  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

100. LEI MUNICIPAL Nº 2.518, DE 03/03/2009  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

101. LEI MUNICIPAL Nº 2.519, DE 03/03/2009  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

102. LEI MUNICIPAL Nº 2.520, DE 03/03/2009  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

103. LEI MUNICIPAL Nº 2.524, DE 14/04/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

104. LEI MUNICIPAL Nº 2.530, DE 14/04/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

105. LEI MUNICIPAL Nº 2.532, DE 22/04/2009

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" DO CONTRATO Nº 0258835-32/2008 E DO CONTRATO 0243923-81/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

106. LEI MUNICIPAL Nº 2.534, DE 05/05/2009

INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL - PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E NA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL - LOA, PARA O EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

107. LEI MUNICIPAL Nº 2.535, DE 05/05/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

108. LEI MUNICIPAL Nº 2.537, DE 19/05/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

109. LEI MUNICIPAL Nº 2.545, DE 02/06/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

110. LEI MUNICIPAL Nº 2.550, DE 16/06/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

111. LEI MUNICIPAL Nº 2.552, DE 23/06/2009

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

112. LEI MUNICIPAL Nº 2.557, DE 04/08/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

113. LEI MUNICIPAL Nº 2.558, DE 11/08/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

114. LEI MUNICIPAL Nº 2.561, DE 25/08/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

115. LEI MUNICIPAL Nº 2.564, DE 29/09/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" DOS CONTRATOS Nº 0265268-25/2008 E 0266048-71/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

116. LEI MUNICIPAL Nº 2.567, DE 29/09/2009

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO DE 2010 A 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

117. LEI MUNICIPAL Nº 2.568, DE 06/10/2009

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

118. LEI MUNICIPAL Nº 2.571, DE 06/10/2009

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

119. LEI MUNICIPAL Nº 2.572, DE 06/10/2009

INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

120. LEI MUNICIPAL Nº 2.573, DE 06/10/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

121. LEI MUNICIPAL Nº 2.574, DE 06/10/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

122. LEI MUNICIPAL Nº 2.578, DE 20/10/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

123. LEI MUNICIPAL Nº 2.579, DE 20/10/2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

124. LEI MUNICIPAL Nº 2.582, DE 10/11/2009

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2010. (vigência esgotada)

125. LEI MUNICIPAL Nº 2.585, DE 24/11/2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, EXERCÍCIO 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

126. LEI MUNICIPAL Nº 2.586, DE 01/12/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010. (vigência esgotada)

127. LEI MUNICIPAL Nº 2.587, DE 08/12/2009

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

128. LEI MUNICIPAL Nº 2.588, DE 08/12/2009

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

129. LEI MUNICIPAL Nº 2.589, DE 08/12/2009

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

130. LEI MUNICIPAL Nº 2.598, DE 23/12/2009

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

131. LEI MUNICIPAL Nº 2.602, DE 09/04/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA - ACETI, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO CONJUNTA DAS PARTES PARA REALIZAÇÃO DA OKTOBERFEST/2010, EM ITAPIRANGA S/C. (vigência esgotada)

132. LEI MUNICIPAL Nº 2.608, DE 23/03/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO AUTORIZADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

133. LEI MUNICIPAL Nº 2.620, DE 08/06/2010

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.602, DE 09 DE ABRIL DE

2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

134. LEI MUNICIPAL Nº 2.626, DE 17/08/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

135. LEI MUNICIPAL Nº 2.627, DE 24/08/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

136. LEI MUNICIPAL Nº 2.628, DE 14/09/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

137. LEI MUNICIPAL Nº 2.639, DE 11/11/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

138. LEI MUNICIPAL Nº 2.640, DE 11/11/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

139. LEI MUNICIPAL Nº 2.641, DE 03/12/2010

ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2010/2013, PARA OS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2011, 2012, 2013 DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

140. LEI MUNICIPAL Nº 2.646, DE 14/12/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

141. LEI MUNICIPAL Nº 2.647, DE 14/12/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

142. LEI MUNICIPAL Nº 2.649, DE 21/12/2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2011. (vigência esgotada)

143. LEI MUNICIPAL Nº 2.650, DE 21/12/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. (vigência esgotada)

144. LEI MUNICIPAL Nº 2.653, DE 21/12/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

145. LEI MUNICIPAL Nº 2.654, DE 21/12/2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

## LEI MUNICIPAL N. 2.965, DE 10 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N. 2.965, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Revoga as Leis Municipais que especifica relativas ao período compreendido entre os anos 2011 a 2013.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Ficam formalmente revogadas por consolidação as Leis Municipais a seguir mencionadas e devidamente identificadas no Anexo Único da presente Lei:

nºs 2.655/2011; 2.656/2011; 2.657/2011; 2.658/2011; 2.659/2011; 2.668/2011; 2.670/2011; 2.674/2011; 2.677/2011; 2.678/2011; 2.679/2011; 2.684/2011; 2.685/2011; 2.689/2011; 2.694/2011; 2.698/2011; 2.699/2011; 2.700/2011; 2.701/2011; 2.704/2011; 2.707/2011; 2.708/2011; 2.710/2011; 2.720/2011; 2.721/2011; 2.724/2011; 2.725/2011; 2.727/2011; 2.728/2011; 2.730/2011; 2.731/2011; 2.733/2011; 2.735/2011; 2.736/2011; 2.737/2011; 2.738/2011; 2.740/2011; 2.741/2011; 2.746/2011; 2.747/2011; 2.748/2011; 2.754/2012; 2.757/2012; 2.760/2012; 2.761/2012; 2.762/2012; 2.767/2012; 2.769/2012; 2.770/2012; 2.773/2012; 2.777/2012; 2.782/2012; 2.783/2012; 2.785/2012; 2.786/2012; 2.787/2012; 2.788/2012; 2.789/2012; 2.790/2012; 2.791/2012; 2.792/2012; 2.793/2012; 2.794/2012; 2.795/2012; 2.796/2012; 2.797/2012; 2.798/2012; 2.801/2012; 2.802/2012; 2.803/2012; 2.807/2012; 2.808/2012; 2.809/2012; 2.813/2013; 2.817/2013; 2.818/2013; 2.821/2013; 2.822/2013; 2.823/2013; 2.825/2013; 2.829/2013; 2.835/2013; 2.839/2013; 2.840/2013; 2.843/2013; 2.846/2013; 2.849/2013; 2.851/2013; 2.852/2013; 2.855/2013; 2.856/2013; 2.860/2013; 2.862/2013; 2.864/2013; 2.865/2013; 2.866/2013; 2.869/2013; 2.870/2013; 2.871/2013; 2.872/2013; 2.874/2013; 2.876/2013; 2.877/2013; 2.879/2013; 2.883/2013; 2.885/2013; 2.886/2013; 2.893/2013 e 2.894/2013.

Parágrafo único. A revogação das leis de que trata o caput deste artigo decorrem em atendimento à consolidação das leis municipais de Itapiranga, tendo em vista a sua inaplicabilidade.

Art. 2º Fica ressalvada a integralidade dos direitos decorrentes da aplicação das leis revogadas pelo art. 1º, incluindo aqueles oriundos de decisões judiciais amparadas nas referidas Leis por esta revogadas, expressamente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Itapiranga - SC, 10 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

ANEXO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL N. 2.965, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

1. LEI MUNICIPAL Nº 2.655, DE 19/01/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" DE RECURSO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

2. LEI MUNICIPAL Nº 2.656, DE 19/01/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DE "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)



3. LEI MUNICIPAL Nº 2.657, DE 19/01/2011  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DE "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

4. LEI MUNICIPAL Nº 2.658, DE 19/01/2011  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" DE RECURSO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

5. LEI MUNICIPAL Nº 2.659, DE 19/01/2011  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DE "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

6. LEI MUNICIPAL Nº 2.668, DE 15/03/2011  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" DO EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

7. LEI MUNICIPAL Nº 2.670, DE 22/03/2011  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" DE RECURSO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

8. LEI MUNICIPAL Nº 2.674, DE 05/04/2011  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" DO EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

9. LEI MUNICIPAL Nº 2.677, DE 03/05/2011  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

10. LEI MUNICIPAL Nº 2.678, DE 03/05/2011  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" DE RECURSO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

11. LEI MUNICIPAL Nº 2.679, DE 03/05/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

12. LEI MUNICIPAL Nº 2.684, DE 24/05/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO", VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

13. LEI MUNICIPAL Nº 2.685, DE 24/05/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA - ACETI, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO CONJUNTA DAS PARTES PARA REALIZAÇÃO DA OKTOBERFEST/2011, EM ITAPIRANGA S/C. (vigência esgotada)

14. LEI MUNICIPAL Nº 2.689, DE 21/06/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

15. LEI MUNICIPAL Nº 2.694, DE 05/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

16. LEI MUNICIPAL Nº 2.698, DE 12/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

17. LEI MUNICIPAL Nº 2.699, DE 12/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

18. LEI MUNICIPAL Nº 2.700, DE 12/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

19. LEI MUNICIPAL Nº 2.701, DE 12/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

20. LEI MUNICIPAL Nº 2.704, DE 15/07/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, POR CONTA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO AUTORIZADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

21. LEI MUNICIPAL Nº 2.707, DE 09/08/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

22. LEI MUNICIPAL Nº 2.708, DE 09/08/2011  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

23. LEI MUNICIPAL Nº 2.710, DE 24/08/2011  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

24. LEI MUNICIPAL Nº 2.720, DE 27/09/2011  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

25. LEI MUNICIPAL Nº 2.721, DE 04/10/2011  
ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2010/2013, PARA OS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012, 2013 DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

26. LEI MUNICIPAL Nº 2.724, DE 11/10/2011  
SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

27. LEI MUNICIPAL Nº 2.725, DE 11/10/2011  
INCLUI META NO PLANO PLURIANUAL PERÍODO DE 2010 A 2013, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO VIGENTE, AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA EXERCÍCIO DE 2011 E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

28. LEI MUNICIPAL Nº 2.727, DE 18/10/2011

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

29. LEI MUNICIPAL Nº 2.728, DE 18/10/2011

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

30. LEI MUNICIPAL Nº 2.730, DE 01/11/2011

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2012. (vigência esgotada)

31. LEI MUNICIPAL Nº 2.731, DE 01/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

32. LEI MUNICIPAL Nº 2.733, DE 08/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

33. LEI MUNICIPAL Nº 2.735, DE 29/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

34. LEI MUNICIPAL Nº 2.736, DE 29/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

35. LEI MUNICIPAL Nº 2.737, DE 29/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

36. LEI MUNICIPAL Nº 2.738, DE 29/11/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

37. LEI MUNICIPAL Nº 2.740, DE 06/12/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

38. LEI MUNICIPAL Nº 2.741, DE 06/12/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

39. LEI MUNICIPAL Nº 2.746, DE 20/12/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. (vigência esgotada)

40. LEI MUNICIPAL Nº 2.747, DE 20/12/2011

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

41. LEI MUNICIPAL Nº 2.748, DE 20/12/2011

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

42. LEI MUNICIPAL Nº 2.754, DE 10/01/2012

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI CONSTANTE DO PPA - PLANO

PLURIANUAL, DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E DA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, EXERCÍCIO DE 2012. (vigência esgotada)

43. LEI MUNICIPAL Nº 2.757, DE 23/02/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO", EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

44. LEI MUNICIPAL Nº 2.760, DE 06/03/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

45. LEI MUNICIPAL Nº 2.761, DE 13/03/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

46. LEI MUNICIPAL Nº 2.762, DE 13/03/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

47. LEI MUNICIPAL Nº 2.767, DE 24/04/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

48. LEI MUNICIPAL Nº 2.769, DE 02/05/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

49. LEI MUNICIPAL Nº 2.770, DE 08/05/2012

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA NO EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

50. LEI MUNICIPAL Nº 2.773, DE 15/05/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

51. LEI MUNICIPAL Nº 2.777, DE 12/06/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

52. LEI MUNICIPAL Nº 2.782, DE 03/07/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

53. LEI MUNICIPAL Nº 2.783, DE 03/07/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

54. LEI MUNICIPAL Nº 2.785, DE 17/07/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

55. LEI MUNICIPAL Nº 2.786, DE 06/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" E DÁ



OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

56. LEI MUNICIPAL Nº 2.787, DE 06/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

57. LEI MUNICIPAL Nº 2.788, DE 07/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

58. LEI MUNICIPAL Nº 2.789, DE 07/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

59. LEI MUNICIPAL Nº 2.790, DE 14/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

60. LEI MUNICIPAL Nº 2.791, DE 14/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

61. LEI MUNICIPAL Nº 2.792, DE 14/08/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR OS SEGUINTE CRÉDITOS ESPECIAIS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

62. LEI MUNICIPAL Nº 2.793, DE 25/09/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

63. LEI MUNICIPAL Nº 2.794, DE 02/10/2012

ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2010/2013, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

64. LEI MUNICIPAL Nº 2.795, DE 16/10/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

65. LEI MUNICIPAL Nº 2.796, DE 13/11/2012

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2013. (vigência esgotada)

66. LEI MUNICIPAL Nº 2.797, DE 13/11/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

67. LEI MUNICIPAL Nº 2.798, DE 23/11/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

68. LEI MUNICIPAL Nº 2.801, DE 27/11/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

69. LEI MUNICIPAL Nº 2.802, DE 27/11/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

70. LEI MUNICIPAL Nº 2.803, DE 04/12/2012

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013. (vigência esgotada)

71. LEI MUNICIPAL Nº 2.807, DE 18/12/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

72. LEI MUNICIPAL Nº 2.808, DE 18/12/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

73. LEI MUNICIPAL Nº 2.809, DE 18/12/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

74. LEI MUNICIPAL Nº 2.813, DE 20/02/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DA "PREVISÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

75. LEI MUNICIPAL Nº 2.817, DE 26/02/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

76. LEI MUNICIPAL Nº 2.818, DE 26/02/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DA "PREVISÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

77. LEI MUNICIPAL Nº 2.821, DE 19/03/2013

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DE ANEXOS CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL - PPA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, EXERCÍCIO DE 2013. (vigência esgotada)

78. LEI MUNICIPAL Nº 2.822, DE 19/03/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

79. LEI MUNICIPAL Nº 2.823, DE 19/03/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "SUPERÁVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

80. LEI MUNICIPAL Nº 2.825, DE 26/03/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

81. LEI MUNICIPAL Nº 2.829, DE 09/04/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DA "PREVISÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

82. LEI MUNICIPAL Nº 2.835, DE 07/05/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

83. LEI MUNICIPAL Nº 2.839, DE 21/05/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO

ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

84. LEI MUNICIPAL Nº 2.840, DE 21/05/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

85. LEI MUNICIPAL Nº 2.843, DE 11/06/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

86. LEI MUNICIPAL Nº 2.846, DE 02/07/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

87. LEI MUNICIPAL Nº 2.849, DE 09/07/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA - ACETI, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO CONJUNTA DAS PARTES PARA REALIZAÇÃO DA OKTOBERFEST/2013, EM ITAPIRANGA S/C. (vigência esgotada)

88. LEI MUNICIPAL Nº 2.851, DE 09/07/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR O CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

89. LEI MUNICIPAL Nº 2.852, DE 16/07/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

90. LEI MUNICIPAL Nº 2.855, DE 16/07/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

91. LEI MUNICIPAL Nº 2.856, DE 16/07/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

92. LEI MUNICIPAL Nº 2.860, DE 27/08/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

93. LEI MUNICIPAL Nº 2.862, DE 24/09/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

94. LEI MUNICIPAL Nº 2.864, DE 01/10/2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

95. LEI MUNICIPAL Nº 2.865, DE 08/10/2013

ALTERA A ALÍNEA "E" DO INCISO I, PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.849 DE 9 DE JULHO DE 2013. (vigência esgotada)

96. LEI MUNICIPAL Nº 2.866, DE 08/10/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, EXERCÍCIO DE 2013, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

97. LEI MUNICIPAL Nº 2.869, DE 25/10/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

98. LEI MUNICIPAL Nº 2.870, DE 25/10/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

99. LEI MUNICIPAL Nº 2.871, DE 25/10/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

100. LEI MUNICIPAL Nº 2.872, DE 05/11/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

101. LEI MUNICIPAL Nº 2.874, DE 12/11/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A ABRIR O SEGUINTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

102. LEI MUNICIPAL Nº 2.876, DE 19/11/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR O SEGUINTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

103. LEI MUNICIPAL Nº 2.877, DE 19/11/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR O SEGUINTE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

104. LEI MUNICIPAL Nº 2.879, DE 03/12/2013

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR O SEGUINTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

105. LEI MUNICIPAL Nº 2.883, DE 03/12/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

106. LEI MUNICIPAL Nº 2.885, DE 12/12/2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ABONO NATALINO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

107. LEI MUNICIPAL Nº 2.886, DE 17/12/2013

CONCEDE ABONO NATALINO AOS SERVIDORES ATIVOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

108. LEI MUNICIPAL Nº 2.893, DE 17/12/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

109. LEI MUNICIPAL Nº 2.894, DE 17/12/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (vigência esgotada)

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **CARTA CONVITE Nº 02/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TINTA, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenhariaº 02/2015

Processo Licitatório nº13/2015

Objeto. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TINTA, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA: Menor Preço por item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 20 de março de 2015 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 20 de março de 2015 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: [licitacao@ituporanga.sc.gov.br](mailto:licitacao@ituporanga.sc.gov.br)

Ituporanga, 12 de março de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeita em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INFORMÁTICA JUNIOR, INFORMÁTICA BÁSICA E MONTAGEM E MANUTENÇÃO CONFORME ANEXO DESCRITO NO EDITAL, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LAEPSC, INCLUINDO LANCHES PARA CADA ALUNO NO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº09/2015

Processo: 12/2015

Objeto. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INFORMÁTICA JUNIOR, INFORMÁTICA BÁSICA E MONTAGEM E MANUTENÇÃO CONFORME ANEXO DESCRITO NO EDITAL, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LAEPSC, INCLUINDO LANCHES PARA CADA ALUNO NO INTERVALO DAS AULAS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 25 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 25 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br)

Ituporanga,12 de março de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

### **PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK 30 MPA, PARA A PONTE DA ÁGUAS NEGRAS, PONTE DO RIO PERIMBÓ E OUTROS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº10/2015

Processo: 14/2015

Objeto. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK 30 MPA, PARA A PONTE DA ÁGUAS NEGRAS, PONTE DO RIO PERIMBÓ E OUTROS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 24 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br)

Ituporanga,12 de março de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 033 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 033 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 4.901,85 (Quatro mil, novecentos um reais e oitenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.06.0152(20) - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.901,85

TOTAL ..... R\$ 4.901,85

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Estadual de Saúde, no valor de 4.901,85 (Quatro mil, novecentos um reais e oitenta e cinco centavos), depositado na Agência 2192-X - Banco do Brasil e conta corrente n.º 63.583-9, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 034 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 034 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 650,03 (Seiscentos e cinquenta reais e três centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.06.0697(21) - Aplicações Diretas ..... R\$ 650,03

TOTAL ..... R\$ 650,03

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 650,03 (Seiscentos e cinquenta reais e três centavos), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624000-3, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 035 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº. 035 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 13.117,54 (Treze mil, cento e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.06.0697(22) - Aplicações Diretas... R\$ 13.117,54  
TOTAL ..... R\$ 13.117,54

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 13.117,54 (Treze mil, cento e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624003-8, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de fevereiro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **DECRETO Nº. 036 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 036 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 13.758,44 (Treze mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.023: Manutenção dos Programas de Saúde Pública  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.06.0697(23) - Aplicações Diretas....R\$ 13.758,44  
TOTAL ..... R\$ 13.758,44

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 13.758,44 (Treze mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624004-6, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de fevereiro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **DECRETO Nº. 037 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 037 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 18,98 (Dezoito reais e noventa e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0151(24) - Aplicações Diretas ..... R\$ 18,98  
TOTAL ..... R\$ 18,98

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, de Alienação de Bens no valor de R\$ 18,98 (Dezoito reais e noventa e oito centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 82.561-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de fevereiro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.



**DECRETO Nº. 038 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 038 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 9.272,22 (Nove mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.06.0697(25) - Aplicações Diretas ..... R\$ 9.272,22

TOTAL ..... R\$ 9.272,22

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 9.272,22 (Nove mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624001-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 25 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 039 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 039 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado do exercício de 2015, na importância de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.022: Construção, Ampliação Unidade, Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.06.0697(26) - Aplicações Diretas....R\$ 16.000,00

TOTAL ..... R\$ 16.000,00

Art. 2º - O recurso para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta do Convênio com a União, através do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), depositados na Agência 1084 - CEF e conta corrente n.º 624001-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 25 de fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 040 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 040 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

ESTABELECE FORMAS E PRAZOS DE PAGAMENTO NO CALENDÁRIO FISCAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao que determina a Lei nº. 035/91 (Código Tributário Municipal),

**DECRETA:**

Art. 1º. Os prazos e formas de pagamento dos tributos e taxas municipais, para o exercício financeiro de 2015 ficam estabelecidos conforme quadro abaixo:

**1. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

PARCELAS	DATA DE VENCIMENTO
Parcela Única com 30% (trinta por cento) de desconto	10/05/2015
1ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	10/05/2015
2ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	10/06/2015
3ª parcela c/ 20% (vinte por cento) de desconto	10/07/2015
1ª parcela s/ desconto	10/05/2015
2ª parcela s/ desconto	10/06/2015
3ª parcela s/ desconto	10/07/2015
4ª parcela s/ desconto	10/08/2015
5ª parcela s/ desconto	10/09/2015

**2. TAXA DE LICENÇA P/ LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Pagamento em Parcela Única s/ desconto 30/03/2015

**3. TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PREÇO PÚBLICO**

Descontos, prazos e formas de pagamento, idêntico aos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Art. 2º. As demais disposições sobre os Calendários Fiscais Municipal, que não coincidirem com este decreto e de que trata o decreto nº. 226/93, de 24.11.93, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Deverá o Diretor de Cadastro Tributação e Fiscalização, em parceria com o Diretor do Departamento de Finanças, tomar todas as providências necessárias cabíveis, para a cobrança no corrente exercício do ISSQN, quota fixa e variável, cabendo aos departamentos, estabelecerem prazos de pagamentos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 25 de fevereiro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **DECRETO Nº. 041 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 041 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 182.610,45 (Cento e oitenta e dois mil, seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE: 2.062 - Incentivos as Ações de Desenvolvimento Turístico

Modalidade de Aplicação: (105) - 3.3.90.00.00.0094 - Aplicações Diretas R\$ 182.610,45

TOTAL ..... R\$ 182.610,45

Art. 2º - O recurso destinado a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, ocorrerá por conta do recurso do convênio assinado com a União, por intermédio do Ministério do Turismo - MTur, conforme Convênio MTur n.º 813102/2014 no valor de R\$ 182.610,45(Cento e oitenta e dois mil, seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), objetivando a execução de ações relativas ao Projeto intitulado "Agregar valor ao destino turístico Jacinto Machado/SC por meio da Promoção da Produção Local da Rota Caminho dos Canyons", no município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 00.0094, acrescida ao Projeto/Atividade

2.062.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 25 de fevereiro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

#### **ERRATA - DECRETO Nº. 030-2015**

ERRATA

Na Publicação Legal do Decreto nº. 030/2015, publicado no dia 05/03/2015, onde lê-se:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), por conta de Operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, com sede no setor bancário sul, quadra 04, Lote 3/4, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, na forma prevista no Programa PRÓ TRANSPORTES PAC II no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Leia-se:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), por conta de Operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, com sede no setor bancário sul, quadra 04, Lote 3/4, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, na forma prevista no Programa PRÓ TRANSPORTES PAC II no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

#### **ERRATA - DECRETO Nº. 032-2015**

ERRATA

Na Publicação Legal do Decreto nº. 032/2015, publicado no dia 05/03/2015, onde lê-se:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 97.500,00(Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Leia-se:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 97.500,00(Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

# Joaçaba

## PREFEITURA

### AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório.

Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria de Infraestrutura, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 11 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - SECRETÁRIO

### AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa (Gerência de Transporte), sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório.

Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria de Infraestrutura, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 11 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Celso Felipe Bordin - Secretário

## IMPRES

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 03/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015/IMPRES

Compra Direta 01/2015/IMPRES

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC.

CONTRATADA: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER.

OBJETO: Prestação, pela contratada, de serviços técnicos especializados para a reestruturação do plano de benefícios do IMPRES, visando o equilíbrio atuarial.

VALOR CONTRATADO: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.065 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IMPRES

2 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0104 - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 02/03/2015.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora-Presidente IMPRES

## SIMAE

### TOMADA DE PREÇO 0002/2015

Licitação nº 0011/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0002/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0002/2015 - Licitação 0011/2015, tipo Menor Preço Global- Empreitada Por Preço Unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para execução de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares nos Bairros Jardim Itália e Anzolin, no município de Joaçaba, Rua Independência em Herval D'Oeste e Ligação entre as Ruas Teobaldo Horn e Rua José Pedro Martendal em Luzerna.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 06/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 06/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 12 de Março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**Lages****PREFEITURA****PP 18 E 19-2015 SMS E PE 04-2015 SMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 18-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Lubrificantes, Aditivos e filtros

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 07/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 44.393,59

Modalidade: PP 19-2015 SMS

Objeto: Prestação de Serviços de Higienização, Instalação e Manutenção de Condicionadores de Ar

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 24/04/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 81.195,68

Modalidade: PE 04-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Motocicletas para o Controle e Ações Contra a Dengue

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 08/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 27.239,01

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO Nº 02 CC 03-2015 PML****RERRATIFICAÇÃO Nº 02**

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA, DE 9.181,98 (NOVE MIL CENTO E OITENTA E UM UNIDADES E NOVENTA E OITO CENTÉSIMOS) DE UNIDADE DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - USIP, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PARA EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fizeram necessárias no edital em comento:

- No item 22 do edital e na cláusula sétima da minuta contratual, excluir o texto: "permanecer no estacionamento da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, quando não estiver executando serviços."

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 11 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº6/2015 FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº6/2015 FMS

PROCESSO Nº6/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Material de Expediente para atender durante o exercício de 2015 ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 11 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**LEI Nº 1.843/2015**

LEI Nº 1.843/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída na semana que compreende o dia 12 de agosto - Dia Internacional da Juventude, a SEMANA MUNICIPAL DA JUVENTUDE no âmbito do município de Lauro Müller, a ser comemorado anualmente, integrando-a no Calendário Oficial do Município.

Parágrafo Único - O evento comemorativo instituído no caput deste artigo visa integrar as ações educativas, culturais, esportivas, sociais e ambientais votadas para a juventude, desenvolvidas no município pelas organizações governamentais e não governamentais, em defesa do protagonismo juvenil.

Art. 2º - Durante o evento comemorativo da Semana Municipal da Juventude, será realizada a Conferência Municipal da Juventude, que deverá ser organizada pela Administração Municipal.

Art. 3º - Para as atividades referidas na presente lei, o Município poderá estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.



DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

### LEI Nº 1.844/2015

LEI Nº 1.844/2015 DE 09 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL E REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DOS QUADROS DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, DO HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder revisão salarial anual de 7,13% (Sete vírgula treze por cento), conforme o INPC (índice nacional de preços ao consumidor) do período de fevereiro/2014 a janeiro/2015, sobre o salário de todos os servidores municipais permanentes e comissionados, dos Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, do Hospital Municipal Henrique Lage, da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller e da Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo Único - Os percentuais de que trata esta lei, serão incidentes sobre os vencimentos do mês de Janeiro de 2015 e repassados a partir de Fevereiro de 2015.

Art. 2º - Fica incluído na reposição salarial de 7,13% (Sete vírgula treze por cento), conforme o INPC (índice nacional de preços ao consumidor), os cargos eletivos e equiparados, sendo estes: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal, Secretário Municipal Adjunto e Vereadores.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

### LEI Nº 1.845/2015

LEI Nº 1.845/2015 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a

repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), mediante a celebração de convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, com o objetivo de auxiliar na cooperação financeira das atividades de cunho educativo e social da entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº.1838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; 09.02 - Secretaria Municipal de Assistência Social - Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto de Atividade: 2.012 - Manutenção de Atenção Especial; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos  
CONVÊNIO Nº 001/20015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 83.818.328/0001-47, com sede na Rua Pe. Hercílio Capeller, nº 892, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Valdoir José Vitório, com CPF nº 652.167.179-00, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira das atividades de cunho educativo e social da APAE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAE de Lauro Müller/SC o valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo efetuado o repasse em até 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).



**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE**

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderá ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexequível, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

**CLAUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS**

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 09 de Março de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

VALDOIR JOSÉ VITÓRIO  
Presidente da APAE - LM

**TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28 /PMLM/2015**  
**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28 /PMLM/2015**

O Município de Lauro Muller, através da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, que houve alterações referente ao item 8.4 da documentação sendo incluído no mesmo o sub item 7.1.5.3.1) Os licitantes devem apresentar licença de funcionamento expedida pela vigilância sanitária estadual ou municipal, onde detem seu estabelecimento. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 10 de março de 2015

Leandro Stangherlin  
Pregoeiro.

**Lebon Regis****PREFEITURA****MUNICIPIO DE LEBON REGIS EXTRATO DE REAJUSTE CONTRATUAL CONTRATO Nº: 69/2013**

MUNICIPIO DE LEBON REGIS EXTRATO DE REAJUSTE CONTRATUAL Contrato Nº: 69/2013 licitação: TP3/2013. Objeto: Reajustado o valor mensal pago ao contratado no valor de 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) conforme rege o contrato da locação do referido imóvel na cidade de Lebon Régis, de propriedade do Contratado: LAURO ANTONIO FERLIN - 386.340.749-00. Com efeito retroativo a 01/01/2015. Lebon Régis, 10/03/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº19/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

Processo Licitatório nº19/2015 - Tomada de Preços nº01/2015

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis-SC, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global. Objeto: Locação de imóvel na cidade de Lebon Régis-SC, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, até as 09h00min do dia 30/03/2015. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastramento conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br. Mairon Leonam Ribeiro-Presidente. Lebon Régis, 11 de março de 2015.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****CONTRATO Nº 019/2015 - PMLL**

CONTRATO Nº 019/2015 - PMLL

Contratação de empresa especializada para realização de cursos de música, com carga horária de 20 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa GRAZIELI ERHARDT BURGER ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia SCT 486, SN, Bairro Centro, Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.775.499/0001-98, neste ato representada pela Senhora Grazieli Erhardt Burger, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 012/2015 - Processo Licitatório nº 015/2015, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação de empresa especializada para realização de cursos de música nas modalidades de acordeom, violão, teclado e canto, com carga horária de 20 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Leoberto Leal.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2015, devendo ser executados os cursos de música, com carga horária de 20 horas semanais, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses, mediante termo aditivo ao contrato, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado mensalmente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após a EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, através de depósito em conta bancária do Contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Acompanhar a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos, de acordo com o capítulo XIII, item 1, do Processo Licitatório nº 015/2015 - Pregão Presencial nº 012/2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Tributos Federais, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 09 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	GRAZIELI ERHARDT BURGER ME GRAZIELI ERHARDT BURGER Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

### **CONTRATO Nº 020/2015 - PMLL**

CONTRATO Nº 020/2015 - PMLL

"Contrato de Prestação de Serviços de Montagens de Boletins Semanais para Divulgação na Programação de Rádio Difusora"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa ALMIRO RENGEL 44540825968, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua José Paulino Clasen, nº 263, Bairro Faxinal da Vila Nova, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 20.173.496/0001-02, neste ato representado pelo Senhor Almiro Rengel, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 445.408.259-68, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços mensais, referentes à montagem de boletins semanais para divulgação na programação da emissora de Rádio Difusora.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR** - Por força do presente contrato a contratada se compromete a preparar publicidade de interesse do Município e montar boletins semanais para divulgação na programação da emissora de Rádio Difusora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO** - O presente contrato é assinado pelo prazo de 10 (dez) meses, no período de 10 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, a Contratante pagará o valor total de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), dividido em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais), mediante a apresentação de nota fiscal ou nota fiscal avulsa, com vencimento até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação

judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Quarta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - no que tange o contrato:

1- O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

2- em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regulares quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Tributos Federais, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 10 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	ALMIRO RENGEL 44540825968 ALMIRO RENGEL Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

### LEI N.º 1.130/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.130, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

"Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 136/99, e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Ao Quadro do Anexo IV da Lei Complementar nº 136/99, que trata sobre a Nominata de Cargos de provimento em comissão - Direção Magistério, acrescenta-se e cria-se o cargo:

Quantidade	Denominação	Nível	Vencimento em Reais
01	Diretor de Municipalização de Ensino	DASMA - 01	R\$ 1.900,08

Art. 2º A carga horária para o vencimento será de 40 (quarenta horas semanais), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º Para as demais especificações seguem as contidas na Lei Complementar nº 136/99, e outras que poderão ser regulamentadas através de Decreto.

Art. 4º As despesas com a execução ou decorrente desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento fiscal vigente.

Leoberto Leal, 11 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### LEI N.º 1.131/2015

LEI Nº 1.131, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA INSERVÍVEL O PRÉDIO DA UNIDADE ESCOLAR DO RIO JANZEN, AUTORIZA A REVERSÃO DO TERRENO E A DOAÇÃO DO MATERIAL"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado inservível o prédio da Unidade Escolar da Escola Municipal de Rio Janzen, Ribeirão dos Ovos, em face dos danos causados pelo desgaste natural em sua cobertura e paredes, podendo o Poder Executivo doar o material ao proprietário do imóvel ou a terceiros, conforme fotos anexas.

Art. 2º Fica autorizada a reversão ao atual proprietário do imóvel do terreno ocupado pela mencionada Unidade Escolar.

Art. 3º A desativação da Unidade Escolar de Rio Janzen há mais de 10 (dez) anos e o elevado custo de sua reforma justifica as preposições desta lei, sendo de acrescentar que o terreno não consta no Registro de Imóveis como demonstra a certidão em anexo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### LEI N.º 1.132/2015

LEI Nº 1.132, DE 11 DE MARÇO DE 2015

"INCLUI NO PLANO RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL A ESTRADA A SER DENOMINADA "RODOVIA LAURO BAUER" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Rodoviário do Município de Leoberto Leal, a Estrada na Localidade de Barra Grande, que passará a ser denominada "Rodovia Lauro Bauer".

Art. 2º A Rodovia acima mencionada, passará em divisa com os seguintes confrontantes: JAIR DE SOUZA - área total = 2.411,95m2,



com largura da pista de 6,00m; ERONI STEINHAUSER - área total = 768,36m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m; ONOFRE DE ANDRADE - área total = 3.237,35m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m e de 5,00m, no sentido da propriedade do Senhor Siderval Müller; SIDERVAL MÜLLER - área total = 689,18m<sup>2</sup>, com largura da pista de 5,00m; ANALIZA MARIAN BAUER - área total = 1.405,80m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m; EDULINO BAUER - área total = 960,00m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m; FELÍCIO - área total = 2.940,00m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m; NELITO KAMMER - área total = 660,00m<sup>2</sup>, com largura da pista de 6,00m.

Art. 3º Fica autorizado o Município a receber em doação as áreas mencionadas no Art.2º desta Lei.

Art. 4º Fica o Município autorizado a realizar a manutenção da referida Rodovia, como já vem executando nas demais, de acordo com a programação da Secretaria.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Março de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### **LEI N.º 1.133/2015**

LEI Nº 1.133, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

“INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população no Município de Leoberto Leal regem-se pela presente Lei, atendida a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Leoberto Leal, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às das resoluções, normas e instruções dela advindas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física, ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população, e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

#### **CAPÍTULO I**

**DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE, ESTABELECE PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 3º Compete à Secretaria da Saúde do Município de Leoberto Leal formular a política municipal de saúde e manter o controle de sua execução.

Art. 4º A Diretoria de Vigilância Sanitária, como órgão sanitário no Município de Leoberto Leal, manterá:

I - o registro dos diplomas e certificados dos profissionais em ciências da saúde;

II - a concessão de licenciamento e respectivos alvarás para estabelecimento industrial, comercial, funcionamento de laboratórios

de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos; de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública; de estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual; de hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde; de consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, instituto de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação;

III - o registro de antecedentes relativos às infrações sanitárias.

Art. 5º Os Fiscais Efetivos Permanentes de Saúde Pública, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente capacitados e credenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, tem competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Leoberto Leal, de conformidade com as leis, decretos e legislações sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de advertência, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

§ 1º A autoridade de saúde, no exercício de suas atribuições, terá livre ingresso em todos os locais, em que deva atuar, podendo requisitar forças da Polícia Militar ou Civil, quando necessário.

§ 2º O Diretor de Vigilância Sanitária da SMS estabelecerá com o Comando das Polícias Militar e Civil, as normas e procedimentos de que trata o § 1º.

Art. 6º Todo servidor em exercício em órgão de saúde é responsável pelo cumprimento desta Legislação e tem compromisso com as condições de higiene e saúde nos ambientes que frequentar ou residir.

Art. 7º O Diretor de Vigilância Sanitária da SMS é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra a decisão do auto de infração e auto de imposição de penalidades.

Art. 8º O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, juntamente com o Conselho Municipal de Saneamento Básico são as autoridades competentes para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Diretor de Vigilância Sanitária.

Art. 9º A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I - constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;

II - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

Art. 10 A autoridade de saúde, além do Chefe do Poder Executivo, poderá, em circunstâncias especiais e justificáveis, de emergência ou calamidade pública, investir na condição de autoridade de saúde das pessoas ou organismos estranhos à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, através de qualquer meio de comunicação disponível, delimitando a extensão da delegação.

#### **CAPÍTULO II**

**DA SAÚDE DA PESSOA E DA FAMÍLIA.**

Art. 11 Toda pessoa tem direito à saúde, como tem direito à vida.

Art. 12 A pessoa deve seguir as instruções, normas, ordens e avisos relativos à saúde, emanados da autoridade de saúde, com vistas à própria proteção, a de seus dependentes e da comunidade em geral.

Art. 13 Toda pessoa tem o direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes, devendo, para tanto, cumprir, cuidadosamente, as instruções, normas ordens, avisos e medidas, prescritos por profissional em ciência da saúde, autoridade de saúde e/ou serviço de



saúde de que se utilize.

Art. 14 Toda pessoa tem o direito à recuperação de sua saúde pela assistência geral ou especializada, em regime de internação ou de ambulatório.

Parágrafo Único - Excetuados os casos de comprovada insuficiência econômica, a pessoa contribuirá financeiramente pelos serviços que receber, de acordo com tabelas de preços vigentes ou mediante ajuste prévio.

Art. 15 O doente somente será internado mediante guia de internação hospitalar e/ou atestado médico que justifique a necessidade dessa providência.

Parágrafo Único - O paciente internado voluntariamente poderá ter alta a pedido, salvo quando o médico verificar perigo para o mesmo ou para terceiros, podendo, se for o caso, recorrer da decisão do médico.

Art. 16 Toda pessoa tem direito a serviços eficientes e gratuitos de saúde pública, oferecidos pelo Município, que visem a medidas preventivas de promoção e proteção da sua saúde.

Parágrafo Único - O Município deve estender os serviços básicos de assistência primária de saúde a toda a população.

Art. 17 Toda pessoa tem o direito de utilizar-se dos serviços e meios oferecidos pelo Município, para assegurar sua saúde.

### CAPÍTULO III

#### DA SAÚDE DE TERCEIROS

Art. 18 Toda pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

Art. 19 A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e atos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

Art. 20 A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde.

Art. 21 Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes, que atente contra a própria saúde, a de sua família e a de terceiros, devendo, conseqüentemente, cumprir as exigências da autoridade de saúde competente, seguir as advertências que acompanham os produtos ou objetos considerados perigosos, cumprindo as normas de segurança.

§ 1º A pessoa deve, juntamente com a autoridade de saúde, estimular e executar, por todos os meios disponíveis, as atividades que visam à prevenção e ao controle de acidentes, especialmente os de trânsito e do trabalho, os danosos ao ambiente e os pessoais domiciliares.

§ 2º A autoridade de saúde deve, no caso de acidentes pessoais domiciliares especialmente, realizar estudo a respeito das causas deste tipo de acidentes e estimular e/ou executar medidas de prevenção adequadas.

Art. 22 A pessoa deve zelar pela preservação da saúde de terceiros, participando e exercendo ação fiscalizadora, a fim de que sejam cumpridos, no exercício de qualquer atividade, profissão ou ofício, os dispositivos legais próprios, para:

I - assegurar a proteção da saúde das pessoas frente aos riscos resultantes do exercício do seu trabalho, ou das condições em que o mesmo se realiza;

II - contribuir para a adaptação física e mental das pessoas ao trabalho, pela adequação do mesmo e a colocação em funções correspondentes às aptidões de cada um;

III - contribuir para o estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível de bem-estar físico; social e mental das pessoas no trabalho;

IV - tratar da implantação, por parte das empresas públicas ou privadas, das medidas de prevenção de acidentes danosos à saúde

pública e ao ambiente.

Parágrafo Único - O direito e o dever das pessoas, no exercício da fiscalização de que trata este artigo, compreendem a ação fiscalizadora de órgãos ou entidades relacionadas diretamente com as áreas citadas no mesmo.

Art. 23 Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros, quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

### CAPÍTULO IV

#### DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 24 Para efeitos desta Lei, entende-se como saúde do trabalhador o conjunto de atividades destinadas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do trabalhador submetido a riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

§ 1º A saúde do trabalhador será resguardada nas relações sociais que se estabelecem no processo de produção, de forma a se garantirem sua integridade e sua higidez física e mental, observado o que dispõe a legislação pertinente.

§ 2º Entende-se como processo de produção a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, englobando os aspectos econômicos, organizacionais e ambientais da produção de bens e serviços.

Art. 25 Considera-se trabalhador aquele que exerça atividade produtiva ou de prestação de serviços no setor formal ou informal da economia.

Art. 26 Os órgãos da administração pública, direta ou indireta, as entidades civis mantidas pelo poder público inclusive, adotarão como condição para a contratação de serviços e obras a observância, pelo contratado, da legislação relativa à saúde e à segurança dos trabalhadores.

Art. 27 Não é atribuição da Secretaria Municipal de Saúde custear as despesas dos exames admissionais, periódicos, de retorno no trabalho, mudança de função e demissionais, assim como a emissão de Atestados de Saúde Ocupacional dos trabalhadores do setor privado.

Art. 28 Considera-se grave e iminente risco toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente de trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade psicofísica do trabalhador.

Art. 29 Entenda-se por riscos ambientais aqueles decorrentes da exposição aos agentes presentes no meio ambiente de trabalho, que em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, serão capazes de causar danos à saúde do trabalhador, assim considerados:

I - como agentes físicos, os ruídos, vibrações, pressão anormal, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não-ionizantes, bem como o infra-som e ultra-som;

II - como agentes químicos, as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória ou absorvida através de pele ou por ingestão;

III - como agentes biológicos, as bactérias, fungos, vírus, protozoários, parasitas, e outros que possam produzir os mesmos efeitos;

IV - como agentes ergonômicos, o esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, ritmo excessivo, monotonia e repetitividade, situações causadoras de stress físico e psíquico, trabalho em turno noturno, jornada de trabalho prolongada;

V - como agentes de acidentes, as situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes, entendidas aquelas que possuem arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou

explosão, armazenamento inadequado e animais peçonhentos e causadores de doenças e/ou agravos.

Art. 30 A autoridade sanitária terá livre acesso aos ambientes de trabalho, públicos e privados quando no exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único - Será facultativa a autoridade sanitária, documentar a fiscalização utilizando meios audiovisuais, que poderão ser anexados ao relatório da inspeção.

Art. 31 A autoridade sanitária investigará e fiscalizará:

I - as condições e o ambiente de trabalho;

II - as condições do processo de produção, nele incluído os objetos, os instrumentos, a tecnologia, os produtos e a organização do trabalho;

III - as medidas de controle de riscos e de proteção coletiva e individual;

IV - as condições de saúde dos trabalhadores em suas várias conotações e formas de trabalho.

Art. 32 A investigação dos ambientes de trabalho compreenderá cinco fases básicas:

I - fase de reconhecimento preliminar;

II - fase de reconhecimento e avaliação do ambiente de trabalho;

III - fase de avaliação de saúde;

IV - fase de elaboração de dados;

V - fase de planejamento das ações de prevenção.

Art. 33 A autoridade sanitária, quando julgar necessário pode, mediante critérios epidemiológicos, solicitar a realização de exames clínicos laboratoriais para diagnóstico da saúde dos trabalhadores.

Art. 34 Deverão ser objeto de ação de vigilância à saúde do trabalhador, entre outros, os seguintes fatores ligados à organização do trabalho:

I - ritmo de trabalho;

II - pausas e intervalos;

III - regime de horário de trabalho;

IV - duração da jornada de trabalho;

V - formas de controle;

VI - conteúdo das tarefas;

VII - modo operativo.

Art. 35 O transporte, a movimentação, o manuseio e o armazenamento de materiais, o transporte de pessoas, os veículos e equipamentos usados nessas operações deverão obedecer a critérios estabelecidos em Normas Técnicas Especiais, que preservem a saúde do trabalhador em consonância com a legislação vigente.

Art. 36 São obrigações do empregador, além daquelas estabelecidas:

I - manter as condições de trabalho adequadas às características psicofísicas dos trabalhadores;

II - permitir e facilitar o acesso das autoridades de Vigilância Sanitária aos locais de trabalho, em que deva atuar, fornecendo as informações solicitadas;

III - dar conhecimento aos trabalhadores dos riscos presentes no processo produtivo da atividade desenvolvida, bem como as recomendações para sua eliminação e controle;

IV - paralisar as atividades na ocorrência de situação de risco grave ou iminente no local de trabalho, através de documento específico;

V - cientificar o Sistema Único de Saúde, nos casos de doença profissional ou acidente de trabalho, através de documento específico;

VI - comunicar a autoridade sanitária imediatamente após a constatação de risco físico, químico, biológico, operacional ou proveniente da organização do trabalho, elaborando cronograma para corrigi-lo;

VII - realizar exames médicos por ocasião da admissão sem ônus ao empresário.

Art. 37 É obrigação do trabalhador, além daquelas estabelecidas em legislação própria, comunicar às autoridades de saúde ou ao respectivo sindicato, de forma sigilosa ou não, a ocorrência de transgressões às normas de saúde estabelecidas neste código, no que se refere à sua saúde.

Art. 38 O não cumprimento de quaisquer itens do artigo 31 será caracterizado como infração de natureza sanitária.

## CAPÍTULO V

### DOS PROFISSIONAIS E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 39 A pessoa no exercício de profissão de ciência da saúde atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

§ 1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 40 O profissional de ciência da saúde deve:

I - Colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II - cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de legislações, sejam declarados de notificação compulsória.

Art. 41 Toda pessoa poderá instalar ou alterar a destinação e/ou local de estabelecimento de saúde, no Município de Leoberto Leal, devendo solicitar para isso, prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais e/ou Estaduais competentes, nos termos da lei e normas vigentes.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de saúde:

1. HOSPITAL: lugar onde se realizam ações objetivando a promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa, em regime de internação, tais como hospitais gerais, hospitais especializados, maternidade, clínicas e casas de saúde congêneres.

2. LABORATÓRIO: onde se realizam análises e/ou pesquisas necessárias ao diagnóstico e/ou tratamento de pacientes ou para determinar condições ou estados de saúde individual e coletiva, bem como o que produz drogas, medicamentos, produtos de higiene, toucador, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos;

3. UNIDADE DE HEMOTERAPIA: aquele com o objetivo de coleta e análise de sangue, classificação e controle, armazenagem e distribuição, conservação, transfusão e preparação de sangue, de plasma, de produtos derivados de sangue e de soros padrões;

4. FARMÁCIA: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

5. DROGARIA: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

6. POSTO DE MEDICAMENTOS E UNIDADES VOLANTES: estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos industrializados em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento à localidade desprovida de farmácia ou drogaria;

7. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

8. DISTRIBUIDOR, REPRESENTANTE, IMPORTADOR EXPORTADOR: empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos;

9. AMBULATÓRIO, PRONTO-SOCORRO, POLICLÍNICA, UNIDADE DE EMERGÊNCIA, CONSULTÓRIO E AFINS: locais onde se realizam diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.

§ 2º Para o registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, a pessoa deve cumprir as normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades, assim como meios de proteção da saúde da comunidade.

§ 3º Os estabelecimentos de saúde que envolva exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alterações e rescisões, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto.

Art. 42 Toda pessoa, para fechar estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários Municipais e/ou Estaduais, de acordo com as normas regulamentares.

## CAPÍTULO VI DAS INFORMAÇÕES DE SAÚDE

Art. 43 Toda pessoa tem direito de obter dos profissionais em ciência da saúde, a orientação necessária para prevenir-se ou recuperar-se de doenças.

Art. 44 A pessoa responsável por órgão não-vinculado à Secretaria da Saúde, mas que detenha dados e informações de interesse do setor, especialmente os relacionados com o ambiente, deve encaminhá-los à autoridade de saúde, sendo da competência desta a articulação com estes órgãos extra-setoriais para as providências necessárias.

## CAPÍTULO VII DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 45 Toda pessoa tem o direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 46 Toda pessoa deve cumprir as ordens instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis.

Parágrafo Único - Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

Art. 47 Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em legislação.

§ 2º A pessoa, criadora, proprietária ou que comercialize animais, deve adotar os métodos higiênicos dispostos em legislação, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

Art. 48 Toda pessoa tem direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe garantido o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle, que lhes são assegurados pelo Estado e de responsabilidade da autoridade de saúde.

§ 1º São instrumentos para a proteção contra as doenças transmissíveis:

- I - vacinação de rotina;
- II - notificação compulsória;
- III - investigação epidemiológica, que compreende:
  - a) confirmação diagnóstica;
  - b) identificação e eliminação de fontes de infecção e mecanismos de transmissão;
  - c) identificação dos contatos suscetíveis;
  - d) isolamento domiciliar ou hospitalar e tratamento do doente;
  - e) proteção dos contatos suscetíveis com imunização ativa e/ou passiva e/ou quimioprofilaxia; f) vigilância dos contatos e quarentena;

g) orientações gerais sobre a doença;

IV - saneamento do meio ambiente;

V - controle de portadores;

VI - exames periódicos de saúde;

VII - controle sanitário de alimentos;

VIII - educação em saúde;

IX - controle de animais responsáveis pela transmissão de antro-pozoonoses;

X - treinamento de recursos humanos;

XI - estudos e pesquisas.

§ 2º Os procedimentos de combate específicos de cada doença transmissível, serão disciplinados em normas técnicas.

Art. 49 A pessoa tem a obrigação de acatar e cumprir as ordens, instruções, normas e medidas, advindas da autoridade de saúde, que objetivem prevenir, evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento de doenças transmissíveis e/ou evitáveis.

Art. 50 Toda pessoa, suspeita ou portadora de doença transmissível e seus contatos, poderá, a critério da autoridade de saúde, ser proibida de frequentar escolas, locais de trabalho, estabelecimentos e lugares onde ocorra aglomeração de pessoas.

Art. 51 Toda pessoa, portadora ou acometida de doença transmissível, não poderá manipular alimentos caso seja verificada a possibilidade desta causar dano à saúde pública.

Art. 52 Toda pessoa tem o direito de exigir da autoridade de saúde atestado ou documento comprobatório, do tempo da imposição de afastamento de suas atividades laborativas, educativas e sociais quando tal medida for necessária.

Art. 53 Toda pessoa mantida sob vigilância, isolamento ou quarentena, deverá comunicar previamente qualquer mudança de domicílio à autoridade de saúde, cabendo a esta dar ciência do fato à autoridade de saúde do local para onde se dirigir a pessoa.

Art. 54 Toda pessoa deverá informar a autoridade de saúde, sempre que tiver conhecimento sobre a fonte provável de infecção ou outras informações úteis no controle das doenças transmissíveis, não podendo omitir informações desta natureza.

Art. 55 Toda pessoa deverá permitir que a autoridade de saúde, proceda a interdição de residências, locais de trabalho, escolas e outras instituições e a desinfecção ou expurgo, quando tais medidas forem consideradas eficazes para a prevenção de doenças.

Art. 56 A pessoa deverá possuir e manter atualizada Caderneta e/ou Carteira de Saúde, quando estiver exercendo ocupações nos seguintes estabelecimentos:

I - de gêneros alimentícios;

II - barbearias, cabeleireiros, casas de banho, institutos de beleza e similares;

III - hidroterapias; casas de repouso;

IV - hotéis, motéis, pensões e similares;

V - berçários, creches, escolas maternas e congêneres;

VI - casas de saúde, hospitais e congêneres;

VII - outros estabelecimentos, a critério da Secretaria da Saúde e definidos em normas técnicas.

§ 1º Para os manipuladores de alimentos será exigida a Carteira de Saúde, enquanto que para as demais categorias será exigida Caderneta de Saúde.

§ 2º As Cadernetas e Carteiras de Saúde, serão fornecidas gratuitamente pela rede de serviços básicos de saúde.

Art. 57 Toda pessoa deverá manter atualizada sua Caderneta e/ou Carteira de Saúde, através de exames periódicos de saúde.

Parágrafo Único - A periodicidade e o tipo dos exames a serem realizados, serão definidos em normas técnicas.

Art. 58 Toda pessoa tem o direito de manter sob sua guarda a Caderneta e/ou Carteira de Saúde, que não serão retidas, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada, ou por pessoa física.



## CAPÍTULO VIII DA HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 59 Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de Saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se também a hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internatos, creche, asilo, cárcere, quartel, convento e similares.

Art. 60 A pessoa proprietária e/ou responsável por edificação destinada à habitação é obrigada a permitir vistoria sanitária pela autoridade de saúde, durante a construção.

Parágrafo Único - Se à autoridade de saúde verificar, durante a vistoria sanitária, inobservância das disposições desta Legislação e de suas normas técnicas, intimará o responsável pela obra a suspender a sua execução, para a correção das irregularidades no prazo determinado.

Art. 61 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada à habitação deverá, na parte correspondente a instalação habitacional de água e esgoto e destinação de lixo, obedecer ao disposto em normas regulamentares específicas sobre ambiente.

Art. 62 A pessoa proprietária de ou responsável por construções destinadas à habitação disporá todos os compartimentos destinados à cozinha, banheiro e lavabo, de paredes revestidas até a altura de dois metros no mínimo, com material liso, resistente, impermeável e lavável, e os pisos com características idênticas.

§ 1º Nas habitações da zona rural poderá ser tolerado o revestimento em cimento liso sem solução de continuidade, para a impermeabilização das paredes e pisos de cozinha, banheiro e privadas.

§ 2º Nas habitações de madeira, estes revestimentos ficarão sujeitos a normas técnicas estabelecidas pela autoridade de saúde.

Art. 63 A pessoa não poderá utilizar para revestimento interno das habitações, materiais ou produtos que possam exalar gases tóxicos.

Art. 64 A pessoa disporá as garagens destinadas à habitação, de paredes e pisos de material incombustível, resistente, lavável e impermeável.

Art. 65 As garagens particulares, individuais ou coletivas, deverão ter ventilação permanente, por aberturas com área, no mínimo, igual a 1/20 da superfície do piso, tolerando-se a ventilação por meio de poço de ventilação.

Art. 66 A pessoa deverá construir as áreas de ventilação natural, em qualquer caso, com no mínimo, a metade da superfície de iluminação natural.

Art. 67 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar prédio destinado a habitação deverá fazê-lo de acordo com zoneamentos urbanos, estabelecidos pela legislação municipal vigente.

Parágrafo Único - Nos locais onde não houver zoneamentos urbanos estabelecidos pela administração municipal, a autoridade de saúde fará cumprir o disposto em normas técnicas.

Art. 68 A pessoa proprietária de ou usuária de habitações assegurará que as caixas de água, reservatórios, cisternas ou poços sejam revestidos de material impermeável, inócuo, não-corrosível, de fácil limpeza, permanecendo sempre cobertas, protegidas e vedadas contra contaminação de qualquer natureza e sejam submetidas à limpeza e desinfecção, pelo menos uma vez a cada 6 meses.

Parágrafo Único - O prazo para limpeza e desinfecção poderá ser alterado a critério da autoridade de saúde.

Art. 69 A pessoa para construir prédio destinado à habitação, que se situar no alinhamento da via pública, deverá dispô-lo de calhas e condutores adequados e suficientes para conduzir as águas pluviais até as sarjetas, passando por baixo das calçadas.

Art. 70 A pessoa proprietária de habitações construídas em locais servidos por coletores públicos de esgotos, é obrigada a usá-lo, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e absorventes.

Art. 71 A pessoa que instalar sistema de esgoto sanitário implantado através de fossas sépticas e absorventes, deverão mantê-los em perfeito estado de conservação, de modo que não venha a causar incômodos e risco à saúde de terceiros.

§ 1º A pessoa que instalar sistema de esgoto sanitário implantado através de fossas sépticas e absorventes, deve deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde, quando da concessão do alvará sanitário para habitação.

§ 2º A autoridade de saúde negará o alvará sanitário se não for cumprido o disposto neste artigo e intimará o proprietário da habitação a fazê-lo imediatamente.

Art. 72 A pessoa não poderá fazer instalações para abastecimento de combustível, lubrificação ou reparos, nem depositar material inflamável em garagens particulares, individuais ou coletivas.

Art. 73 A pessoa não poderá habitar porões ou sótãos cujas condições não estejam de acordo com as exigências desta Legislação.

Art. 74 A pessoa somente poderá ocupar ou utilizar habitação nova ou reformada, após a expedição do Alvará Sanitário para Habitação, concedido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a vistoria prévia das condições físico-sanitárias da mesma.

§ 1º A vistoria sanitária será repetida periodicamente, ou sempre que a autoridade de saúde julgar necessária.

§ 2º A competência para expedição do alvará sanitário poderá ser delegada à autoridade municipal, na forma disposta em normas técnicas.

§ 3º A autoridade de saúde recusará o alvará sanitário se verificar que a habitação não satisfaz as exigências desta Legislação, e expedirá a intimação correspondente.

Art. 75 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar, ampliar e/ou habitar uma edificação deverá zelar pela salubridade interna e externa do imóvel, obedecendo aos requisitos de higiene indispensável para a proteção da saúde.

§ 1º Todas as instalações sanitárias, tanques, banheiros, mictórios, pias, seus aparelhos e acessórios serão mantidos não só no mais rigoroso asseio, como em perfeito funcionamento.

§ 2º Não será permitido o acúmulo, em locais impróprios, de esgoto, lixo, resíduos em geral, detritos de cozinha ou de material orgânico de qualquer natureza, que possam atrair ou facilitar a criação de moscas e baratas, alimentar ratos ou ser causa de odores incômodos.

Art. 76 A Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde intimará o proprietário, usuário, responsável ou seus procuradores a executar obras e melhoramentos, interditará ou determinará a demolição total ou parcial da habitação que pela sua insalubridade, não ofereça as indispensáveis condições de higiene.

§ 1º Os prédios que estando desabitados não puderem ser visitados, por se desconhecer o endereço do depositário das respectivas chaves, por demora ou recusa do mesmo em cedê-las ou por dificuldades por eles criadas, serão interditados até que seja facilitada a entrada ou, quando necessário, visitados com a presença da autoridade policial, devendo a seguir o prédio ser novamente fechado e interditado.

§ 2º Quando em algum prédio que estiver sob a ação da autoridade judiciária ou outra, houver necessidade de ser procedida operação sanitária, como remoção de substâncias determinadas ou outras que possam prejudicar a saúde pública, a autoridade de saúde solicitará autorização à autoridade competente para realizar a operação, fechando e interditando novamente, o referido prédio.

Art. 77 É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como

cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 78 Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 1º Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interdita.

§ 2º Se houver resistência por parte da pessoa proprietária e/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade policial para a adoção das medidas cabíveis.

## SEÇÃO I DAS HABITAÇÕES UNIFAMILIARES

Art. 79 A pessoa ao construir uma habitação, deverá fazê-lo de modo que disponha de pelo menos, um dormitório, uma cozinha e uma instalação sanitária.

§ 1º As cozinhas, despensas, sanitários e lavabos terão suas paredes revestidas com material liso, resistente, impermeável e lavável até a altura de dois metros.

§ 2º As cozinhas, despensas e sanitários terão seus pisos revestidos com material liso, resistente, impermeável e lavável, devendo ainda dispor de ralos para escoamento das águas servidas.

§ 3º Nas cozinhas deverá ser assegurada ventilação permanente.

Art. 80 Os compartimentos providos de vaso sanitário não se comunicarão diretamente com cozinhas e copas.

Art. 81 Os depósitos, despensas, adegas, quarto de despejos, rouparias e similares, das habitações que não disponham de quarto de empregada, deverão ter:

I - área não inferior a dois metros quadrados, ou

II - área igual ou maior que oito metros quadrados, devendo neste caso, atender as normas de insolação, iluminação e ventilação aplicáveis a dormitórios.

Art. 82 A pessoa deverá prover a habitação de pelo menos um compartimento contendo um vaso sanitário, lavatório e chuveiro com:

I - área não-inferior a três metros quadrados, exceto nos casos de habitações populares;

II - paredes até a altura de dois metros, no mínimo, revestidas com material liso, resistente, impermeável e lavável, bem como os pisos revestidos da mesma forma.

Parágrafo Único - Nesses compartimentos deverá ser assegurada ventilação permanente.

Art. 83 Os pisos e paredes dos demais compartimentos serão revestidos com materiais adequados aos fins a que se destinam.

## SEÇÃO II DAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES

Art. 84 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada à habitação multifamiliar respeitará as normas gerais referentes à habitação, as específicas referentes à habitação unifamiliar no que lhe for aplicável, complementadas pelo disposto nesta seção.

Art. 85 A pessoa proprietária e/ou responsável por habitação multifamiliar deverá providenciar a construção de depósito para material de limpeza, compartimento sanitário, chuveiro e vestiário com área não-inferior a seis metros quadrados, para uso exclusivo do pessoal de serviço.

Art. 86 A pessoa proprietária e/ou responsável por construção destinada a edifício de apartamento deverá provê-la de garagens, de preferência subterrâneas, na proporção de uma vaga para dois apartamentos no mínimo.

## SEÇÃO III DAS HABITAÇÕES RURAIS

Art. 87 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada à habitação na zona rural deverá cumprir as normas e disposições referentes às habitações, complementadas pelo disposto desta Legislação.

Art. 88 A pessoa não poderá construir casas de parede de barro e piso de terra.

Parágrafo Único - As casas de parede de barro existentes não poderão ser reconstruídas.

Art. 89 A pessoa, ao instalar sistema de abastecimento de água potável deverá fazê-lo de forma adequada a prevenir a sua contaminação, e de acordo com Normas Regulamentares Específicas.

Art. 90 A pessoa, para o destino dos dejetos, deverá fazê-lo de modo a não contaminar o solo e as águas superficiais ou subterrâneas.

§ 1º Para os efeitos deste artigo é exigida, no mínimo, a existência de privada com fossa séptica.

§ 2º Nenhuma fossa poderá estar situada em nível mais elevado nem a menos de trinta metros de nascentes de água, poços ou outros mananciais utilizados para abastecimento, nem sobre rios, lagoas e valas.

Art. 91 A pessoa não poderá manter depósito de lixo ou estrume, a uma distância menor que vinte metros de qualquer habitação rural.

Parágrafo Único - Sempre que razões de saúde pública o exijam, a autoridade de saúde poderá estabelecer medidas especiais quanto ao afastamento ou destino desses resíduos.

Art. 92 A pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e eqüinos, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres sejam situados em zona rural, obedecendo as exigências de normas regulamentares específicas e ainda as seguintes:

I - distanciamento de vinte metros no mínimo, da área de criação e unidade de armazenamento e/ou tratamento de despejos, das divisas dos terrenos vizinhos;

II- distanciamento de cinquenta metros no mínimo, da área de criação e unidade de armazenamento e/ou tratamento de despejos, das residências;

III - com relação ao distanciamento das áreas de criação e unidades de armazenamento e/ou tratamento de dejetos até as estradas, será:

a) rodovias federais e estaduais: quinze metros (área não edificante) além do limite da faixa de domínio;

b) rodovias municipais: dez metros (áreas não edificantes) além do limite da faixa de domínio;

c) para os municípios que não tem definida através de legislação a faixa de domínio das rodovias municipais, a distância será de quinze metros;

IV - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

Art. 93 A pessoa proprietária de animais, na zona rural, será obrigada a dispor de cercas reforçadas e adotar providências adequadas para que os mesmos não incomodem ou causem prejuízos a terceiros, nem vagueiem pelas estradas.

Art. 94 A autoridade de saúde, além das exigências previstas neste capítulo, poderá determinar outras, que forem de interesse sanitário das populações rurais.

## SEÇÃO IV DAS HABITAÇÕES COLETIVAS

Art. 95 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por habitação coletiva, somente pode fazê-los funcionar com o Alvará Sanitário obedecido os requisitos da presente Lei.

Art. 96 Para fins da presente Legislação é considerada habitações coletivas, hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, instituições de longa permanência para



idosos, orfanatos, cárceres, quartéis, igrejas, templos, conventos e estabelecimentos similares.

Art. 97 A pessoa proprietária de ou responsável por construção destinada a hotel, motel, casas de pensão, dormitórios e estabelecimentos congêneres deverá fazê-la de forma que sejam atendidos ainda, os seguintes requisitos:

I - as paredes internas deverão ser revestidas ou pintadas, até a altura mínima de dois metros, com material impermeável, não sendo permitidas meias-paredes, nem paredes de madeira para divisão de dormitórios, em prédios de alvenaria;

II - as instalações sanitárias de uso geral deverão:

a) ser separadas por sexo, com acessos independentes;

b) conter, para cada sexo, no mínimo, uma bacia sanitária, um chuveiro em box e um lavatório para cada grupo de 20 leitos, ou fração do pavimento a que servem, não sendo computados nesse número, os leitos de apartamentos que dispuserem de instalações sanitárias privativas;

c) ter, nos pavimentos sem leitos, no mínimo, uma bacia sanitária e um lavatório para cada sexo;

d) ser, aquelas destinadas ao pessoal de serviço, independentes e separadas das destinadas aos hóspedes;

e) atender as normas gerais referentes a compartimentos sanitários;

III - os dormitórios deverão:

a) ter área correspondente a não inferior, em qualquer caso, a oito metros quadrados;

b) ter lavatórios com água corrente, quando não dispuserem de instalações sanitárias privativas;

c) ser desprovidos totalmente de fogões e fogareiros;

d) ter iluminação e ventilação naturais;

IV - os compartimentos em que houver manipulação, preparo, acondicionamento, armazenamento, conservação, comercialização e consumo de alimentos, obedecerão as normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

Parágrafo Único - É proibida a utilização de porões, mansardas ou sobrelojas como dormitórios.

Art. 98 A pessoa proprietária e/ou responsável por construção destinada a internatos, instituições de longa permanência para idosos, orfanatos, albergues e estabelecimentos congêneres, deverá dispô-la de forma que sejam atendidos ainda, os seguintes requisitos:

I - as paredes internas deverão ser revestidas ou pintadas até a altura mínima de dois metros, com material impermeável, não sendo permitidas meias-paredes, nem paredes de madeira para divisão de dormitórios, em prédios de alvenaria;

II - as instalações sanitárias de uso geral deverão:

a) ser separadas por sexo, com acessos independentes;

b) conter para cada sexo, no mínimo, uma bacia sanitária, um chuveiro em box e um lavatório para cada 10 leitos;

c) ter, os mictórios, quando existirem, formato de cuba ou calha, na proporção de um para cada vinte leitos, separados uns dos outros, por uma distância de zero vírgula sessenta metros;

d) atender as normas gerais referentes a compartimentos sanitários;

III - os dormitórios deverão:

a) ter área correspondente a, no mínimo, cinco metros quadrados por leito, quando coletivos;

b) ter área correspondente a, no mínimo, cinco metros quadrados por leito, não devendo ser inferior a oito metros quadrados, quando do tipo quarto ou apartamento;

IV - os locais destinados ao armazenamento, preparo, manipulação, conservação e consumo de alimentos obedecerão às normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

Art. 99 A pessoa proprietária e/ou responsável por internato, instituições de longa permanência para idosos, orfanato, albergue e estabelecimentos congêneres que tiverem 50 leitos ou mais, deverá provê-los de locais apropriados para consultórios médico e

odontológico, além de quartos para enfermos.

Art. 100 A pessoa proprietária e/ou responsável por internato, instituições de longa permanência para idosos, orfanato, albergue e estabelecimentos congêneres deverá ainda:

I - provê-los de área para recreação e lazer, não-inferior a 10% da área edificada, devendo tal área, ter espaço coberto não-inferior à sua quinta parte, e o restante arborizado ou ajardinado, ou ainda destinado a atividades esportivas;

II - atender às normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos de ensino, se houver locais destinados a atividades escolares.

Art. 101 A pessoa proprietária e/ou responsável por creches e estabelecimentos congêneres, atenderá o disposto em normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos de ensino.

Art. 102 A pessoa proprietária e/ou responsável por quartéis, cárceres, conventos, igrejas, templos e estabelecimentos congêneres, obedecerá às exigências deste capítulo, no que lhe for aplicável e outras, disciplinadas por normas técnicas, segundo as peculiaridades de cada tipo de edificação.

Art. 103 Os estabelecimentos de que trata a presente Seção estarão sujeitos à vistoria periódica pela autoridade de saúde.

Parágrafo Único - Constatado em vistoria, que o local apresenta condições físico-sanitárias satisfatórias, será concedido, pela Diretoria de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde, o Alvará Sanitário.

## CAPÍTULO IX

### ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO

Art. 104 Toda pessoa proprietária de ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nela trabalhem ou o utilizem.

Art. 105 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial e agropecuário, de qualquer natureza, somente pode fazê-los funcionar com a devida Licença Sanitária, obedecidos os requisitos exigidos pela presente Lei, devendo a mesma ser renovada anualmente em data determinada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 106 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial e agropecuário, deverá providenciar dedetização e desratização do mesmo, pelo menos uma vez por ano, devendo comprovar através de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) como é realizada a referida operação.

§ 1º Não comprovada a eficácia da operação de controle de pragas e roedores feita pelo proprietário, a autoridade de saúde poderá exigir que o procedimento seja feito por empresa especializada, devidamente licenciada pela Diretoria de Vigilância Sanitária.

§ 2º Os estabelecimentos industriais e comerciais que exerçam atividades de gêneros alimentícios, estabelecimentos de ensino e de saúde, deverão obrigatoriamente realizar dedetização e desratização do mesmo, por empresa especializada e devidamente licenciada pela Diretoria de Vigilância Sanitária.

## CAPÍTULO X

### HOTÉIS, MOTÉIS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 107 Os hotéis, motéis, casas de pensão, hospedarias e estabelecimentos congêneres obedecerão às normas e especificações gerais para as edificações e as específicas para habitações, no que aplicáveis complementadas pelo disposto neste capítulo.

Art. 108 Nos hotéis, motéis, casas de pensão, hospedarias e estabelecimentos congêneres, todas as paredes internas, até altura mínima de dois metros, serão revestidas ou pintadas com materiais impermeáveis, não sendo permitidas paredes de madeira para divisão de dormitórios.

Art. 109 As instalações sanitárias de uso geral deverão:

I - ser separadas por sexo, com acessos independentes;  
II - conter, para cada sexo, no mínimo, uma bacia sanitária, um chuveiro em boxe e um lavatório para cada grupo de vinte leitos, ou fração do pavimento a que servem;  
III - ter, no mínimo, uma bacia sanitária e um lavatório para cada sexo, quando de pavimentos sem leito;  
IV - atender às condições gerais para compartimentos sanitários.  
Parágrafo Único - Para efeito do inciso II, não serão considerados os leitos de apartamentos que disponham de instalações sanitárias privativas.

Art. 110 Os estabelecimentos deverão ter reservatório de água potável, com capacidade que atenda ao estabelecido pela Legislação vigente.

Art. 111 Os dormitórios deverão ter área correspondente a, no mínimo, cinco metros quadrados por leito e não inferior, em qualquer caso, a oito metros quadrados, quando não dispuserem de instalações sanitárias privativas, deverão ser dotados de lavatórios com água corrente.

Art. 112 Os hotéis, motéis, casas de pensão, hospedarias e estabelecimentos congêneres, que forneçam alimentação, deverão obedecer a todas as disposições relativas a estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 113 É obrigatória a instalação de dormitório para o pessoal de serviço, separado dos destinados aos hóspedes.

Art. 114 As roupas, utensílios e instalações dos hotéis, motéis, casas de pensão, hospedarias e congêneres deverão ser individuais, limpas, desinfetadas e em perfeitas condições de uso.

§ 1º As banheiras deverão ser lavadas e desinfetadas após cada banho.

§ 2º O sabonete será fornecido a cada cliente, devendo ser inutilizada a porção de sabonete que restar, após ser usado pelo mesmo.

§ 3º As roupas de cama e banho dos motéis, limpas e desinfetadas, serão fornecidas a cada cliente.

Art. 115 É obrigatória a divulgação, no interior dos apartamentos dos motéis, de informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, em especial da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida - AIDS.

Art. 116 Observar-se-á nos, motéis, a obrigatoriedade da oferta de preservativo masculino.

Art. 117 Os estabelecimentos de que trata este Capítulo deverão dispor, obrigatoriamente, de água quente e fria.

## CAPÍTULO XI

### DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS, ORFANATOS, ALBERGUES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 118 As paredes internas, até a altura mínima de dois metros, serão revestidas ou pintadas de material impermeável.

Art. 119 Os dormitórios coletivos deverão ter área não inferior a cinco metros quadrados por leito; os dormitórios do tipo quarto ou apartamento deverão ter área não inferior a oito metros quadrados por leito.

Art. 120 As instalações sanitárias serão na proporção mínima de uma bacia sanitária, um lavatório e um chuveiro para cada dez leitos, além do mictório, na proporção de um para cada vinte leitos.

Art. 121 Os locais destinados ao armazenamento, preparo, manipulação e consumo de alimentos deverão atender às exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, no que lhes for aplicável.

Art. 122 Quando tiverem cinquenta ou mais leitos, deverão ter locais apropriados para consultórios, médico e odontológico, bem como quarto para doentes.

Art. 123 Deverão ter área para recreação e lazer, não inferior a dez por cento da área edificada. Parágrafo Único - A área prevista neste artigo terá espaço coberto destinado a lazer, não inferior à sua quinta parte e o restante será arborizado ou ajardinado ou, ainda, destinado às atividades esportivas.

Art. 124 Se houver locais para atividades escolares, esses deverão

atender às normas estabelecidas para as escolas, no que lhes for aplicável.

## CAPÍTULO XII

### DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 125 Toda pessoa proprietária de ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que nele estudem ou trabalhem nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em legislação.

Art. 126 A pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, é obrigada a permitir vistoria sanitária pela autoridade de saúde.

Parágrafo Único - Se a autoridade de saúde verificar, na vistoria sanitária, inobservância das disposições desta Legislação e de suas normas técnicas, intimará o responsável pelo estabelecimento, fixando prazo para a correção das irregularidades.

Art. 127 A pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas ao ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá dotá-la de equipamentos e instalações para extinção de incêndios, de acordo com as normas e especificações de proteção contra incêndios do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 128 Os estabelecimentos privados de que trata o presente capítulo, só poderão funcionar mediante a obtenção do Alvará Sanitário, a ser expedido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde ou por quem a mesma delegar poderes.

Art. 129 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos de ensino, destinados à educação pré-escolar e/ou de ensino fundamental, deverá exigir de seus alunos a Caderneta de Saúde ou Carteira de Vacinação, efetuando o registro bem como o controle atualizado e permanente da mesma.

Art. 130 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de educação pré-escolar deverá exigir de seus funcionários e de pessoas que tenham contato sistemático com as crianças, a Carteira e/ou Caderneta de Saúde fornecida gratuitamente pela rede de Serviços Básicos de Saúde, devendo ser apresentada à autoridade competente, sempre que requisitada.

Art. 131 Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, exceto de educação pré-escolar, deverá exigir de seus funcionários o atestado de saúde fornecido gratuitamente pela rede de Serviços Básicos de Saúde.

Art. 132 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá providenciar dedetização e desratização do mesmo, pelo menos uma vez por ano, devendo esta ser realizada por empresa especializada, devidamente licenciada pela Diretoria de Vigilância Sanitária.

Parágrafo Único - O prazo para dedetização e desratização poderá ser alterado a critério da autoridade de saúde.

Art. 133 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, no que se refere aos terrenos, deverá atender as seguintes condições de localização, segurança e salubridade:

I - o terreno deverá distar mais de duzentos metros de:

- a) vibrações;
- b) gases venenosos;
- c) fumaças;
- d) ruídos intensos;
- e) indústrias de produtos tóxicos;

f) esgotos a céu aberto;

g) depósitos de lixo;

II - o terreno não deverá apresentar:

a) água estagnada;

b) focos de insetos e roedores;

c) áreas montanhosas ou inundáveis;

d) aterros orgânicos não-sedimentados;

e) insolação deficiente;

III - o terreno deverá fornecer condições adequadas para:

a) abastecimento de água potável, obedecidas as exigências regulamentares do Decreto Estadual nº 24. 981 de 14 de março de 1985, que dispõe sobre abastecimento de água;

b) disposição correta de esgoto e do lixo de acordo com as exigências da legislação específica; c) ventilação e iluminação natural;

d) áreas de lazer ao ar livre;

IV - o terreno não poderá estar próximo de:

a) áreas sob efeito de erosão;

b) encostas perigosas;

c) áreas de exercício de tiro;

d) áreas sujeitas a ressacas e deslizamento de terras;

V - o terreno deverá ser:

a) de fácil acesso aos alunos e a veículos particulares e de transporte coletivo;

b) protegido com cercas ou muros, sem utilização de arames farpados;

c) limpo e capinado, preservando-se a flora não-nociva;

VI - O terreno deverá ser arborizado de modo que seja amenizada a insolação, prevenida a erosão, criada barreira à propagação do som, proporcionando ambiente agradável e saudável.

Art. 134 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino deverá providenciar o pronto atendimento de alunos sob a sua responsabilidade, vítima de acidentes.

Parágrafo Único - Toda pessoa que ministrar aulas práticas aos alunos, antes de iniciá-las, deverá realizar explanação objetiva e específica de proteção, prevenção de acidentes e pronto-socorro, sendo que deverão ser afixadas em local visível e de fácil acesso, cartazes, instruções, materiais, recursos e atendimento de acidentes, mormente os mais comuns e afetos ao tema da aula.

Art. 135 Todo estabelecimento de ensino deverá ter as paredes internas e externas lisas, de alvenaria, sem saliências contundentes, pintadas em cores claras e foscas.

Art. 136 Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos, instalações e mobiliários de material inócuo, sem solução de continuidade ou de superfície aguda cortante.

Art. 137 O prédio destinado a abrigar creches, escola maternal e jardim de infância, deve dispor, no mínimo, das seguintes áreas, dependências e instalações:

I - sala para administração;

II - sala para atividades infantis, com área mínima de um vírgula cinquenta metros quadrados por criança, com iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos adequados à faixa etária que se propõe a atender;

III - local para alimentação, com instalações e equipamentos, em boas condições de higiene e segurança;

IV - cozinha dietética - local, com área mínima de quatro metros quadrados, dotado de equipamentos e utensílios necessários para o preparo de mamadeiras ou suplemento dietético para as crianças;

V - instalações sanitárias suficientes e próprias para a criança, preferencialmente localizadas próximas as salas de atividades, com cobertura direta para o exterior não devendo as portas conter fechadura ou trinco;

VI - instalações sanitárias completas para uso das mães e do pessoal;

VII - área para atividades ao ar livre, com os seguintes requisitos:

a) dimensões mínimas de quatro metros quadrados, por criança em atividade;

b) equipamentos adequados à idade das crianças e mantidos em bom estado de conservação e higiene;

c) espaços livres para brinquedos e jogos.

§ 1º Quando o estabelecimento adotar o atendimento em regime de tempo integral, o prédio deverá conter local para refeições e repouso das crianças, com dimensões adequadas à matrícula e com mobiliário apropriado.

§ 2º Em se tratando de classe de Educação Pré-Escolar mantida por unidade de ensino de 1º, 2º e 3º níveis, é vedada a utilização conjunta das áreas, com exceção da sala de direção e do ambiente de preparo de merenda.

Art. 138 O prédio destinado a abrigar a creche, além das dependências e condições prescritas no art. 137, deverá ainda possuir berçário com berços individuais, divididos em subseções com 10 berços cada uma, com área mínima de três metros quadrados respeitando-se a distância de zero vírgula cinquenta metros uns dos outros e das paredes.

Art. 139 Todo ambiente de ensino (sala de aula, salas ambiente e auditórios) deverá proporcionar volume de ar equivalente a quatro metros cúbicos por aluno.

Parágrafo Único - Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor, deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 140 As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas que comportarão no máximo 35 alunos, correspondendo a cada aluno área não-inferior a um vírgula trinta metros quadrados excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 141 Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração do ar.

Art. 142 As salas-ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas técnicas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 143 O pé direito mínimo das salas de aulas em geral, nunca poderá ser inferior a três metros, com o mínimo, em qualquer ponto, de dois vírgula cinquenta metros, incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim o exigirem.

Art. 144 A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 23% da área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes laterais para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% da área do ambiente, sendo os seguintes níveis de iluminação considerados suficientes:

a) para salas de aulas 300 lux;

b) para biblioteca, laboratório e sala-ambiente, 500 lux;

c) para setor administrativo, 250 lux;

d) para vestiários e sanitários, 100 lux;

e) para áreas de circulação, 100 lux.

Art. 145 Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não-inferior a zero vírgula oitenta metros quadrados por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Art. 146 Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação à área de circulação geral:

I - quanto aos corredores:

a) largura mínima de um vírgula cinquenta metros para corredores e passagens de uso coletivo;

b) nas áreas de circulação que servem as salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de zero vírgula vinte metros por sala, até o máximo de três vírgula cinquenta metros;

c) acréscimo de zero vírgula cinquenta metros por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário;

II - quanto às portas:



- a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de zero vírgula noventa metros;
- b) as portas de salas-ambientes deverão ser duplas com largura total não-inferior a um vírgula quarenta metros;
- c) as aberturas de entrada e saída deverão ter largura mínima de três metros;

III - quanto às escadas:

- a) terão passagem livre com altura não-inferior a dois metros;
- b) terão largura mínima de um vírgula cinquenta metros;
- c) terão os degraus altura máxima de zero vírgula dezesseis metros e profundidade mínima de zero vírgula trinta e dois metros;
- d) terão o piso revestido com material adequado à sua finalidade;
- e) terão corrimão com altura de zero vírgula oitenta e cinco metros;
- f) terão seus lances retos, com número de degraus não-superior a dez;
- g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo um vírgula cinquenta metros;
- h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a dois vírgula cinquenta metros, não ultrapassando as subdivisões de um vírgula cinquenta metros de largura;
- i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
- j) não apresentarão trechos em leques;

IV - quanto às rampas:

- a) serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) terão passagem livre com altura não-inferior a dois metros;
- c) terão largura mínima de um vírgula cinquenta metros;
- d) terão declividade não-superior a 15% do seu comprimento;
- e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- f) terão balaustre ou corrimão com altura de zero vírgula oitenta e cinco metros.

Parágrafo Único - O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais.

Art. 147 Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino público ou privado de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

- I - serão separadas por sexo, com acessos independentes;
- II - ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 para cada 20 alunos e um lavatório para cada 40 alunos;
- III - ter, os mictórios, forma de cuba ou calha, na proporção de 1 para cada 40 alunos, separados um dos outros, por uma distância de zero vírgula sessenta metros;
- IV - ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura mínima de dois metros;
- V - ter condições de ventilação permanente;
- VI - ter pisos impermeáveis e resistentes;
- VII - ter chuveiros na proporção de 1 chuveiro para cada 5 alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;
- VIII - os „box” sanitários deverão ter largura mínima de zero vírgula oitenta metros por um vírgula vinte e cinco metros de comprimento ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não-inferior a zero vírgula sessenta metros e suspensão dos pisos deixando vãos livres de zero vírgula quinze metros de altura na parte inferior e zero vírgula trinta metros no mínimo, na parte superior.

Art. 148 Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender as disposições regulamentares que dispõe sobre Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Agropecuários, e Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

- I - proibir a venda, nas cantinas escolares, de alimentos altamente cariogênicos, visando a promoção de saúde oral;
- II - apresentar, na cozinha, as condições:

- a) paredes revestidas com material liso, lavável, resistente e impermeável, até o mínimo de dois metros de altura;
- b) tipo ou finalidade na parte correspondente ao abastecimento de água, além de atender às disposições do Decreto 24.981 de 14 de março de 1985, deverá obedecer ao seguinte:

1 - disponibilidade mínima de 50 litros de água por aluno/dia, sendo que nos internatos a disponibilidade mínima será de 150 litros de água por aluno/dia e nos semi-internatos será de 100 litros por aluno/dia;

2 - a potabilidade da água deverá ser examinada a cada 6 meses, mediante análise de amostras, feita pela autoridade de saúde competente;

III - deverá ser instalado bebedouros de guarda protetora na proporção mínima de 1 para cada 50 alunos ou fração por turno, sendo vedada sua localização em instalações sanitárias, e a utilização de copos ou vasilhames, exceto os descartáveis;

IV - nos bebedouros, a extremidade do local de suprimento de água deverá estar acima do nível de transbordamento do rezeptáculo;

V - as caixas de água, reservatórios, cisternas ou poços, deverão ser revestidos de material impermeável inócuo, não-corrosível, de fácil limpeza, permanecendo cobertos, protegidos e vedados contra contaminação de qualquer natureza, devendo ser submetidos à limpeza e desinfecção, de seis em seis meses.

Art. 149 Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, na parte correspondente à disposição de esgoto e de lixo, além de atender às disposições regulamentares específicas sobre Ambiente deverá obedecer ao seguinte:

I - quando não existir rede coletora de esgoto e a solução indicada pela autoridade de saúde for a utilização de fossas sépticas, estas deverão ter a capacidade de 50 l por aluno/dia, no mínimo;

II - nas salas de aula deverá haver cestos coletores de papéis, e nos pátios e locais de recreio, recipientes coletores de lixo, com tampa;

III - quando não houver serviço público de coleta de lixo, a destinação do mesmo deve ser feita em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e ao bem-estar público.

## CAPÍTULO XIII

### DOS ESTABELECIMENTOS E LOCAL PARA LAZER, ESPORTE E CONGÊNERES

Art. 150 Toda construção, instalação, funcionamento ou utilização de local para lazer e esporte, deve ser licenciada pela vigilância sanitária, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalham ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o meio ambiente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a expressão lugar e/ou estabelecimento para lazer inclui, entre outros: balneário, bar, bingo, boate, boliche, camping, casa de massagem, centro e/ou loja de conveniência, centro de convenções, cinema, igreja, circo, clube, colônia de férias, festas populares, religiosas e folclóricas, hotel fazenda, jardim público, jardim zoológico, motel, museu, parque de diversão, parque aquático, praça, praia, piscina, spa, sauna, shopping center, teatro, termas, lan-house, jogos eletrônicos e outros congêneres.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, a expressão lugar e/ou estabelecimento para esporte inclui, entre outros: academia para esportes, academia de dança, academia de ginástica, artes marciais, autódromo, campo e centro esportivo, estádio, ginásio de esportes, piscina, pista de corridas, e demais estabelecimentos e/ou locais onde se desenvolvam ou pratiquem atividades físico-desportivo-recreativas.

§ 3º A pessoa usuária de piscina, sauna e termas, deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

Art. 151 O proprietário e/ou o responsável por edificação destinada aos fins deste Capítulo é obrigado a permitir a inspeção

sanitária durante a construção, após a sua conclusão e durante o seu funcionamento, sempre que se fizer necessário.

**Parágrafo Único** - Se a autoridade de saúde verificar durante a inspeção sanitária inobservância das disposições desta Legislação e de suas normas técnicas intimará o responsável pela obra, estabelecimento ou local, para a correção das irregularidades no prazo determinado.

**Art. 152** O proprietário e/ou responsável por estabelecimento de esporte e/ou lazer deverá dotá-lo de equipamentos, utensílios, materiais e instalações para a extinção de incêndios, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros.

**Art. 153** Para construir, reformar ou ampliar edificações destinadas à instalação e funcionamento de estabelecimento lazer e/ou esporte deverá atender às exigências dispostas em Regulamento e normas técnicas de acordo com finalidade estabelecida.

**Art. 154** Os estabelecimentos onde se desenvolvam atividades relacionadas com aulas ou treinos de ginástica, dança esportiva, artes marciais, esportes e demais atividades físico-desportivo-recreativas deverão possuir, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável inscrito no Conselho Regional respectivo, ou em outra entidade legalmente constituída na forma da Lei.

§ 1º Somente poderá responder tecnicamente pelos estabelecimentos mencionados neste artigo o profissional de Educação Física com formação universitária mínima, no nível de graduação, ou outro igualmente habilitado na forma da Lei.

§ 2º A presença do responsável técnico será obrigatória durante todo horário de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo.

§ 3º Os estabelecimentos mencionados neste artigo poderão manter técnico responsável substituto, para os casos de ausência ou impedimento do titular.

**Art. 155** Somente poderão se estabelecer no Município de Leoberto Leal, os estabelecimentos e locais para lazer, esporte e congêneres, que estiverem devidamente licenciados (Alvará Sanitário) pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 156** São condições para o licenciamento dos estabelecimentos de que trata este Capítulo:

I - localização conveniente, sob os aspectos físico-higiênico-sanitário e ambiental;

II - instalações e equipamentos que satisfaçam aos requisitos técnicos e físico-higiênico-sanitário para os fins estabelecidos;

III - condições de aeração, iluminação, ventilação e internação de acordo com as necessidades que se apresentam no ato da construção, reforma ou ampliação;

IV - assistência de técnico responsável para os estabelecimentos mencionados no artigo 145;

V - licenciamento prévio fornecido pelo município onde o estabelecimento encontra-se instalado.

**Parágrafo Único** - Os estabelecimentos mencionados no artigo 145 deverão manter sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores os laudos médicos das pessoas nelas inscritas e/ou matriculadas.

#### CAPÍTULO XIV

#### CINEMAS, TEATROS, LOCAIS DE REUNIÕES, CIRCOS, PARQUES DE DIVERSÕES

**Art. 157** As salas de espetáculos e auditórios, excetuados os circos e parques de diversões, serão construídos com materiais incombustíveis.

**Art. 158** Só serão permitidas salas de espetáculos no pavimento térreo e no imediatamente superior, ou inferior, devendo, em qualquer caso, ser assegurado o rápido escoamento dos espectadores.

**Art. 159** Os corredores de saída atenderão ao mesmo critério do artigo anterior.

**Parágrafo Único** - Quando houver rampas, sua declividade não poderá exceder a quinze por cento; quanto à largura das rampas, será a mesma exigida para escadas.

**Art. 160** As portas de saídas das salas de espetáculos deverão, obrigatoriamente abrir para o lado de fora, e ter na sua totalidade a largura correspondente a um centímetro por pessoa prevista para a lotação total, sendo o mínimo de dois metros por vão, devendo, ainda, ser indicadas com a inscrição SAÍDA, legível a distância.

**Art. 161** As escadas terão largura não inferior a um metro e cinquenta centímetros e deverão apresentar lances retos de dezesseis degraus no máximo, entre os quais se intercalarão patamares de um metro e vinte centímetros de extensão, no mínimo, não podendo apresentar trechos em leque.

§ 1º Quando o número de pessoas que por elas devem transitar for superior a cento e cinquenta, a largura aumentará à razão de oito milímetros por pessoa excedente.

§ 2º Quando a sala for localizada em pavimento superior ou inferior, o número de escadas será de duas, no mínimo, dirigidas para saídas autônomas.

**Art. 162** As salas de espetáculos serão dotadas de dispositivos mecânicos, que darão renovação constante de ar, com capacidade de treze metros cúbicos de área exterior, por pessoa e por hora.

§ 1º Quando instalado sistema de ar condicionado, serão obedecidas as normas Técnicas.

§ 2º Em qualquer caso, será obrigatória a instalação de equipamentos de reserva.

**Art. 163** As cabinas de projeção de cinemas deverão satisfazer às seguintes condições:

I - área mínima de doze metros quadrados, pé direito de três metros;

II - porta de abrir para fora e construção de material incombustível;

III - ventilação natural ou por dispositivos mecânicos;

IV - instalação sanitária.

**Art. 164** Os camarins deverão ter área não inferior a quatro metros quadrados e serão dotados de ventilação natural ou por dispositivos mecânicos.

**Parágrafo Único** - Os camarins individuais ou coletivos serão separados para cada sexo e servidos por instalações com bacias sanitárias, chuveiros e lavatórios, na proporção de um conjunto, para cada cinco camarins individuais ou para cada vinte metros quadrados de camarim coletivo.

**Art. 165** As instalações sanitárias destinadas ao público, nos cinemas, teatros e auditórios, serão separadas por sexo e independentes para cada ordem de localidade.

**Parágrafo Único** - Deverão conter, no mínimo, uma bacia sanitária para cada cem pessoas, um lavatório e um mictório para cada duzentas pessoas.

**Art. 166** Deverão ser instalados bebedouros, fora das instalações sanitárias, para uso dos frequentadores, na proporção mínima de um para cada trezentas pessoas.

**Art. 167** As paredes dos cinemas, teatros, auditórios e locais similares, na parte interna, deverão receber revestimento ou pintura lisa, impermeável e resistente, até a altura de dois metros. Outros revestimentos poderão ser aceitos, a critério da autoridade sanitária, tendo em vista a categoria do estabelecimento.

**Art. 168** Para os efeitos deste Regulamento equiparam-se, no que for aplicável, aos locais referidos no artigo anterior, os templos maçônicos e congêneres.

**Art. 169** Os circos, parques de diversões e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias provisórias, independentes para cada sexo, na proporção mínima de uma bacia sanitária e um mictório para cada duzentos frequentadores em compartimentos separados.

§ 1º Na construção dessas instalações sanitárias, poderá ser permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placa, devendo o piso receber revestimento liso e impermeável.

§ 2º Será obrigatória a remoção das instalações sanitárias construídas nos termos do parágrafo anterior e o aterro das fossas, por ocasião da cessação das atividades que a elas deram origem.

**Art. 170** Os estabelecimentos previstos neste Capítulo estão



sujeitos à vistoria pela autoridade sanitária, para efeito de licenciamento pela autoridade competente.

Parágrafo Único - Constatado em vistoria que o local apresenta condições sanitárias satisfatórias, será expedido o correspondente „Certificado de Inspeção Técnico-Sanitária“.

Art. 171 Sobre as aberturas de saída das salas de espetáculo propriamente ditas, é obrigatória a instalação de luz de emergência, de cor vermelha, e ligada a circuito autônomo de eletricidade.

Art. 172 A declividade do piso, nos cinemas e teatros, deverá ser tal que assegure ampla visibilidade ao espectador sentado em qualquer ponto ou ângulo da sala.

## CAPÍTULO XV

### LOCAIS DE REUNIÕES PARA FINS RELIGIOSOS

Art. 173 Consideram-se locais de reunião para fins religiosos os seguintes:

I - templos religiosos e salões de culto;

II - salões de agremiações religiosas.

Art. 174 As edificações de que trata este Capítulo deverão atender aos seguintes requisitos:

I - as aberturas de ingresso e saída em número de duas, no mínimo, não terão largura menor que dois metros quadrados e deverão abrir para fora e serem autônomas;

II - o local de reunião ou de culto deverá ter:

a) o pé direito não inferior a quatro metros;

b) área do recinto dimensionada segundo a lotação máxima prevista;

c) ventilação natural ou por dispositivos mecânicos capazes de proporcionar suficiente renovação de ar exterior.

Parágrafo Único - Quando instalado sistema de condicionamento de ar, este deverá obedecer às Normas Técnicas.

Art. 175 As edificações de que trata este Capítulo deverão dispor, além das privativas de instalações sanitárias para eventual uso dos frequentadores, separadas por sexo, com acessos, independentes, e constantes, pelo menos de:

I - um compartimento para homens, contendo bacia sanitária, lavatório e mictório;

II - um compartimento para mulheres, contendo bacia sanitária e lavatório.

Parágrafo Único - Quando abrigarem outras atividades anexas, como escolas, pensionatos ou residências, deverão satisfazer as exigências próprias da respectiva norma específica.

## CAPÍTULO XVI

### ESTAÇÃO RODOVIÁRIA E CONGÊNERES

Art. 176 As estações rodoviárias e congêneres deverão atender às prescrições referentes aos locais de trabalho, no que lhes couber e aos requisitos mínimos seguintes:

I - o reservatório de água potável terá capacidade mínima equivalente ao consumo diário;

II - bebedouros, na proporção de um para cada trezentos metros quadrados, ou fração diária de espera, atendimento e recepção, localizados fora dos compartimentos sanitários;

III - terão, nos locais de uso público, recipientes adequados para lixo;

IV - os esgotos estarão sujeitos às exigências especiais da autoridade sanitária, mesmo quando lançados na rede pública;

V - a retirada, o transporte e a disposição de excretos e de lixo, procedentes de veículos, deverão atender às exigências da autoridade sanitária competente;

VI - os locais onde se preparem, manipulem, sirvam ou vendam alimentos, deverão obedecer às disposições relativas a estabelecimento comercial de alimentos, no que lhes for aplicável.

Art. 177 As instalações sanitárias serão separadas, para o pessoal de serviço e para uso do público, e satisfarão às seguintes exigências:

I - as de pessoal de serviço atenderão às normas estabelecidas

para locais de trabalho;

II - as de uso público deverão estar disponíveis 24 horas e serão separadas, para cada sexo, com acessos independentes e atenderão às proporções mínimas seguintes quando forem para homens:

a) até cento e cinquenta metros quadrados de área de atendimento, espera e recepção: uma bacia sanitária, um lavatório e um mictório;

b) de cento e cinquenta e um metros quadrados a quinhentos metros quadrados: duas bacias sanitárias, dois lavatórios e dois mictórios;

c) de quinhentos e um metros quadrados a mil metros quadrados: três bacias sanitárias, três lavatórios e três mictórios;

d) acima de mil metros quadrados: três bacias sanitárias, três lavatórios e três mictórios, mais uma bacia sanitária, um lavatório e um mictório para cada quinhentos metros quadrados ou fração, excedentes de mil metros quadrados;

III - quando se tratar de instalações sanitárias destinadas às mulheres, a proporção será a mesma do inciso II, excluídos os mictórios.

## CAPÍTULO XVII

### GARAGENS, OFICINAS, LAVAÇÕES, REVENDAS E POSTOS DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTOS DE VEÍCULOS

Art. 178 As garagens, oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos estão sujeitos às exigências referentes aos locais de trabalho em geral, no que lhes for aplicável.

Art. 179 Os serviços de pintura nas oficinas de veículos deverão atender às exigências referentes ao controle da poluição do meio ambiente, estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 180 Os despejos das garagens, oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos, nos quais seja feita lavagem ou lubrificação, deverão passar por instalação retentora de areia e graxa, aprovada pelo órgão ambiental competente.

## CAPÍTULO XVIII

### INDÚSTRIAS DE ÁGUA SANITÁRIA, DE DESINFETANTES, DE DETERGENTES, DE INSETICIDAS, DE RATICIDAS E CONGÊNERES, PARA USO DOMÉSTICO

Art. 181 As indústrias de água sanitária, de desinfetantes, de detergentes, de inseticidas, de raticidas e congêneres, para uso doméstico, além de atender às condições referentes às habitações e estabelecimentos de trabalho em geral, deverão ter:

I - compartimento para fabricação;

II - compartimentos independentes para depósito de matéria-prima e de produto acabado;

III - compartimento destinado à lavagem de vidros e de vasilhames;

IV - compartimento para laboratório de controle.

Art. 182 As águas sanitárias não poderão possuir em sua composição final menos do que dois por cento de cloro ativo.

## CAPÍTULO XIX

### ESTABELECIMENTOS VETERINÁRIOS E CONGÊNERES

Art. 183 Os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, bem como os estabelecimentos de pensão e adestramento, destinados ao atendimento de animais domésticos de pequeno porte, serão permitidos dentro do perímetro urbano, em local autorizado pela autoridade municipal, e desde que satisfeitas as exigências deste Regulamento e de suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 184 Os canis dos hospitais e clínicas deverão ser individuais, localizados em recinto fechado, providos de dispositivos destinados a evitar a exalação de odores e a propagação de ruídos incômodos, construídos de alvenaria, com revestimento impermeável, podendo as gaiolas serem de ferro pintado ou material inoxidável, com piso removível.

Art. 185 Nos estabelecimentos de pensão e adestramento, os canis poderão ser do tipo solário individual, devendo, neste caso,

serem totalmente cercados e cobertos por tela de arame e providos de abrigo.

Art. 186 Os canis devem ser providos de esgotos com destino adequado, dispor de água corrente e sistema apropriado de ventilação.

Art. 187 Os jardins ou parques zoológicos, mantidos por entidades públicas ou privadas, poderão localizar-se no perímetro urbano municipal e deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

I - localização aprovada pelo Poder Público Municipal;

II - jaulas, cercados, fossos e demais instalações destinadas à permanência de aves ou animais, distanciados quarenta metros, no mínimo, das divisas dos terrenos vizinhos e dos logradouros públicos;

III - área restante, entre instalações e divisas, somente utilizável para uso humano;

IV - manutenção em perfeitas condições de higiene.

Art. 188 As jaulas, cercados, gaiolas e demais instalações destinadas à permanência de animais que representem risco à integridade física dos visitantes, por sua característica agressiva, deverão manter-se em perfeitas condições de conservação e segurança e manufaturadas em material resistente, sujeito à aprovação da autoridade sanitária.

## CAPÍTULO XX

### INSTITUTOS OU CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA E CONGÊNERES

Art. 189 Os institutos ou clínicas de fisioterapia são estabelecimentos nos quais são utilizados agentes físicos com finalidade terapêutica, mediante prescrição médica.

Parágrafo Único - É expressamente vedado o uso da expressão „Fisioterapia“, na denominação de qualquer estabelecimento que não preencha as condições deste artigo.

Art. 190 Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, utensílios, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias com tampos e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificultem a higiene e a limpeza, a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 191 Os institutos ou clínicas de fisioterapia e congêneres, além das disposições referentes à habitação e estabelecimentos de trabalho em geral, e das condições específicas para locais dessa natureza terão, no mínimo:

I - sala para administração com área mínima de dez metros quadrados;

II - sala para exame médico, quando sujeito à responsabilidade médica, com área mínima de dez metros quadrados;

III - sanitários independentes para cada seção, separados do ambiente comum;

IV - vestiários e sanitários para empregados.

Art. 192 A área, a ventilação e as especificações dos pisos, forros e paredes dos locais para fisioterapia propriamente dita, deverão obedecer às normas técnicas vigentes.

Art. 193 Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 194 Em todas as placas indicativas, anúncios ou formas de propaganda dos institutos ou clínicas de fisioterapia previstos, deverá ser mencionada com destaque a expressão „Sob Responsabilidade Técnica“, com o nome completo do profissional responsável e o seu número de inscrição no respectivo Conselho Regional.

## CAPÍTULO XXI

### FARMÁCIAS, DROGARIAS, ERVANÁRIAS, POSTOS DE MEDICAMENTOS, DEPÓSITOS DE DROGAS E DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS

Art. 195 As farmácias e drogarias funcionarão, depois de devidamente licenciadas e, obrigatoriamente, sob a responsabilidade

de técnico legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente;

§ 1º A presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos mencionados neste artigo.

§ 2º Os estabelecimentos de que trata este artigo poderão manter técnico responsável substituto, para suprir os casos de impedimentos ou ausência do titular.

Art. 196 As farmácias deverão possuir:

I - armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente;

II - três balanças: granatária, Roberval e de precisão;

III - um exemplar da última edição, em uso corrente, da Farmacopéia Brasileira;

IV - instrumental apropriado devidamente aferido;

V - armações e/ou armários envidraçados e fechados, livres de poeira e contaminação, para a guarda de medicamentos, drogas e vasilhames empregados na manipulação, previamente aprovados pela autoridade sanitária competente;

VI - cofre e/ou armário que ofereça segurança, com chave, para a guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

VII - livros, conforme modelos oficiais, com termos de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados, destinados à transcrição de área do receituário médico e ao registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica - entorpecentes e seus equiparados - e/ou sujeitos a controle sanitário especial.

Art. 197 Os laboratórios das farmácias deverão ser dotados, no mínimo, de pia com água corrente, filtro de vela sob pressão, aparelhos, utensílios e vasilhames necessários à manipulação, aparelhos de refrigeração para conservação de produtos perecíveis, depósito para água filtrada e mesas para manipulação com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificulte a higiene e a limpeza.

Art. 198 As drogarias, depósitos de drogas e os dispensários de medicamentos, deverão possuir:

I - armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente, para a guarda dos medicamentos;

II - cofre ou armário que ofereça segurança, com chave, para a guarda de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica - entorpecentes e seus equiparados - e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

III - aparelho de refrigeração para conservação de produtos perecíveis;

IV - livros, conforme modelos oficiais, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por estes devidamente rubricados, destinados ao registro diário de entrada e saída de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos capazes de criar dependência física ou psíquica - entorpecentes e seus equiparados - e/ou sujeitos a controle sanitário especial;

V - lavatório com água corrente.

Parágrafo Único - Nos estabelecimentos que possuem sistema eletrônico de processamento de dados, o registro em livro próprio, com as indicações obrigatórias, a que se refere o inciso IV, poderá ser feito em fitas magnéticas que ficarão arquivadas no local, à disposição da autoridade sanitária competente.

Art. 199 As farmácias e drogarias, quando houver aplicação de injeções, deverão possuir, no compartimento destinado a esse fim, lavatório com água corrente, descansa-braço e acessórios apropriados, Forno de Pasteur (estufa) ou autoclave ou outro equipamento capaz de, a critério da autoridade sanitária competente, assegurar esterilização, e cumprir os preceitos sanitários pertinentes.

Parágrafo Único - As exigências, quanto ao equipamento para esterilização, a que se refere este artigo, poderão ser dispensadas quando se faça uso exclusivo de agulhas e seringas descartáveis,

pré-esterilizadas, inutilizadas após cada aplicação.

Art. 200 É permitido às farmácias e drogarias exercer o comércio de determinados correlatos, como aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética, produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos, de higiene pessoal ou de ambiente, ou de cosméticos e perfumes, os dietéticos, os produtos óticos, de acústica médica, odontológicos, veterinários e outros, desde que observada a legislação vigente.

Parágrafo Único - Para o comércio de correlatos a que se refere este artigo, as farmácias e drogarias deverão manter seções separadas, de acordo com a natureza dos correlatos e a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 201 É vedada a aplicação, nos próprios estabelecimentos, de quaisquer tipos de aparelhos a que se refere o artigo anterior.

Art. 202 As ervanarias somente poderão efetuar a dispensação de plantas medicinais, excluídas as entorpecentes, cuja venda é privativa das farmácias e drogarias.

§ 1º Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão, depois de licenciados e sob a responsabilidade de técnico legalmente habilitado e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente.

§ 2º É proibido às ervanarias negociar com objetos de cera, colares, fetiches e outros que se relacionem com prática de feiticismo e curandeirismo.

§ 3º As plantas vendidas sob classificação botânica falsa, bem como as desprovidas de ação terapêutica e entregues ao consumo com o mesmo nome vulgar de outras terapeuticamente ativas, serão apreendidas e inutilizadas, sendo os infratores punidos na forma da legislação em vigor.

Art. 203 Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior possuirão recipientes fechados para o acondicionamento obrigatório, livres de pó e de contaminação, de todas as plantas e partes vegetais.

Art. 204 Os postos de medicamentos e os dispensários de medicamentos somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciados e dos seus responsáveis terem assinado termo de responsabilidade perante a autoridade sanitária competente.

Art. 205 As drogarias e depósitos de drogas que armazenarem produtos altamente inflamáveis, em grande quantidade, deverão contar com dispositivos de segurança determinados pela autoridade competente. Parágrafo Único - Para fins deste artigo, depósito de drogas é o estabelecimento destinado à guarda e distribuição de especialidades farmacêuticas e de matéria-prima destinado às drogarias, farmácias e indústrias farmacêuticas.

Art. 206 Nenhuma farmácia, drogaria, ervanaria ou depósito de droga será aberto ao público, sem prévia licença do órgão municipal competente, devendo atender além desta legislação, a todas as legislações federais e estaduais pertinentes.

## CAPÍTULO XXII

### ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E CONGÊNERES

Art. 207 A assistência médico-hospitalar é prestada nos seguintes estabelecimentos:

I - de assistência médica ambulatorial exclusiva;

II - de assistência médica de urgência, providos de leitos para repouso ou observação com limitação de tempo de permanência;

III - de assistência médico-hospitalar, com leitos em regime de internação, e sem limitação de tempo de permanência.

Art. 208 Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar devem atender às exigências referentes às habitações e aos estabelecimentos de trabalho em geral constantes deste Regulamento e de suas Normas Técnicas Especiais, além das disposições previstas na legislação vigente.

Art. 209 Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar deverão possuir quartos individuais ou enfermarias exclusivas para isolamento, segundo o tipo de infecção, de doentes ou suspeitos de serem portadores de doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo, os quartos ou enfermarias deverão dispor de banheiro exclusivo.

Art. 210 As instalações sanitárias, em cada pavimento, deverão ser separadas por sexo, com acessos independentes.

Art. 211 Os estabelecimentos de assistência médico-hospitalar deverão possuir instalações que permitam a esterilização de louças e talheres.

Art. 212 Nos estabelecimentos de assistência médico-hospitalar, as lavanderias deverão dispor de instalações que permitam a desinfecção e esterilização de roupas.

Art. 213 Esses estabelecimentos, quando possuírem necrotérios ou funerárias deverão satisfazer às exigências deste Regulamento.

Art. 214 Ao estabelecimento gerador de resíduos de serviços de saúde, compete:

I - executar procedimentos corretos de acondicionamento, coleta e transporte, armazenamento interno, bem como apresentação à coleta pública em abrigos adequados;

II - prover de meios materiais as instalações, com equipamentos necessários à eliminação de características de risco e à minimização de impactos à saúde ocupacional;

III - alocar recursos humanos, com treinamento adequado, responsabilizando-se pelos aspectos inerentes à saúde ocupacional.

Art. 215 Os estabelecimentos de que trata este Capítulo deverão possuir depósito específico para resíduos de serviços de saúde, com revestimento interno de material liso, resistente e impermeável, em dimensões mínimas proporcionais à sua produção diária e com portas que possuam fechaduras.

Art. 216 Todos os hospitais deverão possuir locais apropriados para depósito de objetos em desuso.

Art. 217 É recomendável a esterilização a vapor ou a incineração de resíduos de serviços de saúde, obedecendo às normas referentes à poluição.

Art. 218 Os resíduos de serviços de saúde deverão ser acondicionados adequadamente, atendendo às normas aplicadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais disposições legais vigentes.

§ 1º Os resíduos sólidos que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente, em virtude da presença de agentes biológicos, serão acondicionados em sacos plásticos, com a simbologia de substância infectante.

§ 2º Havendo, dentre os resíduos mencionados no parágrafo anterior, outros perfurantes ou cortantes, estes serão acondicionados, previamente, em recipiente rígido, estanque, vedado e identificado pela simbologia de substância infectante.

Art. 219 As hortas mantidas nas áreas dos hospitais deverão ser afastadas das dependências destinadas aos doentes e nelas será vedado o uso de adubo animal.

Art. 220 Além do disposto neste Capítulo, esses estabelecimentos deverão obedecer a outras normas vigentes.

## CAPÍTULO XXIII

### LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS OU DE PATOLOGIA CLÍNICA, DE HEMATOLOGIA CLÍNICA, DE ANATOMIA PATOLÓGICA, DE CITOLOGIA, DE LÍQUIDOS CÉFALO-RAQUIDIANOS, DE RADIOISOTOPOLOGIA E CONGÊNERES

Art. 221 O local para instalação dos laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquidos céfalo-raquidianos, de radioisotopologia e congêneres, além das disposições referentes às habitações e estabelecimentos de trabalho em geral, deverão satisfazer mais as seguintes exigências:

I - piso de material liso, resistente e impermeável, paredes pintadas de cor clara, com barra lisa e impermeável até dois metros de altura, no mínimo, e de material adequado aprovado pela autoridade sanitária ou de azulejos de cor clara;

II - forros pintados de cor clara;

III - compartimentos separados até o forro por paredes ou divisões, de cor clara, destinados a:



- a) recepção e colheita, com área mínima de dez metros quadrados;  
b) secretaria e arquivo, com área mínima de dez metros quadrados;  
c) laboratório, com área mínima de vinte metros quadrados.

Parágrafo Único - Os compartimentos destinados à colheita de material e ao laboratório terão as mesmas características previstas nos incisos I e II e serão providos de sanitários masculinos e femininos, separados, e de um boxe para colheita de material, com mesa ginecológica.

Art. 222 Os estabelecimentos de que trata este Capítulo somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciados, com suas especificações definidas, sob a responsabilidade de profissionais legalmente habilitados para cada uma das especializações, podendo manter profissional responsável substituto, com termos de responsabilidade assinados perante a autoridade sanitária competente, e com pessoal técnico legalmente habilitado.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos a que se refere este artigo poderão funcionar com mais de uma especialização, desde que contem com pessoal legalmente habilitado para cada uma delas, disponha de equipamentos apropriados e mantenham controle e desempenho adequados.

Art. 223 Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão possuir armações e armários adequados, aparelhos, utensílios, vasilhames, vidrarias apropriadas e os demais meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas com tampo e pés de material liso, resistente e impermeável, que facilitem a limpeza e a higiene, e seções separadas de acordo com a natureza dos exames realizados, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 224 Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquido céfalo-raquidiano, de radioisotopia, "in vitro" e "in vivo", e congêneres, particulares, oficiais, de autarquias ou de entidades de economia mista, terão livro próprio, com termo de abertura e encerramento pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricada, destinada ao registro de todos os resultados positivos de exames realizados para diagnóstico de doenças de notificação compulsória, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente, o seu endereço completo, o material a ser analisado e o número da ficha onde foi lançado o resultado do exame.  
§ 1º Este livro permanecerá, obrigatoriamente, no laboratório, será assinado diariamente pelo profissional responsável ou por seu substituto legalmente habilitado e será exibido à autoridade sanitária competente, sempre que solicitado.

§ 2º Nos laboratórios que possuírem sistema eletrônico de processamento de dados, o registro em livro próprio, com as indicações obrigatórias, ao qual se refere este artigo, poderá ser feito em fitas magnéticas, que ficarão arquivadas no local, à disposição da autoridade sanitária competente.

#### CAPÍTULO XXIV ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Art. 225 Os locais destinados à assistência odontológica, tais como clínicas dentárias (oficiais ou particulares), clínicas dentárias especializadas e policlínicas dentárias populares, prontos-socorros odontológicos, institutos odontológicos e congêneres, além das exigências referentes à habitação e aos estabelecimentos de trabalho em geral, deverão satisfazer mais as seguintes:

- I - piso de material liso, resistente e impermeável, e paredes pintadas de cor clara, com barra lisa e impermeável, até dois metros de altura, no mínimo, de material adequado, a critério da autoridade sanitária;  
II - forros pintados de cor clara;  
III - compartimentos providos de portas, separados até o forro por paredes ou divisões ininterruptas, destinados a:  
a) recepção com área mínima de dez metros quadrados;  
b) consultórios dentários com área mínima de seis metros quadrados cada;  
c) água corrente e esgotos próprios em cada consultório.

Art. 226 A sala em que estiver instalado o aparelho de raios X dentário deve, não necessariamente dentro dela, permitir ao profissional afastar-se do aparelho um metro e oitenta centímetros, no mínimo, e em sentido contrário ao do feixe útil de raios X.

Parágrafo Único - Nas salas de raios X dos consultórios dentários, quando houver divisão leve, deve haver biombo móvel de quarenta centímetros por quarenta centímetros, reforçado com lâmina de chumbo de um milímetro de espessura.

Art. 227 Para os aparelhos de raios X dentários deve haver um avental plumbífero de setenta e cinco centímetros por sessenta centímetros, com proteção equivalente a meio milímetro de chumbo, para proteção dos pacientes, especialmente gestantes e crianças, desde o maxilar inferior até o terço médio das coxas.

Art. 228 Os estabelecimentos de assistência odontológica somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciados, sob a responsabilidade de cirurgião-dentista, podendo manter responsável substituto, ambos legalmente habilitados, e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, e com pessoal técnico também legalmente habilitado.

Art. 229 Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames, equipamentos de esterilização, lavatório com água corrente e todos os meios necessários às suas finalidades, a critério da autoridade sanitária competente.

#### CAPÍTULO XXV LABORATÓRIOS E OFICINAS DE PRÓTESE

Art. 230 Os laboratórios e oficinas de prótese odontológica, além das exigências referentes à habitação e aos estabelecimentos comerciais em geral, deverão satisfazer mais as seguintes:

- I - área mínima de dez metros quadrados;  
II - piso de material liso, resistente e impermeável, paredes pintadas de cor clara, com barra de material liso, resistente e impermeável até dois metros de altura, no mínimo, a critério da autoridade sanitária;  
III - forro de cor clara;  
IV - pia com água corrente.

§ 1º As fontes de calor deverão ter isolamento térmico adequado.  
§ 2º Quando forem utilizados combustíveis em tubos ou botijões, os mesmos serão mantidos isolados e distantes da fonte de calor.  
§ 3º Os gases, vapores, fumaças e poeiras deverão ser removidos por meios adequados.

Art. 231 Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames e todos os meios necessários à sua finalidade.

#### CAPÍTULO XXVI INSTITUTOS DE BELEZA SEM RESPONSABILIDADE MÉDICA, SALÕES DE BELEZA, CABELEIREIROS, BARBEARIAS E CONGÊNERES

Art. 232 Somente poderão se estabelecer no Município de Leoberto Leal, os estabelecimentos enquadrados no presente Capítulo que estiverem devidamente licenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A concessão da licença sanitária (Alvará Sanitário) far-se-á mediante apresentação de toda documentação exigida pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, mediante o atendimento das demais exigências da presente legislação.

Art. 233 São condições mínimas para o licenciamento do estabelecimento:

- I - Boa iluminação e ventilação;  
II - Teto, piso e paredes de material liso, impermeável, resistente, de fácil higienização e preferencialmente de cor clara;  
III - Possuir local apropriado para guarda dos pertences dos funcionários;  
IV - O estabelecimento deverá manter-se limpo e organizado durante todo seu horário de funcionamento; V - Possuir local

separado das demais áreas em que são desenvolvidas atividades não contempladas nesta legislação.

Art. 234 Os profissionais de exercem a atividade de Cabeleireiro e/ou barbeiro, devem fazer a limpeza dos materiais que entrarem em contato com a pele íntegra, e desinfecção dos materiais que entrarem em contato com a pele não íntegra.

Art. 235 Os profissionais que exercem a atividade de Esteticista, durante a execução de suas atividades devem:

I - fazer uso de equipamentos de proteção individual, sempre que em contato com secreções;

II - fazer a desinfecção dos materiais que entrarem em contato com sangue;

III - executar os procedimentos invasivos com materiais esterilizados ou descartáveis.

Art. 236 Os profissionais que exercem a atividade de Manicure e/ou Pedicure, durante a execução de suas atividades devem:

I - fazer limpeza dos materiais que entrarem em contato com a pele íntegra utilizando água e sabão, após o uso nos clientes;

II - os materiais que entrarem em contato com sangue deverão ser desinfetados e esterilizados antes de serem utilizados novamente;

III - processo de esterilização em estufa deverá respeitar o período de 120 minutos (2 horas) a uma temperatura de 160º ou de 60 minutos (1 hora) a uma temperatura de 170º, devendo a estufa estar previamente calibrada.

Art. 237 Os estabelecimentos deverão como medida de prevenção seguir as seguintes normas, para concessão da respectiva licença sanitária:

I - fazer uso de avental (uniforme) durante todo o expediente;

II - higienizar as mãos antes e após o atendimento de cada cliente;

III - fazer a limpeza, desinfecção e esterilização (quando necessário) dos materiais e equipamentos após o uso;

IV - fazer a limpeza do ambiente, diariamente ou sempre que necessário;

V - somente utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde;

VI - somente utilizar produtos importados quando possuírem rotulagem traduzida para vernáculo português;

VII - não reutilizar embalagens e frascos vazios;

VIII - somente utilizar produtos devidamente identificados e dentro do prazo de validade;

IX - os produtos e equipamentos deverão ser armazenados em prateleiras ou armários, construídos de material impermeável, liso e isento de umidade;

X - as cubas para imersão de mãos e pés deverão ser descartáveis ou protegidas com material impermeável, descartável para cada cliente;

XI - o estabelecimento deverá possuir materiais e utensílios em número suficiente para atender a clientela, de forma a impedir que os mesmos sejam reutilizados sem a devida limpeza, desinfecção e esterilização;

XII - o estabelecimento deverá possuir área privativa para tratamento estético, bem como para massagem.

Art. 238 O estabelecimento deverá proceder a limpeza, desinfecção e esterilização de acordo com o Manual de Processamento de Artigos e Superfícies do Ministério da Saúde.

Art. 239 Os profissionais devem estar capacitados para as atividades que desenvolvem, e regularizados junto aos órgãos que disciplinam e fiscalizam o exercício das profissões.

## CAPÍTULO XXVII

### INSTITUTOS E CLÍNICAS DE BELEZA SOB RESPONSABILIDADE MÉDICA

Art. 240 Somente poderão se estabelecer no Município de Leoberto Leal, os estabelecimentos enquadrados no presente Capítulo que estiverem devidamente licenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A concessão da licença sanitária (Alvará Sanitário) far-se-á mediante apresentação de toda documentação

exigida pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, mediante o atendimento das demais exigências da presente legislação.

Art. 241 Os institutos e clínicas de beleza sob responsabilidade médica destinam-se exclusivamente a tratamento com finalidade estética, envolvendo atividades que só podem ser exercidas por profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão com a presença obrigatória do médico responsável, podendo manter médico responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 242 O local para instalação dos institutos e clínicas de beleza sob responsabilidade médica, além das disposições referentes à habitação e estabelecimentos de trabalho em geral, deverão satisfazer mais as seguintes exigências:

I - piso de material liso, resistente e impermeável, paredes de cor clara com barra lisa, resistente e impermeável, até dois metros de altura, no mínimo, de material aprovado pela autoridade sanitária;

II - forros de cor clara;

III - compartimentos separados até o forro por paredes e divisões ininterruptas de cor clara e destinados a:

a) recepção, com área mínima de dez metros quadrados;

b) consultas, com área mínima de dez metros quadrados;

c) aplicações, com área mínima de dez metros quadrados.

Art. 243 Esses estabelecimentos deverão possuir mobiliário adequado, aparelhos, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias, com tampos e pés de material liso, resistente e impermeável, que não dificultem a higiene e a limpeza.

Art. 244 Em todas as placas indicativas, anúncios ou forma de propaganda dos estabelecimentos de beleza aqui previstos, deverá ser mencionado com destaque a expressão „Sob Responsabilidade Médica”, com o nome completo do médico responsável e o seu número de registro no Conselho Regional de Medicina.

## CAPÍTULO XXVIII

### ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 245 Todo estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, somente pode fazê-las funcionar com Alvará Sanitário, obedecidos os requisitos das disposições específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

Art. 246 Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei.

§ 1º A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, deve submeter-se a exame de saúde periódico, de acordo com a legislação, cujo atestado e/ou carteira de saúde expedido por serviço de saúde, deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, legislações, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 247 A pessoa somente pode expor à venda ou ao consumo alimentos e bebidas próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que:

I - estejam em perfeito estado de conservação;

II - por sua natureza, composição e circunstâncias de produção, fabricação, manipulação, beneficiamento, fracionamento, depósito, distribuição, venda e quaisquer atividades relacionadas com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o seu valor nutritivo prejudicado e não apresentem aspecto repugnante;

III - obedeçam às disposições da legislação federal e estadual vigente relativa ao registro, rotulagem e padrões de identidade e qualidade.



Art. 248 São considerados impróprios para o consumo os alimentos e bebidas que:

- I - contenham substâncias venenosas ou tóxicas em quantidades que possam torná-los prejudiciais à saúde do consumidor;
- II - veiculem ou contenham substâncias venenosas ou tóxicas, adicionais ou incidentais, para as quais não tenha sido estabelecido limite de tolerância ou que, havendo, ultrapassem-no;
- III - contenham microorganismos e/ou parasitos patogênicos em qualquer estágio de evolução, ou seus produtos causadores de infecções, infestações ou intoxicações;
- IV - contenham microorganismos e/ou parasitos que indiquem deterioração, pela manipulação, acondicionamento ou conservação inadequada;
- V - sejam compostos, no todo ou em parte, de substâncias em decomposição;
- VI - estejam alterados por ação de causas naturais tais como umidade, ar, luz, tenham sofrido avarias, deterioração ou prejuízo em sua composição intrínseca, pureza ou caracteres organolépticos pela presença de enzimas, microorganismos ou parasitos;
- VII - por modificações evidentes em suas propriedades organolépticas normais ou pela presença de elementos estranhos ou impurezas, demonstrem pouco asseio em quaisquer das circunstâncias em que tenham sido operados, da origem ao consumidor;
- VIII - tenham sido operados, da origem ao consumidor, sob alguma circunstância que os tenha tornado potencialmente perigosos à saúde da pessoa;
- IX - sejam constituídos ou tenham sido preparados, no todo ou em parte, com produto proveniente de animal doente ou de animal que não tenha morrido por abate, excetuados os casos permitidos pela inspeção veterinária oficial;
- X - tenham sua embalagem constituída, no todo ou em parte, por substância prejudicial à saúde da pessoa;
- XI - sendo destinados ao consumo imediato, tendo ou não sofrido cozimento, esteja exposto à venda sem a devida proteção.

Art. 249 A pessoa não pode comercializar os alimentos e bebidas que:

- I - provenham de estabelecimento não licenciado pelo órgão competente;
- II - não possuam registro no órgão federal competente, quando a ele sujeitos;
- III - não estejam rotulados, quando obrigados a esta exigência, ou, quando desobrigados, não puder ser comprovada a sua procedência;
- IV - estejam rotulados em desacordo com a legislação vigente;
- V - não correspondam à denominação, à definição, à composição, à qualidade, e aos requisitos relativos a:
  - a) rotulagem e à apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade quando se tratar de alimento padronizado;
  - b) outros requisitos que tenham sido declarados no momento do respectivo registro - quando se trata de alimento de fantasia ou não-padronizado;
  - c) especificações federais pertinentes ou, em sua falta, às das legislações estaduais concernentes, ou às normas e padrões internacionais aceitos quando ainda não padronizados.

Art. 250 A pessoa ao processar alimento ou bebida deve garantir, em todas as fases, que os mesmos estejam livres e protegidos de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e do meio ambiente.

§ 1º Os produtos, substâncias, insumos ou outros devem se apresentar em perfeitas condições de consumo ou uso.

§ 2º Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de temperatura, umidade, ventilação e iluminação adequadas para sua conservação.

§ 3º Os alimentos devem ser mantidos afastados de saneantes, desinfetantes, solventes combustíveis líquidos, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

Art. 251 Toda pessoa deve zelar para que, em todas as fases de seu processamento, os alimentos e bebidas, ou outras substâncias

adicionáveis a eles, não entrem em contato com equipamentos, utensílios, recipientes e embalagens capazes de contaminá-los.

§ 1º Os alimentos enlatados uma vez aberto o invólucro devem ser transferidos para outro recipiente adequado.

§ 2º É proibido sobrepor bandejas, pratos e outros recipientes contendo alimentos, quando desprovidos de cobertura.

§ 3º Os utensílios, recipientes e equipamentos que tenham entrado em contato com alimentos crus, não devem entrar em contato com alimentos cozidos, a menos que, entre uma utilização e outra, sejam devidamente lavados e desinfetados.

Art. 252 Toda pessoa ao armazenar, transportar, expor e vender gêneros alimentícios deve protegê-los obrigatoriamente com invólucros próprios e adequados.

§ 1º No acondicionamento de alimentos não é permitido o seu contato direto com jornais, papéis coloridos, papéis ou filmes plásticos reaproveitados, bem como com a face impressa de papéis ou filmes, não importando se o alimento se destine ou não a ser cozido, lavado, ou desinfetado antes de sua ingestão.

§ 2º Os gêneros alimentícios, que por força de sua consistência ou tipo de comercialização, não possam ser completamente protegidos por invólucros, devem ser obrigatoriamente abrigados em dispositivos adequados para evitar contaminação, e manuseados ou servidos mediante o emprego de utensílios ou outros dispositivos que sirvam para evitar o contato direto das mãos.

§ 3º A sacaria utilizada no acondicionamento de alimentos deve ser de primeiro uso, sendo proibido o emprego de embalagens que já tenham sido usadas para produtos não-comestíveis ou aditivos.

Art. 253 Os alimentos embalados devem ser armazenados, depositados ou expostos sobre estrados ou estantes, ou ainda, dependurados em suportes.

§ 1º Os alimentos embalados, resfriados ou congelados, devem ser armazenados em dispositivos de produção de frio, obedecidas as exigências desta Legislação.

§ 2º As condições físicas e higiênico-sanitárias dos depósitos e dispositivos de produção de frio devem obedecer às disposições pertinentes desta Legislação.

Art. 254 Os alimentos pulverulentos e granulados, embalados ou não, e os produtos enlatados, devem ser armazenados ou depositados em locais secos, iluminados e ventilados, evitando-se condições que permitam umidade sobre a superfície dos mesmos.  
Parágrafo Único - As dependências de armazenamento ou depósito de produtos pulverulentos e granulados tais como os produtos do beneficiamento e moagem do trigo, milho, mandioca e congêneres, devem sofrer limpeza adequada sempre que necessário, de modo a ser mantido em perfeitas condições de higiene, sem a utilização de água, a qual só será empregada estando à dependência desocupada.

Art. 255 No armazenamento, depósito, acondicionamento e exposição:

I - os alimentos crus não devem contatar diretamente com alimentos que possam ser consumidos sem lavagem, desinfecção ou cozimento prévio;

II - os alimentos que desprendam odores acentuados devem ser separados dos demais;

III - os produtos embalados não podem estar junto com produtos não embalados.

Art. 256 A pessoa, na elaboração de massas e recheios para pastéis, empadas e produtos afins, está proibida de utilizar óleos e gorduras que serviram previamente em frituras.

Parágrafo Único - Os recheios para pastéis, empadas e produtos afins, devem ser utilizados no mesmo dia de sua preparação, observadas as demais exigências desta Legislação.

Art. 257 A pessoa é obrigada a substituir a gordura ou o óleo de frituras em geral, assim que os mesmos apresentarem sinais de saturação, modificações na sua coloração ou presença de resíduos queimados.

Art. 258 A pessoa está proibida de fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que já tenham sido servidos, bem como de aproveitar as referidas sobras ou restos para a elaboração ou

preparação de outros produtos alimentícios.

## SEÇÃO I DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 259 A pessoa somente pode expor à venda ou ao consumo, ou ainda empregar na elaboração de derivados e subprodutos comestíveis, as carnes e vísceras:

I - provenientes de animais abatidos em matadouros ou abatedouros registrados e fiscalizados pela autoridade competente;

II - submetidos a processos adequados de resfriamento no próprio matadouro ou abatedouro e transportados e/ou armazenados nos estabelecimentos de distribuição, em temperatura interna igual ou inferior a 7º C.

§ 1º Nas vilas e povoados de pequeno consumo e na zona rural, quando não puderem ser cumpridas as exigências deste artigo, normas técnicas expedidas pelo órgão competente fixarão as exigências para os pequenos abatedouros e açougues, tais como o número de horas que poderão decorrer entre a matança e a entrega ao consumo, bem como as condições de conservação, exposição e venda para consumo exclusivamente local.

§ 2º Nas localidades onde não houver abastecimento suficiente de aves e outros pequenos animais abatidos em estabelecimentos licenciados pelo órgão competente, permite-se o abate pelo próprio estabelecimento consumidor, desde que disponha de instalações adequadas, devendo a autorização constar no Alvará Sanitário.

§ 3º A autorização de que trata o § 2º do presente artigo será concedido a título precário, podendo ser revogada a qualquer momento, a critério da autoridade de saúde.

Art. 260 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar, somente pode armazenar, beneficiar, fracionar e vender carnes de animais de abate, sendo vedada qualquer atividade industrial ou o abate de animais nas suas dependências.

Art. 261 A pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar é permitido:

I - a venda de carne moída, desde que preparada no máximo meia hora antes de ser iniciada a sua venda, em quantidade não maior da que possa ser vendida em duas horas, devendo as sobras ser inutilizadas;

II - a venda de carnes cruas pré-elaboradas para uso culinário, aplicando-se no caso de preparações à base de carne moída, as disposições do item anterior;

III - a comercialização de produtos alimentícios derivados de carne e de pescados pré-embalados, desde que conservados na embalagem original do estabelecimento industrial produtor, mantidos em dispositivos de produção de frio, isolados do depósito e da exposição de carnes „in natura”, sendo proibida a abertura das embalagens ou o seu fracionamento para a venda.

Art. 262 A toda pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar é vedado:

I - expor carnes de animais que não tenham sido inspecionadas pelo órgão competente, sob pena de apreensão;

II - usar o cepo, a machadinha, tábuas, pranchões ou qualquer outro material dessa natureza que não seja impermeabilizado, para fracionar carnes;

III - manter a carne em contato direto com o gelo ou em compartimento onde houver gelo;

IV - manter, no mesmo compartimento dos baús ou câmaras frigoríficas, duas ou mais espécies de carne ou outros produtos, a não ser que estejam devidamente acondicionadas em invólucros apropriados, proporcionando perfeito isolamento;

V - possuir aparelhamento para preparo de carnes conservadas;

VI - manter o sebo a ser removido para fins industriais, nos compartimentos destinados às carnes.

Art. 263 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar deve providenciar para que as carnes e vísceras não permaneçam fora de refrigeração nem expostas, sem proteção, a poeiras, insetos, outros animais, ao manuseio por parte do comprador e a outras contaminações.

§ 1º É tolerada a permanência de carnes de refrigerador fora do mesmo, penduradas nas barras ou sobre as mesas de trabalho, o tempo estritamente necessário ao seu recebimento e à sua divisão em meias carcaças, quartos, frações comerciais e desossa, devendo ser, imediatamente após, colocadas nos dispositivos de refrigeração.

§ 2º É concedido o prazo máximo de três horas, reduzível pela autoridade de saúde, para a realização das operações mencionadas no parágrafo anterior, findo o qual as carnes fora de refrigeração ou expostas em desacordo com esta Legislação serão apreendidas, ficando os infratores sujeitos às demais penalidades regulamentares.

Art. 264 Toda pessoa proprietário e/ou responsável por açougue ou similar deve providenciar para que os equipamentos, utensílios, instrumentos e recipientes obedeçam às exigências sanitárias, higiênicas e tecnológicas previstas nesta Legislação e na legislação federal e estadual pertinente.

Art. 265 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar deve providenciar para que os ossos, sebos e resíduos sem aproveitamento imediato sejam depositados em recipientes herméticos, de material impermeável, não-absorvente e de superfície lisa, mantidos em local próprio e preferentemente sob refrigeração.

Art. 266 Toda pessoa que trabalha com produtos comestíveis derivados de carnes deve usar, desde o recebimento até a embalagem, uniformes próprios e limpos, inclusive gorros e botas.

Art. 267 O fracionamento de carnes e vísceras em geral, para comercialização no estado cru, constitui atividade privativa dos açougues, entrepostos e indústrias de carnes ou matadouros.

§ 1º A venda de carnes e vísceras nas feiras livres, inclusive de aves e pequenos animais, somente é tolerada quando observadas as exigências específicas mínimas desta Legislação.

§ 2º Os recipientes que acondicionarem as carnes e vísceras devem satisfazer as condições sanitárias e higiênicas previstas nesta Legislação.

Art. 268 Aplicam-se aos derivados e subprodutos comestíveis as mesmas disposições regulamentares referentes às carnes no que lhes forem aplicáveis, resguardadas, no entanto, as indicações condicionadas pelas peculiaridades de cada produto e a legislação federal pertinente.

Parágrafo Único - Os derivados de carnes, como embutidos, conservas e pratos prontos não podem apresentar pêlos, matérias estranhas, larvas e restos de insetos.

Art. 269 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar, para a sua construção e instalação, deve obedecer além das exigências contidas nesta Legislação e nas legislações pertinentes, bem como as da legislação específica sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

Art. 270 Os açougues e similares devem ter:

I - área mínima de vinte metros quadrados;

II - uma porta, no mínimo, abrindo diretamente para logradouro público, assegurando ampla ventilação;

III - piso de material íntegro, liso, lavável, resistente, impermeável, não-corrosível, provido de raias para escoamento de águas de limpeza;

IV - paredes integras revestidas até o teto com material liso, resistente, impermeável, não-corrosível, de cor clara;

V - pia com água corrente;

VI - instalações frigoríficas de funcionamento e controle automático, destinadas exclusivamente à conservação de carnes e vísceras, com capacidade proporcional ao volume conservado;

VII - balcão expositor refrigerado, com tampa;

VIII - tampos de balcões impermeáveis, revestidos com material liso e resistente e providos de anteparos para evitar o contato do consumidor com a carne;

IX - câmaras ou armários frigoríficos especiais para depósito de produtos alimentícios derivados de carne e pescado pré-empalado;

X - instalações sanitárias ou acesso a elas, na forma desta

Legislação e da legislação específica sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

Art. 271 A pessoa somente pode comercializar, ou utilizar na indústria de alimentos, ovos frescos ou conservados pelo frio, nas condições previstas na legislação pertinente.

§ 1º Os ovos provenientes de outras aves, que não as galinhas, devem, para ser vendidos, conter na embalagem a declaração expressa da espécie do animal.

§ 2º É proibido usar para a conservação dos ovos quaisquer processos ou substâncias que possam torná-los prejudiciais para o consumo humano.

Art. 272 A pessoa proprietária e/ou responsável por veículos, depósitos, câmaras e dispositivos frigoríficos, onde se transportam, guardam ou armazenam ovos, deve mantê-los limpos, livres de carnes, hortaliças ou outros produtos que por sua natureza, passem-lhes transmitir odores ou sabores estranhos.

§ 1º Os ovos expostos à venda devem ser acondicionados em caixas apropriadas ou embalagens especiais e devidamente protegidos dos raios solares diretos.

§ 2º Os ovos que tenham sofrido conservação pelo frio devem ser armazenados ou expostos em dispositivos que os mantenham em temperatura inferior a 7º C.

Art. 273 Toda pessoa está proibida de comercializar ou utilizar na indústria de alimentos ovos retirados de chocadeiras, qualquer que seja a tempo de sua permanência nas mesmas.

Art. 274 A pessoa somente pode comercializar ou servir os produtos alimentícios e preparações culinárias que contenham ovos, quando a referida matéria-prima ou o produto final tenha sido submetido a tratamento adequado em seu processo de elaboração.

Art. 275 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por aviários, granjas e outras propriedades afins nas quais estejam grassando zoonoses, que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais à saúde humana, não pode destinar sua produção às indústrias ou ao comércio, ficando a mesma interditada, cautelarmente, até que prove, com documentação fornecida pela autoridade de saúde, que cessou a zoonose.

Parágrafo Único - Se os estabelecimentos nas condições descritas no „caput“ deste artigo totalizarem mais de 20%, todos os estabelecimentos afins, da região, serão interditados cautelarmente.

Art. 276 Toda pessoa deve realizar a conservação do leite „in natura“ através do emprego exclusivo do frio, ressalvado o leite esterilizado.

Art. 277 A pessoa somente pode colocar, para o consumo direto da população, leite pasteurizado em usinas de beneficemente licenciadas pelo órgão competente.

§ 1º É permitida a venda de leite cru e seus derivados, para consumo direto da população, em localidades que não possam ser abastecidas permanentemente com leite beneficiado, observadas normas técnicas expedidas pela autoridade de saúde e as disposições da legislação federal pertinente, devendo a autorização constar no Alvará Sanitário concedido pela autoridade de saúde.

§ 2º A autorização de que trata o § 1º deste artigo será concedida sempre a título precário, podendo ser revogada a qualquer momento a critério da autoridade de saúde.

Art. 278 A pessoa somente pode colocar à venda, para o público, leite pasteurizado envasado à máquina em frascos de vidro ou em embalagens não-reutilizáveis, fechados mecanicamente e de forma inviolável, e trazendo consignado o tipo de leite, nome e domicílio do estabelecimento beneficiador e o dia da semana do envasilhamento.

Parágrafo Único - O envasilhamento do leite para o consumo só é permitido no estabelecimento que o pasteurize.

Art. 279 A pessoa, durante o transporte e nos locais de venda até a entrega ao consumidor, deve manter o leite em temperatura não superior a 7º C e, quando preparado para ser servido quente, acima de 60º C.

Art. 280 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento que comercialize leite deve equipá-lo, obrigatoriamente,

de refrigeradores ou outros dispositivos de refrigeração exclusivos para o seu depósito e, para serviço quente, de dispositivo que o mantenham constantemente aquecido em temperatura superior a 60º C.

Art. 281 Toda pessoa está proibida de proceder a abertura das embalagens originais para venda fracionada do leite, salvo quando destinado ao consumo imediato, nos estabelecimentos que sirvam refeições.

Art. 282 A pessoa só pode fazer a entrega de leite pasteurizado a domicílio ou realizar o seu comércio ambulante, obedecidas as seguintes condições:

I - fornecimento na embalagem original, sendo expressamente proibido o seu fracionamento;

II - transporte em veículo licenciado;

III - rigorosa observância às demais disposições desta Legislação.

Parágrafo Único - Permitem-se a entrega de leite acondicionado em latões com fechos invioláveis, para o consumo próprio de hospitais, internatos, penitenciárias, estabelecimentos militares e outros, a critério da autoridade de saúde.

Art. 283 Toda pessoa está proibida de colocar à venda, para consumo direto da população, laticínios, produtos elaborados à base de leite, incluindo sorvetes, que não tenham sido submetidos, ou a sua matéria-prima, a processo de pasteurização ou tratamento térmico aprovados pela autoridade competente.

Parágrafo Único - O comércio de laticínios deve obedecer aos preceitos desta Legislação, resguardadas, no entanto, as indicações condicionadas, pelas peculiaridades de cada produto e as normas em vigor.

Art. 284 A pessoa ao preparar sorvetes só pode usar água potável, devendo seus ingredientes apresentar-se em perfeitas condições de consumo.

## SEÇÃO II

### DOS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, DE CONFEITARIAS E DAS OUTRAS MASSAS ALIMENTÍCIAS

Art. 285 A pessoa, nas atividades de produção de pães e produtos de confeitaria e outras massas alimentícias devem:

I - usar fermentos selecionados, de pureza comprovada por laboratório oficial, sendo proibida a fermentação obtida pelas „iscas“ de massas;

II - acondicionar de forma correta e proteger de contaminações os produtos fabricados.

Art. 286 Toda pessoa, para a comercialização de pães, produtos de panificação e confeitaria, deve cumprir as seguintes exigências:

I - cada unidade de pão e demais produtos congêneres, independentemente de forma, peso, tipo ou finalidade, quando destinada à exposição e/ou venda em local que não seja a própria firma produtora, ao sair desta, deve estar acondicionada em invólucro fechado e rotulado, na forma desta Legislação;

II - no fornecimento a granel, os pães e demais produtos de panificação e confeitaria devem ser acondicionados também, em envoltório proporcional, nas mesmas condições exigidas no item anterior;

III - a exposição de pães e demais produtos destinados ao consumo, em qualquer estabelecimento, será feita sempre em vitrinas e sua venda efetuada com o envolvimento dos mesmos em papel ou em sacos de papel ou plástico.

Art. 287 Toda pessoa ao proceder a secagem das massas alimentícias e produtos congêneres deve fazê-lo de acordo com normas técnicas previamente aprovadas pela autoridade de saúde.

§ 1º As massas, durante a operação de secagem, devem ficar, obrigatoriamente, em armações com prateleiras.

§ 2º As massas alimentícias estão sujeitas às demais disposições referentes aos produtos de panificação e confeitaria.



### SEÇÃO III DAS FRUTAS E HORTALIÇAS

Art. 288 As frutas, hortaliças e assemelhados para serem comercializados e/ou industrializados devem provir de horta que assegure higiene ambiental nas áreas de cultivo e produção, a fim de evitar riscos de saúde pública.

Art. 289 A pessoa deve, durante o transporte das frutas e hortaliças, abrigá-las contra poeiras e sujidades e, ainda, protegê-las dos raios solares diretos.

Art. 290 A pessoa que cultive e/ou comercialize frutas e hortaliças „in natura” deve armazená-las ou depositá-las em local fresco e bem ventilado, sobre estrados que permitam a circulação do ar.

§ 1º A conservação de frutas e hortaliças mediante aplicação de frio deve observar a tecnologia adequada.

§ 2º A maturação forçada de frutas deve ser feita com a observação das condições de higiene e técnica previamente aprovadas pela autoridade de saúde.

Art. 291 A pessoa ao utilizar frutas e hortaliças nos estabelecimentos industriais e comerciais, para a elaboração de produtos alimentícios e preparo de refeições, respectivamente, deve fazer sua prévia limpeza e, a critério da autoridade de saúde, desinfecção por método previamente aprovado.

Art. 292 Toda pessoa está proibida de expor à venda, bem como de fazer aproveitamento para preparação, de produtos industriais ou culinários de:

I - frutas que não tenham atingido o grau de evolução do tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie, variedade e uso, ou ainda, o grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas;

II - frutos passados, fermentados, putrefeitos ou, em determinadas ocasiões, a juízo da autoridade de saúde, os procedentes de localidades onde grassem doenças transmissíveis;

III - hortaliças que não tenham atingido o grau normal de evolução e perfeito estado de desenvolvimento de tamanho, aroma e cor próprios da espécie e variedade e uso, mal conservados ou procedentes de localidades onde grassem doenças transmissíveis, ou ainda, de hortas em desacordo com as disposições regulamentares;

IV - frutas e hortaliças danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que lhes afete a aparência, ou infectadas por parasitos, fungos e microorganismos causadores de danos e/ou deteriorações.

Art. 293 As frutas e hortaliças e seus produtos derivados não devem apresentar sujidades e restos de insetos.

### SEÇÃO IV DA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS, DOS UTENSÍLIOS E DOS EQUIPAMENTOS

Art. 294 A pessoa que exerce atividades em estabelecimentos industriais ou comerciais de gêneros alimentícios, independentemente de sua categoria profissional, é obrigada para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde, fornecida gratuitamente pela rede de serviços básicos de saúde.

§ 1º As carteiras de saúde devem ser mantidas atualizadas, sendo que a periodicidade e o tipo dos exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 2º A obrigação de que trata o „caput” deste artigo é extensiva aos proprietários e/ou responsáveis que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 3º O pessoal empregado nos estabelecimentos hospitalares, principalmente os de geriatria e de pediatria, devem repetir os exames em intervalos mais frequentes, com a finalidade, principalmente, de detectar portadores de agentes de doenças transmissíveis por alimentos.

§ 4º Em casos excepcionais, a carteira de saúde pode ser substituída, provisoriamente, por atestado médico fornecido gratuitamente

pela autoridade de saúde, com declaração de prazo de validade, não sendo aceita a sua substituição por atestado emitido por médico particular.

Art. 295 Toda pessoa que possa constituir fonte de infecção de doenças transmissíveis por alimentos, bem como as afetadas por doenças de pele, somente podem manipular alimentos quando, a juízo da autoridade de saúde, dessa atividade não decorra risco à saúde pública ou inconvenientes de outra espécie para os consumidores.

Parágrafo Único - De modo especial, não podem manipular alimentos as pessoas:

a) acometidas ou suspeita de febre tifóide, paratifo A ou B, outras enterites e disenterias, hepatite infecciosa, escarlatina;

b) acometidas de tuberculose transmissível ou suspeita de serem portadoras dessa doença;

c) acometidas de doença transmissível de pele ou suspeitas de serem portadoras de doenças desse gênero;

d) acometidas ou suspeitas de outras doenças de interesse da saúde pública;

e) que exerçam, concomitantemente, outra atividade, em virtude da qual possam tornar-se portadoras de agentes transmissíveis para os alimentos, especialmente pessoas que desempenham atividade em serviços funerários, na remoção de cadáveres de animais, lixo ou esgoto.

Art. 296 As pessoas manipuladoras de alimentos, quando se apresentarem com febre, doenças de pele, principalmente as com supurações, corrimento nasal, supuração ocular e infecção respiratória, independente de possuírem carteira de saúde atualizada, devem por iniciativa própria ou do responsável pelo estabelecimento ou por exigência da autoridade de saúde, ser afastadas de suas atividades, podendo reassumir somente após liberação por escrito do médico da Unidade Sanitária da jurisdição.

Art. 297 As pessoas manipuladoras de alimentos não podem praticar ações, possuir hábitos ou apresentar-se em condições capazes de prejudicar a limpeza e a sanidade dos alimentos, a higiene dos estabelecimentos e a saúde dos consumidores.

§ 1º Os manipuladores de alimentos devem, ainda:

a) manter o mais rigoroso asseio corporal e do vestuário;

b) fazer, quando no recinto de trabalho, uso de vestuário adequado, o qual deverá ser de acordo com a natureza dos serviços;

c) fazer uso de gorro ou outro dispositivo que cubra os cabelos, quando envolvidos na manipulação de alimentos;

d) ter as mãos e unhas limpas, obrigatoriamente lavadas com água e sabão antes do início das atividades, principalmente quando tenham tocado dinheiro ou material contaminado, feito uso de lenço e após a utilização de instalação sanitária;

e) ter as unhas curtas e sem pintura;

f) fazer uso de utensílios apropriados para tocar nos alimentos;

g) não fumar, não mascar gomas ou praticar atos semelhantes nos locais onde se encontrem alimentos;

h) não cuspir ou escarrar em qualquer dependência, podendo fazê-lo tão somente no vaso sanitário;

i) não manipular dinheiro, produto ou substância tóxica, perigosa ou radioativa durante as operações de manipulação.

§ 2º Ao empregado-caixa incumbe receber diretamente dos fregueses o dinheiro destinado ao pagamento das compras e dar-lhes, nas mesmas condições, o troco porventura devido, sendo absolutamente vedado ao vendedor tocar no dinheiro.

Art. 298 As pessoas manipuladoras de alimentos devem usar permanentemente, durante o trabalho, uniforme regulamentar assim discriminado:

I - uniforme masculino - guarda-pó, jaleco ou avental e gorro de cor clara, calças e calçado apropriados;

II - uniforme feminino - guarda-pó, jaleco ou avental e lenço ou gorro, de cor clara, saia ou calças e calçado apropriados.

Parágrafo Único - Os garçons ou serventes e chefes de recepção cuja tarefa seja exclusivamente servir e não manipular alimentos pode usar uniforme que não o regulamentar, após aprovação pela autoridade de saúde.

Art. 299 A transgressão dos preceitos de higiene em geral, especialmente dos dispostos nesta Legislação, permitirá à autoridade de saúde, como medida cautelar, determinação de afastamento temporário do manipulador transgressor, das suas atividades específicas, afastamento este que poderá se tornar definitivo em caso de condenação em processo.

Art. 300 Toda pessoa estranha ao serviço é proibida de entrar nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto no „caput“ deste artigo as pessoas que, pela natureza de suas atividades tais como entrega de mercadoria, consertos ou vistoria sanitária, sejam obrigadas a penetrar nos referidos locais, estando, todavia, sujeitas às disposições referentes à higiene do pessoal.

Art. 301 A pessoa proprietária e/ou responsável por peças, maquinarias, utensílios, recipientes, equipamentos outros e embalagens que venham a entrar em contato com alimentos nas diversas fases de fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, conservação, transporte, armazenamento, depósito, distribuição, venda e quaisquer outras situações, deve providenciar para que tais elementos não interfiram nocivamente nos alimentos ou alterem o seu valor nutritivo ou as suas características organolépticas, devendo ser mantidos limpos e livres de sujidades, poeiras, insetos e outras contaminações.

Parágrafo Único - Os elementos de que trata o „caput“ deste artigo devem obedecer ainda às seguintes exigências:

- a) o material empregado deve ser inodoro e não apresentar em sua constituição e revestimento, substâncias consideradas nocivas;
- b) o formato deve permitir a fácil higienização e escoamento e, quando for o caso, apresentar facilidade para desmontagem, remontagem e higienização interna;
- c) o equipamento que não puder ser removido com facilidade deve situar-se de modo a permitir a limpeza das partes, assim como do piso e paredes da dependência, ou então, ser justaposto aos mesmos sem solução de continuidade;
- d) o material das superfícies que entrem em contato com os alimentos deve ser resistente à corrosão, liso, impermeável e não-absorvente;
- e) os balcões de alvenaria devem ser revestidos com material liso, resistente, impermeável e não-absorvente e terão, obrigatoriamente, a altura mínima de 1,00 metro, assentando diretamente sobre o piso, em base de concreto;
- f) os balcões pré-fabricados devem ser de aço inoxidável ou de outro material impermeável, lavável, não-corrosível, devendo ficar afastados do piso zero vírgula quinze metros, no mínimo, e obedecendo às demais especificações previstas;
- g) o frio para os dispositivos frigoríficos, móveis ou fixos, tais como gabinetes, armários, vitrinas e balcões refrigeradores, congeladores e outras instalações congêneres, deve ser produzido por aparelhagem de funcionamento automático, devendo a temperatura existente no terço superior de cada compartimento ser aferida por termômetro fixo;
- h) as torneiras para fornecimento de bebidas a torno devem ser de fácil desmontagem e limpeza.

Art. 302 A pessoa deve lavar e desinfetar todos os equipamentos, utensílios e recipientes após a sua utilização.

§ 1º A limpeza e desinfecção dos equipamentos, utensílios e recipientes devem obedecer às seguintes etapas:

- a) remoção dos detritos;
- b) lavagem com água corrente e sabão ou detergente;
- c) escaldamento com água fervente ou vapor;
- d) secagem ao ar ou com auxílio de toalhas.

§ 2º As toalhas utilizadas para secar as superfícies lavadas e desinfetadas, quando não de papel, devem também ser lavadas e desinfetadas.

§ 3º As operações de limpeza e desinfecção dos utensílios e recipientes para preparar, depositar ou servir alimentos ao público devem realizar-se em pias com uma cuba, no mínimo, ou em

máquinas, dotadas de dispositivos para o fornecimento de água quente e fria.

§ 4º A água utilizada na lavagem e desinfecção, devem satisfazer aos requisitos de potabilidade, estabelecidos na Legislação Federal em vigor.

§ 5º Nos estabelecimentos industriais, a lavagem e desinfecção dos equipamentos, utensílios e recipientes, nas dependências de elaboração ou preparo dos alimentos e nas de recepção do vasilhame ou embalagem, devem ser realizadas mediante o emprego de dispositivos que forneçam água corrente e vapor de água sob pressão, podendo as mesmas serem coadjuvadas ou substituídas pelo emprego de desinfetantes químicos aprovados, em concentrações, tempo e temperatura previstos em normas técnicas.

§ 6º A desinfecção de que trata o parágrafo anterior pode ser substituída por qualquer outro método que venha a demonstrar-se não-tóxico perante a autoridade de saúde e cuja eficiência seja igual ou superior ao preconizado nesta Legislação.

§ 7º Bactericidas, compostos de limpeza e polidores de metais devem ser usados de modo a não deixar resíduos de nível tóxico nas superfícies dos utensílios, recipientes e equipamentos.

Art. 303 A pessoa, ao usar utensílios, recipientes e equipamentos, após a realização das operações de lavagem e desinfecção, deve mantê-los depositados, guardados e manuseá-los de modo a não serem contaminados.

§ 1º Os recipientes utilizados para servir alimentos devem ser manuseados de modo que as superfícies que entrem em contato com os alimentos, ou com os lábios do consumidor, não sejam tocados pelos dedos ou outras fontes de contaminação.

§ 2º Os dispositivos para a guarda de talheres devem permitir a fácil retirada dos mesmos, de forma que sejam apanhados tão-somente pelos cabos.

§ 3º Os utensílios, recipientes e equipamentos portáteis devem ser guardados em dispositivos fechados, protegidos contra respingos, água de condensação, poeiras, insetos e outras contaminações, devendo também ser protegidas contra tais elementos as superfícies dos equipamentos fixos.

§ 4º Os utensílios, recipientes e equipamentos portáteis devem estar secos antes de serem guardados ou então devem ser colocados em posição que favoreça a drenagem em dispositivos de ganchos ou prateleiras de material não-corrosível.

§ 5º Quando possível, os recipientes devem ser depositados em posição invertida.

Art. 304 A pessoa deve providenciar para que os continentes, vasilhames ou frascos de retorno, destinados a alimentos, sejam inspecionados antes e após as operações de lavagem e desinfecção, as quais se realizarão de acordo com processos aprovados pela autoridade de saúde.

Parágrafo Único - É proibida a reutilização de embalagens que não possam sofrer processo de limpeza e desinfecção.

Art. 305 Toda pessoa está proibida de utilizar ou aproveitar qualquer tipo de vasilhame tradicionalmente usado para alimentos, bebidas e, especialmente, refrigerantes ou aqueles capazes de serem confundidos com estes, para o envasilhamento, industrialização ou comércio de saneantes, congêneres, substâncias repugnantes ou não-alimentares.

Parágrafo Único - É proibida, também a utilização ou aproveitamento, para embalagem de alimentos, de recipientes ou vasilhames que tenham contido anteriormente saneantes e congêneres, substâncias repugnantes ou não, alimentos e substâncias tóxicas ou capazes de contaminar o alimento ou alterar as suas características organolépticas.

Art. 306 Toda pessoa deve providenciar para que os estrados e prateleiras para o armazenamento, depósito ou exposição de alimentos sejam construídos de material que possa ser lavado e desinfetado, tolerando-se a madeira aplainada desde que em bom estado de conservação e limpeza.

§ 1º Para permitir a conservação dos produtos, preservação contra umidade, água de limpeza do pavimento ou outras contaminações, os estrados e prateleiras devem situar-se, no mínimo, a zero



vírgula trinta metros do pavimento.

§ 2º Nos locais de exposição e venda, de estabelecimentos comerciais, permite-se que os estrados e prateleiras situem-se à altura mínima de zero vírgula quinze metros do pavimento, desde que, facilmente removíveis, tenham largura não superior a zero vírgula sessenta metros e estejam afastados, no mínimo, um vírgula cinquenta metros dos umbrais de portas que dêem para o exterior.

#### SEÇÃO V DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 307 Todo estabelecimento industrial e/ou comercial que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, somente pode fazê-las funcionar com Alvará Sanitário, obedecidos os requisitos das disposições específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.

§ 1º Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios e/ou bebidas devem ainda: a) dispor de dependências e instalações mínimas adequadas às finalidades específicas;

b) dispor, nas dependências ou local de trabalho, de áreas físicas adequadas ao número de pessoas empregadas ou atendidas;

c) dispor de instalações, aparelhos e locais conforme o caso, para a limpeza e desinfecção dos equipamentos, utensílios e alimentos, providos de água corrente;

d) dispor de instalações e elementos necessários à permanente higiene de seu pessoal e para utilização pelo público, se for o caso, abrangendo instalações sanitárias e vestiários com armários individuais, cujo número e localização devem obedecer às disposições do decreto que dispõe sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários;

e) dispor, obrigatoriamente, de lavatório de uso exclusivo dos manipuladores de alimentos, nas áreas onde se elaborem, fracionem ou acondicionem alimentos;

f) prover os lavatórios, obrigatoriamente, de sabão e toalhas de uso individual, de preferência descartáveis;

g) dispor de abastecimento de água limpa e potável para atender suficientemente às necessidades do trabalho industrial ou comercial e às exigências sanitárias, devendo fluir canalizada e sob pressão em todas as áreas de elaboração, fracionamento ou acondicionamento de alimentos, nas instalações de limpeza e desinfecção de utensílios e equipamentos e nas instalações sanitárias;

h) dispor de adequado sistema de esgotamento sifonado ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento público, quando existente, ou a fossas sépticas;

i) dispor de ventilação suficiente em todas as dependências, de modo a manter o ambiente livre de odores desagradáveis e da condensação de vapores, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica;

j) dispor de iluminação natural sempre que possível e quando a luz artificial fizer-se necessária, esta deve ser o mais semelhante possível à luz natural, com intensidade e distribuição suficientes para garantir a apreciação do estado dos alimentos, dos equipamentos, dos utensílios e da construção, e de forma a proporcionar conforto visual;

k) possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficiência adequados às finalidades e funcionamento do estabelecimento;

l) dispor as instalações sanitárias, vestiários ou dependências de moradia quando for o caso, de modo a não haver comunicação direta com as dependências e locais onde se encontrem alimentos;

m) manter todas as dependências à prova de roedores;

n) dispor de dispositivos que impeçam a entrada de insetos e de impurezas evitáveis, nas aberturas dos locais onde se elaborem, fracionem, acondicionem, depositem ou armazenem alimentos;

o) dispor de pisos e paredes convenientemente impermeabilizados, laváveis e não-corrosíveis, nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de

alimentos, de acordo com esta Legislação, e normas técnicas da ABNT;

p) instalar fornos e caldeiras em locais apropriados, devendo chaminé possuir uma altura mínima de dois metros acima da mais alta cumieira num raio de cinquenta metros, observando ainda as disposições concernentes à segurança, higiene do trabalho e incômodos à vizinhança;

q) dispor de coletores utilizados para disposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos, devendo os mesmos ser dotados de tampas acionadas sem contato manual;

r) dispor de Manual de Boas Práticas e de Procedimentos Operacionais Padronizados, devendo estes estar acessíveis aos funcionários envolvidos e disponíveis à autoridade sanitária quando requerido.

§ 2º Os estabelecimentos industriais, os açougues e entrepostos de carnes, as peixarias e ainda os hotéis, devem dispor de reserva de água suficiente para um dia de atividade, pelos menos.

§ 3º Os estabelecimentos que preparem e/ou sirvam refeições, podem ser interditados temporariamente, quando houver interrupção no abastecimento de água.

Art. 308 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve providenciar para que os mesmos sejam instalados e equipados para os fins a que se destinam, quer em unidades físicas, quer em maquinaria e utensílios diversos em razão da capacidade de produção com que se propõem a operar.

Parágrafo Único - É proibido elaborar, extrair, fabricar, manipular, armazenar, fracionar, vender ou servir alimentos em instalações inadequadas para a finalidade e que possam determinar a perda ou impropriedade dos produtos para o consumo, prejuízos à saúde ou à segurança do trabalho.

Art. 309 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos de produção, industrialização e comercialização de alimentos e bebidas é proibido:

I - expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou cáusticas para qualquer uso, que possam ser confundidas com gêneros alimentícios expostos ao consumo;

II - vender medicamentos;

III - expor à venda, ou ter em depósito entre os gêneros alimentícios para consumo público, gêneros deteriorados, alterados ou falsificados;

IV - expor à venda ou ter em depósito produtos sem registro no órgão sanitário competente ou com o prazo de validade esgotado;

V - guardar ou vender substâncias que possam corromper, alterar, adulterar, falsificar, avariar os alimentos, ou de qualquer forma torná-los impróprios para o consumo ou comercialização;

VI - vender a granel produtos agropecuários, rações para animais, saneantes, desinfetantes, solventes, combustíveis líquidos ou similares;

VII - possuir substâncias e plantas tóxicas ou permitir a entrada ou permanência de animais em quaisquer de suas dependências, excetuando-se a presença eventual de cães-guias de pessoas deficientes visuais, nos locais onde são servidos alimentos;

VIII - ter no local matéria-prima, instrumentos ou materiais estranhos ao processo de fabricação ou preparo licenciado, bem como depositar produtos, objetos e materiais estranhos às finalidades das dependências;

IX - fazer refeições em dependências não licenciadas para tal finalidade, incluindo-se na proibição os empregados do estabelecimento;

X - utilizar as dependências como habitação, dormitório ou outras finalidades estranhas às atividades licenciadas.

Parágrafo Único - Só é permitido, nos estabelecimentos de venda ou consumo de alimentos, o comércio de saneantes, desinfetantes, solventes, combustíveis líquidos e produtos similares, devidamente embalados, quando o estabelecimento possuir local apropriado e separado, devidamente aprovados pela autoridade de saúde.

Art. 310 A pessoa proprietária e/ou responsável por

estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve manter suas dependências em bom estado de conservação e em perfeitas condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos ou atividades.

§ 1º A limpeza deve ser realizada por métodos que não levante poeira.

§ 2º A lavagem dos pisos e das paredes até dois metros de altura nas dependências em que se elaborem, fracionem ou acondicionem alimentos, deve ser diária, sendo que, semanalmente, devem ser utilizados desinfetantes aprovados, para limpeza dos pisos.

§ 3º Quando necessário, será feita desinfecção dos forros, da parte superior das paredes e das esquadrias.

§ 4º Durante as operações de limpeza, os alimentos devem ser protegidos de contaminação por respingos.

§ 5º As águas servidas e residuais devem ter destino conveniente, podendo a autoridade de saúde determinar o tratamento antes de seu lançamento ao sistema de escoamento.

§ 6º É obrigatória a desinsetização e desratização periódica dos estabelecimentos, sendo que devem ser realizadas de forma especializada e devidamente aprovadas pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as demais exigências regulamentares.

§ 7º O emprego de venenos contra roedores e insetos pelo responsável ou proprietário do estabelecimento só será permitido nas dependências não-destinadas à manipulação ou depósito de alimentos e quando as substâncias e métodos utilizados forem aprovados pela autoridade de saúde.

§ 8º É proibido o uso de serragem ou areia sobre os pisos.

Art. 311 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, deve afixar em local visível das instalações sanitárias, cartazes advertindo os empregados da obrigatoriedade de lavarem as mãos antes de retomarem ao trabalho.

Art. 312 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de, gêneros alimentícios deve providenciar para que os vasilhames de retorno sejam arrumados e empilhados em local coberto, devidamente separados das dependências onde existam alimentos.

Art. 313 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deve depositar o lixo e resíduos de alimentos separadamente, em recipientes próprios, impermeáveis e herméticos de fácil limpeza e desinfecção ou não-reutilizáveis.

§ 1º Os recipientes devem ser removidos para local apropriado, por ocasião da limpeza geral diária ou sempre que necessário.

§ 2º Os locais onde os recipientes com lixo e resíduos aguardam o destino conveniente devem ter o piso e as paredes, até 2 m de altura, impermeabilizados com material liso, resistente e lavável, ser protegidos contra a ação de insetos roedores e animais domésticos, possuírem torneira com água corrente, e dispor de ralo sifonado para escoamento das águas provenientes da lavagem do local.

§ 3º Quando não houver coleta pública, o lixo deve ser eliminado adequadamente, de forma aprovada pela autoridade de saúde.

Art. 314 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por mercados e supermercados, além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhes for aplicável e da legislação federal, deve provê-los de:

I - pias ligadas à canalização da rede de abastecimento, com água abundante para todas as atividades;

II - câmaras frigoríficas para os gêneros alimentícios de fácil deterioração;

III - piso de material liso, resistente e impermeável;

IV - paredes revestidas até a altura de dois metros no mínimo, de material liso e impermeável;

V - portas e janelas capazes de assegurar franca ventilação e impedir a entrada de insetos e roedores;

VI - pé direito mínimo de três vírgula cinquenta metros, contados do ponto mais baixo da cobertura;

VII - instalações sanitárias, na forma desta Legislação.

Art. 315 A pessoa proprietária e/ou responsável por mercados e supermercados deve manter seus pisos convenientemente limpos, por método que não levante poeira.

§ 1º Recipientes de fácil limpeza para coleta de lixo e detritos devem ser dispostos em locais adequados, sendo removidos para local apropriado por ocasião da limpeza geral diária ou sempre que necessário, enquanto aguardam o destino definitivo.

§ 2º Terminada a jornada diária de trabalho, deverá ser iniciada imediatamente a limpeza do piso bem como do equipamento utilizado.

Art. 316 Os estabelecimentos comerciais, como açougues, peixarias, panificadoras, quitandas e, congêneres, devem obedecer às disposições desta Legislação, no que lhes for aplicável bem como as normas técnicas expedidas pela autoridade de saúde.

Parágrafo Único - Ficam sujeitas às mesmas exigências as empresas e companhias exploradoras ou arrendatários de mercados, supermercados, nos compartimentos e locais destinados a locação, depósito e leilões de produtos.

Art. 317 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de empórios, mercearias, fiabrerias, depósitos de gêneros alimentícios e estabelecimentos congêneres são permitidos:

I - comercializar carnes e vísceras, inclusive de aves e pequenos animais de abate, somente quando previamente fracionadas e embaladas em açougues, entrepostos de carne e estabelecimentos industriais licenciados e com rotulagem indicativa de sua procedência, mantidas em dispositivos de produção de frio, sendo proibida no local, qualquer manipulação ou fracionamento;

II - comercializar pescado, somente quando previamente embalado e congelado em estabelecimento industrial de pescado, licenciado, e com rotulagem indicativa de sua procedência, mantido permanentemente em dispositivo congelador, destinado unicamente para alimento desta natureza e tipo.

Art. 318 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de empórios, mercearias, fiabrerias, depósitos de gêneros alimentícios e estabelecimentos congêneres são vedados:

I - manter em depósito e/ou comercializar aves e outros pequenos animais vivos;

II - preparar e/ou servir refeições;

III - preparar produtos alimentícios liquidificados, refrescos, refrigerantes e sorvetes;

IV - produzir bebidas alcoólicas no estabelecimento;

V - manter em depósito e/ou comercializar os demais gêneros alimentícios, obedecidas às disposições próprias contidas nesta Legislação;

VI - vender carvão e lenha, exceto quando o estabelecimento dispuser de depósitos especiais e adequados a critério da autoridade de saúde.

Art. 319 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por barracas, bancas, quitandas, quiosques e congêneres, deve obedecer às exigências desta Legislação no que lhes for aplicável, em especial às seguintes:

I - o material empregado na construção dos estabelecimentos de que trata esta subseção pode ser de madeira, desde que de boa qualidade;

II - as paredes internas e pisos devem ser impermeabilizados com material liso, resistente, lavável, não-corrosível, e de cor clara;

III - as junções entre as tábuas devem ser cobertas com tapajuntas ou outro material próprio para calafetação, a critério da autoridade de saúde;

IV - a cobertura ou teto devem ser de material capaz de proteger contra a insolação e chuvas;

V - é obrigatória a existência de pia com água corrente;

VI - os armários, prateleiras, mesas e balcões devem ser revestidos com material liso, lavável e de cor clara;

VII - para a comercialização de gêneros alimentícios perecíveis, é obrigatória a existência de equipamento próprio para refrigeração, aquecimento e conservação.

Art. 320 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por

estabelecimentos de preparação e/ou serviço de alimentos e bebidas deve obedecer às exigências desta Legislação no que lhes for aplicável, em especial às seguintes:

I - as dependências e instalações devem ser suficientes em número e adequadas ao ramo explorado, de acordo com normas técnicas baixadas pela autoridade de saúde;

II - as copas e cozinhas devem ajustar-se à capacidade instalada e operacional do estabelecimento;

III - os estabelecimentos que não preparem, nem sirvam refeições, quando for o caso, podem ter copas e cozinhas com área compatível às suas necessidades, equipamentos e finalidades;

IV - as instalações sanitárias para o público e para os empregados devem ser em número adequado, instaladas de acordo com as disposições regulamentares, em perfeitas condições de higiene, com papel higiênico fornecido permanentemente pelo estabelecimento, e com recipientes coletores para o mesmo com tampa, disposto de forma a não contaminarem o papel não utilizado;

V - os lavatórios devem ser localizados junto às instalações sanitárias e providos de água corrente, sabão, toalha de uso individual, de preferência descartável, e cestos coletores com tampa;

VI - os vestiários devem ser providos de armários individuais para as pessoas que desempenham atividades no estabelecimento, sendo proibida a troca ou guarda de roupas em outros locais.

§ 1º É expressamente proibido o funcionamento de estabelecimentos que preparem e/ou sirvam refeições quando não dispuserem de água quente e fria em quantidade suficiente para suas finalidades.

§ 2º As despensas e adegas devem ser instaladas em locais específicos, obedecendo aos requisitos de higiene e salubridade.

Art. 321 A pessoa deve providenciar para que os equipamentos, utensílios e instrumentos além de satisfazer às disposições desta Legislação, no que lhes forem aplicáveis, obedeçam às seguintes exigências:

I - os pratos, copos, talheres e demais utensílios devem ser íntegros, sendo proibido o seu uso quando quebrados, rachados, lascados, gretados ou defeituosos;

II - os açucareiros, farinheiras, saleiros e afins devem ser de tipo higiênico, providos de tampa de fechamento eficiente para impedir a entrada de insetos;

III - as louças, talheres e demais utensílios, depois de convenientemente lavados e desinfetados devem ser mantidos protegidos da ação de poeiras, insetos e outras contaminações, devendo ser levados limpos e secos para as mesas;

IV - os copos, taças, cálices e demais recipientes para servir bebidas não podem ser resfriados pelo uso direto de gelo ou de água gelada;

V - os botijões de gás, liquefeito de petróleo devem ser depositados em local ou dispositivo que evite a contaminação dos alimentos por sujidades, devendo ser higienizados antes de sua entrada nas cozinhas;

VI - quando o combustível utilizado for lenha ou carvão vegetal, o estabelecimento deve dispor de local próprio e adequado para o seu depósito;

VII - os fogões e churrasqueiras devem ser dotados de coifa ou cúpula exaustora, evitando, assim, a produção de fumaça nos compartimentos de trabalho;

VIII - as mesas, bancadas e os balcões de trabalho devem ser dotados de tampas de material liso, lavável, compacto, resistente, impermeável, não-absorvente e não-corrosível;

IX - as pias devem ser providas de fornecimento contínuo de água corrente quente e fria, devendo haver pia separada destinada exclusivamente à limpeza prévia dos alimentos, sendo que aquelas destinadas à lavagem e desinfecção de utensílios devem, obrigatoriamente, ser duplas;

X - nas salas de preparo, fracionamento ou acondicionamento de alimentos deve haver lavatório de uso exclusivo dos manipuladores de alimentos dotados de água corrente, sabão e toalha de uso individual; XI - as toalhas de mesa e os guardanapos devem ser substituídos por outros rigorosamente limpos, logo após a sua

utilização, e aqueles já utilizados devem ser depositados em recipientes fechados, para posterior encaminhamento para lavagem e desinfecção, sendo que estas operações devem ser realizadas em instalações adequadas e exclusivas, não podendo haver mistura com roupas de uso pessoal.

§ 1º É obrigatório o uso de estufas para exposição ou guarda de produtos que devem ser mantidos em temperatura acima de 60º C.

§ 2º Não é permitida a lavagem de utensílios, recipientes e instrumentais em águas paradas nas pias ou em outros recipientes.

Art. 322 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento de preparação e/ou serviço de preparação de alimentos e bebidas, deve prove-lo de recipientes próprios para a coleta de lixo, com tampa, de material resistente, de boa qualidade e de fácil limpeza, obedecendo para a sua destinação, às disposições desta Legislação no que lhe for aplicável.

Art. 323 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por Bares, Restaurantes, Churrascarias, Pizzarias, Pastelarias, Cafés, Lanchonetes e Estabelecimentos Congêneres, além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhe forem aplicáveis, e da legislação federal pertinente deve provê-lo de:

I - pisos íntegros, de material liso, lavável, resistente, impermeável, não-corrosível, provido de ralos para escoamento de águas de limpeza, na cozinha, copa, despensa, depósito e banheiros;

II - paredes da cozinha, copa, despensa, depósitos e banheiros, íntegras, revestidas até o teto com material liso, lavável, resistente, impermeável, não-corrosível e de cor clara;

III - balcões e mesas de manipulação de alimentos revestidos de material lavável, resistente, impermeável e não-corrosível;

IV - armários revestidos de material impermeável e lavável, dispostos e conservados de maneira a evitar poeira, umidade e vetores;

V - recipientes coletores com tampa para os restos de alimentos da cozinha;

VI - sanitários para ambos os sexos, com acesso independente, sendo no mínimo dois para cada grupo de 20 pessoas ou fração.

Art. 324 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por „cafés expressos“ deve providenciar para que as xícaras e colherinhas sejam previamente lavadas em água corrente fria e em seguida conservadas em aparelhos apropriados que garantam temperatura não-inferior a 90º C.

Art. 325 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por panificadoras, confeitarias, docerias, padarias e congêneres, além de cumprir a exigências desta Legislação no que lhes for aplicável e da legislação federal pertinente, deve provê-los de:

I - pisos íntegros, de material liso, lavável, resistente, impermeável e não-corrosível;

II - paredes revestidas:

a) até dois metros, na área de atendimento ao público, com material resistente, lavável, impermeável, não-corrosível e em cor clara, sendo a faixa restante pintada de cor clara com tinta plástica lavável;

b) até o teto, na área de manipulação, com material resistente, lavável, impermeável, não-corrosível e em cor clara;

III - aberturas com telas nas salas de manipulação;

IV - chaminés instaladas no mínimo dois metros acima da mais alta cumieira, num raio de cinquenta metros, e com equipamentos anti-poliuição;

V - fornos, caldeiras e máquinas instaladas em compartimentos especiais, distando zero vírgula cinquenta metros das paredes próximas, sendo que não é permitida construção alguma sobre os fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;

VI - depósito para farinhas, açúcar e outros, com piso e paredes impermeabilizadas, proteção especial contra insetos e animais, bem como estrados gradeados, na altura de zero vírgula trinta metros e aberturas especiais teladas.

§ 1º A secagem dos produtos deve ser efetuada em ambiente com equipamento adequado e protegido.

§ 2º O preparo das massas doces, salgados e demais produtos



deve ser realizado, sempre que possível: por processo mecânico, evitando-se ao máximo o uso das mãos.

§ 4º É obrigatória a utilização de estilete de aço inoxidável, não sendo permitido que o mesmo seja de outro material.

§ 5º A manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de aço inoxidável, deve ser feita com as mãos protegidas por luvas.

Art. 326 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por sorveterias e fábricas de gelo, além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhes for aplicável e da legislação federal pertinente, deve obedecer às seguintes:

I - além de outros equipamentos próprios, as sorveterias devem ter pasteurizador e homogeneizador adequado, de fácil limpeza e desinfecção;

II - a água utilizada, quando não for de abastecimento público, deve ser submetida a tratamento e controle adequado, a critério da autoridade de saúde.

Art. 327 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por cozinha industrial, rotisseria e serviço de bufê, além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhes for aplicável deve obedecer ao disposto na legislação federal pertinente.

Art. 328 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por cozinha industrial, rotisseria e serviço de bufê, na hipótese destes estabelecimentos não possuírem refeitório, está dispensada das exigências específicas para estes compartimentos, estando obrigada às demais disposições pertinentes.

Art. 329 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por carros de lanches e congêneres além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhes forem aplicáveis e da legislação federal pertinente deve obedecer às seguintes:

I - os veículos utilizados, motorizados ou não, devem ter espaço interno suficiente para a permanência do manipulador e ser providos de reservatório para adequado suprimento da água corrente potável, instalações de copa, cozinha e balcão de servir;

II - o compartimento do condutor, quando for o caso, deve ser isolado dos compartimentos de trabalho, sendo proibida a utilização do veículo como dormitório;

III - os utensílios e recipientes, para utilização pelo consumidor, devem ser descartáveis e descartados após uma única utilização;

IV - o fornecimento de lanches ou refeições em mesas, só é permitido caso existam instalações adequadas para os freqüentadores;

V - as mesas, quando houverem, devem ser insuladas sobre piso impermeável, lavável e liso;

VI - a fumaça, o calor e a odor do ambiente de trabalho devem ser eliminados através de dispositivos adequados;

VII - as águas servidas oriundas das pias devem ser destinadas à rede pública de esgotos sempre que esta existir, ou destinadas a sistema adequado de tratamento, aprovado pela autoridade de saúde.

Art. 330 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por barracas, bancas, quitandas, quiosques e congêneres, além de cumprir as exigências desta Legislação no que lhes for aplicável e da legislação federal pertinente, deve obedecer às seguintes:

I - a construção dos estabelecimentos de que trata esta subseção pode ser de madeira, desde que de boa qualidade;

II - a impermeabilização das paredes internas e pisos devem ser feitos com material liso, resistente, lavável, não-corrosível, impermeável, sendo as paredes de cor clara e lisa;

III - as junções entre as tábuas devem ser cobertas por tapajuntas ou outro material próprio para calafetação;

IV - a cobertura ou teto deve ser de material capaz de proteger o estabelecimento contra a insolação ou chuvas;

V - a existência de pia com água corrente é obrigatória;

VI - os armários, prateleiras, mesas e balcões devem ser revestidos de material liso, impermeável, lavável e de cor clara.

Parágrafo Único - É proibida a comercialização de gêneros alimentícios perecíveis quando não existir equipamento próprio para refrigeração, aquecimento e conservação.

Art. 331 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por

estabelecimentos industriais de gêneros alimentícios deve providenciar os locais ou dependências reservadas ao:

I - recebimento, seleção, lavagem da matéria-prima e outras operações preliminares, quando for o caso;

II - depósito ou armazenamento de matérias-primas e aditivos;

III - depósito de material de acondicionamento;

IV - beneficiamento, preparação ou elaboração dos produtos;

V - depósito ou armazenamento de produtos semi-acabados ou em processo de elaboração se for o caso;

VI - envasamento ou acondicionamento dos produtos acabados;

VII - lavagem e desinfecção do vasilhame ou outro material de acondicionamento, quando for o caso; VIII - depósito ou armazenamento dos produtos acabados e a sua expedição;

IX - depósito de combustível, quando for o caso;

X - vestiários;

XI - instalações sanitárias;

XII - refeitório, quando exigido.

§ 1º As dependências destinadas ao beneficiamento, preparação ou elaboração dos produtos, ao depósito ou armazenamento de produtos semi-acabados ou em processo de elaboração e as de envasamento ou acondicionamento dos produtos acabados devem ser totalmente separadas das demais, restringindo-se ao mínimo possível o trânsito de materiais e do pessoal.

§ 2º Nas indústrias onde se manipulam produtos comestíveis e não-comestíveis deve haver separação total e inconfundível entre suas diversas instalações e dependências, não podendo haver nenhuma conexão entre elas.

Art. 332 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos industriais de gêneros alimentícios deve obedecer ainda às seguintes exigências:

I - os compartimentos de preparo ou manipulação, bem como os de venda e expedição de gêneros alimentícios, devem ter as paredes, até a altura de 2,00 m, bem como os pisos, revestidos de material liso, íntegro, resistente, lavável, impermeável e não-corrosível, não sendo permitido o emprego de forros de madeira;

II - os compartimentos de manipulação e depósitos de gêneros alimentícios devem ter as janelas, portas e demais aberturas teladas à prova de insetos;

III - as seções industriais e residenciais e de instalação sanitária devem formar conjuntos distintos na construção do edifício, de forma a não se comunicarem diretamente entre si, a não ser por antecâmaras dotadas de abertura para o exterior;

IV - as saias de trabalho onde houver manipulação, preparo ou fabricação de alimentos devem ter lavatório com sabão e toalhas de uso individual, de preferência descartáveis.

Art. 333 Toda pessoa só pode realizar a comercialização ambulante de alimentos e bebidas em logradouros públicos, feiras livres, festividades, domicílios e outros locais e modalidades, após a concessão da respectiva licença sanitária.

§ 1º A licença fornecida pela autoridade de saúde será sempre a título precário e com menção da natureza e tipos de gêneros alimentícios, podendo ser revogada a qualquer momento, a critério da mesma.

§ 2º As licenças sanitárias para ambulantes e feirantes são pessoais e intransferíveis devendo constar nelas, também, o endereço do portador e do local onde se depositem as mercadorias e o veículo utilizado para transporte das mesmas.

§ 3º As autoridades municipais não concederão licença aos interessados sem a comprovação de acharem-se previamente licenciados pela autoridade de saúde, que consultará por sua vez, as autoridades municipais, sobre a localização do comércio.

Art. 334 Toda pessoa deve providenciar para que os implementos utilizados para comercialização ambulante de alimentos e bebidas sejam vistoriados pela autoridade de saúde, bem como o local de guarda das mercadorias e do veículo utilizado para transporte.

§ 1º São considerados implementos para o comércio ambulante:

a) veículos, motorizados ou não;

b) tabuleiros, mesas e estrados;

c) cestas e caixas;

d) pequenos recipientes isotérmicos;

e) outros apetrechos aprovados pela autoridade de saúde.

§ 2º Os implementos mencionados no parágrafo anterior não podem contrariar as disposições do Código de Posturas Municipais.

§ 3º Os implementos não podem ser utilizados para o transporte, guarda ou depósito de objetos ou mercadorias estranhas ao comércio para o qual foram licenciados.

§ 4º Os implementos devem estar dispostos de modo a manter a guarda, depósito ou exposição de alimentos, seus utensílios e recipientes acima de zero vírgula quarenta metros do piso.

§ 5º As superfícies dos dispositivos para guarda, depósito e exposição, quando a natureza dos alimentos não exigir um revestimento liso, resistente, impermeável, não-absorvente e não-corrosível, devem estar perfeitamente pintadas com tinta inócua e de cores claras, permitindo-se no caso de feirantes, a critério da autoridade de saúde, a substituição do material de revestimento ou da pintura por toalhas de plástico ou fazenda.

Art. 335 A pessoa deve providenciar para que o local destinado à comercialização ambulante de alimentos e bebidas seja mantido em perfeitas condições de higiene e limpeza.

Parágrafo Único - Os ambulantes devem portar ou instalar, conforme o caso, adequados recipientes coletores de lixo, com tampa.

Art. 336 A pessoa, na comercialização ambulante de alimentos e bebidas, deve providenciar para que os vendedores:

I - usem uniforme na forma desta Legislação, bem como possuam carteira de saúde atualizada;

II - manipulem os alimentos mediante o uso de pegadores limpos, esterilizáveis ou com as mãos protegidas convenientemente.

Art. 337 A pessoa responsável por feiras livres deve provê-las de instalações adequadas para higiene pessoal dos feirantes.

§ 1º Para cada grupo de três bancas é exigido o mínimo de uma pia com água corrente para a higiene das mãos.

§ 2º As águas residuais das pias a que se refere o parágrafo anterior devem ser lançadas na rede coletora de esgotos ou em sistema adequado, aprovado pela autoridade de saúde.

Art. 338 A pessoa, para comercialização ambulante de alimentos e bebidas, somente pode vender aqueles que não ofereçam riscos à saúde pública e que não contrariem proibições expressas no Código de Posturas Municipal.

§ 1º É tolerada a venda ambulante de:

a) frutas e hortaliças;

b) sorvetes, refrescos e refrigerantes;

c) balas, caramelos, gomas de mascar e similares, bombons, chocolates em tabletes e similares, biscoitos e produtos de confeitaria, exceto os recheados com ovos;

d) alimentos de consumo imediato, tais como cachorro quente, milho cozido, pinhão, e outros, desde que higienicamente preparados e assim conservados e vendidos;

e) bebidas e pipocas.

Art. 339 A pessoa, para comercialização ambulante de alimentos, deve obedecer ainda, às seguintes exigências:

I - os alimentos devem ser protegidos de contaminação mediante embalagem apropriada, sendo aceito o uso de cestos forrados com material lavável ou descartável ou caixas impermeáveis, laváveis e lisas;

II - os alimentos perecíveis só podem ser comercializados quando adequadamente conservados em equipamentos de frio ou calor.

Art. 340 A pessoa, quando expuser à venda alimentos em feiras livres deve agrupá-los de acordo com a sua natureza e protegidos dos raios solares, chuvas e outras intempéries, sendo proibida a sua colocação diretamente sobre o solo.

Art. 341 A pessoa é permitida a venda nas feiras livres, de alimentos „in natura“ e de produtos oriundos de estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, observadas as demais disposições desta Legislação e as seguintes exigências:

I - as verduras e frutas rasteiras devem ser adquiridas em fontes aprovadas pela autoridade de saúde, sendo proibido o depósito ou venda de frutas descascadas ou fracionadas, bem como de hortaliças cortadas, exceto as que não possam ser ingeridas sem

prévio cozimento;

II - os alimentos obrigados à refrigeração ou congelamento devem ser assim mantidos, obedecidas às temperaturas exigidas nesta Legislação;

III - o manuseio dos alimentos deve ser restringido ao máximo;

IV - os derivados comestíveis de origem animal devem estar devidamente acondicionados e rotulados pelo estabelecimento industrial fabricante, sendo proibido o seu fracionamento em porções com peso inferior a 200 g.

§ 1º É proibido o depósito ou venda de produtos alimentícios de elaboração caseira não-licenciados, bem como de aves e outros pequenos animais vivos.

§ 2º A comercialização de carnes e vísceras, inclusive de aves e outros pequenos animais, é tolerada, desde que realizada em veículos providos de dispositivos para depósito e exposição das mercadorias, nos quais o frio seja produzido por expansão de fluidos adequados a este fim, devendo as operações de fracionamento limitar-se às operações de fracionamento e limitarem-se às estritamente necessárias para a entrega ao consumidor, observadas ainda as demais disposições regulamentares.

§ 3º A comercialização de pescado é tolerada, desde que realizada em veículos providos de dispositivos para depósito e exposição dos mesmos, nos quais o frio seja produzido por expansão de fluidos adequados a este fim, sendo proibida, no local, a descamação, esfolia, evisceração ou qualquer outro tipo de fracionamento, observadas ainda as demais exigências regulamentares.

§ 4º Os veículos para comercialização de carnes ou pescado devem dispor de depósito para suficiente abastecimento de água corrente potável.

## SEÇÃO VI

### DO TRANSPORTE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 342 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios, deve adaptá-los, mantê-los e utilizá-los de modo a preservar os alimentos, substâncias, insumos ou outros, de qualquer contaminação ou alteração e manter temperatura adequada à sua conservação, se for o caso.

Art. 343 A pessoa deve providenciar a licença sanitária e sua renovação anual, junto à autoridade de saúde, dos veículos que transportem:

I - carnes, derivados e seus subprodutos;

II - pescado, derivados e seus subprodutos;

III - leite, derivados e seus subprodutos;

IV - produtos de panificação, confeitaria e congêneres;

V - refeições de cozinhas industriais, rotisseries e serviços de bufê;

VI - mel, doces, balas, caramelos, gomas de mascar e respectivos similares;

VII - café torrado e/ou moído;

VIII - gelo.

§ 1º Estão ainda sujeitos às exigências desta Legislação os veículos em geral, utilizados no comércio ambulante e em feiras livres.

§ 2º Nas licenças sanitárias deve constar além do nome do proprietário do veículo e seu endereço, o número da placa de licenciamento do mesmo no Departamento de Trânsito, e a natureza da mercadoria transportada.

§ 3º A isenção do licenciamento sanitário não exclui o poder de fiscalização sanitária sobre os veículos, suas cargas e pessoal.

Art. 344 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios deve providenciar para que os condutores e ajudantes portem carteira de saúde, façam uso de vestuários adequados e limpos e possuam bons hábitos de higiene.

Art. 345 A pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios, deve provê-los de:

I - separação integral entre o compartimento de cargas e o compartimento do condutor e do ajudante;

II - compartimento de carga de acordo com a finalidade;

III - prateleiras e/ou estrados removíveis para facilitar a limpeza;



IV - meios de proteção dos alimentos contra os raios solares diretos, chuvas, excesso de calor, poeiras e contaminação de qualquer natureza, em qualquer das operações.

§ 1º É proibido ao pessoal transportar seus pertences, repousar ou viajar no compartimento de carga, nele só podendo permanecer durante os trabalhos de carregamento e descarregamento, distribuição ou venda.

§ 2º É proibido transportar, juntamente com alimentos ou suas embalagens, substâncias estranhas e outras que possam contaminá-los, alterá-los, adulterá-los, falsificá-los, avariá-los ou de qualquer forma, torná-los impróprios para o consumo.

§ 3º É proibido transportar, juntamente com alimentos protegidos por invólucros, pacotes ou vasilhames fechados, outros alimentos não-protegidos, bem como alimentos cozidos com alimentos crus.

§ 4º É proibido o uso de veículo de transporte de gêneros alimentícios para outras atividades, principalmente para transporte de lixo, resíduos, estrume, substâncias repugnantes, tóxicas ou capazes de contaminar os gêneros alimentícios ou alterar suas características organolépticas.

§ 5º O manuseio dos produtos transportados, quando não puder ser evitado, deve ser realizado com as mãos protegidas.

Art. 346 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios deve providenciar para que os mesmos sejam mantidos nas mais rigorosas condições de higiene e limpeza.

§ 1º Os veículos que transportam carnes, pescado e leite em espécie, devem ser lavados diariamente ou mais vezes, caso necessário, e periodicamente, desinfetados por método aprovado pela autoridade de saúde.

§ 2º Permite-se a proteção do piso do veículo com esteiras ou plásticos, desde que facilmente removíveis para facilitar a limpeza.

Art. 347 Toda pessoa, proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios, deve providenciar para que os mesmos sejam pintados externamente com tintas adequadas ou revestidos de material metálico não-corrosível.

Parágrafo Único - Nas laterais externas do compartimento de carga deve constar o nome da firma proprietária, seu endereço e a natureza da mercadoria transportada.

Art. 348 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de carnes deve destiná-los exclusivamente para este fim, bem como provê-los de:

I - compartimento de carga completamente fechado e dotado de isolamento térmico;

II - revestimento interno metálico não-corrosível de superfície lisa e contínua;

III - vedação adequada para evitar o derramamento de líquidos;

IV - equipamentos de suspensão feitos de material não-corrosível e colocados de forma a não permitir que a carne toque no piso e de modo a ter facilitada a sua retirada, quando do transporte de carcaças inteiras, metades e quartos.

§ 1º Os pedaços de carne ou derivados devem ser dependurados ou colocados sobre esteiras ou no interior de recipientes não-corrosíveis.

§ 2º Os estômagos só podem ser transportados quando já escaldados e as cabeças e patas somente se escaldadas e/ou depiladas.

§ 3º Os intestinos só podem ser transportados se estiverem acondicionados em embalagem firme, impermeável e submetida previamente à limpeza e desinfecção nas operações de carga e descarga.

§ 4º Para o transporte de carne sobre os ombros o pessoal deve utilizar, além do uniforme adequado, uma peça de proteção na nuca.

§ 5º Os veículos para o transporte de aves e outros pequenos animais abatidos estão sujeitos às exigências deste artigo, podendo a mercadoria ser acondicionada a granel em pequenos compartimentos integrados no veículo ou sobre prateleiras, ou ainda dependurado em ganchos, quando o descarregamento se fizer diretamente nos depósitos frigoríficos dos estabelecimentos de atacado.

§ 6º - Quando o descarregamento de aves e outros pequenos animais de abate se fizerem na via pública, para entrega aos estabelecimentos de varejo ou outros, a mercadoria deve estar acondicionada desde o matadouro, em recipientes adequados e fechados ou embalados por unidade.

Art. 349 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte e distribuição de pescado deve destiná-los exclusivamente para este fim, bem como provê-los de:

I - compartimento de carga completamente fechado e dotado de isolamento térmico;

II - Instalações frigoríficas de produção automática de frio, tolerando-se a critério da autoridade de saúde, o emprego de neve carbônica, de gelo picado em escamas, sob a condição de representar, no mínimo, 30% do peso total da mercadoria.

§ 1º O pescado em espécie deve estar acondicionado em caixas adequadas, mantidas em bom estado de conservação e limpeza.

§ 2º O peixe filetado deve estar acondicionado em recipientes de material não-corrosível e liso, ou em unidades de peso ou quantidade, em invólucros, pacotes e vasilhames devidamente rotulados e originais dos estabelecimentos industriais.

Art. 350 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte e distribuição de leite „in natura“ deve destiná-los exclusivamente para este fim, bem como provê-los de:

I - compartimento de carga fechado e dotado de isolamento térmico;

II - compartimento de carga revestido internamente com material liso, resistente, compacto, impermeável, não-absorvente e contínuo, que permita a lavagem e desinfecção;

III - equipamento para acomodação de frascos e pacotes, quando for o caso, constituídos de cestas ou caixas de formato adequado, de fácil limpeza e desinfecção.

§ 1º Os tanques devem ser de formato aprovado pela autoridade de saúde e de compartimentação adequada, construídos de metal não corrosível, inócuo, e providos, quando necessário, de isolamento térmico.

§ 2º As tubulações, registros e válvulas devem ser de formato aprovado pela autoridade de saúde, de metal inoxidável e inócuo, de fácil montagem e desmontagem, bem como mantidos devidamente protegidos contra contaminações.

§ 3º Os latões e outros vasilhames devem ser de material não corrosível e inócuo, possuir superfície lisa e íntegra, formato adequado e tampa apropriada.

§ 4º É proibido o emprego de carros tanques ou tanques transportáveis para a distribuição de leite pasteurizado destinado ao consumo humano.

§ 5º Permite-se o transporte de leite em latões quando no estado cru, para sua entrega às usinas de pasteurização e estabelecimentos de laticínios, ou para sua distribuição ao consumo humano nas localidades que não dispuserem de abastecimento de leite pasteurizado.

§ 6º Permite-se a entrega de leite pasteurizado acondicionado em latões e com fechos invioláveis para consumo próprio de hospitais, internatos, penitenciárias e estabelecimentos militares.

§ 7º Permite-se juntamente com o leite, o transporte no mesmo veículo, unicamente de seus produtos e subprodutos, quando para consumo humano.

Art. 351 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos para transporte dos demais gêneros alimentícios que não os previstos neste capítulo, devem obedecer além das disposições de ordem geral desta Legislação, às seguintes:

I - carne, pescado e leite em espécie, não podem ser transportados por estes veículos, exceção feita a pequenas entregas em domicílio quando devidamente acondicionados;

II - os compartimentos de carga, quando não forem do tipo fechado, devem ter cobertura obrigatória, sendo terminantemente proibida a sua utilização para o transporte de pessoas;

III - as mercadorias devem estar acondicionadas em invólucros, pacotes ou recipientes originais dos estabelecimentos comerciais ou industriais e devidamente rotulados.

§ 1º Os gêneros alimentícios que necessitem ser mantidos refrigerados ou congelados devem sê-lo nas temperaturas exigidas nesta Legislação.

§ 2º Para o transporte das mercadorias das propriedades rurais aos centros consumidores e para a movimentação de ensacados, embarrilhados, encaixotados ou em embalagens outras, devem ser cumpridas as disposições desta Legislação, exigindo-se como mínimo, a critério da autoridade de saúde, a proteção contra os raios solares diretos, chuvas, excesso de calor, poeiras e outras contaminações.

§ 3º Para a entrega de gêneros alimentícios a domicílio, os veículos devem possuir, obrigatoriamente, compartimento de carga fechado.

§ 4º Os veículos, para transporte de ossos, sebos e demais resíduos de alimentos, devem dispor de compartimento de carga fechado ou totalmente coberto com lona, a menos que o material esteja acondicionado em recipientes hermeticamente fechados, devendo ser mantidos em perfeitas condições de limpeza e higiene.

## SEÇÃO VII

### DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 352 No controle dos alimentos e bebidas devem ser verificadas as condições de sanidade, conservação e integridade dos alimentos, a higiene das instalações e dos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, do pessoal neles empregado e da tecnologia adotada.

Parágrafo Único - O controle dos alimentos e bebidas deve estender-se ao cumprimento das exigências de registro e rotulagem.

Art. 353 A fiscalização dos alimentos e bebidas deve ser efetuada em todos os locais de preparação, manipulação, produção, acondicionamento, depósito, distribuição, comercialização ou de exposição para a entrega ao consumo, bem como sobre os prédios, instalações em geral, peças, máquinas, equipamentos, utensílios, recipientes e veículos empregados para aqueles fins e pessoal envolvido.

Parágrafo Único - Os proprietários desses estabelecimentos ou seus responsáveis deverão prestar à autoridade de saúde, quando solicitados, todas as informações necessárias à verificação do cumprimento das disposições desta legislação.

Art. 354 Os alimentos estão sujeitos à fiscalização da autoridade competente, tanto nos armazéns das empresas de transporte como em trânsito.

Parágrafo Único - As empresas de transporte devem fornecer à autoridade de saúde todos os esclarecimentos sobre as mercadorias depositadas ou em trânsito, bem como facilitar a inspeção e a coleta de amostras para análise.

Art. 355 A autoridade de saúde tem livre acesso a qualquer local em que haja indício de que se fabrique, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, distribua ou venda alimentos.

Art. 356 A pessoa proprietária, detentora, possuidora, responsável ou depositária dos alimentos e bebidas ou equipamentos e utensílios interditados, fica proibida de entregá-los ao consumo, desviá-los, substituí-los ou modificá-los, no todo ou em parte, ou de empregá-los de qualquer forma, sob pena das sanções legais e regulamentares previstas.

Art. 357 Consideram-se como destinados ao consumo, comercialização, industrialização ou uso, quaisquer quantidades de alimentos, substâncias ou insumos e outros, encontrados nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, suas dependências ou viaturas, salvo se estiverem em recipientes para o lixo ou inutilizados.

Art. 358 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos que produzam ou fracionem alimentos é responsável por todo o produto que envie ao comércio, devendo, no caso de ocorrerem defeitos por falhas na elaboração, acondicionamento ou transporte, proceder ao seu aproveitamento condicional ou inutilização conforme o caso.

§ 1º Ressalvado o período de análise fiscal, é proibido, nos estabelecimentos mencionados neste artigo, o armazenamento, por

mais de 48 (quarenta e oito) horas, de produtos devolvidos pelo comércio, por comprovados defeitos de elaboração, acondicionamento ou conservação.

§ 2º Na ocorrência do parágrafo anterior, mesmo não decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se a autoridade de saúde constatar que a mercadoria não se acha em condições de aproveitamento condicional, identificada ou devidamente separada das demais, a mesma será apreendida.

Art. 359 Os alimentos destinados ao consumo imediato, tendo ou não sofrido processo de cocção, quando encontrados expostos à venda sem estarem devidamente protegidos ou se apresentarem visivelmente prejudiciais à saúde, serão inutilizados sumariamente.

Art. 360 No interesse da saúde pública poderá a autoridade de saúde proibir, em locais e regiões que determinar o ingresso e/ou venda de gêneros alimentícios de determinadas procedências, quando plenamente justificados os motivos.

Parágrafo Único - Enquanto perdurar a situação prevista neste artigo, a autoridade de saúde poderá exigir que o trânsito de determinadas mercadorias seja acompanhado da sua autorização.

Art. 361 Quando a fiscalização comprovar através de análise fiscal, casos de alimentos e bebidas condenados oriundos de outra Unidade da Federação, o resultado da análise condenatória será obrigatoriamente, comunicado ao órgão federal competente e ao congênera da Unidade Federativa de procedência da mercadoria.

Art. 362 A autoridade de saúde pode, cautelarmente, apreender ou sustar a distribuição, venda ou consumo de alimentos e bebidas, interditar estabelecimentos relacionados com os mesmos, bem como tomar quaisquer outras medidas, sempre que a defesa da saúde pública assim o exigir.

Art. 363 A pessoa somente pode expor ao consumo ou entregar à venda alimento devidamente registrado no órgão sanitário competente, observadas as normas e padrões fixados e dentro do prazo de validade estabelecido por legislação pertinente.

§ 1º O registro no órgão sanitário competente não exclui aqueles exigidos por lei para outras finalidades que não as de exposição à venda ou entrega ao consumo.

§ 2º Estão igualmente obrigados a registro no órgão sanitário competente:

- a) os aditivos intencionais;
- b) as embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrarem em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;
- c) os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por resolução do órgão competente.

§ 3º Ficam dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão sanitário federal competente;

- a) as matérias-primas alimentares e os alimentos „in natura“;
- b) os aditivos intencionais e coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimentos dispensados por resolução do órgão competente;
- c) os produtos alimentícios, quando destinados à preparação de alimentos industrializados, em estabelecimentos devidamente licenciados, desde que incluídos em resolução da CTA - Câmara Técnica de Alimentos do Ministério da Saúde.

Art. 364 A pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial ou comercial de gêneros alimentícios, inclusive de aditivos intencionais, deve rotulá-los de acordo com as disposições da legislação federal vigente e demais normas pertinentes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo aplicam-se também aos aditivos intencionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como às matérias-primas alimentares e alimentos „in natura“, quando acondicionados em embalagens que os caracterizem.

Art. 365 A pessoa deve providenciar que os rótulos mencionem em caracteres perfeitamente legíveis, os seguintes elementos:

- I - o nome e marca do alimento;
- II - nome do fabricante ou produtor;

III - sede da fábrica ou local de produção;  
IV - número de registro do alimento no órgão federal competente;  
V - indicação do emprego de aditivo intencional, nos termos da legislação em vigor;  
VI - componentes do produto;  
VII - outras indicações que venham a ser fixadas em legislação ou norma técnica.

§ 1º Quando se tratar de alimento perecível, o rótulo deve conter ainda o número de identificação da partida, o lote e a data de fabricação e de validade, se for o caso.

§ 2º Quando se tratar de alimento de fantasia ou artificial ou de alimento não-padronizado, o rótulo deve conter ainda a qualidade, a natureza e o tipo de alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão federal competente.

§ 3º Os alimentos rotulados no país, cujos rótulos contenham palavras em idioma estrangeiro, devem trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada.

§ 4º Os rótulos de alimentos destinados à exportação podem trazer as indicações exigidas pela lei do país a que se destinam.

§ 5º Os rótulos dos alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, devem mencionar a alteração autorizada.

§ 6º Os nomes científicos que forem inscritos nos rótulos de alimentos, sempre que possível, devem ser acompanhados da denominação comum correspondente.

§ 7º O disposto neste artigo se aplica no que couber, à rotulagem dos aditivos intencionais e coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimentos.

§ 8º Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificiais não podem mencionar indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou que induzam o consumidor a erro ou engano quanto à sua origem, natureza ou composição.

Art. 366 A pessoa deve providenciar que os rótulos dos alimentos enriquecidos, dos alimentos dietéticos e dos alimentos irradiados tragam a respectiva indicação, em caracteres facilmente legíveis.

Parágrafo Único - A declaração de „Alimento Dietético“ deve ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto, expresso em linguagem de fácil entendimento.

Art. 367 Não podem constar da rotulagem denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos, indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade do alimento, ou que lhe atribuam qualidades ou características nutritivas superiores àquelas que realmente possui.

Art. 368 A isenção de registro no órgão competente federal não dispensa o alimento da exigência de rótulo.

Parágrafo Único - Para os alimentos neo-protegidos por invólucros, é obrigatória a imediata apresentação de comprovante de procedência, quando solicitado pela autoridade competente.

## CAPÍTULO XXIX

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 369 Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais de superfície e subterrâneo, tais como a água de curso e fonte, ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 370 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de aparelhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei definem-se em legislação os requisitos que caracterizam a água segura e potável.

Art. 371 A pessoa que realizar captação de água para abastecimento,

poderá realizá-la em manancial de superfície ou subterrâneo, com parâmetros físicos, químicos e biológicos que permitam um tratamento adequado e suprimento de água suficiente para os fins a que se destina, atendendo sempre aos padrões estabelecidos para o tipo de consumo.

Art. 372 A pessoa responsável pela operação de sistemas de abastecimento público de água potável deverá adotar, obrigatoriamente, as normas desta Legislação e obedecer aos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, sujeitando-se à fiscalização e ao controle do exato cumprimento dos mesmos.

Parágrafo Único - A fiscalização e o controle de que trata este artigo, será exercida pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 373 A pessoa proprietária e/ou responsável por sistemas de abastecimento público de água potável além do disposto nesta legislação e em normas técnicas, satisfará as seguintes condições: I - cumprirá as exigências estabelecidas pelo Ministério do Interior, no tocante ao grau de tratamento compatível com a classificação dos mananciais;

II - utilizará somente tubulações, juntas e peças especiais, de material aprovado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, tendo em vista conservar inalteradas as características da água transportada;

III - adicionará, obrigatoriamente, um teor conveniente de cloro ou seus compostos, para fins de desinfecção ou prevenção contra eventuais contaminações, utilizando-se, para este fim, de aparelhamento apropriado;

IV - protegerá toda água natural ou tratada, contida em reservatórios, casas de bombas, poços de sucção ou outras estruturas, contra respingos, infiltrações ou vazamentos, devendo aqueles ser construídos com material à prova de percolação, assim como as aberturas de inspeção que deverão ser dotadas de dispositivos que impeçam a entrada de líquidos estranhos;

V - terá, sempre que possível, sistema de distribuição com circulação contínua, sem extremidades e trechos com água estagnada;

VI - instalará adequadamente o sistema de distribuição ou trechos das canalizações de modo que não entrem em contato com valas que contenham sistema ou tubulações de esgoto de qualquer natureza; VII - manterá as canalizações com pressão interna adequada, para não permitir a entrada de águas poluídas e/ou contaminadas;

VIII - procederá ao ponto reparo da rede de distribuição, em caso de fuga de água ou de acidentes de qualquer natureza;

IX - procederá ao controle de potabilidade da água a ser distribuída;

X - disporá de profissional habilitado como responsável técnico para os serviços de sistema.

Art. 374 A pessoa proprietária e/ou responsável por sistemas de abastecimento público de água potável deverá manter as estações de tratamento, as redes de distribuição, os reservatórios e os demais equipamentos e instalações em condições de operação e higiene, de forma a garantir a segurança sanitária e a potabilidade da água a ser distribuída.

§ 1º Os registros físicos, químicos, bacteriológicos, biológicos e hidrológicos que caracterizam a água segura e potável, são estabelecidos nesta legislação e em normas técnicas.

§ 2º Para efeito desta Legislação, a água para consumo humano deverá satisfazer às seguintes condições de adequação:

I - não conter organismos patogênicos ou formas biológicas que possam causar danos à saúde humana ou que sejam objetáveis esteticamente;

II - não apresentar concentrações de elementos e substâncias químicas que possam ser fisiologicamente prejudiciais, esteticamente objetáveis, ou economicamente danosas;

III - ser protegida adequadamente por meios naturais ou por meio de tratamento, que assegurem a qualidade condizente com os requisitos estabelecidos nesta legislação e em normas técnicas.

Art. 375 A pessoa proprietária e/ou responsável por sistema de abastecimento público de água potável, fará em qualquer



circunstância, a desinfecção da mesma, utilizando de preferência cloro ou seus compostos ativos, devendo o cloro residual não ser maior que 0,3 ppm.

Art. 376 A pessoa responsável por canalizações de reservatórios não poderá instalá-las em locais onde possam ser contaminadas, devendo ser afastadas no mínimo três metros das canalizações de esgoto.

§ 1º Quando for necessária a instalação com afastamento menor do que o recomendado deverão ser adotados por meios de proteção contra rupturas, escapamentos e infiltrações.

§ 2º É expressamente proibida a passagem de canalizações de abastecimento de água pelo interior de fossas, de canalizações de esgoto, sistemas de disposição final, poços de visita ou caixas de inspeção das redes de esgoto.

Art. 377 A pessoa proprietária e/ou usuária, responsável por edificações residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouros públicos, localizados em áreas servidas por sistema de abastecimento de água, será obrigada a fazer as respectivas ligações ao sistema, aterrando os poços ao nível do terreno.

§ 1º Toda edificação terá suprimento de água potável em quantidade suficiente ao fim ou uso a que se destina e será dotada das instalações necessárias ao abastecimento, de acordo com esta Legislação e com as normas Técnicas.

§ 2º A pessoa também poderá em edificações, fazer uso de fonte própria, desde que a água dela proveniente apresente-se conforme os padrões de potabilidade exigidos, confirmados através de análise específica em laboratório oficial.

§ 3º As edificações deverão possuir sistema próprio de abastecimento de água, sempre que o serviço local não tiver condições de proporcionar o devido atendimento através de suas redes, obedecendo ao disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É expressamente proibida a sucção direta de água da rede de distribuição.

Art. 378 A pessoa proprietária e/ou responsável por edificações construírá os reservatórios com observância às seguintes condições:

I - o material empregado na construção e no revestimento, não poderá poluir e/ou contaminar a água;

II - as paredes internas terão superfície lisa, impermeável e resistente;

III - serão perfeitamente estanques e possibilitarão esgotamento total;

IV - a cobertura será adequada com a abertura de visita, de modo a permitir inspeção e será dotada de rebordo e tampa;

V - terão torneira de bóia na entrada da tubulação de alimentação;

VI - o extravasor terá diâmetro superior ao da canalização de alimentação, desaguando em ponto perfeitamente visível, e não será ligado diretamente à rede pluvial ou de esgoto doméstico, sendo que, o extravasor deverá ainda, ser dotado de dispositivo protetor com tela que impeça o acesso de insetos e pequenos animais, poeiras, líquidos ou qualquer matéria estranha;

VII - a canalização de limpeza funcionará por gravidade ou por meio de elevação mecânica, no caso de reservatórios inferiores;

VIII - os reservatórios inferiores não serão totalmente enterrados e sua tampa deverá situar-se no mínimo a zero vírgula vinte metros do nível do piso ou terreno;

IX - sobre o reservatório, não poderão ser construídos depósitos de lixo, incinerados ou qualquer edificação que possa poluir e/ou contaminar a água e impedir o acesso à abertura de inspeção ou dificultar o esgotamento e a extravasão;

X - as tampas dos reservatórios deverão permanecer sempre desimpedidas, sendo proibido o acúmulo de objetos sobre as mesmas;

XI - a limpeza e desinfecção dos reservatórios serão efetuadas obrigatoriamente, uma vez por ano, no mínimo e de acordo com a técnica prescrita pela autoridade de saúde.

Parágrafo Único - O prazo para limpeza e desinfecção dos reservatórios, de que trata o inciso XI deste artigo, poderá ser alterado, a critério da autoridade de saúde.

Art. 379 A autoridade de saúde fará, sempre que necessário, a tomada de amostra para análise, das águas de todos os sistemas de abastecimento público de água.

Parágrafo Único - Toda tomada de amostras para análise de água de abastecimento, bem como suas respectivas análises, deverão ser efetuadas de acordo com as normas técnicas, estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 380 O controle das águas de que trata este capítulo será realizado pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, pelos órgãos responsáveis pelos serviços de abastecimento público de água, e pelo órgão estadual de controle ambiental, nos aspectos de suas respectivas competências.

Art. 381 Toda pessoa domiciliada e/ou residente em local onde não houver sistema de abastecimento de água potável, poderá abrir poços ou aproveitar fontes para fornecimento da água potável, desde que satisfeitas as exigências sanitárias fixadas nesta legislação e em normas técnicas.

§ 1º As fontes deverão possuir proteção sanitária adequada contra infiltração de poluentes.

§ 2º Os poços, além de obedecerem aos padrões de potabilidade, deverão satisfazer às seguintes condições:

I - ficarem situados em nível superior a fontes de contaminação;

II - estarem convenientemente afastados de instalações, estruturas e condutos que contenham ou veiculem líquidos contaminantes;

III - possuírem as paredes impermeabilizadas no trecho em que possa haver infiltração de águas de superfície;

IV - possuírem tampa de material adequado, com caimento para as bordas, dotada de abertura de visita, com proteção contra entrada de águas pluviais;

V - serem dotadas de bomba;

VI - serem limpos e desinfetados com a técnica e no prazo prescrito pela autoridade de saúde.

§ 3º É proibido acumular objetos sobre as tampas dos poços, devendo estas permanecerem sempre desimpedidas.

Art. 382 Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuais, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as instruções da Autoridade de Saúde.

Art. 383 Caberá à autoridade de saúde a fiscalização técnica de todos os aparelhos e instrumentos utilizados nos sistemas de abastecimento público de água.

### CAPÍTULO XXX

#### DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

Art. 384 Toda pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, se agravem a poluição ou a contaminação existente.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, são entendidos como:

1 - ambiente: o meio em que se vive;

2 - poluição: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;

3 - Contaminação: qualquer alteração de origem biológica que possa potencializar injúria à saúde dos seres vivos.

Art. 385 Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos e gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 386 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

§ 2º A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgotos sanitários,

salvo se comprovar que seu sistema de eliminação de objetos não compromete a sua saúde ou a de terceiros.

§ 3º A pessoa, para implantar, comerciar ou ocupar loteamento de terreno, deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, submetendo-se a normas regulamentares.

§ 4º A pessoa proprietária de ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana, é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de Saúde competente.

Art. 387 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por imóvel é proibido:

I - Manter terrenos com vegetação indevida ou água estagnada;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências ou dos estabelecimentos para logradouro público;

III - Queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nociva à saúde.

Art. 388 Os proprietários e/ou responsáveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os quintais, pátios, prédios e terrenos.

§ 1º Os responsáveis por casas e terrenos onde forem encontrados focos ou viveiros de pragas, vetores e roedores ficam obrigados à execução das medidas que forem determinadas pela autoridade de saúde para sua extinção.

§ 2º Os proprietários de terrenos pantanosos são obrigados a drená-los.

Art. 389 Toda pessoa deve dispor higienicamente os dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em legislação, normas, avisos ou instruções da Autoridade de Saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa é proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários, sem a autorização e sem o cumprimento de legislações, normas e instruções baixadas pela autoridade de Saúde, e órgão encarregado da manutenção destes sistemas.

Art. 390 A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino do lixo mantido pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nas legislações, normas e instruções legais.

Parágrafo Único - Enquanto não for implantado o serviço público urbano, a pessoa deve dispor o lixo conforme legislações, normas ou instruções da autoridade de saúde.

Art. 391 Toda pessoa está proibida de causar poluição e/ou provocar contaminação de qualquer natureza em recursos hídricos, tais como os mananciais de superfície e subterrâneos, bem como qualquer outra unidade que componha o sistema de abastecimento público de água.

Art. 392 Toda pessoa está proibida de causar poluição e/ou provocar contaminação que torne necessária à interrupção do abastecimento público de água.

Art. 393 A pessoa proprietária e/ou responsável por construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverá dotá-las de dispositivos dentro das normas de segurança e prevenção de acidentes, e localizá-las a uma distância mínima de duzentos metros dos corpos de água.

§ 1º Verificada a impossibilidade técnica de ser mantida a distância de que trata este artigo ou de serem construídos os dispositivos de prevenção de acidentes, a execução do projeto poderá ser autorizada, desde que oferecidas outras medidas de segurança.

§ 2º O esgoto sanitário das empresas deverá ser tratado quando não existir sistema público de coletas, transportes, tratamento e disposição final de esgoto.

§ 3º Os lixos ou resíduos sólidos de unidades industriais não deverão ser lançados em cursos de água, lagoas e lagos, salvo na hipótese de necessidade de aterro de lagoas artificiais, autorizado pelo órgão estadual e/ou municipal de controle ambiental e pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 394 Para efeitos da presente Legislação são consideradas

outras águas, aquelas não-utilizadas para o consumo humano junto com alimentos, bebidas, ou ingeridas diretamente.

Parágrafo Único - As águas a que se refere este artigo são assim classificadas:

I - águas de irrigação - usadas na irrigação em áreas de cultivo;

II - águas de mananciais - oriundas de rios, lagoas e lagos;

III - águas de mar - oriundas de oceanos;

IV - águas de interior ou marinhas - destinadas à recreação e balneabilidade;

V - águas de piscinas - destinadas a balneabilidade em piscinas próprias, sendo que estas deverão obedecer aos parâmetros fixados na Legislação Federal em vigor, a normas regulamentares específicas e às normas técnicas.

Art. 395 A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como no mar, lagoas, sarjetas e valas provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

Parágrafo Único - Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

Art. 396 Toda pessoa poderá lançar na atmosfera substância física, química, ou biológica, proveniente de fonte residencial, industrial, comercial, agropecuária ou correlata, veículo automotor e similar, desde que não provoque poluição ou contaminação, acima dos limites estabelecidos pela autoridade de saúde, em especial o órgão responsável pelo Meio Ambiente.

§ 1º A pessoa que provoque a poluição e/ou contaminação do ar, deve reduzi-la ao limite de tolerância regulamentar, executando as medidas necessárias, no prazo fixado pela Autoridade de Saúde, em especial pelo órgão responsável pelo Meio Ambiente.

§ 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Leoberto Leal, que venha a possuir forno movido a lenha, deverá manter a chaminé a uma altura mínima de dois metros acima da mais alta cumieira, num raio de vinte metros do seu imóvel.

§ 3º Todo estabelecimento comercial, que lance no ar, por intermédio de chaminé, algum tipo de odor que cause mal estar à pessoa humana ou dificulte o pleno uso, gozo e fruição do direito de propriedade de prédios vizinhos, deverá manter a chaminé a uma altura mínima de dois metros acima da mais alta cumieira, num raio de vinte metros do imóvel.

Art. 397 Toda pessoa deve evitar a produção de som ou ruído que ultrapasse os limites de tolerância fixados em legislações, normas e instruções.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, entendimento de poluição sonora abrange também, duração, horário e lugar da produção do som ou ruído, bem como a distância de sua audibilidade nociva.

Art. 398 Fica vedado no âmbito do Município de Leoberto Leal, o uso de agrotóxicos da classe dos herbicidas, especialmente na zona urbana, quando para fins de limpeza da via pública e em terrenos não dotados de edificações, processo este denominado „Capina Química“.

Parágrafo Único - A fiscalização e autuação serão efetuadas pela Diretoria de Vigilância Sanitária.

CAPITULO XXXI

DO CONTROLE DE ZONOSSES

Art. 399 Para os efeitos deste Regulamento e de suas Normas Técnicas Especiais, entende-se por zoonose a infecção ou doença infecciosa transmissível, sob condições naturais, de animais ao homem e vice-versa.

Art. 400 É proibida a permanência de animais soltos nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 401 É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com o uso adequado da coleira e guia e conduzidos por pessoas com idade e força suficientes para controlar os movimentos do animal.



Parágrafo Único - Os cães mordedores ou bravos somente poderão sair às ruas devidamente amordaçados.

Art. 402 São proibidos, a juízo do órgão sanitário responsável, a criação, a manutenção e o alojamento de animais selvagens da fauna brasileira e exótica, conforme legislação federal.

Art. 403 Somente será permitida a exibição artística ou circense de animais, após a concessão do laudo específico, emitido pelo órgão sanitário responsável.

Parágrafo Único - O laudo mencionado neste artigo apenas será concedido, após vistoria técnica efetuada pela autoridade sanitária, em que serão examinadas as condições de alojamento e manutenção dos animais.

Art. 404 Não serão permitidos, em residência particular, a criação, o alojamento e a manutenção de mais de cinco animais, no total, das espécies canina ou felina, com idade superior a noventa dias. § 1º A criação, alojamento e a manutenção de animais, em quantidade superior ao estabelecido neste artigo, caracterizar-se-á como canil de propriedade privada.

§ 2º Os canis de propriedade privada somente poderão funcionar, após vistoria técnica efetuada pela autoridade sanitária, em que serão examinadas as condições de alojamento e manutenção dos animais, e expedido laudo pelo órgão sanitário responsável, renovado anualmente.

Art. 405 É expressamente proibida a manutenção de animais em estabelecimentos residenciais e comerciais que tragam incômodos e desconforto à vizinhança.

Art. 406 É proibida a permanência de animais nos recintos e locais públicos ou privados, de uso coletivo, tais como: cinemas, teatros, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos comerciais, industriais, de saúde, escolas, piscinas, praias e feiras, excetuando-se deste Artigo os cães-guias.

Parágrafo Único - Excetua-se da proibição deste artigo os locais, recintos e estabelecimentos legal e adequadamente instalados, destinados a: criação, venda, treinamento, competição, alojamento, tratamento e abate de animais.

Art. 407 É proibida a exibição de toda e qualquer espécie de animal bravo ou selvagem, ainda que doméstico, em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 408 É proibido o uso de animais feridos, enfraquecidos ou doentes, em qualquer atividade, em que sejam submetidos a esforço físico acentuado ou estresse.

## SEÇÃO I DA APREENSÃO DE ANIMAIS

Art. 409 Será apreendido todo e qualquer animal:

I - encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso público;

II - suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto deste;

IV - mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V - cuja criação ou uso sejam vedados por este Regulamento.

Art. 410 Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, quando constatada essa condição pela autoridade sanitária ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Parágrafo Único - A destinação dos animais apreendidos citados neste artigo é de competência exclusiva da autoridade sanitária, podendo esta autorizar ou não o resgate do referido animal pelo seu proprietário.

## SEÇÃO II DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS

Art. 411 Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

I - resgate pelo proprietário ou preposto deste;

II - leilão em Hasta Pública, para animais domésticos de grande porte;

III - adoção por pessoa física responsável, em caso de animais domésticos de pequeno porte;

IV - doação para instituições científicas;

V - sacrifício, comprovada zoonose.

## SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DE ANIMAIS

Art. 412 Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo Único - Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de preposto, estender-se-á a este a responsabilidade a que alude o presente artigo.

Art. 413 É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, saúde, bem-estar e alimentação, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 414 É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Parágrafo Único - Os animais não mais desejados por seus proprietários serão encaminhados ao órgão sanitário responsável.

Art. 415 O proprietário fica obrigado a permitir o acesso da autoridade sanitária, quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações dele emanadas.

Art. 416 O proprietário do animal fica na obrigatoriedade de apresentar o documento comprobatório de vacinação contra a raiva, sempre que solicitado pela autoridade sanitária.

Art. 417 Em caso de falecimento do animal cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver ou seu encaminhamento ao órgão sanitário responsável.

## SEÇÃO IV DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 418 É proibido o acúmulo de lixo ou materiais que propiciem a instalação e proliferação de roedores ou outros animais sinantrópicos.

Art. 419 Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de água estagnada, de forma a evitar a proliferação de mosquitos.

Art. 420 Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente das águas, originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

## SEÇÃO V DO CONTROLE DE ROEDORES

Art. 421 Para os efeitos deste Regulamento e de suas Normas Técnicas Especiais, consideram-se roedores de importância sanitária os ratos e camundongos conhecidos como ratos domésticos ou simplesmente ratos, pertencentes às espécies „Rattus norvegicus“, „Rattus rattus“ e „Mus musculus“.

Art. 422 Para os programas de combate a roedores, desenvolvidos por entidades públicas, adotar-se-á o seguinte procedimento geral:

I - levantamento do problema, abrangendo:

- a) espécies infestantes;
- b) grau de infestação;
- c) determinação da área infestada;
- d) fonte de alimentação;

II - atividades educativas e de divulgação, abrangendo:

- a) educação sanitária;
- b) divulgação;

III - atividades de controle, abrangendo:

- a) desratização, acompanhada ou não de despoluição;
- b) medidas de desratização;
- c) avaliação de resultados;
- d) vigilância.

Art. 423 Na ação contra os roedores de importância sanitária caberão:

I - à autoridade sanitária, a orientação técnica, a vigilância sanitária e as medidas educativas;

II - ao Centro de Controle de Zoonoses, a execução das ações de combate indicadas pela autoridade sanitária;

III - aos particulares, as medidas de desratização nas edificações que ocupem, nas áreas anexas e nos terrenos de sua propriedade.

§ 1º Nos casos de epidemia ou surtos epidêmicos transmitidos ou relacionado com roedores, as medidas de controle serão de responsabilidade da autoridade sanitária.

§ 2º Na ocorrência de casos humanos de peste, observar-se-á a legislação federal.

## SEÇÃO VI

### USO DOS INSETICIDAS E RATICIDAS

Art. 424 Ficam obrigados todos os estabelecimentos que industrializam e comercializam gêneros alimentícios de qualquer natureza, bem como os estabelecimentos de trabalho em geral a procederem ao saneamento necessário em suas dependências, tais como a desratização e a desinsetização, como forma de prevenção de doenças infecta-contagiosas.

Parágrafo Único - O saneamento deverá ser feito semestralmente, com um sistema de manutenção mensal, por firmas especializadas, cadastradas junto ao órgão de vigilância sanitária do município, com registro no CRQ - Conselho Regional de Química.

Art. 425 A empresa executora dos serviços, após sua conclusão emitirá o competente Certificado de Desratização e Desinsetização.

Parágrafo Único - As empresas farão registro junto ao órgão de vigilância sanitária municipal dos certificados emitidos.

Art. 426 Os serviços de aplicação de inseticidas, raticidas etc., deverão ser realizados com a utilização de produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde, observadas as restrições de uso e segurança, durante a sua aplicação.

Parágrafo Único - As manipulações de tais produtos devem ser feitas em local adequado e por pessoal especializado.

Art. 427 Somente serão emitidos Laudos de Vistoria Sanitária aos estabelecimentos que industrializem e comercializem gêneros alimentícios e outros estabelecimentos de trabalho em geral que apresentarem cópia autêntica do Certificado de Desratização e Desinsetização, emitido por empresa especializada.

Parágrafo Único - Nas visitas de rotina, cabe à autoridade sanitária, solicitar cópia autêntica do referido certificado, fazendo constar a referida cópia no processo administrativo gerado.

Art. 428 Somente poderão ser empregados, para fins domésticos, inseticidas, raticidas etc. registrados pelo órgão federal competente e classificados como de baixa e média toxicidade, assim como os de alta toxicidade, será privativo de empresas e entidades especializadas, conforme legislação vigente.

§ 1º Todos os produtos citados no „caput“ deste artigo, devem conter em sua embalagem, as palavras básicas, em letras maiúsculas: „CUIDADO - PERIGOSO SE INGERIDO, INALADO OU ABSORVIDO PELA PELE“.

§ 2º Os produtos de alta toxicidade, com venda restrita a entidades especializadas, devem constar com destaque: PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO.

Art. 429 Quando da execução de serviços de saneamento, a empresa deverá informar ao cliente, através de folhetos informativos, as características dos produtos e respectivas concentrações que serão utilizadas em seus serviços, além de sinais e sintomas de intoxicação, medidas emergenciais e antídotos específicos.

Art. 430 O pessoal destinado à aplicação de inseticidas ou raticidas em empresas e entidades públicas especializadas deverá possuir, obrigatoriamente, cartão individual de identificação e habilitação. Parágrafo Único - O pessoal referido no „caput“ deste artigo, quando em atividade de aplicação de inseticidas ou raticidas, deverá, obrigatoriamente, utilizar equipamento adequado de

proteção individual.

## CAPÍTULO XXXII

### DO CONTROLE DO LIXO

Art. 431 O lixo das habitações e estabelecimentos comerciais e agropecuários será recolhido em coletores apropriados, devendo ser colocados à porta das residências ou estabelecimentos em média 30 minutos antes do horário previsto pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

Art. 432 Não serão considerados como lixo, os resíduos industriais, de oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de obras ou demolições, os restos de forragens de coqueiras ou estábulos, a terra, as folhas e os galhos de jardins.

Art. 433 Os cadáveres de animais encontrados nas vias públicas serão recolhidos pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura Municipal, que providenciará a cremação ou enterramento.

Art. 434 É proibido o despejo, nas vias públicas e terrenos sem edificação, de cadáveres de animais, entulhos, lixo de qualquer origem, quaisquer materiais que possam ocasionar incômodos à população ou prejudicar a saúde da comunidade em geral.

Art. 435 As instalações coletoras de lixo, existentes nas habitações ou estabelecimentos, deverão ser providas de dispositivos adequados à sua limpeza e lavagem segundo os preceitos de higiene.

## CAPÍTULO XXXIII

### DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 436 Para os efeitos deste Regulamento consideram-se resíduos de serviços de saúde todo produto resultante de atividades de assistência à saúde, dotado de potencial de risco biológico, assistência ao paciente, sangue e hemoderivados, cirúrgico, anátomo-patológico, perfurante-cortante, animal contaminado, resíduo farmacêutico, resíduo químico perigoso e rejeito radioativo, assim como os resíduos comuns.

Art. 437 O conjunto de procedimentos e técnicas que visam à eliminação de características de risco e à minimização de impactos à saúde ocupacional e do meio deverá obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em sua versão vigente.

Art. 438 As unidades que geram resíduo radioativo deverão atender ao disposto nas normas emanadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Art. 439 Toda pessoa física e/ou jurídica geradora de resíduos de serviços de saúde deverá apresentar comprovante de destinação final do mesmo, sendo esta responsabilizada por qualquer impacto à saúde ocupacional e do meio ambiente.

## CAPÍTULO XXXIV

### DOS NECROTÉRIOS E FUNERÁRIAS

Art. 440 Os necrotérios e as funerárias deverão ser convenientemente ventilados e iluminados.

Art. 441 Os necrotérios e/ou funerárias deverão ter, pelo menos: I - sala de necropsia, com área não inferior a dezesseis metros quadrados, paredes revestidas até a altura de dois metros, no mínimo, e piso de material liso, resistente, impermeável e lavável, devendo contar pelo menos, com:

a) mesa para necropsia, de formato que facilite o escoamento de líquido, feita ou revestida de material liso, resistente, impermeável e lavável;

b) lavatório ou pia com água corrente e dispositivo que permita a lavagem das mesas de necropsia e do piso;

c) piso dotado de ralo;

II - sala de recepção e espera;

III - instalações sanitárias.

Art. 442 As Casas Mortuárias deverão ter, pelo menos:

I - sala de vigília, com área não inferior a vinte metros quadrados;

II - sala de descanso e espera proporcional ao número de salas de vigília;

III - instalações sanitárias distintas para cada sexo;  
IV - bebedouro, fora das instalações sanitárias e das salas de vigília.

Parágrafo Único - São permitidas copas em locais adequadamente situados.

#### CAPÍTULO XXXV DOS CEMITÉRIOS

Art. 443 Os cemitérios serão construídos em áreas elevadas, na contra vertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional, serão tolerados, a juízo da autoridade sanitária, cemitérios em regiões planas.

Art. 444 Deverão ser isolados, em todo o seu perímetro, por logradouros públicos, ou outras áreas abertas, com largura mínima de quinze metros, em zonas abastecidas por redes de água, e de trinta metros, em zonas não providas de redes de água.

Art. 445 O nível dos cemitérios deverá ser suficientemente elevado, de maneira a assegurar que as sepulturas não sejam inundadas.

Art. 446 Os projetos de cemitérios deverão ser acompanhados de estudos especializados, comprovando a adequabilidade do solo e o nível do lençol freático.

Art. 447 Os vasos ornamentais devem ser preparados, de modo a não conservarem água, a fim de evitar a proliferação de insetos.

#### CAPÍTULO XXXVI DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO SEPULTAMENTO

##### SEÇÃO I DO SEPULTAMENTO

Art. 448 A pessoa responsável pelo sepultamento só pode efetuar o mesmo decorridas 24 horas da morte, salvo os casos especiais em que a autoridade de saúde julgar conveniente diminuir este prazo, obedecido o disposto no § 2º do art. 48º da Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983.

Art. 449 A pessoa responsável pela colocação de restos mortais em jazigo, carneira, nicho de cemitério vertical ou outro local onde o cadáver ou os restos mortais não entrem em contato com a terra, deve vedar imediatamente o local após o sepultamento.

Art. 450 O sepultamento de cadáver não-identificado ou de indigente é da responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Art. 451 Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, a autoridade de saúde pode exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica da morte.

##### SEÇÃO II DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO E DA CERTIDÃO DE ÓBITO

Art. 452 O sepultamento de pessoa somente pode ser efetuado após apresentação de certidão de óbito, expedida pelo Cartório do Registro Civil, mediante apresentação da declaração de óbito.

Parágrafo Único - O cartório de Registro Civil arquivará a segunda via da declaração de óbito e remeterá a primeira via da mesma para a autoridade de saúde no prazo máximo de 10 dias.

Art. 453 Os responsáveis pelo sepultamento de pessoa que faleceu quando internada em hospital, ou sob tratamento médico, devem requerer a declaração de óbito no hospital onde esteve internada ou diretamente do médico que a assistiu.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a declaração de óbito quando não houver médico no lugar do falecimento, devendo neste caso, os responsáveis pelo sepultamento, acompanhados por duas testemunhas, fazer a certidão de óbito em Cartório de Registro Civil para assento do mesmo.

Art. 454 A pessoa responsável pelo sepultamento de partes do corpo humano seccionadas por amputação cirúrgica, ou por acidente, deve solicitar atestado do médico que atendeu o paciente

ou do Instituto Médico Legal, constando além dos dados pessoais, a especificação da parte seccionada e a causa da amputação.

#### SEÇÃO III DAS URNAS FUNERÁRIAS

Art. 455 O cadáver só pode ser colocado em urna funerária quando houver autorização de pessoa responsável pelo mesmo.

Art. 456 A pessoa responsável pelo sepultamento de cadáver deve fazê-lo em urnas funerárias de madeira, trabalhadas ou não, sendo facultativo o uso de revestimento e proibido o uso de material não degradável.

§ 1º Para o transporte de pessoas vitimadas por doenças transmissíveis, as urnas funerárias devem ser de madeira, trabalhadas ou não, herméticas e revestidas internamente de zinco.

§ 2º Para transladação de cadáveres queimados ou em estado de putrefação, as urnas funerárias devem ser impermeáveis, hermeticamente fechadas mediante vedação de plástico ou borracha, ou através de revestimento de metal ou de material semelhante, que haja sido soldado ou fundido.

§ 3º O uso de materiais alternativos para confecção de urna funerária, não previstos neste Regulamento, dependerá de prévio assentimento da autoridade de saúde.

#### SEÇÃO IV DO TRANSPORTE DE CADÁVERES

Art. 457 A pessoa responsável pelo transporte interestadual de cadáver deve portar os seguintes documentos:

I - certidão de óbito;

II - ata de embalsamamento ou ata de formolização, quando for o caso;

III - licença para translação de cadáver, fornecida pelas autoridades de saúde e judicial do local onde ocorreu o falecimento;

§ 1º A licença para translação de cadáver deve conter nome, sexo, idade e destino da pessoa falecida, bem como a identificação do responsável pelo traslado.

Art. 458 A pessoa responsável pelo transporte interestadual de cadáver deve providenciar urna funerária, identificada externamente mediante uma placa fixa, ou por qualquer outro meio, em lugar visível, em que conste nome, sexo, idade e destino da pessoa falecida.

Art. 459 A pessoa responsável pelo transporte nacional de restos exumados deve portar a autorização para remoção, expedida pela autoridade municipal competente.

Art. 460 A pessoa responsável pelo traslado de cadáveres deve providenciar para que as urnas funerárias obedeçam aos requisitos do artigo 456 deste Regulamento.

Art. 461 A pessoa responsável pelo transporte de cadáveres só pode fazê-lo em veículo especialmente destinado para esse fim, sendo que o local destinado ao depósito da urna funerária deve ser revestido de material impermeável.

#### CAPÍTULO XXXVII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 462 Para os efeitos desta lei considera-se a infração a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 463 Autoridades de saúde, para os efeitos da lei, é todo agente público designado para exercer funções referentes à preservação

e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos desta lei, seus regulamentos e normas técnicas.

#### CAPÍTULO XXXVIII GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 464 As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se:

- I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 465 Para a graduação e imposição de pena, a autoridade sanitária levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 466 São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente à incapacidade do agente entender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - Ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir para a prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 467 São circunstâncias agravantes:

- I - ser infrator reincidente;
- II - Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - Ter a infração conseqüências calamitosas à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes à evitá-lo;
- VI - Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé.

Art. 468 Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

#### CAPÍTULO XXXIX ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 469 Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - multa;
- II - apreensão do produto;
- III - inutilização de produto;
- IV - interdição de produto;
- V - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;
- VI - cancelamento de registro de produto;
- VII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;
- VIII - proibição de propaganda;
- IX - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- X - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 470 A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei e normas técnicas, ficará

caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

#### CAPÍTULO XL DO PROCESSAMENTO DAS MULTAS

Art. 471 A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I - nas infrações leves, de 10 UFM a 30 UFM;
- II - nas infrações graves, de 31 UFM a 150 UFM;
- III - nas infrações gravíssimas, de 151 UFM a 300 UFM.

§ 1º Aos valores das multas previstas nesta Lei, aplicar-se-á a Unidade Fiscal Municipal (UFM) ou outro paradigma ou índice que lhe substitua por Lei.

§ 2º Quando aplicada à pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária competente, sob pena de cobrança judicial.

Art. 472 O Diretor de Vigilância Sanitária, uma vez tornada definitiva a decisão condenatória, pela não interposição ou pela rejeição dos recursos interpostos, receberá os autos e tomará as seguintes providências:

- I - notificará a pessoa multada, pessoalmente, pelo correio, ou pela imprensa (se em lugar incerto e não sabido), informando que o recolhimento deve ser feito exclusivamente na Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e instruindo-a sobre a forma e o prazo de pagamento;
- II - feita a notificação, remeterá, com prova da realização desta, uma via do auto de multa à Secretaria Municipal de Saúde, para a cobrança.

Art. 473 A Secretaria Municipal de Saúde baixará normas e orientações específicas para o recolhimento da multa e seu lançamento em dívida ativa, nos casos de não-pagamento.

Art. 474 O Diretor de Vigilância Sanitária manterá controle dos casos em que a cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens, tendo em vista a conversão da multa em atividade educativa.

#### CAPÍTULO XLI DO REGISTRO DE ANTECEDENTES

Art. 475 O Diretor de Vigilância Sanitária manterá registro de todos os processos em que haja decisão condenatória definitiva, baixando as normas técnicas necessárias para tal.

#### CAPÍTULO XLII DA CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 476 A pessoa comete infração de natureza sanitária devendo a penalidade estar em acordo com os artigos constantes do capítulo XXVIII desta legislação, quando:

- I - constrói, instala ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes;
- II - constrói, instala, ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente;
- III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se



dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades para-médicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo e beleza, ginástica, fisioterapia e de recuperação, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de Raio-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação sanitária;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas à doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares;

XIV - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares;

XV - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente;

XVI - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, refrigerantes, produtos de higiene, cosméticos e perfumes;

XVII - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado;

XVIII - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado;

XIX - instala ou faz funcionar estabelecimentos sem a devida responsabilidade técnica, quando assim exigir;

XX - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação;

XXI - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais;

XXII - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, veículos terrestres nacionais e estrangeiros;

XXIII - não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis quer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua posse;

XXIV - exerce profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal; XXV - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal;

XXVI - fraudas, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública;

XXVII - transgredir normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde;

XXVIII - descumpra atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação sanitária pertinente;

XXIX - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a estabelecimento de ensino, estabelecimentos e locais para lazer, esporte e congêneres, estabelecimentos ópticos, salões de beleza, institutos de esteticismo e atividades afins e demais estabelecimentos de interesse da saúde;

XXX - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes a Saneamento Básico, compreendendo o Abastecimento de Água e destinação dos resíduos e dejetos;

XXXI - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes aos Deveres da pessoa com relação ao Ambiente, provocando por meio de sua ação ou omissão contaminação física, química ou biológica do Meio Ambiente;

XXXII - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes a Saúde de Terceiros e/ou Saúde do Trabalhador;

XXXIII - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização;

XXXIV - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos, industriais, comerciais e agropecuários ou outros que interessem à saúde pública ou até mesmo o comércio ambulante, sem a devida licença e/ou autorização dos órgãos sanitários competentes, ou até mesmo com a referida licença com validade expirada, ou contrariando as normas legais pertinentes;

XXXV - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários, bem como os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros de alimentos e bebidas, incluindo seu transporte;

XXXVI - cria ou conserva animais que por sua espécie ou quantidade estejam sendo causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial;

XXXVII - lança na atmosfera substância física, química, ou biológica, proveniente de fonte residencial, industrial, comercial, agropecuária ou correlata, veículo automotor e similar, provocando poluição ou contaminação, causando desta forma risco à saúde de terceiros;

XXXVIII - inobserva as exigências de normas legais pertinentes ao controle do lixo.



## CAPÍTULO XLIII DA CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 477 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 478 O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 479 O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a examinar a ciência, deverá ser feita a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

§ 2º O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§ 3º Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado;

§ 5º A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no parágrafo 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 480 As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento, caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 481 O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

§ 1º Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

## SEÇÃO I DOS PROCEDIMENTOS

Art. 482 O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração, no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

Art. 483 O servidor autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá todos os elementos necessários à decisão, inclusive, se for o caso, planta ou laudo demonstrativo da situação e informação sobre a capacidade econômica do infrator.

Art. 484 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, que será a autoridade de saúde competente para julgar o auto de infração lavrado na sua área de jurisdição, antes de decidir, solicitará à Diretoria de Vigilância Sanitária.

Art. 485 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, poderá levar em consideração os argumentos da defesa ou impugnação apresentada fora do prazo legal, desde que a tenha recebido antes de decidir o processo.

Art. 486 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, decidindo:

I - ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, se julgar procedente o auto de infração;

II - remeterá obrigatoriamente o processo para reexame pelo Diretor de Vigilância Sanitária, ceder pela improcedência do auto de infração.

Art. 487 A apreensão de produtos ou substâncias para análise fiscal, far-se-á mediante colheita representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova, e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial credenciado.

§ 1º A colheita representativa do estoque existente, para análise fiscal, será feita mediante lavratura, em três vias, de auto de coleta de amostras que conterá:

a) nome e endereço do estabelecimento e/ou responsável;

b) nome, marca, quantidade, volume, peso, origem, lote ou partida, prazo de validade, data de fabricação e demais características identificadoras do produto apreendido;

c) local da coleta e data;

d) assinatura legível da autoridade de saúde e do detentor, ou de duas testemunhas, caso o mesmo se negar, estiver impossibilitado ou for analfabeto, circunstância que será certificada no auto.

§ 2º As três vias do auto de coleta terão a seguinte destinação:

I - interessado;

II - laboratório oficial credenciado;

III - processo.

§ 3º Se a quantidade ou natureza não permitir a colheita de amostras, o produto ou substância será encaminhado ao laboratório oficial credenciado, para realização de análise fiscal, na presença do seu detentor ou do representante legal da empresa e do perito pela mesma indicado.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se ausentes as pessoas mencionadas, serão convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

§ 5º A autoridade de saúde competente lavrará laudo minucioso e conclusivo da análise fiscal, o qual será arquivado no laboratório oficial credenciado, e extraídas cópias, uma para integrar o processo e as demais para serem entregues ao detentor ou responsável pelo produto ou substância e à empresa fabricante.

§ 6º Revelando a análise fiscal que o produto ou substância é impróprio para o consumo, a autoridade de saúde lavrará o auto de infração, caso não o tenha feito.

§ 7º O infrator, discordando do resultado condenatório da análise fiscal poderá, em separado ou juntamente com a defesa ou impugnação, requerer perícia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§ 8º Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja primeira via integrará o processo e conterá todos os quesitos formulados pelos peritos.

§ 9º A perícia de contraprova não será efetuada se houver indício de violação da amostra em poder do infrator e, nessa hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.

§ 10 Aplicar-se-á, na perícia de contraprova, o mesmo método de

análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto à adoção de outro.

§ 11 O infrator, havendo discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova, poderá requerer, no prazo de dez dias, novo exame pericial a ser realizado, em igual prazo, na segunda amostra em poder do laboratório oficial credenciado.

Art. 488 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, determinará o arquivamento do processo e liberará o produto ou substância, se a análise fiscal ou perícia de contraprova vier a considerá-lo próprio para o consumo; ordenará ou tornará definitiva a sua interdição se as análises e laudos concluírem pela condenação.

Art. 489 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, presidirá o processo de que trata este capítulo, quando a apreensão ou interdição for realizada na sua área de jurisdição.

Art. 490 A autoridade de saúde ao realizar a apreensão de amostras para efeito de análise fiscal ou de controle, não procederá à interdição do produto ou substância, exceto nos casos em que sejam flagrantes

os indícios de alteração ou adulteração, hipótese em que a interdição é obrigatória e terá caráter preventivo ou de medida cautelar. § 1º A autoridade de saúde procederá à interdição do produto ou substância, obrigatoriamente, quando resultarem provadas, em análises laboratoriais ou no exame de processos, ações fraudulentas que impliquem falsificação ou adulteração.

§ 2º A interdição do produto ou substância, e do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de noventa dias ou quarenta e oito horas para os perecíveis, findo o qual serão automaticamente liberados, caso não penderem de outra medida, ou de decisão condenatória.

Art. 491 A autoridade de saúde, se for o caso, lavrará termo de apreensão e de interdição, juntamente com o auto de infração, com observância dos mesmos requisitos legais deste, especificando ainda a natureza, quantidade, nome e/ou marca, tipo, lote ou partida, nome e endereço da empresa e do detentor do produto.

Art. 492 Os alimentos, bebidas, substâncias ou insumos e outros, manifestamente deteriorados ou alterados, serão apreendidos e inutilizados imediatamente, através de medida cautelar, devendo todos estar descritos no Auto de Imposição de Penalidades.

Art. 493 No caso de partida de grande valor econômico, assim considerado igual ou superior a 100 salários mínimos vigentes no Estado, confirmada a condenação do alimento, bebida, produto ou substância em perícia de contraprova, poderá o interessado solicitar nova retirada de amostras aplicando-se, neste caso, adequada técnica de amostragem estatística.

Parágrafo Único - Em se tratando de alimentos e bebidas, na hipótese deste artigo, considerar-se-á liberada a partida que indicar um índice de alteração ou deterioração inferior a 10% (dez por cento) do seu total, excetuados os casos de presença de organismos patogênicos ou suas toxinas.

Art. 494 A inutilização de alimentos e bebidas de grande valor econômico deverá ser levada ao conhecimento público, com os esclarecimentos necessários, através da imprensa local ou regional, pela autoridade que determinar a medida.

## SEÇÃO II DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 495 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração.

Art. 496 A autoridade de saúde poderá, nos casos em que a infração exigir pronta ação para a proteção da saúde pública, aplicar de imediato as penalidades de apreensão, inutilização, interdição e outras previstas nesta legislação, lavrando o auto de imposição de penalidade, independentemente da tramitação normal do auto de infração respectivo.

Art. 497 O infrator notificado do auto de infração, ou do auto de

imposição de penalidade na hipótese do artigo anterior, poderá oferecer defesa ou impugnação dos mesmos no prazo de quinze dias.

Art. 498 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, antes de processar o auto de infração, fará um exame prévio do mesmo, ordenando a sua renovação ou retificação, se necessário.

Parágrafo Único - O infrator será notificado da renovação ou retificação do auto de infração, com as mesmas formalidades da primeira notificação, renovando-se-lhe o prazo para defesa ou impugnação.

Art. 499 As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constatarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

Art. 500 Quando o autuado for analfabeto, fisicamente incapacitado, ou negar-se a assinar o auto, poderá ser assinado „a rogo” na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva através de certidão, no verso do auto, pela autoridade autuante.

Art. 501 As notificações feitas pelo correio serão expedidas preferencialmente com Aviso de Recebimento - AR.

Art. 502 Sempre que a ciência do interessado se fizer por meio de publicação na imprensa, serão certificadas no processo a página e a data do jornal.

Art. 503 O edital além dos requisitos legais, conterá:

I - a identificação e endereço da autoridade de saúde perante a qual poderá ser apresentada a defesa ou impugnação;

II - a advertência de que a notificação se considerará efetivada cinco dias após a publicação, contando a partir daí o prazo para a defesa ou impugnação.

Art. 504 A autoridade de saúde procederá a notificação dos atos praticados no processo, a menos que o „ciente” seja dado diretamente nos autos, pela pessoa ou seu procurador.

## SEÇÃO III DO AUTO DE INTIMAÇÃO

Art. 505 Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, a autoridade de saúde lavrará auto de intimação fixando prazo e condições para o seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o infrator se encontrar em lugar incerto e não sabido, a autoridade fará expedir edital, fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento.

Art. 506 A autoridade de saúde nos casos de perigo para a saúde pública ou no interesse desta, havendo ou não infração sanitária, poderá interditar local ou bem, ou determinar quaisquer medidas cautelares, mediante auto de intimação.

§ 1º Quando houver apreensão ou interdição de produto ou bem em caráter cautelar, na forma do „caput” deste artigo, e o responsável for idôneo, moral e financeiramente, poderá o mesmo ser designado depositário; caso contrário, a mercadoria será recolhida para outro local, sob a guarda da autoridade de saúde ou de terceiro, às custas do proprietário ou responsável.

§ 2º No caso de medida cautelar não-acompanhada de auto de infração, o descumprimento do auto de intimação será punido com penalidade de multa, sem prejuízo de outras, previstas na legislação vigente.

Art. 507 A autoridade de saúde executará ou contratará a realização de serviços ou obras constantes de auto de intimação, inclusive transporte, por conta e risco do infrator ou responsável, nos seguintes casos:

I - se não tiver condições de fazê-lo por si próprio ou se resistir à ordem, sendo que, neste último caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;

II - se encontrar-se ausente no período ou em lugar incerto e não sabido, sem que tenha representante legal ou preposto no local.

Art. 508 No caso de prédios, equipamentos e utensílios de difícil remoção, havendo necessidade de impedir o seu uso transitório

ou definitivo, a formalização legal será feita mediante a lavratura de auto e termo respectivos, acompanhados, se for o caso, de aposição de lacres, nos locais mais indicados.

Art. 509 O auto de intimação de que trata esta legislação será lavrado em três vias, destinando-se a primeira ao intimado e conterá:

I - o nome da pessoa, ou denominação da entidade intimada, especificação do seu ramo de atividade e endereço;

II - a disposição legal ou regulamentar infringida se for o caso, e/ou dispositivo que autorize a medida;

III - a medida sanitária exigida, com as instruções necessárias, se for o caso;

IV - o prazo para sua execução ou duração, ou, no caso de medidas cautelares, as condições para a sua revogação;

V - nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;

VI - a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto; e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 510 O prazo de validade da medida cautelar não excederá noventa dias, ou quarenta e oito horas para os bens perecíveis, ao final dos quais o bem será automaticamente liberado, se não pender de outra medida sanitária ou decisão condenatória.

#### SEÇÃO IV

##### DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 511 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, ao julgar o auto de infração, ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, nos termos da decisão condenatória.

§ 1º A autoridade de saúde poderá lavrar auto de imposição de penalidade nos casos de Advertência prévia, Apreensão e Inutilização de Produtos, sem julgamento do auto de infração, devendo este ser acompanhado de medida cautelar, lavrado no respectivo auto de intimação.

§ 2º No caso citado no parágrafo anterior, estas penalidades, não deverão contar como antecedentes de penalidades do infrator, por não serem atribuídas através de decisão condenatória em Processo Administrativo.

Art. 512 O auto de imposição de penalidade será lavrado em três vias, destinando-se a primeira ao infrator, e conterá:

I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada e seu endereço;

II - o número e data do auto de infração respectivo;

III - a descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local;

IV - a disposição legal ou regulamentar infringida;

V - a penalidade imposta e seu fundamento legal;

VI - o prazo de quinze dias para interpor recurso ao Diretor de Vigilância Sanitária, contado da ciência do autuado;

VII - a assinatura da autoridade autuante;

VIII - a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante, com a assinatura de duas testemunhas quando possível.

Art. 513 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, fará com que o auto de imposição de penalidade contenha, em seu texto ou anexo, mensagem educativa atinente à infração cometida, nos termos de Norma Técnica específica, a ser baixada pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 514 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, sempre que necessário, e especialmente nos casos em que a penalidade imposta for de apreensão, interdição ou inutilização de produto, fará com que o auto de imposição de penalidade seja acompanhado do termo respectivo, que especificará a sua natureza, quantitativa e qualitativa.

#### SEÇÃO V

##### DO AUTO DE MULTA

Art. 515 O auto de multa, assinalará:

I - o número de UFM (Unidade Fiscal Municipal) em que consiste a multa, com a advertência de que o valor sofre reajuste automático até o dia do pagamento;

II - que o prazo para pagamento é de trinta dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial;

III - que se o infrator efetuar o pagamento no prazo de vinte dias, contado da data da notificação, com desistência tácita do recurso, gozará de redução de vinte por cento no valor da multa;

IV - que o recolhimento da multa deverá ser feito exclusivamente no Setor de Tributos, mediante Boleto de Arrecadação, pago somente em estabelecimento bancário;

V - a advertência de que o não-pagamento da multa, após esgotados os recursos e o prazo legal, impedirá a expedição ou renovação de alvará de qualquer natureza, pela Secretaria Municipal de Saúde, em benefício do infrator.

Art. 516 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, nos casos em que a notificação do auto de multa for feita pelo correio, providenciará a remessa imediata do expediente ao infrator.

Art. 517 A pessoa multada incumbe, para usufruir do benefício do artigo 515, inciso III, desta legislação, fazer a prova de que o pagamento está sendo feito dentro do prazo de vinte dias, quando notificada pelo correio.

Art. 518 O (A) Secretário (a) Municipal de Saúde, a requerimento do interessado ou de qualquer pessoa que o represente, ouvidos o Diretor de Vigilância Sanitária, pode converter a pena de multa em atividade educativa, nos casos de comprovada incapacidade econômica do infrator.

Parágrafo Único - A conversão da multa em atividade educativa, de que trata este artigo, será da iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, nos casos em que, tendo a multa sido lançada em dívida ativa, a sua cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens.

#### SEÇÃO VI

##### DO RECURSO

Art. 519 O infrator poderá, no prazo de quinze dias, a contar da sua intimação, recorrer da decisão condenatória do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde e do auto de imposição de penalidade e/ou auto de multa respectivo, para o Diretor de Vigilância Sanitária.

Art. 520 O Diretor de Vigilância Sanitária, recebendo processo para reexame automático, nos termos do artigo 486, inciso II desta legislação, procederá da seguinte maneira:

I - ordenará a devolução dos autos para arquivamento na Secretaria Municipal de Saúde, se entender que a decisão não merece reparo;

II - abrirá vistas ao infrator para manifestar-se pelo prazo de quinze dias, se entender que a decisão é passível de modificação;

III - devolverá os autos ao (a) Secretário (a) Municipal de Saúde, para regularização e nova decisão, se o processo padecer de irregularidade que comprometa a validade do processo ou do auto de imposição de penalidade, renovando-se, após, o prazo do recurso.

Art. 521 Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para o (a) Secretário (a) Municipal de Saúde, no prazo de vinte dias de sua ciência ou publicação, em última instância administrativa.

Art. 522 Não será admitido recurso enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo à autoridade julgadora certificar-se do fato, antes do julgamento.

Art. 523 A autoridade competente para julgar o recurso poderá, antes de decidi-lo, ouvir a autoridade recorrida, que reconsiderará ou não a decisão.

Art. 524 O infrator tomará ciência da decisão do recurso:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo; ou

II - mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada, ou através da imprensa oficial, sendo que, neste caso, considerar-se-á efetivada cinco dias após a publicação.



Art. 525 Uma vez tornada irrecorrível a decisão, o processo deverá ser encaminhado ao Diretor de Vigilância Sanitária, para registro, após o que será devolvido a Secretaria Municipal de Saúde, para arquivamento.

#### CAPÍTULO XLIV DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 526 Taxa de Vigilância Sanitária tem como fato gerador as atividades realizadas no Município em Vigilância Sanitária e Saneamento Básico.

Parágrafo Único - O fato gerador da taxa referida no caput considera-se ocorrido:

I - no primeiro exercício de atividades;

II - nos exercícios subsequentes;

III - quando ocorrer alteração de endereço, atividade, razão social e responsabilidade técnica, na data da realização do exercício em razão da alteração.

Art. 527 O contribuinte da taxa de Vigilância Sanitária é a Pessoa física ou jurídica que provocar em seu benefício ou por ato seu, a realização de atividade definida como fato gerador do tributo, na forma do artigo 525 deste Código.

Art. 528 A base de cálculo da Taxa é o custo despendido pelo Município na atividade de Vigilância Sanitária e Saneamento Básico, cujo valor, em cada caso, será determinado em número de UFM, em função do tipo de atividade realizada, na forma de Atos da Vigilância Sanitária.

§ 1º A Tabela de Atos da Vigilância Sanitária, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser revista e atualizada por ato do chefe do Poder Executivo de forma a adequá-la aos custos despendidos na prestação dos serviços a que se referem.

§ 2º Quando a atividade tributada envolver mais de um dos itens especificados na Tabela de que trata este artigo, o cálculo da taxa levará em conta a soma dos valores atribuídos às respectivas atividades.

§ 3º Quando a atividade a ser tributada não estiver claramente especificada na lista da Tabela de que trata este artigo, poderá ser enquadrada, para efeitos de cálculo do valor da Taxa de Vigilância Sanitária, em atividade correspondente.

Art. 529 O pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária será efetuado levando-se em conta a ocorrência do fato gerador, da seguinte forma:

I - no início da atividade;

II - na renovação anual, em data estabelecida pelo Município;

III - alteração de endereço, atividade, razão social e responsabilidade técnica - na data da comunicação da alteração;

IV - nos demais casos, na forma e prazos definidos em regulamento.

Parágrafo Único - A falta de pagamento da Taxa prevista neste artigo, na data do seu vencimento, implicará na atualização do montante devido, bem como na aplicação de multa e juros moratórios aplicáveis aos demais débitos tributários.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 530 O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei, ouvidos as Entidades Profissionais da área da Saúde.

Art. 531 Os casos não contemplados neste Código, deverão obedecer as Legislações Estaduais e Federais em vigência.

Art. 532 A Secretaria Municipal de Saúde, ouvidas as Entidades Profissionais da área da Saúde, elaborará e/ou adotará normas técnicas, que serão aprovadas por Lei Complementar e/ou Decreto do Poder Executivo, com a finalidade de regulamentar o disposto no Capítulo XLIV.

Art. 533 Os estabelecimentos comerciais e industriais já em funcionamento, dentro das atividades definidas, terão um prazo de 05 (cinco) anos, contados da publicação deste Código, para

procederem as adequações necessárias ao seu cumprimento.

Art. 534 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 11 de Março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### LEI Nº 1.134/2015

LEI Nº 1.134, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, inativos e os proventos de pensão por morte, do tesouro municipal e aqueles administrados e pagos pelo IPRELL e ainda, de todos os Agentes Políticos do Município: Prefeito, Vice-prefeito, Secretários e Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2015, fica reajustada em 6,22 % (seis virgula vinte e dois por cento) correspondente ao índice de inflação do INPC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Excetuam-se da revisão geral disposta através desta Lei:

I - Os professores efetivos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tiveram o reajuste salarial já concedido através da Lei Municipal nº 1.128/2015;

II - Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, tiveram o reajuste salarial já concedido através da Lei Municipal nº 1.124/2015;

Art. 3º Os encargos desta Lei correrão a conta do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### PORTARIA Nº 017/2015

Portaria nº 017, de 02 de fevereiro de 2015.

“Concede Gratificação Especial de Penosidade (GEP) a servidor Público Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 781, de 20 de dezembro de 2010:

Considerando, que os servidores têm uma jornada de trabalho de difícil controle, e o grande desgaste físico do exercício das funções de Motoristas;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação Especial de Penosidade (GEP), no valor de R\$ 475,63 (quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), ao servidor ocupante do cargo de efetivo exercício de Motorista, na Secretaria Municipal de Saúde, na forma



que segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Gratificação Penosidade	Data
1421	Gabriel Hoffmann	R\$ 475,63	02.02.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 018/2015

Portaria n.º 018, de 02 de fevereiro de 2015.  
"Concede progressão funcional aos servidores Municipais e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002, e suas alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, ao vencimento do servidor relacionado, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	Progressão Anterior	Progressão Atual	Mês de Ref
Airton Abreu	75	Braçal	I	J	fev/2015
Aline Kraus	1425	Recepcionista	A	B	fev/2015
Arcênio Feuser	356	Motorista	E	F	fev/2015
Inesio A. Bratfisch	365	Motorista	E	F	Fev/2015
Jaqueline R.G. Hoffmann	361	Assistente	E	F	Fev/2015
José de Souza	355	Motorista	E	F	Fev/2015
Marilei Foster França	1142	Serviços Gerais	B	C	Fev/2015
Marilete Schappo Leal	1143	Serviços Gerais	B	C	Fev/2015
Sandra R. Bosenhor	1438	Merendeira	A	B	Fev/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 019/2015

Portaria nº 019, de 02 de fevereiro de 2015.  
"Constitui o Conselho Municipal de Defesa Civil-COMDEC, e da outras providencias.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo no art. 66, VII, e XXIII, da Lei Orgânica o disposto na Lei Municipal nº 008, de 03 de Fevereiro de 1997, bem como nos Decretos nº 005/97 e 006/97, de 05 de Fevereiro de 1997, RESOLVE:

Art. 1º Observado o disposto no Art. 2º do Decreto nº 005, de 05 de Fevereiro de 2007, fica assim constituída a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL:

I - DEBORA VENTURIN;  
Representante do Poder Executivo

II - CARLOS ALBERTO COELHO;  
Representante da Secretaria Municipal da Agricultura Turismo e Meio Ambiente

III - KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA;  
Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

IV - SAMUEL JOSÉ ABREU;  
Representante da Secretaria Municipal da Saúde

V - SERGIO CLASEN;  
Representante da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos

VI - REJANE KUSTER;  
Representante da Secretaria Municipal da Família Assistência Social

VII - ARNALDO BEPPLER;  
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leoberto Leal

VIII - LAURO ROCHA DE AGUIAR;  
Representante da Polícia Militar.

Art. 2º O mandato dos membros do COMDEC é até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 02 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 020/2015**

Portaria nº 020, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Educação Infantil e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARLENE KREUSCH, portadora do CPF nº 069.284.369-80 e RG nº 4.725.181-6, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 021/2015**

Portaria nº 021, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Educação Infantil e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRÍCIA APARECIDA KRAUZE, portadora do CPF nº 080.089.079-59 e RG nº 5.748.387, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais),

oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 022/2015**

Portaria nº 022, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Educação Infantil e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARISETE MARIA DE SOUZA MARIAN, portadora do CPF nº 867.993.049-00 e RG nº 2.255.084, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 023/2015**

Portaria nº 023, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Ensino Fundamental e dá outras providências "

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCEMAR DA SILVA ENTER, portadora do CPF nº 045.924.889-89 e RG nº 4.208.239-0, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 024/2015**

Portaria nº 024, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Ensino Fundamental e dá outras providências "

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ELAINE FLAVIA MARIAN, portadora do CPF nº 038.505.309-65 e RG nº 4.011.803, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 025/2015**

Portaria nº 025, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Nomeia Professora Nível II - Ensino Fundamental e dá outras providências "

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 136, de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LETICIA JASPER, portadora do CPF nº 061.087.219-28 e RG nº 4.208.220, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Professora Nível II - Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, a partir de 04 de fevereiro de 2015, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º,

da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma, com competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
  - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
  - Comprovante de endereço, Identidade e CPF.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 026/2015**

Portaria nº 026, de 04 de fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município em atenção a Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a senhora MARLIZE APARECIDA MOTTA STEFFENS, brasileira, casada, portadora do CPF nº 009.817.079-12, para o exercício das funções do cargo em comissão de Diretora da Escola Municipal de Vargem dos Bugres, a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999, do Plano de Cargos e Salários do Pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 027/2015**

Portaria n.º 027, de 04 de fevereiro de 2015.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ALIANDRE LUZIA LOHN, portadora do CPF nº 049.422.209-39 e RG nº 4.725.589-7, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 002, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 028/2015**

Portaria n.º 028, de 04 de fevereiro de 2015.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ELIZA LEAL, portadora do CPF nº 091.104.129-05 e RG nº 5.456.683, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 003, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 029/2015**

Portaria n.º 029, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAUDIA BECKER DA CUNHA, portadora do CPF nº 044.184.409-09 e RG nº 4.236.839-1, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 004, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 030/2015**

Portaria n.º 030, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora BEATRIZ CLASEN, portadora do CPF nº 095.029.879-42 e RG nº 5.748.367, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 005, de 04 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 01/04/2014, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2014.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 031/2015**

Portaria n.º 031, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita LUCIANE MARIA FRANZEN, portadora do CPF nº 952.291.169-00 e RG nº 2.900.577, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 006, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 032/2015**

Portaria n.º 032, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita DRIELLI JACIARA BACK, portadora do CPF nº 091.415.499-02 e RG nº 5.456.207, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 007, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 033/2015**

Portaria n.º 033, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita PATRÍCIA APARECIDA KRAUSE, portadora do CPF nº 080.089.079-59 e RG nº 5.748.387, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 008, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 034/2015**

Portaria n.º 024, de 13 de fevereiro de 2014.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ROSILENE KRAUS, portadora do CPF nº 038.390.489-74 e RG nº 4.011.574, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 009, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretario de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 035/2015**

Portaria n.º 035 de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora DALVANA REGINA KNAUL DELL'AGNOLO, portadora do CPF nº 052.683.799-33 e RG nº 4.236.554, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 010, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 036/2015**

Portaria n.º 036, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora DJENI KNIS, portadora do CPF nº 085.024.429-37 e RG nº 5.748.036, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 011, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 037/2015**

Portaria n.º 037, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor JOEL LEAL, portador do CPF nº 098.177.379-69 e RG nº 5.142.365-0, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 012, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretario de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 038/2015**

Portaria n.º 038, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita BRUNA MARIA DA CUNHA, portadora do CPF nº 102.337.529-00 e RG nº 6.257.847, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 013, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 039/2015**

Portaria n.º 039, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita GEISE HUGEN, portadora do CPF nº 102.381.089-10 e RG nº 6.479.177, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 014, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 040/2015**

Portaria n.º 040, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor VINICIUS GUCHERT, portador do CPF nº 053.636.939-92 e RG nº 4.317.739, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professor Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 015, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 041/2015**

Portaria n.º 041, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CAMILA COELHO, portadora do CPF nº 066.779.739-48 e RG nº 5.354.962-7, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 016, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 042/2015**

Portaria n.º 042, de 04 de fevereiro de 2014.  
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor IRIVALDO JESUS KNIS, portador do CPF nº 020.536.149-86 e RG nº 2.259.891, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Professor Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 017, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 043/2015**

Portaria n.º 043, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora EVANI KREUSCH FARIAS portadora do CPF nº 007.750.589-12 e RG nº 4.469.861, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 018, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 044/2015**

Portaria n.º 044, de 04 de fevereiro de 2015.  
"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonera os Servidores Municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1609	Eliza Leal	Professora	02.02.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 02/02/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 045/2015**

Portaria n.º 045, de 04 de fevereiro de 2014.

“Contrata Instrutor de Informática 40 horas e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 774 de 20 de dezembro de 2010, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor HELVIS HERCILIO DE SOUZA, portador do CPF nº 039.089.569-51 e RG nº 3.598.282, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 05 de novembro 2014, homologado em 28 de janeiro de 2015, para desempenhar as funções de Instrutor de Informática 40 Horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 018, de 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 046/2015**

Portaria n.º 046, de 04 de fevereiro de 2015.

“Conceder Licença sem Vencimento a Servidora Publica Municipal e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a partir de 04 de fevereiro de 2015, Licença Sem Vencimento a servidora MARISA HILLESHEIN FRANZEN, brasileira, casada, inscrita sob a matrícula nº 944, ocupante do cargo em efetivo exercício de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 047/2015**

Portaria n.º 047, de 05 de fevereiro de 2015.

“Conceder Licença sem Vencimento ao Servidor Publico Municipal e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a partir de 05 de fevereiro de 2015, Licença Sem Vencimento ao servidor IZAIR KNAUL, brasileiro, solteiro, inscrito sob a matrícula nº 939, ocupante do cargo em efetivo exercício de Professor Nível III, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme Processo nº 918/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretario de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 048/2015**

Portaria n.º 048 de 05 de fevereiro de 2015.

“Concede Férias aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418 de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquissitivo	Período do Gozo
01	1330	Anderson Hoffmann	2014 a 2015	02.02.15 a 03.03.15
02	375	Edson Brambila	2011 a 2012	26.01.15 a 24.02.15
03	1082	Elesiana Schmidt	2013 a 2014	23.02.15 a 24.03.15
04	1053	Emily M. C. de Campos	2013 a 2014	23.02.15 a 24.03.15
05	25	Eni Abreu	2013 a 2014	02.02.15 a 03.03.15
06	1263	Fernando Lopes	2013 a 2014	04.02.15 a 05.03.15
07	168	Noely M. F. Scheimann	2013 a 2014	02.02.15 a 03.03.15
08	1034	Noely M. F. Scheimann	2014 a 2015	02.02.15 a 03.03.15
09	1008	Samuel José Abreu	2012 a 2013	02.02.15 a 03.03.15

10	583	Silvania C. Lopes	2012 a 2013	11.02.15 a 12.03.15
11	56	Vitor Norberto Alves	2011 a 2012	04.02.15 a 05.03.15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 02/02/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 049/2015

Portaria n.º 049, de 23 de fevereiro de 2015.  
"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonera os Servidores Municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
	1616	Maria A. Hoffmann	Professora	16.02.2015
	1674	Cleyton José França	Professor	23.02.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 16/02/2015, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de fevereiro de 2015.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
DEBORA VENTURIN  
Secretaria de Administração e Finanças

## Luzerna

### PREFEITURA

#### 1º TERMO ADITIVO A ARP 1752014 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATOS DE ARP

PML 2015

EXTRATO DE ARP Nº: pml.175.14 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

FORNECEDOR: AUTO POSTO LUZERNA LTDA

OBJETO: com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços pml.175/2014, reajustando, a partir de 24 de fevereiro de 2015, em 8,10% o valor original do litro de diesel S10, passando de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) o litro para R\$ 3,21 (três reais e vinte e um centavos) o litro e, em 8,10% o valor original do litro de gasolina comum, passando de R\$3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) o litro para R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos), alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº pml.00175/2014

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	VALDEMIR LAMP AUTO POSTO LUZERNA LTDA FORNECEDOR 1
--	--

#### 1º TERMO ADITIVO A ARP 1792014

EXTRATOS DE ARP

PML 2015

EXTRATO DE ARP Nº: pml.179.14 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

FORNECEDOR: REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços pml.179/2014, reajustando, a partir de 11 de março de 2015, em 7,22% o valor original do litro de óleo diesel, passando de R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) o litro para R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos), alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº pml.00179/2014

Luzerna(SC), 11 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA LAURI NITZ FORNECEDOR 5
--	---

#### AVISO DE DISPENSA - PL 023/2015 - DL 006/2015 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 023/2015

Dispensa 006/2015

A Prefeitura Municipal de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação referente à "Contratação com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.- EPAGRI, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica

de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, pela Regional da Epagri de Joaçaba CNPJ nº 83.052.191/0034-20, com endereço à Rua Getúlio Vargas, 172 CEP 89.600-000, Joaçaba – SC, declara-se dispensável a licitação com fundamento no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93, em razão de se tratar de Instituição Brasileira incumbida estatutariamente do desenvolvimento institucional, detendo a entidade contratada inquestionável reputação ético-profissional e não ter fins lucrativos, para a Prestação de Serviços de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Município de Luzerna/SC, ações descritivas no plano anual de trabalho – P.A.T, conforme expresso na Lei Municipal nº 1.337 de 13 de fevereiro de 2015”.

Valor contratado: R\$ 15.000,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, XIII.

Luzerna (SC), 11 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO 2011

DECRETO Nº 2011 de 11 de março de 2015.

“ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311, de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos  
Fonte 0.3.52 - Piso Básico Fixo ..... R\$ 15.000,00  
Detalhamento de Recursos - 303 - Piso Básico Fixo

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 016/2015 - PP 010/2015 - RECAPAGEM - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 016/2015 - PML

Pregão nº 010/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 016/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de recapagem de pneus de veículos, equipamentos rodoviários e caminhões destinados as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna conforme especificações constantes no presente Edital.
- Proponente(s) Vencedora(s):
  - \* BORILLI PNEUS LTDA
  - \* F. VACHILESKI E CIA LTDA ME
  - \* FM PNEUS LTDA
  - \* RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
  - \* RECAUCHUTADORA RODA LTDA
- Valor total: R\$ 102.698,00

Luzerna (SC), 11 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 017/2015 - PP 011/2015 - SÊMEN E NITROGÊNIO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 017/2015 - PML

Pregão nº 011/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 017/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de material de consumo e equipamentos, destinados ao programa de apoio a bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Luzerna, conforme descrição em anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
  - \* NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
  - \* SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA
  - \* LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME
- Valor total: R\$ 55.190,00

Luzerna (SC), 11 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**RECEITA FEDERAIS 01 A 10/03/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/2

Data: 11/03/2015

Hora: 17:33:30

Período: 01/03/2015 - 10/03/2015

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 02/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	1,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	4,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.830,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.746,22

**Total de recursos recebidos em 02/03/2015: 4.584,14**

**Recursos recebidos em: 03/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	782,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal	4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	4.460,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.173,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	4.1.7.2.1.33.11.30.08.00	19.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde	4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	12.168,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde da Família	4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	11.130,00

**Total de recursos recebidos em 03/03/2015: 48.713,65**

**Recursos recebidos em: 04/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.252,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa Farmácia Básica União	4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	2.381,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	1.452,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.878,43

**Total de recursos recebidos em 04/03/2015: 6.964,99**

**Recursos recebidos em: 05/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.179,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	786,24

**Total de recursos recebidos em 05/03/2015: 1.965,61**

**Recursos recebidos em: 06/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	505,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	758,50

**Total de recursos recebidos em 06/03/2015: 1.264,17**

**Recursos recebidos em: 09/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	546,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	819,86

**Total de recursos recebidos em 09/03/2015: 1.366,44**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2

Data: 11/03/2015

Hora: 17:33:30

Período: 01/03/2015 - 10/03/2015

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 10/03/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.841,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	134.151,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	55.896,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	33.537,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	11.210,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.560,91
<b>Total de recursos recebidos em 10/03/2015:</b>			<b>256.197,84</b>

**TOTAL GERAL: 321.056,84**

Luzerna, SC, 11 de março de 2015.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Macieira****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ RESCISÃO CONTRATUAL  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0009/2014 E  
SEUS ADITIVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL  
Processo Licitatório nº 0007/2014.  
Dispensa de Licitação nº 0001/2014.  
Contrato Administrativo nº 0009/2014.

O Município de Macieira resolve RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 0009/2014, de 25 de fevereiro de 2014, oriundo da DL nº 0001/2014 e seus aditivos firmados com a empresa BRANDALISE CLÍNICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIÊNE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA (Portamed SST Segurança e Saúde do Trabalho), inscrita no CPNJ nº 07.127.755/0001-09, pelas razões especificadas no Termo de Rescisão Unilateral de Contrato e Termo Aditivo.

Macieira, 02 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

Deacordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;  
CNPJ: 81.908.469/0002-06  
CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 4416 R\$ 185.000,00

Valor Total: R\$ 185.000,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento cascalho à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 12 de março de 2015  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60  
BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.  
Nota Fiscal nº. 7537 R\$ 57.000,00  
Nota Fiscal nº. 7536 R\$ 28.500,00  
Valor Total: R\$ 85.500,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 12 de março de 2015  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015.

FORNECEDOR: GERAMAC EQUIPAMENTOS LTDA.  
CNPJ: 11.449.437/0001-23

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra, destinadas ao concerto da Mini Carregadeira Mustang 2041, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 25.727,21 (Vinte e cinco mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos).

Mafra, (SC) 11 de março de 2015.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 18/2015**

PORTARIA Nº 18/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, Técnica em Contabilidade, matrícula nº 102.3, lotada na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho de Presidente da Comissão de Licitação, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 13/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.  
EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 19/2015**

PORTARIA Nº 19/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, Controlador Interna, matrícula nº 587.8, lotada na Controladoria, a gratificação pela execução de trabalho de Membro da Comissão de Licitação, prevista no art. 1º, da Lei Municipal

nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 13/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.  
EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 20/2015**

PORTARIA Nº 20/2015, de 11 de março de 2015

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora MARIA NELI WORELL SCHAFASCHECK, Auxiliar Legislativa, matrícula nº 75.2, lotada na Recepção, a gratificação pela execução de trabalho de Membro da Comissão de Licitação, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 13/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.  
EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 21/2015**

PORTARIA Nº 21/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora VÂNIA LAZARO DA GUARDA, Assistente de Contabilidade, matrícula nº 577.0, lotada na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho de Pregoeira, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 14/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.  
EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 22/2015**

PORTARIA Nº 22/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora BRUNA RAFAELA WESTARB, Auxiliar de Serviços Administrativos, matrícula nº 445.6, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho na Equipe de Apoio do Pregão, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 14/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.

EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 23/2015**

PORTARIA Nº 23/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor CÉLIO CÉSAR FERNANDES, Motorista, matrícula nº 612.2, lotado na Recepção, a gratificação pela execução de trabalho na Equipe de Apoio do Pregão, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 14/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.

EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 24/2015**

PORTARIA Nº 24/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora SIMONE EVERS DIAS, Assistente

Legislativo, matrícula nº 22.1, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão de Avaliação e Desempenho, prevista no art. 3º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 15/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.

EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 25/2015**

PORTARIA Nº 25/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ DA SILVEIRA, Assistente de Administração e Finanças, matrícula nº 16.7, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão de Avaliação e Desempenho, prevista no art. 3º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, da Portaria nº 15/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1683, em 12/02/2015, no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mafra/SC, 11 de março de 2015.

EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 26/2015**

PORTARIA Nº 26/2015, de 11 de março de 2015.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor EDENILSON FERREIRA, Guarda Patrimonial, lotado na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Mafra, operando o Áudio e o Vídeo das mesmas, prevista no art. 2º, da Lei Municipal nº 4088, de 11 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 2º, da Portaria nº 17/2015, publicada no DOM/SC Edição nº 1684, em 13/02/2015, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art.2º Com efeitos retroativos a partir de 01º de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.



Mafra/SC, 11 de março de 2015.  
EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra

**PORTARIA Nº 27/2015**

PORTARIA Nº 27/2015, de 11 de março de 2015

O Vereador Ednilson Schelbauer, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR Cleiton Pigatto, do cargo comissionado de Assessor Legislativo, nomeado pela Portaria nº 31 de 06.10.2014, a partir do dia 12 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.  
VER. EDENILSON SCHELBAUER  
Presidente

# Maracajá

**PREFEITURA****LEI 1014/2015**

LEI Nº 1014 de 11 de MARÇO de 2015.

ALTERA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO CARGO DE FISCAL TRIBUTÁRIO, INSERTA NO ANEXO I, QUADRO IV, GRUPO IV - CARGOS ISOLADOS DA LEI Nº 985 DE 12 DE JUNHO DE 2014.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Fica alterada a habilitação profissional prevista no Anexo I, Quadro IV, Grupo IV - Cargos Isolados, da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014, para o Cargo de Fiscal Tributário, pertencente ao Grupo de Cargos Isolados, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, que para o Cargo de Fiscal Tributário passa a ter a seguinte redação:

“

ANEXO I  
QUADRO IV  
GRUPO IV - Cargos Isolados

Nominata do Cargo	Habilitação Profissional
...	...
Fiscal Tributário	Ensino Médio Concluído
...	...

...

“

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 11 de março de 2013.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**RESOLUÇÃO 01/2015**

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

Fixa normas para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos da Rede Municipal de Ensino.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com a Lei do Sistema Municipal de Educação nº 945 de 12 de setembro de 2013, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, Resolução CNE/CEB 01 de 14 de Janeiro de 2010, Resolução CNE/CEB 04 de 2 de outubro de 2009, Parecer CNE/CEB 15 de 9 de maio de 2007, Parecer CNE/CEB 02 de 19 de fevereiro de 2003, Parecer CNE/CEB 16 de 6 de agosto de 2008, Parecer 18 de 2 de outubro de 2012 e com fundamento no Parecer nº 01, após deliberação deste conselho

**RESOLVE:****CAPÍTULO I****ENSINO FUNDAMENTAL**

ART. 1 - O Ensino Fundamental é etapa da educação básica que se traduz como direito público, de oferta obrigatória a todos e a cada um, é dever do Estado e da família a garantia da permanência de todos.

Parágrafo único. As Unidades Escolares que ministram esse ensino devem trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a todos e a cada um o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para a vida em sociedade e os benefícios de uma formação comum, independente da grande diversidade da população escolar.

ART. 2 - É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.

Parágrafo único. O direito à educação é entendido como um direito inalienável do ser humano constituindo-o como fundamento maior destas diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

ART. 3 - O Ensino Fundamental garantirá as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de ensino e aprendizagem dos estudantes, focalizando:

I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, aquisição de conhecimentos e habilidades;

II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, da expressão corporal, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

ART. 4 - O Ensino Fundamental, de caráter obrigatório e gratuito, deverá garantir a democratização do acesso, a permanência e o sucesso escolar.

ART. 5 - Ficam assim determinadas as diretrizes para ingresso de estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal:

Parágrafo único. O Ensino Fundamental é de matrícula obrigatória para os estudantes a partir de seis anos completos até o dia 31 de março do ano de ingresso, e aos estudantes que completarem sete anos de idade até dezembro do mesmo ano;

**CAPÍTULO II****ORGANIZAÇÃO**

ART. 6 - O Ensino Fundamental terá a duração de nove anos e será organizada em ciclos com características próprias e nomenclatura que segue:

Anos Iniciais	Ciclo de Alfabetização e Letramento	1º ano	06(seis) anos
		2º ano	07 (sete) anos
		3º ano	08 (oito) anos
	Ciclo interdisciplinar	4º ano	09 (nove) anos
		5º ano	10 (dez) anos
Anos Finais	Ciclo Seriado	6º ano	11 (onze) anos
		7º ano	12 (doze) anos
		8º ano	13 (treze) anos
		9º ano	14 (quatorze) anos.

§1º O Ensino Fundamental consolidará o 1º, 2º, 3º anos como o ciclo da Alfabetização e Letramento. O trabalho pedagógico com a linguagem escrita deverá ser capaz de respeitar os estudantes sujeitos com direitos e membros ativos de uma sociedade grafo-cêntrica.

§2º Os estudantes do 1º e 2º ano terão aprovação automática podendo haver retenção apenas no 3º ano no término do ciclo da Alfabetização e Letramento.

§3º Ao final do ciclo da Alfabetização e Letramento os estudantes deverão ser avaliados para fins de promoção, considerando as habilidades previstas para este ciclo.

§4º O estudante que não possuir histórico escolar, será submetido à avaliação de classificação feita pela equipe pedagógica e corpo docente da Unidade Escolar, para fins de situá-lo no ano escolar, tendo como referência as habilidades previstas para tal.

§5º É recomendada a permanência do mesmo professor durante o curso do ciclo da Alfabetização e Letramento.

ART. 7 - A Rede Municipal de Ensino oferecerá Atendimento Educacional Especializado a todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Parágrafo Único: Nos casos que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando a equipe docente e pedagógica para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes, delimitando-se o Atendimento Educacional Especializado em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

ART. 8 - A Matriz Curricular para o Ensino Fundamental garantirá aos estudantes:

I. O estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especificamente do Brasil;

II. Desenvolver habilidades intelectuais, criar atitudes e comportamentos desejáveis para a vida e o convívio em sociedade;

III. Compreender a cidadania como participação social e política, como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, constituindo no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

IV. Conhecer características fundamentais do Município, Estado e Brasil em suas dimensões físicas, sociais, históricas, culturais e econômicas para a construção progressiva da identidade civil e nacional;

V. Valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural do Brasil e de outros povos e nações, em especial daquelas cujas matrizes formam o povo brasileiro, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de orientação sexual e gênero, de etnia ou de outras características individuais e sociais;

VI. Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo para a melhoria do meio ambiente;

VII. Conhecer suas dimensões afetiva, física, cognitiva, ética, estética, percebendo-as nas inter-relações pessoais, na inserção social e desenvolvendo sua autoestima e autoconfiança no processo de construção do conhecimento e no exercício da cidadania;

VIII. Cuidar do próprio corpo, agir com responsabilidade em relação à saúde pessoal e coletiva, como aspectos básicos para a qualidade de vida;

IX. Apropriar-se das diferentes linguagens - verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados;

X. Recorrer a diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para apropriar e construir conhecimento;

XI. Utilizar o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica para questionar a realidade e formular problemas, resolvendo-os por meio da seleção de procedimentos e verificação da sua adequação.

### CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

ART. 9 - A organização das classes obedecerá as seguintes normas:

- I. As classes do 1º ano serão formadas, exclusivamente, por estudantes novos, que ingressarem no Ensino Fundamental aos seis anos, completados até a data limite de 31 de março do ano de ingresso e por estudantes que completarem sete anos de idade até dezembro do mesmo ano;
- II. As classes do 2º ano serão formadas por estudantes advindos do 1º ano, por estudantes que completarem oito anos até dezembro do ano de ingresso, podendo ser agregados estudantes com distorção idade/série;
- III. As classes do 3º ano serão formadas por estudantes advindos do 2º ano, por estudantes que possuam histórico escolar constando sua promoção para a 2ª série, podendo ser agregados estudantes com distorção idade/série;
- IV. As classes do 4º ano serão formadas por estudantes oriundos do 3º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar comprovando promoção para a 3ª série;
- V. As classes do 5º ano serão formadas por estudantes oriundos do 4º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar comprovando promoção para a 4ª série;
- VI. As classes do 6º ano serão formadas por estudantes oriundos do 5º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar, comprovando promoção para a 5ª série;
- VII. As classes do 7º ano serão formadas por estudantes oriundos do 6º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar, comprovando promoção para a 6ª série;
- VIII. As classes do 8º ano serão formadas por estudantes oriundos do 7º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar, comprovando promoção para a 7ª série;
- IX. As classes do 9º ano serão formadas por estudantes oriundos do 8º ano, por estudantes transferidos com histórico escolar, comprovando promoção para a 8ª série;

ART. 10 - O número de estudante por turma deverá levar em consideração a metragem da sala de aula constante no parágrafo único do ART. 54 - e não poderá exceder:

- I. 25 (vinte) estudantes por professor em classes do Ensino Fundamental Anos iniciais;
  - II. 30 (trinta) estudantes por professor em classes dos anos Finais do Ensino Fundamental.
- §1º O desdobramento de turma ocorrerá no caso em que a capacidade limite da turma ultrapassar em 50% (cinquenta por cento);
- §2º Caso a turma possua aluno com necessidades educacionais especiais, a capacidade da turma reduzirá 10% (dez por cento) do seu limite

ART. 11 - O agrupamento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns far-se-á pela equipe pedagógica da Unidade Escolar, obedecendo às seguintes recomendações:

- I. Distribuição dos estudantes com Deficiências e necessidades educacionais específicas pelas várias classes, considerando o ano escolar em que forem avaliados, o desenvolvimento social, afetivo e a faixa etária, de modo que todos os estudantes se beneficiem da educação para a diversidade.
- II. Compatibilização do número de estudantes com necessidades educacionais específicas em no máximo 10% (dez por cento) do número total de estudantes da classe, considerando as potencialidades e peculiaridades de cada estudante, permitindo ao professor da classe condições para atendimento eficaz às necessidades particulares de toda a turma.
- III. O percentual estabelecido no inciso II deste artigo poderá ser ampliado até 50%, caso as necessidades específicas dos estudantes não apresentem comprometimento cognitivo.
- IV. Envidar esforços para que estudantes com múltiplas

necessidades sejam matriculados 01 (um) por turma.

V. Fica vedada a enturmação de estudantes com diferentes formas de deficiência, transtornos e altas habilidades/superdotação numa mesma classe.

Parágrafo Único. Caso a escola possua apenas uma classe do ano correspondente ao estudante com deficiências e/ou necessidades educacionais específicas, e que supere os percentuais aceitos neste artigo caberá a Unidade Escolar juntamente com a Secretaria Municipal de Educação envidar esforços para criar alternativas de atendimento destes estudantes sem que os professores e estudantes sejam prejudicados.

### CAPÍTULO IV CALENDRÁRIO

ART. 12 - As atividades escolares se desenvolverão diariamente, numa jornada mínima de quatro horas, incluindo o tempo destinado ao recreio monitorado de 15 (quinze) minutos, e carga horária anual para os estudantes de no mínimo, 800 (oitocentas) horas, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos.

§1º. Entendem-se como aula, atividades curriculares envolvendo professores e estudantes, realizadas nas salas de aula e/ou em outros espaços educativos/interativos, de acordo com o Plano de Aula do Professor e atividades previstas no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar.

§2º. Dias reservados para provas finais, recuperações substitutivas, exames finais, conselho de classe, reunião pedagógicas e festas comemorativas não poderão ser contados como dia letivo.

§3º. O calendário escolar deverá obrigatoriamente ser analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação para ter validade.

ART. 13 - O ano letivo da Rede Municipal de Ensino será organizado em trimestres, sendo que cada trimestre não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias letivos e não superior a 80 (oitenta) dias letivos.

ART. 14 - Caso a Unidade Escolar de Ensino Fundamental atenda estudantes da Educação Infantil, estas classes deverão obedecer o calendário do Ensino Fundamental.

### CAPÍTULO V CURRÍCULO

ART. 15 - O currículo do Ensino Fundamental tem uma Base Nacional Comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma Parte Diversificada:

I. Na Base Nacional Comum constam os conhecimentos a que todos os estudantes devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, de forma a legitimar a unidade: das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos Projetos Pedagógicos das Unidades Escolares;

II. Na parte diversificada, localiza-se a maior diferenciação entre as orientações curriculares das diversas regiões, Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros, pois os conteúdos, temas ou disciplinas aqui definidos pelo Sistema de Ensino e Unidades Escolares explicitam as características físicas, culturais, sociais e econômicas e possibilitam a contextualização do ensino nas diferentes realidades existentes nas Unidades Escolares brasileiras;

III. No desenvolvimento do currículo para a formação básica do cidadão, o objetivo do Ensino Fundamental, deve estar articulado com as áreas do conhecimento e as dimensões da vida cidadã: saúde, ética, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens.

ART. 16 - São Áreas de Conhecimento obrigatórias no currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino:

- I. Linguagens
  - a) Língua Portuguesa;
  - b) Língua Estrangeira Moderna;
  - c) Arte;
  - d) Educação Física;

## II. Matemática

a) Matemática;

## III. Ciências da Natureza

a) Ciências;

## IV. Ciências Humanas

a) História;

b) Geografia;

c) Ensino Religioso

d) Sociologia;

e) Educação Patrimonial;

§1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (Lei 9394/96, art.26, §4º).

§2º O ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, nos termos da LDB 9.394/96, deve ter seus conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar.

§3º O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover e ampliar o universo cultural dos estudantes.

§4º A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular de Arte.

§5º A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra o Proposta Pedagógica da Unidade Escolar.

§6º O Ensino Religioso e Sociologia, são parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das Unidades Escolares de Ensino Fundamental, assegurando-se respeito à diversidade cultural, religiosa e ideológica, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§7º Serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, nos termos do art. 22 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

§ 8º É obrigatória a inserção de conteúdo de forma interdisciplinar que trata dos direitos dos estudantes e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 9º Os currículos do ensino fundamental devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios

§ 10 A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais

ART. 17 - Na Parte Diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluída, obrigatoriamente, a partir do 4º ano, com professor licenciado na área de pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar e em observância às diretrizes pedagógicas.

ART. 18 - No ciclo de Alfabetização e Letramento e Ciclo Interdisciplinar os professores de áreas específicas (Educação Física, Língua Estrangeira, Artes, Educação Patrimonial, Ensino Religioso e Sociologia) devem planejar de forma integrada com o professor unidocente.

ART. 19 - A Matriz Curricular do Ensino Fundamental obedecerá a seguinte organização:

Ci-clos	Ano	Disciplina										C.H. SEMANAL
		L.P	MAT	E.F.	ART	L. E	HIS	GEO	CIE	ER	E.P	SOC.

Anos Iniciais	1º	X	X	03	02	-	-	-	-	01	01	-	20
	2º	X	X	03	02	-	-	-	-	01	01	-	20
	3º	X	X	03	02	-	-	-	-	01	01	-	20
	4º	X	X	02	02	02	X	X	X	01	-	-	20
	5º	X	X	02	02	02	X	X	X	-	01	-	20
Anos Finais	6º	03	03	02	02	02	02	02	02	01	01	-	20
	7º	03	03	02	02	02	02	02	02	01	01	-	20
	8º	03	03	02	02	03	02	02	02	-	-	01	20
	9º	03	03	02	02	03	02	02	02	-	-	01	20

L.P. - Língua Portuguesa, MAT - Matemática, E.F. - Educação Física, ART - Artes, L.E. - Língua Estrangeira, HIS - História, GEO - Geografia, CIE - Ciências, ER - Ensino Religioso, SOC-Sociologia, E.P. - Educação Patrimonial, X - Professor Unidocente.

I. Do 1º ao 3º ano do ciclo da Alfabetização e Letramento deverá contemplar componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Artes, Ensino Religioso e Educação Patrimonial com atividades lúdicas como modo de ser e estar no mundo;

II. Do 4º e 5º ano do ciclo Interdisciplinar deverão contemplar os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física, Ciências, História e Geografia com professor unidocente. A área de Educação Física, Artes, Língua Estrangeira, Ensino Religioso e Educação Patrimonial serão ministradas com professor licenciado na área, devendo seu planejamento ser integrado com o professor unidocente;

III. Do 6º ao 9º ano dos Anos Finais deverão contemplar os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Arte, Língua Estrangeira, Ensino Religioso, Sociologia e Educação Patrimonial todas ministradas com professores licenciados nas áreas e/ou afins; Parágrafo único. Todos os componentes curriculares devem utilizar as Tecnologias como ferramenta de informação, comprometida com o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares.

ART. 20 - A Matriz Curricular apresentada no ART. 19 - obedecerá a carga horária com a seguinte organização:

I. O dia letivo regular deverá possuir no mínimo 04 (quatro) horas, sendo cada hora contabilizada um período de aula.

II. O período letivo deverá possuir no mínimo 56 (cinquenta e seis) minutos.

III. O recreio obrigatoriamente deverá ser monitorado com tempo exatamente de 16 (dezesesseis) minutos diários;

## CAPITULO VI

## DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM E CONSELHO DE CLASSE

ART. 21 - A avaliação do processo de ensino e da aprendizagem se constitui na ação reflexiva que perpassa todas as ações pedagógicas, onde os variados segmentos, integrados à educação, podem pensar, reelaborar e redimensionar, permanentemente, seu Projeto Pedagógico, no intuito de definir objetivos, metas e ações que proporcionem o exercício da cidadania daqueles que convergem à escola, considerando-se, portanto, o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas, da convivência política e solidária e a consolidação de uma escola pública, gratuita, democrática e voltada para o sucesso educacional.

ART. 22 - A avaliação, durante o processo de ensino e aprendizagem, considerará, no seu exercício, os seguintes princípios:

I. O aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem;

II. A aferição do desempenho do estudante, quanto à apropriação de conhecimentos em cada área do conhecimento, componentes



curriculares e o desenvolvimento de conceitos, competências e habilidades.

ART. 23 - A avaliação se constituirá como:

I. Processo permanente e contínuo da produção/apropriação na aprendizagem do estudante, no ensino do professor e da instituição, com prevalência dos aspectos qualitativos do conhecimento sobre os quantitativos do ensino;

II. Possibilidade de avanço nos anos do Ensino Fundamental;

III. Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

IV. Realização de estudos de recuperação paralela.

ART. 24 - É direito do estudante participar do processo avaliativo, na perspectiva de sua aprendizagem, considerando as atividades realizadas e os instrumentos específicos de aferição, bem como, da revisão dos resultados deles decorrentes durante os períodos letivos.

ART. 25 - É garantido ao estudante o direito a recuperação paralela de estudos no processo didático-pedagógico que tem por objetivo oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao estudante para que esse supere as dificuldades da aprendizagem no decorrer do ano letivo.

I. A recuperação paralela de estudo é oferecida sempre que se diagnosticar, no estudante, insuficiência/necessidade no rendimento, durante todo o processo regular de apropriação de conhecimentos e do desenvolvimento de competências e habilidades, tendo em vista a dificuldade da aprendizagem.

II. O Projeto Pedagógico da Unidade Escolar disporá, se necessário, normas sobre aspectos complementares da recuperação paralela, que deve ser oferecida de forma concomitante aos estudos ministrados no cotidiano da Unidade Escolar obrigatoriamente, antes do registro dos percentuais conceituais ou pareceres de cada trimestre.

III. O professor registrará no Diário de Classe, além das atividades regulares desenvolvidas, as atividades de recuperação de estudos, as metodologias avaliativas e os seus resultados obtidos, bem como, a frequência dos estudantes, dentre outros dados e informações relevantes.

ART. 26 - A verificação do rendimento escolar será expressa em forma de per centos conceituais de aprendizagem das competências e habilidades assimiladas pelo estudante no decorrer dos períodos avaliados, cuja forma de registro será explicitada no Projeto Pedagógico de cada Unidade Escolar, podendo ser:

I. Através de parecer descritivo que revele o diagnóstico do processo de aprendizagem das respectivas competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes;

II. Através de numerais Indo-Árabicos variáveis de 1(um) a 10 (dez).

ART. 27 - Avaliação do ensino fundamental será organizada em 03 (três) trimestres anuais.

ART. 28 - A avaliação do ciclo de Alfabetização e Letramento deverá ser descritiva trimestralmente e deverão constar as seguintes informações:

I. Dados do Estudante (Nome, Idade);

II. Diagnóstico inicial;

III. Desenvolvimento de aprendizagem do estudante no decorrer do trimestre/ano;

IV. Competências e habilidades desenvolvidas pelo estudante;

V. Dificuldades apresentadas;

VI. Histórico de ocorrências e encaminhamentos;

§ 1º Ao término do ano letivo deverá ser emitido um parecer descritivo final considerando habilidades, competências e critérios estabelecidos no Projeto Pedagógico e Plano de Curso para fins de acompanhamento do desenvolvimento do estudante.

§ 2º No último ano do ciclo de alfabetização e letramento os estudantes do 3º ano deverão ser avaliados para fins de promoção e a avaliação deverá ser registrada através de parecer pedagógico e deverá cumprir os Incisos I e II do ART. 29 - .

§ 3º para garantir aprovação automática no 1º e 2º ano do ciclo de Alfabetização e Letramento estudantes deverão obrigatoriamente cumprir inciso II do ART. 29 - .

ART. 29 - A avaliação dos estudantes do 4º ao 9º ano deverá ser trimestral e numérica, sendo considerado aprovado automaticamente o estudante que:

I. Obter média anual em cada componente não inferior a 70% (setenta por cento) dos níveis de aprendizagem do conhecimento dos relativos conteúdos efetivamente trabalhados pela área, tendo como o registro em notas ou parecer descritivo para estudantes com deficiências e necessidades educacionais, e;

II. Frequência anual igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas anuais;

ART. 30 - Os estudantes do 4º ao 9º ano que não cumprir o critério do inciso I do ART. 29 - serão submetidos a exame final, devendo após o exame final atingir a média final de cada componente curricular superior ou igual a 50% (cinquenta por cento) para ser considerado aprovado por exame final.

ART. 31 - Para fins de composição e cálculo da média do 4º a 9º ano deverá ser adotado dos seguintes critérios:

I. Média dos trimestres com nota mínima de 3,0 (três) máxima de 10 (dez) admitindo-se notas fracionadas em 0,5.

II. O resultado final é obtido pela soma da média trimestral de peso 7,0 (sete), com a pontuação da prova final cujo peso é 3,0 (três), sendo o resultado da soma dividido por 10 (dez),

Parágrafo Único: critérios de aproximação para a média:

a) Frações até 0,24 deverão ser desconsideradas, arredondando-se a nota para o inteiro anterior à vírgula;

b) Frações entre 0,25 e 0,74 deverão ser arredondadas para 0,5;

c) Frações iguais ou superiores a 0,75 permitirão o arredondamento da nota para o inteiro imediatamente acima.

ART. 32 - Caso após o Exame Final o estudante não tenha obtido aprovação em até três componentes curriculares o mesmo será submetido a avaliação do conselho de classe para fins de análise da situação escolar, sendo de responsabilidade do conselho de classe exarar parecer favorável ou contra a aprovação do estudante.

ART. 33 - A aprovação ou retenção do estudante que enquadrar-se no ART. 32 - será através de decisão do conselho que só será permitida se 51% (cinquenta e um por cento) dos professores forem favoráveis a decisão.

ART. 34 - O Conselho de classe é instância deliberativa integrante da estrutura das Unidades Escolares e têm sob sua responsabilidade:

I. A avaliação do processo de aprendizagem desenvolvido pela Unidade Escolar e a proposição de ações e atividades para a sua melhoria;

II. A avaliação da prática docente no que se refere à metodologia, aos conceitos, aos objetos do conhecimento, às competências, às habilidades e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III. A avaliação dos estudantes envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades de aprendizagem;

IV. A definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

V. A apreciação, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos estudantes apresentados, individualmente, pelos professores;

VI. A decisão pela promoção ou retenção dos estudantes.

ART. 35 - O Conselho de Classe será composto:

I. Professores da turma;

II. Gestor da Unidade de Ensino ou seu representante;

III. Coordenação Pedagógica da Unidade de Escolar, quando houver;

IV. Estudantes;

V. Responsáveis de estudantes;

VI. Técnico da Secretaria de Educação;

VII. Professor do Atendimento Educacional Especializado.

ART. 36 - O Gestor da Unidade Escolar será o Presidente nato do Conselho de Classe;

ART. 37 - O Conselho de Classe Participativo será realizado, ordinariamente, por turma, em cada trimestre e término do ano letivo,

nos momentos que antecedem ao registro definitivo do rendimento e desempenho dos estudantes no processo de apropriação do conhecimento e no desenvolvimento de competências e habilidades.

I. Os conselhos trimestrais terão participação de todos os seguimentos citados no ART. 35 -

II. O conselho de Classe Final Anual de fechamento que acontecerá após a aplicação dos exames finais este será composto pelos itens I, II, III, VI e VII do ART. 35 -

ART. 38 - O Conselho de classe poderá se reunir, extraordinariamente, convocado pelo Gestor da Unidade ou por 1/3 (um terço) de seus membros, este por requerimento formal.

ART. 39 - As reuniões do Conselho de Classe deverão ser lavradas em Ata, em livro próprio, com a assinatura de todos os presentes colhida ao final da referida reunião.

ART. 40 - É garantido amplo recursos aos resultados finais.

## CAPÍTULO VII

### DA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

ART. 41 - Entende-se por classificação/reclassificação, o posicionamento/ reposicionamento do estudante que permita sua matrícula no ano adequado, considerando a relação idade civil/ano escolar em consonância com a Lei nº 9394/96.

§ 1º Para qualquer ano, além dos critérios de promoção e transferência, poderá ser efetuada a classificação ou reclassificação do estudante, independente de escolarização anterior, tomando por base sua experiência e nível de desenvolvimento individual.

§ 2º A reclassificação tomará como base as normas curriculares gerais, cuja sequência deve ser preservada, e se constatar apropriação de conhecimento por parte do estudante, superior a 70% (setenta por cento) dos per centos conceituais.

§ 3º Não poderá ser reclassificado o estudante retido no ano letivo anterior e estudantes promovidos pelo conselho de classe.

§ 4º Todo o processo de classificação/reclassificação deverá ser encaminhado para a secretaria de educação para fins de comprovar a tramitação e conclusão do processo, devendo o mesmo ser arquivado para fins de comprovação.

ART. 42 - Entende-se por classificação o acesso do estudante ao ano equivalente ao seu grau de conhecimento e experiência comprovados mediante a avaliação aplicada pela equipe pedagógica da unidade escolar, a classificação poderá ocorrer:

I - Em caso de transferência de estudantes oriundos de outros de ensino nacionais ou estrangeiros;

II - Não comprovação da escolarização anterior;

Parágrafo único - a classificação do estudante ocorrerá em qualquer etapa do ensino fundamental, exceto no primeiro ano do ensino fundamental.

ART. 43 - Entende-se por reclassificação a progressão do estudante que se encontre devidamente matriculado no ano/turma, para o ano/turma posterior, equivalente ao seu grau de conhecimento e experiências comprovadas mediante ao processo de avaliação, a reclassificação poderá ocorrer:

I - Quando diagnosticado e comprovada a maturidade e conhecimento do estudante que equivale o ano/turma a ser enturmado.

II - Por distorção de idade/ano após a aplicação de avaliação em que comprove os conhecimentos e habilidades estipulados para o ano/turma a ser enturmado.

ART. 44 - Quando diagnosticado indícios de estudante com altas habilidades e/ou superdotação e com idade inferior do próprio ano/turma.

## CAPÍTULO VIII

### INCLUSÃO

ART. 45 - A inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação envolve não somente princípios e procedimentos para inserção, eliminando-se barreiras e bloqueios para o acesso, mas, sobretudo, mudanças atitudinais, relativamente à postura do educador e dos grupos sociais, garantindo a permanência nas classes regulares,

aperfeiçoando e otimizando a educação em benefício de todos os estudantes independentemente das suas particularidades físicas, intelectuais, sensoriais e motoras.

ART. 46 - Os currículos, em sua organização e operacionalização, serão de competência e responsabilidade da escola, atendendo ao princípio da flexibilidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, zelando-se pela adequação e adaptação às especificidades dos estudantes. § 1º - Deverão as escolas, além de programas específicos de ação pedagógica, prever formas de atendimento educacional especializado, integradas à sua proposta pedagógica, com envolvimento e participação da família.

§ 2º - De acordo com o disposto na legislação nacional em vigor, o atendimento educacional especializado deverá ser ofertado em classes de recursos multifuncionais ou em instituições de Educação Especial.

ART. 47 - A avaliação do desempenho escolar do estudante deve envolver os professores de sala de aula, o atendimento educacional especializado, a equipe técnica pedagógica da escola e a colaboração da família, registrando-se os resultados em relatório próprio, visando constatar e acompanhar os avanços alcançados, prevendo:

I. Intervenções pedagógicas, conforme Plano de Curso elaborado para o estudante;

II. Competências, habilidades e conhecimentos adquiridos no decorrer de sua escolarização;

III. Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

ART. 48 - As Unidades Escolares deverão garantir condições para a progressão de escolaridade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e/ou necessidades educacionais específicas, cabendo-lhes observar:

§ 1º Esgotadas as possibilidades de progressão regular na Educação Básica, ao estudante com severo grau de comprometimento intelectual ou múltipla que não apresentar os resultados de escolarização mínimos previstos no regimento escolar da Unidade Escolar, deverá assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurando o direito ao histórico escolar acompanhado de certificação de Terminalidade Específica das competências adquiridas ao longo do processo, a todos aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão, em virtude de suas deficiências..

§ 2º No histórico escolar dos estudantes deverão ser descritas as habilidades e competências adquiridas, seguindo-se do encaminhamento para novas alternativas educacionais.

§ 3º Ao estudante com deficiência intelectual ou múltipla será prevista temporalidade flexível do ano letivo, principalmente nas séries finais do Ensino Fundamental, permitindo assim a conclusão em maior tempo do que o previsto para a série regular/etapa escolar.

§ 4º As Unidades Escolares deverão seguir a Legislação Federal e Municipal da Educação Especial.

## CAPÍTULO IX

### PROJETO PEDAGÓGICO E REGIMENTO

ART. 49 - As Unidades Escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino têm a incumbência de elaborar seus Projetos Pedagógicos e Regimentos, conforme determina esta Resolução.

Parágrafo Único. O Regimento deverá ser um anexo do Projeto Pedagógico.

ART. 50 - A Proposta pedagógica da Unidade Escolar de Ensino Fundamental, na forma de lei, tem garantia de fundamentação, no pluralismo de ideias e na consequente concepção pedagógica.

§ 1º - A Proposta Pedagógica deverá estar fundamentada numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento, social e histórico marcado pelo meio em que se desenvolve e que também o marca.

§ 2º - A Proposta Pedagógica, respeitando as diversidades, deverá

garantir a participação das crianças, professores, famílias e comunidade

ART. 51 - Compete às Unidades Escolares de Ensino Fundamental, respeitar a legislação vigente, elaborar e executar sua Proposta Pedagógica que deverá explicitar:

I. Fins e objetivos da proposta;

II. Concepção de educação, criança, de desenvolvimento e de aprendizagem que a fundamenta;

III. Características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;

IV. Regime de Funcionamento;

V. Espaço físico, instalações e equipamentos;

VI. Relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade, com previsão de atualização e aperfeiçoamento;

VII. Organização de grupos e relações professor/estudante;

VIII. Formas e propostas de organização do trabalho junto aos estudantes;

IX. Proposta de articulação da instituição com a família, comunidade, Instituição de Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Especial para fins de realizar o acompanhamento pedagógico dos estudantes;

X. Proposta de Avaliação do desenvolvimento do estudante;

XI. Proposta de planejamento geral e avaliação institucional;

XII. A História da Instituição.

XIII. Currículo;

XIV. Plano de Curso;

XV. Calendário;

XVI. Planejamento de Formação dos profissionais;

XVII. Planejamento de saídas de campo;

XVIII. Atendimento Educacional Especializado;

## CAPÍTULO X

### DO ESPAÇO, DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS

ART. 52 - Os espaços serão projetados de acordo com a proposta pedagógica da instituição a fim, de favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes de 06 (seis) anos, respeitando a capacidade, necessidades e características.

Parágrafo único. Em se tratando de turmas de Educação Infantil em instituições de Ensino Fundamental, devem-se assegurar espaços de uso exclusivo às crianças de até 06(seis) anos, podendo outros serem compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que asseguradas condições de segurança e em conformidade com a proposta pedagógica e respeitando a resolução da Educação Infantil.

ART. 53 - Na construção, adaptação, reforma ou ampliação das edificações destinadas à Ensino Fundamental, deverão ser garantidas as condições de localização, seguindo as Normas Técnicas Brasileiras ABNT NBR9050/2004 de acessibilidade, segurança, salubridade e saneamento.

§1º - Todo imóvel destinado à Educação dependerá de aprovação do órgão oficial competente;

§2º - O prédio deverá adequar-se ao fim a que se destina e atender às normas e especificações técnicas da legislação pertinente;

§3º - O imóvel deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a matéria.

ART. 54 - Os espaços internos deverão atender as diferentes funções da Instituição e conter uma estrutura básica que contemple:

I - Espaços para administração;

II - Sala para professores;

III - Biblioteca;

IV - Sala de Informática;

V - Sala para coordenação pedagógica;

VI - Salas de aula para atividades, com boa ventilação e iluminação, e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;

VII - Instalações e equipamentos para o preparo e oferta de

alimentos, que atendam às exigências de saúde, higiene e segurança, nos casos de oferecimento de alimentação;

VIII - Instalações sanitárias suficientes e apropriadas para uso das crianças e dos adultos;

IX - Área coberta para atividades externas compatíveis com a capacidade de atendimento, por turno da instituição.

Parágrafo único - As Salas de Aula deverão possuir proporção mínima de 1, m2 por estudante, sendo permitida a ocupação máxima correspondente a 80% (oitenta por cento) da área física;

ART. 55 - . As áreas ao ar livre devem possibilitar as atividades de expressão física, artísticas e de lazer.

## CAPÍTULO XI

### DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

ART. 56 - Entende-se por criação o ato governamental próprio pelo qual o chefe do poder público municipal formaliza a intenção de criar e manter uma instituição.

Parágrafo Único - O ato de criação que se refere este artigo, não autoriza o funcionamento, que depende da aprovação do Conselho Municipal de Educação.

ART. 57 - A autorização de funcionamento para a oferta do Ensino Fundamental mantidas pelo poder Público Municipal é de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação, através de parecer conclusivo e sua homologação é realizada através de Portaria de Autorização de Funcionamento emitido pela Secretaria Municipal de Educação;

ART. 58 - A Secretaria Municipal de Educação cabe emitir Portaria de Autorização de Funcionamento.

ART. 59 - Ao Conselho Municipal de Educação cabe:

I - emitir parecer conclusivo;

II - encaminhar a Secretaria Municipal de Educação parecer relativo à autorização de funcionamento.

ART. 60 - O Processo para autorização de funcionamento será instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;

II - identificação da Instituição e endereço;

III - planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;

IV - relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação;

V - previsão de oferta com demonstrativo da organização de grupos;

VI - proposta pedagógica;

VII - Alvará de inspeção sanitária expedida pela Vigilância Sanitária;

VIII - Atestado de vistoria de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;

IX - Comprovação da propriedade do imóvel ou de sua locação ou cessão, por prazo não inferior a 03 (três) anos;

X - Relação de mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;

XI - Regimento que expresse a organização pedagógica, administrativa e disciplinar da instituição de Ensino Fundamental;

XII - Alvará Expedido por órgão próprio da prefeitura municipal;

XIII - Outros que venham a ser exigidos por lei.

§ 1º O Processo de que trata este artigo será analisado pelo Conselho Municipal de Educação e encaminhará para Secretaria Municipal de Educação para que seja emitido o parecer técnico.

§ 2º Recebido este Processo, a Secretaria Municipal de Educação, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar o processo com parecer técnico ao Conselho Municipal de Educação.

§ 3º O Conselho Municipal de Educação, após recebimento do respectivo Processo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar Parecer Conclusivo à Secretaria Municipal de Educação, para que esta possa expedir e publicar Portaria de Autorização de Funcionamento.

ART. 61 - A Instituição só poderá funcionar mediante a Portaria de



Autorização de Funcionamento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

ART. 62 - O Ato de Autorização para o funcionamento deverá ser renovado a cada 05 (cinco) anos.

## CAPÍTULO XII

### DA MUDANÇA DE SEDE

ART. 63 - As modificações que alteram a organização dos estabelecimentos autorizados e reconhecidos em relação sede deverão ser submetidas ao Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação, em processo, quanto à mudança de sede, deverá atender o disposto nos incisos I, II, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII no ART. 60 - , da presente Resolução.

## CAPÍTULO XIII

### DA DESATIVAÇÃO E REATIVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

ART. 64 - A desativação das atividades educacionais de estabelecimentos autorizados a funcionar ou reconhecidos, poderá ocorrer: I - Por decisão do poder público municipal, entendida como voluntária;

II - Por determinação da autoridade competente, entendida como desativação compulsória;

Parágrafo único - A desativação das atividades, em ambas as formas previstas neste artigo, poderá ocorrer em caráter temporário ou definitivo.

ART. 65 - A Secretaria Municipal de Educação poderá desativar temporária ou definitivamente, as atividades escolares das instituições se forem verificadas a inobservância dos preceitos legais administrativos e pedagógicos do Sistema Municipal de Ensino, apurada de acordo com as disposições desta resolução.

ART. 66 - A desativação de atividades por iniciativa do Poder Público, só poderá ser aplicada pelo Dirigente Municipal de Educação, mediante parecer aprovado pela Plenária do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único - O parecer referido no caput, deste artigo tomará por base as informações contidas no Parecer Conclusivo, expedido por comissão especialmente constituída para essa finalidade.

ART. 67 - Para a desativação voluntária de atividades a Secretaria Municipal de Educação deverá emitir documento constituído de:

I - Justificativa;

II - Cronograma de desativação;

III - Descrição dos procedimentos relativos a continuidade da oferta de atendimento até a desativação;

IV - Garantia da regularidade de escrituração escolar e arquivo;

V - Cópia da ata de reunião de comunicação aos pais e responsáveis quando à desativação;

§ 1º Após a efetiva formalização do processo de desativação, cabe ao conselho analisar processo e emitir parecer.

§ 2º Do ato de desativação compulsória caberá pedido de reconsideração a autoridade que o determinar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação.

ART. 68 - A desativação de atividades educacionais por qualquer motivo, implicará na revogação da autorização para funcionamento e/ou de reconhecimento por ato expresso da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - No caso de desativação definitiva e total, a documentação escolar será recolhida pela Secretaria Municipal de Educação, para efeito de arquivamento.

ART. 69 - A reativação de estabelecimento de Ensino independente da causa da desativação, dependerá de nova autorização.

## CAPÍTULO XIV

### DA SUPERVISÃO

ART. 70 - A supervisão que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática do funcionamento das Unidades Escolares, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe a observância das leis de ensino e as decisões do Conselho Municipal de Educação.

ART. 71 - Compete a Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, definir e implementar procedimentos

da supervisão, Avaliação e Controle das Unidades Escolares, promovendo a cooperação técnica na perspectiva de aprimoramento da qualidade do processo educacional.

ART. 72 - A supervisão compete:

I - acompanhar e avaliar:

a) o cumprimento da legislação educacional;

b) a execução da proposta pedagógica;

c) condições de matrícula e permanência dos Estudantes na Unidade Escolar;

d) a qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e a adequação às suas finalidades;

e) a regularidade dos registros de documentação e arquivo;

f) o processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na proposta pedagógica da instituição e o disposto na regulamentação vigente;

g) a oferta e execução de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde nas instituições de ensino fundamental, mantidas pelo poder público;

h) articulação das instituições com a família e a comunidade.

II - propor às autoridades competentes:

a) o cessar efeitos dos atos de autorização;

b) a cessação temporária ou permanente das atividades, quando comprovadas irregularidades que comprometem o seu funcionamento.

## CAPÍTULO XV

### DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

ART. 73 - A Unidades Escolares de Ensino Fundamental devem possuir um quadro básico de profissionais com formação específica, coerente com a proposta pedagógica, com as características do espaço físico e com o número e características dos estudantes atendidos.

ART. 74 - A direção das Unidades Escolares de Ensino Fundamental será exercida por profissional formado em Licenciatura.

ART. 75 - O docente Titular do Ensino Fundamental anos iniciais deve ter habilitação de nível superior, licenciatura em pedagogia com habilitação em Ensino Fundamental Anos Iniciais.

ART. 76 - O docente das disciplinas específicas do Ensino Fundamental deverá ter habilitação de nível superior, licenciatura na disciplina específica.

ART. 77 - O docente do Atendimento Educacional Especializado deverá ter licenciatura em pedagogia e preferencialmente habilitação em Educação Especial;

ART. 78 - Aos professores em exercício da docência titulares será garantido 33% da jornada de trabalho, tempo reservado para os estudos, avaliação, planejamento e outras atividades complementares.

ART. 79 - O Professor Auxiliar que atenderá os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou necessidades educacionais específicas deverá ter habilitação de nível superior em Pedagogia com preferencialmente habilitação em Educação Especial.

Parágrafo Único: Em casos da existência de estudante com necessidades educacionais específicas e que o mesmo necessite de auxílio para o desenvolvimento das atividades pedagógicas quando diagnosticado a efetiva necessidade, sendo comprovado por meio de laudo neurológico e psicológico e após a aprovação da Secretaria Municipal de Educação será disponibilizado entre outros recursos um professor auxiliar que atuará de forma colaborativa, na classe;

ART. 80 - Em casos da existência de estudante com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas e que necessite de apoio no desenvolvimento de atividades de vida autônoma, tais como aquelas necessárias para a promoção da acessibilidade, no âmbito da comunicação e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, sendo comprovado através de laudo médico e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, será incluído um auxiliar de ensino na Unidade Escolar.



ART. 81 - Após esgotadas todas as possibilidades de preenchimento dos cargos citados neste capítulo poderá ser contratado temporariamente profissionais não habilitados, devendo estes estarem cursando Licenciatura.

ART. 82 - O profissional do Ensino Fundamental responsável pela Coordenação pedagógica deverá ter curso superior com licenciatura em pedagogia;

ART. 83 - As Unidades Escolares deverão dispor de assessoria e acompanhamento de equipe multiprofissional: nutricionista, psicólogo, fonoaudiólogo, visando ações complementares e suplementares às atividades educativas no atendimento dos educandos.

## CAPÍTULO XVI

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 84 - As Unidades Escolares devem adequar seu Projeto Pedagógico e Regimento Escolar com base nesta Resolução no período de até 180 dias a contar da data da publicação.

ART. 85 - Os casos omissos desta Resolução serão resolvidos em Sessão Plena do Conselho Municipal de Educação.

ART. 86 - O Conselho Municipal de Educação poderá, a partir do parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação, designar conselheiros para verificar in loco o cumprimento dos requisitos legais à concessão da autorização de funcionamento.

ART. 87 - A Secretaria Municipal de Educação poderá baixar instruções complementares necessárias ao cumprimento desta Resolução.

ART. 88 - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a esta resolução.

ART. 89 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maracajá, 09 de fevereiro de 2015.

LÚCIO VÂNIO MORAES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº028/2015

Portaria nº028/2015

de 12/02/2015

DESIGNA DAIANE PERCIO, PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELO FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE

Art. 1º - Designar temporariamente DAIANE PERCIO para responder como ordenador primário do FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Marema, pelo período de 01 de janeiro de 2015 a 29 de janeiro de 2015, tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 01 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito em 12 de fevereiro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### PORTARIA Nº029/2015

Portaria nº029/2015

de 12/02/2015

DESIGNA DAIANE PERCIO, PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELO FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE

Art. 1º - Designar temporariamente DAIANE PERCIO para responder como ordenador primário do FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE do Município de Marema, pelo período de 01 de janeiro de 2015 a 24 de janeiro de 2015, tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 01 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito em 12 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº030/2015**

Portaria nº030/2015

De 19/02/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IARA MENDES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal IARA MENDES DOS SANTOS, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 04/03/2015 a 02/04/2015.

§ ÚNICO - Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 19 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº031/2015**

Portaria nº031/2015

De 20/02/2015

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE SIDINEI CERATTO EM ESTÁGIO PROBATORIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 02/05/2014 A 02/11/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 6 da Lei Municipal n. 036/2014 de 19 de fevereiro de 2014.

**RESOLVE**

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal SIDINEI CERATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de OPERADOR em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de

02/05/2014 A 02/11/2014. QUINTA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 20 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Setor Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº032/2015**

Portaria nº032/2015

De 20/02/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDINEI CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SIDINEI CERATTO, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 02/03/2015 a 31/03/2015.

§ ÚNICO - Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 02/05/2013 a 01/05/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 20 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº033/2015**

Portaria nº033/2015

De 20/02/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALMOR PERUZZO, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 09/03/2015 a 07/04/2015.

§ ÚNICO - Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 05/03/2014 A 04/03/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 20 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº034/2015**

Portaria nº034/2015

De 23/02/2015

REVOGA PORTARIA 010/2015 QUE CONCEDEU FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO Portaria 010/2015 de 12/01/2015.

RESOLVE

Art. 1º - Revoga Portaria 010/2015 que concedeu férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO XAVIER por um período de 30 dias, a contar de 23/02/2015 a 24/03/2015

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 02 de maio de 2013 a 01 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Portaria 010/2015 de 12/01/2015

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de fevereiro3 de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº035/2015**

Portaria nº035/2015

De 23/02/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO XAVIER, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 23/02/2015 a 14/03/2015.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 02/05/2013 A 01/01/2014.

§ ÚNICO - Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado

### **PORTARIA Nº036/2015**

Portaria nº036/2015

De 23/02/2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CELSO PEROTTO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença Prêmio ao Servidor Público Municipal CELSO PEROTTO, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 08 de fevereiro de 2015 a 09 de março de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 11/03/2008 a 10/03/2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de fevereiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Setor Recursos Humanos

**PORTARIA Nº037/2015**

Portaria nº037/2015

De 06/03/2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL  
ALDIVA ROMANINI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

**D E C I D E**

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ALDIVA ROMANINI, cód. 19 e 235 respectivamente, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 09 de março de 2015 a 07 de abril de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 02/04/2006 a 01/04/2011 para o cód. 19 e 05/03/2007 a 04/03/2012.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Setor Recursos Humanos

# Massaranduba

**PREFEITURA****ATA 7.2015 - AQUISIÇÃO DE GASOLINA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 5/2015

VALIDADE: 12 (doze meses) (06.03.2015 a 06.03.2016)

Aos seis dias do mês de março do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e pela Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339.87, Cédula de Identidade nº. 1131963-1, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 5/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para o fornecimento de gasolina comum, para abastecimento da Frota do Serviço Público do Município de Massaranduba (SC) - "Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
DIBRAPE-DISTRIB. BRAS. DE PETROLEO LTDA, neste ato representado por GENESIO NEVES PEDRINI	86.910.148/0001-89

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. CONTRATAÇÃO: Fornecedor de combustível "gasolina comum" para abastecimento da frota do serviço público municipal para suprir as necessidades da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba, ao longo de 12 (doze) meses, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	DIBRAPE-DISTRIB. BRAS. DE PETROLEO LTDA	GASOLINA COMUM	UNID	DIBRAPE	50.000	R\$ 3,00	R\$ 150.000,00
Total do Fornecedor: R\$ 150.000,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 150.000,00							



1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba, que serão o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 5/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 5/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados 10 (dez) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os serviços descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. Combustível será requisitado parceladamente pela Contratante, de acordo com a capacidade de armazenamento do produto conforme necessidade, não importando a quantidade a ser solicitada.

5.2. Os combustíveis " gasolina comum ", serão entregues no Pátio da Prefeitura Municipal, local onde está instalado o tanque de armazenamento.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo máximo de 48 horas, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive

responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba, que são o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11. Compete ao Órgão Gerenciador:

11.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

11.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

11.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar os serviços contratados, de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 horas após solicitação através de ordem de serviço, em diversas localidades no Município de Massaranduba, devidamente determinada e definida pela Secretaria de Agricultura e Meio-Ambiente Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

11.1.4. Entregar dos combustíveis "óleo diesel e gasolina comum", serão entregues no Pátio da Prefeitura Municipal, local onde está instalado o tanque de armazenamento;

11.1.5. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação, bem como despesas com carregamento, deslocamento e descarga até o local definido.

11.1.6. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.7. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.8. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo

empregatício;

11.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.11. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

11.1.12. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 5/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaran-					
duba - SC	26	de	Fevereiro	de	2015

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA SUZANE ELISA FROELICH REINKE Gestora dos Fundos Municipais
---	---

DIBRAPE-DISTRIB. BRAS. DE PETROLEO LTDA GENESIO NEVES PEDRINI Contratada
--

#### DECRETO Nº. 3079 DE 05 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 3079 DE 05 DE MARÇO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701.008.244.0180.2091 - Manutenção das atividades do CRAS  
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0701 - 33502 - Outras transferências O Fundo da Assist. Social  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Março de 2015  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### FMS CO 21.2015 - PLANTONISTA P.A - DR. LUCIO M. ASPETI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 21 / 2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 41/2014

INEXIGIBILIDADE nº. 1/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DR. LUCIO MERIDA ASPETI

OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

VIGENCIA: 02.03.2015 a 31.12.2015

VALOR: R\$ 85,36 (oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) por hora

SUZANE E. F. REINKE  
Gestora

#### LEI Nº 1663/2015

LEI Nº 1663/2015

Institui o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais e estabelece outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços desempenhados por órgãos ou entidades públicos municipais, para pessoas jurídicas de direito privado de fins não-econômicos, no caso de associações civis ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, e à saúde observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de critérios que assegurem a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

II - promoção de meios que favoreçam efetiva redução de formalidades burocráticas para o acesso aos serviços;

III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração, entre os setores públicos do Município, a sociedade e o setor privado;

IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados;

V - promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo; e

VI - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização.

§ 1º Para efeitos desta Lei, equiparam-se às fundações privadas aquelas instituídas por lei municipal com gestão privada.

§ 2º Não serão objeto de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio de poder de polícia.

§ 3º O Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais será coordenado pela Secretaria de Administração.

## CAPÍTULO II DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

### SEÇÃO I DA QUALIFICAÇÃO

Art. 2º São requisitos para que a entidade, constituída na forma do artigo anterior, possa se habilitar à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- d) previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Município na mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
- e) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e do relatório de execução do contrato de gestão; e
- g) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

II - dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

- a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão; e
- d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira;

III - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 3º A qualificação da entidade como organização social dar-se-á por ato do Prefeito Municipal.

Art. 4º As entidades qualificadas como organizações sociais ficam equiparadas, para efeitos tributários e enquanto perdurar a autorização de que trata os arts. 2º e 3º desta Lei, às entidades reconhecidas de interesse social e utilidade pública.

### SEÇÃO II DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 5º Para fins desta Lei, o Contrato de Gestão é um acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo, que estabelecerá a relação entre o Município e a respectiva entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para o fomento e execução de atividades ou serviços relativos às áreas relacionadas no art. 1º desta Lei, com ênfase no alcance de resultados.

§ 1º O Contrato de Gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelos seguintes partícipes:

I - titular da Secretaria do Município da área correspondente à atividade fomentada, na qualidade de Órgão Supervisor;

II - dirigente máximo da entidade qualificada como Organização Social, na qualidade de Executor;

§ 2º Caso seja considerado relevante, o Contrato de Gestão poderá contar com a interveniência de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 3º A respectiva Secretaria Municipal, na qualidade de Órgão Supervisor, dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas.

Art. 6º O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo entre os respectivos partícipes, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Municipal e da Organização Social.

Art. 7º Na elaboração do Contrato de Gestão devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do projeto a ser executado pela Organização Social, que deverá conter, sem prejuízo de outras informações:

- a) os objetivos;
- b) a justificativa;
- c) a relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;
- d) os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;
- e) os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas fontes;
- f) os indicadores de desempenho e as metas a serem alcançadas;
- g) a equipe técnica envolvida, com síntese do currículo dos coordenadores; e
- h) o prazo;

II - a estipulação dos limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções, com recursos oriundos do Contrato de Gestão.

III - que os bens adquiridos pela Organização Social na execução do Contrato de Gestão, ou ao seu término, em caso de rescisão ou pela extinção da entidade, incorporar-se-ão ao patrimônio do



Município.

### SEÇÃO III DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 8º A execução do Contrato de Gestão será supervisionada, acompanhada e avaliada pelo respectivo Órgão Supervisor, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos e de controle interno e externo do Município.

§ 1º A entidade qualificada como Organização Social apresentará ao órgão superior signatário do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º A prestação de contas da entidade, inerente ao Contrato de Gestão, correspondente ao exercício financeiro, será elaborada em conformidade com as disposições legais e constitucionais que tratam da matéria, bem como com o disposto no Contrato de Gestão, devendo ser encaminhada, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação aplicável.

Art. 9º Os resultados alcançados pelas Organizações Sociais com a execução do Contrato de Gestão serão analisados, por Comissão de Avaliação e Fiscalização, responsável pelo acompanhamento, no âmbito de cada Órgão Supervisor, que emitirá relatório conclusivo e dará publicidade oficial e o encaminhará ao titular da respectiva pasta e para a Câmara de Vereadores do Município de Massaranduba, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

Parágrafo Único - A Comissão de Avaliação e Fiscalização aqui referida, cuja regulamentação será objeto de ato específico do Poder Executivo, terá como competência, entre outras estabelecidas em regulamento:

I - acompanhar o desempenho da Organização Social frente ao cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, através de relatórios periódicos, conforme estabelecido no referido instrumento;

II - fiscalizar os atos dos dirigentes da Organização Social no âmbito do Contrato de Gestão, verificando o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III - analisar e aprovar a prestação de contas anual da Organização Social, no âmbito do Contrato de Gestão, expedindo o competente parecer;

IV - encaminhar aos órgãos setoriais de controle interno os relatórios pertinentes à execução dos Contratos de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro ou ao período da gestão; e

V - aprovar os regulamentos que serão adotados para a contratação de obras e serviços no âmbito do Contrato de Gestão, bem como para compras e contratação de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 10 Os responsáveis pela avaliação e fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 11 Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior,

quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria-Geral do Município para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 2º Até o término da ação, o Poder Público Municipal permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade, no âmbito do Contrato de Gestão.

### SEÇÃO IV DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

Art. 12 As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 13 Poderão ser destinados às organizações sociais recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º O Contrato de Gestão poderá ser firmado por período superior ao exercício fiscal.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

§ 4º Em se tratando de contratos de gestão a serem firmados para manutenção de atividades já desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, será garantida a aplicação de valores tomando-se por base a média histórica de atendimentos e valores aplicados.

§ 5º Os quantitativos de recursos previstos para a execução do Contrato de Gestão serão periodicamente revistos em se tratando de tetos físicos e financeiros.

Art. 14 Os bens públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo Único - A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 15 As pessoas que forem admitidas como empregados das organizações sociais, serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 16 Para a execução do objeto do Contrato de Gestão, os órgãos e entidades da administração pública municipal poderão autorizar a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas Organizações Sociais.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido, qualquer vantagem pecuniária que vier

a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento, por Organização Social, de qualquer vantagem pecuniária, com recursos provenientes do Contrato de Gestão, a servidor público municipal a ela cedido.

#### SEÇÃO V DA INTERVENÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO

Art. 17 O Poder Executivo Municipal na hipótese de comprovado risco quanto à sua regularidade ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, poderá intervir nos serviços autorizados.

Art. 18 A intervenção far-se-á mediante decreto do Prefeito Municipal, que conterà a designação do interventor, o prazo de intervenção, seus objetivos e limites.

Art. 19 Decretada a intervenção, o Poder Executivo Municipal deverá, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinadas na medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 20 Ficando constatado que a intervenção não atendeu aos pressupostos legais e regulamentares previstos nesta hipótese, deve a gestão da Organização Social retomar, de imediato, os serviços autorizados.

Art. 21 Constatado o descumprimento das disposições contidas no Contrato de Gestão, o Poder Executivo Municipal declarará a desqualificação da entidade como organização social, respondendo os seus dirigentes, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

Parágrafo Único - Desqualificada a entidade, os bens cujo uso foi permitido e os valores entregues à utilização da Organização Social, por conta do Contrato de Gestão, serão revertidos ao Município, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 A Organização Social fará publicar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamentos aprovados pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, contendo os procedimentos que serão adotados, no âmbito do Contrato de Gestão, para:

I - contratação de obras e serviços;

II - compras e contratação de pessoal; e

III - plano de cargos e salários.

Art. 23 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 24 As extinções e a absorção de atividades e serviços por Organizações Sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

II - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

III - encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos; e

IV - a Organização Social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".

Art. 25 O Município consignará na Lei Orçamentária Anual os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações previstas nos Contratos de Gestão firmados pela Administração Pública Municipal com as Organizações Sociais.

Art. 26 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de março de 2015.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

# Modelo

## PREFEITURA

### CONTRATO 31/15 - PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório :n. 35/2015  
Contrato Administrativo n. 31/2015  
Contratada: THEISEN DETONAÇÕES LTDA-ME

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 06/2015, objetivando a aquisição de eventual contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas com fornecimento de material e perfuração e detonação com martelete manual.

Modelo (SC), 27/02/2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 34/15- GEN. ALIMENTÍCIOS BOLIS

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato nº 34/2015  
Processo Licitatório: 74/2015  
Contratado: Anderson Bolis E Cia Ltda ME  
Valor: R\$ 64.972,52

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.34/2015, tendo por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para dar continuidade as atividades do departamento social do município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 02 de março de 2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 35/15- GEN. ALIMENTÍCIOS AP OESTE

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato nº 35/2015  
Processo Licitatório: 74/2015  
Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS  
Valor: R\$10.901,65

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.35/2015, tendo por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para dar continuidade as atividades do departamento social do município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 02 de março de 2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 36/15 - GEN. ALIMENTÍCIOS SCS

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato nº 36/2015  
Processo Licitatório: 74/2015  
Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA - ME  
Valor: R\$30.806,30

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.36/2015, tendo por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios para dar continuidade as atividades do departamento social do município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 02 de março de 2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 37/15 - AQUISIÇÃO SÊMEM - SEMEX

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato nº 37/2015  
Processo Licitatório: 82/2015  
Contratado: SEMEX DO BRASIL COM IMPORT E EXPORT LTDA  
Valor: R\$35.299,70

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.37/2015, tendo por objetivo aquisição de semem para manutenção do programa de inseminação artificial e melhoramento genético bovino do município para o ano de 2015.

Modelo (SC), 02 de março de 2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### CONTRATO 38/15 - AQUISIÇÃO SÊMEN GENUTRI

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Contrato nº 38/2015  
Processo Licitatório: 82/2015  
Contratado: GENUTRI COMÉRCIO DE SÊMEN LTDA  
Valor: R\$30.477,50

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.38/2015, tendo por objetivo aquisição de semem para manutenção do programa de inseminação artificial e melhoramento genético bovino do município para o ano de 2015.

Modelo (SC), 02 de março de 2015  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**CONTRATO 39/15 - AQUISIÇÃO CARROCERIA PRANCHA**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 39/2015

Processo Licitatório: 83/2015

Contratado: INDUMAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS LTDA

Valor: R\$33.900,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.º 39/2015, tendo por objetivo aquisição de equipamento carroceria prancha para transporte de máquinas instalada em caminhão FORD/cargo 2422 - ano 2000 do departamento do DMER do Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 02 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 084/2015**

DECRETO Nº 084/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015

DECRETA SITUAÇÃO DE ESTADO ANORMAL NO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a paralisação nacional dos profissionais do transporte em manifesto contra os preços dos combustíveis dentre outras reivindicações;

Considerando que a paralisação tem afetado diversos setores da cidade;

Considerando que a paralisação já provoca a falta de produtos e materiais essenciais, como combustível, alimentos, gás, entre outros;

Considerando a necessidade de adoção de medidas preventivas as quais objetivam manter o estoque e garantir a correta prestação dos serviços públicos;

Considerando a indefinição do fim das paralisações e o tempo necessário para retomar as condições normais de transporte;

Considerando, ainda, os riscos dessa paralisação, em especial quanto o impacto nas receitas para os cofres municipais diante da redução das atividades de indústria e comércio, setor agropecuário, prestador de serviço;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado estado anormal no Município de Modelo SC, em virtude da falta de combustível para os veículos e máquinas da municipalidade.

Art. 2º Os serviços de transporte escolar serão realizados normalmente até o dia 04 de março de 2015, sendo que após esta data o transporte será suspenso.

Art. 3º Ficam suspensos, a partir desta data, os serviços prestados por máquinas, caminhões e veículos, da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens (DMER), Obras e Serviços Urbanos (DOSU) e Agricultura.

Parágrafo Único - Na Secretaria mencionada no Art. 3º, somente serão realizados serviços de urgência e emergência, conforme programa de atividades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 02 de Março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de setor

**DECRETO Nº 095/2015**

Decreto nº 95/2015 de 10/03/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 100/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 100/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, ZERO QUILOMETRO, PARA COMPOR A FROTA DO DEPARTAMENTO MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E RODAGENS DO MUNICÍPIO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MVM SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	61.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 10 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

**EXTRATO DE CONTRATO 32/15 - VEÍCULO DMER**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 32/2015

Processo Licitatório: 38/2015

Contratado: Gambatto Veículo São Miguel Ltda,

Valor: R\$43.630,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.º 32/2015, tendo por objetivo a aquisição de veículo, zero quilômetro, para compor a frota do departamento manutenção de estradas e rodagens do Município

Modelo (SC), 25 de fevereiro de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO 33/15 - SERV. CÓPIAS E IMPRESSÕES**

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 33/2015

Processo Licitatório: 071/2015

Contratado: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME

Valor: R\$28.900,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n.31/2015, tendo por objetivo a aquisição de serviços de cópias e impressões monocromáticas, com o fornecimento de equipamentos em comodato, para dar continuidade aos trabalhos das secretarias municipais.

Modelo (SC), 02 de março de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Monte Carlo****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, exercício de 2015 para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 16/março/2015 até as 17:30 horas do dia 23/março/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 24/março/2015 às 09:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 10 de março de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO Nº 31/2015 PMN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES MDM, GIRO MAXIMO TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, POSSUÍA O BENEFÍCIO DAS ME/EPP APENAS O LICITANTE GIRO MAXIMO, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS PARA OS LICITANTES VERIFICAREM, PASSOU-SE PARA A PRÓXIMA ETAPA. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, APÓS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES ( nesta etapa o programa betha estava lendo por lotes, entretanto teve que ser alterado por itens para que os licitantes pudessem dar lances apenas nos itens serviços, ficando inalterado os itens peças-subsequentemente quem ganhou o item serviços ganhou o item peças correspondente ) APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E FINALIZADO SEM MENÇÕES DE RECURSOS.

Navegantes, 11 de março de 2015.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 52/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE REDE DE ÁGUA TRATADA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 24/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 11 de março de 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### DECRETO 188 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 188 DE 10 DE MARÇO DE 2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL A INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE RESTINGA E DUNAS DA PRAIA DE NAVEGANTES, NO POLÍGONO QUE ESPECIFICA, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO que as dunas e a restinga são áreas de preservação permanente protegidas pela Lei Federal 12651/2012, CONSIDERANDO a existência, no Município de Navegantes, de vegetação de formação pioneira de influência marinha protegida pela Resolução CONAMA Nº 261/1999, como fixadora de dunas; CONSIDERANDO a existência do Projeto de Recuperação e Proteção da Área de Dunas e Restinga da Orla de Navegantes, devidamente aprovado pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA de Santa Catarina e da Fundação de Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN, através da retirada de espécies exóticas invasoras, remoção de estruturas presentes no campo de dunas, implantação de deck e passarelas e restauração de áreas de preservação permanente, aumento da sinalização da área, dentre outras atividades, CONSIDERANDO a aprovação do PRAD.ACP nº 1999.72.08.006654-0, Processo nº 02026.000676/2010-11 pela Divisão Técnica (DITEC) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Santa Catarina - IBAMA - apresentado pela Prefeitura,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída como de utilidade pública, a intervenção de baixo impacto para fins de execução do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, aprovado pelo IBAMA, nas dunas de Navegantes no polígono abaixo descrito:

Ponto UTM E (m) UTM N (m)

1 733.905 7.021.413, 2 734.141 7.023.305, 3 734.358 7.024.661, 4 734.701 7.026.359, 5 735.017 7.027.655, 6 735.208, 7.028.463, 7 735.848 7.029.955, 8 736.067, 7.030.360, 9 736.370 7.030.645, 10 736.442 7.030.622, 11 736.083 7.030.095, 12 735.615, 7.029.129, 13 735.484, 7.028.928, 14 735.106, 7.027.643, 15 734.502, 7.024.638, 16 734.071, 7.022.165, 17 734.105, 7.021.309.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### DECRETO 193 HOMOLOGA E DEFINE RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO Nº 193 DE 11 DE MARÇO DE 2015  
HOMOLOGA E DEFINE A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS - REMUME

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO o disposto no art. 27 do Decreto Federal nº 7508 de 28/6/2011,  
CONSIDERANDO as obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 0001/2015 firmado na 1ª Promotoria de

Justiça em 12/2/2015,  
CONSIDERANDO que a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME -, deve ser a norteadora das prescrições de medicamentos na rede de serviços do Sistema único de Saúde Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica definida e homologada a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME -, constante do Anexo Único deste Decreto, que se constituirá no elenco oficial de medicamentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde a toda a população.

Art. 2º O Anexo Único que acompanha o presente Decreto estará disponível na íntegra no site oficial da Prefeitura de Navegantes e demais meios de publicação digital de atos oficiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**ANEXO I DO DECRETO 193 DE 11 DE MARÇO DE 2015  
LISTA DE MEDICAMENTOS PARA 2015**

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÕES
001	AMP	ACEPROMAZINA 2 % - AMP 20 ML ***
002	COMP	ÁCIDO ACETAZOLAMIDA 250 MG
003	COMP	ACICLOVIR 200 MG
004	TUB	ACIVLOVIR CREME
005	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG
006	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG *
007	TUBO	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 5% *
008	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG
009	AMP	ADRENALINA 1 MG/ML – 1 ML ***
010	AMP	ÁGUA DESTILADA – AMP 10 ML ***
011	AMP	ÁGUA DESTILADA – AMP 5 ML ***
012	COMP	ALBENDAZOL 400 MG
013	FRASC	ALBENDAZOL 40 MG/ML
014	FRASCO	ALCATRÃO MINERAL 1% *
015	COMP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG
016	COMP	ALENDRONATO DE SÓDIO 10MG *
017	AMP	AMINOFILINA 24 MG/ML – AMP 10 ML
018	COMP	AMIODARONA 200 MG
019	COMP	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG
020	COMP	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 75 MG *
021	COMP	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 +125 MG
022	FRASC	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG – 100 ML

023	CAPS	AMOXICILINA 500 MG
024	FRASC	AMOXICILINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML – FRASCO 100 ML
025	TUB	ANTIBIÓTICO QUADRINEO – TUBO (betametasona+Tolnaftato+gentamicina+clioquinol) ***
026	FRASC	ANESTÉSICO INALATÓRIO ISOFLURANO 100 ML ***
027	COMP	ANLODIPINO BESILATO 10 MG
028	COMP	ANLODIPINO BESILATO 5 MG
029	COMP	ATENOLOL 50 MG
030	COMP	ATENOLOL 100 MG *
031	AMP	ATROPINA 0,25/ML – AMP 1 ML ***
032	COMP	AZITROMICINA 500 MG
033	FRASC	AZITROMICINA PÓ 40 MG/ML 15 ML – FRASCO 15 ML
034	CAPS	BECLOMETASONA 200MG (CÁPSULA INALANTE) *
035	FRASCO	BECLOMETASONA 200MG PÓ INALANTE *
036	FRASCO	BECLOMETASONA 250MG SPRAY *
037	FRASCO	BECLOMETASONA 400MG (CAPSULA INALANTE) *
038	FRASCO	BECLOMETASONA 400MG PÓ INALANTE *
039	AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI ***
040	AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI ***
041	AMP	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA ***
042	FRASC	BIMATOPROSTA + TIMOLOL – FRASCO 3 ML
043	COMP	BIPERIDENO CLORIDRATO – 2 MG
044	COMP	BIPERIDENO CLORIDRATO – 4 MG *
045	AMP	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML – AMP 1 ML ***
046	AMP	BUTILBROMETO 4 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML – AMP 5 ML ***
047	COMP	CAPTOPRIL 25 MG
048	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG
049	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG *
050	FRASC	CARBAMAZEPINA XAROPE 20 MG/ML – 100 ML
051	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 1.250 MG (500 MG)
052	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG CaCO <sub>3</sub> + 400 UI
053	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG
054	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG
055	COMP	CARVEDILOL 25 MG
056	COMP	CARVEDILOL 6,25
057	FRASC	CEFALEXINA 50 MG/ML – FRASCO 60 ML
058	CAPS	CEFALEXINA 500 MG
059	COMP	CETOCONAZOL 200 MG
060	COMP	CINARIZINA 25 MG
061	COMP	CIPROFLOXACINO 500 MG
062	CÁP	CLARITROMICINA 250 MG
063	CAPS	CLINDAMICINA 300 MG
064	COMP	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 10 MG
065	COMP	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG
066	COMP	CLONAZEPAN 2 MG
067	FRASC	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML – 20 ML
068	AMP	CLORETO DE POTÁSSIO 10% - 1 ML
069	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG
070	AMP	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (SEM VASO-CONSTRITOR – FR 20 ML ***
071	AMP	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% C/ VASO-CONSTRITOR – FR 20 ML ***
072	AMP	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML 2% + EPINEFRINA 0,005 MG ***

073	FRASC	CLORIDRATO DE KETAMINA 10 % - FRA 10 ML ***
074	FRASC	CLORIDRATO DE XELAZINA 2% - FRA 10 ML ***
075	AMP	CLORIDRATO DE PETIDINA – AMP 2 ML ***
076	AMP	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5 MG/ML – AMP 5 ML ***
077	COMP	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG
078	COMP	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG
079	AMP	CLORIDRATO DE MIDAZOLAN – AMP 3 ML ***
080	COMP	CODÉINA 30 MG
081	TUB	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 U + 0,01 G – BISNAGA 30 G **
082	TUB	COLAGENASE 0,6 U – BISNAGA 30 G
083	FRASC	COLÍRIO ANESTÉSICO ***
084	COMP	COMPLEXO B COMP REVESTIDOS
085	COMP	DEXAMETASONA 4 MG
086	AMP	DEXAMETASONA 4 MG/ML – AMP 2,5 ML ***
087	TUB	DEXAMETASONA CREME 0,1 % 10 G – TUBO COM 10 G
088	FRASC	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML – 100 ML
089	COMP	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG
090	FRASC	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML – FRASCO 100 ML
091	COMP	DIAZEPAN 10 MG
092	AMP	DIAZEPAN 5 MG/ML – AMP 2 ML
093	AMP	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML – AMP 3 ML ***
094	COMP	DIGOXINA 0,25 MG
095	AMP	DIMENIDRINATO 50 MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG/ML ***
096	COMP	DIPIRONA 500 MG
097	AMP	DIPIRONA 500 MG/ML – AMP 2 ML ***
098	FRASC	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML – FRASCO 10 ML
099	AMP	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DE BETAMETASONA 5 MG + 2 MG/ML ***
100	COMP	DOXASOZINA 4 MG
101	COMP	DOXICILINA 100 MG
102	COMP	ERITROMICINA 500 MG
103	FRASC	ERITROMICINA ESTEARATO 50 MG/ML – FRASCO 60 ML
104	COMP	ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10 MG + 250 MG
105	COMP	ESCOPOLAMINA 10 MG
106	COMP	ESPIRAMICINA 500 MG
107	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG
108	COMP	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625 MG
109	AMP	FENITOINA 50 MG/ML – AMP 5 ML ***
110	COMP	FENITOINA SÓDICA 100 MG
111	COMP	FENOBARBITAL 100 MG
112	FRASC	FENOBARBITAL 40 MG/ML – FRASCO 20 ML
113	AMP	FENOBARBITAL 100 MG/ML – AMPOLA 2 ML ***
114	FRASC	FENOTEROL BROMIDRATO 5 MG/ML – FRASCO 20 ML INALANTE
115	FRASC	FENOTEROL BROMINATO – SPRAY 100 MCG
116	TUB	FIBRINOLISINA + CLORANFENICOL + DESOXIRRIBONUCLEASE (1 UI/G + 10 MG/G + 660 UI/G) – TUBO 30 G **
117	COMP	FINASTERIDA 5 MG
116	CAPS	FLUCONAZOL 100 MG
117	CAPS	FLUCONAZOL 150 MG
118	FRASC	FLUORECÉINA SÓDICA COLÍRIO 1%
119	CAPS	FLUOXETINA 20 MG
120	AMP	FUROSEMIDA 10 MG/ML – AMPOLA 2 ML ***

121	COMP	FUROSEMIDA 40 MG
122	TUB	GENTAMICINA SULFATO 5 MG/G POMADA OFTÁLMICA
123	FRASC	GENTAMICINA SULFATO 5 MG/ML COLÍRIO
124	AMP	GLICOSE 25% - AMPOLA 10 ML ***
125	AMP	GLICOSE 50% - AMPOLA 10 ML ***
126	AMP	HALOPERIDOL 5 MG/ML – AMP 1 ML ***
127	FRASC	HALOPERIDOL 2 MG/ML – FRASCO 20 ML
128	COMP	HALOPERIDOL 1 MG *
129	COMP	HALOPERIDOL 5 MG
130	AMP	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML – AMP 1 ML
131	FRASC	HEPARINA 5.000 UI/0,25 ML AMPOLA
132	COMP	HIDRALAZINA 25 MG
133	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG
134	FRASC	HIDROCORTISONA 100 MG/ML
135	FRASC	HIDROCORTISONA 500 MG
136	FRASC	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 35,6 MG + 37 MG
137	COMP	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 200 MG + 200 MG
138	COMP	IBUPROFENO 200 MG *
139	COMP	IBUPROFENO 300 MG *
140	COMP	IBUPROFENO 600 MG
141	FRASC	IBUPROFENO SUSPENSÃO 50 MG/ML – FRASCO 30 ML
142	COMP	IMIPRAMINA 25 MG
143	FRASC	IPRATRÓPIO BROMETO SOLUÇÃO INALANTE 0,25 MG/ML
143	FRASC	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG aerossol oral *
144	COMP	ISOSSORBIDA DINITRATO 5 MG
145	COMP	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20 MG
146	COMP	IVERMECTINA 6 MG
147	COMP	LEVODOPA + BENZERAZIDA 100 MG + 25 MG
148	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG + 25 MG
149	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG
150	CX	LEVONORGESTREL 0,75 MG (PÓS LOVE)
151	CTL	LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL 0,15 MG + 0,03 MG (CARTELA COM 21 COMPRIMIDOS)
152	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG
153	COMP	LEVOTIROXINA 50 MG
154	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG
155	TUB	LIDOCAÍNA CLORIDRATO GEL 2% - TUBO 30 G ***
156	COMP	LOPERAMIDA 2 MG
157	COMP	LORATADINA 10 MG
158	FRASC	LORATADINA XAROPE 1 MG/ML – FRASCO 100 ML
159	COMP	LOSARTANA 50 MG *
160	FRASC	MEBENDAZOL SUSPENSÃO
161	COMP	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO 10 MG
162	AMP	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO – SOLUÇÃO INJETÁVEL 150 MG/ML
163	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG *
164	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG
165	COMP	METILDOPA 250 MG
166	AMP	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML – AMP 2 ML ***
167	COMP	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 10 MG
168	FRASC	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4 MG/ML
169	COMP	METOPROLOL SUCCINATO 100 MG
170	COMP	METOPROLOL SUCCINATO 25 MG
171	COMP	METOPROLOL SUCCINATO 50 MG
172	COMP	METRONIDAZOL 250 MG



173	TUB	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% - TUBO 50 G COM APLICADOR
174	FRASC	METRONIDAZOL 40 MG/100 ML – FRASCO C/ NO MÍNIMO 100 ML
175	TUB	MICONAZOL CREME VAGINAL 2% - TUBO 80 G COM APLICADOR
176	AMP	MORFINA 10 MG/ML – AMP 1 ML ***
177	UND	NEOMICINA + BACITRACINA 5 MG + 250 ui/g – BISNAGA 15 G
178	COMP	NIMESULIDA 100 MG
179	UND	NISTATINA SUSPENSÃO – FRASCO 50 ML
180	TUB	NISTATINA – TUBO 60 G (CREME VAGINAL C/ APLICADOR)
181	CAPS	NITROFURANTOÍNA 100 MG
182	AMP	NORETISTERONA + ESTRADIOL – SOLUÇÃO INJETÁVEL 50 + 5 MG
183	CAPS	NORTRIPTILINA 25 MG
184	CAPS	NORTRIPTILINA 75 MG
185	CAPS	OMEPRAZOL 10 MG *
186	CAPS	OMEPRAZOL 20 MG
187	TUB	ÓXIDO DE ZINCO + ÓLEO DE FÍGADO DE BACALHAU + VITAMINA A E VITAMINA D3
188	COMP	PARACETAMOL 500 MG
189	FRASC	PARACETAMOL 200 MG/ML – FRASCO MÍNIMO 15 ML
190	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG
191	FRASC	PERMETRINA LOÇÃO 1% 60 ML
192	FRASC	PERMETRINA LOÇÃO 5% 60 ML
193	COMP	PIRIDOXINA 50 MG
194	COMP	PIRIMETAMINA 25 MG
193	FRASC	POLIVITAMÍNICO + MINERAIS – FRASCO 100 ML
194	FRASC	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO 1 MG/ML – FRASCO 60 ML *
195	FRASC	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO 3 MG/ML – FRASCO 60 ML
196	COMP	PREDNISONA 20 MG
196	COMP	PREDNISONA 5 MG
197	AMP	PROMETAZINA 25 MG/ML – AMP 2 ML
198	COMP	PROMETAZINA 25 MG
199	COMP	PROPAFENONA 300 MG
200	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG
201	COMP	PROPRANOLOL 40 MG
202	AMP	RANITIDINA 50 MG/2 ML – AMP 2 ML ***
203	COMP	RANITIDINA CLORIDRATO 150 MG
204	CX	SABONETE FUNGICIDA E SARNICIDA
205	ENVE	SAIS DE REIDRATAÇÃO 27,9
206	FRASC	SIMETICONA 75 MG/ML – FRASCO 10 ML
207	COMP	SINVASTATINA 10 MG *
208	COMP	SINVASTATINA 20 MG
209	COMP	SINVASTATINA 40 MG
210	COMP	SULFADIAZINA 500 MG
211	BISN	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G – BISNAGA 50 G
212	FRASC	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 40 MG + 80 MG – FRASCO 50 ML
213	COMP	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 40 MG + 80 MG
214	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG
215	FRASC	SULFATO FERROSO 25 MG/ML – FRASCO 30 ML
216	AMP	TERBUTALINA 0,5 MG/ML ***
217	COMP	TIAMINA CLORIDRATO 300 MG
218	FRASC	TIMOLOL MALEATO DE, COLÍRIO 0,5% - FRASCO 5 ML

219	FRASC	TRAMADOL 50 MG/ML ***
220	COMP	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, CÁPSULA OU COMPRIMIDO 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)
221	COMP	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, CÁPSULA OU COMPRIMIDO 576 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)
222	FRASC	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE 57,624 MG (EQUIVALENTE A 50 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)
223	COMP	VARFARINA SÓDICA 1 MG *
224	COMP	VARFARINA SÓDICA 5 MG
225	COMP	VERAPAMIL CLORIDRATO 80 MG
226	COMP	CINARIZINA 75 MG

#### MEDICAMENTOS PARA A CAIXA DE EMERGÊNCIA

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES
01	2	AMP	ADRENALINA 1 MG/ML – 1 ML
02	2	AMP	ÁGUA DESTILADA – AMP 10 ML
03	2	AMP	ÁGUA DESTILADA – AMP 5 ML
04	2	AMP	AMINOFILINA 24 MG/ML – AMP 10 ML
05	2	AMP	ATROPINA 0,25/ML – AMP 1 ML
06	2	AMP	CLORIDRATO DE MIDAZOLAN – AMP 3 ML
07	10	COMP	DIAZEPAN 10 MG
08	2	AMP	DIAZEPAN 5 MG/ML – AMP 2 ML
09	02	AMP	GLICOSE 25% - AMPOLA 10 ML
10	02	AMP	GLICOSE 50% - AMPOLA 10 ML
11	02	AMP	HALOPERIDOL 5 MG/ML – AMP 1 ML
12	02	FRASC	HIDROCORTISONA 100 MG/ML
13	02	FRASC	HIDROCORTISONA 500 MG
14	02	FRASC	TRAMADOL 50 MG/ML

#### LEGENDA

\* Inclusão por determinação do TAC - 2015.

\*\* Medicamento disponível para atender o programa de curativos do Município.

\*\*\* Medicação de uso nas Unidades Básicas de Saúde e SAMU.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### DECRETO 200 COMISSÃO ORGANIZAÇÃO V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 200 DE 11 DE MARÇO DE 2015  
NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, III da Lei Orgânica do município e tendo em vista o disposto na Constituição Federal,  
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora da V Conferência

Municipal da Saúde, cujos integrantes são os seguintes:  
Francisco Johannsen - Conselheiro de Saúde;  
Eleonora da Luz Pereira - Conselheira de Saúde;  
Eleonora da Luz Pereira - Conselheira de Saúde;  
Mitie Aoki Lopes - Conselheira de Saúde;  
Helena dos Santos Soares - Conselheira de Saúde;  
Samuel Vianeí Paganelli - Representante da Secretaria Municipal da Saúde;  
Marlova Cescon Haefner - Representante da Secretaria Municipal da Saúde;  
Rosângela Ristow - Representante das Voluntárias do Hospital de Navegantes.

Art. 2º A Comissão acima nomeada terá como Presidente o senhor Francisco Johannsen.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMREBOM 01/2015.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNREBOM Nº01/2015.

Processo: DL 01/2015.

Data: 06/03/2015.

Órgão: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE REEQ. BOMBEIRO MILITAR.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS PARA A CADELA LABRADORA LAIKA DO 2ª COMPAINHA DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: PETERS SHOP COMERCIO DE ARTIGOS PARA ANIMAIS LTDA.

CNPJ: 17.287.147/0001-07.

Valor: R\$ 2.134,60.

Fundamento: Art. 24, inciso II, Lei 8.666/93.

Navegantes, 06 de março de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATUAL FUMAN Nº 032/2015.**

Extrato Contratual FUMAN 032/2015

Contrato Nº.: FUMAN 032/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Contratado: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ: 86.721.008/0001-62

Valor: R\$ 190.360,56.

Dotação: 2.147 4.4.90.00.00.00

Vigência ..... : Início: 23/02/2015 Término:24/05/2015.

Licitação ..... : TP01/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DE AREIA, PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL NA ORLA EM NAVEGANTES, CONFORME PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 1/2014.

#### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 033/2015.**

Extrato Contratual PMN 033/2015

Contrato Nº.: 033/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratado: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL EM SANTA CATARINA.

CNPJ: 83.052.191/0002-43.

Valor: R\$ 24.984,36 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Dotação: 2.058 3.3.90.00.00.00

Vigência ..... : Início: 23/02/2015 Término:31/12/2015.

Licitação ..... : Inexigibilidade 12/2015.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Objeto: Contrato de Prestação de Serviços relativo a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, conforme Inexigibilidade nº 12/2015.

#### **PORTARIA 928 COMISSÃO PERMANENTE DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 928 DE 11 DE MARÇO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO a necessidade da promoção do uso de medicamentos de forma racional e eficaz na evolução do tratamento do paciente, aliados a economicidade da dispensação de medicamentos padronizados,

CONSIDERANDO a necessidade da promoção do uso de fórmulas nutricionais especiais de forma racional e eficaz no suporte nutricional do paciente,

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento permanente na seleção de medicamentos inclusos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais para a Atenção em Saúde (REMUME) e fórmulas nutricionais especiais inclusas na Relação Municipal de Fórmulas Nutricionais Especiais (REMUFNE),

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios procedimentos operacionais para prescrição e dispensação dos medicamentos selecionados, bem como de métodos de avaliação do uso dos medicamentos dispensados nas Unidades de Saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para elaboração de diretrizes terapêuticas e procedimento técnico-administrativo para a disponibilização de fórmulas nutricionais especiais,

RESOLVE:

I Fica instituída a Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal da Saúde.

II Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal da Saúde serão indicados pelo Secretário Municipal da Saúde, entre servidores desta Secretaria, com mandato de dois anos.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

III A Comissão instituída no artigo primeiro é formada pelos seguintes componentes:

- Samuel Viane Paganelli - Presidente;
- Roland Figueira Fernandes - Membro;
- Aline Régis Rodrigues - Membro;
- Marlova Cescon Haefner - Membro;
- Jeferson Belotto - Membro;
- Helena Soares - Membro;
- Cleuma Silva Nunes Westphal - Membro;
- Juliana Maritza de Almeida Primo - Membro;
- Niara Lacerda Feijó - Membro;
- Silvio Neves - Membro;
- Lyz Destri Tefili de Araújo - Membro;
- Rômulo Pereira - Membro.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 929 SUBSTITUI MEMBRO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 929 DE 11 DE MARÇO DE 2015  
SUBSTITUI MEMBRO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I SUBSTITUIR o Membro Suplente Representante da Secretaria Municipal da Saúde no Conselho Municipal Homônimo, Nádia Braz Bins, por Rômulo César Pereira.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PROCESSO Nº 017/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

Aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para contratação de serviços técnicos de calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos, lajotas e meio-fio) e construção de faixas elevadas, nas vias públicas do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital, tipo menor preço por lote.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

MS CONSTRUÇÃO LTDA EPP (CNPJ Nº 20.775.406/0001-53)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit.	VI. Total
1	6.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com paralelepípedo.	11,5315	69.189,00
2	6.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com Lajota.	11,5315	69.189,00
3	3.000	ML	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de meio-fio.	7,6877	23.063,10
4	3.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para construção de faixas elevadas.	16,3363	49.008,90
TOTAL R\$ 210.450,00					

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 210.450,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 05 de março de 2015

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

### LEI Nº 2.570/2015

Lei nº 2.570 de 10 de março de 2015

Concede subvenção à Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, em Exercício, Sr. Josemar Guilherme Franzoi, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção financeira até o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mensais a serem repassados de acordo com a possibilidade financeira, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEOTRENTINO, com sede a Rua dos Imigrantes, s/nº, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.991.606/0001-97, para custear despesas desta Associação, de acordo com o Plano de Aplicação, anexo.

Parágrafo Único - Os recursos serão repassado no período de 12 (doze) meses a contar de janeiro à dezembro de 2015.

Art. 2º. Fica a Associação contemplada pelo Município com a subvenção financeira, obrigada a prestar contas da aplicação deste recurso, a cada parcela, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de suspensão do pagamento e instauração de tomada de contas especial.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de março de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

### LEI Nº 2.571/2015

Lei nº 2.571 de 10 de Março de 2015

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE FRUTICULTURA, OLERICULTURA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PRODUTOR RURAL NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, DENOMINADO PROGRAMA AGRONOVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, em exercício, Sr. Josemar Guilherme Franzoi, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica instituído o programa municipal de fruticultura,

olericultura e profissionalização do produtor rural no âmbito do município de Nova Trento, denominado "Programa Agronova", que tem como objetivo:

- I - fomentar a agricultura sustentável, a produção de alimentos e o meio ambiente do município;
- II - incentivar a ampliação da variedade de cultivos e o aumento nos investimentos na área rural, com vistas a aumentar a renda dos produtores rurais neotrentinos;
- III - gerar empreendedorismo empresarial rural e emprego na área rural com a profissionalização do produtor rural;
- IV - implantar e aperfeiçoar a infraestrutura das propriedades rurais integrantes do programa com vistas a implantação e ampliação de pomares e hortas nas propriedades rurais;
- V - incentivar a emissão de notas de produtor rural, visando o incremento da arrecadação de ICMS do município; e
- VI - organizar o produtor com as notas de produtor rural de sua propriedade, para posterior comprovação visando agilizar o acesso aos benefícios previdenciários.

Art. 2º Os incentivos de que trata esta lei serão destinados aos produtores rurais que estejam em dia com a nota de produtor rural de suas respectivas propriedades, que não se encontrem em débito com o poder público municipal, e consistirão:

- I - distribuição de mudas de árvores frutíferas de variedades diversas de acordo com a adaptação ao clima e recomendação técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento e entidades de apoio;
  - II - distribuição de sementes, insumos e infraestrutura para a olericultura de acordo com a adaptação ao clima e recomendação técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento e entidades de apoio;
  - III - promoção de cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos produtores rurais e subsídio para participação em cursos oferecidos por outros órgãos governamentais ou privados;
  - IV - concessão de estímulos e incentivos na destinação dos alimentos produzidos;
  - V - concessão de auxílio ou subsídio nos serviços de abertura, conservação e recuperação de estradas de acesso e vias internas das propriedades rurais, além de outras obras de infraestrutura.
- Parágrafo único. Quando os incentivos contidos no inciso V exigirem a licença de órgãos municipais, estaduais ou federais, as autorizações deverão ser anexadas pelo beneficiário, juntamente com os demais documentos exigidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento.

Art. 3º A participação dos produtores rurais no programa objeto desta lei se dará por meio de adesão à regulamentação do programa, estabelecida periodicamente por meio de Resolução da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento.

§ 1º Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento, com a colaboração do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Trento, a definição das prioridades para a implementação do programa.

§ 2º A inscrição de que trata o caput deverá ser efetuada periodicamente, cabendo à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento a definição do calendário, da periodicidade e duração, o número de vagas, além dos requisitos técnicos para participação no programa e cursos de capacitação e profissionalização, dentre outros critérios.

§ 3º O termo de adesão deverá ser acompanhado de cópia da matrícula da atualizada do imóvel rural ou de qualquer outro documento legal que comprove o direito de posse ou uso do mesmo, o qual autorizará a aceitação do interessado, desde que cumpridos os demais requisitos do programa.

Art. 4º Caberá aos beneficiários do programa o transporte das mudas, sementes e insumos distribuídos do ponto de distribuição até a sua propriedade.



Art. 5º Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento a operacionalização do presente programa.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

Elemento de despesa - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento

#### JUSTIFICATIVA

Nova Trento é conhecida na região e estado por suas fortes tradições, entre as quais a agricultura. Por décadas o município abrigou em torno de 1.500 famílias na área rural.

Dessas, cerca de 1.400 viviam exclusivamente da produção de fumo, mandioca, uva e vinho, leite e derivados, cana de açúcar e derivados, mel, café e muitas outras culturas de sobrevivência, além do forte extrativismo de lenha, madeira e palmito, dentre outros.

O advento da televisão, do telefone, da oferta de empregos e renda nos centros urbanos, das leis ambientais, aliado à falta de incentivos para a agricultura, as dificuldades para chegar às escolas de nível médio, estradas de baixa qualidade, distância até o centro consumidor, originou uma crise na agricultura e como consequência um forte êxodo rural, entre as décadas de 60 e 90, deixando um rastro de propriedades abandonadas ou então cobertas por matas e produção de eucalipto em toda sua extensão.

Hoje, Nova Trento conta com apenas 500 famílias, aproximadamente, vivendo exclusivamente da agricultura, incluindo nestas um grande número de pessoas da "melhor idade" e um número reduzido de pessoas adultas e jovens.

Diante destes aspectos, ao Poder Público Municipal resta o desafio de reanimar os moradores da área rural a continuarem no campo, de forma a incrementarem sua economia ao ponto de tentar inverter o êxodo rural havido nas décadas passadas, fortalecendo, de forma diversificada e sustentável, o agronegócio e a agricultura familiar, com mínimos impactos ambientais.

Isso porque esse público ainda espera por incentivos, por atenção do Poder Público e, acredita que a agricultura possa prosperar. Para isto se faz necessária a concentração de esforços, tanto dos agricultores quanto dos administradores públicos e organizações de classe para juntos, montar e desenvolver propostas que venham viabilizar, de forma sólida, as atividades do meio rural.

Surge então o Programa Municipal de Desenvolvimento do Agonegócio - PROGRAMA AGRONOVA, com objetivo de alavancar o desenvolvimento da área rural, levando de volta a esperança e melhor qualidade de vida para os que lá ainda vivem e podem permanecer.

Tal objetivo será alcançado com a promoção da profissionalização e do aperfeiçoamento dos produtores rurais, bem como através do aumento da capacidade de produção e da competitividade das

mais variadas culturas, tais como a olericultura, a fruticultura (uva e frutas tropicais), a apicultura, mandiocultura (aipim) e a silvicultura exótica de forma sustentável, visando a oferta de produtos de qualidade ao consumidor com maior valor agregado, propiciando melhora da qualidade de vida dos produtores e familiares envolvidos no programa.

O presente projeto de lei tem a finalidade de servir como ponto de partida a uma verdadeira revolução agrícola em Nova Trento, as quais passam necessariamente por um conjunto de medidas legislativas com vistas a aperfeiçoar o sistema legal municipal.

Seguindo um diagnóstico prévio realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento, o Poder Público Municipal iniciará o PROGRAMA AGRONOVA dando ênfase à olericultura e a fruticultura, tendo como objetivos específicos de fomentar a agricultura sustentável, a produção de alimentos e o meio ambiente do município; incentivar a ampliação da variedade de cultivos e o aumento nos investimentos na área rural; gerar empreendedorismo empresarial rural e emprego na área rural com a profissionalização do produtor rural; implantar e aperfeiçoar a infraestrutura das propriedades rurais integrantes do programa com vistas à implantação e ampliação de pomares e hortas nas propriedades rurais; incentivar a emissão de notas de produtor rural, visando o incremento da arrecadação de ICMS do município e a organização do agricultor para posterior comprovação visando agilizar o acesso aos benefícios previdenciários.

De se destacar que, ainda em 2014, o Projeto de Lei nº 025/2014, com objetivo semelhante ao presente, foi encaminhado à esta Casa Legislativa. Este restou aprovado com as alterações trazidas pela Emenda Modificativa apresentada, sendo posteriormente vetado pelo Chefe do Poder Executivo, cujo veto restou derrubado. Posteriormente, não houve qualquer promulgação do texto aprovado, na forma dos §§ 5º e 6º, do art. 68, da Lei Orgânica do Município e art. 118, § 2º do Regimento Interno da Câmara (Resolução nº 03/2006), tornando possível novo encaminhamento da matéria.

Todavia, uma mudança trazida ao projeto inicial diz respeito à participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Trento - CMDR, criado pela Lei Municipal nº 2.037/2005, o qual terá participação efetiva no estabelecimento das prioridades a serem observadas na implementação do programa Agronova, como se observa no § 1º, do art. 3º do presente projeto de lei.

Tal inovação é resultado de uma ampla discussão tida com representantes do Conselho e dos órgãos ligados aos trabalhadores rurais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento, por exemplo, os quais terão colaboração ativa na formulação das diretrizes a serem observadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento na implementação e execução do programa.

Com esta mensagem, o Executivo Municipal espera de Vossas Excelências a aprovação integral do presente projeto de lei.

Nova Trento, 18 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

#### NOTIFICAÇÃO 002/2015

Ilmo. Sr

DIEGO ALESSANDRO CARL (sócio/proprietário da empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA. EPP. - CNPJ 09.008.570/0001-00)

Rua : Irmgard Carl, 255, Bairro Escola Agrícola  
89037-555 - Blumenau/SC

Nova Trento/SC, 11 de março de 2015.

#### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ref.: Processo Licitatório nº 005/2015 - Pregão Presencial

002/2015 - Abertura dia 05/02/2015 - 14:30 horas. Atraso na entrega e entrega de bens adjudicados em desacordo com o proposto em certame licitatório (marcas e especificação técnicas em desacordo).

Notifica-se a empresa que efetue a troca imediata dos produtos entregues em desacordo com o solicitado em edital, de acordo com o e-mail anexo emitido pelo Setor de Compras/Patrimônio, a fim de evitar a aplicação de penalidades previstas em edital e Art. 87 da Lei 8.666/93.

Informamos que estas pendências deverão ser resolvidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Caso Vossa Senhoria não compareça até a data aprazada, a ausência será entendida como desistência tácita em continuar prestando serviços para este município. Ficando suspensa desde já qualquer tipo de entrega de material, bem como recebimentos que possam existir, até que se proceda as fases do Processo Administrativo.

Por se tratar de assunto PARTICULAR e URGENTE, não forneceremos informações a terceiros, salvo a procurador devidamente habilitado.

Caso a pendência supramencionada já tenha sido resolvida, solicitamos a gentileza de desconsiderar a presente notificação.

Atenciosamente,

Aprigio José Botameli  
Pregoeiro

### **PORTARIA Nº 193/2015 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 193/2015  
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### **RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", MONICA RAQUEL RAISER, matrícula nº 6588, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Educação Infantil - Itinerante), na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin e Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de fevereiro de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **CONTRATO SP//2015**

#### **CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MONICA RAQUEL RAISER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral do Salto, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 073.024.859-33, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Educação Infantil - Itinerante), na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin e Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.364,17 (hum mil trezentos e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos

o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Monica Raquel Raiser  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 277/2015

PORTARIA Nº 277/ 2015  
Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, DANNYELLE LIMA MARTINS, matrícula nº 6355, ocupante do cargo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 28 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de março de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 02 de março de 2015.

Vilson Dalbosco  
Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

#### PORTARIA Nº 282/2015

PORTARIA Nº 282/ 2015  
Altera Carga Horária

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária da Servidora Pública Municipal MONICA RAQUEL RAISER, matrícula nº 6588, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, passando de 35 (trinta e cinco) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Itinerante), na Creche Ciranda Cirandinha - Santo Antonin e Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MONICA RAQUEL RAISER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na ST Geral do Salto, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 073.024.859-33, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil - Itinerante), na Creche Ciranda Cirandinha - Santo Antonin e Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 02 de março de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Monica Raquel Raiser  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 286/2015**

PORTARIA Nº 286/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal IVANA REGINA CADORE, matrícula nº 81, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, conforme atestado médico datado de 04/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 296/2015**

PORTARIA Nº 296/ 2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal APRIGIO JOSÉ BOTAMELI, concursado, matrícula nº 209, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Serviços de Compras, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 299/2015**

PORTARIA Nº 299/ 2015

Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido PAMELA AMORIM DA SILVA, matrícula nº 6151, ocupante do cargo de Estagiário, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 06 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de março de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 06 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 311/2015**

PORTARIA Nº 311/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocado conforme Decreto nº 019/2015 "A", MARIA HELENA MARIAN ABREU, matrícula nº 6659, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA HELENA MARIAN ABREU, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Dell'Antonia, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 064.698.399-75, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais), na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o

início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Maria Helena Marian Abreu

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 313/2015**

PORTARIA Nº 313/ 2015

Concede Férias

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias, a Servidora Pública Municipal ROSILENE MELO KAIPPER, matrícula nº 5035, ocupante do cargo de Diretor Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Ensino Fundamental Padre José da Poain - Salto, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 314/2015**

PORTARIA Nº 314/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 946/2014, que Nomeou a Servidora Pública Municipal, ROSILDA MARIA DALRI MERIZIO, matrícula nº 6490, para exercer o cargo de Provedor em Comissão de Diretor Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Ensino Fundamental Padre José da Poain - Salto, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, em substituição a titular Rosilene Melo Kaipper, afastada conforme a Portaria nº 313/2015 (Férias).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 315/2015**

PORTARIA Nº 315/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", EDILENE MICHELI BASSI, matrícula nº 6660, ocupante do cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), em substituição a Titular Miria Maria Costa Tonini, afastada conforme Portaria nº 081/2015 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora EDILENE MICHELI BASSI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, nº 334, Bairro Velha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.336.559-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais) na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Miria Maria Costa Tonini, afastada conforme Portaria nº 081/2015 (Readaptação).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 958,89 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 09 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início,

intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Edilene Micheli Bassi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 316/2015

PORTARIA Nº 316/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 11/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", JULIANA SOARES DA SILVA, matrícula nº 6661, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais) na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 10 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA SOARES DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Gandin, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.719.029-41, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Finais) na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 10 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de

Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Juliana Soares da Silva

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

#### PORTARIA Nº 317/2015

PORTARIA Nº 317/ 2015

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o artigo 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal SONIA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 931, concursada no cargo de Psicóloga, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06 de março de 2015 a 04 de março de 2016, conforme resultado pericial datado de 06/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### PORTARIA Nº 318/2015

PORTARIA Nº 318/ 2015

Altera Carga Horária

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Carga Horária, de acordo com a carga horária do Titular, do Servidor Público Municipal RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6613, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, passando de 15 (quinze) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - História), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 09 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2015

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - História), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 09 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Rafael Junior Reis de Assis

Contratado



Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 932/2014 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 932/ 2014  
Concede Licença Maternidade

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ROSILENE MELO KAIPPER, matrícula nº 5035, ocupante do cargo de Diretor Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Padre José da Poain - Salto, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de março de 2015, conforme atestado médico datado de 29/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 29 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 946/2014 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 946/ 2014  
Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, ROSILDA MARIA DALRI MERIZIO, matrícula 6490, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Padre José da Poain - Salto, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de novembro de 2014 a 02 de março de 2015, em substituição a titular Rosilene Melo Kaipper, afastada conforme a Portaria nº 932/2014 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 04 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **RESPOSTA IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO  
RESULTADO JULGAMENTO DE RECURSO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 - SRP Nº 007/2015

IMPUGNANTE: SUPERAR LTDA. CNPJ 13.482.516/0001-61

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, o Pregoeiro decide por no mérito julgar IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa SUPERAR LTDA. que se insurge contra o edital mantido o mesmo em seus exatos termos.

Nova Trento, 10 de março de 2015.  
Aprigio José Botameli  
Pregoeiro

### **RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TP001/2015**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Execução de serviços com fornecimento de material para Construção dos Banheiros e Cozinha no Galpão da Cancha Municipal de Bocha, Município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no Edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:  
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA. ME. (CNPJ nº 07.475.564/0001-20), Valor Total de R\$ 83.197,01 (Oitenta e três mil, cento e noventa e sete reais e um centavo).

Nova Trento/SC, 11 de março de 2015.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONVÊNIO Nº 01/2014 CÂMARA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONVÊNIO Nº 01/2014  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

COVENIADO: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
COVENENTE : Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC

OBJETO: A contribuição institucional no valor de R\$ 44,05 (quarenta e quatro reais e cinco centavos) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

Novo Horizonte-SC, 02 de março de 2015

José Ivanir Dallanora  
Presidente

### EXTRATO TA FMS Nº 002 AO CA FMS Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo FMS Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 013/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Valor ..... : R\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais).

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 21/03/2015

Licitação ..... : Tomada de Preços p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 001/2014

Recursos ..... : 60.02-022-10.301.0016-2.031-4.4.90.00 - 146 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração quantitativa e qualitativa para inclusão de pintura dos Muros e Palanques no objeto do contrato, conforme Laudo Técnico e orçamento em anexo.

Novo Horizonte/SC, 10 de Março de 2015

Dirceu Mezomo  
Gestor FMS.

### EXTRATO TA Nº 001 AO CA Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 100/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Valor ..... : 6.047,40 (seis mil e quarenta e sete reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 13/03/2015

Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2014

Recursos ..... : 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 22.000,00

Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste na

alteração quantitativa e qualitativa para inclusão dos itens: Ampliação Frente/Mureta Frente-Alvenaria, Chapisco, Reboco massa única, Concreto Vigas; Cano, Curvas, Joelho, Mão de obra instalação; Pintura Espelho Beiral; Paver-Colchão de pó, fornecimento de paver, fornecimento de rejunte de areia fina, brita; Diversos-Tubulação água potável e oitão interno em pvc. no objeto do contrato, conforme Laudo Técnico e orçamento em anexo.

Novo Horizonte/SC, em 11 de Março de 2015

Eli Mariott  
Prefeito Municipal

### EXTRATO TA Nº 010 AO CA Nº 061/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 010 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Supressão do Valor.: 5.204,57 (cinco mil duzentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 07 e 21 e supressão da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 02 e 05, abaixo descritos, e relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2015.

Novo Horizonte/SC, em 10 de Março de 2015

Eli Mariott  
Prefeito Municipal

## Orleans

### PREFEITURA

#### EDITAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

EDITAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

A Comissão de Permanente de Processo Seletivo, torna publico a nota e classificação geral dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº001/2015:

#### INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
013	SALETE TURAZZI COSTA	01/05/1961	9,2	1º LUGAR
003	ANALIA LEONTINA BORGES VELHO	18/11/1978	9,2	2º LUGAR
010	RONEIDE DE FATIMA BONETTI LAURENTINO	19/01/1960	8,8	3º LUGAR
004	CRISTINA GONÇALVES PADILHA ALVES	14/02/1970	8,8	4º LUGAR
002	ZELI DALMAGRO	25/07/1953	8,4	5º LUGAR
008	TANIA MARIA PISONE ZOMER	18/03/1964	8,4	6º LUGAR
005	ROSIANE FERNANDES MICHELS	01/04/1965	8,4	7º LUGAR
001	INES BELTRAME FURLAN ORBEN	11/05/1966	8,4	8º LUGAR
006	SIRLEI GONÇALVES LONGO	03/06/1967	8,4	9º LUGAR
016	ROMELANIA APARECIDA RABELO	09/11/1973	8,4	10º LUGAR
007	LUSIANE CROSETTA PIZONI HOFFMANN	17/10/1976	8,4	11º LUGAR
015	JOSIANE DA SILVA CELSO	01/02/1977	8,4	12º LUGAR
009	RITA DE CASSIA PIZOLATTI DEBIASI	09/06/1951	8,0	13º LUGAR
012	MARIA DE LOURDES ZOMER MATHEUS	15/09/1958	8,0	14º LUGAR
011	ROSIANI MORAIS MANOEL GERALDO	30/03/1975	7,6	15º LUGAR
014	SIVIA MORAES	07/09/1973	7,2	16º LUGAR

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, tem o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso conforme Edital Processo Seletivo nº 001/2015.

Orleans, 11 de março de 2015.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

## Ouro

### PREFEITURA

#### CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO-CPIMMOC, estabelecida em JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Licitações, para conduzir o processo de abertura, julgamento e classificação de propostas da licitação na modalidade pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item referente Processo Licitatório nº 001/2015 - Pregão Presencial nº 001/2015, para a contratação de empresa(s) para o fornecimento de Pneus e correlatos, para os municípios Consorciados conforme características descritas nos Anexos que integram o edital.

Art. 2º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem a Comissão:

Vanderlei Roberto Piccinini - contador e pregoeiro;  
Volcir Canuto: Administrador - Assessor de Licitação do CPIMMOC;  
Rafael Nicolli - Contador;  
Marize Coletti - Diretora Executiva do CPIMMOC;  
Roberto Kurtz Pereira - Assessor Jurídico;  
Andreia Fleck da Silva - Assistente Administrativa; CPIMMOC;  
Alice Paganini - Diretora de Compras e Licitações - Município de Catanduvas;  
Dalcimeri E. Brandini - Diretora de Compras e Licitação Município de Lacerdópolis;  
Mariana de Azevedo Ramos - Setor de Licitação Município de Luzerna;  
Derci Araújo Sec. De Administração - Município de Ouro;  
Vinicius Schirmann - Diretor de Licitações Município de Treze Tílias;  
Janaine Antunes de Oliveira - Diretora do Departamento de Compras e Licitações do Município de Vargem Bonita.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro que será o pregoeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Joaçaba, 09 de Março de 2015.

Publicado na Secretaria da CPIMMOC em 09 Março de 2015

Vitor João Faccin

Presidente

Marize Coletti

Diretor Executiva

#### REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

#### 1.0 - PREÂMBULO

1.1 - O CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO, Pessoa Jurídica de

Direito Público Interno, com Sede à Rua Roberto Trompowsky, nº 68, 2º andar, Centro - Joaçaba - SC., Inscrição no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, por intermédio de seu Presidente, Sr. VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicado, fará realizar Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de Julgamento, o MENOR PREÇO POR ITEM visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do Objeto abaixo indicado, com fornecimento por demanda e de forma parcelada para os seguintes Municípios Participantes, e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

1.2 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório, e seus ANEXOS.

1.3 - Os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues na sede do CPIMMOC, situada a Rua Roberto Trompowsky, 68, 2º andar, centro Joaçaba/SC no horário e dias de expediente do Consórcio, das 8h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, tendo como limite máximo as 11h-00min do dia 23/03/2015.

1.4 - A Sessão de Processamento do Pregão será realizada na sede do CPIMMOC, situada a Rua Roberto Trompowski, 68, 2º andar, centro Joaçaba/SC, iniciando-se às 13hrs30min do dia 23 de março de 2015 e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos termos da lei.

1.5 - A presente Licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, Lei Federal n. 11.107/05, Resolução CPIMMOC nº 001/2015, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

## 2.0 - DO OBJETO:

2.1 - A presente Licitação tem por Objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o fornecimento dos todos os itens contratados.

2.3 ☐ O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

2.3.1 ☐ O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

2.4 ☐ A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.5 ☐ Somente poderão ser ofertadas pelas licitantes as marcas/modelos que possuírem Atestados de Aprovação emitidos pelo Consórcio CIMCATARINA decorrente do resultado dos Chamamentos Público de Fabricantes e/ou Fornecedores para Cadastramento de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores nº 001/2014, 006/2014, 009/2014 e 011/2014 e, adotado no âmbito deste Consórcio CPIMMOC, através da Resolução nº 001/2015, disponível em Anexo a este Edital, como também, disponibilizado no site da AMMOC: [www.ammoc.com.br](http://www.ammoc.com.br)

## 3.0 - DA PARTICIPAÇÃO:

3.1- Poderão participar do certame todos os interessados do ramo

de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

3.1.1- Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob o regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.1.2 - Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

3.1.3 - Não poderá participar, direta, ou indiretamente desta licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.1.4 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.1.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que desejam participar deste certame, usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, promovidas pela Lei Complementar nº 147/14; deverão observar o disposto e comprovar as condições previstas na lei e nos subitens a seguir:

3.1.5.1 - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

3.1.5.2 - As Sociedades Simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.5.3 - A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

3.1.5.4 - Declaração em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.5.5 - Os documentos para fins de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão ser apresentados fora dos Envelopes, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

## 4.0 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - Tratando-se de representante legal: o Estatuto Social; Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2 - Tratando-se de Procurador: o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 3.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.1.4 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, podendo ser trocado o representante por outro desde que devidamente credenciado e com os devidos poderes para representar a empresa.

## 5.0 - DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 - A Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser de acordo com modelo estabelecido no Anexo II



deste Edital, e apresentada fora dos Envelopes nº 1 e nº 2.

5.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Ao:

CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Identificação do Proponente:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

Ao:

CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Identificação do Proponente:

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS

5.2.1 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada obrigatoriamente pelo sistema informatizado Betha Autocotação, a qual será entregue em meio magnético (CD-ROM ou Pen Drive) e também em Papel timbrado da Empresa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da Licitante ou pelo procurador, juntando-se a Procuração.

5.2.2 - Os Documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicados em forma de publicações legais.

#### 6.0 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS:

6.1 - A Proposta de Preços, preenchida dentro do Sistema Informatizado Betha Autocotação deverá ser entregue em meio magnético (CD ROM, Pen Drive) e conterá os seguintes elementos:

- a) Nome, Endereço, CNPJ e Inscrição Estadual;
- b) Número do Processo e do Pregão para Registro de Preços;
- c) Descrição do Objeto da presente Licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações descritivas do Anexo I, parte integrante deste Edital;
- d) Preço Unitário e Total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, devendo ainda estar incluídos nos preços propostos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes; tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- e) prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.1.1 - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

6.1.2 - A Proposta de Preços poderá ser elaborada com no máximo 03 (três) casas decimais depois da vírgula.

#### 7.0 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO":

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

##### 7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

c) No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007;

d) as Sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

##### 7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- b) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- c) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão unificada de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

##### 7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica;
- b) Declaração de atendimento a Legislação Trabalhista do Menor e do Adolescente (ANEXO III);
- c) Declaração de Fatos Impeditivos (ANEXO IV);

#### 7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta documentação apresente alguma restrição na Comprovação da regularidade fiscal.

7.2.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), a critério do CPIMMOC, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa, conforme § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

#### 8.0 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

8.1 - No horário e local indicado no Preâmbulo, será aberta a Sessão de Processamento do Pregão, iniciando-se com o Credenciamento dos Interessados em participar do Certame.

8.2 - Após o Credenciamento, as Licitantes entregarão ao Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital.

8.3 - A análise das Propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.

8.4 - No tocante aos Preços, as Propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços Unitários.

8.4.1 - As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.5 - As Propostas deverão ser formuladas por item.

8.6 - As Propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);

c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.7 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.8 - A Licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição Completa da ordem de lances.

8.9 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por item, observada a redução mínima entre os lances, que será fixada a critério exclusivo do Pregoeiro e que não poderá ser superior a 0,5% (meio ponto percentual) do valor total do item.

8.10 - A etapa de lances será considerada encerrada, quando todos os participantes dessa etapa, declinarem da formulação de lances.

8.11 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.12 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.13 - Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço e

Decidirá, motivadamente, a respeito.

8.14 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.15 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os Documentos de habilitação do respectivo proponente.

8.16 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.17 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, o qual será verificado a veracidade posteriormente pelo pregoeiro.

8.18 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.19 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

8.20 - Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

8.21 - Em seguida serão abertos os envelopes nº 02, das Licitantes que aceitaram, e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 8.4.

8.21.1 - As Licitantes habilitadas serão incluídas na Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação.

9.0 - DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

9.1 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.3- No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma disposta na alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessa hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a" será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

9.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 9.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob a pena de preclusão do direito.

9.6 - O disposto no subitem 9.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

9.7 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

9.9 - A não regularização da documentação, no prazo citado, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à CPIMMOC convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.10 - A Empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.0 - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS:

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a

correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade Competente para a homologação.

10.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade Competente.

10.4 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade Competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.6 - A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições legais e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

10.7 - A Licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

10.8 - Colhidas as assinaturas, o CPIMMOC providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

#### 11.0 - DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

#### 12.0 - DAS CONTRATAÇÕES:

12.1 - Os Fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, com cada um dos Municípios, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata, cuja minuta encontra-se disposta no Anexo VI deste Edital.

12.2 - A existência de preços registrados não obriga o CPIMMOC e os Municípios Integrantes deste procedimento licitatório a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.

12.3 - Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao Município contratante, no prazo de 03 dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas unificada de débitos para com a Receita Federal e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob a pena de a contratação não se concretizar.

12.4 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

12.5 - O Fornecedor dos Pneus e correlatos deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, Comparecer ao órgão contratante para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente.

#### 13.0 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

13.1 - Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

13.2 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas

por cada Proponente.

13.3 - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

#### 14.0 - DO ACRÉSCIMO DOS QUANTITATIVOS LICITADOS:

14.1 - Havendo interesse, os quantitativos licitados em sua totalidade por item poderão ser acrescidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme estipulado na Lei Federal 8666/93;

#### 15.0 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

15.1 - Os Pneus e correlatos, objeto da presente licitação deverão atender as exigências de qualidade e fiscalização pelos órgãos responsáveis, em especial:

a) Prazo de validade não inferior a um ano dos medicamentos entregues;

b) embalagens intactas, sem amassados, rasgos ou outros defeitos que podem afetar a qualidade dos medicamentos;

15.2 - O faturamento deverá ser feito diretamente para o Órgão Participante que formulou e recebeu os objetos licitados e contratados.

15.3 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no Comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

15.4 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua Complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### 16.0 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

16.1 - O pagamento será efetuado pelo Órgão Participante que efetuou a solicitação dos Pneus e correlatos, em até 20 dias após a entrega, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

16.2 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, podendo ainda, o fornecedor enviar juntamente com a Nota Fiscal o respectivo boleto de cobrança bancária.

#### 17.0 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

17.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

17.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

17.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

17.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

#### 18.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da Ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não Comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



18.2 - O resultado do presente certame, bem como os demais atos pertinentes a este procedimento licitatório, será divulgado no endereço eletrônico [www.ammoc.com.br](http://www.ammoc.com.br), link CPIMMOC e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da FECAM.

18.3 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na sede CPIMMOC, no endereço citado no preâmbulo deste edital, após a publicação da Ata de Registro de Preços.

18.4 - Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

18.5 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 3 (três) dias úteis.

18.6 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e pela Autoridade Competente à luz da legislação aplicável.

18.8 - Os preços registrados serão publicados no site dos Municípios e do CPIMMOC [www.ammoc.com.br](http://www.ammoc.com.br) link CPIMMOC e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da FECAM.

18.10 - Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto a sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails [marize@ammoc.com.br](mailto:marize@ammoc.com.br), [cpimmoc@ammoc.com.br](mailto:cpimmoc@ammoc.com.br) e [andrea@ammoc.com.br](mailto:andrea@ammoc.com.br).

18.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será Competente o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

#### 19.0 - DOS ANEXOS:

19.1 - Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Relação de Itens - Beta Auto Cotação;

ANEXO II - Declaração de atendimento ao Inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002;

ANEXO III - Declaração de cumprimento com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

ANEXO IV - Declaração de Inexistência de Impedimento Legal;

ANEXO V - Minuta do Contrato Administrativo;

ANEXO VI - Ata de Registro de Preços;

ANEXO VII - Dados do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

ANEXO VIII - Estimativa de Consumo por Órgão Participante;

ANEXO IX - Estimativa de Consumo Total dos Órgãos Participantes.

Joaçaba, SC, 09 de março de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Visto Advogado:

Nome:

OAB/SC:

#### ANEXO I

RELAÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

BETHA AUTO COTAÇÃO

Cd/ Pen drive

#### ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º

DA LEI Nº. 10.520/2002 (\*)

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

#### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº.

\_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Processo Licitatório nº 001/2015, Pregão Presencial nº 001/2015, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Nome e assinatura do responsável legal

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

#### ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Eu (nome completo) representante legal da empresa

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº

\_\_\_\_\_, interessada em participar no Processo Licitatório nº 001/2015, na modalidade de Pregão nº 001/2015, na forma presencial, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado. Declaro que cumpro com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Representante legal da Empresa

(O documento deverá ser preparado em papel timbrado da licitante, com endereço.)

#### ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

Eu \_\_\_\_\_ (nome



completo) na condição de representante legal da empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ interessada em participar no processo licitatório nº 001/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2015 - Registro de Preços nº 001/2015, instaurado pelo CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, DECLARO sob as penas da lei que, inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação no presente processo licitatório, assim como estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Assinatura do Representante legal

Nome:

Cargo:

Documento de identidade:

#### ANEXO V

#### TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ..../2015

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ..... - SC, Pessoa Jurídica de direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº ..... com sede à ..... centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor ....., Prefeito Municipal, brasileiro, ....., residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº xxxxxxxx, e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXXXX, a seguir denominada simplesmente de CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº .../2015, Pregão Presencial .../2015 E na forma do Registro de Preços nº .../2015, realizado pelo CPIMMOC que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição sob demanda e de forma parcelada de Pneus e correlatos para o Município de .....conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL OU DO SERVIÇO	QDE	UN	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
Total.....R\$						

Parágrafo Único. Integra e Completa o presente Termo de Contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do Processo Licitatório nº .../2015 realizado pelo CPIMMOC, citado ao preâmbulo deste.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:

O valor pela aquisição dos Pneus e correlatos, objeto do presente contrato é de R\$ ..... (....) cujo valor será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA, até o 20º dia do recebimento dos medicamentos, mediante emissão de nota fiscal devidamente aceita pelo Município solicitante.

§ 1º Os Pneus e correlatos deverão ser entregues em cada um dos

Municípios solicitantes no prazo de até 05 (cinco) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento;

§ 2º Os valores do presente edital serão fixos e irrevogáveis, exceto para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93;

§ 3º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na forma do parágrafo anterior.

§ 4º O presente contrato terá vigência até 31/12/2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

O pagamento do objeto do presente Contrato será com efetuado com recursos do Orçamento vigente do Município, fixados através da Lei Municipal e consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda, bem como conferir as quantidades e as condições do objeto entregue em relação ao objeto cotado e contratado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega dos Pneus e correlatos na sede da Contratante, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de Compra ou autorização de fornecimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, isolada ou conjuntamente, as seguintes penalidades:

a) Advertência.

b) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

Constituirão motivos para a rescisão contratual:

I - A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

II - A inexecução do contratado, nas hipóteses previstas no art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do mesmo, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

III - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato Unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, mediante autorização da autoridade Competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único. As aplicações das penalidades previstas na cláusula sexta, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

#### CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO: Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de ..... - SC, Estado de Santa Catarina, como Competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Joaçaba, 09 de Março de 2015.

CONTRATANTE                      CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ANEXO VI

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015  
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015  
REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

#### PREÂMBULO

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de Dois Mil e Quinze (2015), presentes de um lado, o CPIMMOC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº ....., com sede a Rua Roberto Trompowsk, nº ....., centro, na cidade de Joaçaba / SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro - SC, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e os MUNICÍPIOS de: 1. ....; 2. ....; 3. ....; ....., doravante designados ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM: Registrar os Preços para Aquisição sob demanda e de forma parcelada de PNEUS, CAMARAS DE AR E COLARINHOS, ofertados pela Empresa: ....., pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste Ato representada pelo Sr. ....

doravante denominado FORNECEDOR, decorrente do Processo Licitatório nº .... /2015, Pregão Presencial para Registro de Preços nº ... /2015, homologado pela Autoridade competente, sujeitando as Partes às determinações da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002 e publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2001 e das demais normas legais aplicáveis e, consoante as seguintes cláusulas e condições.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto da presente Ata; o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de PNEUS, CÂMARAS DE AR E COLARINHOS para uso dos Órgãos Participantes, integrantes do CPIMMOC, pelo período de 12 (doze) meses, ou até o fornecimento total das quantidades estimadas, sendo o que ocorrer anteriormente, conforme Itens da Tabela em Anexo, parte integrante deste Instrumento.

1.1.1 - O Valor Total da presente Ata está fixado em R\$ ..... ( ..... ), em conformidade com os Itens da Tabela Anexa, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

1.1.2. As quantidades Registradas na Tabela anexa são estimadas, previstas para o consumo no período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda de cada Órgão Participante.

1.1.3 - O Registro de Preços, objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador - CPIMMOC), ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da sua estimativa de consumo.

#### 2.0 DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados Completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

#### 3.0 DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

#### 4.0 DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente deste Processo de Licitação caberá ao CPIMMOC.

#### 5.0 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Empresa com Preços Registrados passará a ser denominada Detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;  
5.2. O Compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pelo Termo de Contrato, Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do Compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela Detentora da Ata.

5.3. A Detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista

na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitada pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

5.5.2. Se a detentora da Ata não puder fornecer o produto solicitado, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras e Licitações da Órgão Participante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do Empenho ou da Ordem de Fornecimento.

5.5.2.1. Os motivos pela não possibilidade de entrega serão analisados, não garantindo ao contratado isenção das penalidades previstas.

## 6.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no Orçamento vigente de cada um dos Órgãos Participantes, integrantes deste Processo Licitatório compartilhado.

## 7.0 DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o Órgão Participante efetuará o pagamento à Detentora da Ata, em até 20 (vinte) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal / Fatura, contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento, ao Setor de Compras.

7.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao Detentor da Ata, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

## 8.0 DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se, como Fiscal da Ata de Registro de Preços, os Servidores dos Órgãos Participantes, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, ao setor competente do Órgão Participante que procederá a abertura de processo Competente.

8.4. Constatando-se o recebimento, O Município efetuará o pagamento para a empresa Detentora da Ata, em até 20 (vinte) dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e Secretaria da Receita Federal, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. Caberá ao Departamento de Compras de cada Órgão Participante a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (Receita Federal).

8.7. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA Detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.8. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam

diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A área ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser Comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência do Consórcio CPIMMOC.

8.10. O valor estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade dos seguintes Órgãos Participantes e seus Fundos Municipais: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

## 9.0 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os Pneus e correlatos, objeto do presente edital serão entregues em até 05 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, no seguinte Endereço fornecido pelo Órgão Participante deste Processo Licitatório, na Rua ....., nº ....., na cidade de .....- SC.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.3. Se a Detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas, as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor Unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

## 10.0 DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 1%, (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

## 11.0 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:



I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe concedido vista ao processo.

b) Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público; devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - Comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o Comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Órgão Participante, a empresa Detentora da Ata será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial AMMOC: [www.ammoc.com.br](http://www.ammoc.com.br), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

## 12.0 DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site [www.AMMOC.org.br](http://www.AMMOC.org.br).

## 13.0 DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do Órgão Participante ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão

não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Presidente do CPIMMOC, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de Composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

## 14.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integra esta Ata, a relação dos preços registrados pelos demais proponentes, até o 3º classificado, e o nome das respectivas empresas.

14.2. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal no. 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Joaçaba em 09 de Março de 2015.

Prefeito Municipal

Contratado / Detentor da Ata

Testemunhas

## ANEXO VII

## ÓRGÃO GERENCIADOR E ENTIDADES PARTICIPANTES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

## 1. ORGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
1.1 - CPIMMOC	Rua Roberto Trompowski, nº 68 – Centro – JOAÇABA – SC.	19.678.109/0001-00	VITOR JOÃO FACCIN

## 2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
2.1 – MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.	Felipe Schimidt, 293	82.939.414/0001-45	GISA APARECIDA GIACOMIN
2.2 – MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS.	Rua 31 de Março 283	82939.471/0001-24	HILÁRIO CHIAMOLERA
2.3 – MUNICÍPIO DE LUZERNA.	Av. XVI de Fevereiro, 151	01.613.428/0001-72	MOISÉS DIERSMANN



2.4 – MUNICÍPIO DE OURO.	Rua Gov. Jorge Lacerda, 106	82.777.228/0001-57	VITOR JOÃO FACCIN
2.5 – MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS.	Rua. Leoberto Leal, 97	82.777.251/0001-41	MAURO DRESCH
2.6 – MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.	Rua Cel. Vitorio, 966 – Centro – Vargem Bonita.	95.996.187/0001-31	MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI

## ANEXO VIII

## ESTIMATIVA DE CONSUMO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

## 1.0 - ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

## 1.1- MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
ÓRGÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
01	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	04
02	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	08
03	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	04
04	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	04

05	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	02
06	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	04
07	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
08	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	08
09	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	02
ÓRGÃO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	60
11	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	60
ÓRGÃO	INFRAESTRUTURA		
12	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	02
13	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	16

14	PNEU 19.5 R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETRO-ESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	152	04
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	10
16	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	12
17	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	20
18	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	04
19	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	14
20	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	20
21	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57	02

22	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	08
23	PNEU 1000 R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78	04
24	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	02
25	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA.	84	02
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	10
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	15
28	PROTETOR 1000 - 20.	113	15
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	02
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	02
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	10
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	06
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	02
34	PROTETOR 900 - 20.	112	02
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	02
36	CONSELHO TUTELAR		
37	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	04
ÓRGÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL:		
	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	04
38	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	04

39	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	04
OUTROS	OUTROS		
40	PNEU 900 – 20 TIPO A, DIRECIONAL (liso), MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA APROXIMADO DE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02

\*O Item 40 não consta da Lista CPIMMOC, mas deve ser cotado pela descrição.

#### 1.2- MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	12
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	24
03	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	06
04	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	20
05	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	20
06	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	08
07	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	06

08	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	16
09	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	06
10	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	12
11	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	08
12	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
13	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	08
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	24
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	30

16	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	06
17	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	12
18	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA.	84	04
19	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	08
20	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	06
21	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89	04
22	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	02
23	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	04
24	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	04
25	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	04
26	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	04
27	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	04
28	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	16
29	PROTETOR 1000 – 20.	113	50

30	PROTETOR 1400 – 24.	115	12
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	12
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	16
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	08
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	04
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
36	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	08
37	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	08
38	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	12
39	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 – 24, AGRÍCOLA.	132	08
40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 24, AGRÍCOLA.	133	04
41	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 28, AGRÍCOLA.	134	04
42	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 30, AGRÍCOLA.	137	04
43	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30, AGRÍCOLA.	138	04
44	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 34, AGRÍCOLA.	139	04
45	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	04
46	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 – 24.	141	06
47	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 – 25.	142	06
48	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 – 24.	143	12
49	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75 R17.5 BICO LONGO.	161	08
50	PNEU 10.00 – 16 TIPO A, 10 LONAS, FRISADO, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
51	PNEU 18.4-26 TIPO A, AGRÍCOLA, 12 LONAS, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
52	PNEU 23.1-26 COM O MÍNIMO DE 14 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR, COM GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
53	CÂMARA DE AR, PARA PNEU 18.4/26.	NT*	04
54	CÂMARA DE AR, PARA PNEU 1000 – 16.	NT*	04

\*Os Itens 50, 51, 52, 53 e 54 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.



## 1.3- MUNICÍPIO DE LUZERNA

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	20
02	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVA-VADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92	10
03	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS.	109	15
04	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	10
05	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	10
06	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	15
07	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	25
08	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	25
09	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	10
10	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90	10
11	PNEU 185/55 R15 TIPO A, INDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	162	14
12	PNEU 205/55 R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGO 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	28	20

13	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	20
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	20
15	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	10
16	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	70	40
17	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	10
18	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	20
19	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	14
20	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	48
21	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	20
22	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	24

23	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	52
24	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	20
25	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	12
26	PNEU 185/60 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	22	04
27	PROTETOR 1000 - 20.	113	80
28	PROTETOR 900 - 20.	112	100
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	25
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	05
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	05
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22.5.	154	40
33	PROTETOR 275/80 R22.5	NT*	40
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	25

\*O Item 33 não consta da Lista CPIMMOC, mas deve ser cotado pela descrição.

#### 1.4- MUNICÍPIO DE OURO

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	38
02	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	16
03	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	20
04	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	04

05	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	10
06	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	16
07	PNEU 225/65 R16 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	08
08	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	08
09	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	02
10	PNEU 900 - 20 TIPO A, DIRECIONAL (liso), MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA APROXIMADO DE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
11	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	04
12	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	155	06
13	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	12
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	12

15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	40
16	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTO-NIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	28
17	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	02
18	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	06
19	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	02
20	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	02
21	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	02
22	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	04
23	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	04
24	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	04
25	PNEU 750 R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	148	14
26	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	04
27	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR.	91	02
28	PROTETOR 1000 - 20.	113	40
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	40
30	PROTETOR 1400 - 24.	115	28
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	28
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	16
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	04
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22.5.	154	14

35	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24, AGRÍCOLA.	133	02
36	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24, AGRÍCOLA.	132	02
37	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30, AGRÍCOLA.	137	02
38	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34, AGRÍCOLA.	139	02
39	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25.	142	02
40	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24.	141	02
41	PROTETOR 275/80 R22.5	NT*	14

\*Os Itens 07,10 e 41 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.

#### 1.5- MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMOC	QUANTIDADES
01	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	10
02	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	10
03	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	10
04	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	10
05	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81	10
06	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	10
07	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	10
08	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	30
09	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	28
10	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	28

11	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	20
12	PNEU 245/45 R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PLE INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	31	16
13	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	10
14	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	50
15	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	50
16	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54	10
17	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	16
18	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	10
19	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	10
20	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	10
21	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	10

22	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	10
23	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	10
24	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	04
25	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	06
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	30
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24.	143	10
28	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	06
29	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	02
30	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	04
31	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	04
32	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24, AGRÍCOLA.	132	04
33	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30, AGRÍCOLA.	137	04
34	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	08
35	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25.	116	04
36	PROTETOR 1400 - 24.	115	04
37	PROTETOR 1000 - 20.	113	40
38	PROTETOR 750 -16.	111	06
39	PROTETOR 900 - 20.	112	10
ÓRGÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
40	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	08
41	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	12
42	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	08
43	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	20
44	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	08
45	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	08



46	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	08
47	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	12
48	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	10

## 1.6- MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM DA LISTA CPIMMO	QUANTIDADES
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	08
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	16
03	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	08
04	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	16
05	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	08
06	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	16
07	PNEU 195/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	24	08
08	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	08
09	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	04

10	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	08
11	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	08
12	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	08
13	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	08
14	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	08
15	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	08
16	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (LISO).	58	16
17	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (BORRACHUDO)	59	18
18	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (LISO)	69	04
19	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.(BORRACHADO)	71	16

20	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLANTAMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	16
21	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	02
22	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	02
23	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	08
24	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	08
25	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	08
26	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	02
27	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106	08
28	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	08
29	225/55 R16 TIPO A – ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04
30	PNEU 225/65R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	16

\*Os Itens 29 e 30 não constam da Lista CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição.

Joaçaba, .... de ..... de 2015  
VITOR JOÃO FACCIN  
Presidente do CPIMMOC

## ANEXO IX

## ESTIMATIVA DE CONSUMO TOTAL DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC: Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC: Nº 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC: Nº 001/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº DA LISTA CPIMMOC 001/2015	QUANTIDADE ESTIMADA DE CONSUMO
01	PNEU 165/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	12	62
02	PNEU 175/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	13	174
03	PNEU 185/70 R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
04	PNEU 175/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	15	18
05	PNEU 175/70 R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	16	56
06	PNEU 175/70 R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	17	124
07	PNEU 185/60 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19	60
08	PNEU 185/65 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	20	64
09	PNEU 185/60 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	22	04
10	PNEU 185/65 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	23	40

11	PNEU 195/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	24	08
12	PNEU 195/65/ R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	26	36
13	PNEU 205/55 R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGO 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADOPELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	28	20
14	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	29	12
15	PNEU 225/65 R17 TIPO A, PRODOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	30	16
16	PNEU 245/45 R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PLE INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	31	16
17	PNEU 185 R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	32	46
18	PNEU 205/70 R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDIE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35	36
19	PNEU 225/70 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36	14
20	PNEU 205/75 R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41	156
21	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51	36

22	PNEU 215/75 R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	52	12
23	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	53	28
24	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54	10
25	PNEU 750-16 TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56	22
26	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	57	02
27	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	58	16
28	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	59	18
29	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61	41
30	PNEU 900 R20 TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62	47

31	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63	118
32	PNEU 1000 R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	65	164
33	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69	60
34	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	70	40
35	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71	48
36	PNEU 1000 R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	78	04
37	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81	10
38	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	82	26
39	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	83	22
40	PNEU 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETRO-ESCAVADEIRA.	84	16

41	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86	34
42	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	88	20
43	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	89	04
44	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	90	10
45	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO COMPACTADOR.	91	02
46	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92	10
47	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94	10
48	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	95	14
49	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	96	26
50	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	97	20
51	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	98	18
52	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	99	30
53	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	100	32
54	PNEU 1400 R24, TIPO A, PARA MOTO-NIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	105	70



55	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106	08
56	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	107	18
57	PROTETOR 750 -16.	111	06
58	PROTETOR 900 - 20.	112	115
59	PROTETOR 1000 – 20.	113	225
60	PROTETOR 1400 – 24.	115	44
61	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25.	116	04
62	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL.	117	18
63	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL.	118	22
64	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL.		
65	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16.	121	18
66	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5.	122	10
67	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20.	123	49
68	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20.	124	165
69	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO.	126	30
70	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO.	127	10
71	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA.	128	16
72	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 – 24, AGRÍCOLA.	132	14
73	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 24, AGRÍCOLA.	133	06
74	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 – 28, AGRÍCOLA.	134	04
75	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 30, AGRÍCOLA.	137	10
76	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30, AGRÍCOLA.	138	04
77	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 – 34, AGRÍCOLA.	139	06

78	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18.	140	15
79	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 – 24.	141	15
80	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 – 25.	142	08
81	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 – 24.	143	85
82	PNEU 750 R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	148	14
83	PNEU 19.5 R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	152	04
84	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80 R22,5.	154	55
85	PNEU 275/80 R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	155	06
86	PROTETOR PARA PNEU 215/75 R17.5.		
87	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75 R17.5 BICO LONGO.	161	08
88	PNEU 185/55 R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	162	14
89	PNEU 900 – 20, TIPO A, DIRECIONAL (liso) MÍNIMO 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA ENTRE 137 A 146, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04
90	PNEU 10.00 – 16 TIPO A, 10 LONAS, FRISADO, AGRÍCOLA, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
91	PNEU 18.4 – 26 TIPO A, AGRÍCOLA, 12 LONAS, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
92	PNEUS 23.1-26, COM O MÍNIMO DE 14 LONAS, COM GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	02
93	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4/26.	NT*	04
94	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-16.	NT*	04
95	PROTEROR 275/80 R22.5	NT*	55

96	PNEU225/55 R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 95, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	04
97	PNEU 225/65 R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	NT*	16

\*Os itens 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 não constam da LISTA CPIMMOC, mas devem ser cotados pela descrição da Tabela acima.

Joaçaba (SC), 09 de Março de 2015.

MARIZE COLETTI

Diretora Executiva CPIMMOC

#### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO  
JOAÇABA – SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015  
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 001/2015  
REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC Nº 001/2015

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro – SC, Presidente do CPIMMOC, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público a realização de Licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial, visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, com fornecimento por demanda e de forma parcelada para os seguintes Municípios Participantes, e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) Luzerna; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 23 de Março 2015 às 13:30 horas na sede da AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC,

Informações: Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails marize@ammoc.com.br; cpimmoc@ammoc.com.br e andreia@ammoc.com.br.

Joaçaba, 09 de Março de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº2601

DECRETO Nº. 2601/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0332 - Transf. de Convênios União/Educação E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 72.180,64 (Setenta e dois mil, cento e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04.01 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
12.365.1204.2.23 - Manutenção da Educação Infantil		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0332	R\$	72.180,64

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando nos Exercícios Anteriores na Fonte de Recursos acima identificadas (Convênios 656386 e 700774), no valor Total R\$ 72.180,64 (Setenta e dois mil cento e oitenta reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

#### DECRETO Nº2602

DECRETO N.º 2602/2015

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou de Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Clarice Narciso dos Santos Costacurta.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário, em especial DC. 2586/2015 de 03 de fevereiro de 2015.

Ouro Verde - SC, em 03 de março de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2603

DECRETO Nº. 2603/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NAS FONTES DE RECURSOS:  
0362 - Transf. Conv. Estado, 0364 - Transf. Conv. Estado (outros não rel. a Educ. Saúde e Assistência Social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 13.075,13 (Treze mil e setenta e cinco reais e treze centavos), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

2001 – GABINETE DA PREFEITA E VICE-PREFEITO		
6.182.602.2.5 – Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0364	R\$	11.271,64
4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12.361.1201.2.16 – Manutenção do Ensino Fundamental		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0362	R\$	1.803,49

Art. 2º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior nas Fontes de Recursos acima identificadas, no valor Total R\$ 13.075,13 (Treze mil e setenta e cinco reais e treze centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 06 de Março de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2604

DECRETO N.º 2604/2015

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Determinada a entrada em vigor a partir de 16 de março de 2015, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especifica:

Matutino: 07:45 hs. às 11:45 hs;  
Vespertino: 13:15 hs. às 17:15 hs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 11 de março de 2015.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

### EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº009/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa TRR GI-LIOLLI LTDA.

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel B S 500 comum) para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde-SC. Valor total registrado R\$:625.170,00,00. Data da assinatura:24/02/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 24 de fevereiro de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0025/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LEANDRI DOLI MAGEDANZ - ME

Objeto: Prestação de serviço de assessoria de imprensa compreende-se as seguintes ações: projetos de assessoria, planejamento de mídia, elaboração e envio de reais, contatos telefônicos, visitas às redações e acompanhamentos de entrevistas e/ou eventos. No período de março à dezembro de 2015. Valor certo e ajustado de R\$:7.959,00 (sete mil novecentos e cinquenta e nove reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 05 de março de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0015/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa POSTO OURO VERDE LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra para conserto de pneus, montagem de pneus e troca de pneus para as secretarias de Administração,

Gabinete da Prefeita, Agricultura, Fundo Municipal de Assistencial Social, Fundo Municipal de Saúde, Educação, Transporte escolar, Infra-Estrutura e Setor rodoviário deste Município. Valor total registrado R\$:5.310,00. Data da assinatura:05/03/2015. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de março de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

**EXTRATO CONTRATO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0097/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

Objeto: Aquisição de produtos perecíveis para confraternização em comemoração as festividades natalinas.. Valor certo e ajustado de R\$:7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 12 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.25/2015, no dia 24 de Março de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº25/2015 tem como objeto à aquisição de Moto Aquática com prancha de salvamento, carreta rodoviária e carreta para manobras, para o Corpo de Bombeiros do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 11 de Março de 2015. Pregoeiro.

### CÂMARA MUNICIPAL

**TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015**

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 002/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPTAÇÃO, GRAVAÇÃO EM VIDEO E TRANSMISSÃO VIA INTERNET DAS SESSÕES AO VIVO, ORDINÁRIAS, SOLENES, ORDINÁRIAS COM SOLENIDADE, EXTRAORDINÁRIAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, de conformidade com a Solicitação nº ----/2015, expedida pelo Senhor Otávio Marcelino Martins Filho, Presidente da referida Unidade Gestora, através da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 051/2015, publicada na data de 18 de fevereiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL - LOTE ÚNICO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

A sessão pública da Tomada de Preços terá início na data, horário e endereço abaixo discriminados:

DATA: 27/03/2015.

HORÁRIO: 09h00min

ENDEREÇO: CMP - Setor de Compras e Licitação - Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282.

**1 - DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da melhor proposta para a prestação de serviços “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA



ESPECIALIZADA PARA CAPTAÇÃO, GRAVAÇÃO EM VIDEO E TRANSMISSÃO VIA INTERNET DAS SESSÕES AO VIVO, ORDINÁRIAS, SOLENES, ORDINÁRIAS COM SOLENIDADE, EXTRAORDINÁRIAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA", conforme as condições e especificações constantes do presente Edital e seus Anexos.

1.2 A captação, gravação e transmissão das Sessões plenárias ordinárias, em número mínimo de 08(oito) mensais, com duração aproximada (para mais ou para menos) de 3 (três) horas cada, ao vivo, via internet, com acesso ilimitado, todas as segundas e terças feiras, a partir das 19 horas e quando convocada a empresa para prestar serviços nas sessões extraordinárias, solenes, audiências públicas e ordinárias com solenidade, podendo a média mensal atingir 12 sessões plenárias de transmissão.

1.2.1 Em caso fortuito e/ou de força maior, que impeça a realização das sessões ordinárias nos dias e horário acima fixados, a(s) proponente(s) deverá(ão) executar os serviços contratados em dias diversos, sem custo para a CMP. De igual forma quando ocorrer a suspensão de expediente externo, decorrente de feriados e pontos facultativos.

1.2.2 A cobertura de sessões extraordinárias e de audiências públicas, dada a esporadicidade e por não obedecerem a um calendário pré-fixado, deverão ser formalizadas a empresa com antecedência mínima de 12 horas para prestação dos serviços.

1.3 O período de captação, gravação e transmissão coberto por esta licitação será compreendido entre os meses de março a dezembro do exercício de 2015.

1.4 As imagens capturadas de cada sessão, deverão estar disponíveis através do site da Câmara Municipal 48 horas após a respectiva transmissão.

1.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais técnicos, semanalmente, todas às segundas e terças-feiras e quando convocada, com antecedência mínima de 1h30min (uma hora e trinta minutos) antes das sessões, a fim de testar e ajustar os equipamentos indispensáveis para a boa captação, gravação e transmissão das Sessões, de conformidade com o ANEXO I - termo de referência deste Edital.

1.6 A CMP permitirá o acesso dos técnicos da empresa vencedora para execução dos serviços de instalação e difusão, bem como, prestará todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços ora contratados.

1.7 A empresa vencedora compromete-se a prestar, ao serviço de comunicações deste Legislativo, toda a assistência técnica necessária para qualificação dos serviços de captação, gravação e transmissão, além de realizar todo o serviço de infra-estrutura técnica necessário para a execução do objeto deste edital.

## 2 - DOS ANEXOS DO EDITAL

2.1 - Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Modelo da Proposta Comercial;
- c) ANEXO III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração que não emprega menores;
- e) ANEXO V - Declaração de Idoneidade;
- f) ANEXO VI - Declaração Comprobatória de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VII - Minuta do Contrato.

## 3 - DAS SANÇÕES

3.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - Advertência;

II - Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso da não conclusão dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato;

III - Suspensão:

a) por até 30 (trinta) dias, quando vencido o prazo de recurso contra a pena de advertência emitida pela CMP e a contratada permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a licitante interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o Contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a contratada motivar a rescisão total ou parcial do Contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a licitante praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

V - Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a CMP considerará, motivadamente, a gravidade da falta seus efeitos, bem como, os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 4 - DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Para participarem da presente Tomada de Preços, os licitantes deverão apresentar Setor de Compras e Licitação da CMP, 02 (dois) envelopes, devidamente lacrados, contendo no envelope nº 1 os documentos de "HABILITAÇÃO" e no envelope nº 2 a "PROPOSTA".

4.2 Os envelopes deverão conter na parte externa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2015.  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA  
TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2015.  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:  
LOTE UNICO

4.3 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem tradução para a língua portuguesa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, sob pena de desclassificação do certame licitatório.

4.4 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por

Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Comissão de Licitação, sob pena de desclassificação do certame licitatório.

#### 5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 Para habilitação será necessária a apresentação da seguinte documentação, dentro de seus respectivos prazos de validade:

- a) Certidão Negativa de Débitos - Municipal;
- b) Certidão Negativa de Débitos - Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débitos - Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal - FGTS;
- f) Certidão Negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- g) Comprovante de Inscrição regular junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ;
- h) Certidão de Concordata ou Falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

5.2 A empresa vencedora e em débito com o município fica condicionada a efetuar encontro de contas para sua quitação.

5.3 Também serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, desde que estejam dentro do devido prazo de validade.

5.4 As licitantes também deverão entregar devidamente preenchidos, datados e assinados, além do respectivo carimbo de quem os assinou, os Anexos II, III IV, V, VI que fazem parte deste Edital de Licitação.

5.4.1 Para participar do certame, a(s) empresa(s) poderá(ão) fazer-se presentes, através de seu representante, das seguintes maneiras:

a) tratando-se de representante legal, o registro comercial ou o documento constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público, da qual constem poderes específicos para emitir proposta, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

5.4.2 O representante legal ou seu procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5.4.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte que pretendam usufruir os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão enviar, obrigatoriamente, incluso no envelope nº 1 (Habilitação), declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º do art. 3º, conforme modelo do Anexo VI.

5.4.5 A não apresentação da declaração de que trata o Anexo VI leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 ou não se enquadram nesta categoria jurídica;

5.4.6 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

ainda, implicará na aplicação da penalidade de suspensão de até 24 meses, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### 6 - DA PROPOSTA

6.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, devidamente assinada e constando em seu texto prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

6.2 O modelo de tabela da proposta a ser apresentada consta no Anexo II deste Edital de Licitação.

#### 7 - DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

7.1 Apreciação dos Documentos de Habilitação:

7.1.2 Os Documentos de Habilitação serão examinados pela Comissão de Licitação, na fase de Abertura e Julgamento das Habilitações, que julgará habilitadas as licitantes que atenderem a todos os requisitos estabelecidos para este fim, na presente licitação.

7.1.3 A documentação será rubricada pela Comissão e pelos representantes legais presentes devidamente credenciados.

7.1.4 Será julgada inabilitada a licitante que não apresentar qualquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com as normas desta licitação.

7.1.5 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.1.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério exclusivo da Comissão de Licitação.

7.1.7 A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito da Microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à material (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à CMP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

7.1.8 Os Envelopes Nº 02 - Proposta de Preços deverão ser rubricados pelos presentes, permanecendo intactos, aguardando a tramitação normal do processo licitatório.

7.1.9 Julgada a habilitação e, em não havendo renúncia expressa ao direito de recurso, por todas as licitantes, e expirado o prazo para interposição de recursos e/ou julgamento daqueles eventualmente interpostos, a Comissão de Licitação marcará nova data para abertura.

7.2. Desde que cumpridas às exigências legais, os ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS poderão ser abertos na mesma sessão de julgamento da habilitação.

#### 7.3 Julgamento das Propostas de Preços

7.3.1 As propostas de preços serão examinadas pela Comissão de Licitação, na fase de Abertura e Julgamento das Propostas de preços, que julgará classificadas as licitantes que atenderem a todos os requisitos estabelecidos para este fim, na presente licitação.

7.3.2 Somente serão abertas as Propostas de Preços das empresas licitantes habilitadas.

7.3.3 Será desclassificada a Proposta de Preços à qual for constatado:

- a) o não-atendimento das condições estabelecidas nesta licitação e seus anexos;
- b) a fixação de condicionantes para a prestação dos serviços;
- c) forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;
- d) a oferta de preços excessivos, assim considerados aqueles que forem superiores ao preço máximo que a CMP se propõe a pagar, ou manifestamente inexecutável, assim considerado aqueles que se mostrarem desconformes com os preços correntes de mercado;
- e) não apresentação de proposta de preço para todos os serviços constantes no lote único do Anexo I - Termo de Referência - da presente licitação;
- f) apresentar proposta que desatenda o modelo especificado no Anexo I e II.

7.3.4 Será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL - LOTE ÚNICO, dentre as classificadas.

7.3.5 Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pela mesma Comissão, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

7.3.6 - Na licitação será assegurada, como critério de desempate, conforme disposto no art.44 da Lei Complementar nº 123/06, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.3.7 Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.3.8 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LCP nº 123, de 14 de dezembro de 2006 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.9 O disposto no subitem 8.5.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.5.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## 8 - DO RECURSO E DA ADJUDICAÇÃO

8.1 A eventual interposição de recursos referente a presente licitação deverá efetivar-se no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da publicação do resultado, por meio de petição dirigida à presidência da respectiva Comissão de Licitação, protocolado na sede da CMP na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88-132-282.

8.2 Não será admitido o encaminhamento de recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, somente por intermédio de petição protocolada no Setor de Licitações e dirigida à Presidente da CPL da Câmara Municipal de Palhoça, no prazo legal estabelecido.

8.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Presidente da Câmara homologará o procedimento e determinará a contratação.

8.4 O recurso contra decisão da Comissão de Licitação, não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5 A adjudicação e a homologação serão feitas pela totalidade do objeto.

## 9 - DO FORNECIMENTO DOS ELEMENTOS

9.1 A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, através do Setor de Licitações, fornecerá cópia do Edital e seus anexos, especificações do objeto a ser adquirido e demais elementos necessários, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, no endereço declinado no preâmbulo deste Edital ou através do site [www.cmp.sc.gov.br/licitacao](http://www.cmp.sc.gov.br/licitacao), sem nenhum custo.

## 10 - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.1 Fica adotado para este certame, o critério de aceitabilidade do menor preço global - LOTE ÚNICO.

## 11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura do Termo de Contrato, cuja minuta integra o presente edital como Anexo VII.

11.2 A vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer no Setor de Licitações da Câmara Municipal para assinar o respectivo termo de contrato.

11.3 Quando a vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a documentação demonstrando a situação regular de que trata o anexo V, ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, com vistas a celebração da contratação.

## 12 - DOS PREÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 Os preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis durante a vigência dos primeiros 12 (doze) meses do Contrato.

12.2 O Contrato a ser firmado entre a vencedora da presente Licitação e a Câmara Municipal de Palhoça terá validade a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, conforme modelo do Anexo VII, podendo ser prorrogado nos moldes previstos na Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

## 13 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

a) Forma de Pagamento: Até décimo dia do mês seguinte, desde que a documentação solicitada no item 12.2 esteja regular e que, não haja nenhuma pendência para entrega dos serviços e materiais solicitados.

b) Forma de Reajuste: Não haverá reajuste nos primeiros 12 (doze) meses.

13.2 Mensalmente, a empresa vencedora da Licitação deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, a documentação constante no item 5.1.

**14 - RECURSOS FINANCEIROS**

14.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas sob n.º: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

14.2 O valor global estimado pela Câmara Municipal de Palhoça para a presente licitação é de até R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil) reais, a partir da assinatura do respectivo contrato até 31/12/2015, para contratação de empresa especializada para captação, gravação em vídeo e transmissão via internet das sessões ao vivo, ordinárias, solenes, ordinárias com solenidade, extraordinárias, audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Palhoça.

**15 - DA RESCISÃO**

15.1 Para a rescisão do contrato gerado por esta Licitação, aplica-se no que couber as disposições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

**16- DO FORO**

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC para dirimir todas as questões desta Tomada de Preços, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

16.2 Não serão aceitos outros Foros diferentes do estabelecido no item anterior, por mais privilegiados que possam ser.

**17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de rejeitar uma, várias ou todas as propostas, desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com as exigências do presente Edital, dispensar formalidades omitidas, ou relevar irregularidades sanáveis.

**18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 Das sessões públicas de processamento da Licitação serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes.

18.3 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

18.4 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como as propostas, serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes.

18.5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação estadual, no mural e no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Palhoça.

18.6 Até 2 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da presente Licitação.

18.7 A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até vinte e quatro horas, contadas da apresentação.

18.8 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.9 Os casos omissos da presente Licitação serão solucionados pela Comissão de Licitação.

18.10 Para o conhecimento público expede-se o presente edital, que é publicado no Diário Oficial dos Municípios, em jornal de grande circulação, no mural oficial da CMP e no sítio eletrônico <www.cmp.sc.gov.br>.

Palhoça, 11 de março de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho

PRESIDENTE DA CÂMARA

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

TOMADA DE PREÇOS N.002/2015

**ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para captação, gravação, transmissão em vídeo das sessões ao vivo, ordinárias, solenes, ordinárias com solenidade, extraordinárias, audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal de Palhoça, conforme descrito nos lotes abaixo:

**LOTE UNICO** Serviços/materiais

A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços/materiais:

- Inclusão do nome dos Vereadores em tempo real na transmissão ao vivo.

- Entregar uma copia do vídeo em DVD ou mídia digital editada e outra cópia integral num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas entregue a Gerencia de Informática da CMP.

- 12(doze) será o número máximo de sessões ao mês.

- É de responsabilidade da empresa em comparecer nas datas de sessões ordinárias e extraordinárias quando convocada no Plenário. Em caso da sessão não for convocada no Plenário fica a contratante obrigada a comunicar com antecedência de no mínimo 24 horas.

- Gerenciamento e Operação da Tv Interna, para exibição das sessões ao vivo, gravadas e Campanhas institucionais da Câmara Municipal.

- Transmissões via internet das sessões ao vivo na Câmara e Sessões a serem realizadas nos bairros assim como Audiências Públicas e Sessões solenes.

- Colocar o vídeo editado no site, no prazo 48 horas, a contar da realização do evento citado, em sistema de vídeos on-demand por data e mês juntamente com cadastro de informações como atas, pautas ou documentos relevantes a sessão na web site.

- O Link on-demand terá que fica a disposição da TV Câmara 24 horas, mesmo no horário de sessão.

- Uma Pagina de Internet subdomínio para webtv totalmente gerenciada, com opção de busca de vídeo por data e assunto e opção de vídeo para download.

- A resolução de vídeo mínima para a transmissão e serviço on-demand é de 720p.

- A transmissão ao vivo e o serviço on-demand devem funcionar em qualquer tipo de plataforma de computadores e dispositivos móveis como smartphone e tablets.

Materiais mínimos para a transmissão e gravação das sessões:

- Duas câmeras de vídeo digitais profissionais.

- Uma mesa de corte digital de 4 canais.

- Dois DVD Record.

- Uma mesa de áudio 04 canais;

- Um vídeo digital;

- Iluminação, tripés, cabos, etc.

- Um diretor de imagem/supervisor operacional.

- Um cinegrafista/editor.

- Um cinegrafista

- Uma mesa de caracteres.

- Computador com processador de no mínimo 4(quatro) núcleos, placa de vídeo de 1gb de memoria 512bits off-board, memória



de 8gb DDR3, Hard Disk de 1TB, placa de recepção de TV com qualidade Full HD (1980X1080).

- Nobreak para garantir funcionamento de todo equipamento da transmissão por no mínimo 3 horas.
- O servidor de streaming deve ser dedicado e com capacidade para 1000 (um mil) espectadores simultâneos com taxa de transferência de até 2336kbps bitrate.

Visando garantir a qualidade dos equipamentos e serviços apresentados na respectiva proposta de preços a CPL exigirá especificação técnica e marca dos mesmos.

Palhoça, 11 de março de 2015.  
Otávio Marcelino Martins Filho  
Presidente

ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA: .....  
CNPJ Nº .....  
ENDEREÇO: .....  
FONE/FAX DA EMPRESA: .....  
DADOS BANCARIOS: .....

A proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I da Tomada de Preços nº..../2015.

LOTE UNICO	Serviços/materiais	Descrição/marca
	<p>A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços/materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão do nome dos Vereadores em tempo real na transmissão ao vivo.</li> <li>- Entregar uma copia do vídeo em DVD ou mídia digital editada e outra cópia integral num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas entregue a Gerencia de Informática da CMP.</li> <li>- 12(doze) será o número máximo de sessões ao mês.</li> <li>- É de responsabilidade da empresa em comparecer nas datas de sessões ordinárias e extraordinárias quando convocada no Plenário. Em caso da sessão não for convocada no Plenário fica a contratante obrigada a comunicar com antecedência de no mínimo 24 horas.</li> <li>- Gerenciamento e Operação da Tv Interna, para exibição das sessões ao vivo, gravadas e Campanhas institucionais da Câmara Municipal.</li> <li>- Transmissões via internet das sessões ao vivo na Câmara e Sessões a serem realizadas nos bairros assim como Audiências Públicas e Sessões solenes.</li> <li>- Colocar o vídeo editado no site, no prazo 48 horas, a contar da realização do evento citado, em sistema de vídeos on-demand por data e mês juntamente com cadastro de informações como atas, pautas ou documentos relevantes a sessão na web site.</li> <li>- O Link on-demand terá que fica a disposição da TV Câmara 24 horas, mesmo no horário de sessão.</li> <li>- Uma Pagina de Internet subdomínio para webtv totalmente gerenciada, com opção de busca de vídeo por data e assunto e opção de vídeo para download.</li> <li>- A resolução de vídeo mínima para a transmissão e serviço on-demand é de 720p.</li> <li>- A transmissão ao vivo e o serviço on-demand devem funcionar em qualquer tipo de plataforma de computadores e dispositivos móveis como smartphone e tablets.</li> </ul> <p>Materiais mínimos para a transmissão e gravação das sessões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Duas câmeras de vídeo digitais profissionais.</li> <li>- Uma mesa de corte digital de 4 canais.</li> <li>- Dois DVD Record.</li> <li>- Uma mesa de áudio 04 canais;</li> <li>- Um vídeo digital;</li> <li>- Iluminação, tripés, cabos, etc.</li> <li>- Um diretor de imagem/supervisor operacional.</li> <li>- Um cinegrafista/editor.</li> <li>- Um cinegrafista</li> <li>- Uma mesa de caracteres.</li> <li>- Computador com processador de no mínimo 4(quatro) núcleos, placa de vídeo de 1gb de memoria 512bits off-board, memória de 8gb DDR3, Hard Disk de 1TB, placa de recepção de TV com qualidade Full HD (1980X1080).</li> <li>- Nobreak para garantir funcionamento de todo equipamento da transmissão por no mínimo 3 horas.</li> <li>- O servidor de streaming deve ser dedicado e com capacidade para 1000 (um mil) espectadores simultâneos com taxa de transferência de até 2336kbps bitrate.</li> </ul>	
Valor total do lote	<p>.....R\$..... (XXXXXXXXXX)</p>	

Será exigido pela CPL na apresentação da proposta a marca dos equipamentos, visando garantir a qualidade dos serviços a serem contratos.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60(SESSENTA) DIAS.

Palhoça SC, ..... de ..... 2015.  
Proponente  
Cargo/função  
CPF:

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório relativo à TOMADA DE PREÇOS nº ...../2015 da Câmara Municipal de Palhoça, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

OBS.: Identificar o signatário.

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES (modelo conforme Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002)

TOMADA DE PREÇOS Nº ...../2015.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( \_\_\_\_\_ ).

(marcar com um "x" o espaço acima, em caso afirmativo)

Palhoça, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

OBS.: Identificar o signatário.

## ANEXO V

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

TOMADA DE PREÇOS Nº .....2015

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça (SC)

Declaramos para fins de direito, na qualidade de proponente do Procedimento Licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Palhoça, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS Nº ...../2015

## DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO

## MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, está enquadrada na categoria \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte), bem como não está incluída nas hipóteses do § 4º, do art.3º, da Lei supracitada.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

## ANEXO VII

## MODELO DE MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial Pagani, passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa (nome da Contratada) com sede à (endereço da contratada), inscrita no CNPJ sob nº (Nº do CNPJ da contratada), Inscrição Estadual (Nº de inscrição da contratada), neste ato representado pelo Sr. (nome do representante da contratada), doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores.

## CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA \_\_\_\_\_, conforme as condições e especificações constantes do presente Edital e de seus Anexos.

1.2 A \_\_\_\_\_ das Sessões Plenárias, em número de 08 (oito) mensais, com duração aproximada (para mais ou para menos) de 3 (três) horas cada, ao vivo, via internet, com acesso ilimitado, todas as segundas e terças feiras, a partir das 19 horas e quando requisitado a empresa a transmissão das sessões extraordinárias, especiais, audiências públicas, não ultrapassando o número de 12 sessões mensais.

1.2.1 Em caso fortuito e/ou de força maior, que impeça a realização das sessões ordinárias nos dias e horário acima fixados, a proponente deverá executar os serviços contratados em dias diversos, sem custo para a CMP. De igual forma quando ocorrer a suspensão de expediente externo, decorrente de feriados e pontos

facultativos.

1.2.2 A cobertura de sessões extraordinárias e de audiências públicas, por serem esporádicas e não obedecerem a um calendário pré-fixado, deverão ser requisitadas formalmente com antecedência mínima de 24 horas antes da sessão plenária.

1.2.3 O período de \_\_\_\_\_, coberto por esta licitação será compreendido entre os meses de março a dezembro do exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente instrumento terá vigência a contar de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015 até 31/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período, nos moldes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, desde que a soma das parcelas não ultrapasse a modalidade da licitação realizada para contratação dos serviços constantes da Cláusula Primeira deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Para os valores e as condições de pagamento serão seguidas as seguintes condições:

- a) Os valores devidos de forma mensal serão pagos até o dia 10 do mês seguinte ao da prestação do serviço, objeto deste contrato, devendo o documento fiscal ser datado no mês da apresentação;
- b) Nos primeiros 12 (doze) meses de vigência deste contrato, sob nenhuma hipótese haverá qualquer tipo de reajuste.
- c) O valor do contrato será de R\$ .....(..... )

#### CLÁUSULA QUARTA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

4.1 - Mensalmente, junto à apresentação da Nota Fiscal, deverá ser entregue a seguinte documentação, dentro de suas respectivas validades:

- a) Certidão Negativa do INSS;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS;
- c) Certidão Negativa Municipal;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa Federal;
- f) Certidão de Concordata ou Falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

4.2 - Também serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, desde que estejam dentro do devido prazo de validade.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da Transmissão das Sessões da Câmara Municipal de Palhoça, objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pela prestação do serviço prestado, objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados;
- b) Franquiar o acesso dos técnicos e funcionários da CONTRATADA as áreas de trabalho necessárias para a instalação dos equipamentos de \_\_\_\_\_ das Sessões da Câmara Municipal Palhoça, bem como facilitar a permanência dos mesmos durante a \_\_\_\_\_ das referidas Sessões, objeto deste contrato;
- c) Averiguar a documentação apresentada quando do pagamento à CONTRATADA num prazo não superior a 48 horas contadas da apresentação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1 - Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar os equipamentos necessários à \_\_\_\_\_, objeto deste contrato;

b) Manter as certidões negativas e a escrituração contábil devidamente em dia, sob pena de rescisão contratual, conforme Art. 78 e incisos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

c) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a manutenção dos equipamentos, de \_\_\_\_\_ das Sessões da Câmara Municipal de Palhoça, cabendo a CONTRATANTE apenas a manutenção dos equipamentos de propriedade desta e que já estejam instalados nas dependências da Câmara;

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1 - A prestação de serviços, não cobertas pelo presente contrato, será especificado em contrato aditivo a este, devendo ser detalhado com as referidas características, bem como os valores respectivos e a justificativa necessária para sua cobrança a parte.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b) Os casos de rescisão, administrativa ou amigável, serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

1.1 - As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da Comarca de Palhoça para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

11.2 - E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Palhoça /SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Otávio Marcelino Martins Filho      Contratada  
Pres. Câmara Municipal de Palhoça

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **2º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2015. Retificação ao extrato do edital 016/2015 publicado na edição nº 1699 no dia 10/03/2015, página nº 441, do Diário Oficial dos Municípios; onde lê-se "Papanduva, 10 de março de 2015", leia-se: Papanduva, 09 de março de 2015.

Papanduva/SC, 11 de março de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0023/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0016/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0016/2015 - Objeto - A presente licitação tem por objeto a aquisição de peças e a contratação de mão-de-obra para o conserto parcial do motor de uma escavadeira hidráulica, JS 130 JCB. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 do dia 25 de março de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone 0\*\*49- 3437-0010.

Passos Maia, 11 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO: Processo nº. 022/2015; DL nº. 07/2015; Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri; Cnpj: 83.052.191/0026-10; Objeto: A Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Valor estimado: R\$ 20.410,30 (vinte mil quatrocentos e dez reais e trinta centavos)

Paulo Lopes, 09 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 023/2015; IL nº. 01/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL ; Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA; CNPJ nº: 00.456.865/0001-67; Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de software como serviço do aplicativo PONTO com acessos simultâneos em ambiente Windows e PONTUAL FLY, com acessos ilimitados em ambiente Web. Data da Assinatura: 11/03/2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 103/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº003/2015, resolve;

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Daiana Paula Sangaletti, brasileira, portadora do CPF nº 058.276.339-84, matrícula nº 11113, para atuar no cargo de Enfermeira - a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 02/03/2015 em substituição da Elize Terezinha Jorge, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 104/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Zélia Maria de Souza Santos, brasileira, portadora do CPF nº 552.324.009-59, matrícula nº 685, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 27/02/2015 á 13/03/2015, encaminhando a perícia no décimo sexto dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 02 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 105/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposições de motivo nº 39/2015, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Hermes Edson dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 078.242.139-37 matrícula nº 11114, classificado no Processo Seletivo nº 008/2013, em 5º lugar, para atuar no Cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir 03/03/2015 em substituição ao efetivo Hamilton da Conceição, que pediu exoneração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 03 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 106/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 106/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONDEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Luciana Santos Virgílio dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 743.999.699-20, matrícula nº 20, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 03/03/2015 à 01/04/2015, encaminhando a pericia no trigésimo primeiro.

Município de Paulo Lopes - SC, em 04 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 107/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 107/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Bianca Leandro Luiz, brasileira, portadora do CPF nº 022.183.919-45, matrícula nº 11115, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 002/2014, para atuar no cargo de Assistente Social, no período 04/03/2015 a 01/06/2015 com carga horária de horas 30 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 108/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 108/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 40/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Eva Maria Bernardo,

brasileira, portadora do CPF nº 509.576.439-34, matrícula nº 11116, classificada na quarta posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2015 para substituição da servidora Luciana Santos Virgílio dos Santos, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 109/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 109/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Carolina Correa Cheung, brasileira, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Comissão, portadora do CPF nº 009.027.599-30, matrícula nº 10965, nomeada pela portaria nº 471/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 05 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 110/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 110/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 05/2015, resolve:

CONTRATA POR PRAZO TEMPORÁRIO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Fernanda Sprada, portadora do CPF nº 049.982.859-39, matrícula 11117, ocupante do Cargo de Enfermeira - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/03/2015 ate que realize Concurso Público, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 111/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 111/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Maria Isabel de Bona Correa, brasileira, portadora do CPF nº 062.404.139-50, matrícula nº 11118, para atuar no Cargo em Comissão de Diretora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 112/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 112/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNA SEM EFEITO, a portaria que nomeou/Concedeu Função Gratificada, a Servidora Pública Municipal, Joyce Fernandes Nunes, brasileira, ocupante do Cargo de Diretora Unidade Escolar, portadora do CPF nº 983.430.419-68, matrícula nº 10250, nomeada pela portaria nº 145/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.3

Município de Paulo Lopes - SC, 10 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 113/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 113/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Bianca Leandro Luiz, brasileira, portadora do CPF nº 022.183.919-45, matrícula nº 11115, ocupante do Cargo Assistente Social, nomeada pela portaria nº 10/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 114/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 114/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Joyce Fernandes Nunes, brasileira, efetiva e estável, residente e domiciliada em Imbituba/SC, ensino Superior Completo, portadora do CPF nº 983.430.419-68, matrícula nº 10250, ocupante do Cargo de Assistente Técnica Pedagógico, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 115/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 115/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Assessora Educacional, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Jeane Aparecida Santos Martins, brasileira, portadora do CPF nº 059.159.249-56, matrícula nº 10898, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 137/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 116/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 116/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, Diretora Unidade Escolar, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Vera Lucia da Silva Pires, brasileira, portadora do CPF nº 020.914.639-73, matrícula nº 10742, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 045/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Março de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**Penha****PREFEITURA****CONTRATO 05/2015-FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato nº 05/2015 - FME

Contratada: EMPRESA K'SPORTS COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas que serão utilizados na premiação dos campeonatos promovidos pela FME no ano de 2015.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 01/2015 - FME, modalidade Convite nº 01/2015 - FME

Penha/SC, 11 de Março de 2015  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 025/2015.

EMPRESA CONTRATADA: SEIVA AGROPECUÁRIA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais).

DATA DO CONTRATO: 24 de Fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

### PORTARIA Nº 106, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 106, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA GLADIS MAGALI FRANÇA EMPOSSADA PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a renúncia do cargo da Conselheira Marli Bolzani;

CONSIDERANDO a posse da suplente GLADIS MAGALI FRANÇA,

RESOLVE:

Art. 1º Declara GLADIS MAGALI FRANÇA empossada para o Cargo de Conselheira Tutelar da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 02 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 10 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 099, DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 099, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 009/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 09/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de móveis para creche municipal e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, item e preço unitário: item 01 (R\$ 380,00);

II - TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Inscrição no CNPJ sob o nº 04.956.052/0001-97, item e preço unitário: item 02 (R\$ 110,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE MARÇO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 105, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 105, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CARMEN REGINA DALMOLIN PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARMEN REGINA DALMOLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 027.447.549-94, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente para educação infantil e ensino fundamental - Área I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 107, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 107, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 024.097.959-19, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente para educação infantil e ensino fundamental - Área I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de março de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 108, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 108, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA FABIANA KOPP BENQUE PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ARTES - ÁREA III.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FABIANA KOPP BENQUE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 041.104.099-50, para exercer a função em caráter temporário de Professor de Artes - Área III, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de março de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de março de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 109, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 109, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE APOIO I - ÁREA II.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 024.097.959-19, para exercer a função em caráter temporário de Profissional de Apoio I - Área II, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 23 de fevereiro de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de março de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 110 DE 10 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 110 DE 10 DE MARÇO DE 2015

EXONERA ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI, EXERCENTE DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, ADRIANA APARECIDA VARGAS GOGO CERONI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 024.097.959-19, da função em caráter temporário de Profissional de Apoio I - Área II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de Março de 2015  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 61, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**

PORTARIA Nº 61, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA JULIANA PASOLD GUZZI PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE INGLÊS - ÁREA IV.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JULIANA PASOLD GUZZI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 038.278.589-41, para exercer a função em caráter temporário de Professor de Inglês - Área IV, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 05 de fevereiro de 2015 e término ao final do ano letivo de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 13 de fevereiro de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 92, DE 02 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 92, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 008/2015 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a decisão de folhas nº 170 e 171 do processo de licitação nº 08/2015, modalidade Pregão Presencial, RESOLVE:

Art. 1º Fica reiterado e ratificada a decisão de folhas nº 170 e 171, a qual passa a fazer parte do anexo à esta portaria, mantendo-se a revogação da licitação nº 08/2015, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 02 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 94, DE 06 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 94, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

PRORROGA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2014, e considerando ainda a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em mais 30 (trinta) dias o prazo de contratação temporária da agente IVONETE ZANFERRARI, na função de SERVENTE, na forma da Portaria nº 41, de 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 001/2015**

(Ementa)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 001/2015

OBJETO: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

LEI: Lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI

VALOR: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 23.535,00 (Vinte e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais) divididos em 9 (nove) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato 18/03/2014.

DATA: 02 de Março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Pomerode****PREFEITURA****EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 018/2015.

Objeto: DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS, COM PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE RÁDIO EM FREQUÊNCIA AM E FM, POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 25/03/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 25/03/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 11 de Março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2015  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
CREDENCIAMENTO N.º 004/2015 DISPENSA DE  
LICITAÇÃO N.º 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 004/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2015

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA para aquisição direta de gêneros alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar, através da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, de forma a complementar a merenda nas escolas e creches da rede municipal de ensino, conforme disposições constantes no edital de credenciamento e seus anexos.

INSCRIÇÕES: Pelo período de 16/03/2015 a 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: (47) 3387-7229 ou e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).Edital na íntegra e demais esclarecimentos disponíveis no Setor de Licitações, no Portal do Cidadão do Município de Pomerode ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 11 de Março de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

---

**SAMAE - POMERODE**

---

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 02/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 01/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2015  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

FORNECEDOR: PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	SULFATO DE ALUMINIO LIQUIDO	KG	PROPRIA	40.000,00000	R\$ 0,5000	R\$20.000,0000
Total do Fornecedor:						R\$20.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$20.000,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 001/2015

Validade: A partir de 02.03. 2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 02 de MARÇO de 2015.  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 330/2015

DECRETO Nº 330/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

"NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.057/2009 de 05 de maio de 2009.  
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ponte Serrada os membros a seguir:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Rubia Caroline Wrubel

Suplente: Rafaela Aparecida Rocha Paim

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Titular: Maristela Salini Kleimpaul

Suplente: Grazieli Melania Acunha

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Ana Paula Lorenzett

Suplente: Adriana Teixeira Paim

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Valdomiro Acunha

Suplente: Sidiane de Fátima Fogaça Guidini

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE:

Titular: Genoir Bisatto

Suplente: Adenilso José Teixeira

NÃO- GOVERNAMENTAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL BELEM - ACESB

Titular: Nair Moreira

Suplente: Elizandro da Silva Moreira

APP- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL BELERMINO VICTOR DALLA VECCHIA

Titular: Dirceu de Almeida

Suplente: Veneri José Xavier

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Padre Adriano Temmink

Titular: Tanara Terezinha Fogaça Zatti

Suplente: Rosimere Aparecida Vicensi

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA

Titular: Zenir Todescatt

Suplente: Maria Helena Chitto

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Titular: Vanderlei da Silveira

Suplente: Julio Cesar Sbardella Dallorsoleta

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados,

considerado de natureza relevante e notório comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 177/2014 de 17 de Fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 023/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Aquisição de material de expediente (didático) para realização de atividades da Secretaria de Assistência Social

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 25/03/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 25/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 11 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI P

REFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 024/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com escavadeira hidráulica, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Recebimento de Envelopes: até as 14:50MIN do dia 25/03/2015.

Abertura: às 15h00min horas do dia 25/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 11 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO 025/2015**

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 025/2015 Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

Endereço: Florianópolis - Santa Catarina CEP: 88.034-900

CNPJ 83.052.191/0001-62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 25, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

VIGÊNCIA: de 11 de março á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 11 de março de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMOS ADITIVOS CONTRATO 010/2012**

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2012

PROCESSO Nº. 075/2011CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: DIMENZO ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.084.677/0001-80

OBJETO: O presente termo aditivo funda-se em conceder, com base no boletim de ocorrência 00267-2015-00145, onde foi comunicado o furto dos objetos que guarneciam no interior da obra de construção do hospital municipal, localizado na Rua Dr. Cristiano Mayer, Bairro São Sebastião, na cidade de Ponte Serrada - SC para reposição e ou construção dos objetos danificados valor de R\$ 260.000,00 ( duzentos e sessenta mil reais)

VIGÊNCIA: De 19 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2012

PROCESSO Nº. 075/2011CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: DIMENZO ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.084.677/0001-80

OBJETO: O presente termo aditivo funda-se em conceder reajuste de valores, segundo os percentuais do INCC, conforme parecer jurídico, referente a obra de construção do hospital municipal, localizado na Rua Dr. Cristiano Mayer, Bairro São Sebastião, na cidade de Ponte Serrada - SC

Valor : Os valores corrigidos compreendendo fevereiro de 2012 a janeiro de 2015 totaliza R\$ 516.352,65 ( quinhentos e dezesseis mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: De 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

PONTE SERRADA, SC, 10 de Março de 2015.

DUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

**Porto Belo****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.319, DE 11 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.319, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

"INSTITUI, REMANEJA, REORGANIZA E DEFINE FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DE AGENTES POLITICOS E ÓRGÃOS DO GOVERNO MUNICIPAL".

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e especialmente pelo artigo 89, parágrafo único da Lei Municipal 1458/2006 e,

Considerando a necessidade de reorganização do sistema de atribuições para um melhor funcionamento do serviço público municipal;

Considerando a instituição do programa do Orçamento Participativo pelo Decreto Municipal nº 1090 de 27 de maio de 2013;

Considerando a instituição do Serviço de Informação ao Cidadão através da Lei Municipal 2063 de 17 de julho de 2013;

Considerando a instituição da Ouvidoria Pública através da Lei Municipal 2107 de 26 de novembro de 2013;

Considerando os princípios da transparência e eficiência administrativa,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituída a Secretaria Municipal de Comunicação com a incumbência, principalmente, do planejamento, organização, execução e controle da política de comunicação.

Art. 2º - Compete ao Secretário de Comunicação, precipuamente:

I - Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da Administração pública e do cidadão;

II - Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;

III - Atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos da Administração, tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, à partir daí, com a opinião pública, visando a promoção do Município;

IV - Promover entrevistas ou encontros do interesse da Administração Municipal;

V - Manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;

VI - Elaborar boletins, programas de apresentação, oportunas para a imprensa, rádio ou televisão;

VII - Atuar, emprestar apoio e colaboração aos demais órgãos da administração, por ocasião de atos e solenidades públicas;

VIII - Planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito da Administração Municipal;

IX - Preparar minutas de pronunciamento oficial na forma solicitada pelo Prefeito;

X - Manter-se atualizado sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessem a Administração Municipal;

XI - Registrar fotograficamente, os acontecimentos e eventos Municipais;

XII - Planejar e promover a realização de pesquisas de opinião pública;

XIII - Editar o Boletim Oficial do Município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse da Administração Municipal;

XIV - Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da Administração Municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão

ou revista especializada;

XV - Administrar a publicidade legal do Município;

XVII - Elaborar e administrar o Plano de Comunicação Social da Prefeitura Municipal, contemplando políticas e ações nos setores de assessoria de imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda;

XVIII - Desincumbir-se de missões de representação e de outras atividades quando delegadas por ordem superior.

Art. 3º - Fica remanejada a competência da Secretaria de Gabinete frente ao Departamento de imprensa para a Secretaria de Comunicação.

Art. 4º - Fica instituída a Secretaria Municipal de Participação Popular com a incumbência, precipuamente, do planejamento, organização, execução e controle da política voltada à administração do Orçamento Participativo, Conselhos Municipais e demais instrumentos voltados a políticas públicas de participação popular.

Art. 5º - Compete ao Secretário de Participação Popular, precipuamente:

I - Orientar e supervisionar os Conselhos Municipais e a política do Orçamento Participativo;

II - Manter um sistema de atividades e cronogramas dos Conselhos Municipais;

III - Fiscalizar o cobrar a participação dos representantes governamentais nas atividades desenvolvidas pelos conselhos relatando as atividades ao Chefe do Poder Executivo;

IV - Elaborar a proposta e cronograma do Orçamento Participativo;

V - Manter sob a guarda da Secretaria os registros e livros atas das reuniões comunitárias para elaboração do Orçamento Participativo;

VI - Fomentar e promover a participação popular na elaboração do Orçamento Participativo;

V - Elaborar a proposta aprovada pela Comunidade e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo para a elaboração da lei orçamentária;

VI - Coordenar, convocar, auxiliar e presidir as reuniões nos Bairros e ou Regiões e as reuniões com Delegados;

VII - Confeccionar e distribuir material de propaganda visando dar conhecimento público e ciência a toda população dos atos e fatos;

VIII - Manter banco de dados com todas as informações pertinentes ao bom andamento do Orçamento Participativo;

IX - Elaborar documento provisório e final das reivindicações da população, com auxílio do Grupo de Apoio escolhido pelo Prefeito, para posterior análise dos Delegados e do Conselho Municipal do Orçamento Participativo;

X - Convocar e auxiliar nas reuniões ordinárias e extraordinárias de Conselhos;

XI - Convocar os membros de Conselhos para se fazerem presentes às atividades necessárias para o desempenho do mesmo, dando-lhes conhecimento prévio da pauta;

XII - Agendar o comparecimento dos órgãos do Poder Público Municipal, quando a matéria em questão exigir, nas reuniões dos Conselhos;

XIII - Apresentar para apreciação do Conselho a proposta de Lei Orçamentárias Anual do Governo a ser enviada anualmente à Câmara de Vereadores;

XIV - Apresentar para apreciação do Conselho a proposta metodológica do Governo para a discussão e definição da peça orçamentária das Obras e Atividades que deverão constar no Plano de Investimentos e Custeio;

XV - Convocar os Delegados sempre que necessário;

XVI - Encaminhar junto ao Executivo Municipal as deliberações dos Conselhos;

XVII - Analisar e tomar providências quanto às faltas justificadas ou não dos Conselheiros, em conjunto com o Presidente do Conselho.

XVIII - Administrar a Ouvidoria Pública.

Art. 6º - Fica remanejada a competência da Secretaria de Gabinete frente aos Conselhos Municipais para a Secretaria de Participação Popular.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 27 de março de 2013.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

#### EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 30 (trinta) de março de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para execução dos serviços e emprego de materiais que farão parte da obra de Pavimentação Asfáltica e Sinalização (vertical e horizontal) na Rua Alberto Ernesto Lang, com área pavimentada de 693m², Rua Dois Irmãos, com área pavimentada de 996m², Avenida 15 de Novembro, com área pavimentada de 4.511,65m² e Rua Pedro Sampietro, com área pavimentada de 1.693,23m², atendendo ao Contrato de Repasse nº 790026/2013/Mistério das Cidades/Caixa, celebrado entre o Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Presidente Castello Branco (SC), contendo no Anexo I do presente Edital o projeto básico de engenharia (projeto de execução, relatório do projeto e orçamento). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE MARÇO DE 2015.  
Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 0178/RH

PORTARIA Nº. 0178/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 20/02/2015, o servidor MICHEL RESENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/02/2015.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

#### PORTARIA Nº 0179/RH

PORTARIA Nº. 0179/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o cargo de Auxiliar Administrativo I, ocupado pelo servidor JAILSON ROBERTO DE OLIVEIRA, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Decreto nº 4.574 de 04 de março de 2015 e Memorando GABSEC nº. 365/2015.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Jailson Roberto de Oliveira a lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27/02/2015.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr



**PORTARIA Nº 0180/RH**

PORTARIA Nº. 0180/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Redistribuir o cargo de Auxiliar Administrativo I, ocupado pelo servidor JEAN CLAUDIO DE OLIVEIRA, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, Decreto nº 4.574 de 04 de março de 2015 e Memorando Interno oriundo da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Jean Claudio de Oliveira a lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/03/2015.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

**PORTARIA Nº 0181/RH**

PORTARIA Nº. 0181/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Redistribuir o cargo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo servidor SEBASTIÃO DO AMARAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação para a Secretaria Municipal de Administração, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, e Decreto nº 4.574 de 04 de março de 2015.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Sebastião do Amaral a lotação na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/03/2015.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

**PREGÃO PRESENCIAL 014/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

OBJETO: Aquisição de veículo tipo furgão, novo com kit de transformação em ambulância tipo auto socorro de urgência. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 24/03/2015, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 24/03/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de março de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**PREGÃO PRESENCIAL 029/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015

OBJETO: Contratação de serviços de telefonia móvel, com aparelhos em comodato, para a administração municipal de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 24/03/2015, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 24/03/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de março de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 006/2014 - ROSMARI BEILKE****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ROSMARI BEILKE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Assistente Social, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 11 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - RODRIGO RINGENBERG****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) RODRIGO RINGENBERG com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- HISTÓRIA, 30H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 12 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.373, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1373, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 4 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul e o Clube das Mães Lar da Menina para execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 4 de 2015, que entre si celebram o município de Rio do Sul e o Clube das Mães Lar da Menina, visando à contratação do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade referente ao acolhimento institucional na modalidade de abrigo para crianças e adolescentes do município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua

publicação.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.374, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1374, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Homologa Termo de Convênio nº 1 de 2015, que entre si celebram a Fundação Municipal de Desportos e a Associação do Clube de Atletismo Rio do Sul - ACARISUL.

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 1 de 2015, que entre si celebram a Fundação Municipal de Desportos e a Associação do Clube de Atletismo Rio do Sul - ACARISUL, que tem por objetivo o incentivo à prática esportiva e de lazer na modalidade de Atletismo, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de março de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

---

**CONTRATO Nº.07/2015 FMS**

CONTRATO Nº.07/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) BRUNA KITZBERGER VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Bruna Kitzberger inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 048.010.099-30, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Bruna Kitzberger inscrito (a) no CPF sob nº 048.010.099-30 com registro no conselho CRM-SC sob o nº. 20.611, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência do município de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da

execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.



Rio do Sul, 06 de Março de 2015.

Dr. Luiz Carlos Zanis  
Secretário Municipal de Saúde

Bruna Kitzberger

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 882.569.600-00

2) Fabíola kreusch  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 037.134.899-47

## Rio dos Cedros

### PREFEITURA

#### CT. Nº039/ 2015

CT. Nº039/ 2015

DATA: 09/03/2015

CONTRATO: PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

INÍCIO: 09/03/2015

TÉRMINO: Em 12 meses

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 6/2015

#### CT. Nº040/ 2015

CT. Nº040/ 2015

DATA: 09/03/2015

CONTRATO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

INÍCIO: 09/03/2015

TÉRMINO: Em 12 meses

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 6/2015

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 168/2015

PORTARIA Nº. 168/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 06 de Março de 2015 a 03 de Junho de 2015, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidora SIBELE SANTIAN GAIO, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Auxiliar de Informática.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 10 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PROCESSO 19/2015 - DISPENSA 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

Processo 19/2015

Dispensa 02/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Valor: 19.503,00 (Dezenove mil, quinhentos e três reais)

Fonte de recursos: Manutenção da Secretaria de Agricultura

Salto Veloso (SC), 09 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### PROCESSO 20/2015 - DISPENSA 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

Processo 20/2015

Dispensa 03/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de INEXIGIBILIDADE que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS

Contratado: Transportes Terci LTDA

Valor: 35.750,00 (trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais)

Salto Veloso (SC), 09 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO N. 002/2015

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002 de 10 de Março de 2015.

Dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário, e dá outras providências.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, inciso V, alínea "e" do Regimento Interno e artigo 51 inciso XIX da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo.

Art. 1º - O Poder Legislativo do Município de Salto Veloso - SC, concede o título de cidadão honorário ao Padre Lauro Kalusny Filho, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Salto Veloso.

Parágrafo único - A outorga do título ora concedido se fará no dia 26 de março de 2015, em sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado na data supra.

Sala de sessões, 10 de março de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente

SANTO CIVIERO

Vice-Presidente

SILVANO TINELLI

Secretário

CLAUDEMIR SARTOREL

Secretario Adjunto

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 057/2015 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 057/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido licença maternidade à Servidora Pública Municipal Senhora MARA LUCIO LUIZ VIDAL, Matricula nº 1271/8 Conselheira Tutelar, pelo período de 120 dias a contar do dia 10 de Março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 10 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

ASSESSORIA EM PROJETOS

Matricula nº 136/8

### PORTARIA Nº 058/2015 ELISANGELA

PORTARIA Nº 058/2015

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ASSINAR ATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a Servidora Pública ELISANGELA SASSI, Mat. 1300/5, lotada no Cargo de Diretora de Recursos Humanos, para assinar em conjunto com o Prefeito Municipal todos os atos administrativos, tais como: Decretos, Portarias, Leis e demais documentos que se fizerem necessários.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### PORTARIA Nº 059/2015 ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO

PORTARIA Nº 059/2015

ATRIBUI FUNÇÃO TEMPORÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica atribuída função de controlador interno ao servidor público Sr. Eroni Allebrandt Mat. 136/8, Ocupante do cargo de Assessoria em Projetos, pelo período em que perdurar o afastamento da titular Sra. Solange Detofol em função de processo administrativo.

Art. 2º. Caberá ao funcionário atribuído todas as obrigações e direitos inerentes ao cargo conforme preceitua o Art. 37, § 1º da Lei Complementar 10 de 16 de Dezembro de 2009.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### PORTARIA Nº 060/2015 FERIAS JULIANA DAL MAGO

PORTARIA Nº 060/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, a servidora pública municipal Sra. JULIANA DAL MAGO, matrícula nº1093/6 ocupante do cargo de PSICOLOGA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 07/03/2014 a 06/03/2015, a serem gozadas no período de 11/03/2015 a 09/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

**PORTARIA Nº 061/2015 FERIAS JAIR DE SOUZA CAMPOS**

PORTARIA Nº 061/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 20 (trinta) dias, o servidor público municipal Sr. JAIR DE SOUZA CAMPOS, matrícula nº8230/01 ocupante do cargo de motorista de veículos leves, lotado na Secretaria Municipal de SAÚDE PÚBLICA, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 11/03/2011 a 10/03/2012, a serem gozadas no período de 02/03/2015 a 21/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

**REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:**

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

**PORTARIA Nº 062/2015 FERIAS RAUL DE SOUZA CAMPOS**

PORTARIA Nº 062/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 20 (trinta) dias, o servidor público municipal Sr. RAUL DE SOUZA CAMPOS, matrícula nº8087/01 ocupante do cargo de ENCANADOR, lotado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 05/03/2010 a 04/03/2011, a serem gozadas no período de 16/03/2015 a 04/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

**REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:**

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8

**PORTARIA Nº 063/2015 FERIAS MARCOS DETOFOL**

PORTARIA Nº 063/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, o servidor público municipal Sr. MARCOS DETOFOL, matrícula nº1081/2 ocupante do cargo de MOTORISTA DE CANINHÃO, lotado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 01/02/2014 a 31/01/2015, a serem gozadas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

**REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:**

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1268/8



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 35/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	35/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	JUDITE SOMAVILLA SIEGA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para utilização no preparo da merenda escolar, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
Santiago do Sul-SC, 10 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 29/2015	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº. 06/2015	
Fornecedor	JUDITE SOMAVILLA SIEGA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para utilização no preparo da merenda escolar, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).
Santiago do Sul-SC, 09 de março de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EDITAL 23/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 28/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 23/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de materiais diversos e doces para confecção de ovos e coelhos de chocolate para os alunos da Creche Municipal Cantinho da Alegria e Escola Municipal Pequeno Cidadão, objetivando a comemoração da Páscoa.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 24 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 24 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 10 de março de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### ERRATA LEI Nº 3479/2015

#### ERRATA

Na publicação Lei nº 3479/2015, no DOM nº 1700 de 11 de março de 2015, pág. 304, no local que se lê "LEI Nº 3479, DE 06 DE MARÇO DE 2015" leia-se "LEI Nº 3479, DE 10 DE MARÇO DE 2015".

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 02/2013

Contrato Nº: 12/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Orbenk Administração e Serviços Ltda.

Vigência: Início: 18/03/2015 - Término: 18/03/2016

Recursos: Dotação:

14 - 23.01 2.063.3.3.90.37.00.00.00 e 36 23.02 2.064.3.3.90.37.00.00.00 - Exercício Vigente

Objeto: Locação de mão de obra de 03 profissionais auxiliar de serviços gerais.

Valor: R\$ 3.188,24 (Três Mil Cento e Oitenta e Oito Reais e Vinte e Quatro Centavos) por auxiliar por mês.

São Bento do Sul, 11 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 08/2010

Contrato Nº: 14/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Centro de Integração de Estudantes - CIN

Vigência: Início: 11/03/2015 - Término: 11/03/2016

Recursos: Dotação:

14 - 3.3.90.39.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços para operacionalização de estágios.

Valor: R\$ 16,43 (Dezesseis Reais e Quarenta e Três Centavos) Mensal por estagiário contratado.

São Bento do Sul, 11 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 70/2014

Contrato Nº: 19/2015 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 85/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Transresíduos Transportes Industriais Ltda

Vigência: Início: 05/03/15 - Término: 27/10/2015

Recursos: Dotação:

(60) 3.3.90.39.00 - Setor de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de empresa coleta e transporte de resíduos do tipo lodo proveniente de rosca desaguadora, lodo de leito de secagem e resíduos provenientes das Estações de Tratamento de Esgoto.

Valor: R\$ 42,00 (Quarenta e Dois Reais) por tonelada transportada.

São Bento do Sul, 11 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 54/2011

Contrato Nº: 25/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Restelo Construções e Consultoria Ltda - EPP

Vigência: Início: 06/03/2015 - Término: 03/04/2015

Recursos: Dotação:

60 - 4.4.90.51.80.00.00 - Setor de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento e supervisão da implantação da obra do sistema de esgotamento sanitário da sub-bacia 3 do Rio São Bento.

Valor: R\$ 13.516,06 (Treze Mil Quinhentos e Dezesseis Reais e Seis Centavos) por mês.

São Bento do Sul, 11 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**São Carlos****PREFEITURA****RESUMO CONTRATO N.15/2015**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 15/2015  
Locatário.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Locador.:GUIOMAR ROBERTO KLAUS  
Objeto.....:LOCAÇÃO DE IMÓVEL P/EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ESTACIONAMENTO - VII EXPAINCO 2015  
Valor.....:R\$2.600,00(dois mil e seiscentos reais)  
Vigência.....: 30.03.2015  
Licitação.....:Dispensa de Licitação Nº: 30/2015  
Recursos.....:Orçamento vigente

SAO CARLOS,11 de março de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**São Domingos****PREFEITURA****EXTRATO BORTOLINI**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS  
Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: BORTOLINI SUPERMERCADO LTDA., CNPJ n. 05.342.492/0001-17

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
57	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 396.832,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO HC****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: HC SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ n. 17.951.624/0001-97

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
15	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$48.104,30

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO JAIME****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: JAIME JOSÉ MARQUES - MINIMERCADO ME., CNPJ n. 04.306.004/0001-53

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
25	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 357.141,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO JUCELIA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: JUCÉLIA ECHIMBÁ DOS SANTOS SPANHOL ME., CNPJ n. 05.925.778/0001-25

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
65	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 83.188,20

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.



**EXTRATO KA E KA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: MERCADO KÁ & KÁ LTDA ME., CNPJ n. 04.683.313/0001-42

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
88	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 133.132,10

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO LEA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: LEA TB ROSSI ME., CNPJ n. 13.941.974/0001-11

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
35	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 603.754,70

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO LIRIO****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: LIRIO CASASOLLA ME., CNPJ n. 04.058.833/0001-64

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
33	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$181.258,90

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO PFG****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: PFG COMERCIAL LTDA ME., CNPJ n. 20.438.684/0001-15

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 6.392,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO REGISTRO DE PREÇOS SIPROLIMP****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME., CNPJ n. 05.340.608/0001-89

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
16	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 14.750,20

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO REGISTRO DE PREÇOS SORVETÃO****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: ANTONIO GILMAR GRACIOLLI ME., CNPJ n. 81.556.524/0001-65

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$ 16.390,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO SCS****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 011/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 005/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL. Fornecedor Registrado: SCS COMÉRCIO LTDA., CNPJ n. 13.995.853/0001-52

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
40	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A CRECHE MUNICIPAL	R\$147.229,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. Vigência da Ata: 03/03/2015 a 03/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

**TERMO CESSÃO DE USO BOMBEIROS - MOTOBOMBA**  
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0001/2014 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2014.

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CBMSC PARA CEDÊNCIA DE BENS MÓVEIS. O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, situado na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos (SC), inscrito no CNPJ nº 83.009.894/0001-08, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Alcimair de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 716.149.829-53 e Carteira de Identidade sob o nº 2.426.841 SSP/SC, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 3º Grupo do 1º Pelotão da 3ª Companhia do 6º Batalhão de Bombeiros Militar, sediado no Município de São Domingos (SC), o bem móvel com as características abaixo:

I - (uma) moto bomba auto escorvante com motor de 4,5 HP, vazão 600 Litros/Minuto, marca Kagima adquirida pelo município em 26/12/2006.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO:**

2.1 O equipamento destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Domingos (SC),

ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desses serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES:****3.1 DO CESSIONÁRIO:**

- Usar os equipamentos exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda e conservação do equipamento cedido, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer incidente que possa acarretar na quebra ou problema do equipamento;
- Arcar com os custos de manutenção, os quais correrão por conta da Fonte de Recursos 0 - FUMCBM - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, Ação 8852 e dos itens orçamentários 3.3.90.30.01, 3.3.90.39.19 e 3.3.90.30.39, referentes a manutenção e consertos e da reposição de peças, respectivamente;
- Permitir a fiscalização, bem como avaliação periódica do equipamento, a ser realizada por servidores designados pelo cedente.

**3.2 DO CEDENTE:**

- Arcar com os custos elencados no item 3.1.3 da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do FUNREBOM municipal;
- Fiscalizar a correta utilização, bem como realizar avaliação periódica de depreciação do equipamento cedido.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DEPRECIAÇÃO:**

4.1 Por conta do presente acordo, o equipamento objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado em que se encontrarem, desgastados pelo seu uso.

4.2 Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o equipamento objeto deste instrumento, será submetido à avaliação periódica de servidores públicos municipais que compõe a Comissão de Avaliação dos Bens Patrimoniais do Município de São Domingos.

**CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO:**

5.1 Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 1703, de 03 de dezembro de 2012.

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA:**

6.1 O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS TERMOS ADITIVOS:**

7.1 Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:**

8.1 Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado. E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Domingos (SC), 30 de novembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal de São Domingos(SC)

MARCOS DE OLIVEIRA - Cel BM  
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Assessoria Jurídica:  
Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

## Testemunhas:

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda  
CPF 854.411.559-49

Simone Zanin  
Assistente Pessoal do Prefeito  
CPF 057.264.159-14

## São Joaquim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 086/2015**

DECRET O Nº 086/2015

"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS, PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO A FUNCIONÁRIA DÉBORA LETICIA PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA DE CIÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

## DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o Nº 241, de 26/02/2015 e em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.300/99, artigo 71, inciso I, Parágrafo Único; Fica concedido Licença sem Remuneração pelo período em que a mesma irá desempenhar a função de confiança no Município de Bom Jardim da Serra, á funcionária DÉBORA LETICIA PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora de Ciências, a referida Licença é a contar do dia 02/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 085/2015**

DECRET O Nº 083/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO por abandono de serviço o senhor LINDOMAR PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe do Britador - CC- 2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 063/2015, de 10/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.



**DECRETO Nº 080/2015**

DECRETO Nº 080/2015

**"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2014"**

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS os seguintes funcionários: - MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora Anos Iniciais, na E.E.B.M Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 20 horas semanais classificada em 2º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário. - GLAUCIA APARECIDA BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora de Anos Iniciais, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 20 horas semanais classificada em 8º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário. - YASMIN SILVA RODRIGUES, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora de Educação Física, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de Arvoredo, com 20 horas semanais classificada em 1º lugar no Concurso Público Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 081/2015**

DECRET O Nº 081/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a imperiosa necessidade dos serviços de educação, os quais, sob qualquer hipótese ou pretexto não podem sofrer solução de continuidade;

Considerando a urgente necessidade de manutenção nas estradas, para escoamento dos produtos frutícolas;

Considerando o fato de que a Administração realizou Concurso Público 002/2014 e o Processo Seletivo 002/2014 para o preenchimento de vagas e de contratação em caráter temporário;

Considerando que para muitas vagas para cargos e contratação em caráter temporário não houve inscritos ou candidatos aprovados em número suficiente;

Considerando que a realização de novo processo licitatório para contratar empresa para realizar novo concurso público e processo importa sacrifício insuportável ao interesse público (falta de profissionais da Educação e operadores para manutenção em vias públicas e estradas);

Considerando que o Processo Seletivo, preserva o critério de mérito e afasta discricionariedade.

DECRETA:

Art. 1º - Proceda-se aditivo contratual com o INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DAS ÁGUAS- IETA para realização de processo seletivo para contratação temporária contemplando as vagas não preenchidas através do Concurso Público 002/2014 e Processo Seletivo 002/0214.

Art. 2º - Deverá ser usado como critério de seleção:

I - Para professores: prova de títulos;

II - Para operadores de máquinas e equipamentos: prova prática

III- Para agentes de serviços gerais (merendeiras e serventes de limpeza) - experiência comprovada nas respectivas funções.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 082/2015**

DECRETO Nº 082/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo II, Art. 55, fica concedido Progressão por Tempo de Serviço ao servidor PEDRO HERIBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo de Motorista I, Nível E1, com vencimentos mensais de R\$ 1.140,08 para Motorista I, Nível F1, com vencimentos mensais de R\$ 1.157,18.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 083/2015**

DECRET O Nº 083/2015

**"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO por abandono de serviço o senhor LINDOMAR PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe do Britador - CC- 2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 063/2015, de 10/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 084/2015**

DECRET O Nº 083/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO por abandono de serviço o senhor LINDOMAR PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe do Britador - CC- 2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 063/2015, de 10/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 087/2015**

DECRET O Nº 087/2015

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 064, datado de 12/02/2015; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS, de um imóvel urbano de terras medindo 9.394,76m², situado no Distrito de Pericó, neste Município, conforme especificações que segue:

## MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel:Área 1

Proprietário:João Maria Borges dos Santos

Município:São Joaquim

Comarca:São Joaquim

UF:Santa Catarina

Área ( ha):447,25 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 17, situado no limite com RODOVIA SC 114, deste, segue com azimute de 101°22'13" e distância de 12,43 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 12, deste, segue com azimute de 206°26'52" e distância de 38,81 m., confrontando neste trecho com LUCIMARA PEREIRA MACHADO, até o vértice 13, deste, segue com azimute de 295°50'58" e distância de 12,00 m., confrontando neste trecho com RUA HERCILIO MATOS DE OLIVEIRA, até o vértice 18, deste, segue com azimute de 26°26'52" e distância de 35,69 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS\_LOTE 02, até o vértice 17, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção Local.

LOTES A SEREM DESMEMBRADOS

## MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel:Área 2

Proprietário:João Maria Borges dos Santos

Município:São Joaquim

Comarca:São Joaquim

UF:Santa Catarina

Área ( ha):475,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 22, situado no limite com RODOVIA SC 114, deste, segue com azimute de 107°21'23" e distância de 8,73 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 11, deste, segue com azimute de 102°20'07" e distância de 4,67 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 17, deste, segue com azimute de 206°26'52" e distância de 35,69 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS\_LOTE 1, até o vértice 18, deste, segue com azimute de 296°02'42" e distância de 14,56 m., confrontando neste trecho com RUA HERCILIO MATOS DE OLIVEIRA, até o vértice 19, deste, segue com azimute de 28°52'55" e distância de 33,31 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS\_LOTE 03, até o vértice 22, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção Local.

## MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel:Área 3

Proprietário:João Maria Borges dos Santos

Município:São Joaquim

Comarca:São Joaquim

UF:Santa Catarina

Área ( ha):390,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 21, situado no limite com RODOVIA SC 114, deste, segue com azimute de 110°30'33" e distância de 12,00 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 22, deste, segue com azimute de 208°52'55" e distância de 33,31 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS\_LOTE 02, até o vértice 19, deste, segue com azimute de 295°29'49" e distância de 12,00 m., confrontando neste trecho com RUA HERCILIO MATOS DE OLIVEIRA, até o vértice 14, deste, segue com azimute de 29°06'52" e distância de 32,28 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS, até o vértice 21, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção Local.

## MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel:Área Remanescente

Proprietário:João Maria Borges dos Santos

Município:São Joaquim

Comarca:São Joaquim

UF:Santa Catarina

Área ( ha):8,082,51 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com RODOVIA SC 114, deste, segue com azimute de 123°02'11" e distância de 18,21 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 2, deste, segue com azimute de 128°14'31" e distância de 13,84 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 3, deste, segue com azimute de 133°45'03" e distância de 11,57 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 4, deste, segue com azimute de 223°02'50" e distância de 30,00 m., confrontando neste trecho com DIEGO BORGES COSTA, até o vértice 5, deste, segue com azimute de 135°29'32" e distância de 12,00 m., confrontando neste trecho com DIEGO BORGES COSTA, até o vértice 6, deste, segue com azimute de 43°02'37" e distância de 30,00 m., confrontando neste trecho com DIEGO BORGES COSTA, até o vértice 7, deste, segue com azimute de 135°05'52" e distância de 37,10 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 8, deste, segue

com azimute de 127°30'55" e distância de 21,04 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 9, deste, segue com azimute de 118°55'13" e distância de 28,45 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 10, deste, segue com azimute de 113°32'00" e distância de 12,00 m., confrontando neste trecho com RODOVIA SC 114, até o vértice 21, deste, segue com azimute de 209°06'52" e distância de 32,28 m., confrontando neste trecho com JOÃO MARIA BORGES DOS SANTOS\_LOTE 03, até o vértice 14,.; deste, segue com azimute de 281°57'42" e distância de 25,13 m., confrontando neste trecho com RUA HERCILIO MATOS DE OLIVEIRA, até o vértice 15, deste, segue com azimute de 295°19'51" e distância de 99,82 m., confrontando neste trecho com RUA HERCILIO MATOS DE OLIVEIRA, até o vértice 16, deste, segue com azimute de 6°53'59" e distância de 73,50 m., confrontando neste trecho com ZELIO MARQUES BITTENCOURT, até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção LTM.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

### DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº 088/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - CONVÊNIO FUNDAM NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
(67)4.4.90.00.00.00.00.2.009-0247 - Aplicações Diretas  
29.977,90

TOTAL	DA	SUPLEMENTAÇÃO.....	29.977,90
-------	----	--------------------	-----------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Convênio firmado entre o Estado de Santa Catarina e este Município através do FUNDAM.

TOTAL DA UTILIZAÇÃO.....29.977,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

### DECRETO Nº 089/2015

DECRETO Nº 089/2015

"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO N º 069/2015, DE 13/02/2015 "

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS, com competência a partir de 03 de Março de 2015:

01 - ADRIANA BAESSO - PREGOEIRA,  
02 - ADRIANA BAESSO - PRESIDENTE,  
03 - FERNANDO ZANETTE - SECRETÁRIO,  
04 - JULIO RENI PEREIRA - MEMBRO,  
05 - JAMILE Mª DE ANDRADE SANTOS - MEMBRO,  
06 - BENTA DE FATIMA FURTADO - MEMBRO,  
07 - ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASKEL - SUPLENTE,  
08 - ALVARO PEREIRA AMARAL - SUPLENTE.

Parágrafo Único - A servidora ADRIANA BAESSO exercerá, cumulativamente, as funções de PREGOEIRA.

Art. 2º - Fica determinado que o secretário substituirá a Presidente e Pregoeira em suas funções, no caso de ausências e impedimentos legais da mesma.

Art. 3º - Fica estabelecido que este Decreto terá efeito retroativo a 03/03/2015, porquanto a Presidente se encontrava em gozo de férias.

Art. 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Março de 2015, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 069/2015, de 13/02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

### DECRETO Nº 090/2015

DECRET O Nº 090/2015

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 575, datado de 21/11/2014; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por ANTONIA BENIR HUGEN SILVEIRA, de um imóvel urbano de terras medindo 7.631,77m², situado na Rua João Fermínio Nunes, Bairro Jardim Minuano, nesta cidade, conforme especificações que segue:

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	ARTUR SILVEIRA
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:654,84 m<sup>2</sup>  
Perímetro:111,39 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na beira da cerca que faz divisa com terrenos de NAZARENO SILVEIRA, segue com o rumo de 29°07'18"SE e percorre 34.75 m por cerca que faz divisa com terrenos de NAZARENO SILVEIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 62°51'38"SO e percorre 16.50 m por cerca que faz divisa com terrenos de NILDA DUTRA MACHADO, até o marco P3, segue com o rumo de 33°33'47"NO e percorre 7.55 m por taipa que faz divisa com terrenos de RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P4, segue com o rumo de 28°15'52"NO e percorre 4.30 m por garagem que faz divisa com terrenos de RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P5, segue com o rumo de 32°53'27"NO e percorre 16.06 m por taipa que faz divisa com terrenos de RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P6, segue com o rumo de 38°03'42"NO e percorre 2.84 m por taipa que faz divisa com terrenos de RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P7, segue com o rumo de 35°27'26"NO e percorre 9.11 m por taipa que faz divisa com terrenos de RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P8, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 20.28 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietária	NILDA DUTRA MACHADO
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:400,00 m<sup>2</sup>  
Perímetro:83,06 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na beira da cerca que faz divisa com terrenos de NAZARENO SILVEIRA, segue com o rumo de 29°07'18"SE e percorre 27.16 m por cerca que faz divisa com terrenos de NAZARENO SILVEIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 5°54'43"SO e percorre 0.08 m por muro que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 77°33'36"SO e percorre 3.56 m por muro que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P4, segue com o rumo de 78°38'11"SO e percorre 6.27 m por garagem que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P5, segue com o rumo de 79°24'11"SO e percorre 6.76 m por muro que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P6, segue com o rumo de 29°16'16"NO e percorre 11.29 m por taipa que faz divisa com a RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P7, segue com o rumo de 32°16'59"NO e percorre 11,44m por taipa que faz divisa com a RUA LUCIANO GOULART NETO, até o marco P8, segue com o rumo de 62°51'38"NE e percorre 16.50 m por cerca que faz divisa com terrenos de ARTUR SILVEIRA, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	NAZARENO SILVEIRA
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:1.126,00 m<sup>2</sup>  
Perímetro:167,41 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na beira da cerca que faz divisa com terrenos de MARTA SILVEIRA PEREIRA, segue com o rumo de 30°55'10"SE e percorre 66.16 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARTA SILVEIRA PEREIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 86°22'26"NO e percorre 8.95 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 84°26'56"SO e percorre 12.03 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P4, segue com o rumo de 5°54'44"SO e percorre 0.77 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P5, segue com o rumo de 29°07'18"NO e percorre 27.16 m por cerca que faz divisa com terrenos de NILDA DUTRA MACHADO, até o marco P6, segue com o rumo de 29°07'18"NO e percorre 34.75 m por cerca que faz divisa com terrenos de ARTUR SILVEIRA, até o marco P7, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 17.59 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietária	MARTA SILVEIRA PEREIRA
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:1.175,79 m<sup>2</sup>  
Perímetro:178,37 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na beira da cerca que faz divisa com terrenos de MARILENE SILVEIRA CASTELO BRANCO, segue com o rumo de 30°56'51"SE e percorre 73.53 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARILENE SILVEIRA CASTELO BRANCO, até o marco P2, segue com o rumo de 87°11'31"NO e percorre 6.96 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 81°52'15"NO e percorre 13.22 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P4, segue com o rumo de 86°22'26"NO e percorre 0.91 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P5, segue com o rumo de 30°55'10"NO e percorre 66.16 m por cerca que faz divisa com terrenos de NAZARENO SILVEIRA, até o marco P6, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 17.59 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietária	MARILENE SILVEIRA CASTELO BRANCO
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:1.307,05 m<sup>2</sup>  
Perímetro:192,41 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca que faz divisa com terrenos de JOÃO CEZAR SILVEIRA, segue com o rumo de 31°20'47"SE e percorre 80.21 m por cerca que faz divisa com



terrenos de JOÃO CEZAR SILVEIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 89°29'04"NO e percorre 1.92 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 85°13'31"NO e percorre 6.72 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P4, segue com o rumo de 85°13'31"NO e percorre 7.56 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P5, segue com o rumo de 87°44'08"NO e percorre 4.88 m por divisa projetada que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P6, segue com o rumo de 30°56'51"NO e percorre 73.53 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARTA SILVEIRA PEREIRA, até o marco P7, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 17.59 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JOÃO CEZAR SILVEIRA
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:1.422,20 m<sup>2</sup>  
Perímetro:204,33 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca que faz divisa com terrenos de TARCISO ANDRÉ SILVEIRA, segue com o rumo de 31°58'02"SE e percorre 85.74 m por cerca que faz divisa com terrenos de TARCISO ANDRÉ SILVEIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 89°18'56"NO e percorre 3.57 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 89°29'04"NO e percorre 7.67 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P4, segue com o rumo de 89°29'04"NO e percorre 9.55 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P5, segue com o rumo de 31°20'47"NO e percorre 80.21 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARILENE SILVEIRA CASTELLO BRANCO, até o marco P6, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 17.59 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	TARCISO ANDRÉ SILVEIRA
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área:1.545,89 m<sup>2</sup>  
Perímetro:216,75 m

#### Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa que faz divisa com terrenos de FUMIO HIRAGAMI E HIROYASU HIRAGAMI, segue com o rumo de 33°31'04"SE e percorre 21.64 m por taipa que faz divisa com terrenos de FUMIO HIRAGAMI E HIROYASU HIRAGAMI, até o marco P2, segue com o rumo de 33°02'58"SE e percorre 18.19 m por taipa que faz divisa com terrenos de FUMIO HIRAGAMI E HIROYASU HIRAGAMI, até o marco P3, segue com o rumo de 32°19'44"SE e percorre 13.54 m por taipa que faz divisa com terrenos de ANTONIO CASCAES DE MENDONÇA, até o marco P4, segue com o rumo de 33°02'17"SE e percorre 9.45 m por taipa que faz divisa com terrenos de ANTONIO CASCAES DE MENDONÇA, até o marco P5, segue com o rumo de 31°21'26"SE e

percorre 13.35 m por taipa que faz divisa com terrenos de ANTONIO CASCAES DE MENDONÇA, até o marco P6, segue com o rumo de 29°55'47"SE e percorre 16.18 m por taipa que faz divisa com terrenos de ANTONIO CASCAES DE MENDONÇA, até o marco P7, segue com o rumo de 83°28'50"NO e percorre 10.34 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P8, segue com o rumo de 89°18'56"NO e percorre 10.74 m por taipa que faz divisa com a RUA JOÃO FERMINO NUNES, até o marco P9, segue com o rumo de 31°58'02"NO e percorre 85.74 m por cerca que faz divisa com terrenos de JOÃO CEZAR SILVEIRA, até o marco P10, segue com o rumo de 76°43'42"NE e percorre 17.59 m por taipa que faz divisa com terrenos de DORVALINO SEIFERT QUIRINO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

#### DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091/2015

"QUE CRIA E NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO DE ESTUDO E ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão de Estudo e Adequação do Plano Municipal de Educação - PME, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- 01 - DALVA DE SOUZA HIURA - Secretária Mun. de Educação;
- 02 - MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA - Ag. Adm;
- 03 - ANA MARCIA SOUZA PEREIRA - Supervisora Escolar;
- 04 - FABIANO PADILHA - Assistente Técnico Pedagógico;
- 05 - FABIANE CEVEY TAMAKI - Assistente da Sec. De Educação.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**DECRETO Nº 092/2015**

DECRET O Nº 092/2015

"QUE DETERMINA A REABERTURA DE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com os artigos 88 e 89 da Lei Complementar Nº 2.300/99 fica determinada a reabertura do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2012, instaurado em 31 de Maio de 2012, por força do Decreto Nº 102/2012, referente a responsabilidade penal nos autos de representação criminal nº 063.12.001016-6 do Poder Judiciário de Santa Catarina, Comarca de São Joaquim, interessados Andre Souza Spolti, Jader Prochnow Nunes e Giulian Amaral Porto, com 2.333 paginas carimbadas, numeradas e rubricadas em 10 volumes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 082/2015**

P O R T A R I A Nº 082/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim Em - Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária SALETE DO AMARAL SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 26/02/2015 até o dia 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 26 de Fevereiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 083/2015**

P O R T A R I A Nº 083/2015

"QUE REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 079//2015 - QUE PRORROGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 054/2015, DE 02/02/2015  
QUE DETERMINA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EXATORIA MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam REVOGADOS os efeitos da Portaria Nº 079/2015,

de 26/02/2015, voltando ao expediente normal (09:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:30h).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 084/2015**

P O R T A R I A Nº 084/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013 e requerimento protocolado sob os nºs 169/2014; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da seguinte Professora: - ALINE CANDIDO ANSELMO, de 20 horas semanais, na E.E.B.M. Atília Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, para 40 horas semanais, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 19 de Fevereiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 085/2015**

P O R T A R I A Nº 085/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013 e requerimento protocolado sob os nºs 230/2015; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da seguinte Professora: - FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES EHING, de 10 horas semanais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, para 20 horas semanais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 10 de Fevereiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 086/2015**

P O R T A R I A Nº 086/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013 e requerimento protocolado sob os nºs 231/2015; Fica ALTERADA E TRANSFERIDA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da seguinte Professora: - CLAUDIA GÓSS, de 10 horas semanais, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para atuar as 20 horas semanais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Fevereiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 087/2015**

P O R T A R I A Nº 087/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - EMILIA MARCIA RODRIGUES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Assistência Social - Casa Lar, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 418/2014, de 16/09/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 088/2015**

P O R T A R I A Nº 088/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015. - JONATAS POIER GUALBERTO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 089/2015**

P O R T A R I A Nº 089/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - IOLANDA RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 19/02/2015. - IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 19/02/2015. - IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 07 (sete) dias, a contar do dia 24/02/2015. - IZETE APARECIDA LIMA WOLFF, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2015. - ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2015. - JOÃO HORMINIO FONTANELLA, ocupante do Cargo de Pintor, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 26/02/2015. - IVANIA DE FATIMA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 27/02/2015. - MARILDA FAUSTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 02/03/2015. - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 02/03/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 02/03/2015. - IZETE APARECIDA LIMA WOLFF, ocupante do Cargo de Professora, e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

**PORTARIA Nº 090/2015**

P O R T A R I A Nº 090/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015. - JOÃO HORMINIO FONTANELLA, ocupante do Cargo de Pintor, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015. - ORANDINA DE FATIMA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015. - PAULO CESAR MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de

2013/2014, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício.

#### **PORTARIA Nº 091/2015**

P O R T A R I A Nº 091/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANA ECILVIA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Geografia Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - ANA MARIA MATOS DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Anos Iniciais Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - ANGELINA COSTA LINHARES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Anos Iniciais Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - BEATRIZ CRISTINA GODOI GOULART YAMAGUCHI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Anos Iniciais Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015, em substituição a Professora Marilza Ehing de Bida que transferiu-se para o período vespertino. - CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - CRISTIANE DE FATIMA RODRIGUES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - DAIANE APARECIDA VITORINO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Pré-Escolar, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício

#### **PORTARIA Nº 092/2015**

P O R T A R I A Nº 092/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - EDNA SOLOI DA ROSA AZI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Anos Iniciais Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015, em substituição a professora Thaiz Cordova de Liz que encontra-se em licença gestação e férias. - ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - FABIANA MOREIRA HENRIQUE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, na área de Pré-Escolar, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - GLAUCIA APª. BRILLINGER RODRIGUES ALMEIDA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Anos Iniciais Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Anos Iniciais, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - MARIA HELENA NUNES RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Nelo Souza, Bairro Três Pedrinhas, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.  
ULADIMIR DEMECIANO  
Prefeito Municipal - Em Exercício



**PORTARIA Nº 093/2015**

P O R T A R I A Nº 093/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - MARLI PEREIRA CARDOSO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - MARLISE PADILHA NESI, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira,, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - RITA DE CASSIA RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Anos Iniciais, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015, em substituição a professora Daniela Ribeiro Warmeling, que encontra-se em licença Gestação. - ROSEMARY DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de 2º Professor, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - SILVANA PEREIRA SCHLICHTING, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Antonio Aguiar Nunes, Localidade de São Sebastião do Avoredo, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - SÔNIA LARA BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - TATIANA SOUZA ARRUDA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Matemática, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015. - VIVIANE PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 02 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício

**São José****PREFEITURA****ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015 - Processo nº 068/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para pavimentação e gradis em ferro do terreno da UBS Vista Bela, no bairro Areias, Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 30 de março de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 30 de março de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**CONTRATO/CT: Nº 017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 017/2015 - IN 023/2014 - Processo 439/2014 - Contratado: SETUF - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. Objeto: Aquisição de vale-transporte para pacientes da Rede Municipal de Saúde, que necessitem de auxílio para realização de seus tratamentos ou exames fora do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$86.850,96 - oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos. Data da Assinatura do Contrato: 02 de março de 2015.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2014 - Processo nº 210/2014. Fornecedores: CASA DOS TROFEUS LTDA - EPP; TRAC-TON IND. E COM. CONFECÇÕES LTDA ME; e ADBX - COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual aquisição de materiais esportivos, troféus e medalhas destinados a realização de eventos da Fundação Municipal de Esporte e Lazer. Valor Total: R\$628.100,00 - seiscentos e vinte e oito mil e cem reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2014 - Processo nº 226/2014. Fornecedor: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de tubos de concreto, lajotas e meio fios para manutenção do sistema viário e manutenção, implantação e ampliação de drenagem pluvial do Município de São José. Valor Total: R\$64.000,00 - sessenta e quatro mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2014 - Processo nº 256/2014. Fornecedores: MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA ME; RORIZ INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA; e PHILHARMONIE IMPORTAÇÃO EEXPORTAÇÃO LTDA - ME. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais de consumo destinados a escola de música da Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Valor Total: R\$118.377,00 - cento e dezoito mil, trezentos e setenta e sete reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014 - Processo nº 356/2014. Fornecedores: LUIZ FERNANDO SEBOLD; ATACADO LITORAL CATARINENSE LTDA ME; e HP & E COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais e utensílios de limpeza e conservação, destinados a 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José/SC. Valor Total: R\$8.459,00 - oito mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2014 - Processo nº 392/2014. Fornecedor: MB CONFEITARIA LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break a serem consumidos nos eventos da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$68.000,00 - sessenta e oito mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2014 - Processo nº 404/2014. Fornecedor: MB CONFEITARIA LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de coffee break destinados aos eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$87.000,00 - oitenta e sete mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014 - Processo nº 424/2014. Fornecedor: CANTUR TURISMOP LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual locação de 01 (um) veículo micro-ônibus, com no mínimo 24 (vinte e quatro) lugares para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (atenção básica), no transporte de pessoas para tratamento de saúde em diversos municípios do estado. Valor Total: R\$135.000,00 - cento e trinta e cinco mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**REVOGAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº 002/2014 - Processo nº 056/2014: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para recuperação de galeria de drenagem pluvial, demolição e reconstrução na Rua Domingos Pedro Hermes em frente à residência de número 632. Motivo: Por razões de interesse público.

**REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014 - Processo nº 391/2014: Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos básicos para serem distribuídos nas unidades básicas de saúde, programa DST/AIDS e prontos atendimentos estendido vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

**TERMO ADITIVO Nº 128/2014-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 128/2014-01 - TP 003/2014 - Processo 013/2014 - Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME. Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação e drenagem em diversas ruas e servidões no Município de São José. Supressão: O Contrato original sofrerá

supressão no percentual de 3,25%, o que corresponde ao valor total de R\$ 26.591,16 (vinte e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e dezesseis centavos). Acréscimo Quantitativo: O Contrato original será readequado quantitativamente em 3,25%, o que corresponde ao valor total de R\$ 26.591,16 (vinte e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e dezesseis centavos). Valor: O valor do Contrato nº 128/2014, que é de R\$ 817.566,85 (oitocentos e dezessete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), não sofrerá nenhum impacto financeiro com este Termo Aditivo de Readequação. Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA N.062/2015**

PORTARIA Nº 062/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. - EXONERAR - A Servidora SIMONE PROSDOSSIMI STAHELIN SCHMITT, do cargo de Oficial de Gabinete Parlamentar I- CC1, lotados no Gabinete do Vereador Telmo Pedro Vieira, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.063/2015**

PORTARIA Nº 063/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - A Senhora CARMEN LUCIA BORBA CORDEIRO, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Telmo Pedro Vieira, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.064/2015**

PORTARIA Nº 064/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. - EXONERAR - O Servidor MARCELO GARCEZ, do cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador Wallace Avanir de Souza, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.065/2015**

PORTARIA Nº 065/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. - EXONERAR - O Servidor JOÃO DAVID GARCIA, do cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador Wallace Avanir de Souza, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.066/2015**

PORTARIA Nº 066/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. - EXONERAR - O Servidor ALISSON MACHADO ANTÔNIO, do cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador Wallace Avanir de Souza, conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.067/2015**

PORTARIA Nº 067/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor JOÃO DAVID GARCIA, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 5 de janeiro de 2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.068/2015**

PORTARIA Nº 068/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor ALISSON MACHADO ANTÔNIO, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009, com efeitos a partir de 5 de janeiro de 2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.069/2015**

PORTARIA Nº 069/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor MARCELO GARCEZ, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.070/2015**

PORTARIA Nº 070/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor CARLOS EDUARDO DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA N.071/2015**

PORTARIA Nº 071/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Senhor FERNANDA DE ANDRADE RIOS, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **PORTARIA N.072/2015**

PORTARIA Nº 072/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 III , a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005 e Considerando o disposto no art. 9º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011 que requer a criação, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Público, de serviço de informações ao cidadão para coordenar o atendimento dos respectivos pedidos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor GABRIEL NIENKOTER para responder pelo Serviço de acesso à informação da Câmara, instituindo pela Resolução nº 431 de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **PORTARIA N.073/2015**

PORTARIA Nº 073/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Servidor DAVI LUIZ LEMOS SCHWAHN , do cargo de COORDENADOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 07 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **PORTARIA N.074/2015**

PORTARIA Nº 074/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. - EXONERAR - O Servidor RODRIGO LUIZ FONTOURA, do cargo de SECRETÁRIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel , conforme lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.  
Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **PORTARIA N.075/2015**

PORTARIA Nº 075/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor DAVI LUIZ LEMOS SCHWAHN, para exercer o cargo em comissão de SECRETARIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Maciel, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **PORTARIA N.076/2015**

PORTARIA Nº 076/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Senhor RODRIGO LUIZ FONTOURA, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I - , lotado no Gabinete da Vereador Túlio Maciel, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 09 de março de 2015.  
Orvino Coelho de ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.285/2010-8.**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.285/2010-8. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o município de São Lourenço do Oeste. OBJETO: Cessão do veículo marca Fiat, modelo Ducato Mult, ano/modelo 2009/2009, cor vermelha, chassi nº 93W245H3392041718, placas MGU-4195. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: São Lourenço do Oeste, 09 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Geraldino Cardoso, pelo município.

#### **EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.287/2010-4.**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.287/2010-4. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o município de São Lourenço do Oeste. OBJETO: Cessão do veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Way, ano/modelo 2009/2010, cor vermelha, chassi nº 9BD15844AA6321464, placas MGU-3405. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: São Lourenço do Oeste, 09 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Geraldino Cardoso, pelo município.

#### **EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.288/2010-2.**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.288/2010-2. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o município de São Lourenço do Oeste. OBJETO: Cessão do veículo marca Fiat, modelo Siena Fire, ano/modelo 2009/2010, cor vermelha, chassi nº 9BD17206LA3515776, placas MGU-3415. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: São Lourenço do Oeste, 09 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Geraldino Cardoso, pelo município.

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS – 1º DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2015.****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/3  
Data: 11/03/2015  
Hora: 09:21:53  
Período: 01/01/2015 - 28/02/2015

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 12/01/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	341.861,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	85.465,41
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	142.442,35
<b>Total de recursos recebidos em 12/01/2015:</b>			<b>569.769,40</b>

**Recursos recebidos em: 22/01/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saude Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	9.670,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	16.700,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	13.125,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância Epidemiológica	4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	22.487,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	33.462,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	13.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde da Família - SF	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	45.390,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	19.562,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	96.884,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	119.533,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	29.883,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância em Saúde	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	4.557,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	49.805,54
<b>Total de recursos recebidos em 22/01/2015:</b>			<b>474.261,51</b>

**Recursos recebidos em: 27/01/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	316.644,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	474.967,17
<b>Total de recursos recebidos em 27/01/2015:</b>			<b>791.611,95</b>

**Recursos recebidos em: 30/01/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	232.184,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PBFI	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	8.400,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PETI	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	3.322,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	10.368,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	107.419,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	257.807,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	5,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	199.239,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-BF	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	2.484,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	20,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD SUAS	4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	1.100,53
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	132.826,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PPD	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	1.487,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	8,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	64.451,97

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

 Notificação de Recebimento de Recursos  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/3  
 Data: 11/03/2015  
 Hora: 09:21:53  
 Período: 01/01/2015 - 28/02/2015

**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 30/01/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	UBS Reformas	4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	32.385,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	44.640,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Rec.Fund.Nac. As. Social - PFMC2	4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	6.500,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	13.156,30
<b>Total de recursos recebidos em 30/01/2015:</b>			<b>1.117.810,28</b>

**Recursos recebidos em: 11/02/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	208.474,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	500.338,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	125.084,66
<b>Total de recursos recebidos em 11/02/2015:</b>			<b>833.897,75</b>

**Recursos recebidos em: 13/02/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	396,29
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	174.126,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	261.189,59
<b>Total de recursos recebidos em 13/02/2015:</b>			<b>435.712,28</b>

**Recursos recebidos em: 18/02/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	UBS Reformas	4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	32.385,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	PAB FIXO	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	95.602,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde da Família - SF	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	45.390,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	33.462,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	156.307,66
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	104.205,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	13.125,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saude Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	9.670,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Vigilância Epidemiológica	4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	14.913,13
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	82.325,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	13.200,00
<b>Total de recursos recebidos em 18/02/2015:</b>			<b>600.586,28</b>

**Recursos recebidos em: 23/02/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	UBS Reformas	4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	-32.385,45
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	46.060,31
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	11.515,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	19.191,80
<b>Total de recursos recebidos em 23/02/2015:</b>			<b>44.381,74</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**Notificação de Recebimento de Recursos  
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 3/3  
Data: 11/03/2015  
Hora: 09:21:53  
Período: 01/01/2015 - 28/02/2015**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

**Recursos recebidos em: 27/02/2015**

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cirurgias Eletivas	4.1.7.2.1.33.19.00.00.00	284,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	78.236,57
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-BF	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	2.487,72
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	187.767,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	11.317,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	46.941,94
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	205.870,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	192.188,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PPD	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	2.975,84
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	137.247,02
<b>Total de recursos recebidos em 27/02/2015:</b>			<b>865.317,31</b>

**TOTAL GERAL:****5.733.348,50**

SÃO LOURENÇO DO OESTE, SC, 11 de março de 2015.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2015

ATADE REUNIÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SORTEIO PÚBLICO DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2015

Aos onze dias do mês de março do ano de 2015, às 11:00 horas, na Sala de Licitações do Município de São Miguel do Oeste/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, visando proceder ao sorteio público dos 03 nomes que comporão a Subcomissão Técnica que analisarão as eventuais propostas técnicas que vierem a ser apresentadas neste certame licitatório. Na ocasião, verificada a necessidade de atendimento do preceito estabelecido no §4º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, determinou-se a designação de nova data para realização do sorteio público para o dia 16 de março de 2015, às 09 horas, nas dependências do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, SC, com sede na Rua Marcílio Dias, 1199.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelos membros da Comissão e pelos demais presentes, os quais já restaram intimados da nova data para realização do sorteio público.

TÂNIA MARIA BACIN

Presidente da Comissão de Licitação

### DECRETO Nº .8269 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 8.269/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

#### NOMEAR

Art. 1º Os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste, de acordo com a Lei nº 6.976 de 23 de julho de 2014, com as respectivas representações:

#### I - REPRESENTANTES DO GOVERNO

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO - Titular

KARISE ANELISE SCHMITT FERREIRA - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Ação Social:

SILVIA MARIA B FRANDOLOSO - Titular

ROMILDE SALETE GAYARDO - Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

TEREZINHA OSMARI BAGATINI - Titular

MARLENE DOLORES BALESTRIN - Suplente

#### II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Representante do Hospital Regional Teresinha Gaio Basso:

CLÁUDIO MARMENTINI - Titular

SÉRGIO THOMAZONI - Suplente

Representante da Associação de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Extremo Oeste Catarinense:

ADRIANA DESSUY - Titular

DIOGO ANDRÉ ORO SPENLGER- Suplente

Representante da Clínica de Diagnóstico de Imagem -CDI/Vision:

SANDRA MARA CARON - Titular

DANIEL FELIPE DILL - Suplente

#### III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Representante do Conselho Regional de Medicina - CRM:

MAURO PRIMO DELANOY - Titular

ALISSON SAMOEL RODRIGUES - Suplente

Representante do Conselho Regional de Enfermagem - COREN:

DANIELLE NARDI - Titular

KEURYN LAZAROTTO - Suplente

Representante do Conselho Regional de Psicólogos:

ESTELA MARIS DAMO - Titular

Representante do Conselho Regional de Farmácia - CRF

LEA REGINA CONRADO COSTA LIMA - Titular

EVERTON BOFF - Suplente

Representante do Conselho Regional de Nutricionistas - CRN

DEYSE THAISE BURIN - Titular

CIRLENE MATHIELLO - Suplente

Representante do Conselho Regional de Odontologia - CRO

DALVO VIEIRA DE OLIVEIRA - Titular

EZEQUIEL SIGNOR - Suplente

#### IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

Representante da Pastoral da Criança:

CLÉRIA BITDINGER COBALCHINI - Titular

LACI REGERT - Suplente

Representante da Pastoral da Saúde:

MARIA EDIR JEZIORSKI - Titular

CEZÁRIA JUVENARDI - Suplente

Representante dos Clubes de Serviços:

JUDITE NAIR CORÁ - Titular

BERNARDETE THEISEN SCHULZ- Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

LÍRIO LINO WATHIER - Titular

MARGARETH ZANETTI BUENO - Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação:

INÁCIO HEMSING - Titular

MARINES SPIES - Suplente

Representante da UNIÃO DAS Associações dos Moradores de Bairros - UAMB

NERI MAZIERO - Titular

NILVA M DAL PIVA SCARIOT- Suplente

Representante dos Trabalhadores no Comércio:

SOLANGE TEREZINHA MASSINHANI - Titular

IVANIR MARIA REISDORFER - Suplente

Representante da Associação dos Pais e Amigos dos Surdos - APAS:

LEONICE PEROSA - Titular

ROSEMERI BAMPI - Suplente

Representante do Conselho Municipal do Idoso:  
FELIPE GEREMIAS - Titular  
NADIL ALVES MORIGI - Suplente

Representante do Conselho das Igrejas:  
IRACI GASPERIN - Titular  
MARIA EDIR JEZIORSKI - Suplente

Representante da ACOMAR:  
JOCEMAR LAZZARI - Titular  
ELENIR CARDOSO DE MORAES - Suplente

Representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer:  
MARIA SEHNEM STEFFENS - Titular  
ANA MARIA PERTILE - Suplente

Art. 2º O exercício do mandato dos Conselheiros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.123 de 31 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em, 09 de março de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração  
Este Decreto foi publicado  
na presente data.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnica Administrativa

**DECRETO Nº 8.243 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.243/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 13/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 8 de 19/01/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinado a merenda escolar para os alunos da Rede Municipal, da Educação Infantil, creches (PNAC), alunos de ensino fundamental(PNAC), (PNAE) do convênio nº 880706, alunos do PROEJA, Escolas de campo, para o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constante no anexo I do Edital..

CONSIDERANDO, que em virtude de adequações necessárias no edital, para inclusão das novas regras da Lei Complementar Federal nº 147/2014.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 13/2015, modalidade Pregão Presencial nº 8 de 19/01/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 04 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.244 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015, MODALIDADE LICITAÇÃO Nº 4/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.244/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015, MODALIDADE LICITAÇÃO Nº 4/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 15/2015, modalidade de Licitação nº 4 de 19/01/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Lei nº 11.947 do FNDE, conforme convênio nº 880706, para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses.

CONSIDERANDO, que a empresa participante não apresentou a documentação exigida no edital;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 15/2015, modalidade Licitação nº 4 de 19/01/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 04 de janeiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.245 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.245/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 7/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 2 de 30/01/2015, do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto a contratação de empresa de transporte para atendimentos sócio assistenciais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que houve erros da respectiva Secretaria, na discriminação dos itens licitados;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 7/2015, modalidade Pregão Presencial nº 2 de 30/01/2015, do Fundo Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste - SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 05 de janeiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.251 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE CHÁCARA DE PROPRIEDADE DE ROQUE SEMILDO VOGT**

DECRETO Nº 8.251/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, da Chácara nº 10-C, com área de 40.000,00m², da subdivisão do bloco nº X, sem benfeitorias, sito no Perímetro Urbano, Secção Guamerim, São Miguel do Oeste - SC, matrícula 5.007, propriedade de: Roque Semildo Vogt, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações: DESMEMBRAMENTO:

Parte da Chácara nº 10-C, com área de 5.000,00m², sendo 329,38m² não edificáveis e 4.670,62m² edificáveis, confrontando em conjunto: Ao Norte: com Parte da Chácara nº 25, pertencentes ao Bloco XI, por linha seca de 50,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 78, por travessão de 100,00m; Ao Sul: com Parte da mesma Chácara nº 10-C, por linha seca de 50,00m; Ao Oeste: com Parte da mesma Chácara nº 10-C, por linha seca de 100,00m REMANESCENTE:

Parte da Chácara nº 10-C, com área de 35.000,00m², sendo 959,83m² não edificáveis e 34.040,17m² edificáveis, confrontando: Ao Norte: com Parte das Chácaras nº 24 e nº 25, pertencentes ao Bloco XI, por linha seca de 110,00m; Ao Leste: com Parte da mesma Chácara nº 10-C, por linha seca de 100,00m; Novamente ao Norte: com Parte da mesma Chácara nº 10-C, por linha seca de 50,00m; Novamente ao Leste: com parte do Lote nº 78, por travessão de 150,00m; Ao Sul: com parte do bloco nº 10, por linha seca de 160,00m; Ao Oeste: com a chácara nº 10-B, por linha seca de 250,00m.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.202 de 09 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 12 de fevereiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.252 - APROVA DESDOBRAMENTO DRUSIANA ZANIN**

DECRETO Nº 8.252/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO, do lote 127, com área de 587,90m², localizado na Rua Joaquim Nabuco, Loteamento Planalto, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste-SC,



registrado sob matrícula nº 24.418, de propriedade de Drusiana Luiza Zanin, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

**DESDOBRAMENTO:**

Lote urbano nº 127-A, com área de 270,00m<sup>2</sup>, confrontando: AO OESTE: Com a Rua Joaquim Nabuco, medindo 10,95 metros. AO NORTE : Com parte do lote urbano nº 126, por linha seca, medindo 22,95 metros. AO LESTE : Com o lote 127-B, por linha seca medindo 12,70 metros. AO SUL : Com parte do lote 127-B, por linha seca, medindo 22,90 metros.

Lote urbano nº 127-B, com área total de 317,90m<sup>2</sup>, sendo divididas em área edificável de 249,20m<sup>2</sup> e área de acesso não edificável de 68,70m<sup>2</sup>, confrontando: AO OESTE: Com a Rua Joaquim Nabuco, medindo 3,00 metros. AO NORTE : Com o lote 127-A, medindo 22,90 metros. NOVAMENTE AO OESTE: Com o lote 127-A medindo 12,70 metros. NOVAMENTE AO NORTE : Com parte do lote 126, medindo 15,13 metros. AO LESTE : Com a área nº 33, por linha seca medindo 16,87 metros. AO SUL : Com parte da chácara nº 103, por linha seca, medindo 38,26 metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 12 de fevereiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.253 - APROVA DESDOBRAMENTO ANTONIO STALISLAWSKI ROGOFSKI**

DECRETO Nº 8.253/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO, dos lotes urbanos nºs 07 e 08, com área total de 1.080,06m<sup>2</sup>, inscritos nas matrículas nº 42.389 e 42.390, localizados na Rua Nadir José Bertuol, Loteamento Belfin II, Bairro São Jorge, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste- SC, de propriedade de ANTONIO STANISLAVSKI ROGOFSKI, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

**DESDOBRAMENTO:**

Parte do lote urbano nº 07 com área de 231,00m<sup>2</sup>, confrontando: ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca de 22,00 metros; ao leste, com a Rua Nadir José Bertuol, medindo 10,50 metros; ao sul, com parte do lote urbano nº 06, por linha seca de 22,00 metros; ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca medindo 10,50 metros.

**DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO**

Parte dos lotes urbanos nºs. 07 e 08 com as áreas respectivas 33,00m<sup>2</sup> e 198,00m<sup>2</sup>, num total de 231,00m<sup>2</sup>, confrontando em conjunto: ao norte, com parte do mesmo lote urbano nº 08, por

linha seca de 22,00 metros; ao leste, com a Rua Nadir José Bertuol, medindo 10,50 metros; ao sul, com parte do mesmo lote urbano nº 07, por linha seca de 22,00 metros; ao oeste, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs. 07 e 08, por linha seca de 10,50 metros.

Parte dos lotes urbanos nºs. 07 e 08 com as áreas respectivas 261,60m<sup>2</sup> e 356,46m<sup>2</sup>, num total de 618,06m<sup>2</sup>, (sendo no lote nº 07 a área não edificável de 84,00m<sup>2</sup> e edificável a área de 177,60m<sup>2</sup>; no lote nº 08 as áreas não edificáveis de 84,00m<sup>2</sup> e 66,00m<sup>2</sup> e edificável a área de 206,46m<sup>2</sup>), confrontando em conjunto: ao norte, com os Lotes nº 09, 10 e 11, por linha seca de 47,41 metros; ao leste, com a Rua Nadir José Bertuol, medindo 3,00 metros; ao sul, com parte do mesmo lote urbano nº 08, por linha seca de 22,00 metros, novamente ao leste, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs. 07 e 08, por linha seca de 21,00 metros, novamente ao sul, com parte do lote urbano nº 06, por linha seca de 20,60 metros; ao sudoeste, pelo eixo de uma estrada existente, medindo 24,48 metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 12 de fevereiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.254 - APROVA REMEMBRAMENTO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA LTDA**

DECRETO Nº 8.254/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, de parte do Lote Urbano n.º 172 e dos Lotes Urbanos nºs 173, 174 e 175, com as áreas de 1.000,00 m<sup>2</sup>, 1.754,00 m<sup>2</sup>, 1.724,00 m<sup>2</sup> e 1.694,00 m<sup>2</sup> respectivamente, totalizando a área de 6.172,00 m<sup>2</sup> (seis mil cento e setenta e dois metros quadrados), com uma edificação comercial em alvenaria medindo 2.523,60 m<sup>2</sup>, conforme as matrículas de n.º 12.773 e 36.539, localizados no perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

**REMEMBRAMENTO:**

Parte do Lote Urbano n.º 172 e os Lotes Urbanos nºs 173, 174 e 175, com as áreas de 1.000,00 m<sup>2</sup>, 1.754,00 m<sup>2</sup>, 1.724,00 m<sup>2</sup> e 1.694,00 m<sup>2</sup> respectivamente, totalizando a área de 6.172,00 m<sup>2</sup> (seis mil cento e setenta e dois metros quadrados), com uma edificação comercial em alvenaria medindo 2.523,60 m<sup>2</sup>, confrontando-se: Norte em 80,00 metros, com a Rua Chuí; Oeste em 83,95 metros, com a Rua XV de Novembro; Sul em 60,17 metros, com a Rua 1º de Janeiro; Leste em 38,45 metros, com Parte do Lote Urbano nº 172, por linha seca. Sul em 20,00 metros, com Parte do Lote Urbano nº 172, por linha seca; Leste em 50,00 metros, com

Parte do Lote Urbano nº 171, por linha seca.  
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.  
Em, 12 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.255 - AUTORIZA CORTE DE ÁRVORES** DECRETO Nº 8.255/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Legustro, localizadas na Rua Santos Dumont nº 916, Centro, neste Município, em razão do crescimento exagerado de raízes e com sinais de deterioração, por estar próximo do acesso à garagem e a execução no local de um novo passeio público.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canela, Ipê ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 19 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.256 - AUTORIZA CORTE DE ÁRVORES** DECRETO Nº 8.256/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie

Abacateiro, localizada na Rua Hélio Wassun nº 558, Centro, neste Município, devido ao fato de estar secando, podendo causar eventualmente risco de queda em pessoas ou patrimônio.  
Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canela, Ipê ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 19 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.257 - AUTORIZA CORTE DE ÁRVORES** DECRETO Nº 8.257/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Ipê, localizada na Rua Almirante Tamandaré nº 1270, Centro, neste Município, devido ao fato de causar obstrução prejudicial à edificação em questão e por motivo de segurança.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, da espécie Pau-Brasil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 19 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.258-APROVA DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO MALLMANN**

DECRETO Nº 8.258 /2015

APROVA DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA N. 19.833, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE ABÍLIO SIMON E REMEMBRAMENTO DOS IMÓVEIS OBJETOS DAS MATRÍCULAS NS. 12.450, 39.373 E 19.833, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS SOB DE PROPRIEDADE DE PLOUDINEI IRONI MALLMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 01, com área de 91,55 m², localizado na Rua Florianópolis, objeto da Matrícula n. 19.883, de Propriedade de Abílio Auri Simon em duas áreas que passam a ter as seguintes confrontações:

I - Parte do Lote Urbano n. 01, com área de 33,29m², confrontando: ao norte: com parte da Chácara 20, por linha seca de 17,60 m; ao leste: com o mesmo lote 01, por linha seca de 1,87m; ao sul: com a Rua Florianópolis, medindo 17,68m; ao oeste: com o lote urbano n. 32, do Loteamento Klein e Filhos por linha seca de 1,95m;

II - Parte do Lote Urbano n. 01, com área de 58,26 m² confrontando: ao norte: com o Lote urbano n. 01 do loteamento Jardim América, por linha seca de 32,55m; ao leste: Rua José Klein (antiga Rua General Flores da Cunha), medindo 1,71m ao sul: com a Rua Florianópolis, medindo 32,55 m; ao oeste: com o mesmo lote urbano 01, por linha seca de 1,87 m.

Art. 2ª Fica aprovado o remembramento da Chácara n. 20, com área de 34.000,00m², objeto da Matrícula n. 12.450 do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, com a Parte da Gleba n. 21-A, com área de 12.940,10m², objeto da Matrícula n. 39.373 do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, ambas de propriedade de Ploudinei Ironi Mallmann e a área desdobrada constante do art. 1º, I, de 33,29m², de propriedade de Abílio Auri Simon, passando a formar um único imóvel com área de 46.973,39m², passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Chácara n. 20, com área de 34.000,00m², parte da Gleba 21-A com área de 12.940,10m² e parte do lote urbano 01 com área 33,29m², totalizando 46.973,39m², confrontando em conjunto: Ao norte: com o lote nº 35, do loteamento Manica, com a Rua 30 de Dezembro, com o lote nº 34 e parte do lote 22, do loteamento Manica, por linha seca de 197,74 metros; ao sudeste, ao sul, novamente a sudeste, novamente ao sul, novamente a sudeste, novamente a sul: com a mesma gleba 21-A, por seis (6) linhas secas, medindo 22,00 metros; 2,68 metros; 18,06 metros; 4,83 metros; 3,10 metros; 23,59 metros, respectivamente; ao leste com a mesma gleba 21-A, por uma linha seca de 31,24 metros; novamente ao Norte: com a Gleba 21-A, Rua Ângelo Longhi, Glebas 21-B, 21-C e 21-D e com parte da Chácara 21, por linha seca de 302,17 m; novamente ao Leste: com parte do lote urbano n. 29 e com os lotes urbanos ns. 28, 27, 26 e 25 do Loteamento Jardim América e com Parte do lote Urbano nº 01, por linha seca de 72,73m, novamente ao sul com a Rua Florianópolis por linha seca de 17,68m, a oeste: com o

lote urbano n.32, do Loteamento Klein e Filhos, por Linha de 1,95m; novamente ao sul: lote urbano n.32, do Loteamento Klein e Filhos, com o Lote urbano n. 01 do Loteamento Artuso, com parte das chácaras ns 41 e 42, do Município de São Miguel do Oeste, por linha seca de 460,07 metros; novamente ao oeste; com

a sanga Guamerin, que divide com a chácara n. 19 numa extensão de 150,54 m.

Parágrafo único. A área lembrada tem a seguinte destinação:

Área não edificável 9.606,69 m², assim distribuída:

Área de Preservação Permanente (APP) de 4.453,10m²;

Área com Declividade Superior a 30% de 843,25 m²;

Área destinada ao prolongamento da Rua Ângelo Longhi de 1.490,34 m²;

Área destinada ao prolongamento da Rua 30 de Dezembro de 2.820,00 m².

Área edificável de 37.366,70 m².

Art. 3º Fica aprovado o remembramento do lote nº 25, matrícula 20.614, do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, com área de 496,05 m de propriedade de ITACIR ANTONIO PEROZA, com parte do lote nº 01, matrícula 19.883, com área remanescente de 58,26 m, do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, de propriedade de ABILIO AURI SIMON, e a área desdobrada constante do art. 1º, II, de 58,26m², passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Lote Urbano n. 25 e parte do lote urbano com área de 554,34m², confrontando em conjunto: ao norte com o lote nº 26, numa extensão de 32,68m seguindo ao leste Com a Rua Jose Klein, numa extensão de 17,00 m, ao sul com a Rua Florianópolis, numa extensão de 32,535m; ao oeste: com parte do lote urbano n. 01 e com parte da chácara n. 20, por linha seca de 17,00m.

Art. 4º Fica revogado na integra o Decreto nº 8.010 de 13 de março de 2014.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC,  
Em 23 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado  
no Diário Oficial dos Municípios.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnica Administrativa

**DECRETO Nº 8.262 - REVOGA DECRETO Nº 8.170**

DECRETO Nº 8.262/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 8.170 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO, que é necessária a legalização através de Lei Municipal, dos imóveis constantes neste Decreto, para efetuar o registro no Cartório de Registro de Imóveis; CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogado na integra o decreto nº 8.170/2014 de 13 de outubro de 2014, que aprova o desdobramento de parte da chácara nº 79-C, com área de 4.696,70m², sito no Bairro Estrela, no município de São Miguel do Oeste-SC, de propriedade de ALOISIO ROPKE, registrado sob matrícula nº 41.911.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 26 de fevereiro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado  
na presente data.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

#### **EXT. CONTRATO 01.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 01/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015  
OBJETO: Locação do imóvel sob matrícula nº 29.292, com área total de 3.000m², com prédio de alvenaria com pavimento térreo medindo 1.280m², localizado na esquina das Ruas La Salle e Rui Barbosa, centro em São Miguel do Oeste-SC., para o período de 12 meses, conforme laudo de indicação da Comissão designada pela Portaria nº 231/2014, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência.  
VALOR: R\$ 9.243,00 mensal  
CONTRATADO: RUTH ELLEN BALU GRIMM, SUZANE MARIE BLAU GRIMM, CRISTINA MILENA BARBOSA, RODRIGO LUIZ BARBOSA, PATRICIA BEATRIZ BARBOSA.  
VIGÊNCIA: 12 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: MARIA MADALENA BLAU GRIMM - Procuradora

São Miguel do Oeste, SC., 27 de janeiro de 2015.

#### **EXT. CONTRATO 02.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 02/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 06/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 03/2015  
OBJETO: Contratação de serviços com fornecimento de material (CBUQ) e tudo mais que se fizer necessário para a manutenção e recuperação de pavimentação asfáltica compreendendo corte, requadramento dos buracos, pinturas de ligação e camada de asfalto nas ruas do perímetro urbano de São Miguel do Oeste/SC, conforme as quantidades e especificações constantes na AF. nº 154/2015.  
VALOR: R\$ 294.000,00  
CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA.  
VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI

São Miguel do Oeste, SC., 30 de janeiro de 2015.

#### **EXT. CONTRATO 03.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 03/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 05/2015  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados para o Programa da Secretaria Municipal de Educação AABB Comunidade, para o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF. nº 155/2015.  
VALOR: R\$ 27.175,10  
CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP.  
VIGÊNCIA: 6 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI

São Miguel do Oeste, SC., 02 de fevereiro de 2015.

#### **EXT. CONTRATO 04.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 04/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 06/2015  
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 158/2015.  
VALOR: R\$ 52.053,90  
CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME.  
VIGÊNCIA: 6 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015

#### **EXT. CONTRATO 05.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 05/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 06/2015  
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 156/2015.  
VALOR: R\$ 16.894,00  
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.  
VIGÊNCIA: 6 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015



**EXT. CONTRATO 06.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 06/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 160/2015.

VALOR: R\$ 44.808,77

CONTRATADO: DAIANE PICININI ME

VIGÊNCIA: 6 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DAIANE PICININI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 07.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 07/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 157/2015.

VALOR: R\$ 22.575,00

CONTRATADO: HSW COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

VIGÊNCIA: 6 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DIRLEI JOSÉ PALOSCHI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 08.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 08/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 159/2015.

VALOR: R\$ 11.598,00

CONTRATADO: MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA

VIGÊNCIA: 6 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADECIR NICOLODI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 09.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e higiene destinados a manutenção e conservação das unidades escolares do Ensino Fundamental da Rede Municipal, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 161/2015.

VALOR: R\$ 18.604,00

CONTRATADO: ROBERTO MISTURA ME

VIGÊNCIA: 6 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO MISTURA

São Miguel do Oeste, SC., 03 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 10.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 10/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados aos alunos que apresentam problemas de alergia ou intolerância alimentares para os alunos da educação infantil, da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses de acordo com as quantidades e especificações constantes na AF nº 163/2015

VALOR: R\$ 9.247,56

CONTRATADO: DAIANE PICININI ME

VIGÊNCIA: 6 MESES.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DAIANE PICININI

São Miguel do Oeste, SC., 04 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 11.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 11/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS NOVAS E PROTETORES DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 138.046,00

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: HERLON RICARDO SATO

São Miguel do Oeste, SC., 13 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 12.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS NOVAS E PROTETORES DESTINADOS PARA OS VEICULOS E MAQUINARIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 81.830,00

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: PAULINHO GREGGIO

São Miguel do Oeste, SC., 13 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 13.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 13/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS NOVAS E PROTETORES DESTINADOS PARA OS VEICULOS E MAQUINARIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 69.174,00

CONTRATADO: JK PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: IGOR TERNUS

São Miguel do Oeste, SC., 13 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 14.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 14/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CONserto, TROCA E MONTAGEM DE PNEUS, BALANCEAMENTO, RECAPAGENS, VULCANIZAÇÃO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINARIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES..

VALOR: R\$ 296.410,00

CONTRATADO: AR PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO CARLOS CASARIL

São Miguel do Oeste, SC., 18 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 15.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 15/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CONserto, TROCA E MONTAGEM DE PNEUS, BALANCEAMENTO, RECAPAGENS, VULCANIZAÇÃO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINARIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 64.716,00

CONTRATADO: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: RENATO SADI BAUERMANN

São Miguel do Oeste, SC., 18 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 16.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 16/2015

OBJETO: Contratação para serviço de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo mais que se fizer necessário para a execução de calçada/passeio em paver nas ruas centrais da cidade, de acordo com o repasse nº 370.726-89/2011/MCIDADES/CAIXA, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiros e projetos.

VALOR: R\$ 275.582,45

CONTRATADO: CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA ME

VIGÊNCIA: 03 MESES.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA ME

São Miguel do Oeste, SC., 19 de fevereiro de 2015.

**EXT. CONTRATO 17.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 17/2015

OBJETO: Contratação para serviço de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo mais que se fizer necessário para a pavimentação com pedras irregulares nas ruas: Bento Gonçalves, Serafin Bedin, Afonso Arinos de acordo com o contrato de repasse nº 1.016.447-10/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiros e projetos.

VALOR: R\$ 237.127,25

CONTRATADO: RS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 03 MESES.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: RS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

São Miguel do Oeste, SC., 19 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 18.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 18/2015

OBJETO: Contratação para serviço de mão de obra com fornecimento de materiais para pavimentação com pedras irregulares, drenagem pluvial e passeio na Comunidade Vila Nova no Bairro São Luiz, nas ruas B,C,D,F,G,H,I, de acordo com o contrato de repasse nº 297.916.31/2009/MCIDADES/CAIXA, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiros e projetos.

VALOR: R\$ 477.232,64

CONTRATADO: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 05 MESES.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: : BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

São Miguel do Oeste, SC., 19 de fevereiro de 2015.

**EXT. CONTRATO 19.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL 11/2015

OBJETO Aquisição de Combustíveis destinados para os veículos e Maquinários das Secretarias Municipais, conforme as quantidades e especificações constante no edital.

VALOR: R\$ 976.125,00

CONTRATADO: ABASTECEDORA DALTOÉ LTDA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ELTON ROQUE DALTOÉ

São Miguel do Oeste, SC., 20 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 20.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 20/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 23/2015

CARTA CONVITE 01/2015

OBJETO AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE (CBUQ) PARA APLICAÇÃO A FRIO A SEREM UTILIZADOS PARA TAPA BURACOS NAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA CIDADE, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

VALOR: R\$ 28.200,00

CONTRATADO: NACIONAL ASFALTOS LTDA

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: RAIMUNDO RADAVELLI

São Miguel do Oeste, SC., 23 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 21.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 21/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2015

INEXIGIBILIDADE 06/2015

OBJETO Contratação de espaço para exibição de vídeos institucionais e de orientações sociais e educativas da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, nas sessões de cinema da cidade de São Miguel do Oeste - SC., de acordo com as quantidades

e especificações constantes no anexo I do edital.

VALOR: R\$ 15.400,00

CONTRATADO: CINE TEATRO PEPERI LTDA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ADILSON JOÃO BALDISSERA

São Miguel do Oeste, SC., 26 de fevereiro de 2015

**EXT. CONTRATO 22.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 22/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015

INEXIGIBILIDADE 12/2015

OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES (PNAC), ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA, ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERÍODO DE 06 MESES, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 167.929,28

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME

VIGÊNCIA: 06 MESES.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 23.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 23/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015

INEXIGIBILIDADE 12/2015

OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES (PNAC), ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA, ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERÍODO DE 06 MESES, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 120.381,00

CONTRATADO: AÇOUGUE E MERCADO KLEIN LTDA

VIGÊNCIA: 06 MESES.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LAURINDO SOARES BORGES

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 24.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 24/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 16.964,10  
CONTRATADO: COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: VITOR HERIQUE KOLLET

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 25.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 25/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 212.460,80  
CONTRATADO: DAIANE PICININI ME  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: DAIANE PICININI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 26.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 26/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 57.017,28  
CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMEN-  
TOS LTDA  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 27.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 27/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 134.015,75  
CONTRATADO: ELIRIA MARIA KORB CAVALLI ME  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: ADRIANE C K MARTELLO

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 28.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 28/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 62.268,00  
CONTRATADO: HSW COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: DIRLEI JOSÉ PALOSCHI

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015

**EXT. CONTRATO 29.2015 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. CONTRATO 29/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2015  
INEXIGIBILIDADE 12/2015  
OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS  
DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS  
DA REDE MUNICIPAL, DA EDUCAÇÃO INFANTIL,  
CRECHES (PNAC),ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(PNAC), (PNAE) DO CONVÊNIO N. 880706, ALUNOS DO PROEJA,  
ESCOLAS DO CAMPO, PARA O PERIODO DE 06 MESES, DE  
ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 59.868,90  
CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER ME  
VIGÊNCIA: 06 MESES.  
ASSINA pela CONTRANTANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO LUIZ MALDANER

São Miguel do Oeste, SC., 03 de março de 2015



**PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Serviços de fornecimento de alimentação, almoços e jantas de 2ª a 6ª feira, sábados, domingos e feriados, destinados aos servidores plantonistas da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 23 de março de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de março de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de formula infantil destinada a lactentes em Atenção ao Programa de DST/HIV/AIDS e para o Programa Núcleo de Apoio Saúde da Família - NASF da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 23 de março de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 11 de março de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

**Schroeder****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015-FMS

PROCESSO Nº. 02/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de caixa d'água de fibra de vidro de 25000 litros com tampa e com torneira boia compatíveis com a caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 01 de abril de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 01 de abril de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 12 de março de 2015.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2011-GAB/PMS**

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SUZANA MARA MURARA DEMATHE, inscrita no CPF sob nº. 053.920.499-40, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA DE LIMA, inscrita no CPF sob nº. 071.884.939-60, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JAQUELINE APARECIDA TABORDA RIBAS, inscrita no CPF sob nº. 042.210.499-01, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDCLEIA RAMOS DOS SANTOS HUBNER, inscrita no CPF sob nº. 024.984.379-08, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LINDOMAR SILVA DE JESUS, inscrita no CPF sob nº. 009.164.569-78, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EN. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA DE LIMA, inscrita no CPF sob nº. 071.884.939-60, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EN. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**  
**004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI, inscrita no CPF sob nº. 568.887.089-34, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ED. INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.  
 Osvaldo Jurck  
 Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**  
**004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARGARETE REGINA TRINDADE, inscrita no CPF sob nº. 515.083.700-87, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INÍCIAS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.  
 Osvaldo Jurck  
 Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**  
**004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DEISE KETLIN STIEGLER BALENA, inscrita no CPF sob nº. 068.812.449-67, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INÍCIAS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.  
 Osvaldo Jurck  
 Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**  
**004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MONICA GONÇALVES, inscrita no CPF sob nº. 010.121.329-86, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - ED. FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.  
 Osvaldo Jurck  
 Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.**  
**004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANMILES DA SILVA SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 067.992.159-16, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ED. INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.  
 Osvaldo Jurck  
 Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer



**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JESSICA MARIA ALEXA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 072.495.709-00, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**EDITAL 01/2015/CMDCA – CONVOCAÇÃO DE  
CONSELHEIRO TUTELAR PARA A POSSE.**

EDITAL 01/2015/CMDCA - CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR PARA A POSSE.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público a convocação de Conselheiro Tutelar suplente para a posse.

Considerando a vacância de uma vaga no Conselho Tutelar de Schroeder ocasionada pelo pedido de exoneração do Senhor Gean Carlos Ramos.

Considerando o disposto no art. 132 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Considerando o resultado final da eleição regida pelo edital nº 001/2013, publicado em 23 de setembro de 2013.

1. Convocar a suplente, Sra. Katia Antonia Orso, 4º colocada, na eleição realizada em 17 de setembro de 2013, para tomar posse conforme descrito no item 2.1 do Edital n. 001/2013 - Resultado Final da Eleição de Membros do Conselho Tutelar de Schroeder(SC) e Convocação Para a Posse.

2. A posse da candidata eleita será realizada no dia 14 de abril de 2015 no auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, situado à Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder/SC, às 8h, conforme art. 10, VIII, da Lei Municipal nº 1.628/2007, conjuntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal.

3. A candidata deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no setor de Recursos Humanos (47) 3374-6510, até às 17h do dia 31 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar seu interesse. No caso de desistência da vaga apresentar carta de desistência junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes-CMDCA, situado na Rua Blumenau, 123 (CREAS).

Schroeder, 02 de março de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla  
Presidente do CMDCAOsvaldo Jurck  
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº.  
43/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 43/2015-PMS

Edital de Chamada Publica nº. 01/2015 - PMS - Processo nº. 09/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RÁDIO BRASIL NOVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.873.204/0001-97, estabelecida na Rua Olívio Domingos Brugnago, nº. 181, Bairro Vila Nova, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89259-260.

Objeto: credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guarimirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ 27,00 (Vinte e sete reais), por inserção de 30 segundos.  
Data da Assinatura: 11/03/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 42/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 42/2015 - PMS  
Processo de licitação nº. 17/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal



Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PERSIANAS CRISDAN LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.173.150/0001-22, estabelecida na Avenida Manoel Simão, nº. 980, sala A, Bairro da Nações, na Cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89130-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de persianas para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição de persiana vertical em P. V. C., inclui todo o material e mão de obra necessária para instalação da persiana.	150	m²	43,70	6.555,00
02	Manutenção de persiana em P.V.C., inclui todo o material e mão de obra necessária para manutenção da persiana.	150	m²	25,90	3.885,00
TOTAL R\$					10.440,00

Valor do contrato: R\$ 10.440,00 (dez mil quatrocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 11/03/2016

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 51/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 51/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 14/2015-PMS

Processo nº. 44/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NEOVITA COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.506.043/0001-02, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 353, loja 02, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de balanças mecânicas para pesagem crianças nas creches municipais para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	BALANÇA MECÂNICA INFANTIL - CAPACIDADE 16 QUILOS CH POLIPROPILENO	03	Unidade	595,00	1.785,00
TOTAL R\$					1.785,00

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Valor total R\$ 1.785,00 (Um mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 52/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 52/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 15/2015-PMS

Processo nº. 45/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDUCARE BRINQUEDOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.960.572/0001-20, estabelecida na Rua Feliciano Bortolini, nº 1400, sala 03, Barra do Tio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-090,

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de brinquedos pedagógicos para atividades com os alunos do ensino fundamental, para as unidades de ensino da rede municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	JOGO LABIRINTO INTELIGENTE - tabuleiro ilustrativo de 33000x300mmx19mm com 20 modelos	01	Unidade	69,90	69,90
02	JOGO MONTANHA RUSSA FORMA DE ÁRVORE	01	Unidade	79,90	79,90
03	JOGO DESAFIO DAS CORES	01	Unidade	139,90	139,90
04	JOGO HOPPERS	01	Unidade	89,90	89,90
05	JOGO ANTI-VIRUS	01	Unidade	139,90	139,90
06	JOGO DOMINÓ ASSOCIAÇÃO DE IDÉIAS	01	Unidade	19,90	19,90
07	JOGO HALLI GALLI	01	Unidade	29,90	29,90
08	JOGO ENTRELAÇADOS	01	Unidade	39,90	39,90
09	JOGO PIRÂMIDE MATEMÁTICA	01	Unidade	9,90	9,90
10	ALFABETO MÓVEL EM EVA	01	Unidade	19,90	19,90
TOTAL R\$					639,00

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Valor total: R\$ 639,00 (seiscentos e trinta e nove reais).

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 53/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 53/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 16/2015-PMS

Processo nº. 46/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FREITAG EDITORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 73.994.196/0001-50, estabelecida na Rua dos Quartzos nº 506, Cristo Rei, na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 95.880-000

Objeto: aquisição de Livros de Alemão para os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LIVRO DE ALEMÃO - "WIE GEHT'S - BAND 1	90	Unidade	29,99	2.699,10
TOTAL R\$					2.699,10

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Valor total: R\$ 2.699,10 (dois mil seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 44/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 44/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALDINO SIEVERS, inscrita no CPF sob nº 690.423.069-04, portador da carteira de identidade nº. 2.448.839-9-SSP-SC, residente na Rua Duas Mamas, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
VALDINO SIEVERS	690.423.069-04	SC42174020301022800000119	07- BATATA DOCE - produto fresco, de boa qualidade, tamanho uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
			09- BROCOLIS - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas	KG	4,00
			13- CHUCHU - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,65
			14- COUVE FLOR - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	4,50
			17- MILHO VERDE EM ESPIGA (DESCASCADO) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, grãos sem ferimentos, firmes, sem manchas. Espiga intacta, sem parasitas.	ESPIGA	0,89
			22- REPOLHO BRANCO – produto fresco, para salada, cabeças fechadas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,99

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 45/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOÃO LUIS BRUMULLER, inscrito no CPF sob o nº. 928.655.269-68, residente na Tifa Silvado, no Município Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-00

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
JOÃO LUIS BRUMULLER	928.655.269-68	SDW09286555269682207140212	04- BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	1,10

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 46/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 46/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENIO ELDO SCHEIDT inscrito no CPF sob o nº. 384.331.099-87, residente na Rua 25 de Julho, nº. 449, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.



1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
ENIO ELDO SCHEIDT	384.331.099-87	SC42174020301022800000119	03- ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,89
			08- BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
			16- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	KG	4,00
			20- PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,55
			28- VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	5,00

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 47/2015-PMS****MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA****Rua Marechal Castelo Branco, 3201****Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500****CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC****e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>****Extrato do Termo de Credenciamento nº. 47/2015-PMS**

Chamada Pública nº. 02/2015 – PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: **MARGARETE BRAND** inscrita no CPF sob o nº. 573.530.349-04, residente na Rua Otto Hackbarth s/nº, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
<b>MARGARETE BRAND</b>	573.530.349-04	SDW0947783029150203150859	08- BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
			10- CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
			11- CENOURA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,95
			15- COUVE MANTEIGA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	3,00
			16- ESPINAFRE - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	4,00
			19- MORANGO - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	BANDEJ A 250 g	4,20
			20- PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,55
			22- REPOLHO BRANCO – produto fresco, para salada, cabeças fechadas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,99
			24- SALSINHA (TEMPERO) - maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85

		27- TOMATE CEREJA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	BANDEJ A 250 g	2,50
		28- VAGEM - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	5,00

Data da Assinatura: **11/03/2015** – Vigência: **31/12/2015**

**Oswaldo Jurck**  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 48/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 48/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SELMA DRAEGER, inscrita no CPF sob o nº. 824.371.819-20, residente na Rua 25 de Julho, nº. 57, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
SELMA DRAEGER.	824.371.819-20	SC42174020301022800000082	02- AIPIM DESCASCADO CONGELADO – tipo branco, grau normal de evolução no tamanho, cor própria, sem ferimentos, não fibroso, descascado, lavado, congelado e embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 ou 5 kg.	KG	2,95

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 49/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 49/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SIDINEI JAIR STREIT, inscrito no CPF sob o nº. 986.563.849-53, residente na Rua Gustavo Streit, nº. 1545, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.



1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
SIDINEI JAIR STREIT	986.563.849-53	SDW0986563849532503140437	21- POLPA DE FRUTA CONCENTRADA DIVERSOS SABORES – produto congelado, para confecção de suco. Sem resíduos de impurezas, e sem sabor amargo. Embalado em plástico transparente com identificação: nome do produto, data de fabricação e data de validade. Embalagens de 1 kg.	KG	14,00

Data da Assinatura: 11/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 50/2015-PMS**

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Rua Marechal Castelo Branco, 3201**  
**Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500**  
**CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC**  
**e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>**

**Extrato do Termo de Credenciamento nº. 50/2015-PMS**  
**Chamada Pública nº. 02/2015 – PMS - Processo nº. 29/2015-PMS**

Contratante: **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: **CRISTIANO GOTTHILF ERN**, inscrito no CPF sob o nº. 854.310.879-91, residente na Rua Otto Hackbarth nº. 358, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública nº. 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
<b>CRISTIANO GOTTHILF ERN</b>	854.310.879-91	SDW0854310879910610140527	01- AGRIÃO – produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	3,50
			03- ALFACE (Tipo lisa, crespa, americana ou roxa) - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	PEÇA	2,89
			08- BETERRABA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	3,00
			10- CEBOLINHA (TEMPERO) – maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
			11- CENOURA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,95
			15- COUVE MANTEIGA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas. Folhas sem manchas, bem desenvolvidas, e sem danos físicos.	MAÇO	3,00
			19- MORANGO - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	BANDEJ A 250 g	4,20
			23- RÚCULA - produto fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	3,99
			24- SALSINHA (TEMPERO) - maço contendo folhas íntegras, bem desenvolvidas, frescas, coloração uniforme. Com talos, sem raízes, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas.	MAÇO	2,85
			27- TOMATE CEREJA - produto fresco, de boa qualidade, tamanho médio, uniforme, consistência firme, sem parasitas aderidos. Não deverá apresentar perfurações,	BANDEJ A 250 g	2,50

			machucados ou coloração não característica.		
--	--	--	---	--	--

Data da Assinatura: **11/03/2015** – Vigência: **31/12/2015**

**Oswaldo Jurek**  
Prefeito Municipal

**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

**I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS**

PROCESSO Nº. 09/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 05/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Formula em pó destinada a atender as necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/ml. Distribuição kcal: 14 a 18% de proteínas, 49 a 60% de carboidratos, 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glutên. Isento de sacarose. Isento de lactose. Sabor: Isento. Embalagem lata de 325 a 400g.	22.000	grama	0,108	2.376,00
02	Formula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contem lactose. Sabor: diversos. Embalagem: lata com 350 a 450g.	70.000	grama	0,069	4.830,00
03	Formula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5kcal/ml. Distribuição kcal: 14 a 17% de proteínas, 49 a 58% de carboidratos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha ou outro. Embalagem de 325 a 400g.	150.000	grama	0,148	22.200,00
04	Modulo de albumina (proteína da clara do ovo), em pó. Não deve conter gluten. Embalagem com 500g,	12.000	grama	0,606	7.272,00
05	Suplemento líquido oral hiperproteico, destinado a cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1,0 a 1,5kcal/ml. Distribuição kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Não contem gluten. Sabores diversos. Embalagem com 200ml.	600	frasco	22,000	13.200,00
06	Formula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica 1,0kcal/ml. Distribuição kcal 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade 243 a 445 mOsm/kg de água. Não contem gluten. Isento de lactose. Sabor baunilha, chocolate ou outro. Embalagem com 400g.	100.000	grama	0,153	15.300,00
07	Formula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica 1,0kcal/ml. Distribuição kcal 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade 243 a 445 mOsm/kg de água. Não contem gluten. Isento de lactose. Sabor isento. Embalagem com 400g.	60.000	grama	0,153	9.180,00
08	Formula infantil de seguimento, em pó, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade. Perfil de carboidratos 80 a 100% lactose e 0 a 20% de maltodextrina. Perfil de proteínas 50 a 85% de caseína e 15 a 50% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos 60 a 100% vegetal e 0 a 40% de gordura láctea. Osmolalidade 245 a 277 mOsm/litro de água. Osmolalidade 273 a 308 mOsm/kg de água. Não contem gluten. Sabor neutro. Embalagem com 400g.	14.400	grama	0,035	504,00



09	Formula infantil isenta de lactose, em pó, para lactentes de zero a 12 meses com diagnostico de intolerancia a lactose. Perfil de carboidratos 100% maltodextrina. Perfil de proteínas 40 a 100% caseína e 0 a 60% proteínas de soro de leite. Perfil de lipídeos 98 a 100% gordura vegetal e 0 a 2% de gordura lactea. Osmolalidade 140 a 170 mOsm/litro de agua. Osmolalidade 160 a 190 mOsm/kg de agua. Sem lactose. Não contem gluten. Embalagem com 400g.	30.000	grama	0,097	2.910,00
10	Formula infantil em pó para lactentes que apresentam regurgitação e/ou refluxo gastroesofagico, cuja composição possua algum agente espessante (goma jataí ou amido pre-gelatinizado e/ou outros). Perfil de carboidratos 70 a 75% lactose; 0 a 25% maltodextrina; 0 a 30% amido pre-gelatinizado. Perfil de proteínas 30 a 80% caseína e 20 a 70% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos 95 a 100% gordura lactea; 0 a 1% óleo de peixe. Osmolalidade 240 a 260 mOsm/litro de agua. osmolalidade 210 a 280 mosm/kg de agua. Emabalagem com 400g.	30.000	grama	0,054	1.620,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					79.392,00

Schroeder, 11 de março de 2015.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

## **I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### **I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2015-PMS**

PROCESSO Nº. 26/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 14/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de extintores novos, recargas e suportes para atender as necessidades da Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.20s envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a)Data: 31 de março de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.30 recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 31 de março de 2015 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

7.1.15Alvará de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários.

Schroeder, 11 de março de 2015.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 4/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 8/2015 <b>Data do Processo:</b> 04/02/2015

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e troca de peças para manutenção de cadeiras para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2015**

**Motivo:** Devido a duas tentativas de aberturas frustradas.

Schroeder, 11 de Março de 2015

-----

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 4/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 8/2015 <b>Data do Processo:</b> 04/02/2015
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 19/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e troca de peças para manutenção de cadeiras para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. - EPP. Será cancelado os itens devido valores estarem acima do valor de referência do edital. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 11 de Março de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

PAULO ADEMIR FLORIANI	- ..... - Representante
-----------------------	-------------------------

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 10/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 11/03/2015		Válido até: 11/03/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de persianas para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição de persiana vertical em P. V. C., inclui todo o material e mão de obra necessária para instalação da persiana.	M²	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	43,7000	1
			RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA - ME (12668)		0	43,7500	2
			ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - ME (13031)		0	43,8000	3
2	Manutenção de persiana em P.V.C., inclui todo o material e mão de obra necessária para manutenção da persiana.	M²	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP (10673)		0	25,9000	1
			ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - ME (13031)		0	25,9500	2



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

<b>Número do Registro de Preços:</b> 9/2015	<b>Data do Registro:</b> 11/03/2015	<b>Válido até:</b> 11/03/2016
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de persianas para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA - ME (12668)		0	27.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 11/03/2015		Válido até: 11/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de persianas para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO Nº 17/2015

- (10673) - PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP
- (12668) - RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA - ME
- (13031) - ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS - ME

Schroeder, 11 de Março de 2015.

**DISPENSA 16/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 16/2015 - DL**Processo Nr.: 46/2015  
Data: 11/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FREITAG EDITORA LTDA - ME

Código: 9789

Endereço: R DOS QUARTZOS,506 -

Cidade: ESTRELA - RS

CNPJ: 73.994.196/0001-50

Inscrição Estadual: 0440045037

**Objeto da Compra:** Aquisição de Livros de Alemão para os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	90,00	LIVRO DE ALEMÃO - " WIE GEHT'S - BAND 1	UN	29,99	2.699,10

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

LIVROS SERÃO UTILIZADOS COMO MATERIAL DE ESTUDOS PELOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL .  
VALOR DE CADA OBJETO R\$ 29,99. SENDO NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO DE 90 EXEMPLARES.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 11 de Março de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 16/2015 - DL**

**Processo Nr.: 46/2015**  
**Data: 11/03/2015**

Folha: 2/2

10/03/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Março de 2015

**Valor da Despesa:** 2.699,10 (dois mil seiscentos e noventa e nove reais e dez centavos)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**DISPENSA Nº 14/20159-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 14/2015 - DL**

Processo Nr.: 44/2015  
Data: 11/03/2015

Folha: 1/2

**Fornecedor:** NEOVITA COM. DE PROD. ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES L**Código:** 9630**Endereço:** RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 353**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC**CNPJ:** 04.506.043/0001-02**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** Aquisição de balanças mecânicas para pesagem crianças nas creches municipais para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	BALANÇA MECÂNICA INFANTIL - CAPACIDADE 16 QUILOS CH POLIPROPILENO	UN	595,00	1.785,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

OBJETOS SOLICITADOS SERÃO UTILIZADOS COMO FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO NA SAÚDE DAS CRIANÇAS, DAIRIAMENTE NAS CRECHES MUNICIPAIS.

Schroeder, 11 de Março de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 14/2015 - DL**

**Processo Nr.:** 44/2015  
**Data:** 11/03/2015

Folha: 2/2

10/3/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Março de 2015

**Valor da Despesa:** 1.785,00 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 15/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 15/2015 - DL**

Processo Nr.: 45/2015  
Data: 11/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: EDUCARE BRINQUEDOS EIRELI - ME  
Endereço: R FELICIANO BORTOLINI, 1400, SALA 03  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 20.960.572/0001-20

Código: 13032

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de brinquedos pedagógicos para atividades com os alunos do ensino fundamental, para as unidades de ensino da rede municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	JOGO LABIRINTO INTELIGENTE - tabuleiro ilustrativo de 33000x300mmx19mm com 20 modelos	UN	69,90	69,90
2	1,00	JOGO MONTANHA RUSSA FORMA DE ÁRVORE	UN	79,90	79,90
3	1,00	JOGO DESAFIO DAS CORES	UN	139,90	139,90
4	1,00	JOGO HOPPERS	UN	89,90	89,90
5	1,00	JOGO ANTI-VIRUS	UN	139,90	139,90
6	1,00	JOGO DOMINÓ ASSOCIAÇÃO DE IDÉIAS	UN	19,90	19,90
7	1,00	JOGO HALLI GALLI	UN	29,90	29,90
8	1,00	JOGO ENTRELAÇADOS	UN	39,90	39,90
9	1,00	JOGO PIRÂMIDE MATEMÁTICA	UN	9,90	9,90
10	1,00	ALFABETO MÓVEL EM EVA	UN	19,90	19,90

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

OS OBJETOS SOLICITADOS SERÃO UTILIZADOS COMO FERRAMENTAS DE SUPORTE PEDAGÓGICO NO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZADO.

Schroeder, 11 de Março de 2015

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 15/2015 - DL**

**Processo Nr.:** 45/2015  
**Data:** 11/03/2015

Folha: 2/2

10/3/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Março de 2015

**Valor da Despesa:** 639,00 (seiscentos e trinta e nove reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



# Serra Alta

## PREFEITURA

### ERRATA Nº 011/2015

ERRATA Nº 011 DAS PORTARIAS Nº. 004/2015, 005/2015, 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015, 010/2015, 011/2015, 012/2015, 013/2015, 014/2015, 015/2015, 016/2015, 017/2015, 018/2015, 019/2015, 020/2015, 021/2015, E 022/2015.

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS Nº. 004/2015, 005/2015, 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015, 010/2015, 011/2015, 012/2015, 013/2015, 014/2015, 015/2015, 016/2015, 017/2015, 018/2015, 019/2015, 020/2015, 021/2015, E 022/2015 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam retificadas as Portarias Nº. 004/2015 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015, 005/2015 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015, 006/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, 007/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, 008/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, 009/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, 010/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015, 011/2015 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, 012/2015 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, 013/2015 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, 014/2015 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, 015/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, 016/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, 017/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, 018/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, 019/2015 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, 020/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, 021/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, 022/2015 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

“Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

LEIA-SE:

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.”

Art. 2º Todos os demais itens das Portarias nº. 004/2015, 005/2015, 006/2015, 007/2015, 008/2015, 009/2015, 010/2015, 011/2015, 012/2015, 013/2015, 014/2015, 015/2015, 016/2015, 017/2015, 018/2015, 019/2015, 020/2015, 021/2015, E 022/2015 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata das Portarias entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 11 de Março de 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta/SC, (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 026/2015

PORTARIA Nº 026/2015 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA SIRLENE GUZATTI OLDIGES PARA O CARGO DE PROFESSOR I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/01 e Lei Complementar nº 684/05 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a Servidora Publica Municipal SIRLENE GUZATTI OLDIGES, CPF nº 051.916.049-54 e RG nº 5.021.482-9, para o Cargo de PROFESSOR I, nível 61 do Grupo 6 - MAG, 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, conforme Portaria nº 023/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015, e conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Março de 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****CONCURSO PÚBLICO Nº 001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Jeferson Martini, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberto Concurso Público destinado ao provimento de vagas do Poder Legislativo Municipal, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 – O Concurso Público destina-se a contratação de servidores, para preenchimento de vagas existentes no Quadro Efetivo de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta (SC), de acordo com as necessidades e interesses da Câmara Municipal, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 – O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Municipal N.º 498/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 008/2012 e demais Legislações Pertinentes.

1.3 – É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 – A inscrição do Concurso Público implicará, desde logo, e ciência e a aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5 – Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições do Edital.

1.6 – O Concurso Público será regido por este Edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento designada pela Câmara Municipal, e executado em todas as suas fases pela **Construir Concursos e Assessorias**.

1.7 – A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no Mural Oficial e site da Câmara Municipal ([www.camaraserraalta.sc.gov.br](http://www.camaraserraalta.sc.gov.br)), bem como no site da empresa contratada para realizar referido serviço, **Construir Concursos e Assessorias** ([www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br)).

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : camara@serraalta.sc.gov.br  
Fone: (49) 3364.0112

1.8 - O prazo de validade do Concurso Público será de 1 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.

## **2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO**

2.1 - As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função em questão.

2.2 - As atribuições do cargo/função são as constantes no **Anexo II** deste Edital, conforme Lei Municipal.

2.3 - Os candidatos poderão inscrever-se nos seguintes cargos:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO / ESCOLARIDADE	VENCIMENTOS
<b>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>	01	20 h	Ensino Fundamental Completo	R\$ 788,00
<b>TESOUREIRO</b>	01	20 h	Ensino Superior Completo	R\$ 1.850,00
<b>CONTADOR</b>	01	20 h	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador da profissão ou técnico em contabilidade	R\$ 1.950,00

## **3 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

3.1 - Em razão do número de vagas ofertadas para determinado cargo/função não será aplicada a reserva mínima de 5% das vagas para deficientes físicos.

3.1.1 - Serão reservados para candidatos portadores de deficiência física os direitos relacionados às condições especiais para a realização da prova escrita objetiva.

3.2 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, durante o período de inscrições.

3.2.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Oficial e site da Câmara Municipal

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

([www.camaraserraalta.sc.gov.br](http://www.camaraserraalta.sc.gov.br)), bem como no site da empresa ([www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br)), no dia **15 de abril de 2015**.

3.3 – Os recursos contra a não homologação dos pedidos de condições especiais deverão ser enviados **exclusivamente na página de inscrição**, no local designado à 'Enviar Recursos', no prazo de **15 a 20 de Abril de 2015, devendo estes, estarem datados e assinados pelo requerente**.

3.4 - A homologação final será publicada no site da empresa **Construir Concursos e Assessorias** ([www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br)) no dia **22 de abril de 2015**.

3.5 – Os portadores de deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de prova e à nota mínima exigida.

3.6 – Os candidatos portadores de deficiência **não** estarão isentos do pagamento de taxa de inscrição.

#### **4 – DAS INSCRIÇÕES**

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de **11 de março a 11 de abril de 2015, exclusivamente** via internet, através do endereço eletrônico da empresa supracitada ([www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br)).

4.2 – Para inscrever-se através da internet o candidato deverá:

4.2.1 – Acessar o site [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br) (concursos em andamento) e clicar no link correspondente ao **Concurso Público** da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC);

4.2.2 – Ler **atentamente** o Edital do Concurso Público;

4.2.3 – Preencher o Formulário de Inscrição e transmitir todos os dados pela internet;

4.2.4 – Imprimir comprovante de inscrição;

4.2.5 – Efetuar o pagamento da taxa de inscrição **exclusivamente** por meio de boleto bancário;

4.3 – Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições até o dia **5 de abril de 2015**, bem como entregar todos os documentos exigidos para respectiva isenção conforme item **5.2** do presente edital até a data de **6 de abril de 2015**.

4.4 – **O candidato deverá manter o comprovante de inscrição em seu poder e, impreterivelmente, apresentá-lo no dia da prova juntamente com um documento original e com foto.**

4.4.1 – São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

4.4.2 – Não serão aceitos documentos danificados, não identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

4.4.3 - Em caso de perda de comprovante de inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br), na área do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), no link das inscrições.

4.5 - A taxa de inscrição será paga **exclusivamente** através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta ou transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br) na área do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), no link das inscrições.

4.6 - A empresa Construir Concursos e Assessorias e a Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta não se responsabilizarão por solicitações de inscrição via internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.7 - Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento de taxa de inscrição e sua confirmação.

4.7.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento de taxa de inscrição.

4.8 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 - O valor da taxa de inscrição será de:

CARGO	VALOR DA INSCRIÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 50,00
Tesoureiro	R\$ 80,00
Contador	R\$ 80,00

4.11 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, na sua inscrição.

4.12 - A homologação preliminar das inscrições será divulgada no dia **15 de abril de 2015**, sendo divulgadas no Mural Oficial e no site da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), bem como no site [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br).

4.13 - Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, **Construir Concursos e Assessorias, exclusivamente na página de inscrição**, no local designado à 'Enviar Recursos', no prazo de **15 a 20 de abril de 2015**, conforme Formulário de Recurso constante no **Anexo IV**, com as estreita observância ao disposto no capítulo 8 deste Edital.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

4.13.1 – A publicação da homologação final das inscrições após apreciação de recursos interpostos será realizada no dia **22 de abril de 2015**.

4.14 – O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso do cancelamento do certame.

4.15 – Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova, deverão assinalar esta condição do Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.15.1 – A candidata que tiver a necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.15.2 – Não será concedido tempo a mais para a candidata que tiver a necessidade de amamentar.

4.16 – Estão impedidos de participar deste certame os membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução do certame.

4.16.1 – A vedação constante no item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes e filhos.

4.16.2 – Constada em qualquer fase do Concurso Público, inscrição de pessoas que tratam o item e subitens anteriores, estará indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## **5 – DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

5.1 – Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2 – Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Concurso Público até o dia **5 de abril de 2015**, procedendo da seguinte forma:

5.2.1 – Assinalar essa condição no Concurso Público;

5.2.2 – Preencher o **Anexo III** do presente Edital (digitado ou manuscrito), datá-lo e assiná-lo.

5.2.3 – Anexar os comprovantes das doações;

5.2.4 – Providenciar fotocópia simples do **comprovante de inscrição**;

5.2.5 – O **Anexo III** devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como, fotocópia de comprovante de inscrição, deverão ser enviados via SEDEX, até o dia **6 de abril de 2015**, para a empresa responsável pelo Concurso Público, **Construir Concursos e Assessorias Ltda. ME**, no seguinte endereço: **Av. Sul Brasil, 156, sala 204, Centro, Maravilha, SC, CEP: 89874-000**.

5.2.6 – O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferiores a três doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

5.2.7 - Equipara-se como doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3 - O resultado da homologação das taxas de isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia **7 de abril de 2015**.

5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **13 de abril de 2015, sob pena de indeferimento de inscrição**.

5.4 - Não haverá recurso de indeferimento de isenção de taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

## **6 - DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS**

6.1. - A prova escrita objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo ou de qualquer outra condição.

6.1.1- A prova escrita objetiva será realizada no dia **25 de abril de 2015**, das **08h00min às 11h00min**. Os locais para realização da Prova Escrita Objetiva serão divulgados no endereço eletrônico [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br) e [www.camaraserraalta.sc.gov.br](http://www.camaraserraalta.sc.gov.br), na data de **23 de abril de 2015**.

6.1 - A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 40 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdivididas em cinco alternativas, A, B, C, D e E, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.2 - O candidato que zerar em qualquer das áreas de conhecimento estará **automaticamente eliminado** do certame.

6.3 - A prova escrita objetiva será composta por questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função de acordo com o conteúdo programático constante no **Anexo I** do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento para os cargos de Tesoureiro e Contador:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
<b>Primeira Parte</b>	Língua Portuguesa	<b>10</b>	<b>0,20</b>	<b>2,00</b>
	Matemática	<b>05</b>	<b>0,20</b>	<b>1,00</b>
	Atualidades	<b>05</b>	<b>0,20</b>	<b>1,00</b>
<b>Segunda Parte</b>	Conteúdos Específicos do Cargo/função	<b>20</b>	<b>0,30</b>	<b>6,00</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>40</b>		<b>10,00</b>

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

6.4 - E para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a prova abrangerá as seguintes áreas:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Primeira Parte	Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
	Matemática	10	0,25	2,50
Segunda Parte	Atualidades	20	0,25	5,00
<b>TOTAL:</b>		<b>40</b>		<b>10,00</b>

6.5 - O caderno de questões é o espaço na qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.6 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com **ANTECEDÊNCIA MINIMA DE 30 MINUTOS**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

6.6.1 - **ÀS 7h50MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, **excluído do certame**.

6.6.2 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

6.7 - O acesso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL COM FOTOGRAFIA** e **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**.

6.7.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido a no máximo 30 dias da data da realização da prova.

6.7.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Concurso Público.

6.8 - Para realizar a prova é sugerido ao candidato portar 2 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta. **Não serão fornecidas canetas no local.**

6.9 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta à materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.10 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Cartão Resposta, **somente será permitida depois de transcorrido 45 minutos do início da mesma.**

6.10.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de provas, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.10.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova, sob pena de desclassificação/eliminação do certame;

6.10.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.

6.11 - No caderno da prova escrita objetiva não haverá a identificação do candidato.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

6.12 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova escrita objetiva.

6.13 - Em caso de anulação de questões da prova escrita objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

6.14 - **Os três últimos candidatos ao entregarem a prova deverão permanecer juntos na sala para juntamente com os fiscais da sala:**

- a) Assinarem a folha ata;
- b) Assinarem e lacrar os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta.

6.15 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita objetiva à empresa responsável pelo Concurso Público, **Construir Concursos e Assessorias, exclusivamente na página de inscrição**, no local designado à 'Enviar Recursos', nos dias **27 a 30 de abril de 2015**, conforme Formulário de Recurso constante em **Anexo IV**, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do presente Edital, em especial ao item 8.2.

6.16 - O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia **23 de abril de 2015**.

6.17 - Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Chegar após o horário previsto para o **fechamento dos portões**;
- b) Não apresentar comprovante de inscrição e documento de identidade original com fotografia no dia de realização das provas;
- c) Tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público;
- d) For surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) For flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) Não devolver o Caderno de Questões e o Cartão Resposta;
- g) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) Utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) Perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) Não comparecer para realização da prova;
- k) Nos demais casos previstos neste Edital.

## **7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA**

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.2 - O Cartão Resposta deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com o seu número de inscrição, cargo, e as respostas do Caderno de Questões.

7.2.1 - O candidato deverá transcrever no Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 a 40, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões, conforme exemplo abaixo:

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d

7.2.2 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2.3 - O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões.

7.4 - **Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas.**

7.5 - **NÃO** será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erros de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão resposta, ou a sua entrega sem o devido preenchimento dos dados, implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.7 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.8 - Será permitido aos candidatos anotar suas respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se do campo destinado para isso na última página do Caderno de Questões.

7.9 - Os gabaritos preliminares das provas escritas objetivas estarão disponíveis no Mural Oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), em seu site oficial [www.camaraserraalta.sc.gov.br](http://www.camaraserraalta.sc.gov.br), bem como no site [www.construirconcursos.com.br](http://www.construirconcursos.com.br), no dia **27 de abril de 2015**.

## 8 - DOS RECURSOS

8.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos nas datas previstas no Edital:

8.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue;

8.1.2 - Quanto ao indeferimento de condições especiais para a realização da prova escrita objetiva;

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : camara@serraalta.sc.gov.br  
Fone: (49) 3364.0112

- 8.1.3 - Quanto às questões da prova escrita objetiva;  
8.1.4 - Quanto ao gabarito preliminar das questões objetivas;  
8.1.5 - Quanto à Ata de Classificação Preliminar do Concurso Público;  
8.1.6 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame.

8.2 - A interposição dos recursos acima delineados, deverão ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no **Anexo IV** deste Edital, e **encaminhados da seguinte maneira:**

8.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo Concurso Público, **Construir Concursos e Assessorias, exclusivamente na página de inscrição**, no local designado à 'Enviar Recursos', aonde o candidato, após preencher o Formulário, deverá enviá-lo em arquivo de Imagem (JPEG), ou PDF;

8.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição e cargo para o qual se inscreveu;

8.2.3 - Os recursos contra questões da prova escrita objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário - Anexo IV) para cada questão recorrida, **com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.**

8.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

8.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

8.4 - **Será indeferido liminarmente** o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

8.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

## 9 - DO RESULTADO FINAL

9.1 - Para atribuição da nota final, o resultado da prova escrita objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

Número de acertos x Valor da questão = **NOTA FINAL**

9.2 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- Obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- Obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- Tiver maior idade;
- Sorteio público.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

9.3 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

9.4 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

9.5 - **Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), que não zeraram em nenhuma das áreas de conhecimento.**

## 10 - DAS COMPETÊNCIAS

10.1 - À Empresa **Construir Concursos e Assessorias Ltda.** compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos; divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o Concurso Público com todos os atos decorrente de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

10.2 - A **Câmara Municipal de Vereadores** compete, através do Presidente e da Comissão Executiva, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura dos editais, publicação e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Concurso Público.

## 11 - DO PROVIMENTO

11.1 - São requisitos básicos para provimento ao cargo:

11.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

11.1.2 - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

11.1.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

11.1.4 - Ter nível de escolaridade, habilitação legal exigida para o exercício do emprego;

11.1.5 - Idade mínima de 18 anos;

11.1.6 - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do emprego, expedido pela junta médica designada pela administração municipal;

11.1.7 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

11.1.8 - Declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebimento de Proventos decorrentes de inatividade em cargos não cumuláveis;

11.1.9 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

11.1.10 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

11.1.11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
 CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
 E-mail : camara@serraalta.sc.gov.br  
 Fone: (49) 3364.0112

11.1.12 - Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no emprego público.

11.2 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo.

11.3 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no Município de Serra Alta (SC).

## 12 - CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
<b>1. Período de Inscrição</b>	<b>11 de Março a 11 de Abril</b>
2. Período de Inscrição para doadores de sangue	11 de Março a 5 de Abril
3. Entrega da comprovação para candidatos doadores de sangue	6 de Abril
4. Divulgação dos pedidos de isenção de taxa de inscrição para doadores de sangue	7 de Abril
5. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	13 de Abril
6. Publicação da homologação preliminar das inscrições	15 de Abril
7. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita objetiva	15 de Abril
8. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições e dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita objetiva	15 a 20 de Abril
9. Publicação da homologação final das inscrições e dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita objetiva após apreciação dos recursos	22 de Abril
10. Divulgação do ensalamento dos candidatos e do local da prova.	23 de Abril
<b>11. Prova escrita objetiva</b>	<b>25 de Abril</b>
12. Divulgação do gabarito preliminar das provas escritas objetivas e as notas da prova prática.	27 de Abril
13. Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar, questões das provas escritas objetivas.	27 a 30 de Abril
14. Divulgação do gabarito definitivo e das notas finais da prova prática	4 de Maio
15. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	4 de Maio
16. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	4 a 6 de Maio
<b>17. Divulgação da Ata de Classificação Final</b>	<b>8 de Maio</b>

12.1 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Executiva e da empresa Construir Concursos e Assessorias Ltda.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

13.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com auxílio do Setor Jurídico da Câmara.

13.2 - Fica eleito o foro da Comarca de **Modelo (SC)** para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

13.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do Concurso Público, a empresa Contratada entregará a Câmara Municipal de Vereadores todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita objetiva, listas de presença por sala, atas de ocorrências por sala, recursos e gabaritos).

13.4 - Fazem parte deste Edital:

13.4.1 - Anexo I – Conteúdo Programático;

13.4.2 - Anexo II – Atribuições do Cargo/Função;

13.4.3 - Anexo III – Pedido de isenção da taxa de inscrição;

13.4.4 - Anexo IV – Formulário de Recurso.

13.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), 11 de Março de 2015.

**Jeferson Martini**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1. Conhecimentos básicos:

##### ENSINO FUNDAMENTAL

###### ➤ Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes. Ortografia: divisão silábica, uso do hífen, vírgula, ponto e vírgula, travessão e parênteses, acentuação gráfica, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, pontuação. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição. Sintaxe: voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Fonologia: fonemas, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo, figuras de linguagem, conotação e denotação.

###### ➤ Matemática:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais e números racionais. Equação do 1º grau. Expressões algébricas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Juros simples. Razão e proporção. Sistema métrico decimal: comprimento, metro quadrado e cúbico, litro, grama, quilograma, área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Problemas. Sistema Monetário Brasileiro. Raciocínio lógico.

###### ➤ Atualidades:

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa Catarina, e do Município de Serra Alta (SC). Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania: Conhecimentos básicos sobre política, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.

##### ENSINO SUPERIOR

###### ➤ Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia:

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**

CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20

E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)

Fone: (49) 3364.0112

fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

➤ **Matemática:**

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

➤ **Atualidades:**

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa Catarina, e do Município de Serra Alta (SC). Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania: Conhecimentos básicos sobre política, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.

**2. Conhecimentos Específicos:**

➤ **Tesoureiro:**

Lei 4320/64. Constituição de 1988 - Finanças Públicas. Finanças públicas na constituição de 1988. Atividade financeira do Município: conceitos, características e finalidades. Direito financeiro: conceito e delimitação. Orçamento Público: conceito, espécies, natureza jurídica, elementos essenciais, classificação, princípios orçamentários, vedações constitucionais, normas gerais do Direito Financeiro (Lei nº 4.320 de 17/03/1964; fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos). Despesas públicas: conceito, aspectos jurídicos e econômicos, classificação, processamento, autorização, empenho, liquidação e pagamento. Despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos sociais da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida. Receita pública: conceito, classificação, fontes e estágios. Receita Corrente Líquida. Crédito Público e Dívida Pública. Créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários e fontes para sua abertura. Reserva de Contingência. Despesas de exercícios anteriores. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101 de 4/5/2000): Princípios e objetivos; Disposições preliminares; Planejamento; Receita pública; Despesa pública; Transparência; Controle e fiscalização; Transferências voluntárias; Destinação de recursos para o setor privado, dívida e endividamento; Gestão patrimonial; Disposições finais e transitórias. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal para Estados e Municípios exigidos pela Lei 101/00 (LRF). Lei Orgânica do Município de Serra Alta. Regimento Interno da Câmara de Serra Alta.

➤ **Contador:**

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

Lei Orgânica do Município. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 4.320/1964. RIR/ 99 - Regulamento de Imposto de renda. Lei Complementar 116/03 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Código Tributário Nacional. Direito Tributário. Constituição Federal. Direito Administrativo. Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivo e campo de aplicação. Regimes contábeis. Sistema de Contas: financeiro, patrimonial, orçamentário e de compensação. Plano de Contas (União, Estados e Municípios): estrutura, contas, critérios de classificação das contas e mecanismos de débito e crédito. Classificação e Estágios da Receita e Despesas Públicas. Dívida Ativa. Regime de Adiantamento (Suprimento de Fundos). Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Dívida Pública. Créditos adicionais. Descentralização de Créditos. Balanços (conceitos e critérios de elaboração): orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Noções básicas de informática.

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

## ANEXO II

### ATRIBUIÇÕES DO CARGO/FUNÇÃO

#### 1. Auxiliar de Serviços Gerais:

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outros relativos à segurança da Câmara Municipal;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos Servidores, Vereadores e visitantes;
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Processar cópia de documentos;
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências da Câmara;
- Receber e transmitir mensagens;
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências da Câmara;
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos da Câmara;
- Relatar as anormalidades verificadas;
- Atender telefone e transmitir ligações;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão, assim determinadas pelo Presidente ou pelo Secretario Geral.

#### 2. Tesoureiro:

- Requisitar da Prefeitura, por intermédio do Presidente da Câmara, o valor necessário para as despesas do Poder Legislativo;
- Efetuar o pagamento da folha bem como o recolhimento dos encargos sociais e judiciais;
- Organizar e realizar o trabalho de tesouraria, bem como a conciliação bancária;
- Manter em dia o documentário sob sua responsabilidade;
- Alimentar o sítio oficial da Câmara Municipal de Vereadores, bem como manter as informações atualizadas principalmente no que diz respeito ao Portal da Transparência;
- Desempenhar outras tarefas determinadas pelo Presidente e Secretário da Câmara.

---

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br)  
Fone: (49) 3364.0112

---

### 3. Contador:

- Planejar e conduzir plano e programa de análise sobre o funcionamento correto dos controles financeiros e contábeis, transações, normas, rotinas e procedimentos no sentido de salvaguardar os interesses, bens e recursos da Câmara Municipal;
- Corrigir a escrituração dos livros contábeis, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, utilizando sistema manual e mecanizado, a fim de cumprir as exigências legais;
- Elaborar balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, aplicar técnica apropriada, apresentar resultado parcial e total da situação patrimonial da Câmara;
- Efetuar conciliação, detectar erros para assegurar a correção da operação contábil;
- Verificar documentos quanto a correção dos lançamentos;
- Organizar relatório contábil referente a situação global do órgão, transcrever dados estatísticos;
- Orientar, supervisionar e efetuar cálculo de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se por índices adequados a cada caso;
- Coordenar e participar da elaboração de programa contábil, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado;
- Assessorar os órgãos em assuntos de sua competência;
- Emitir parecer sobre assunto de sua especialidade;
- Assessorar a Presidência, a Mesa, os Vereadores e as Comissões permanentes, especialmente a Comissão de Finanças e Orçamentos e as Comissões especiais, inclusive nas atividades de Controle externo a ser realizado junto ao Executivo Municipal;
- Desempenhar outras tarefas determinadas pelo Presidente.
- Poderá efetuar a conciliação das contas, emitir cheques e pagamentos.

---

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : camara@serraalta.sc.gov.br  
Fone: (49) 3364.0112

---

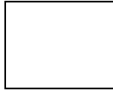
**ANEXO III****FORMULÁRIO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO****À Construir Concursos e Assessorias Ltda.:**

<b>DADOS DO CANDIDATO:</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Cargo/função:</b>	
<b>Nº. da Inscrição:</b>	

De acordo com o item 5.2.2 do Edital do Concurso Público **01/2015** da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta (SC), embasado na Lei Estadual nº. 10.567, de 07 de novembro de 1997, venho requerer a isenção por enquadrar-me na condição de doador de sangue.

Comprovo ter realizado 03 doações de sangue nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

**Descrição das doações:**

	<b>Para uso da banca examinadora</b>
	<div style="text-align: center;"> <b>1 – Deferido</b> <b>2 – Indeferido</b></div>

Pede deferimento.

Serra Alta (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

---

**Assinatura do Requerente**

---

Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA**  
CGC/MF Nº 17.165.981/0001-20  
E-mail : camara@serraalta.sc.gov.br  
Fone: (49) 3364.0112

**ANEXO IV**  
**FORMULÁRIO DE RECURSO**

**À Construir Concursos e Assessorias Ltda.**

<b>DADOS DO CANDIDATO:</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Cargo/função:</b>	
<b>Nº. da Inscrição:</b>	
<b>Tipo de Recurso:</b> <input type="checkbox"/> 1 - Indeferimento da inscrição; 2 - Indeferimento do pedido de condição especial; 3 - Questão da prova escrita objetiva; 4 - Gabarito Preliminar; 5 - Ata de Classificação Preliminar; 6 - Correções/irregularidades do Concurso Público; 7 - Outros: _____	<b>Para uso da Banca Examinadora</b>  <b>1 - Deferido</b> <b>2 - Indeferido</b>  <input type="checkbox"/>
<b>Fundamentação:</b>	

Serra Alta (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Candidato**

\_\_\_\_\_  
Rua 28 de Abril, 370 - Centro - CEP: 89871-000 - Serra Alta SC

# Sombrio

## PREFEITURA

### PREGAO PRESENCIAL Nº. 31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

Objeto: SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFÂNCIA, DESTE MUNICÍPIO.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h:45min do dia 24 de março de 2015, com início da credenciamento e abertura dos envelopes marcada para as 09h:00 do dia 24 de março de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h:00 min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6612.

Sombrio-SC, 12 de Março de 2015.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011, de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 13h:45min do dia 24 de março de 2015, com início do credenciamento e abertura dos envelopes marcada para as 14h:00 do dia 24 de março de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h:00 min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6612.

Sombrio-SC, 12 de Março de 2015.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Decreto Municipal nº 011, de 02 de fevereiro de 2015; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei 8.078, de 11 de novembro de 1990; e subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h:45min do dia 25 de março de 2015, com início da credenciamento e abertura marcada para as 09h:00min do dia 25 de março de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h:00 min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6612.

Sombrio-SC, 12 de Março de 2015.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇO Nº. 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Tipo de julgamento: menor valor por tonelada.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 13h:45min do dia 27/03/2015.

Abertura da Sessão: a partir das 14h:15min do dia 23/03/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00 min as 11h:30 min e das 13h:30min as 17h:30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, em 12 de março de 2015

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 020/2015

DECRETO Nº. 020/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 68, inciso VI, e demais dispositivos legais pertinentes;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 022/2012, denominada Lei do Plano Diretor;

CONSIDERANDO o artigo 76 e parágrafo único da Lei Complementar nº 023/2012, denominada Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo, referente à aprovação de loteamento e expedição do alvará de loteamento;

CONSIDERANDO que área a ser loteada está localizada no perímetro urbano do Município de Tigrinhos.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico de Análise de Loteamento nº 02, referente à aprovação do processo de loteamento nº 03/2012; CONSIDERANDO as alterações na Matrícula do Imóvel nº 18.627 do Ofício de Registro Imobiliário da Comarca de Maravilha/SC e a necessidade de retificação do Projeto do Loteamento Kempfer.

DECRETA

Art. 1º - Fica Aprovado o projeto de loteamento denominado Loteamento Kempfer, localizado no prolongamento de parte da Avenida Santo Antônio, sobre parte do lote colonial rural nº. 87, da Seção Maravilha, situado no município de Tigrinhos, Matrícula nº. 18.627 CRI Maravilha, com área total de 45.000,00 m², de propriedade da Kasa Empreendimentos Imobiliários LTDA, CNPJ 06.925.185/0001-21, representada por seu sócio administrador Jeovany Folle, CPF nº. 023.877.179-29.

Parágrafo Único - A área de arruamento é de 11.433,97 m²; área para equipamentos públicos: 2.254,74m²; área verde: 9.041,12 m²; área de lotes vendáveis: 22.270,17 m²; totalizando a área do empreendimento em 45.000,00 m², loteamento composto de 04 (quatro) quadras a saber: Quadra nº 01 composta de 11 (onze) lotes, do nº. 01 ao nº 11; Quadra nº 02 composta de 06 (seis) lotes, do nº 01 ao nº 06; Quadro nº 03 composta por 16 (dezesesseis) lotes, do nº 01 ao nº 16; Quadra nº 04 composta de 25 (vinte e cinco) lotes, do nº 01 ao nº 25, totalizando a quantidade de 58 (cinquenta e oito) lotes, nos termos do memorial descritivo e projeto de loteamento aprovados em 20 de maio de 2013, em conformidade com o procedimento de parecer técnico - análise loteamento nº 02 do processo de loteamento 03/2012.

Art. 2º - As obras e serviços de infraestruturas, abaixo especificadas, serão executadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contadas da data da publicação deste Decreto no órgão oficial do Município, conforme Termo de Compromisso firmado, segundo artigo 78 da Lei Complementar nº 023/2012, assim seguem:

I - abertura de vias;

II - demarcação de quadras e lotes;

III - topografia;

IV - rede de galerias de águas pluviais;

V - rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;

VI - meio fio com sarjetas, pavimentação e sinalização;

VII - rede de distribuição de água potável.

Parágrafo Único - As obras e serviços de infraestrutura deverão ser executadas em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado pela Secretaria Municipal de Administração, conforme parecer do responsável técnico na área de engenharia e/

ou arquitetura.

Art. 3º - Para garantia da execução das obras e serviços de infraestruturas constantes no cronograma físico financeiro, ficam caucionados os seguintes lotes urbanos: lote nº 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Quadra nº 03, totalizando 07 (sete) lotes, com área total dos lotes de 2.880,00 m².

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração, através da área técnica de engenharia e/ou arquitetura, será o órgão responsável pela fiscalização das obras e serviços de infraestrutura do loteamento.

§1º - Os lotes urbanos caucionados constantes do artigo anterior, não poderão ser alienados em quanto não forem liberados de caução.

§2º - A liberação dos lotes urbanos caucionados ocorrerá em conformidade com o término das obras e serviços de infraestrutura, mediante requerimento do loteador e parecer da Secretaria de Planejamento Municipal;

Art. 5º - No ato do registro do loteamento, o loteador transferirá ao Município mediante escritura pública e sem quaisquer ônus ou encargos o domínio das áreas públicas, compostas pela área verde, área de equipamentos públicos e área de circulação, no total de 22.729,83 m².

Art. 6º - A classificação para o uso e ocupação do solo no loteamento aprovado por este Decreto, será Predominante Residencial, classificando-se como ZMC (zona mista central) e ZIA (zona interesse agropecuária).

Art. 7º - Os órgãos públicos municipais, estaduais e federais terão acesso livre ao loteamento sempre que houver necessidade, em especial para a fiscalização das obras e serviços.

Art. 8º - É vedada, antes do registro deste loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóvel competente, a venda, promessa de venda, reserva de lotes de terras ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote de terras integrante do projeto aprovado, bem como praticar os atos constantes nos incisos I, II e III do artigo 50 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 9º - Para a emissão do Termo de Verificação de implantação do traçado de infraestrutura do loteamento deverá ser constatado a execução de todas as obras e a entrega das licenças ambientais conforme projetos aprovados.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrario em especial o Decreto Nº. 046/2013, de 07 de junho de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQULOTTO

Arquiteta e Urbanista

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de março de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**EXTRATO DE CONTRATO 004-2015 SAUDE**

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 004/2015 no com a Empresa DIRCEU ANTONIO PERONDI ME - CNPJ: 17.375.618/0001-39 no valor de R\$ 30.000,00, para Serviço de Confecção de Próteses Dentárias, conforme necessidade, durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 11 de março de 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 065/2015**

PORTARIA Nº. 065/2015.

EXONERA A PEDIDO (PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA) O SERVIDOR MUNICIPAL SR. NERI ARNOLDO NEU, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido do Servidor Público, o Sr. NERI ARNOLDO NEU, do cargo de efetivo de MOTORISTA, cadastrado sob matrícula nº. 74/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 11/03/2015, conforme requerimento do mesmo e deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e fazenda.

**PORTARIA 066/2015**

PORTARIA Nº. 066/2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal efetivo Sr. MARCOS GALVÃO, farmacêutico, matrícula nº 387/01, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 06 (seis) de Março de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 067/2015**

PORTARIA Nº. 067/2015.

Concede adiantamento de diárias para o Prefeito Municipal, e da outras providencias.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal RUDIMAR FRANCISCO GUTH, adiantamento do equivalente a 6,00 (seis) diárias, no valor R\$ 1.513,84 cada, totalizando o valor de R\$ 9.083,04 (nove mil e oitenta três reais e quatro centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 15 a 20 de Março de 2015, COM OBJETIVO DE BUSCAR RECURSOS COM O GOVERNADOR DO ESTADO E OS DEPUTADOS, FAZER ENTREGAS DE OFÍCIOS E VIABILIZAR LIBERAÇÃO DOS RECURSOS SOLICITADOS PARA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E PARTICIPAR DO XIII CONGRESSO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 068/2015**

PORTARIA Nº. 068/2015.

Concede adiantamento de diárias para a Contadora, e da outras providencias.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder a Contadora, LILIAN SANTIN, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor de R\$ 958,04 cada, totalizando o valor de R\$ 2.874,12 (dois mil oitocentos e setenta quatro reais e doze centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 18 a 20 de Março de 2015, com objetivos de participar do XIII Congresso Catarinense de Municípios.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 069/2015**

PORTARIA Nº. 069/2015.

Concede adiantamento de diárias para a Controle Interno, e da outras providencias.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder a Controle Interno, LUCIANE PISSATTO, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 493,99 cada, totalizando o valor de R\$ 1.975,96 (Hum mil e novecentos setenta cinco reais e noventa seis centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 18 a 20 de Março de 2015, com objetivos de participar do XIII Congresso Catarinense de Municípios.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.



## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### RESULTADO FINAL LIC 10/2015 PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
Resultado de Licitação  
Processo Licitatório nº 10/2015 - Pregão Presencial

O Município de Timbé do Sul torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 10/2015 - Pregão Presencial, referente aquisição de um trator agrícola novo. Item 01 - Vencedora: Ituara Ltda ME - valor adjudicado: R\$ 88.990,00 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa reais).

Timbé do Sul, 10 de março de 2015.  
Helder Pessetti  
Pregoeiro

## Timbó

### PREFEITURA

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 14 2015 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015 PMT

Homologada em 11/03/2015 a Tomada de Preços nº. 14/2015 - PMT, referente a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação, sinalização e drenagem da Rua Bruno Reinicke, neste município, no âmbito do Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, conforme Termo de Compromisso celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Didades, representado pela Caixa Econômica Federal, n.º 792807/2013/SC (processo n.º 2622.1009875-02/2013 e anexos parte I, II e III), conforme projeto de engenharia para pavimentação asfáltica, quantitativo e orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro e demais projetos. EMPRESA Paviplan Pavimentação Ltda. VALOR: R\$ 346.004,68 (trezentos e quarenta e seis mil e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Timbó, 11 de março de 2015  
ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 35 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2014 FMS

Homologado em 10/03/2015 a Tomada de Preços nº. 35/2014 - FMS, referente a contratação de empresa, compreendendo material e mão-de-obra, para a execução de serviços de ampliação da Unidade de Saúde da Família Bairro Pomeranos, neste município, especificados nos anexos do edital, tudo conforme projeto, memorial descritivo, orçamento estimativo, cronograma físico financeiro e minuta contratual EMPRESA VENCEDORA: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp. VALOR R\$ 89.999, 23 (oitenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos).

Timbó, 10 de março de 2015  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO 2015.45 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/45

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação, sinalização, drenagem e implantação de passeio e ciclovia da Rua Carlos Strey, neste município, no âmbito do programa planejamento urbano com união federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, n.º 783490/2013/SC (processo 2622.1004312-12/2013 e anexos parte i, ii e III) e n.º 799791/2013/SC (processo 2622.1013730-94/2013 e anexos parte I, II E III) objetivando a execução de ações relativas ao MCID/Planejamento Urbano - Pavimentação e sistemas de circulação não motorizados

VALOR: VALOR: R\$ 912.033,07 (novecentos e doze mil e trinta e três reais e sete centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/03/2016.

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2015.

Timbó, 11 de março de 2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 154 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais hidráulicos, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (Repetição parcial Pregão Presencial n.º 128/2014 com alterações).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Supermercado Fistarol Ltda, Estoril Comércio Eireli ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 11.817,73 (onze mil oitocentos e dezessete reais e setenta e três centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/12/2015

Timbó, 12/12/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**SAMAE - TIMBÓ****EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE N. 44/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/44

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADA: CAMILA GRACIOSA PURIM

OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPREENDE A PRODUÇÃO DE RELEASES PARA IMPRENSA; PRODUÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS COMO COMUNICADOS, NOTAS, ENTRE OUTROS; AGENDAMENTO DE ENTREVISTAS; GERAÇÃO DE CONTEÚDOS EM PARCERIA COM O SAMAE; GERENCIAMENTO DE CRISES, QUANDO NECESSÁRIO; PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA MÍDIA ONLINE EM QUE A MARCA ESTEJA PRESENTE; PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA FACEBOOK E TWITTER (UMA OU DUAS VEZES POR DIA, CONFORME DEMANDA); GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS EM QUE HÁ PRESENÇA; MONITORAMENTO ONLINE; ATUALIZAÇÃO DO SITE E REVISÃO E CORREÇÃO DE TEXTOS.

PRAZO: 10 MESES (TEVE INÍCIO NA DATA DE 10/03/2015 E O SEU TÉRMINO SERÁ EM 31/12/2015)

VALOR TOTAL: R\$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

TIMBÓ, 11 DE MARÇO DE 2015.

WALDIR GIRARDI

DIRETOR PRESIDENTE

**Três Barras****CÂMARA MUNICIPAL****TERMO HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão: 01/2015

Processo Administrativo: 01/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e de julgamento de licitações, designada pela Portaria: 493/2015: Homologo

Nesta data a referida decisão e constante ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto de Pregão nº. 01/2015, o participante:

IPM INFORMATICA PUBLICA MUNICIPAL LTDA	48.620,0000
--	-------------

Três Barras - SC, 11 de março de 2015

Gilson Hideaki Nagano

Presidente

**Tunápolis****PREFEITURA****ATA DO CHAMAMENTO PUBLICO 001.2015**

Ata de avaliação e classificação do Chamamento Publico 01/2015. No dia 06 de março de dois mil e quinze às dezessete horas, se reuniram no gabinete da Prefeitura Municipal de Tunápolis, os seguintes servidores municipais: Cleverson Inácio Kekrkhoff- Controle Interno, Sheila Inês Bieger - Auxiliar de Contabilidade, Karine Epping- Diretora Adjunta de Departamento, Ivete Orth- Assessora de Imprensa, e Dayana Beatriz Pauli-Agente Administrativo, para analisar e selecionar empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para projeto e construção de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Demonstrou interesse na Chamada Publica 01/2015 a empresa TECTUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ 09.386.739/00001-58, que apenas enviou o envelope, não estando presencialmente na abertura do mesmo, dando continuidade os servidores abriram o envelope e, viu-se que a empresa supra mencionada apresentou toda a documentação solicitada no chamamento público 001/2015, atendendo desta forma o item II do presente no chamamento público. Encerrados os procedimentos, classificamos a empresa TECTUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, após atender todos os requisitos e encaminhamos para análise do Chefe do Poder Executivo, para os devidos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Sheila Bieger lavrei a presente Ata, que, lida, discutida e aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Data 06 de março de 2015.

Cleverson Inácio Kekrkhoff-  
Controle InternoSheila Inês Bieger  
Auxiliar de ContabilidadeKarine Epping  
Diretora Adjunta de DepartamentoIvete Orth  
Assessora de ImprensaDayana Beatriz Pauli  
Agente Administrativa**AVISO DE REVOGAÇÃO 23.2015**

Aviso de Revogação

A Comissão de Licitação juntamente com o Prefeito Municipal comunica que o Processo de Licitação nº 23/2015 Tomada de Preço 01/2015 foi REVOGADO por equívoco do engenheiro desta municipalidade na elaboração do orçamento e será republicado após reanálise e elaboração do novo projeto.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 11 de março de 2015.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2015

Edital de Pregão Presencial nº 30/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que constitui na aquisição de brinquedos (PLAYGROUND) destinados para parque infantil das Escolas Municipais, conformidade com as especificações dos Anexos.

Entrega das propostas até às 14h15min do dia 25/03/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 12 de março de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2015

Edital de Pregão Presencial nº 31/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de SÊMEN BOVINO utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas até às 10h do dia 25/03/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 12 de março de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

**Vargem Bonita****PREFEITURA****PROCESSO 015/2015 PR 013/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº013/2015

OBJETO: Aquisição de UMA (01) RETROESCAVADEIRA com as especificações, capacidade e características descritas no Edital do Processo Licitatório.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço.

Recursos: Execução do Contrato de Repasse nº 1019145-47/2014/MDA/CAIXA.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 31 de março de 2015 às 09h00min na Sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 10 de março de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

**Vidal Ramos****PREFEITURA****EDITAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015  
MATERIAL DE LIMPEZA**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 12/2015  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA:** Até o dia 23/03/2015, às 08:00 hrs.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 11 de março de 2014  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****DECRETO Nº 11.780/15**

DECRETO N.º 11.780/15, DE 10 DE MARÇO DE 2015.  
Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 3.196/14, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Adevilson Percio, Andréia Marin Percio e Mercoagro Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 40,27 m² (quarenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), de propriedade de Mercoagro Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda, constante da matrícula nº 23.534, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 1.600,61 m² (um mil e seiscentos metros sessenta e um decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 3.196/14.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 40,27 m² (quarenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), área desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de Adevilson Percio e Andréia Marin Percio, constante da matrícula nº 18.766 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 300,27m² (trezentos metros e vinte e sete décimos quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 10 de março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 016/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. TACIANA DENISE TOMASI	ENFERMEIRO – ESF	11.701/15, DE 04/03/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 09 de Março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 017/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. DAIANA SOARES ZANIN	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.702/15, DE 04/03/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 09 de Março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0002/15**

Extrato do Contrato n. 0002/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA MANTOANI

CPF: 064.583.649-46

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA TRANSITORIAMENTE AFASTADA DE SUA FUNÇÃO EFETIVA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE ESCOLA ADJUNTO

VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0132/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0132/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEY APARECIDA ADADA BARICHELO

CPF: 449.780.229-91

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0368/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0368/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 736.101.279-53

OBJETO: Alteração do término previsto, vencimento e justificativa de "com término previsto para 10 de março de 2015 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição a servidora IVANIR SARTOR JORGE em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "com término previsto para 31 de janeiro de 2015 e percebendo para tanto o vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora IVANIR SARTOR JORGE, aposentada, conforme Decreto n. 11.485/15"

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 31 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0474/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0474/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANETE DIAS FERREIRA

CPF: 038.312.099-36

VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 até 02 de abril de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014 - PMV - EMPRESA: AGROVETI SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME**LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE  
SISTEMA DE PROJEÇÃO DE IMAGENS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa AGROVETI SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EME, inscrita no CNPJ nº 08.563.964.0001/50, não apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PE 05/2014 - PMV, conforme segue:

LOTE 05			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
07.	Sistema de projeção de imagens, com tecnologia LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, XGA 1.024x768, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de 3.300 ANSI LUMENS; contraste de 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 3.000 horas em alto brilho e 6.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 60" a 117" ( de 1,60m até 2,96m ); uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor de 24bits, 16.7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 16W; compatibilidade de vídeo com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo ( NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV ); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Video, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA ( Retorno para monitor ); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Garantia: 12 meses contra defeitos de fabricação	Epson	Não apresentou

Em atendimento ao item 1.8 do Edital 05/2014 que diz: "As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, deverão apresentar amostras físicas ou prospectos / fichas técnicas originais do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado, devidamente identificado, com razão social e respectivo número do lote e item) de todos os itens vencidos, em até (03) dias de sua notificação via sistema Cidadecompras."

Sendo assim, a empresa AGROVETI SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTADA EME, que obteve 2º proposta melhor classificada para o lote 05 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas ou prospectos / ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação dos laudos/prospectos não apresentados pela empresa JAIRO ANTONIO ZANATTA

Videira, 18 de Fevereiro de 2015.  
Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
Diretora de Educação

**LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014 - PMV - EMPRESA: ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DA  
CARTEIRA INFORMATIZADA DO ALUNO E  
CARTEIRA INFORMATIZADA PROFESSOR

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 97.466.593/0001-18, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

LOTE 2			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TECNICA	MARCA	SITUAÇÃO
2	<p>CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA ALUNO, especificação: Tampo escolar duplo e basculante, sendo o tampo superior confeccionado em ABS TERMOFORMADO, com 02 arestas arredondadas; base inferior do tampo fixa, confeccionado em MDF usinado, com acabamento em pintura PU na cor preta, com apoio para teclado padrão ABNT2 com TrackBall óptico; base superior do tampo, basculante, confeccionado com apoio para monitor de vídeo de, no mínimo 15", widescreen e apoio para sistema de processamento, inserida na parte inferior deste tampo; estrutura metálica confeccionada em tubo industrial de 2", 1,1/2" e 3/4" ( parede 1,5mm) e acabamentos em ponteira de plástico; pode ser fixada ao chão ou possuir regulagem de nível de 04 pontos de contato com o piso, através de sapatas reguladoras; acabamento das peças metálicas, efetuado através de banho desengraxante à quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura efetuada com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 180°C, com espessura mínima de película aplicada de 40microns, na cor prata; todos os componentes fixos que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG; composto por módulo distinto, de acesso independente e interligado entre si, através de sistema de comunicação integrado ao gabinete, possuindo conectividade através de cabeamento estruturado e tecnologia wireless simultaneamente; chave com segredo para travamento dos tampos e proteção do hardware com sistema liga/desliga acoplado ao tampo basculante; monitor de vídeo LCD Widescreen, com no mínimo 15", com proteção acrílica frontal, matriz ativa, suportando resolução mínima de 1024x768 pixels, fixada em plataforma rígida fabricada em aço, de forma embutida, com possibilidade de angulação de 112º em relação a horizontal, localizado imediatamente após o teclado; os equipamentos ( mother-board, monitor de vídeo LCD, conector USB frontal, entrada e saída de áudio frontal, teclado com trackball ) ficam em compartimento protegido contra vandalismos ou saques, afixados diretamente na estrutura; o acesso é efetuado através de tampa basculante de aço, chaveadas com fechadura com segredo; Processador com arquitetura de núcleo duplo, com, no mínimo, 1.5GHZ; memória virtual com, no mínimo, 04GB DDRII SODIMM; unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB; adaptador gráfico de video padrão ATI com resolução HDMI 1600x1200 – 1080i X 720; interface de rede Ethernet Lan RTL8111C 10/100/1000 com wireless integrado; no mínimo, 02 portas USB externas mais 06 portas USB internas; interface de áudio analógica com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; fonte de alimentação: 12V/5; webcam com 1.3 megapixel integrada; sistema Operacional baseado em plataforma gráfica Microsoft Windows Seven. Deverá ser apresentado, no envelope de proposta, laudo técnico biomecânico e ergonômico, comprovando que o produto atende aos valores estabelecidos pelas Normas Ergonômicas – NR17, bem como que o móvel atenda aos aspectos biomecânicos funcionais, da saúde e de segurança do indivíduo. Dimensões aproximadas: 725 x 560 x 750mm</p>	Ergo Moboli	Aprovada

03	<p>CARTEIRA ESCOLAR INFORMATIZADA PARA PROFESSOR, especificação: Tampo escolar duplo e basculante, confeccionado em MDF USINADO, com 02 arestas arredondadas. Base inferior do tampo, fixa, confeccionado em MDF USINADO e acabamento em pintura PU na cor preta, com apoio para teclado padrão ABNT2 com TrackBall óptico; base superior do tampo, basculante, confeccionado com apoio para monitor de vídeo de, no mínimo 15", widescreen e apoio para sistema de processamento, inserida na parte inferior deste tampo. Estrutura metálica confeccionada em tubo industrial de 2", 1,1/2" e 3/4" ( parede 1,5mm) e acabamentos em ponteira de plástico; pode ser fixada ao chão ou possuir regulagem de nível de 04 pontos de contato com o piso, através de sapatas reguladoras; acabamento das peças metálicas, efetuado através de banho desengraxante à quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura efetuada com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 180°C, com espessura mínima de película aplicada de 40microns, na cor prata; todos os componentes fixos que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG; composto por módulo distinto, de acesso independente e interligado entre si, através de sistema de comunicação integrado ao gabinete, possuindo conectividade através de cabeamento estruturado e tecnologia wireless simultaneamente; chave com segredo para travamento dos tampos e proteção do hardware com sistema liga/desliga acoplado ao tampo basculante; monitor de vídeo LCD Widescreen, com no mínimo 15", com proteção acrílica frontal, matriz ativa, suportando resolução mínima de 1024x768 pixels, fixada em plataforma rígida fabricada em aço, de forma embutida, com possibilidade de angulação de até 112º em relação a horizontal, localizado imediatamente após o teclado; os equipamentos ( mother-board, monitor de vídeo LCD, conector USB frontal, entrada e saída de áudio frontal, teclado com trackball ) ficam em compartimento protegido contra vandalismos ou saques, afixados diretamente na estrutura; o acesso é efetuado através de tampa basculante de aço, chaveadas com fechadura com segredo. Processador com arquitetura de núcleo duplo, com, no mínimo, 1.5GHZ; memória virtual com, no mínimo, 04GB DDRII SODIMM; unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB; adaptador gráfico de video padrão ATI com resolução HDMI 1600x1200 – 1080i X 720; interface de rede Ethernet Lan RTL8111C 10/100/1000 com wireless integrado; no mínimo, 02 portas USB externas mais 06 portas USB internas; interface de áudio analógica com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; fonte de alimentação: 12V/5; webcam com 1.3 megapixel integrada; sistema Operacional baseado em plataforma gráfica Microsoft Windows Seven. Dimensões aproximadas: 1.200 x 560 x 750mm</p>	Ergo Moboli	Aprovada
----	---	-------------	----------

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados tempestivamente pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2014- PMV, pela apresentação das amostras físicas e laudos técnicos anexos.

Videira/SC, 05 de março de 2015.

Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques  
Diretora de Educação



# LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014 - PMV - EMPRESA:SIPOVOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE LOUSAS INTERATIVAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **SIPOVOX Tecnologia da Informação Ltda**, inscrita no CNPJ nº 09.193.427/0001-28, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

LOTE 1			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
01.	<p><b>QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA</b>, especificação: Espaço para projeção de imagens com no mínimo 1.800 x 1.350mm, diagonal mínima de 79", com resolução mínima de 1,5m; composta por material de BP revestido com laminado melamínico acetinado de baixa absorção de luminosidade, na cor branca, com tecnologia de digitalização através de película de infra-vermelho mais ultrassom; Dispositivo de interface com botão semelhante ao de mouse ( botão direito ) e um botão para acionamento de caixa de ferramenta interativa. Com ponta de teflon, que substitui o botão esquerdo do mouse; possui capacidade de interação com Sistema Interativo e paleta de ferramentas através de tecnologia baseada em sistema de ultrassom; Conexão com o computador efetuada através de cabo USB; Receptor de interface em formato longitudinal com captação de sinal de infra-vermelho, e capacidade de captação de sinal de até 123" na diagonal; Softwares de controle composto de ferramenta de interatividade configurável ( tamanho e transparência ) que permite, no mínimo, as seguintes seleções: entra caneta, entra borracha, marca texto; permite também a anotação sobreposta à qualquer programa instalado no microcomputador; capacidade de reconhecimento de escrita manual em letra de forma ou manuscrita, em qualquer software instalado no microcomputador, que possua um campo de texto editável; permite a mudança de cores e espessuras sem a necessidade da troca da caneta; permite salvar as telas, no mínimo, nos seguintes formatos: HTML, PDF, JPEG, BMP, TIF, EMF, PPT e PPS; permite mover, alterar tamanho ou rotacionar objetos; provê recurso de escurecimento parcial da tela, visando mostrar gradualmente o conteúdo a ser visualizado; permite a importação de arquivos em formato PPS/PPT, XLS e DOC, com imagens de fundo; sustenta uma conferência para, no mínimo, 25 conexões simultâneas via internet e 10 pontos via rede local. todo o pacote de software possui versão compatível com a língua portuguesa; O software deverá possuir recursos para a criação de uma área centralizadora para a organização de atalhos para programas e arquivos mais utilizados pelo usuário. O Software deverá permitir a acessibilidade à paleta de ferramentas interativas, em qualquer posição da tela de projeção, através de um clique de mouse; Unidade de processamento composta por mother-board integrada diretamente na estrutura do quadro contendo, no mínimo, processador com arquitetura de núcleo duplo de, no mínimo, 1.6GHZ, memória RAM de 04GB padrão SODIMM, unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB, com adaptador gráfico de vídeo com resolução HDMI de 1600x1200 e 1080i x 720, interface de rede 10/100/1000; Porta HDMI de 1080i x 720p; 02 portas USB externas; Porta serial RS232; leitor de cartão tipo SD; Interface de áudio analógico com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; disco rígido padrão SATA de 160GB; fonte de alimentação de 12V / 5ª, com sistema de conexão sem fio instalado.; Compatível com os sistemas operacionais Microsoft Win2000, Windows XP, Vista, Seven e as distribuições Linux Fedora e Ubuntu. Sistema operacional baseado em plataforma gráfica, instalado e compatível com o software de interface do quadro. Deverá permitir a acessibilidade às portas USB e a conexão com o microfone; Haste para fixação de projetor multimídia, confeccionado de forma retrátil com, no mínimo, 05 pontos de retratibilidade; Suporte para projetor com regulagem de angulação executado em chapa de aço com parede 1,2mm medindo aproximadamente 335x245mm, com flange com 04 furos passantes para fixação em teto/parede; Sistema de projeção de imagens, com tecnologia DLP ou LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, SVGA 800x600, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de, no mínimo 2.500 ANSI LUMENS; contraste de, no mínimo 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 2.000 horas em alto brilho e 3.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 27" a 300"; uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor mínima de 24bits, 16.7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 5W; compatibilidade de vídeo mínima com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo ( NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV ); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Video, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA ( Retorno para monitor ); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Suporte metálico para lousa branca, com medida total de 2100x1195mm; quadro superior confeccionado em chapa de metalon 30x90mm ( chapa 1,2mm ), medindo 1195x1350mm, contendo 12 orelhas de balde em aço estampado chapa 14 25x35mm, fixados a estrutura através de solda pelo processo MIG; porta – canetas confeccionado em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm) recortada, formando sulco para suporte de canetas, medindo 800x72,6mm; suporte para os pés inferiores confeccionados em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm), medindo 1195 x 650mm; em suas extremidades devem ser afixados tubos oblongos de 25x60mm (chapa 1,5mm) para os pés medindo 855mm de comprimento, curvados de forma a garantir estabilidade a todo o conjunto; mão – francesa para reforço de união entre o quadro de suporte e os pés, medindo 120x240x1;8"mm; 04 sapatas de apoio tipo quack medindo 90x15,0mm; painel de fechamento confeccionado em chapa de metalon estampado (perfurado) medindo 1135x410mm ( chapa 1,2mm ); suporte estrutural confeccionado em chapa de metalon medindo 32x93x32x290mm para apoio do painel de fechamento ao suporte para os pés, contendo 06 parafusos com furo expansivo para rosca tipo M6; acabamento das peças metálicas através de banho desengraxante a quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 120°C, com espessura mínima de película aplicada a 40microns; os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. O licitante vencedor deverá efetuar curso de capacitação ao uso dos equipamentos ofertados, para público composto por turma de 20 pessoas, num total de 03 encontros, com 04 horas cada, em datas e horários a serem estabelecidos em comum acordo entre a Secretaria de Educação e a empresa vencedora da licitação. Na oportunidade, deverá ser disponibilizado aos participantes material de apoio; O escopo do curso de capacitação deverá conter, no mínimo:</p>	Digisonic	Reprovada

	i. Ementa aos professores; ii. Apresentação das características com enfoque técnico; iii. Apresentação das características com enfoque de usuário; iv. Procedimentos para instalação física; v. Procedimentos para instalação de softwares; vi. Cuidados no uso; vii. O uso de ferramentas básicas; viii. O uso de ferramentas avançadas.		
--	--	--	--

Em atendimento ao **item 1.8 do Edital 05/2014** que diz: “As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo licitatório, **deverão apresentar amostras físicas ou prospectos / ficha técnica original do fabricante, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado**, devidamente identificado, com razão social e respectivo número do lote e item) de todos os itens vencidos, em até (03) dias de sua notificação via sistema Cidadecompras.”

A empresa **SIPOVOX Tecnologia da Informação Ltda**, que obteve a 2ª proposta melhor classificada para os lotes 01 na etapa de lances, optou pela apresentação de ficha técnica encaminhando via correios, conforme exigência do edital.

Sendo que a marcas e modelo cotados dos produtos licitados **não** atendem as especificações mínimas do Edital PE 05/2014 – PMV.

Após análise ponderada pela equipe de TI desta Secretaria segue:

#### **LOTE 01**

#### **Item 1 - LOUSA DIGITAL: QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA**

Apenas a análise visual do documento encaminhado, este, não permite a identificação plena de todas as características mencionadas nas especificações do edital; muito embora, a empresa fornecedora tenha encaminhado um quadro comparativo apresentando as necessidades do **edital X proposta do produto** a ser entregue por ela, e a sua conclusão a respeito de cada característica, esta comissão se reservará o direito pleno de exercer o seu poder de julgamento, no que tange a aceitabilidade das possibilidades propostas.

Admitindo-se portanto, a argumentação encaminhada juntamente com a FICHA TÉCNICA do produto, mais especificamente no parágrafo 4º do item “A Proposta ( Videira – SC ), esta comissão procurou se valer de ferramentas disponíveis na internet, para elucidar as divergências encontradas e tornar justo o processo, usando como fonte de pesquisa os seguintes sítios:

<http://www.digisonic.com.br/produtos/lousa-digital/ultrassonica/>

<https://www.youtube.com/watch?v=VsULmSaWo9s>

Apesar disso, não é possível identificar claramente na Ficha Técnica as dimensões mínimas solicitadas no Termo de Referência para o espaço de projeção de 1.800 X 1.350mm, conforme edital; as informações obtidas no site da marca da lousa, indicaram altura máxima de 1,20m e captação de sinal até 77”.

O receptor de interface possui formato triangular; o Edital pede o formato longitudinal – o formato longitudinal permite que o receptor possa ser instalado nas posições horizontal e vertical, posicionados no meio das arestas do quadro, evitando a interferência de objetos e até mesmo do corpo humano sobre a dissipação do sinal de infravermelho e ultrassom;

Não é possível identificar claramente a capacidade de captação de sinal de até 123” na diagonal, conforme exigido no edital; no vídeo de apresentação da lousa, aparece a variação de 20” até 110”;

Não é possível identificar todas as características dos softwares exigidos no termo de referencia do edital, tais como;

- a) Não é possível identificar a capacidade de sustentação de uma conferência para, no mínimo 25 conexões simultâneas via internet e 10 pontos via rede local, conforme edital;
- b) Não é possível identificar claramente se o software informado é plenamente compatível com a língua portuguesa, se possui recursos para a criação de uma área centralizada na tela para organização de atalhos para programas e arquivos mais utilizados pelo usuário, conforme edital;

A ficha técnica encaminhada demonstra a utilização de uma mini-cpu padrão APU acoplada na lateral direita inferior do quadro, de forma totalmente exposta, quando o edital pede que a mother-board deve ser integrado diretamente na estrutura da lousa, conforme edital; Aparentemente falta segurança contra furtos para esta CPU;

Não é possível identificar claramente as características técnicas do suporte e haste para projeção apresentados, não sendo possível identificar o equipamento cotado, conforme edital;

Não é possível identificar claramente as características técnicas do suporte metálico para lousa branca apresentado, não sendo possível identificar o equipamento cotado, conforme edital.

Diante do exposto, concluímos que os produtos cotados/ofertados pela empresa SIPVOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, **tempestivamente** apresentados anteriormente à adjudicação do Processo licitatório através de ficha técnica, não atendem as exigências técnicas descritas no termo de referencia, anexo V do Edital.

Sendo assim a Secretaria de Educação opina pela **reprovação** da ficha técnica apresentada da Lousa Digital: Quadro para Prospecção de Conteúdo Pedagógico em Sala de Aula que segue anexa.

Videira, 06 de março de 2015.

---

Roberta Aparecida Martinez  
**Secretária Municipal de Educação**

---

Maria R.S.Marques  
**Diretora de Educação**

**LAUDO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS 3ª COLOCADA NO ITEM 01 DO PR 04/2015-PMV****LAUDO TÉCNICO DE ACEITABILIDADE**

Atestamos para os devidos fins, que a prova do Touro, MOUNTFIELD SSI DCY MOGUL-ET, NAAB 007HO11314, da raça holandesa, apresentado pela FRITZ Comércio e Representações de Sêmen Bovino Ltda, no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 4/2015, está dentro dos parâmetros exigidos no item 1.1 do referido edital.

Tal verificação está embasada na Ficha Técnica do animal, como descrito a seguir:

- MOUNTFIELD SSI DCY MOGUL, raça holandesa aprovado em todos os quesitos: Leite 1376, confiabilidade 96%, tipo 2.84, composto de ubre 2.64 e facilidade de parto 6.1.

Desta forma, devido à aprovação nos quesitos, o item deve ser aceito.

Videira/SC, 11 de março de 2015.

Vilso Vanz

CRMV/SC - 1120

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 31/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SER UTILIZADA NA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 26/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 32/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO ROLO COMPACTADOR REBOQUE MODELO DYNAPAC CH 44, FROTA 72, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 27/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 11 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 007/2015 - CMV**

PORTARIA Nº 007/2015

Designa Pregoeira e Componentes da Equipe de Apoio.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, CHRISTIANE ZIMMER, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar a servidora LUCELIA FEDRIGO, nos termos da Resolução Legislativa nº 001/2015 e da Lei Federal nº. 10.520/2002, como Pregoeira e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras KALYNE DANIELEWICZ e ARIANE MICHELI MOSQUERA SOUTO BULOW.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 11 de Março de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI  
1ª Secretário

### **RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CMV**

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001/2015.

APROVA O REGULAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS, NO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Pregão Presencial, modalidade de licitação, para a aquisição de bens e serviços comuns no Poder Legislativo do Município de Videira, nos termos constantes do anexo único desta Resolução.

Art. 2º Compete ao Poder Legislativo estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Sala das Sessões, 10 de Março de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER  
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI  
1º Secretário

ANEXO ÚNICO  
REGULAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

(RESOLUÇÃO Nº 001/2015).

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de pregão presencial, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Poder Legislativo Município de Videira, qualquer que seja o valor estimado.

Art. 2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 3º Os contratos celebrados pelo Poder Legislativo para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 1º Dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão.

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

§ 3º Os bens e serviços de informática e automação adquiridos nesta modalidade deverão observar o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a regulamentação específica.

Art. 4º A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade,

justo preço, seletividade e objetividade da escolha das propostas. Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral.

Art. 6º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º Cabe (ao) à Presidente da Câmara:

I - determinar a abertura de licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Parágrafo Único. Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - da requisição da compra de bens ou contratação dos serviços pelo Poder Legislativo, contendo a exposição da necessidade a ser atendida e a indicação provisória, precisa, suficiente e clara, do objeto, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento;

II - a elaboração do termo de referência pelo Poder Legislativo, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento, o prazo de execução do contrato e a justificativa da necessidade da aquisição.

III - certidão do setor contábil da existência de recursos para acorrer às despesas;

IV - autorização da aquisição dos bens ou serviços pela (o) Presidente da Câmara que designará, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;

V - autuação do processo;

VI - elaboração das minutas do edital e do contrato, estabelecendo as exigências de habilitação de participação, os critérios de aceitação e julgamento das propostas, a fixação dos prazos e das demais condições para o fornecimento dos bens ou prestação dos serviços e as sanções administrativas aplicáveis por inadimplimento;

VII - parecer de aprovação pela Assessoria Jurídica das minutas do edital e do contrato de fornecimento dos bens ou prestação dos serviços.

§ 1º Sempre que cabível o edital conterá, como anexos, o projeto com todos os elementos técnicos, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso em conformidade com o elaborado pela Câmara.

§ 2º Para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 9º As atribuições do pregoeiro incluem:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, de conformidade com o art. 11 deste Regulamento;



V - a adjudicação da proposta de menor preço;  
VI - a elaboração de ata;  
VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;  
VIII - o recebimento, o exame e a decisão das impugnações e recursos; e  
IX - a remessa do processo à (ao) Presidente da Câmara para julgamento dos recursos contra suas decisões;  
X - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 10 A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do pregão, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Legislativo, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Art. 11 A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, por meio do extrato do edital, publicado em forma de aviso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC e em jornal de grande circulação do Estado, sem exclusão de outras formas de divulgação, observando-se as seguintes regras:

I - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

II - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

III - no dia, hora e local designados no edital será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;  
IV - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

V - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

VI - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;  
VII - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

VIII - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

IX - a desistência em apresentar lance, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeitos de ordenação das propostas;

X - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XI - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XII - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o

envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

XIII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

XIV - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XV - nas situações previstas nos incisos X, XI e XIV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVI - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

XVII - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XVIII - acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIX - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XX - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXI - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XIV e XV deste artigo;

XXII - se o licitante vencedor recusar-se injustificadamente a assinar o contrato, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXI.  
XXIII - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 12 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 13 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista; e

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo único - A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo poderá ser substituída por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral, através do cadastro de fornecedores do Poder Executivo.

Art. 14 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Poder Legislativo, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Poder Legislativo, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 15 É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 16 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo único - O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 17 Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I - deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição e consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Poder Legislativo;

II - cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

III - a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

IV - para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;

V - as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

VI - as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato; e

VII - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo único - Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 18 A autoridade competente poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 19 Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 20 A Câmara Municipal publicará, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o servidor responsável à sanção administrativa.

Art. 21 Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem

prejuízo de outros, o seguinte:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

III - planilhas de custo;

IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - parecer jurídico;

VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e

XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 22 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Pregoeiro e demais componentes da equipe de apoio.

Videira, 10 de Março de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

1º Secretário

## Xavantina

### PREFEITURA

#### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 PMXV**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 PMXV devido ao não recebimento de propostas e ter sido declarado Deserto.

Xavantina/SC, em 11 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

#### **PE 11/2015 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de material de expediente e escolar para utilização por professores a alunos nas Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, Unidades Administrativas do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e Polícia Civil, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 25/03/2015.

Abertura: dia 25/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 12 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

## Xaxim

### PREFEITURA

#### **AVISO DE DISPENSA 019/2015**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

CONTRATADO: ALUMETAL PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO LTDA ME EPP  
CNPJ: 80.742.109/0001-33

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: CONSTITUI-SE OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A AQUISIÇÃO DE ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.800,00 (TRES MIL E OITOCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 11/04/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 11/03/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

#### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE 005/2015**

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015

CREDENCIADO: SUELY LEITE

CPF: 195.407.959-15

OBJETO: Aquisição de cascalho para manutenção das estradas municipais em atendimento a Chamada Pública 004/2015.

VALOR PREVISTO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, I da Lei Federal 8.666/93.

VIGENCIA: 31/12/2015

XAXIM, 11/03/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito

**AVISO DE PREGÃO 030/2015 - SOCIAL****AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE XAXIM - SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para gerenciamento de cursos, prestação de serviços de organização e apoio logístico necessários à realização de evento de aperfeiçoamento, conforme descrição completa no edital, tudo em conformidade com o convenio n. 804902-2014. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 25 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 11 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

## Associações

### AMAUC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - AVAUC**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015

O SENHOR LEOCIR DOMINGO ZANELLA, Presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense - AVAUC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, XVI do Estatuto Social da Entidade, convoca a todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á no seguinte dia, local e ordem do dia:

DATA: dia 26 de março de 2015

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Concórdia

HORÁRIO: às 19h15 em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Vereadores filiados e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número de Vereadores Presentes (art. 13 do novo Estatuto Social)

**ORDEM DO DIA**

1 - Prestação de contas do exercício de 2014

2 - Eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para mandato até 31/12/2016 (de acordo com o art. 19, II, e art. 34 do novo Estatuto Social)

3 - Assuntos Gerais.

Concórdia SC, 10 de março de 2015.

Leocir Domingo Zanella

Presidente da AVAUC

OBSERVAÇÃO: Após a Assembleia haverá jantar patrocinado pela AVAUC.

Composição da Diretoria: Presidente; 1º Vice-Presidente; 2º Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Composição do Conselho Fiscal: 4 membros efetivos e 4 membros suplentes



**AMMVI****ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO EDITAL 01-2015**

ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E CONVOCAÇÃO.  
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 01/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis na sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze (11/03/2015), às 13:00 horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise das propostas na Licitação nº 01/2015;

De inicio, foi registrada a classificação provisória da proposta da Licitante TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME 12.084.415/0001-70, sendo convocada para apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas, uma amostra do produto cadeira proposto para verificação da conformidade com o Instrumento Convocatório sob pena de desclassificação;

A seguir passou-se a verificação das amostras do produto pela comissão de licitações acerca da conformidade com o previsto no Edital 01/2015;

Ao analisar as amostras dos modelos das cadeiras (Item 01) a comissão de licitação constatou divergência entre as especificações e os equipamentos apresentados pela licitante TCHILY, os técnicos desta Associação afirmaram que o modelo de cadeira apresentado referente aos Itens: 01.01; 01.02; 01.03 não atende a determinação contida no edital, ao passo que o modelo (amostra) referente ao item 01.04 (modelo 4) também não apresenta as especificações de medidas do anexo I, vez que não atende as solicitações contidas no Edital 01/2015;

Portanto, a empresa não apresentou corretamente as amostras em conformidade com o instrumento convocatório. As diferenças de medidas e material fazem com que a empresa seja desclassificada. De outra sorte, cabe salientar que todas as amostras estão especificadas no anexo I do edital. Diante disso, se faz mister DESABILITAR a empresa TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME sendo-lhe concedido 2 (dois) dias úteis para apresentação das razões de recurso, caso entenda conveniente;

Desta forma, a Comissão de Licitações decide CONVOCAR a 2º Licitante melhor classificada (DUCA MOVEIS LTDA - EPP CNPJ: 85.354.306/0003-60) para apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas, uma amostra do produto cadeira proposto para verificação da conformidade com o Instrumento Convocatório sob pena de desclassificação;

Nada mais havendo a tratar, foi deliberado pela intimação das empresas licitantes, a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios encerrando-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 11 de março de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
--	---------------------------------	----------------------------

**Consórcios****ARIS****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO ARIS Nº 001/2015**

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO ARIS Nº 001/2015

CONSIDERANDO que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS é entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico de 174 municípios no Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 e da Lei Federal nº 11.107/2005;

CONSIDERANDO a urgente e relevante necessidade de estruturação técnica da ARIS para enfrentar as demandas de sua competência legal na área do saneamento básico;

CONSIDERANDO o projeto de instalação de nova sede;

CONSIDERANDO que os contratos temporários de profissionais para o exercício das funções do cargo de Engenheiro Sanitarista, objetos do processo seletivo simplificado nº 01/2012, expiram a partir de 2016;

O DIRETOR GERAL DA ARIS, Sr. Adir Faccio no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e no artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, torna público que estão abertas as inscrições para o Concurso Público para provimento de vagas do seu Quadro de Pessoal, no período de 24 de março de 2015 a 23 de abril de 2015, nas condições e exigências previstas neste Edital e nas normas de criação da ARIS.

**1 -DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.10 Concurso Público será regido pelo presente Edital e suas modificações e coordenado pela Comissão do Concurso Público, designado pela Portaria/ARIS nº 005/2015, de 27 de fevereiro de 2015.

1.20 certame será executado sob a responsabilidade da Fundação Carlos Joffe do Amaral - FCJ, cabendo-lhe a operacionalização de todas as fases até a publicação da listagem final de aprovados. As informações pertinentes, serão disponibilizadas no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffe do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br))

1.3A homologação do resultado final do Concurso Público será publicada no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffe do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)) e no jornal Diário Catarinense, nos termos e critérios do presente Edital.

1.4 A inscrição do candidato, neste Concurso Público, implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das normas exigidas por este edital e seus aditamentos.

1.5 Qualquer candidato poderá impugnar o edital, em petição escrita e fundamentada, dirigida ao presidente da Comissão de Concurso, no prazo de dois dias úteis contados do término das inscrições, sob pena de preclusão.

1.5.1 A impugnação deverá ser protocolada na Secretaria da Comissão do Concurso, situada na Rua Santos Saraiva nº 1546, Bairro: Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88.070-101

1.6 O concurso destina-se ao preenchimento de cargos efetivos vagos ou que vierem a vagar, aos cargos a serem criados e à



formação de Cadastro de Reserva - CR.

1.7 Todos os horários definidos neste Edital, em seus anexos e em comunicados oficiais, têm como referência o horário oficial de Brasília.

## 2 - DOS CARGOS PÚBLICOS, VAGAS, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO, REFERÊNCIA INICIAL

Vagas	Local de trabalho	Cargo Público	Escolaridade/ Habilitação Profissional	Carga horária se- manal	Vencimento	Referência Inicial
02 + CR	Florianópolis	Engº Sanitarista	Bacharel em Engenharia Sanitária ou correlata, com registro válido e vigente do respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA/SC)	40 horas	R\$5.068,54	56
CR	Chapecó					
CR	Rio do Sul					
CR	Jaraguá do Sul(*)					
CR	São Miguel do Oeste(*)					
01 + CR	Florianópolis	Contador	Bacharel em Contabilidade, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional	40 horas	2.716,60	40
02 + CR	Florianópolis	Analista de Fiscalização e Regulação	Bacharel em Engenharia (área civil), com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA/SC)	40 horas	R\$6.330,90	67
CR	Chapecó					
CR	Rio do Sul					
CR	Jaraguá do Sul(*)					
CR	São Miguel do Oeste(*)					
1 + CR	Florianópolis		Bacharel em Ciências Econômicas, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional			
CR	Florianópolis		Bacharel em Biologia, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional			
02 + CR	Florianópolis	Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	40 horas	R\$1.756,69	20

(\*) Unidades em implantação.

2.1 O expediente da ARIS será das 8h30 às 12h e das 13h às 17h30, com intervalo de uma hora para refeição, nos termos do artigo 81 do Decreto nº 08/2011, que aprova o Regimento Interno da ARIS.

2.2 Os candidatos aprovados que vierem a ingressar no Quadro de Pessoal da ARIS pertencerão ao Regime Estatutário, obedecendo à legislação pertinente, bem como suas Alterações, Legislações Complementares e/ou Regulamentadoras e pelas demais normas legais.

2.3 Os candidatos aprovados serão chamados obedecendo à ordem de classificação e os melhores classificados terão preferência na escolha do local de trabalho, devendo manifestar seu interesse 10 dias após a publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em caráter irrevogável.

2.4 Caso o candidato nomeado não se dispôr a exercer suas funções na cidade remanescente, conforme o número de vagas existente no item 2 deste Edital, será preterido pelo próximo candidato melhor classificado, assim sucessivamente, conforme listagem de classificação e Cadastro de Reserva. O candidato preterido será colocado ao final da lista de classificação do Cadastro de Reserva.

## 3 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS

3.1 Descrição sumária das atribuições:

3.1.1 Engenheiro Sanitarista: Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos referentes ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas;

3.1.2 Contador: registrar, controlar, gerenciar e administrar atos e fatos contábeis, bem como suas obrigações acessórias, elaborando demonstrações contábeis e financeiras, sempre em adequação e respeito ao orçamento do consórcio;

3.1.3 Analista de Fiscalização e Regulação: prestar apoio, fornecer suporte e desenvolver, implementar e executar, internamente ou em campo, programas, projetos, processos, sistemas, produtos e serviços para o consórcio público, de acordo com a unidade administrativa em que estiver lotado, cujas soluções implicam níveis elevados de complexidade, articulação e tecnicidade e que possam contribuir para a efetividade e sustentabilidade da regulação dos serviços de saneamento básico; e

3.1.4 Agente Administrativo: executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, regulação e fiscalização, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

#### 4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição somente poderá ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)), no período de 24 de março de 2015 até 23 de abril de 2015.

4.2 Para efetuar sua inscrição, o interessado deverá seguir os seguintes passos:

a) acessar o endereço eletrônico a partir das 14h do dia 24 de março de 2015 até as 23h59 do dia 23 de abril de 2015;

b) preencher integralmente o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e o envio deste de forma incompleta ensejará a exclusão do candidato do certame;

c) após o envio do requerimento de inscrição, imprimir o boleto bancário referente a taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições via Internet (24 de abril de 2015). O respectivo pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária, em casas lotéricas ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de inscrição. Os pagamentos efetuados após esse prazo não serão aceitos;

d) a reimpressão do boleto bancário estará disponível para pagamento até a data de 24 de abril de 2015, data de vencimento deste. Para realizar tal procedimento o candidato deverá entrar no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

e) o Requerimento de Inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (boleto bancário) não seja efetuado até primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições via Internet (24 de abril de 2015)

f) após as 23h59 do dia 23 de abril de 2015, não será mais possível acessar o formulário de Requerimento de Inscrição;

g) Não será aceito, como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

4.3 A inscrição só será efetivada quando o estabelecimento bancário confirmar o pagamento da taxa de inscrição.

4.4 Em caso de desistência do Concurso Público o valor da taxa de inscrição não será restituído.

4.5 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação prestada implicará na exclusão do candidato deste Concurso.

4.6 Valor da taxa de Inscrição:

a) Valor nível superior: R\$ 70,00

b) Valor nível médio: R\$ 50,00

4.7 Para efeito de inscrição somente serão considerados como documentos de identificação os oficiais com foto e de validade nacional.

4.8 A ARIS não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, a impressão dos documentos solicitados e/ou o pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4.9 Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência da inscrição para pessoa diversa daquela que consta no requerimento de inscrição.

4.10 Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada válida a de data mais recente.

4.11 O preenchimento do requerimento de inscrição não garante ao candidato o direito de participar do concurso.

4.12 - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, DO PEDIDO DE CONDIÇÃO ESPECIAL E DO PEDIDO DE ISENÇÃO PARA CONDIÇÃO DE DOADOR REGULAR DE SANGUE

4.12.1 Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo deste Concurso Público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de necessidades especiais, com fundamento no art. 37, VIII, da CF, da Lei Estadual 12.870/2004 e do Decreto nº 2.874/09.

4.12.2 Considera-se candidato com necessidades especiais o portador de limitação física, motora, sensorial ou intelectual, que se enquadra na definição do art. 1º da Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto Legislativo nº 186 de 9 de julho de 2008 e Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009), c/c os artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

4.12.3 Os candidatos enquadrados na referida legislação deverão assinalar a opção CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA e, deverão comprovar sua condição através do envio de documentação entre o período de 24 de março de 2015 até 26 de março de 2015, impreterivelmente, via SEDEX ou Carta Registrada, para Fundação Carlos Joffre do Amaral, sito a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 132, Centro, Lages/SC, CEP 88.502-230, com os seguintes dizeres: CONCURSO ARIS (Especificar o Cargo) - DOCUMENTAÇÃO PARA CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA, sob pena de preclusão.

4.12.4 A documentação para solicitação de CONDIÇÃO ESPECIAL DE PROVA é:

a) cópia autenticada do documento de identidade;

b) atestado médico que comprove sua condição - especificando o CID, que deve ser de fácil leitura, para que seja considerado

documento válido;

c) requerimento explicitando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova e a necessidade de utilização de equipamento(s) específico(s).

4.12.5 O candidato portador de necessidade especial participará deste Concurso Público, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos, ressalvado quanto à forma de prestação da mesma, observado o disposto no item 4.12.4, "c".

4.12.6 Não serão admitidos recursos relativos à condição de portador de necessidade especial de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

4.12.7 Adotar-se-ão todas as providências que se façam necessárias para permitir o fácil acesso de candidatos portadores de necessidades especiais à sala de prova, sendo de responsabilidade destes, contudo, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feitura da prova, desde que previamente autorizado pela Comissão de Concurso.

4.12.8 Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados, serão submetidos a uma junta médica oficial da ARIS para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

4.12.9 O grau de deficiência de que for portador o candidato ao ingressar na ARIS não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

4.12.10 A candidata que desejar amamentar deverá, além de requerer condição especial para realizar a prova, comparecer ao local com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

**4.13 ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - DOADOR REGULAR DE SANGUE** - A isenção da taxa de inscrição para o candidato doador de sangue, amparado pela Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997, observará o que segue, sem prejuízo das demais disposições editalícias:

4.13.1 O candidato que requerer a isenção na CONDIÇÃO DE DOADOR REGULAR DE SANGUE, deverá comprovar sua condição através do envio de documentação entre o período de 24 de março de 2015 até 26 de março de 2015, impreterivelmente, via SE-DEX ou Carta Registrada, para Fundação Carlos Joffre do Amaral, sito a Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 132, Centro, Lages/SC, CEP 88.502-230, com os seguintes dizeres: CONCURSO ARIS (Especificar o Cargo) - DOCUMENTAÇÃO PARA CONDIÇÃO DE DOADOR REGULAR DE SANGUE, sob pena de preclusão.

4.13.2 A documentação para solicitação de isenção na condição de doador regular de sangue é:

- a) cópia autenticada do documento de identidade;
- b) cópia simples de documento comprobatório da condição de doador regular, em papel timbrado, com data, assinatura e carimbo da entidade coletora, expedido por banco de sangue público ou privado (autorizado pelo Poder Público) em que o candidato realizou a doação, constando, pelo menos, 03 (três) doações até a data de publicação deste edital, nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data da sua inscrição no concurso ou, então, documento específico fornecido pela Associação de Doadores,

declarando que o candidato integra o quadro associativo e que contribui para estimular de forma direta e indireta a doação de sangue, relacionando minuciosamente as atividades desenvolvidas por este. A declaração com a comprovação da condição de doador deverá ser expedida por entidade coletora oficial ou credenciada, discriminando a quantidade de doações e as datas em que foram realizadas. O candidato de outra unidade da federação, além de apresentar a declaração acima referida, deverá apresentar declaração e/ou certidão que comprove o credenciamento da entidade coletora ou associativa como órgão oficial do estado de origem.

4.14 O resultado preliminar da análise dos pedidos de "condição especial de prova" e "isenção do pagamento da taxa de inscrição" serão divulgados no dia 07 de abril de 2015, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

4.14.1 É responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

4.15 O candidato cujo requerimento de "isenção do pagamento da taxa de inscrição" e/ou da "condição especial de prova" foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, através de link disponibilizado no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

4.16 A relação dos pedidos de "isenção de taxa" e "condição especial de prova" deferidos após recurso serão divulgados até o dia 17/04/2015, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

4.17 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa indeferidos poderão se inscrever acessando o endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)) para imprimir o boleto bancário para pagamento, na forma e no prazo estabelecidos no Edital.

4.18 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital estará automaticamente excluído do Concurso Público.

4.19 A relação preliminar dos candidatos que tiverem a inscrição deferida ou indeferida serão publicadas no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)), onde estarão indicados por cargo, número de inscrição, CPF e nome do candidato, no dia 28 de abril de 2015.

4.19.1 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso no prazo de dois dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado preliminar, através de link disponibilizado no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

4.20 A relação das inscrições homologadas será divulgada na data de 06 de maio de 2015, juntamente com o local (sala) de realização da prova.

4.21 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

## 5. DO LOCAL, DO DIA E DO HORÁRIO DA PROVA ESCRITA

5.1 O presente concurso público será realizado em etapa única, no dia 17 de maio de 2015, constituída em prova escrita objetiva.

5.2 A prova escrita objetiva será realizada no Instituto de Educação de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

## 6. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.1 O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de uma prova escrita, de caráter classificatório e eliminatório, para todos os cargos.

6.2 A prova escrita, versará sobre as matérias especificadas no Anexo II deste Edital. A prova será composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas de conhecimentos básicos e por 35 (trinta e cinco) questões objetivas de conhecimentos específicos, cada uma delas composta por 05 (cinco) alternativas, das quais somente uma é correta, com pontuação de 0,00 a 10,00 com duração de quatro horas, conforme tabela abaixo:

PROVA	CARGO	CONTEÚDO	Número de Questões	Valor	Pontuação máxima	Pontuação mínima
Prova escrita	Engenheiro Sanitarista	Conhecimentos Básicos	25	0,10	2,50	1,20
		Conhecimentos Específicos	35	0,20	7,00	4,80
	Contador	Conhecimentos Básicos	25	0,10	2,50	1,20
		Conhecimentos Específicos	35	0,20	7,00	4,80
	Analista de Regulação e Fiscalização	Conhecimentos Gerais	25	0,10	2,50	1,20
		Conhecimentos Específicos	35	0,20	7,00	4,80
	Agente Administrativo	Conhecimentos Gerais	25	0,10	2,50	1,20
		Conhecimentos Específicos	35	0,20	7,00	4,80

6.3 A prova escrita objetiva para os cargos será realizada, conforme horário abaixo:

13h 15min: Acesso dos candidatos aos locais de prova;

14 horas: Fechamento dos portões (não será permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário);

14h 05 min: Abertura dos invólucros e distribuição das provas;

14h 10 min: Início da resolução da prova;

18h 10 min: Final da prova.

6.4 O candidato, para realizar a prova escrita objetiva, receberá um caderno com as questões e um cartão resposta e será responsável pela conferência dos dados e pela verificação do caderno - se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala.

6.5 O cartão-resposta será o documento de avaliação do candidato. O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão-resposta, utilizando caneta esferográfica feita de material

transparente, de tinta preta ou azul. Não serão consideradas as marcações feitas no caderno de provas.

6.6 Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras;
- b) o cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;
- c) a questão não estiver assinalada no cartão-resposta;
- d) o cartão-resposta for preenchido fora das especificações.

6.7 O cartão resposta é o único documento oficial para dirimir toda e qualquer dúvida acerca das respostas assinaladas pelo candidato.

6.8 As questões anuladas pela Comissão de Concurso serão computadas, para todos os candidatos, como resposta correta.

6.9 O candidato, ao encerrar a prova, entregará ao fiscal de sua sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

6.10 O candidato só poderá entregar o cartão-resposta e o caderno de questões, 1 (uma) hora após o início da prova.

6.11 Os três (3) últimos candidatos a permanecerem na sala de prova escrita deverão entregar a prova e o cartão-resposta e retirar-se do local simultaneamente, após a assinatura da Ata de sala. O candidato que se negar a fazê-lo fica ciente, desde já, que será penalizado com a exclusão do concurso, sendo lavrado termo de ocorrência em ata de sala, testemunhado pelos outros dois candidatos, pelos fiscais de sala e pelo coordenador.

6.12 O candidato que NÃO obtiver a nota mínima de acertos estipulados para cada conteúdo, relacionado na tabela do item 6.2, independentemente da nota final, estará automaticamente eliminado do concurso.

6.13 Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais da Prova Objetiva.

6.14 A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação do Concurso Público.

## 7.0 -NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 A entrada nos locais de todas as provas, independente do cargo, só será admitida mediante a apresentação obrigatória de um dos seguintes documentos: Célula de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança (RG), pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRA, CREA, etc.), Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) que contenha foto (modelo novo).

7.2 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, nestes casos colhe-se a digital.

7.3 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.4 A não apresentação de documento de identificação nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.



7.5 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova o candidato que se apresentar após o horário determinado de fechamento dos portões (14 horas).

7.6 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas de material transparente com tinta das cores azul ou preta;
- b) Documento de identificação;
- c) Água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

7.7 É vedada, durante a realização das provas:

- a) Uso de máquinas de calcular;
- b) Relógios e aparelhos celulares;
- c) Qualquer equipamento elétrico ou eletrônico;
- d) Bolsas, chapéus e bonés;
- e) Proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova).

7.8 Caso o candidato porte objetos referentes ao item 7.7, o fiscal de sala indicará um local para acomodá-lo, sendo de total responsabilidade do candidato.

7.9 É vedado ao candidato durante a realização das provas ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

7.11 Será eliminado do concurso o candidato que:

- a) deixar o local de prova antes de decorrida uma hora de seu início;
- b) tentar fraudar a prova ou for responsável por falsa identificação;
- c) durante a realização da prova consultar qualquer material, objeto ou equipamento ou portar calculadora, celulares ou similares.

7.12 É facultado à Comissão de Concurso submeter os candidatos ao sistema de detecção de metais durante a aplicação da prova.

7.12.1 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante a prova, aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar previamente à Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ acerca da situação, nos moldes do subitem 4.12.3 deste Edital.

7.12.1.1 Estes candidatos deverão, ainda, comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos.

## 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIO E DEFINITIVO

### 8.1 Gabarito Provisório

8.1.1 O caderno da prova escrita será divulgada, juntamente com o gabarito provisório, após as 20:00 (vinte horas) do dia 17 de maio de 2015, no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

8.1.2 Do gabarito provisório caberá recurso, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia subsequente a da publicação do ato no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)), através de formulário próprio, respeitando as respectivas instruções.

8.1.2.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

8.1.2.2 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente considerado, não sendo sequer encaminhado à Banca examinadora

da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ.

8.1.2.3 Após a análise dos recursos contra o gabarito provisório da Prova Escrita Objetiva, a Banca Examinadora da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ poderá manter o gabarito ou alterá-lo, bem como anular a questão.

8.1.2.4 Se, do exame de recurso, resultar a anulação de questão integrante da Prova Escrita Objetiva, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos os candidatos.

8.1.2.5 Se houver alteração, por força dos recursos, do gabarito provisório de questão integrante da Prova Escrita Objetiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.1.2.6 Todos os recursos serão analisados, e as respostas serão divulgadas no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

8.1.2.7 O candidato não deverá identificar-se de qualquer forma nos campos do formulário destinados às razões de seu recurso, sob pena de ter seu recurso liminarmente indeferido.

8.1.3 O julgamento dos recursos pela Comissão Examinadora da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ exaure a esfera administrativa, não cabendo recurso à Comissão do Concurso.

8.1.4 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão ou de reconsideração de decisão preferida em recurso.

### 8.2 Gabarito Definitivo

8.2.1 Julgados os recursos pela Comissão Examinadora da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ de Concurso, publicar-se-á o gabarito definitivo, com base no qual serão corrigidas as provas escritas.

8.2.2 Do gabarito definitivo não caberá nenhum outro tipo de recurso.

## 9 - DA NOTA FINAL, DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Para APROVAÇÃO, o candidato deverá alcançar nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), obtida pela soma aritmética dos acertos na prova escrita, observado o disposto no item 6.12

9.2 Os candidatos serão classificados no respectivo cargo de inscrição, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (dois) decimais.

9.3 Ocorrendo empate, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

9.4 Para os candidatos que não estão ao amparo do item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Obter a maior nota na prova escrita de Conhecimentos Específicos;
- b) Obter a maior nota na prova escrita de Conhecimentos Gerais;
- c) Tiver mais idade.

## 10 - DO RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO

10.1 O Resultado Preliminar do Concurso Público serão divulgados no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)).

10.2 Do Resultado Preliminar do Concurso Público caberá recurso, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia subsequente a da publicação do ato no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)), através de formulário próprio, respeitando as respectivas instruções.



**11 DA DIVULGAÇÃO E DO RESULTADO FINAL (HOMOLOGAÇÃO)**

11.1 Julgados os recursos, o resultado final será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)) e no jornal Diário Catarinense, para plena ciência dos candidatos e interessados e, ato contínuo, homologado pelo Diretor Geral da ARIS.

11.2 A homologação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal da ARIS.

**12 DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

12.1 Os candidatos aprovados comporão a listagem geral, na qual serão aproveitados para quaisquer das unidades da ARIS (Florianópolis, Chapecó, Rio do Sul, Jaraguá do Sul e São Miguel do Oeste), após definida a conveniência e oportunidade administrativa no provimento da vaga disponível.

12.2 O candidato que não se apresentar na data e horário determinados para a escolha do local de trabalho será considerado desistente da vaga à qual concorreu e passará a ocupar o último lugar na lista na qual seu nome conste.

12.3 A escolha do local de trabalho determinará a retirada do nome do candidato da lista na qual seu nome conste, tendo em vista que essa será a sua lotação definitiva. Uma vez escolhido o local de trabalho, não cabe alteração, salvo no interesse da Administração.

12.4 A convocação para o provimento das vagas que vierem a ser disponibilizadas no prazo de validade do Concurso dar-se-á por meio de comunicação escrita e individual aos candidatos que ainda constem na lista de classificação, excetuando-se aqueles que já tiveram a sua lotação definida.

**13- REQUISITOS EXIGIDOS PARA A INVESTIDURA**

13.1 No ato da posse o candidato deve comprovar:

- a) Nacionalidade brasileira, sendo admitidos estrangeiros na forma da lei;
- b) Quitação com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e os do sexo masculino, quitação com as obrigações do serviço militar;
- c) Nível de escolaridade exigido na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- e) Ser considerado APTO por perícia médica oficial em todos os exames médicos pré-admissionais, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não será investido no cargo. Essa avaliação terá caráter eliminatório;
- f) O candidato deve comprovar no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis;
- g) Ter carteira de motorista categoria "B";
- h) Ter disponibilidade para viagens;

13.2 O candidato que não comprovar a escolaridade ou não atender aos demais requisitos elencados no item 13.1 do presente Edital terá seu nome eliminado deste Concurso Público.

**14 - DO FORO JUDICIAL**

14.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso

Público de que trata este Edital é o da Justiça Estadual de Santa Catarina - Comarca de Palhoça.

**15-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 A validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública.

15.2 Terão caráter oficial as comunicações publicadas no Diário Oficial dos Municípios - DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), no endereço eletrônico da Fundação Carlos Joffre do Amaral - FCJ ([www.fcja.com.br](http://www.fcja.com.br)), sendo meramente informativas as divulgadas no site da ARIS.

15.3 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser efetivadas por meio de um ato editalício.

15.4 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidas pela Comissão de Concurso.

Florianópolis SC, 10 de março de 2015.

**ANEXO I****CRONOGRAMA - CONCURSO PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO ARIS Nº 001/2015**

ATIVIDADE	DIA INICIAL	DIA FINAL
Publicação do edital	11/03/2015	-
Inscrições	24/03/2015	23/04/2015
Inscrições com pedido de isenção da taxa e condições especiais	24/03/2015	26/03/2015
Divulgação do resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa e condições especiais	07/04/2015	-
Prazo para Recursos dos pedidos de isenção da taxa e condições especiais indeferidas	07/04/2015	09/04/2015
Divulgação da relação definitiva dos pedidos de isenção da taxa e condições especiais após o recurso (deferidas e indeferidas)	17/04/2015	-
Divulgação da relação preliminar das inscrições (deferidas e indeferidas)	28/04/2015	-
Prazo para Recursos das inscrições indeferidas	28/04/2015	30/04/2015
Divulgação da homologação das inscrições	06/05/2015	-
Data da Prova escrita/objetiva	17/05/2015	-
Divulgação do gabarito provisório e caderno de provas	17/05/2015	-

Prazo para Recursos das questões de prova e do gabarito preliminar	18/05/2015	19/05/2015
Divulgação do gabarito definitivo após o recurso	01/06/2015	-
Divulgação do Resultado Preliminar do Concurso Público	10/06/2015	-
Recursos do Resultado Preliminar do Concurso Público	11/06/2015	12/06/2015
Publicação e Homologação do Resultado Final do Concurso Público	17/06/2015	-

## ANEXO II

### 01) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO - NÍVEL MÉDIO - 25 QUESTÕES

1 - LINGUA PORTUGUESA (15 questões): 1.Ortografia. 2.Sistema oficial vigente. 3.Relações entre fonemas e grafias. 4.Acentuação. Morfologia: estrutura e formação de palavras. 5.Classes de palavras e seu emprego. 6.Flexão nominal e verbal. 7.Vozes do verbo. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. 8.Equivalência e transformação de estruturas. 9.Concordância nominal e verbal. 10.Regência verbal e nominal. 11.Crase. 12.Pontuação. 13.Interpretação de textos: Variedade de textos e adequação de linguagem. 14.Estruturação do texto e dos parágrafos. 15.Informações literais e inferências. 16.Estruturação do texto: recursos de coesão. 17.Significação contextual de palavras e expressões. 18.Formação de palavras: composição e derivação. 19.O conteúdo da prova observará as novas regras da língua portuguesa.

2 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA (10 questões): 1.Sistema Operacional Windows XP/8. 2. Microsoft Word 2010. 3. Microsoft Excel 2010. 4. Microsoft PowerPoint 2010. 5. Conceitos, serviços e tecnologias relacionados à Internet Explorer e correio eletrônico. 7. Noções relativas a softwares livres. 8. Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

### 02) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO - NÍVEL MÉDIO - 35 QUESTÕES

#### 1 - NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (15 questões)

1. Funções da Administração: planejamento, organização, controle e direção. 2.Teorias da Liderança e da Participação. 3.Comportamento Organizacional. 4.Tomada de Decisão. 5.Comunicação Organizacional. 6.Motivação. 7.Avaliação e Compensação do Desempenho. 8.Papéis Organizacionais do Indivíduo. 9.Administração da Qualidade. 10.Administração de Recursos Humanos. 11.Autoridade. 12.Delegação. 13.Grupos e Equipes. 14.Cultura Organizacional. 15.Eficiência Organizacional.

#### 2 - NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (05 questões):

1. Constituição: conceito, objeto e classificação; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. 2.Controle de constitucionalidade. 3.Princípios fundamentais. 4.Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. 5.Administração Pública: disposições

gerais; servidores públicos.

#### 3 - NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (10 questões):

1. Atividade administrativa: conceito; natureza e fins; princípios básicos; poderes e deveres do administrador público; o uso e o abuso de poder. 2.Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; invalidação. 3.Lei n. 8.429, de 2.6.1992 (Lei de improbidade administrativa) e alterações posteriores. Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (Lei dos Consórcios Públicos). 4.Licitação: princípios, dispensa, inexigibilidade, modalidades e tipos. 5.Contratos Administrativos: conceito; características. Inexecução do contrato: causas justificadoras, consequências. 6.Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade objetiva; reparação do dano.

#### 4 - NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (05 questões):

1. Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento público no Brasil - Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. 2. O ciclo orçamentário. 3. Conceituação e classificação de receitas públicas. 4. Receita pública: categorias, fontes e estágios; 5. Despesa pública: categorias e estágios.

### 03) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO BÁSICOS DOS CARGOS DE ENGENHEIRO SANITARISTA, CONTADOR E DE ANALISTA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR - (25 QUESTÕES)

#### 1 - LINGUA PORTUGUESA (10 questões):

1. Compreensão, interpretação e reescrita de textos e de fragmentos de textos, com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. 2. Tipologia textual. 3. Coesão e coerência. 4. Ortografia oficial. 5. Acentuação gráfica. 6. Pontuação. 7. Formação, classe e emprego de palavras. 8. Significação de palavras. 9. Coordenação e subordinação. 10. Concordância nominal e verbal. 11. Regência nominal e verbal. 12. Emprego do sinal indicativo de crase.

O conteúdo da prova observará as novas regras da língua portuguesa.

#### 2 - INFORMÁTICA (2 questões):

1. Sistema Operacional Windows XP/8. 2. Microsoft Word 2010. 3. Microsoft Excel 2010. 4. Microsoft PowerPoint 2010. 5. Conceitos, serviços e tecnologias relacionados à Internet Explorer e correio eletrônico. 6. Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. 7. Cópias de segurança (backup). 8. Conceito, manipulação (copiar, mover, apagar, renomear) e organização de arquivos (pastas/diretórios/compactação). 9. Conceitos de sistemas antivírus.

#### 3 - RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA (5 questões):

1. Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo; sistema decimal de medidas; sistema monetário brasileiro. 2. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. 3. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. 4. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. 5. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simbólicas (fórmulas) usando os conectivos e, ou, não, implica; tradução de proposições da linguagem natural para a forma simbólica; fórmulas e suas tabelas-verdade; equivalências lógicas; 6. Leis de De Morgan; argumentos válidos e inválidos; contradições. 7. Fundamentos de matemática: Operação com números reais, expressões numéricas. 8. Produtos notáveis e fatoração. Equações e inequações (1º e 2º

graus). 9. Sistemas. Resolução de problemas. 10. Porcentagem, juros simples e compostos. 11. Função de 1º e de 2º grau. 12. Função exponencial e logarítmica. 13. Análise combinatória. 14. Probabilidade. 15. Geometria analítica: distância entre dois pontos, equação da reta, retas paralelas e perpendiculares, equação da circunferência. 16. Números complexos. 17. Noções de estatística: média, moda e mediana.

#### 4 - DIREITO ADMINISTRATIVO: (4 questões):

1. Direito Administrativo: conceito, fontes, princípios. 2. Conceito de Estado, elementos, poderes e organização. 3. Governo e Administração Pública: conceitos. 4. Administração Pública: natureza, elementos, poderes e organização, natureza, fins e princípios; administração direta e indireta; planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência, controle; da administração pública. 5. Atos administrativos: conceito e requisitos; atributos; invalidação; classificação; espécies. 6. Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 7. Do uso e do abuso do poder. 8. Dos contratos administrativos e das licitações. 9. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos. Delegação: concessão, permissão, autorização. 10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8429/1992. 11. O sistema de concessões de serviços públicos no Brasil. 2. Entidades reguladoras. 2.1 Origem e contexto no Brasil. Características. Atividades típicas das agências reguladoras: normatização, fiscalização, mediação e análise econômico-tarifária. 4. As questões do regulador independente: autonomia, independência funcional e financeira, teoria da captura.

#### 5 - DIREITO CONSTITUCIONAL: (4 questões):

1. Constituição: conceito; objeto; classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. 2. Dos princípios fundamentais: dos direitos e garantias fundamentais; dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Da Nacionalidade. Dos direitos Políticos. Dos Partidos Políticos. 3. Da organização do Estado: da organização político-administrativa da União, dos estados federados, do Distrito Federal e dos Municípios. Da Administração Pública. Dos Servidores Públicos. 4. Da Tributação e do Orçamento: das limitações do poder de tributar; dos impostos dos municípios; das finanças públicas. 5. Da ordem econômica e financeira; os princípios gerais da atividade econômica.

#### 04) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS DO CARGO DE ENGENHEIRO SANITARISTA - NÍVEL SUPERIOR - (35 QUESTÕES)

1. Saneamento Básico. 2. Prestação direta e indireta quanto aos serviços públicos de saneamento básico. Entendimento de suas características específicas e das suas inter-relações. 3. As partes constitutivas de sistemas de abastecimento de água potável: os componentes de produção, de adução e reservação e as redes de distribuição. Normas ABNT NBR 12216, 9650 e 9822. 4. As partes constitutivas de sistemas de esgotamento sanitário: as redes de coleta dos usuários, os coletores troncais e de interceptores e os componentes do tratamento e de disposição final dos efluentes. Norma ABNT NBR 12209. 5. As partes constitutivas de sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: as redes de águas pluviais, as galerias, os canais, rios e os reservatórios. 6. As partes constitutivas de sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: os circuitos de coleta, as estações de transbordo, os locais de disposição e as ações de reciclagem. 7. As condições técnicas e operacionais mais frequentes de prestação dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. A visão crítica da situação atual, das tendências que se afiguram mais prováveis e das possibilidades de melhorias dos indicadores

de desempenho dos serviços. 8. As características físicas, químicas e bacteriológicas da água potável: a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. 9. Métodos de controle e combate de perdas em redes de distribuição de água. 10. Acesso aos sistemas de distribuição e contratos de fornecimento para grandes usuários. 11. Os padrões de qualidade dos corpos d'água: as classes e o enquadramento dos corpos d'água. 12. A Resolução CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011. Lei nº 11.107/2005; Decreto nº 6.017/2007; Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/2010; Lei nº 12.305/2010; Decreto nº 7.404/2010; Lei federal nº 8.987/95; Protocolo de Intenções e seus anexos convertido em Contrato de Consórcio Público, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em 08/02/2010, edição 424, páginas 597 a 624; Resolução Normativa/ARIS nº 001/2011; Resolução Normativa/ARIS nº 002/2011 e Resolução Normativa/ARIS nº 003/2011. 12. Implantação e operação de aterros sanitários. 13. Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. 14. Classificação dos resíduos conforme normas da ABNT. 15. Remediação de áreas degradadas. Impactos ambientais dos resíduos sólidos. 16. Hidráulica e Hidrologia: Sistema de drenagem Urbana. 17. Proteção de mananciais. 18. Ciclo hidrológico, Bacia hidrográfica. 19. Vazões de enchente e regularização de vazão; Estruturas hidráulicas para reservação e controle. 20. Escoamento em canais. 21. Planejamento e Gestão de recursos hídricos. 22. Outorga, cobrança, instrumentos de planejamento e gestão.

#### 05) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS DO CARGO DE CONTADOR - NÍVEL SUPERIOR - (35 QUESTÕES)

1. Orçamento público: conceitos e princípios. 2. Orçamento público no Brasil. 3. O ciclo orçamentário. 4. Orçamento-programa. 5. Planejamento no orçamento-programa. 6. Orçamento na Constituição de 1988. 7. Lei de Diretrizes Orçamentárias. 8. Lei Orçamentária Anual. 9. Plano plurianual. 10. Conceituação e classificação da receita pública. 11. Classificação orçamentária da Receita Pública por categoria econômica no Brasil. 12. Classificação dos gastos públicos segundo a finalidade, natureza e agente (classificação funcional e econômica). 13. Tipos de créditos orçamentários. 14. Contas dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial. 15. Lei Complementar nº 101/2000. 16. Disposições preliminares. 17. Planejamento. 18. Receita Pública. 19. Despesa pública. 20. Transferências voluntárias. 21. Destinação de recursos para o setor privado. 22. Dívida e endividamento. 23. Gestão patrimonial. 24. Transparência, controle e fiscalização. 25. Disposições finais e transitórias. 26. Lei nº 4.320/1964. 27. Lei de Orçamento. 28. Proposta orçamentária. 29. Elaboração da Lei de Orçamento. 30. Exercício financeiro. 31. Créditos adicionais. 32. Execução do Orçamento. 33. Fundos Especiais. 34. Controle da execução orçamentária. 35. Contabilidade. 36. Autarquias e outras entidades. 37. Disposições finais. 38. III Contabilidade Geral: 1 Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar. 39. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 40. Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010). 41. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido). 42. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 43. Contas patrimoniais e de resultado. 44. Apuração de resultados. 45. Plano de contas. 46. Funções e estrutura das contas. 47. Análise econômico-financeira. 48. Indicadores de liquidez. 49. Análise vertical e horizontal. 50. Avaliação e contabilização de itens patrimoniais. 51. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 52. Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto). 53. Balanço patrimonial. 54. Demonstração do resultado do exercício. 55. Demonstração do valor adicionado. 56. Consolidação de demonstrações contábeis.



57. Controle de estoques: PEPS, UEPS e média ponderada móvel. 58. IV Contabilidade Governamental: 1 Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público. 2 Sistema de Contabilidade Federal. 3 Conceituação, objeto e campo de aplicação. 4. Patrimônio, variações e sistemas contábeis. 5 Transações no setor público. 6. Registro contábil. 7 Demonstrações contábeis segundo a lei nº 4.320/1964, e modificações posteriores. 8 Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 9 Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas. 10 Execução orçamentária e financeira. 11 Sistema de informações de custos no setor público. 12 Plano de contas aplicado ao setor público. 13 Regime Contábil. 14 Suprimento de Fundos. 15 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 15.1 Procedimentos contábeis orçamentários. 15.2 Procedimentos contábeis patrimoniais. 15.3 Plano de contas aplicado ao setor público. 15.4 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

**06) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS DO CARGO DE ANALISTA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR - (35 QUESTÕES)**

**1 - Engenheiro (Área Civil):**

1. Saneamento Básico. 2. Entendimento de suas características específicas e das suas inter-relações. 3. As partes constitutivas de sistemas de abastecimento de água potável: os componentes de produção, de adução e reservação e as redes de distribuição. 4. Normas ABNT NBR 12216, 9650 e 9822. 5. As partes constitutivas de sistemas de esgotamento sanitário: as redes de coleta dos usuários, os coletores troncais e de interceptores e os componentes do tratamento e de disposição final dos efluentes. 6. Norma ABNT NBR 12209. 7. As partes constitutivas de sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: as redes de águas pluviais, as galerias, os canais, rios e os reservatórios. 8. As partes constitutivas de sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: os circuitos de coleta, as estações de transbordo, os locais de disposição e as ações de reciclagem. 9. As condições técnicas e operacionais mais frequentes de prestação dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. A visão crítica da situação atual, das tendências que se afiguram mais prováveis e das possibilidades de melhorias dos indicadores de desempenho dos serviços. 10. As características físicas, químicas e bacteriológicas da água potável: a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde. 11. Métodos de controle e combate de perdas em redes de distribuição de água. 12. Acesso aos sistemas de distribuição e contratos de fornecimento para grandes usuários. 13. Os padrões de qualidade dos corpos d'água: as classes e o enquadramento dos corpos d'água. 14. A Resolução CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011. Lei nº 11.107/2005; Decreto nº 6.017/2007; Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/2010; Lei nº 12.305/2010; Decreto nº 7.404/2010; Das Parcerias Público-Privadas: Lei Federal nº 11.079/2004 (institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública) Protocolo de Intenções e seus anexos convertido em Contrato de Consórcio Público, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em 08/02/2010, edição 424, páginas 597 a 624; Resolução Normativa/ARIS nº 001/2011; Resolução Normativa/ARIS nº 002/2011 e Resolução Normativa/ARIS nº 003/2011. 15. Engenharia Econômica: noções de matemática financeira; engenharia econômica; gestão de custos. 16. Gestão de Manutenção: gestão da manutenção, corretiva, preventiva e preditiva; análise de falhas; Hidrologia: ciclo hidrológico e seus componentes; bacias hidrográficas. 17. Planejamento e gestão de recursos hídricos, Comitês de Bacia hidrográfica e Agências de Água. Plano de Bacia Hidrográfica.

**2 - Ciências Econômicas:**

1. Microeconomia e Finanças. 2. Teoria do Consumidor. 3. Teoria da utilidade: conceitos e aplicações. 4. Curva de demanda. 5. Teoria da firma. 6. Tecnologia da produção: isoquanta, isocustos, fatores

fixos e variáveis. 7. Custos marginais de curto e longo prazo. 8. Aplicações do conceito de custos marginais. 9. Custo total e custo médio incremental. 10. Equilíbrio Parcial. 11. Estrutura de mercados. 12. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística. 13. Formação de Preços. 14. Equilíbrio Geral. 15. Falhas de Mercado (Bens públicos, poder de mercado, externalidades, mercados incompletos, falhas de informação). 16. Monopólio Natural, assimetria de informação (seleção adversa e risco moral). 17. Custos afundados ("sunk costs"). 18. Noções básicas de teoria dos jogos. 19. Estrutura de capital e custo de capital. 20. Modelo de Precificação de Ativos (Capital Asset Pricing Model - CAPM). 21. Custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC). 22. Aspectos Gerais da Regulação de Mercados. 23. Conceito de poder de monopólio. 24. Poder de monopólio e efeitos na eficiência da firma e da indústria. 25. Integração vertical e poder de monopólio. 26. Modelos regulatórios: custo de serviço, price-cap, revenue-cap. 27. Matemática Financeira. 28. Juros e descontos simples. 29. Juros e descontos compostos. 30. Equivalência financeira. 31. Valor do dinheiro no tempo, taxa de desconto, custo de oportunidade do capital. 32. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos. 33. Métodos de avaliação de fluxos de caixa. 34. Valor Presente e Taxa Interna de Retorno. 35. Estatística. 36. População e Amostra. 37. Medidas de Posição: média aritmética, média geométrica, moda, mediana. 38. Medidas de Dispersão: desvio padrão, variância. 39. Inferência estatística: regressão e correlação. 40. Números Índices: cálculo, base fixa e encadeada, mudança de base. Lei nº 11.107/2005; Decreto nº 6.017/2007; Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/2010; Lei nº 12.305/2010; Decreto nº 7.404/2010; Das Parcerias Público-Privadas: Lei Federal nº 11.079/2004 (institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública) Protocolo de Intenções e seus anexos convertido em Contrato de Consórcio Público, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em 08/02/2010, edição 424, páginas 597 a 624.

**3 - Biólogo:**

1. Sistema de Esgoto Sanitário: Processos de tratamento de esgotos: lodos ativados, filtros biológicos, lagoas de estabilização, outros. 2. Microbiologia de Lodos ativados e lagoas de estabilização. 3. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas: características dos esgotos, processos e grau de tratamento, tratamento preliminar, tratamento secundário e terciário, tratamento do lodo, reúso da água e disposição no solo. 4. Sistemas de Abastecimento de Água: Importância do abastecimento de água. 5. A água na transmissão de doenças. 5. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água, padrões de potabilidade - Portaria Nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, controle da qualidade da água. 6. Tratamento físico-químico de águas: coagulação/floculação, decantação, filtração, oxidação/desinfecção, fluoretação/desfluoretação, aeração - tecnologias. Saúde Pública e Meio Ambiente: Noções de ecologia geral, Ecologia de ambientes aquáticos e terrestres, Eutrofização, Ficologia geral. 7. Ciclos biogeoquímicos da natureza: água, carbono, oxigênio, nitrogênio e fósforo. 8. Processos de depuração biológica das águas: autodepuração dos cursos d'água. 9. Parâmetros biológicos. 10. Métodos analíticos de identificação e contagem de cianobactérias. 11. Características Biológicas: Contagem do número total de bactérias, pesquisa de coliformes totais e fecais, características hidro biológicas, doenças de veiculação hídrica, a questão vírus. 12. Técnicas laboratoriais: microscopia, preparação de lâminas, coleta e dissecação de materiais, etc. 13. Seres vivos: classificação, características, estrutura e funções. 14. Dinâmica dos ecossistemas. 15. Populações e comunidades. 16. Biosfera e os biociclos. 17. Seres vivos e suas relações. 18. Regiões fitogeográficas de Santa Catarina e do Brasil. 19. Parques florestais e reservas biológicas de Santa Catarina e do Brasil. 20. Desequilíbrios ecológicos: poluentes e poluição, tipos doenças, etc. 21. Conferências

mundiais sobre o meio ambiente. 22. Controle Ambiental: O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. 23. O zoneamento ambiental. O método científico. 24. Licenciamento ambiental. LAP, LAI e LAO. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Resoluções CONAMA 274/00, 357/05, 375/06 e 430/11. Lei estadual Nº 14.675, de 13 de abril de 2009. 25. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos, federal, estadual e municipal, denominadas áreas naturais protegidas. 26. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. 27. Os cadastros técnicos federais: a) de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, b) de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. 28. As penalidades disciplinares ou compensatórias aos não cumprimentos das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. 29. O Relatório de Qualidade do meio Ambiente e sua divulgação pelo IBAMA.

**ANEXO III****REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVA**

Nome do Candidato (a):

INSCRIÇÃO Nº: CARGO/FUNÇÃO:

À  
Comissão do Concurso Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento -ARIS - Portaria nº 005/2015.  
O candidato acima identificado vem requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de prova, conforme Item 4.12 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ☐ Prova Ampliada Fonte \_\_\_\_\_ / Tamanho \_\_\_\_\_2) ☐ Leitura de Prova3) ☐ Amamentação4) ☐ Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_.5) ☐ Outra Necessidade  
Especificar: \_\_\_\_\_.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
de 2015.

Assinatura do(a) candidato(a)

**ANEXO IV****REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**Nome do Candidato (a):  
INSCRIÇÃO Nº: CARGO/FUNÇÃO:

À  
Comissão do Concurso Público da Agência Reguladora Intermunicipal de - ARIS - Portaria nº 005/2015.

O candidato acima identificado vem requerer sua isenção na inscrição para o Concurso Público - Edital de Concurso Público ARIS Nº 001/2015.

Declaro que sou doador(a) de sangue e estou de pleno acordo com as disposições contidas no edital que rege este Concurso Público, em especial com as cláusulas que regulam a taxa de inscrição.

Termos em que, pede deferimento.

\_\_\_\_\_- SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do(a) candidato(a)

**DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O REQUERIMENTO:**

- a) Cópia do comprovante de inscrição;  
b) Documento expedido pela entidade coletora, que discrimine o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes no período de um ano contado retroativamente da data do início da inscrição do presente Edital.

**CITMAR****EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01 DE 2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01 DE 2014

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - Considerando a dificuldade na coleta dos dados, impedindo a conclusão dos serviços ora contratos, as partes resolvem de comum acordo, prorrogar o contrato até a data de 31/03/2015, para que hajam dados da temporada de verão na região, podendo ser novamente prorrogada a vigência, mediante a necessidade. Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Contratado: Fundação Universidade do Vale do Itajaí - CNPJ n. 84.307.974/0001-02.

Itajaí/SC, 31.08.2014

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR